



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LX - Nº 208 - QUINTA-FEIRA, 15 DE DEZEMBRO DE 2005 - BRASÍLIA - DF

MESA		
<p>Presidente Renan Calheiros – PMDB – AL</p> <p>1º Vice-Presidente Tião Viana – PT – AC</p> <p>2º Vice-Presidente Antero Paes de Barros – PSDB – MT</p> <p>1º Secretário Efraim Morais – PFL – PB</p> <p>2º Secretário João Alberto Souza – PMDB – MA</p>	<p>3º Secretário Paulo Octávio – PFL – DF</p> <p>4º Secretário Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO</p> <p>Suplentes de Secretário 1º Serys Slhessarenko – PT – MT 2º Papaléo Paes – PSDB – AP 3º Alvaro Dias – PSDB – PR 4º Aelton Freitas – PL – MG</p>	
LIDERANÇAS		
<p>MAIORIA (PMDB) – 20 LÍDER Ney Suassuna</p> <p>Vice-Líderes Garibaldi Alves Filho (vago) Gilberto Mestrinho (vago) Amir Lando (vago) ⁽⁵⁾</p> <p>LÍDER DO PMDB – 20 Ney Suassuna</p> <p>Vice-Líderes do PMDB (vago) ⁽³⁾ (vago) Luiz Otávio Gerson Camata (vago) ⁽⁶⁾ Wellington Salgado de Oliveira Valdir Raupp</p> <p>LÍDER DO PDT – 4 Osmar Dias</p> <p>Vice-Líder do PDT (vago)</p> <p>LÍDER DO PMR – 1 Marcelo Crivella</p> <p>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB) – 17</p> <p>LÍDER Delcídio Amaral – PT</p>	<p>Vice-Líderes Sibá Machado – PT Antônio Carlos Valadares – PSB</p> <p>LÍDER DO PT – 12 Delcídio Amaral</p> <p>Vice-Líderes do PT Roberto Saturnino Ana Júlia Carepa Flávio Arns Fátima Cleide</p> <p>LÍDER DO PL – 3 João Ribeiro</p> <p>Vice-Líder do PL Aelton Freitas</p> <p>LÍDER DO PSB – 2 Antonio Carlos Valadares</p> <p>Vice-Líder do PSB (vago)</p> <p>LÍDER DO PTB – 4 Mozarildo Cavalcanti</p> <p>Vice-Líder do PTB Sérgio Zambiasi</p> <p>LÍDER DO P-SOL – 1 Heloísa Helena</p> <p>LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 31</p>	<p>LÍDER José Jorge – PFL</p> <p>Vice-Líderes Alvaro Dias – PSDB Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL Demóstenes Torres – PFL</p> <p>LÍDER DO PFL – 16 José Agripino</p> <p>Vice-Líderes do PFL Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeu Tuma Jonas Pinheiro ⁽²⁾</p> <p>LÍDER DO PSDB – 15 Arthur Virgílio</p> <p>Vice-Líderes do PSDB Lúcia Vânia Leonel Pavan Flexa Ribeiro Papaléo Paes João Batista Motta</p> <p>LÍDER DO GOVERNO Aloízio Mercadante – PT</p> <p>Vice-Líderes do Governo Romero Jucá – PMDB Ideli Salvatti – PT Garibaldi Alves Filho – PMDB (vago) Fernando Bezerra – PTB Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽¹⁾</p>
EXPEDIENTE		
<p>Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal</p> <p>Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações</p> <p>José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p>Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal</p> <p>Ronald Cavalcante Gonçalves Diretor da Subsecretaria de Ata</p> <p>Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>	

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF) 14-12-2005

(1) A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

(2) O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005.

(3) O Senador Maguito Vilela encontra-se licenciado do cargo durante o período de 17.8.2005 a 13.1.2006.

(5) O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 31.8.2005.

(6) O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005 seu desligamento do PMDB e filiação ao Pc do B.

(7) O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da tribuna, em 26.10.2005 que deixou de integrar o P-Sol.

CONGRESSO NACIONAL

ATO CONVOCATÓRIO

O Presidente da Câmara dos Deputados e o Presidente do Senado Federal, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição da República Federativa do Brasil, fazem saber que o Congresso Nacional é convocado extraordinariamente, no período de 16 de dezembro de 2005 a 14 de fevereiro de 2006, dispensada a realização de sessões plenárias no período de 16 de dezembro de 2005 a 13 de janeiro de 2006, para apreciação das seguintes matérias:

I – Matérias em tramitação no Congresso Nacional:

1. Requerimento nº 3, de 2005, do Congresso Nacional – CPMI dos Correios;
2. Ato Conjunto nº 3, de 2005, do Congresso Nacional – Comissão Mista destinada a apresentar sugestões sobre a política de reajustes para o salário-mínimo do País.

II – Matérias em tramitação na Câmara dos Deputados:

1. Matérias a que se referem o art. 51, incisos III e IV, e 62, § 8º, da Constituição Federal;
2. Matérias sob regime de urgência do § 1º do art. 64 da Constituição Federal que estejam tramitando no Congresso Nacional, ou que a ele sejam encaminhadas no período desta Convocação Extraordinária;
3. Comissões Parlamentares de Inquérito constituídas nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal;
4. Matérias que tratam do art. 49, I e XII, e art. 223 da Constituição Federal;
5. Matérias relativas ao art. 55, **caput** e inciso II e § 1º, da Constituição Federal;
6. Proposta de Emenda à Constituição nº 14, de 1995, do Dep. Adylson Motta – Dispõe sobre o período de funcionamento do Congresso Nacional;
7. Proposta de Emenda à Constituição nº 347, de 1996, do Dep. Nicias Ribeiro – Dá nova redação ao § 2º do art. 57 da Constituição Federal (Proíbe a interrupção da sessão legislativa sem a aprovação do Orçamento);
8. Proposta de Emenda à Constituição nº 106, de 1999, do Dep. Leur Lomanto – Suprime o parágrafo 7º, do art. 14 da Constituição Federal (Inelegibilidade);
9. Proposta de Emenda à Constituição nº 524, de 2002, do Senado Federal – Acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a fim de instituir o Fundo para a Revitalização Hidroambiental e o Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio São Francisco;
10. Proposta de Emenda à Constituição nº 548, de 2002, do Senado Federal – Dá nova redação ao § 1º do art. 17 da Constituição Federal, para disciplinar as coligações eleitorais (Verticalização);
11. Proposta de Emenda à Constituição nº 7, de 2003, do Dep. Maurício Rands – Altera o inciso II do art. 37 da Constituição Federal, permitindo a contratação pela administração pública de agentes comunitários de saúde através do processo seletivo público;
12. Proposta de Emenda à Constituição nº 157, de 2003, do Dep. Luiz Carlos Santos – Convoca Assembleia de Revisão Constitucional e dá outras providências;
13. Proposta de Emenda à Constituição nº 199, de 2003, do Senado Federal – Altera a redação da alínea **b** e acrescenta alínea **c** ao inciso XXIII do art. 21, e altera a redação do inciso V do art. 177 da Constituição Federal, para excluir do monopólio da União a produção, comercialização e utilização de radioisótopos de meia-vida curta, para usos médicos, agrícolas e industriais (radioisótopos);
14. Proposta de Emenda à Constituição nº 285, de 2004, do Poder Executivo – Altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências (Reforma Tributária);

15. Proposta de Emenda à Constituição nº 415, de 2005, do Poder Executivo – Modifica o § 5º do art. 212 da Constituição Federal e dá nova redação aos arts. 60 e 76 do ADCT (FUNDEB);

16. Proposta de Emenda à Constituição nº 446, de 2005, do Dep. Ney Lopes – Dispõe sobre a não-aplicação da ressalva do art. 16 da Constituição Federal, ao pleito eleitoral de 2006 (Reforma Política);

17. Proposta de Emenda à Constituição nº 457, de 2005, do Senador Pedro Simon – Altera o art. 40 da Constituição Federal, relativa ao limite de idade para a aposentadoria compulsória do servidor público em geral, e acrescenta dispositivo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;

18. Proposta de Emenda à Constituição nº 491, de 2005, do Dep. Sigmaringa Seixas – Altera o art. 62 da Constituição Federal;

19. Projeto de Lei Complementar nº 180, de 1997, do Dep. Nicias Ribeiro – Regulamenta o art. 45 da Constituição Federal, estabelecendo a representação dos Estados e do Distrito Federal na Câmara dos Deputados, e dá outras providências;

20. Projeto de Lei Complementar nº 183, de 2001, do Dep. Paulo Gouvêa – Altera a lista de serviços anexa do Decreto-Lei nº 406, de 31 de dezembro de 1968, com a redação dada pela Lei Complementar nº 56, de 15 de dezembro de 1987;

21. Projeto de Lei Complementar nº 276, de 2002, do Poder Executivo – Altera a Lei Complementar nº 90, de 1º de outubro de 1997, que determina os casos em que forças estrangeiras possam transitar pelo território nacional ou nele permanecer temporariamente;

22. Projeto de Lei Complementar nº 1, de 2003, do Dep. Roberto Gouveia – Regulamenta o § 30 do art. 198 da Constituição Federal (recursos para a saúde);

23. Projeto de Lei Complementar nº 76, de 2003, do Poder Executivo – Institui, na forma do art. 43 da Constituição, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, estabelece a sua composição, natureza jurídica, objetivos, área de competência e instrumentos de ação;

24. Projeto de Lei Complementar nº 91, de 2003, do Poder Executivo – Institui, na forma do art. 43 da Constituição, a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, estabelece a sua composição, natureza jurídica, objetivos, área de competência e instrumentos de ação;

25. Projeto de Lei Complementar nº 180, de 2004, do Dep. Milton Monti – Altera a lista de serviços anexa à Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, que dispõe sobre o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, e dá outras providências;

26. Projeto de Lei Complementar nº 184, de 2004, do Poder Executivo – Institui, na forma do art. 43 da Constituição, a Superintendência do Desenvolvimento Sustentável do Centro-Oeste – SUDECO e dá outras providências;

27. Projeto de Lei Complementar nº 210, de 2004, do Poder Executivo – Institui regime tributário, previdenciário e trabalhista especial à microempresa com receita bruta anual de até R\$36.000,00 (trinta e seis mil reais), e dá outras providências;

28. Projeto de Lei Complementar nº 249, de 2005, do Poder Executivo – Dispõe sobre a política de resseguro, cosseguro, retrocessão e sua intermediação, de seguro no exterior e as operações em moeda estrangeira do setor securitário, e dá outras providências;

29. Projeto de Lei nº 4.064, de 1993, do Dep. Osório Adriano – Dispõe sobre a emissão de cheques e seu prazo de validade;

30. Projeto de Lei nº 333, de 1999, do Dep. Antônio Kandir – Altera e acresce artigos à Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, que regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial;

31. Projeto de Lei nº 2.479, de 2000, do Dep. Ricardo Barros – Altera o art. 12 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, que “Dispõe sobre o sistema nacional de seguros privados, regula as operações de seguros e resseguros e dá outras providências”;

32. Projeto de Lei nº 3.057, de 2000, do Dep. Bispo Wanderval – Inclui § 2º no art. 41 da Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, renumerando-se como parágrafo 1º o atual parágrafo único;

33. Projeto de Lei nº 3.462, de 2000, do Dep. Paulo Rocha – Anistia os trabalhadores da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, punidos em razão da participação em movimento grevista;

34. Projeto de Lei nº 3.741, de 2000, do Poder Executivo – Altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, define e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração

e publicação de demonstrações contábeis e dispõe sobre os requisitos de qualificação de entidades de estudo e divulgação de princípios, normas e padrões de contabilidade e auditoria como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público;

35. Projeto de Lei nº 4.358, de 2001, do Dep. Feu Rosa – Dispõe sobre o transporte rodoviário de cargas e dá outras providências;

36. Projeto de Lei nº 5.979, de 2001, da Comissão de Viação e Transportes – Acrescenta o art. 66-A e altera a redação do **caput** do art. 104 na Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, e estabelece normas referentes à Inspeção Técnica Veicular – ITV;

37. Projeto de Lei nº 735, de 2003, do Dep. Beto Albuquerque – Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que “institui o Código de Trânsito Brasileiro” (condução de veículo sob influência do álcool ou substância entorpecente);

38. Projeto de Lei nº 787, de 2003, do Dep. Julio Lopes – Institui diretrizes nacionais para a cobrança de tarifas para a prestação dos serviços de abastecimento de água e dá outras providências;

39. Projeto de Lei nº 2.403, de 2003, do Senado Federal – Estende os benefícios fiscais concedidos pelo Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, e Decreto-Lei nº 1.435, de 16 de dezembro de 1975, às áreas pioneiras, zonas de fronteira e outras localidades da Amazônia Ocidental e Área de Livre Comércio de Macapá/Santana, no Estado do Amapá;

40. Projeto de Lei nº 2.654, de 2003, da Dep. Maria do Rosário – Dispõe sobre a alteração da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente, e da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, o Novo Código Civil, estabelecendo o direito da criança e do adolescente a não serem submetidos a qualquer forma de punição corporal, mediante a adoção de castigos moderados ou imoderados, sob a alegação de quaisquer propósitos, ainda que pedagógicos, e dá outras providências;

41. Projeto de Lei nº 3.248, de 2004, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal – Dispõe sobre a Organização Judiciária do Distrito Federal e Territórios;

42. Projeto de Lei nº 3.337, de 2004, do Poder Executivo – Dispõe sobre a gestão, a organização e o controle social das Agências Reguladoras, acresce e altera dispositivos das Leis nº 9.472, de 16 de julho de 1997, nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, nº 9.984, de 17 de julho de 2000, nº 9.986, de 18 de julho de 2000, e nº 10.233, de 5 de junho de 2001, da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e dá outras providências;

43. Projeto de Lei nº 4.186, de 2004, do Poder Executivo – Altera os limites do Parque Nacional de Brasília;

44. Projeto de Lei nº 4.428, de 2004, do Senado Federal – Autoriza o Poder Executivo a criar Colégio Militar nas cidades que especifica;

45. Projeto de Lei nº 4.497, de 2004, do Poder Executivo – Altera dispositivos da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, relativos ao Processo de Execução e a outros assuntos;

46. Projeto de Lei nº 4.559, de 2004, do Poder Executivo – Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, e dá outras providências;

47. Projeto de Lei nº 4.591, de 2004, do Dep. Eduardo Cunha – Altera a Lei nº 10.482, de 3 de julho de 2002, que dispõe sobre os depósitos judiciais e extrajudiciais de tributos, no âmbito dos Estados e do Distrito Federal e dá outras providências;

48. Projeto de Lei nº 4.746, de 2005, do Poder Executivo – Institui o Registro Temporário Brasileiro para embarcações de pesca estrangeiras arrendadas ou afretadas, a casco nu, por empresas, armadores de pesca ou cooperativas de pesca brasileiras, e dá outras providências;

49. Projeto de Lei nº 4.792, de 2005, do Dep. Itamar Serpa – Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho, para dispor sobre a execução no processo trabalhista;

50. Projeto de Lei nº 4.835, de 2005, do Poder Executivo – Institui a Gratificação de Condição Especial de Função Militar – GCEF, devida aos militares da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar dos ex-Territórios Federais do Amapá, Rondônia e Roraima e do antigo Distrito Federal, altera dispositivos da Lei nº 10.486, de 4 de julho de 2002, dispõe sobre a reorganização e a remuneração da Carreira Policial Civil dos ex-Territórios Federais do Acre, Amapá, Rondônia e Roraima, e dá outras providências;

51. Projeto de Lei nº 5.235, de 2005, do Poder Executivo – Autoriza o Poder Executivo a instituir subvenção econômica para disponibilização de medicamentos a baixo custo, dispõe sobre o sistema de co-participação, institui o Comitê Gestor Interministerial do Sistema de Co-Participação e dá outras providências;

52. Projeto de Lei nº 5.250, de 2005, do Senado Federal – Dispõe sobre o parcelamento de débitos de devedores em recuperação judicial, perante a União, suas autarquias, fundações públicas e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e altera os arts. 57 e 73 da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005;

53. Projeto de Lei nº 5.296, de 2005, do Poder Executivo – Institui as diretrizes para os serviços públicos de saneamento básico e a Política Nacional de Saneamento Básico – PNS;

54. Projeto de Lei nº 5.451, de 2005, do Poder Executivo – Altera dispositivos da Lei nº 10.479, de 28 de junho de 2002, que dispõe sobre a remuneração dos integrantes das Carreiras de Diplomata, Oficial de Chancelaria e Assistente de Chancelaria; altera os valores dos salários dos empregos públicos criados pela Lei nº 10.225, de 15 de maio de 2001, no Quadro de Pessoal do Hospital das Forças Armadas; dispõe sobre a remuneração dos titulares dos cargos de Juiz-Presidente e Juiz do Tribunal Marítimo; e dá outras providências;

55. Projeto de Lei nº 5.524, de 2005, do Dep. Pedro Canedo – Dispõe sobre a instituição de concurso de prognóstico destinado ao desenvolvimento da prática desportiva, a participação de entidades desportivas da modalidade futebol nesse concurso, o parcelamento de débitos tributários e para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, e dá outras providências (Timemania);

56. Projeto de Lei nº 5.855, de 2005, do Senado Federal – Altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, para dispor sobre o processo e o financiamento eleitoral;

57. Projeto de Lei nº 5.870, de 2005, do Poder Executivo – Disciplina os bancos de dados de proteção ao crédito e de relações comerciais, bem como sua relação com os cadastrados, fontes de informações e consulentes;

58. Projeto de Lei nº 5.877, de 2005, do Poder Executivo – Estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência e dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica e dá outras providências;

59. Projeto de Lei nº 5.919, de 2005, do Poder Executivo – Cria mil novecentos e cinquenta e um cargos da Carreira da Seguridade Social e do Trabalho, para o Quadro do Ministério do Trabalho e Emprego, e extingue dois mil cento e noventa e um cargos vagos disponíveis no Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal – SIPEC, e dá outras providências;

60. Projeto de Lei nº 6.142, de 2005, do Dep. Inocêncio Oliveira – Modifica o art. 79 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971;

61. Projeto de Lei nº 6.164, de 2005, da Dep. Maria Lúcia Cardoso – Altera o inciso I do art. 1º da Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, prorrogando até 31 de dezembro de 2010, a obrigação de as concessionárias e permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica aplicarem, no mínimo, cinquenta centésimos por cento de sua receita operacional líquida em programas de eficiência energética no uso final;

62. Projeto de Lei nº 6.264, de 2005, do Senado Federal – Institui o Estatuto da Igualdade Racial;

63. Projeto de Lei nº 6.272, de 2005, do Poder Executivo – Dispõe sobre a Administração Tributária Federal; altera as Leis nºs 10.593, de 6 de dezembro de

2002, 10.683, de 28 de maio de 2003, 8.212, de 24 de julho de 1991, 10.910, de 15 de julho de 2004, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; revoga dispositivos das Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, 9.317, de 5 de dezembro de 1996, 11.098, de 13 de janeiro de 2005, e 10.593, de 6 de dezembro de 2002; e dá outras providências (Super-Receita);

64. Projeto de Lei nº 6.368, de 2005, do Poder Executivo – Altera a estrutura e a remuneração da Carreira do Magistério Superior pertencente ao Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos, de que trata a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987, e dá outras providências;

65. Projeto de Decreto Legislativo nº 2.075, de 2005, do Dep. Raul Jungmann – Altera o art. 3º do Decreto Legislativo nº 7, de 1995, para vedar a ajuda de custo devida ao parlamentar durante a sessão legislativa extraordinária;

III – Matérias em tramitação no Senado Federal:

1. Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2000, que “Altera o **caput** e os §§ 4º, 6º, II, e 7º e acresce o § 8º ao artigo 57 da Constituição Federal. (Dispõe sobre alteração dos períodos das sessões legislativas e sobre a extinção do pagamento de parcela indenizatória de convocação extraordinária)”;

2. Proposta de Emenda à Constituição nº 31, de 2000 (Substitutivo), que “Altera os incisos XVIII e XIX do art. 7º da Constituição Federal, para conceder licença-maternidade e licença-paternidade em casos de adoção”;

3. Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2002 (Substitutivo), que “Altera o artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, com a finalidade de ampliar, até o final do exercício de 2006, a vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), e de dispor sobre o valor mínimo nacional por aluno”;

4. Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2003 (Substitutivo), que “Acresce parágrafo ao art. 183 da Constituição Federal, para aumentar, nas cidades com população inferior a trezentos mil habitantes, a extensão das áreas urbanas passíveis de terem a propriedade transferida por usucapião especial”;

5. Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2004, que “Acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. (Dispõe sobre os processos em andamento de criação de novos municípios)”;

6. Proposta de Emenda à Constituição nº 59, de 2004, que “Altera a denominação da Zona Franca de Manaus para Pólo Industrial da Amazônia Brasileira”;

7. Proposta de Emenda à Constituição nº 72, de 2005, que “Altera o art. 62 da Constituição Federal para disciplinar a edição de medidas provisórias”;

8. Projeto de Lei da Câmara nº 51, de 2004, que “Altera a redação do art. 260 e acrescenta artigos à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (dispõe dedução do Imposto de Renda para doação aos Fundos Nacional, Estaduais e Municipais em favor da criança e do adolescente)”;

9. Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 2005, que “Dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável; institui, na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, o Serviço Florestal Brasileiro – SFB; cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal – FNDF; altera as Leis nºs 10.683, de 28 de maio de 2003, 5.868, de 12 de dezembro de 1972, 9.605, de 12 de fevereiro de 1968, 4.771, de 15 de setembro de 1965, 6.938, de 31 de agosto de 1981, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e dá outras providências”;

10. Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 2005, que “Altera os arts. 504, 506, 515 e 518 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, relativamente à forma de interposição de recursos, ao saneamento de nulidades processuais, ao recebimento de recurso de apelação e a outras questões”;

11. Projeto de Lei da Câmara nº 101, de 2005, que “Acresce o art. 285-A à Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, que institui o Código de Processo Civil. (Dispõe sobre o julgamento de ações repetitivas)”;

12. Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 2005, que “Altera os arts. 112, 114, 154, 219, 253, 305, 322, 338, 489 e 555 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, relativos à incompetência relativa, meios eletrônicos, prescrição, distribuição por dependências, exceção de incompetência, revelia, carta precatória e rogatória, ação rescisória e vista dos autos; e revoga o art. 194 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil”;

13. Projeto de Lei da Câmara nº 128, de 2005, que “Autoriza a concessão de bolsas de estudo e de pesquisa a participantes de programas de formação inicial e continuada de professores para a educação básica”;

14. Projeto de Lei da Câmara nº 129, de 2005, que “Dispõe sobre a concessão de subvenção econômica à Companhia de Navegação do São Francisco – FRANAVE”;

15. Projeto de Lei da Câmara nº 133, de 2005, que “Altera a redação do inciso I do art. 218 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro (altera a classificação e a punição para os condutores de veículos que transitarem em velocidade superior à máxima)”;

16. Projeto de Lei da Câmara nº 139, de 2005, que “Dispõe sobre o ensino na Marinha”;

17. Projeto de Lei da Câmara nº 141, de 2005-Complementar, que “Cria o Sistema Nacional de Prevenção, Fiscalização e Repressão ao Furto e Roubo de Veículos e Cargas e dá outras providências”;

18. Projeto de Lei da Câmara nº 142, de 2005, que “Dispõe sobre a repactuação de dívidas oriundas de operações de crédito rural na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste – ADENE, altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, e dá outras providências”;

19. Projeto de Lei da Câmara nº 143, de 2005, que “Dispõe sobre a instituição de concurso de prognóstico destinado ao desenvolvimento da prática desportiva, a participação de entidades desportivas da modalidade futebol nesse concurso e o parcelamento de débitos tributários e para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS; altera as Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, e 10.522, de 19 de julho de 2002; e dá outras providências”;

20. Projeto de Lei da Câmara que “altera a redação dos art. 29, art. 30, inciso II, art. 32, **caput**, e art. 87, § 2º e § 3º, inciso I, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que “Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional”, dispondo sobre a duração mínima de nove anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos seis anos de idade”;

21. Projeto de Lei do Senado nº 171, de 1999, que “Dispõe sobre as sociedades cooperativas”;

22. Projeto de Lei do Senado nº 517, de 2003, que “Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências”;

23. Projeto de Lei do Senado nº 280, de 2004, que “Dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), na aquisição de motocicletas para utilização no transporte autônomo de passageiros”;

24. Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2005, que “Dispõe sobre a importação, exportação, processamento, transporte, armazenagem, liquefação, regaseificação, distribuição e comercialização de gás natural”;

25. Requerimento nº 245, de 2004 – CPI dos Bingos;

26. Requerimento nº 1.261, de 2005 – Comissão Temporária Interna de Segurança Pública;

27. Ato do Presidente nº 79, de 2005 – Grupo de Trabalho da Desburocratização e Simplificação;

28. Matérias a que se refere o art. 52 da Constituição Federal;

29. Projetos de lei de autoria da Comissão Mista da Reforma do Judiciário, criada pelo Ato nº 79, de 2004, do Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

Congresso Nacional, 15 de dezembro de 2005. – Deputado **Aldo Rebelo**, Presidente da Câmara dos Deputados – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

SENADO FEDERAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.086, DE 2005(*)

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa relativo ao Fornecimento de Materiais e Serviços no âmbito da Aeronáutica Militar, assinado em Paris, em 15 de julho de 2005.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa relativo ao Fornecimento de Materiais e Serviços no âmbito da Aeronáutica Militar, assinado em Paris, em 15 de julho de 2005.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 14 de dezembro de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

(*) O texto do Acordo acima citado está publicado no **DSF**, de 30-11-2005.

ELABORADO PELA SUBSECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 223ª SESSÃO ESPECIAL, EM 14 DE DEZEMBRO DE 2005

1.1 – ABERTURA

1.2 – Finalidade da Sessão

Destinada a comemorar o “Dia do Marinheiro” de acordo com o Requerimento nº 1.079, de 2005, de autoria do Senador Tião Viana e outros Senhores Senadores. 44637

1.2.1 – Fala da Presidência (Senador Tião Viana)

1.2.2 – Oradores

Senador Romeu Tuma 44639
Senador Marco Maciel 44646
Senador Ney Suassuna 44649
Senador Augusto Botelho 44651
Senador Luiz Otávio (art. 203, do Regimento Interno) 44653
Senador Flexa Ribeiro (art. 203, do Regimento Interno) 44654

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – ATA DA 224ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 14 DE DEZEMBRO DE 2005

2.1 – ABERTURA

2.2 – EXPEDIENTE

2.2.1 – Leitura de requerimentos

Nº 1.464, de 2005, de autoria do Senador Osmar Dias, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 178, de 2005, com os Projetos de Lei do Senado nºs 103, de 1999, 103 e 461, de 2003, e 83, de 2005, que já se encontram apensados, por versarem sobre a mesma matéria. 44657

Nº 1.465, de 2005, de autoria do Senador Gerson Camata, solicitando que o Projeto de Lei do Senado nº 398, de 2005, seja encaminhado à Comissão de Educação para que esta se pronuncie sobre o mesmo. 44657

2.2.2 – Comunicações da Presidência

Recebimento da Mensagem nº 286, de 2005 (nº 845/2005, na origem), pela qual o Presidente da República encaminha o relatório contendo os novos limites de empenho e movimentação financeira que caberão a esta Casa, os respectivos parâmetros e memória de cálculo das receitas e despesas. (Anexada ao processado da Mensagem nº 116, de 2005). 44657

Término do prazo, ontem, sem interposição de recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 171, de 2003, de autoria do Senador Leonel Pavan, que autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Oeste Catarinense (UFOESTE). 44657

Término do prazo, ontem sem interposição de recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 11, de 2004, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, que altera o art. 41 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, para prever a interceptação de correspondência de presos condenados ou provisórios para fins de investigação criminal ou de instrução processual penal (tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 19, de 2004). 44657

Término do prazo, ontem sem interposição de recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 156, de 2005, de autoria do Senador Geraldo Mesquita Júnior, que autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Agro-técnica de Rio Branco, no Estado do Acre. 44657

Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo dos representantes de cada Casa, para que seja apreciado pelo Plenário do Congresso Nacional o Projeto de Decreto Legislativo nº 21, de 2005-CN. 44657

2.2.3 – Discursos do Expediente

SENADOR JOSÉ JORGE, como Líder – Análise de pesquisa da Confederação Nacional da Indústria de avaliação do governo Lula, realizada pelo Ibope. 44657

SENADORA IDELI SALVATTI – Quitação da dívida com o FMI pelo governo Lula. Agradecimento pela aprovação de dois projetos de autoria de S. Ex^a, sobre a garantia do acesso aos portadores de necessidades especiais ao ensino da linguagem de sinais (libras) e sobre a extensão aos brasileiros residentes no exterior do direito de votar para governador e representante no Senado. 44659

SENADOR PAULO PAIM – Instalação, hoje, da Comissão Mista Especial criada para elaborar a política de reajuste do salário mínimo. Posicionamento sobre o equívoco que seria a tentativa de atrelar o debate sobre o reajuste do mínimo ao da correção da tabela do Imposto de Renda. Situação dos índios no Brasil. 44661

SENADOR VALDIR RAUPP – Relevante desempenho conquistado pela Prefeita Sueli Aragão, à frente da administração do município de Cacoal, no Estado de Rondônia. 44663

SENADORA IRIS DE ARAÚJO – Manifesta descrédito na eficácia das medidas propostas pela Reforma Política visando eliminar a corrupção da administração pública brasileira. 44666

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS – Exercício da legítima defesa da honra de S. Exa., em razão de ter sido citado em documento petista, sob suspeitas infundadas. 44669

SENADOR EDUARDO SUPLICY – Registro do entendimento ocorrido hoje na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), a respeito dos projetos que tramitam no Senado sobre as sociedades cooperativas. 44783

2.2.4 – Prestação do compromisso regimental e posse do Senhor Gilvam Pinheiro Borges, titular convocado da representação do Estado do Amapá.

2.2.5 – Comunicação

Do Senador Gilvam Borges, referente à sua filiação partidária e nome parlamentar. 44786

2.2.6 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR JEFFERSON PÉRES, como Líder – Questionamentos sobre a convocação extraordinária do Congresso Nacional. 44786

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Avaliação sobre o governo Lula e o reajuste do salário mínimo. 44787

SENADOR RODOLPHO TOURINHO – Manifestação sobre o Dia Nacional de Combate à Pobreza, com destaque especial para os moradores de rua. 44788

SENADOR PAULO OCTÁVIO, como Líder – Registro do lançamento ontem, em Brasília, da minissérie sobre a vida e a obra do ex-Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, pela Rede Globo de Televisão. 44790

SENADOR GILVAM BORGES – Prioridades para o desenvolvimento do Amapá. 44793

SENADOR TEOTÔNIO VILELA FILHO – Críticas pela ausência de empresas privadas no primeiro leilão de energia nova, do governo federal. 44794

SENADOR AELTON FREITAS – Protesto contra o excesso de burocracia que inviabiliza os investimentos em saneamento básico nos municípios. 44795

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI, como Líder – Justificação a projeto de lei de autoria de S.Ex^a, que determina que o transporte intermunicipal de valores em carros-forte seja feito com a obrigatoriedade de escolta. 44797

SENADOR EFRAIM MORAIS – Reflexão sobre as desilusões do povo brasileiro, com a política exercida pelo PT. 44797

2.2.7 – Fala da Presidência (Senador Renan Calheiros)

2.2.8 – Comunicação da Presidência

Término do prazo, ontem, sem apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei do Senado nº 179, de 2004, que acrescenta o § 9º ao art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social, excetuando a aposentadoria no valor de um salário mínimo do cálculo da renda mensal per capita para a percepção do benefício da prestação continuada. 44803

2.2.9 – Leitura de requerimento

Nº 1.466, de 2005, de autoria do Senador Delcídio Amaral, solicitando que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 179, de 2004, seja ouvida a Comissão de Assuntos Econômicos, além da Comissão de despacho inicial. 44803

2.2.10 – Leitura de projetos

Projeto de Decreto Legislativo nº 567, de 2005, de autoria do Senador Sibá Machado, que convoca plebiscito para decidir acerca do desmembramento de parte de território do Estado de Rondônia, onde se localizam as povoações de Extrema e Nova Califórnia, e sua anexação ao território do Estado do Acre. 44803

Projeto de Lei do Senado nº 417, de 2005, de autoria do Senador Magno Malta, que altera o Decreto-Lei nº 667, de 1969, estabelecendo exames periódicos para os membros das Polícias Militares e Corpo de Bombeiros dos Estados e Distrito Federal. 44805

Projeto de Lei do Senado nº 418, de 2005, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que altera a Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, para prever a obrigatoriedade de escolta em caso de transporte intermunicipal de numerário. 44806

2.2.11 – Ofício do Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados

Nº 637/2005, de 7 do corrente, comunicando que foi verificado erro parcial na tabela (página 22) anexa ao ofício PS-GSE 235, de 24 de maio de 2005. ... 44807

2.2.12 – Mensagem do Presidente da República

Nº 288, de 2005 (nº 849/2005, na origem), de 13 do corrente, submetendo à apreciação do Senado a indicação da Senhora Denise Maria Ayres de Abreu para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional de Aviação Civil – Anac. 44807

2.2.13 – Ofício do Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Nº 238/2005, de 13 do corrente, comunicando a aprovação da Emenda nº 2-CAE (Substitutivo), oferecido ao Projeto de Lei do Senado nº 533, de

2003, que dispõe sobre o Sistema de Consórcios, e que, nos termos do art. 282, do Regimento Interno do Senado Federal, o referido Substitutivo será submetido a turno suplementar. À matéria poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, no turno suplementar, perante a Comissão de Assuntos Econômicos. 44812

2.2.14 – Ofícios

Nº 1.370/2005, de 13 do corrente, do Senador Alvaro Dias, comunicando que a partir desta data renuncia à vaga de suplente da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar, para a qual foi eleito no último dia 23 de novembro de 2005. 44812

Nº 1.916/2005, de 14 do corrente, do Senador Sérgio Zambiasi, encaminhando relatório acerca do desempenho de missão no exterior, relativo a sua participação no Seminário Economia Social na União Européia e no Mercosul: “A importância de políticas públicas de promoção como instrumento para integração e os laços entre ambos os blocos”, que foi realizado na Cidade de Montevideú, Uruguai, no período de 24 a 26 de novembro último. 44812

Nº 1.917/2005, de 14 do corrente, do Senador Sérgio Zambiasi, encaminhando relatório acerca do desempenho de missão no exterior, como Presidente da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, na “XXVI Reunião Plenária da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul em paralelo à XXVIII” Reunião de Presidentes dos Países Membros, no período de 7 a 9 de dezembro último, na cidade de Montevideú. 44812

2.2.15 – Leitura de requerimentos

Nº 1.467, de 2005, de urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 140, de 2005, que regulamenta o inciso III § 4º do art. 153 da Constituição Federal. (Autoriza a celebração de convênio entre a União Federal e os Municípios e o Distrito Federal para realização da cobrança e fiscalização do Imposto Territorial Rural - ITR). 44813

Nº 1.468, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio e outros Srs. Senadores, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Deputado e jurista Ricardo Fiúza, ocorrido no dia 12 do corrente. 44814

Nº 1.469, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao empresário Antonio Almeida Braga, incluído pela revista Istoé Dinheiro entre os 10 Empresários que mais investem no social. 44814

Nº 1.470, de 2005, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, solicitando de voto de aplauso ao presidente da Associação dos Docentes da Universidade Federal de Mato Grosso (ADUFMAT) Carlos Alberto Eilert e demais membros da diretoria pela reincorporação dos 28,86% aos salários dos professores. 44814

Nº 1.471, de 2005, de autoria dos Senadores Arthur Virgílio e Romeu Tuma, solicitando voto de

aplauso à cidade de Jundiaí/SP, pelo transcurso do 350º aniversário de sua criação. 44814

Nº 1.472, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao empresário Antônio Ermírio de Moraes, incluído pela revista Istoé Dinheiro entre os 10 Empresários que mais investem no social. 44815

Nº 1.473, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao empresário Jorge Gerdau, incluído pela revista Istoé Dinheiro entre os 10 Empresários que mais investem no social. 44815

Nº 1.474, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao empresário Olavo Monteiro, incluído pela revista Istoé Dinheiro entre os 10 Empresários que mais investem no social. 44815

Nº 1.475, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao empresário Jorge Paulo Lemann, incluído pela revista Istoé Dinheiro entre os 10 Empresários que mais investem no social. 44815

Nº 1.476, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao empresário Abílio Diniz, incluído pela revista Istoé Dinheiro entre os 10 Empresários que mais investem no social. 44816

Nº 1.477, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à empresária Milú Villela, incluída pela revista Istoé Dinheiro entre os 10 Empresários que mais investem no social. 44816

Nº 1.478, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à empresária Lilly Safra, incluída pela revista Istoé Dinheiro entre os 10 Empresários que mais investem no social. 44816

Nº 1.479, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à empresária Viviane Senna, incluída pela revista Istoé Dinheiro entre os 10 Empresários que mais investem no social. 44816

Nº 1.480, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao empresário Oded Grajew, incluída pela revista Istoé Dinheiro entre os 10 Empresários que mais investem no social. 44817

Nº 1.481, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à Doutora em Biologia Ana Beatriz Gorini da Veiga, vencedora do Prêmio Jovem Cientista-2005, categoria graduada. . 44817

Nº 1.482, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à Estudante Armanda Meskauskas, vencedora do Prêmio Jovem Cientista-2005, categoria Ensino Superior. 44817

Nº 1.483, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à Estu-

dante Natália Evelin Martins, vencedora do Prêmio Jovem Cientista-2005, categoria Ensino Médio..... 44818

Nº 1.484, de 2005, de autoria do Senador Alvaro Dias, solicitando voto de aplauso à jornalista Renata Loprete, pelo recebimento do Prêmio Esso de Jornalismo. 44818

2.2.16 – Comunicação da Presidência

Designação de membros para comporem a Comissão destinada a acompanhar os preparativos para as comemorações dos 100 anos da imigração japonesa no Brasil e de propor formas de adensar as relações entre os parlamentos do nosso País e do Japão. 44818

2.2.17 – Eleição dos Senadores indicados para compor a Comissão Representativa do Congresso Nacional, para o período de 16 de dezembro de 2005 a 14 de fevereiro de 2006

2.2.18 – Comunicação da Presidência

Recebimento da Mensagem nº 287, de 2005, de 14 do corrente, pela qual o Presidente da República, requer seja solicitada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$140.000.000,00 (cento e quarenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre o Governo do Estado do Amazonas e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, BID, destinado a financiar parcialmente o Programa Social e Ambiental dos igarapés de Manaus, Prosamim. (votação nominal) 44819

2.3 – ORDEM DO DIA

Item Extrapauta

Mensagem nº 250, de 2005 (nº 733/2005, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Pedro Luiz Rodrigues, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Nigéria, e, cumulativamente, os cargos de Embaixador do Brasil na República do Níger, na República do Chade e na República de Benin, desde que obtidos os agréments dos Governos daqueles Países. **Aprovado o Parecer nº 2.220, de 2005 – CRE.** (votação nominal) 44819

Item Extrapauta

Mensagem nº 259, de 2005 (nº 775/2005, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Manuel Innocencio de Lacerda Santos Júnior, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Democrática de São Tomé e Príncipe. **Aprovado o Parecer nº 2.221, de 2005 – CRE.** (votação nominal).. 44823

Item Extrapauta

Mensagem nº 266, de 2005 (nº 805/2005, na origem), que submete à apreciação do Senado Fe-

deral a indicação do Senhor Roberto Pires Coutinho, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto a Belize. **Aprovado o Parecer nº 2.222, de 2005 – CRE.** (votação nominal) 44825

Item Extrapauta

Mensagem nº 273, de 2005 (nº 811/2005, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor José Augusto Lindgren Alves, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Hungria. **Aprovado o Parecer nº 2.223, de 2005 – CRE.** (votação nominal) 44827

Item Extrapauta

Mensagem nº 275, de 2005 (nº 820/2005, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal, o nome do Senhor Luís Fernando de Andrade Serra, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Gana, e cumulativamente, os cargos de Embaixador do Brasil na República Togolesa e na República do Burkina Fasso, desde que obtidos os agréments dos governos desses países. **Aprovado o Parecer nº 2.224, de 2005 – CRE.** (votação nominal) 44829

Item Extrapauta

Parecer nº 2.056, de 2005, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, sobre a Mensagem nº 231, de 2005 (nº 618/2005, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Luiz Augusto Siqueira Bittencourt, para exercer o cargo de Diretor do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT. **Aprovado.** (votação nominal) 44831

Item Extrapauta

Parecer nº 2.075, de 2005, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, sobre a Mensagem nº 254, de 2005 (nº 765/2005, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Mauro Barbosa da Silva para exercer o cargo de Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de transporte - DNIT. **Aprovado.** (votação nominal) 44833

Item Extrapauta

Parecer nº 2.057, de 2005, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, sobre a Mensagem nº 260, de 2005 (nº 780/2005, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor José Machado, para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Águas – ANA. **Aprovado.** (votação nominal) 44836

Item Extrapauta

Parecer nº 2.058, de 2005, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, sobre a Mensagem nº 261, de 2005 (nº 781/2005, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Benedito Pinto Ferreira Braga Júnior, para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Águas – ANA. **Aprovado.** (votação nominal) 44838

Item Extrapauta

Parecer nº 2.019, de 2005, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, sobre a Mensagem nº 246, de 2005 (nº 735/2005, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal o nome da Senhora Joísa Campanher Dutra Saraiva para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. **Aprovado,** após usar da palavra o Sr. José Jorge. (votação nominal) 44840

Item Extrapauta

Parecer nº 2.020, de 2005, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, sobre a Mensagem nº 247, de 2005 (nº 734/2005, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Edvaldo Alves de Santana para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. **Aprovado.** (votação nominal) .. 44843

Item Extrapauta

Parecer nº 2.005, de 2005, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 241, de 2005 (nº 667/2005, na origem), que submete à apreciação do Senado a indicação do Senhor Abraham Benzaquen Sicsú para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE. **Aprovado,** após usarem da palavra os Srs. Ney Suassuna, Aloízio Mercadante, Arthur Virgílio, Magno Malta e João Batista Motta. 44845

Item Extrapauta

Parecer nº 2.225, de 2005, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relatora: Senadora Ana Júlia Carepa, sobre a Mensagem nº 265, de 2005 (nº 804/2005, na origem), pela qual o Presidente da República, submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Paulo Furquim de Azevedo, para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE. **Aprovado o Parecer nº 2.225, de 2005 – CAE.** (votação nominal) 44850

Item 2 (Inversão da pauta nos termos do Requerimento nº 1.485, de 2005, lido e aprovado nesta oportunidade)

Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 247, de 2004-Complementar (nº 244/2005-Complementar, naquela Casa), que altera dispositivos da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, que dispõe sobre o Imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Pres-

tações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, e dá outras providências. **Aprovado,** após Parecer nº 2.226, de 2005-Plenário, proferido pelo Senador Alvaro Dias, tendo usado da palavra os Senadores Aloizio Mercadante, Romero Jucá e José Agripino. À Comissão Diretora para redação final. (votação nominal)..... 44855

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 247, de 2004–Complementar (**Parecer nº 2.227, de 2005 – CDIR).** **Aprovada.** À sanção..... 44859

Item Extrapauta (Apreciado em regime de urgência nos termos do Requerimento nº 1.487, de 2005, lido e aprovado nesta oportunidade)

Mensagem nº 285, de 2005 (nº 850/2005, na origem), que propõe ao Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso V, VII e VIII, da Constituição Federal, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Governo do Estado de Minas Gerais e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, no valor total de até US\$35,000,000.00 (trinta e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, destinada a financiar, parcialmente, o “Projeto de Combate à Pobreza Rural da Região Mineira do Nordeste - PCR 1ª Fase”. **Aprovado o Projeto de Resolução nº 89, de 2005,** apresentado como conclusão do Parecer nº 2.228, de 2005 – PLEN, proferido pelo Senador Rodolpho Tourinho, em substituição à Comissão de Assuntos Econômicos, tendo usado da palavra os Srs. Gerson Camata, Aelton Freitas e Wellington Salgado. À Comissão Diretora para redação final..... 44861

Redação final do Projeto de Resolução nº 89, de 2005 (**Parecer nº 2.229, de 2005-CDIR).** **Aprovada.** À promulgação..... 44864

Item Extrapauta

Projeto de Lei da Câmara nº 98, de 2005 (nº 1.923/2003, na origem), que confere ao município de Passo Fundo o título de “Capital Nacional da Literatura”. **Aprovado,** após Parecer nº 2.230, de 2005-Plenário, tendo usado da palavra os Srs. Antonio Carlos Magalhães e Sérgio Zambiasi. À sanção..... 44867

2.3.1 – Ofício

S/Nº/2005, de 14 do corrente, do Senador Demóstenes Torres e outros Srs. Senadores, integrantes do Partido da Frente Liberal, ratificando a indicação do Senador José Agripino para exercer as funções de Líder do partido para a sessão legislativa de 2006..... 44870

2.3.2 – ORDEM DO DIA (continuação)

Item Extrapauta (Apreciado em regime de urgência nos termos do Requerimento nº 1.488, de 2005, lido e aprovado nesta oportunidade)

Mensagem nº 287, de 2005 (nº 853/2005, na origem), que propõe ao Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso V, VII e VIII, da Constituição Federal, solicite seja autorizada a contratação de operação

de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até cento e quarenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América, entre o Governo do Estado do Amazonas e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, destinada a financiar, parcialmente, o Programa social e Ambiental dos Igarapés de Manaus - Prosamim. **Aprovado o Projeto de Resolução nº 90, de 2005**, apresentado como conclusão de Parecer nº 2.231, de 2005—PLEN, proferido pelo Senador Romeu Tuma, em substituição à Comissão de Assuntos Econômicos. À Comissão Diretora para a redação final. 44873

Redação final do Projeto de Resolução nº 90, de 2005 (**Parecer nº 2.232, de 2005-CDIR**). **Aprovada**. À promulgação..... 44877

Item Extrapauta (Apreciado em regime de urgência nos termos do Requerimento nº 1.489, de 2005, lido e aprovado nesta oportunidade)

Projeto de Lei da Câmara nº 94, de 2005 (nº 3.860/2004, na origem), que autoriza a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE a alienar os imóveis que especifica, localizados em Brasília, Distrito Federal. **Aprovado**, após Parecer nº 2.233, de 2005, tendo usado da palavra o Sr. Marcelo Crivella. À sanção. 44879

2.3.3 – apreciação de matéria

Requerimento nº 1.467, de 2005, lido no Expediente da presente sessão. **Aprovado**. 44882

2.3.4 – ORDEM DO DIA (continuação)

Item 1 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 1, de 2005) (Em regime de urgência nos termos do Requerimento nº 1.359, de 2005)

Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 532, de 2003, de autoria dos Senadores João Capiberibe e Paulo Octávio, que modifica a Lei 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, que altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências, dispondo sobre a autoria e a utilização de obras audiovisuais. **Discussão adiada**, após leitura da Emenda nº 1 – PLEN, sendo proferido o Parecer nº 2.234, de 2005 – PLEN (Relator Senador César Borges) em substituição às Comissões de Educação e Constituição, Justiça e Cidadania, contrário a emenda, tendo usado da palavra os Srs. Marcelo Crivella e Roberto Saturnino..... 44882

Item 3

Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 31, de 2000, tendo como primeira signatária a Senadora Maria do Carmo Alves, que altera os incisos XVIII e XIX do art. 7º da Constituição Federal, para conceder licença-maternidade e licença-paternidade em casos de adoção. **Apreciação transferida para amanhã**..... 44889

Item 4

Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2002, que altera o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, com

a finalidade de ampliar, até o final do exercício de 2016, a vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) e de dispor sobre o valor mínimo nacional por aluno. **Apreciação transferida para amanhã**..... 44889

Item 5

Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que acresce parágrafo ao art. 183 da Constituição Federal para aumentar, nas cidades com população inferior a trezentos mil habitantes, a extensão das áreas urbanas passíveis de terem a propriedade transferida por usucapião especial. **Apreciação transferida para amanhã**.. 44889

Item 6

Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 64, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Eduardo Suplicy, que acrescenta parágrafo ao art. 57 e dá nova redação ao inciso XI do art. 84 da Constituição Federal (comparecimento do Presidente da República ao Congresso Nacional na abertura da sessão legislativa). **Apreciação transferida para amanhã**..... 44890

Item 7

Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador José Jorge (apresentada como conclusão do Parecer nº 2.054, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), que acrescenta o inciso XVI e o § 2º ao art. 52 da Constituição, para atribuir ao Senado Federal competência para indicar membros do Conselho Diretor ou da Diretoria das Agências Reguladoras. **Não houve oradores** na quarta sessão de discussão, em primeiro turno..... 44890

2.3.5 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA – Comentários sobre o artigo intitulado “Crises e mais crises”, de autoria do jornalista Rogério Gentile, publicado no jornal **Folha de S.Paulo**, edição de 3 dezembro do corrente..... 44890

SENADOR PAPALÉO PAES – Registro do artigo intitulado “Atrás das bengaladas do professor”, de autoria do ex-presidente do STF, Maurício Corrêa, publicado no jornal **Correio Braziliense**, edição de 4 de dezembro do corrente..... 44891

SENADORA LÚCIA VÂNIA – Registro da matéria intitulada “Novas críticas ao governo brasileiro”, publicada no jornal **Correio Braziliense**, edição de 7 de dezembro do corrente. 44893

SENADOR LEONEL PAVAN – O martírio dos exportadores de Santa Catarina e do país, pela falta de incentivos públicos para as empresas exportadoras. Comentário sobre artigo intitulado “A bengalada de Palocci”, de autoria da articulista Eliane Cantanhêde, publicado no jornal **Folha de**

S. Paulo, edição de 1º de dezembro do corrente. Comentários sobre o artigo intitulado “Genealogia dos golpes”, de autoria do escritor Carlos Heitor Cony, publicado no jornal **Folha de S. Paulo**, edição de 12 de dezembro do corrente..... 44894

SENADOR **ALMEIDA LIMA** – Registro do artigo intitulado “Candidatura acintosa”, de autoria do diretor-executivo da Transparência Brasil, Cláudio Abramo, publicado no jornal **Folha de S. Paulo**, edição de 5 de dezembro do corrente. 44896

SENADOR **REGINALDO DUARTE** – Comentários sobre a matéria intitulada “Quando eu vi o Dirceu na minha frente, cheio de empáfia, explodi”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 1º de dezembro do corrente. 44897

SENADOR **JOÃO BATISTA MOTTA** – Registro do artigo intitulado “Na era da incerteza”, publicado na seção Notas & Informações do jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 7 de dezembro do corrente. Registro do artigo intitulado “O Brasil das conveniências”, de autoria do advogado Onofre Carlos de Arruda Sampaio, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 9 de novembro do corrente. . 44898

SENADOR **FLEXA RIBEIRO** – Registro do editorial intitulado “O sacrifício de Dirceu”, publicado no jornal **Folha de S. Paulo**, edição de 2 de dezembro do corrente. 44901

SENADOR **ARTHUR VIRGÍLIO** – Considerações sobre o crescimento da população indígena do Brasil..... 44902

SENADOR **ALOIZIO MERCADANTE** – Declaração dos Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiências. (Resolução ONU nº 2.542/75. Inserção internacional do Brasil). 44905

SENADOR **ROMERO JUCÁ** – Relatório Anual 2004 do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES..... 44952

SENADOR **ROMEU TUMA** – Enaltece a contribuição do jornal **O Estado de S. Paulo**, no aprimoramento profissional de jovens jornalistas..... 44953

SENADORA **FÁTIMA CLEIDE** – Considerações sobre políticas públicas do Governo Lula na área de educação. 44953

SENADOR **ALVARO DIAS** – Registro de matéria intitulada “STF é o tribunal menos eficiente e mais parcial, avaliam juízes”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 30 de novembro do corrente..... 44955

SENADOR **ANTERO PAES DE BARROS** – Transcrição do artigo intitulado “Julier, o PT e o jogo”, de autoria de S. Exª, publicado no jornal **A Gazeta**, de Cuiabá-MT..... 44958

2.3.6 – Comunicação da Presidência

Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada..... 44960

2.4 – ENCERRAMENTO

3 – DISCURSOS PRONUNCIADOS EM SESSÕES ANTERIORES

Do Senador Leonel Pavan, proferido na sessão do dia 13 de dezembro de 2005. 44983

Do Senador Marco Maciel, proferido na sessão do dia 13 de dezembro de 2005. 44989

4 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR RENAN CALHEIROS, EM 14-12-2005

SENADO FEDERAL

5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL - 52ª LEGISLATURA

6 – SECRETARIA DE COMISSÕES

7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

8 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

9 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

10 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

11 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

12 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

13 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

14 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

15 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

16 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

17 – CONSELHO DO DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY RIBEIRO.

Ata da 223ª Sessão Especial, em 14 de dezembro de 2005

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência dos Srs. Tião Viana e Romeu Tuma

(Inicia-se a sessão às 10 horas e 19 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Declaro aberta a sessão especial do Senado Federal que se destina a homenagear os Marinheiros pela passagem do “Dia do Marinheiro”, nos termos do Requerimento nº 1.079, de 2005, de minha autoria e de outros Senadores.

Convido para compor a mesa o Exmo. Sr. Almirante-de-Esquadra, Chefe do Estado Maior das Forças Armadas, Euclides Duncan Janot de Matos.

Convido o Exmo. Sr. General-de-Divisão Rubens Silveira Brochado.

E convido o Exmo. Sr. Tenente-Brigadeiro-do-Ar, Chefe do Estado Maior da Aeronáutica, Juniti Saito.

Convido a todos para, de pé, ouvirem a execução do Hino Nacional pela Banda do Grupamento de Fuzileiros Navais de Brasília.

(Procede-se à execução do Hino Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Sr^{as} e Srs. Senadores, senhores que compõem a Mesa, Almirante-de-Esquadra Euclides Duncan Janot de Matos, General-de-Divisão Rubens Silveira Brochado e Tenente Brigadeiro-do-Ar Juniti Saito, senhoras e senhores, estamos reunidos, hoje, com a presença dos ilustres convidados, para prestar uma homenagem a todos os homens do mar, dignificando o “Dia do Marinheiro”, que é comemorado no dia 13 de dezembro, data do nascimento do Almirante Joaquim Marques Lisboa, Marquês de Tamandaré e Patrono da Marinha do Brasil.

Este dia foi instituído em 4 de setembro de 1925, por Aviso do então Ministro da Marinha, Almirante Alexandrino Faria de Alencar. Nas palavras do próprio Ministro, o “Dia do Marinheiro” será, assim, também, o “Dia de Tamandaré”. Nesse dia, deverá a Marinha render ao insigne Tamandaré as homenagens reclamadas pelos seus inestimáveis serviços à liberdade e à união dos brasileiros, demonstrando que o seu nome e o seu exemplo continuam bem vívidos no coração

de quantos sabem honrar a impoluta e gloriosa farda da Marinha Nacional.

Tamandaré nasceu em 13 de dezembro de 1807, na então Vila de São José do Norte, hoje a cidade do Rio Grande, no Rio Grande do Sul. Filho de Francisco Marques Lisboa, Patrão-Mor e prático do Porto do Rio Grande, teve seu destino amalgamado à Marinha desde a infância. Com 15 anos embarcou na Fragata Niterói, que, sob o comando de John Taylor, empreendeu a épica perseguição à esquadra portuguesa em fuga da Bahia até a foz do Tejo, encerrando assim as pretensões portuguesas de não permitir a independência da colônia.

Durante sua carreira ocorreram diversos exemplos de bravura, de espírito arrojado, de capacidade de liderança e de desprendimento humanitário. Empreendeu uma fuga audaciosa do cárcere argentino durante a Guerra Cisplatina, liderando a tomada do navio que levava oficiais e marinheiros capturados em Carmen de Patagones; lutou contra os cabanos no Pará, contra a Sabinada na Bahia e contra a Revolução Farroupilha no Rio Grande do Sul; resgatou mais de uma centena de naufragos do navio inglês Ocean Monarch; auxiliou a pacificação de Pernambuco durante a Revolução Praieira; salvou o navio português Vasco da Gama de um iminente naufrágio, rebocando-o em meio a uma violenta tempestade próximo a barra do Rio de Janeiro, recebendo por esse feito glorioso a espada de ouro do Governo português. Participou como Comandante-em-Chefe das Forças Navais Brasileiras nas operações do Rio da Prata durante as convulsões no Uruguai que seriam o prelúdio para a guerra contra o Paraguai. Comandou, nos dois primeiros anos desse conflito, as operações da Esquadra nos rios Paraná e Paraguai, onde obteve vitórias como Riachuelo e Passo da Pátria.

Tamandaré veio a falecer em 20 de março de 1897, no Rio de Janeiro. A nobreza desse marinheiro se revela nas palavras do seu testamento:

(...)Exijo que não se façam anúncios nem convite para o enterro de meus restos mortais, que desejo sejam conduzidos de casa ao carro e deste à cova por meus irmãos em Jesus o Cristo que hajam obtido o foro de cidadãos

pela Lei de 13 de maio. Isto prescrevo como prova de consideração a essa classe de cidadãos em reparação à falta de atenção que com eles se teve pelo que sofreram durante o estado de escravidão.(...)

Como homenagem à Marinha, minha dileta carreira, em que tive a fortuna de servir à minha pátria e prestar alguns serviços à humanidade, peço que sobre a pedra que cobrir minha sepultura se escreva: “Aqui jaz o velho marinheiro”.

Este é um brevíssimo relato da carreira naval do Almirante Joaquim Marques Lisboa, que ainda exerceu outros elevados cargos públicos, como membro do Conselho Naval e do Superior Tribunal Militar.

Sua dedicação e amor ao País e à Marinha é o que nos impulsiona hoje a rendermos a nossa justa e sincera homenagem a esta instituição secular e àquela que, no passado, tanto nos honrou com o exemplo de vida a ser seguido pelos mais jovens no presente. Aliás, é sob esse enfoque que a Marinha passa sua mensagem neste 13 de Dezembro.

Hoje, ao homenagearmos todos os marinheiros na pessoa do Almirante Tamandaré, cumprimos também o dever de, em paralelo às comemorações que são realizadas nesta semana, refletir sobre a importância do mar para o País e das ações desenvolvidas pela Marinha do Brasil.

O mar, onde estão presentes as riquezas do presente e do futuro, hoje desperta uma importância significativa para o nosso País. Por ele passam cerca de 95% de todo o comércio exterior, entre exportações e importações.

Desse mar são extraídos mais 80% do petróleo nacional consumido, utilizando-se tecnologia de ponta brasileira para extração a grandes profundidades e de uma outra gama de recursos econômicos que podem ser explorados, como o gás natural, os recursos minerais marinhos, os nódulos polimetálicos, a pesca, o turismo e o lazer marítimo. Estes são alguns exemplos de segmentos econômicos que possuem elevado potencial de fomento no Brasil.

A Marinha, ainda na década de 80, preocupou-se com essas perspectivas futuras. Em conformidade ao estabelecido pela Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, em junho de 1987, foi iniciado o levantamento da Plataforma Continental, atualmente já concluído, que permitirá que o Brasil incorpore e tenha direitos de soberania para efeitos de exploração econômica numa extensa área além das duzentas milhas marítimas.

Esse trabalho conclusivo foi apresentado à Comissão de Limites da Plataforma Continental da ONU em setembro de 2004, e a perspectiva é que seja aprova-

do em abril do próximo ano, sendo o primeiro país do mundo a alcançar tal feito.

Sr^{as} e Srs. Senadores, Srs. Convidados se no passado, durante as lutas pela independência, a Marinha contribuiu para a manutenção da integridade territorial, hoje oferta à Nação um enorme potencial de exploração futura a já conhecida Amazônia Azul, com seus 4,5 milhões de quilômetros quadrados, que representam mais de 50% da extensão territorial brasileira.

Mas não é apenas na defesa das nossas águas azuis que se nota a presença de nossos marinheiros. Como um representante de um dos Estados da Amazônia verde, eu não poderia deixar de mencionar e agradecer a assistência social levada pelos navios da esperança, chamados aos necessitados das populações ribeirinhas que vivem e se sustentam às margens das águas barrentas, em especial, as do meu Estado, o Acre.

Em janeiro deste ano, um fato inédito ocorreu. Os três navios da assistência hospitalar da flotilha do Amazonas, o Carlos Chagas, o Oswaldo Cruz e o Dr. Montenegro, operaram simultaneamente em meu Estado, alcançando a marca expressiva e importante de mais de 100 mil procedimentos médicos e odontológicos para quase 36 mil ribeirinhos isolados na Amazônia.

É realmente um fato que me emociona, pois, como médico e cidadão do Acre, sei das dificuldades de atendimento hospitalar que passam aquelas populações.

Eu também não poderia deixar de mencionar e enaltecer hoje outras tantas ações desempenhadas pela Marinha, como, por exemplo, as de socorro e salvamento no mar, de apoio à prevenção de ilícitos no mar e em águas interiores e da poluição marinha por navios.

O programa nuclear, que já contribuiu significativamente e continua contribuindo para o uso dessas modalidades de energia pelo segmento civil; as atividades no programa antártico brasileiro – Proantar – de reconhecimento nacional e internacional, que alguns das Sr^{as} e Srs Senadores já tiveram o privilégio de conhecer e verificar *in loco* o que lá se faz e a sua importância estratégica para o País; e a contribuição à segurança da navegação marítima e fluvial, resultando em menores custos de frete e seguro e, conseqüentemente, em um menor custo Brasil. Estes são alguns exemplos das ações desempenhadas pela nossa Marinha que se refletem em todos os Estados da Nação, aqui representados pelos Parlamentares, que respaldam a justificativa do requerimento para homenagear os marinheiros e todos os homens do mar.

Não tenho dúvida de que podemos hoje entender como fundamental a possibilidade de uma ma-

téria aprovada no Senado Federal, ainda no mês de novembro, autorizando crédito suplementar à Marinha do Brasil para que ela atenda às suas necessidades em programas estratégicos. Que possamos ter reforçado esse voto dado pelo Senado em uma decisão do Governo brasileiro de atender prontamente a esse pleito justo, apresentado no planejamento estratégico da Marinha do Brasil.

Encerro lembrando estrofes da Canção do Marinheiro, que diz o seguinte:

Quanta alegria nos traz a volta
À nossa Pátria do coração.
Dada por finda a nossa derrota,
Temos cumprido nossa missão.

Linda galera que em noite apagada
Vai navegando num mar imenso
Nos traz saudades da terra amada,
Da Pátria minha em que tanto penso.

Salve a Marinha do Brasil! Salve o Almirante Tamandaré, “o velho marinheiro”, um exemplo de vida.

Parabéns a todos. (Palmas)

Concedo a palavra ao nobre Senador Romeu Tuma, pela Liderança do PFL. Em seguida, o eminente Senador Marco Maciel.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Meu caro Senador Tião Viana, ilustre Presidente desta sessão em homenagem a nossa Marinha, Srs. Embaixadores que aqui se encontram, Sr. Almirante-de-Esquadra Euclides Ducan Janot de Matos, Almirante Janot, que tanto tem feito pela Marinha brasileira, com quem já tive a oportunidade de ter vários contatos importantes para a Nação; General-de-Divisão Rubens Silveira Brochado, Diretor de Obras Militares.

Senador Tião Viana, V. Ex^a falou da Amazônia. Observe que os batalhões de engenharia que trabalham naquela região executam um trabalho maravilhoso para a recuperação, para a construção daquela região, levando-se em conta as grandes dificuldades que lá existem – até para se locomover na área. Portanto, eles cumprem a missão de bem servir a sociedade brasileira.

Sr. Tenente-Brigadeiro-do-Ar Juniti Saito, também com quem convivi na região amazônica, quando era Diretor da Polícia Federal. Lá, não podíamos quase andar a pé; ou saíamos de barco, ou de avião. Não havia outro meio de transporte.

Essa unidade aqui é demonstrada com a presença de oficiais das três Forças.

A área militar brasileira tem um comportamento exemplar a serviço da Pátria. É realmente o que eu disse ao Senador Marco Maciel há pouco: é uma área democrática. Nenhum de nós tem conhecimento de que

alguém, por não ter boa origem financeira, não conseguiu vaga nas academias militares. As academias são livres, é democracia o que se discute lá. O que se procura é a qualidade intelectual, não as origens financeiras ou filhos de qualquer autoridade. Não há cartinha para se quebrar o galho de ninguém – isso já diziam alguns oficiais com quem trabalhei depois de ter feito o CPOR.

A importância do Brasil, em relação às suas Forças Armadas, era a porta aberta. Quem tivesse vocação para servi-la teria sempre essa oportunidade, em razão, sem dúvida nenhuma, das determinações do coração.

Um dia eu quis ser militar também, Almirante, e já estava me inscrevendo. Minha mão ficou brava, porque eu teria de sair de São Paulo. Acabei fazendo o CPOR, onde aprendi realmente o que é disciplina, o que é amor à Pátria, o que é dignidade e o que é ética, porque as Forças Armadas são uma lição de vida.

Eu falava agora com o Comandante das Forças, que, infelizmente, está na Comissão de Relações Exteriores. Requeri a presença do Ministro e a dos Comandantes, para que pudéssemos sentir as necessidades das Forças. Que esta Casa seja um braço direto para atender às reivindicações, porque as Forças Armadas só têm um objetivo: servir à Pátria e fazer um trabalho social na Amazônia, que V. Ex^a tão bem descreveu.

Almirante-de-Esquadra Marcos Augusto Leal de Azevedo, Ministro do Superior Tribunal Militar; Almirante Kleber Luciano de Assis, Secretário-Geral da Marinha, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, enfim, todos aqueles que aqui estão, tenho um pouco de orgulho, Comandante – com quem trabalhei há algum tempo –, em dizer que a primeira homenagem que recebi da Marinha – isso deve passar de 20 anos – foi ser Amigo da Marinha, título que se dava àqueles que teriam participação, de qualquer forma, em atividades importantes para a Marinha. Essa homenagem me trouxe muito orgulho, e guardo com muito carinho o diploma de Amigo da Marinha. Portanto, continuo, há vários anos, correspondendo a essa amizade.

Diziam os antigos que só se consegue edificar um país com um povo, armas e braço forte. Nossos ancestrais seguiram com rigor esse princípio para nos legar este Brasil imenso e belo.

Desde o tempo das Entradas e Bandeiras até o brado retumbante do Ipiranga, foram erguendo passo a passo aquele que viria a ser um dos maiores países do mundo, não só em dimensões territoriais, mas também na multiplicidade racial que caracteriza sua riqueza étnica. Forjaram-no como amante da liberdade, gigante pela própria natureza e protagonista da História destinada a espelhar essas grandezas, pois

o verde-louro de nossa flâmula significa “paz no futuro e glória no passado”.

Terminada a tarefa de construir o florão da América, cabe a nós, os sucessores, honrar esses heróis do passado e proteger o patrimônio que ergueram ao sol do Novo Mundo, mesmo que, para isso, nosso peito desafie a própria morte.

Falo assim, à luz da letra do Hino Pátrio, porque as Forças Armadas brasileiras são o povo em armas, braço forte da Pátria amada, idolatrada e imperecível. E, entre essas instituições militares, distingue-se pela antiguidade aquela cujo tempo de existência confunde-se com o da própria Nação: a Marinha do Brasil. É ela que reverenciamos hoje, nesta sessão especial do Senado da República em homenagem ao Dia do Marinheiro, na qual tenho a honra de ocupar a tribuna em nome do meu Partido, o Partido da Frente Liberal (PFL), por deferência do Líder José Agripino.

Ninguém mais do que Joaquim Marques Lisboa, Almirante e Marquês de Tamandaré, seu Patrono, encarnou a alma e personificou a grandiosidade de nossa Marinha, instituição formada por homens e mulheres oriundos de todos os quadrantes e camadas sociais da Nação. As lições de amor à Pátria, de coragem, de liderança e de competência repetiram-se ao longo dos sessenta anos da carreira de Tamandaré e estão sintetizadas no epitáfio que ele mesmo prescreveu em seu testamento – e o Senador o disse, com toda a emoção que lhe é peculiar: “Aqui jaz o velho marinheiro”. Mas acredito que ele mora também no coração de cada um de nós, Sr. Presidente.

Aliás, o Patrono transformou seu conciso testamento numa ode à “fé, à esperança e à caridade que procurei conservar sempre como timbre de meus sentimentos”, conforme afirma no documento. Na verdade, ao dispor suas últimas vontades, o “Velho Marinheiro” acabou estabelecendo um rol de princípios admiráveis, dos quais ninguém, poderoso ou não, deveria se apartar.

Por exemplo, embora cultuado pela Pátria como um dos seus mais diletos filhos e principais heróis, demonstrou a própria humildade ao exigir que, morto, fosse “vestido somente com camisa e ceroula e coberto com um lençol, metido em um caixão forrado de baeta, tendo uma cruz da mesma fazenda, branca, e sobre ela colocada a âncora verde que me ofereceu a Escola Naval em 13 de dezembro de 1892”. Foram as palavras do testamento do velho guerreiro.

Além de vedar a deposição de “coroas, flores nem enfeites de qualquer espécie” sobre o caixão, Tamandaré escreveu: “Exijo mais que meu corpo seja conduzido em carrocinha de última classe, enterrado em sepultura rasa, até poder ser exumado, e meus ossos

colocados com os de meus pais, irmãos e parentes, no jazigo da família Marques Lisboa”.

Mas o documento extrapola os limites da humildade para desnudar preocupações sociais daquele que é um dos maiores vultos de nossa História. Nele, Tamandaré externa sua repulsa pela escravidão. Deixa patente o respeito que devotava aos ex-escravos e à sua libertadora, a Princesa Isabel. Como testador, escreveu:

Exijo que se não façam anúncios nem convites para o enterro de meus restos mortais [desculpem-me repetir algumas coisas, mas é o histórico de Tamandaré, e não podemos alijá-lo do nosso pronunciamento] que desejo sejam conduzidos de casa ao carro e deste à cova por meus irmãos em Jesus, o Cristo, que hajam obtido o foro de cidadãos pela Lei de 13 de Maio. Isso prescrevo como prova de consideração a essa classe de cidadãos, em reparação à falta de atenção que com eles se teve pelo que sofreram durante o estado de escravidão; e reverente homenagem à grande Isabel Redentora, benemérita da Pátria e da humildade, que se imortalizou, libertando-os.

É a beleza das palavras de Tamandaré, no seu escrito.

Joaquim Marques Lisboa nasceu no Rio Grande do Sul a 13 de dezembro de 1807. Era filho de Francisco Marques Lisboa e de Eufrásia de Azevedo Lima. Morreu no Rio de Janeiro a 20 de março de 1897. As atividades do pai, patrão-mor do porto do Rio Grande, influenciaram a escolha dos dois filhos, Manoel e Joaquim, pela vida no mar.

O primogênito, Manoel Marques, insurgiu-se contra o desprezo dado pelos militares portugueses aos colegas brasileiros e acabou expulso da Academia Naval. Pouco depois, participou de um levante de oficiais que figura nas origens da revolução de Pernambuco, em 1817, de que V. Ex^a, Sr. Presidente, falava-nos há pouco, antes do início da cerimônia.

Joaquim Marques espelhava-se em Manoel e entrou para a Esquadra com quinze anos de idade. Serviu-a por toda a vida. Seu batismo de fogo ocorreu na fragata Niterói, conforme o nosso Presidente descreveu, durante a Guerra da Independência, quando a nossa Armada, sob o comando do Almirante Lord Cochrane, precisou enfrentar a esquadra portuguesa na Bahia. Aí iniciou sua trilha de heroísmo, reconhecido imediatamente por seus chefes, João Taylor e Barroso Pereira. E recebeu a primeira medalha, outorgada por D. Pedro I.

Na Academia de Marinha, na qual se matriculou em 1824 depois desse feito heróico, tornou-se amigo do guarda-marinha Francisco Manuel Barroso da Silva, futuro Barão do Amazonas, herói da Guerra do Paraguai.

Irrompida a revolução pernambucana, Joaquim Marques, mesmo com os estudos incompletos, retornou à Esquadra a chamado do Almirante Cochrane, devido à carência de oficiais brasileiros. Os elogios feitos por Taylor e Cochrane valeram-lhe o posto de Segundo-Tenente.

Todavia, ansiava dar mais provas de que nada se lhe fazia a não ser por justiça e mérito. Requereu exames de todas as matérias do curso completo da Academia de Marinha e foi aprovado com surpresa geral, eis que contava apenas dezoito anos de idade.

Logo em seguida, participou da Guerra Cisplatina. Ao enfrentar os argentinos durante uma expedição à Patagônia, caiu prisioneiro, mas conseguiu fugir audaciosamente.

Em 1835, Tamandaré comanda a retirada das forças ilegais no Pará. No ano seguinte, tenta debelar a Guerra dos Farrapos, no Rio Grande do Sul. Na Revolução Praieira, em Pernambuco, já no reinado de D. Pedro II, comanda a corveta D. Afonso. Ao lado do Duque de Caxias, luta em terra e no mar pela consolidação do regime imperial. Em 1849, com sua tripulação, salva de uma tempestade a nau portuguesa Vasco da Gama. Por esse feito, é-lhe outorgada uma espada de ouro.

Tamandaré lutou voluntariamente pela consolidação da Independência. Participou de todas as lutas do Primeiro Reinado, da Regência e no governo de D. Pedro II. Promovido a Vice-Almirante em 2 de dezembro de 1856, recebeu o título de Barão de Tamandaré a 14 de março de 1860 e foi nomeado Ajudante-de-Campo de Sua Majestade D. Pedro II, a 25 de janeiro de 1862. Recebeu o título de Conde de Tamandaré em 1887 e o de Marquês em 1888.

Em 1864, chefiou a Comissão Naval Brasileira enviada à Europa e fiscalizou a construção do primeiro grupo de canhoneiras que o Governo encomendara. De volta ao Brasil, com a declaração de guerra contra o ditador Lopez, do Paraguai, passou a comandar a Esquadra Brasileira em operações, com seu quartel-general em Montevidéu, a bordo da corveta Niterói. Sua bravura repetiu-se nas sangrentas batalhas do Riachuelo, de Humaitá, de Uruguaiana, de Curuçú, de Curupaiti e protagoniza vibrantes narrações nos compêndios de nossa História Pátria.

Tamandaré permaneceu no Sul de 1865 a 1867, ano em que voltou ao Rio de Janeiro. Foi, então, promovido ao posto de Almirante. Exerceu ainda eleva-

dos cargos, como membro do Conselho Naval e do Supremo Tribunal Militar. A Proclamação da República excetuou-o da reforma compulsória. Mas ele não quis aproveitar-se dessa honrosa exceção. Pediu reforma, que só lhe foi concedida a 20 de janeiro de 1890. O Dia do Marinheiro corresponde à data do seu nascimento, 13 de dezembro.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Srs. Oficiais, o histórico de Tamandaré na Marinha do Brasil basta para nos mostrar a presença dos ingredientes enaltecidos pelos antigos como necessários na edificação de um país: o povo, as armas e o braço forte. Mediante tais princípios, aqueles patriotas construíram um Brasil tão formoso e rico em recursos naturais, que o vemos hoje, como outrora, ser alvo de inegável cobiça internacional.

Assim, tanto quanto ao tempo das invasões por corsários e armadas estrangeiras, o País precisa das armas e do braço forte de seus marinheiros. Foram decisivos para conter as tentativas estrangeiras e caboclas de fracionar o território nacional. Dele e de seus irmãos em armas no Exército e na FAB, continua a depender o nosso poder de dissuasão frente a quaisquer ingerências internacionais.

Já disse desta tribuna que, em futuro não muito remoto, a importância das nações no contexto mundial será medida pelas condições do meio ambiente e pela diversidade de flora e de fauna que se consigam preservar. O Senador Tião Viana é um lutador por isso aqui. Minhas homenagens a V. Ex^a, Senador.

A natureza, pródiga em benesses, mas impiedosa com as agressões que lhe são feitas, já dá sinais inequívocos do porvir. Junte-se a isso a inexistência ou o esgotamento de recursos naturais pela Terra afora, e perceberemos que nem sequer a busca de minérios no espaço cósmico poderá diminuir a importância das reservas nacionais. Daí, por exemplo, a cupidez internacional sobre a Amazônia.

Ainda que salte à vista o valor da vigilância naval nos rios amazônicos, assim como os inestimáveis serviços prestados às populações ribeirinhas, tão bem descritas pelo Presidente, essas atividades da Marinha restringem-se ao que podemos designar como Amazônia Verde. É a região detentora da maior quantidade de água doce existente no planeta, também chamada de “pulmão do mundo”. Os sinais mais visíveis da cobiça internacional recaem sobre ela, nem tanto devido a tais aspectos, mas principalmente pelas singulares e espantosas reservas minerais e vegetais exploráveis que possui.

Entretanto, o Brasil dispõe de outra Amazônia, tão rica e talvez tão invejada quanto aquela. Trata-se de uma imensidão com 4,5 milhões de quilômetros

quadrados, isto é, Amazônia Azul, aquela que se estende sob o nosso mar territorial.

Eu me lembro, Almirante, de que, quando Diretor da Polícia Federal, estive no Senado americano, em que existem comissões que coordenam o papel das Forças Armadas. Penso que estamos um pouco distante disso. Seria importante que a nossa Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional tivesse um vínculo mais forte com as Forças Armadas, para dar um respaldo a essa luta permanente pelos meios de sobrevivência, que tanto sofrimento e angústia tem causado às Forças Armadas.

Fui até lá, porque era pretensão da Polícia Federal ter um navio para permanecer na região amazônica e combater o tráfico de drogas e o plantio de ipadu, uma droga brasileira. Nós nos servíamos muito das três Forças: a Marinha colaborava com o patrulhamento em mar; a Aeronáutica, com aeronaves; e o Exército, com os pelotões de fronteiras, que eu tive a chance de ver nascer no Calha Norte.

Nos Estados Unidos, depois de uma discussão, um Senador disse que queríamos navio para passear na Amazônia. Eu me senti ofendido e reagi. Depois, ele voltou às boas. É claro que eu não podia concordar com isso, porque conhecemos o sacrifício dos marinheiros e dos pilotos que trabalham na Amazônia.

Lá há algo muito importante, Brigadeiro: nas comunidades indígenas, onde a gente pode descansar e se alimentar, eles não sabem o Hino Nacional, mas conhecem a Canção da Aeronáutica. É a única esperança de locomoção quando há um doente ou alguma outra necessidade de ajuda. A Marinha cuida, sem dúvida nenhuma, das populações ribeirinhas com os navios-hospitais, que tanto bem têm feito. Inclusive, nessas campanhas de vacinação, vemos a presença das três Forças, conduzidas pela Marinha.

O Exército está lá, o Comandante do Pelotão, tão espetacular. Sua esposa, jovem, professora daqueles meninos índios, que não teriam a oportunidade de buscar uma cultura melhor, Senador Marco Maciel. As Forças Armadas têm um papel maravilhoso na Amazônia.

Estive com o Comandante da Marinha à época e eles tinham uns navios, meio de sobra de guerra, e, pela primeira, ouvi o Comandante me dizer: “Tuma, o importante é o NaPaFlu”. Perguntei: “O que é o NaPaFlu?” “É o navio de navegação fluvial. Você tem que ter. Então, tem que reformar, e fica caro. E nós não podemos oferecer a tripulação, porque um navio que seja de outro órgão público não pode ter uma tripulação militar.” Então, nós desistimos desses navios e sacrificamos mais tempo à Marinha, que até hoje tem colaborado enormemente, exercendo um papel tão

importante para o País, de preservação da Amazônia e, principalmente, de proteção à vida daqueles que lá moram, daqueles que lá trabalham, daqueles que lá produzem. E essas pessoas não estão mais distanciadas da sociedade, da civilização, Presidente, porque as Forças Armadas estão lá presentes, permanentemente, para que realmente o País possa dizer que a Amazônia é nossa, pois tem lá uma Força que a ocupa, além de projetos importantes, como o Calha Norte, que não seguiu o ritmo natural das coisas.

Eu vi a Aeronáutica quase que sem capacidade, o Comara sem poder construir novos campos, a fragmentação dos aviões que poderiam servir – os Búfalos e outros foram canibalizados durante um bom período. Hoje, lutamos aqui para aprovar um empréstimo para a compra do P-3 para poder patrulhar a Amazônia Azul.

A Marinha está angustiada, e leio matérias em que a Marinha quase que se sente incapacitada para corresponder a isso que se diz, os 4 milhões e meio de metros quadrados da plataforma. Há uma riqueza enorme ali e, se a Marinha não tiver capacidade de patrulhar, estamos sujeitos até a perder por decisão da ONU.

V. Ex^a colocou bem, Presidente. Há um sonho que tenho – falava com o nosso Almirante –, depois que visitei, há 12, 15 anos, o Arsenal e vi a construção do submarino atômico. Pelo amor de Deus, até hoje não saiu do lugar, Comandante! Isso é inexplicável. Não é por falta de força ou tecnologia, que a Marinha tem hoje. Ela busca, com seus oficiais, realizar um trabalho de especialização, de aprofundamento, de tecnologia permanente.

Ainda ontem, quando aprovamos a Sudam e a Sudene, Senador Tião Viana – e peço a ajuda de V. EX^a –, foi composto um artigo que destina 1,5% à ciência e tecnologia. Eu, anteriormente, em outros projetos, tenho brigado aqui para que, desse valor que vai para a ciência e tecnologia, as Forças Armadas deveriam ter direito a uma parcela, porque as pesquisas nas Forças Armadas – temos exemplos em vários países do mundo – é que estão mandando a tecnologia correr mais do que a nossa idade.

Acho que isso tem uma importância vital. Vou pedir licença para publicar o meu discurso por inteiro, porque acho que tomei muito tempo. Estou profundamente emocionado em prestar, num dia como este, homenagem à nossa Marinha.

Obrigado. (Palmas.)

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR ROMEU TUMA.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Sena-

dores, diziam os antigos que só se consegue edificar um país com um povo, armas e braço forte.

Nossos ancestrais seguiram com rigor esse princípio para nos legar este Brasil imenso e belo. Desde o tempo das entradas e das bandeiras até o brado retumbante do Ipiranga, foram erguendo passo a passo aquele que viria a ser um dos maiores países do mundo, não só em dimensões territoriais, mas também na multiplicidade racial que caracteriza sua riqueza étnica. Forjaram-no como amante da liberdade, gigante pela própria natureza e protagonista de História destinada a espelhar essas grandezas, pois o verde-louro de nossa flâmula significa “paz no futuro e glória no passado”.

Terminada a tarefa de construir o florão de América, cabe a nós, os sucessores, honrar esses heróis do passado e proteger o patrimônio que ergueram ao sol do Novo Mundo, mesmo que, para isso, nosso peito desafie a própria morte.

Falo assim, à luz da letra do hino pátrio, porque as Forças Armadas brasileiras são o povo em armas, braço forte da Pátria amada, idolatrada e imperecível. E, dentre essas instituições militares, distingue-se pela antiguidade aquela cujo tempo de existência confunde-se com o da própria Nação: a Marinha do Brasil. É ela que reverenciamos hoje, nesta sessão especial do Senado da República em homenagem ao Dia do Marinheiro, na qual tenho a honra de ocupar a tribuna em nome do meu partido, o Partido da Frente Liberal (PFL).

Ninguém mais do que Joaquim Marques Lisboa, Almirante e Marquês de Tamandaré, seu Patrono, encarnou a alma e personificou a grandiosidade de nossa Marinha, instituição formada por homens e mulheres oriundos de todos os quadrantes e camadas sociais da Nação. As lições de amor à Pátria, coragem, liderança e competência repetiram-se ao longo dos sessenta anos da carreira de Tamandaré e estão sintetizadas no epitáfio que ele mesmo prescreveu em seu testamento: “Aqui jaz o velho marinheiro”.

Aliás, o Patrono transformou seu conciso testamento numa ode à “fé, esperança e caridade que procurei conservar sempre como timbre de meus sentimentos”, conforme afirma no documento. Na verdade, ao dispor suas últimas vontades, o “Velho Marinheiro” acabou estabelecendo um rol de princípios admiráveis, dos quais ninguém, poderoso ou não, deveria se apartar.

Por exemplo, embora cultuado pela Pátria como um dos seus mais diletos filhos e principais heróis, demonstrou a própria humildade ao exigir que, morto, fosse “vestido somente com camisa, ceroula e coberto com um lençol, metido em um caixão forrado de baeta, tendo uma cruz da mesma fazenda, branca, e sobre

ela colocada a âncora verde que me ofereceu a Escola Naval em 13 de Dezembro de 1892”.

Além de vedar a deposição de “coroas, flores nem enfeites de qualquer espécie” sobre o caixão, Tamandaré escreveu: “Exijo mais que meu corpo seja conduzido em carrocinha de última classe, enterrado em sepultura rasa até poder ser exumado, e meus ossos colocados com os de meus pais, irmãos e parentes, no jazigo da família Marques Lisboa.”

Mas, o documento extrapola os limites da humildade para desnudar preocupações sociais daquele que é um dos maiores vultos de nossa História. Nele, Tamandaré externa sua repulsa pela escravidão. Deixa patente o respeito que devotava aos ex-escravos e a sua libertadora, a Princesa Isabel. Como testador, escreveu:

“Exijo que se não faça anúncios nem convites para o enterro de meus restos mortais, que desejo sejam conduzidos de casa ao carro e deste à cova por meus irmãos em Jesus o Cristo que hajam obtido o foro de cidadãos pela Lei de 13 de Maio. Isto prescrevo como prova de consideração a essa classe de cidadãos em reparação à falta de atenção que com eles se teve pelo que sofreram durante o estado de escravidão; e reverente homenagem à grande Isabel Redentora, benemérita da Pátria e da humanidade, que se imortalizou libertando-os.”

Joaquim Marques Lisboa nasceu no Rio Grande do Sul a 13 de dezembro de 1807. Era filho de Francisco Marques Lisboa e Eufrásia de Azevedo Lima. Morreu no Rio de Janeiro a 20 de março de 1897. As atividades do pai, patrão-mor do porto do Rio Grande, influenciaram a escolha dos dois filhos, Manoel e Joaquim, pela vida no mar.

O primogênito, Manoel Marques, insurgiu-se contra o desprezo dado pelos militares portugueses aos colegas brasileiros e acabou expulso da academia naval. Pouco depois, participou de um levante de oficiais que figura nas origens da revolução de Pernambuco, em 1817.

Joaquim Marques espelhava-se em Manoel e entrou para a Esquadra com 15 anos de idade. Serviu-a por toda a vida. Seu batismo de fogo ocorreu na fragata Niterói durante a Guerra da Independência, quando nossa armada, sob o comando do almirante inglês, Lord Cochrane, precisou enfrentar a esquadra portuguesa na Bahia. Aí iniciou sua trilha de heroísmo, reconhecido imediatamente por seus chefes, João Tavora e Barroso Pereira. E recebeu a primeira medalha, outorgada por D. Pedro I.

Na Academia de Marinha, na qual se matriculou em 1824 depois desse feito heróico, tornou-se amigo do guarda-marinha Francisco Manoel Barroso da Silva, futuro Barão do Amazonas e herói da Guerra do Paraguai.

Irrompida a revolução pernambucana, Joaquim Marques, mesmo com os estudos incompletos, retornou à Esquadra a chamado do almirante Cochrane devido à carência de oficiais brasileiros. Os elogios feitos por Tailor e Cochrane valeram-lhe o posto de segundo-tenente.

Todavia, ansiava dar mais provas de que nada se lhe fazia a não ser por justiça e mérito. Requereu exames de todas as matérias do curso completo da Academia de Marinha e foi aprovado com surpresa geral, eis que contava apenas 18 anos de idade.

Logo em seguida, participou da Guerra Cisplatina. Ao enfrentar os argentinos durante uma expedição à Patagônia, caiu prisioneiro, mas conseguiu fugir audaciosamente.

Em 1835, Tamandaré comanda a retirada das forças legais no Pará. No ano seguinte, tenta debelar a Guerra dos Farrapos, no Rio Grande do Sul. Na Revolução Praieira em Pernambuco, já no reinado de D. Pedro II, comanda a corveta D. Afonso. Ao lado do Duque de Caxias, luta em terra e no mar pela consolidação do regime imperial. Em 1849, com sua tripulação, salva de uma tempestade a nau portuguesa Vasco da Gama. Por esse feito, lhe é outorgada uma espada de ouro.

Tamandaré lutou voluntariamente pela consolidação da Independência. Participou de todas as lutas do Primeiro Reinado, da Regência e no governo de D. Pedro II. Promovido a vice-almirante em 2 de dezembro de 1856, recebeu o título de Barão de Tamandaré a 14 de março de 1860 e foi nomeado Ajudante-de-Campo de Sua Majestade D. Pedro II, a 25 de janeiro de 1862. Recebeu o título de Conde de Tamandaré em 1887 e o de Marquês em 1888.

Em 1864, chefiou a Comissão Naval Brasileira enviada à Europa e fiscalizou a construção do primeiro grupo de canhoneiras que o governo encomendara. De volta ao Brasil, com a declaração de guerra contra o ditador Lopez, do Paraguai, passou a comandar a Esquadra Brasileira em operações, com seu quartel-general em Montevidéu, a bordo da corveta Niterói. Sua bravura repetiu-se nas sangrentas batalhas do Riachuelo, Humaitá, Uruguaiana, Curuçú, Curupaiti e protagoniza vibrantes narrações nos compêndios de nossa História Pátria

Tamandaré permaneceu no Sul de 1865 a 1867, ano em que voltou ao Rio de Janeiro. Foi, então, promovido ao posto de Almirante. Exerceu ainda eleva-

dos cargos, como membro do Conselho Naval e do Supremo Tribunal Militar. A Proclamação da República excetuou-o da reforma compulsória. Mas, ele não quis aproveitar-se desta honrosa exceção. Pediu reforma, que só lhe foi concedida a 20 de janeiro de 1890. O Dia do Marinheiro corresponde à data do seu nascimento, 13 de dezembro.

Pois bem, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, o histórico de Tamandaré na Marinha do Brasil basta para nos mostrar a presença dos ingredientes enaltecidos pelos antigos como necessários na edificação de um país: o povo, as armas e o braço forte. Mediante tais princípios, aqueles patriotas construíram um Brasil tão formoso e rico em recursos naturais que o vemos hoje, como outrora, ser alvo de inegável cobiça internacional.

Assim, tanto quanto ao tempo das invasões por corsários e armadas estrangeiras, o País precisa das armas e do braço forte de seus marinheiros. Foram decisivos para conter as tentativas estrangeiras e caboclas de fracionar o território nacional. Deles e de seus irmãos em armas no Exército e na FAB continua a depender o nosso poder de dissuasão frente a quaisquer ingerências internacionais.

Já disse desta tribuna que, em futuro não muito remoto, a importância das nações no contexto mundial será medida pelas condições do meio ambiente e pela diversidade de flora e fauna que consigam preservar. A natureza, pródiga em benesses, mas impiedosa com as agressões que lhe são feitas, já dá sinais inequívocos do porvir. Junte-se a isso a inexistência ou o esgotamento de recursos naturais pela Terra afora e perceberemos que sequer a busca de minérios no espaço cósmico poderá diminuir a importância das reservas nacionais. Daí, por exemplo, a cupidez internacional sobre a Amazônia.

Ainda que salte à vista o valor da vigilância naval nos rios amazônicos, assim como os inestimáveis serviços prestados às populações ribeirinhas, essas atividades da Marinha restringem-se ao que podemos designar como Amazônia Verde. É a região detentora da maior quantidade de água doce existente no Planeta, também chamada de pulmão do mundo. Os sinais mais visíveis da cobiça internacional recaem sobre ela, nem tanto devido a tais aspectos, mas principalmente pelas singulares e espantosas reservas minerais e vegetais exploráveis que possui.

Entretanto, o Brasil dispõe de outra Amazônia, tão rica e talvez tão invejada quanto aquela. Trata-se de uma imensidão com 4,5 milhões de quilômetros quadrados, isto é, Amazônia Azul, aquela que se estende sob o nosso Mar Territorial.

De acordo com a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, todos os bens econômicos existentes sobre o leito e no subsolo marinho constituem propriedade exclusiva do país ribeirinho. Ao longo de uma Zona Econômica Exclusiva – ZEE (faixa litorânea de 200 milhas náuticas de largura), a exploração desses bens possui a mesma exclusividade. Quando a Plataforma Continental ultrapassa essas 200 milhas, a propriedade econômica do Estado pode estender-se a até 350 milhas náuticas. É em consequência dessas normas que nosso Mar Territorial tem dimensões equivalentes à metade do nosso território terrestre.

Da mesma forma que a Amazônia Verde, a Azul apresenta aspectos estratégicos que chegam a predominar sobre os econômicos. Por exemplo, 95% do nosso comércio exterior dependem do transporte marítimo. Entre importações e exportações, esse meio de transporte escoou no ano passado o equivalente a 160 bilhões de dólares. Além do mais, é do Mar Territorial que provêm cerca de 80% de nosso petróleo e mais de 50% do gás natural.

Precisaríamos de horas para ressaltar todos os aspectos econômicos da Amazônia Azul. Creio, porém, ser suficiente lembrar que, além do petróleo, devemos considerar as riquezas representadas pela pesca e pelos minerais contidos dos nódulos polimetálicos, ricos em cobalto e sulfeto, assim como pelas novas formas de vida marinha, identificadas nas proximidades de fontes hidrotermais profundas, independentes da luz e que abrem novas perspectivas para a biogenética e a farmacologia. Lembremo-nos, ainda, da crescente possibilidade de obter água potável à medida que diminuam as exigências energéticas para dessalinização.

Não é à toa que a Assembléia Geral da ONU vem dedicando, a cada ano, mais tempo às discussões relativas aos direitos e recursos do mar. E nós, no Brasil, damos a devida atenção à Amazônia Azul e ao braço forte destinado a preservá-la?

Apenas o que acabo de mencionar já comprova quão necessário é possuímos um Poder Naval insofismável e apto a garantir, com todos os meios necessários, a soberania, os direitos e os interesses brasileiros na Amazônia Azul. Mas, os fatos indicam que o governo menospreza assunto tão importante. O que se passa com os “royalties” do petróleo devidos à Marinha é demonstração cabal desse descaso.

Cabe às nossas belonaves fiscalizar e proteger as áreas de produção de petróleo situadas na plataforma continental. Para lhes proporcionar o dinheiro necessário à execução desses encargos, o Poder Legislativo aprovou as leis n.º 7.990/1989 e 9.478/1997, que destinam parcela dos “royalties” do petróleo à Esquadra. Na prática, porém, esses diplomas não

ultrapassam os limites da intenção. Isto porque, ao elaborar o orçamento, a área econômica do governo burla sistematicamente aquela legislação, embora represente a vontade da Nação manifestada através do Congresso Nacional.

O montante dos “royalties” arrecadados anualmente é superior ao valor alocado à Marinha em seu Orçamento de Custeio e de Capital (OCC). A Secretaria do Tesouro Nacional retém este valor, registrando-o como “superávit financeiro” na reserva de contingência, dentro do orçamento do Comando da Marinha. E cria a falsa impressão de que os recursos estão sendo liberados à Força.

Em 31 de dezembro do ano passado, a parcela acumulada e retida nos últimos exercícios atingiu a 1 bilhão e 350 milhões de reais. Enquanto isso, nossas belonaves navegam rumo à imobilidade, vítimas de um paradoxo que se exprime assim: “sucateamento da Força por dotação orçamentária insuficiente versus existência de recursos conforme previsão legal”. O absurdo acontece porque o “resultado primário” obtido pelo governo nos últimos anos tem sido “suportado”, em parte e desproporcionalmente, pelos *royalties* da Marinha.

O sacrifício imposto à Esquadra permanece no corrente ano. Para o governo atingir a meta de superávit primário prevista na LDO 2005, isto é, R\$44,5 bilhões, a Força está contribuindo sozinha com 0,73%, tomando-se por base os *royalties* retidos na Reserva de Contingência, que somam R\$330 milhões. Mas, toda a dotação a ela consignada, incluindo pagamento de pessoal e da dívida, representa apenas 0,47% da LOA 2005.

Para 2006, repete-se no Projeto de Lei Orçamentária (PLOA-2006) o paradoxo entre a previsão de arrecadação de receitas oriundas dos “royalties” do petróleo e vinculadas à Marinha, da ordem de R\$1,3 bilhão, e a parcela efetivamente alocada na rubrica de OCC, no montante de R\$389 milhões. Para a Reserva de Contingência do Comando da Força, foram destinados aproximadamente R\$940 milhões (PLOA 2006 – PLN 40/2005).

Nesse triste contexto, enquanto a participação global da Marinha no Orçamento de 2006 é de 0,55%, sua contribuição para a meta de superávit primário passou a ser de 1,79%, ou seja, cerca de três vezes maior, o que representa um desproporcional sacrifício orçamentário.

A área econômica do governo precisa convencer-se da desproporção desse sacrifício. Precisa diminuir a participação percentual da Força na formação do superávit primário, atualmente muito maior que a parcela de recursos a ela destinada no Orçamento da União.

O Senado da República tem a obrigação de exigir do Poder Executivo o cumprimento daquelas determinações legais aprovadas pelo Congresso Nacional. Só assim será possível reverter o atual sucateamento da Esquadra, através da implementação dos imprescindíveis programas Emergencial de Recuperação do Poder Naval e de Reaparelhamento da Marinha.

Patriotismo, honradez, heroísmo, pertinácia, lealdade, competência, dedicação, valentia, brio e desprendimento são algumas das dignificantes expressões presentes na vida do Almirante e Marquês de Tamandaré.

Graças ao memorável exemplo desse “Velho Marinheiro”, tais palavras tornaram-se comuns no ideário da marujada brasileira. Ganham força de tradição e poesia porque sempre ecoam nos confins do horizonte, onde se afagam o marulho e o vento emoldurados pelo azul-marinho e pelo azul-celeste. Onde, ao som do mar e à luz do céu profundo, os navios da gloriosa Esquadra também flutuam quais cisnes brancos que, em noite de lua, vão deslizando num lago azul.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, apesar das enormes adversidades, nossos cisnes brancos seguirão flutuando até findarem a derrota e cumprirem todas as missões.

Viva o Dia do Marinheiro! Viva a Marinha do Brasil!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço ao nobre Senador Romeu Tuma a emocionada homenagem que faz à Marinha do Brasil.

Concedo a palavra ao eminente Senador Marco Maciel para proferir o seu pronunciamento.

Registro, ainda, que S. Ex^a, carinhosamente, traz no peito, junto à lapela, uma justa e afetuosa lembrança, em homenagem que a Marinha lhe fez, que é a Grã-Cruz. Ele a carrega no peito como gesto de afeto à Marinha do Brasil.

Convido o Senador Romeu Tuma para presidir a sessão. (Pausa.)

O Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador Tião Viana, agradeço a homenagem de permitir que eu presida esta sessão tão importante para a Nação. Espero que a juventude esteja nos assistindo neste momento.

Concedo a palavra ao Senador Marco Maciel.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Excelentíssimo Sr. Presidente em exercício do Senado

Federal, nobre Senador Romeu Tuma; Excelentíssimo Almirante-de-Esquadra Euclides Duncan Janot de Matos, Chefe do Estado Maior da Armada; Excelentíssimo Sr. General-de-Divisão do Exército Brasileiro Rubens Silveira Brochado; Excelentíssimo Sr. Tenente-Brigadeiro-do-Ar Juniti Saito, Chefe do Estado Maior da Aeronáutica; Excelentíssimo Sr. Almirante-de-Esquadra Marcos Augusto Leal de Azevedo, Ministro do Superior Tribunal Militar; Excelentíssimo Sr. Almirante-de-Esquadra Kleber Luciano de Assis, Secretário-Geral da Marinha; Excelentíssimos Sr^{as} e Srs. Senadores – saúdo, de modo especial, a Senadora Iris de Araújo, o Senador Augusto Botelho e o Senador João Alberto Souza; Excelentíssimos Srs. Embaixadores – saúdo-os na pessoa do Sr. Embaixador da Polônia; Excelentíssimos Srs. Oficiais-Generais, Srs. Oficiais-Superiores, Praças, senhoras e senhores.

A Marinha do Brasil escolheu a data de nascimento de Joaquim Marques Lisboa, Marquês de Tamandaré, como o Dia do Marinheiro. Joaquim nasceu em 13 de dezembro de 1807. Tinha pouco mais de um mês de vida quando, no dia 22 de janeiro de 1808, Dom João VI, com a Família Real e sua Corte, sob a proteção da Esquadra Portuguesa, desembarcou no Brasil, transferindo para aqui a capital do Reino. Cesado o perigo oferecido por Napoleão à Europa, Dom João VI retorna a Lisboa e pouco depois é proclamada a Independência do Brasil.

Na luta que se seguiu com as forças portuguesas, Dom Pedro I inicia a organização da Marinha do Brasil, e Joaquim Marques Lisboa, com quinze anos de idade, ingressa como praticante de piloto na fragata Niterói, sob o comando de João Taylor, ex-oficial da Marinha Britânica, entre muitos outros recrutados pelo Imperador Dom Pedro I.

O futuro Marquês de Tamandaré tem seu batismo de fogo na Guerra da Independência, na luta contra o General Inácio Luís Madeira de Melo, na Bahia, e na perseguição da Esquadra Portuguesa até a foz do rio Tejo. A Marinha do Brasil nasceu, portanto, junto com o Brasil independente e já com a participação, em seus quadros, de seu futuro patrono.

Tamandaré consagrou-se, na História do Brasil graças à sua bravura nas sangrentas batalhas de Riachuelo, Humaitá, Uruguaiana, Curuçú e Curupaiti, integrando as forças da Tríplice Aliança.

Faleceu em 1897, como Ministro do Superior Tribunal Militar.

Sua vida, como foi lembrado, começou pouco antes da Proclamação da Independência e terminou logo após a Proclamação da República. Viveu, assim,

no período em que mais poderia ter colaborado para a consolidação da nação e o fez com rara dedicação, bravura, lealdade e disciplina.

Junto com a nação brasileira, também a Marinha cresceu e consolidou-se como força armada e como guardiã da integridade da Pátria, contribuindo para sua integração interna e manutenção da ordem.

Pernambuco, meu Estado, teve origem a partir de um porto, e nasci, portanto, no Recife, em uma cidade portuária. Talássico, criei-me, portanto, admirando e respeitando a Marinha. Nas diferentes funções públicas que exerci, tenho podido avaliar a importância da Marinha em diferentes aspectos e não apenas no campo estritamente militar, conforme dispõe a Constituição.

É, portanto, com orgulho e satisfação, que hoje participo desta homenagem à instituição. Poderia fazê-lo, referindo-me à participação da Marinha, seja na Guerra da Tríplice Aliança, seja nos dois grandes conflitos mundiais do século passado – o que já seria suficiente –, mas prefiro enfocar os aspectos da ação da Marinha voltados para a integração nacional, a defesa do meio ambiente, a pesquisa científica e o cotidiano da paz, que corresponde à nossa vocação comprovada pelos compromissos e posturas internacionais do Brasil e pela forma com que nos relacionamos com nossos vizinhos continentais, em plena harmonia, sem nenhum conflito. É bom lembrar por oportuno sem nenhum conflito desde há mais de 135 anos, a Guerra do Paraguai.

Nas ações em tempo de paz, infelizmente nem sempre se confere a necessária importância a essas ações, não podemos deixar de reconhecer o papel da Marinha. Como aqui foi dito, quando falamos em nosso País, pensamos em um território com mais de 8,5 milhões quilômetros quadrados, cuja área se entende desde os muitos quilômetros de fronteiras terrestres até os muitos quilômetros de litoral.

E nos esquecemos, muitas vezes, do território que começa aí e se estende por baixo do Atlântico, terrenos e águas sobre os quais temos plena autonomia ou direitos, reconhecidos pela ONU, nos termos da Convenção das Nações Unidas, sobre os Direitos do Mar.

Esses domínios são depositários de grandes riquezas ainda pouco exploradas e, na maior parte ainda, infelizmente, desconhecidas. Correspondendo ao mar territorial, à zona contígua e à zona econômica exclusiva, temos cerca de 3,5 milhões de quilômetros quadrados, extensíveis de mais de 900 mil referentes à plataforma continental, superfície equivalente a mais da metade do território nacional, com imensas riquezas naturais, em grande parte desconhecidas e inexploradas.

Temos aí grandes reservas de petróleo e gás natural, enriquecidas pela tecnologia da Petrobras de operação em águas profundas, na qual o Brasil é líder mundial. Há, também, enormes jazidas de minérios e uma flora e fauna só comparáveis aos recursos da biodiversidade da Amazônia.

Vemos, assim, nossa Marinha participando da integração em todo o território nacional, nas suas bacias fluviais, em particular na Amazônia, atendendo nossa população em locais somente alcançáveis pelos rios e, no mar, numa área equivalente a meio Brasil no terreno firme. Daí a necessidade de uma Marinha bem equipada e treinada, com recursos financeiros que lhe dêem o suporte adequado a suas múltiplas e estratégicas atividades.

Sr. Presidente, Exm^{os} Srs. Convidados, Sr^{as} e Srs. Senadores, permitam-me agora fazer uma breve referência a projetos especiais afetos à Marinha. Geralmente quando se analisa o papel das Forças Armadas, sempre se enfatiza – é natural – aquilo que está expressamente consignado na Constituição. Mas algo que nem sempre é reconhecido é o papel que as Forças Armadas desempenham no campo da ação social e também – faço questão de frisar este item –, no campo do nosso desenvolvimento científico e tecnológico. Houve um grande pensador político, falecido no início deste ano, que foi talvez um dos melhores formuladores no campo da ciência política do século passado que disse que o mundo já se dividiu entre fortes e fracos, ricos e pobres e que agora o mundo se dividirá entre aqueles que sabem e os que não sabem.

Com isso, Norberto Bobbio, pensador a que me refiro, queria chamar a atenção para a importância da ciência e da tecnologia. E, sob esse aspecto, não podemos deixar de reconhecer o notável papel que as Forças Armadas desempenham nesse campo, muitas vezes, sem o destaque que deveria ser dado.

Além da destinação legal de defesa da Pátria, de garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem, as Forças Armadas, de um modo geral, e a Marinha, em particular, desenvolvem outras ações derivadas e imprescindíveis, entre elas, friso, mais uma vez, a de pesquisa científica nos campos vinculados, com uso eficiente de seus meios, visando ao cumprimento de suas finalidades constitucionais, atividades de ensino, treinamento, atividades culturais e, como se salientou aqui pela palavra dos oradores que me antecederam, atividades assistenciais junto à população.

Gostaria de, além de a missão de paz no Haiti, de que a Marinha participa, através da Brigada Haiti, um

Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais, mencionar também outras missões que a Marinha desenvolve ou desenvolveu. No campo assistencial e social, destacaria o Projeto Rondon, com participação, de modo particular, na Amazônia, com navios-patrolhas fluviais, helicópteros e por meio de assistência hospitalar; patrulha naval, anteriormente designada de patrulha costeira, que tem a finalidade de implementar e fiscalizar o cumprimento de leis e regulamentos de nossas águas jurisdicionais na plataforma continental brasileira e no alto mar, em respeito aos tratados e convenções e atos internacionais ratificados pelo Brasil.

O Serviço de Busca e Salvamento da Marinha, o Salvamar, tem a missão de prover ações de salvamento de pessoas em perigo no mar e nos rios, nas áreas marítimas ou fluviais de responsabilidade brasileira. O serviço inclui também operações de socorro e salvamento nas hidrovias da Amazônia Ocidental prestado pela Marinha do Brasil. Esse é um serviço que tem reconhecimento mundial.

Análises e previsões meteorológicas de produção e divulgação para a área marítima de responsabilidade do Brasil a fim de atender os compromissos assumidos pelo País perante a comunidade marítima como integrante da Convenção Internacional para a Salvaguarda da Vida Humana no Mar. O Programa Antártico Brasileiro, Proantar, em função do Tratado de Antártida, o Brasil trabalha com outras nações que se comprometeram a ocupar o Continente Antártico apenas para fins pacíficos e através de cooperação internacional para o desenvolvimento das pesquisas científicas. Nesse programa, a Marinha do Brasil tem fundamental responsabilidade logística e científica, em parceria com outras instituições nacionais. Sob a responsabilidade da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar, além da Marinha, integram a equipe brasileira: o Ministério de Ciência e Tecnologia, por meio do CNPq, e a Universidade de São Paulo, a USP, além de outras instituições.

Por fim, entre muitas ações que a Marinha desenvolve no campo assistencial, no campo educacional e, de modo particular, no científico e tecnológico, me referiria ao Projeto Aramar. Sei que esse projeto, ali e acolá, desperta alguma polêmica, como, aliás, todos os projetos que dizem respeito à utilização da energia nuclear.

Desde muito cedo, entendi que essa é uma área que não devíamos ignorar. Pelo contrário, deveríamos investir nas pesquisas nesse campo e, mais do que isso, buscar promover o desenvolvimento científico e tecnológico nesse campo.

Tive já oportunidade de visitar o Projeto Aramar, o trabalho de pesquisa no campo da física nuclear, em parceria com outras instituições científicas, visando ao emprego da energia nuclear para fins pacíficos e o aproveitamento das nossas jazidas de urânio, talvez, as maiores do mundo.

Acredito que esse projeto, que, aliás, não tem andado, até por falta de recursos, com a velocidade necessária, é muito importante para o País que possamos nos desenvolver sob o ponto de vista científico e tecnológico, intercambiar experiências e aumentar a nossa inserção na sociedade internacional. O Brasil precisa exercer o seu papel, nestes tempos, de mundialização em que vive o planeta. Essa parece ser a fronteira que devemos ultrapassar para realizar o sonho de termos a Nação com a qual sonhamos, de realizarmos aquilo que o Hino Nacional diz: “o nosso sonho intenso”. E acredito que é fundamental, nessa área, investir mais em ciência e tecnologia e reconhecer, como aqui foi dito pelo Senador Romeu Tuma, o papel que as Forças Armadas desempenham nesse campo e, especificamente – já que falo sobre a Marinha –, o papel que a Marinha desenvolve no que diz respeito ao desenvolvimento científico e tecnológico do País. Faço questão de enfatizar, o Projeto Aramar e assim estaremos reconhecendo a importância desse setor.

Stefan Zweig escreveu uma obra que era leitura obrigatória na minha geração – e isso já faz muito tempo –, chamada **Brasil, País do Futuro**. A sociedade brasileira sempre se pergunta quando esse futuro se torna presente, quando o futuro começa a habitar dentro de nós. Na realidade, podemos dizer que esse futuro, para que seja devidamente viabilizado e transformado em realidade, passa pelo processo de se investir cada vez mais em ciência, tecnologia, pesquisa e inovação. Obviamente, tendo como pressuposto uma grande prioridade na Educação.

Sr. Presidente, sem querer me prolongar em considerações, gostaria de me congratular com a Instituição que tem Tamandaré como patrono, Marcílio Dias como ícone, nos dois extremos da hierarquia da Força, e o altivo e sereno cisne branco deslizando em nossas águas como símbolo para mostrar que nossas armas estão a serviço da paz e de nossa soberania. O momento serve para refletir sobre a questão do reaparelhamento da Marinha do Brasil – aliás, objeto de uma observação do Senador Tião Viana, que, como Vice-Presidente do Senado Federal, abriu esta sessão e, a esse ponto, se referiu em seu lúcido pronunciamento. Isso é fundamental para que a Marinha possa cumprir as missões que lhe estão afetas. Essa preocupação

também, é óbvio que se precisa dizer, se estende às demais Forças: o Exército e a Aeronáutica.

No caso específico da Marinha, urge que o Governo Federal conclua os estudos sobre o Programa de Reaparelhamento da Marinha (2006 – 2025), que se destina prioritariamente a repor os diversos navios que foram desincorporados ao longo dos últimos anos, bem como aqueles que, a curto ou médio prazo, também terão que ser retirados do serviço ativo devido ao elevado grau de obsolescência ou longo tempo de operação que atingirão.

A execução desse programa, além de viabilizar a eficiência operacional da Marinha, certamente produzirá reflexos positivos para a economia nacional, estimulando um sem-número de setores da cadeia produtiva associada à indústria marítima. Os dispêndios com o programa deverão ser compensados pela salvaguarda do imenso patrimônio que temos no mar sob nossa soberania ou jurisdição.

Encerro minhas palavras cumprimentando, mais uma vez, a Marinha, aqui representada pelo Ex^{mo} Sr. Almirante de Esquadra Euclides Duncan Janot de Matos, Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, tendo em vista o fato de o Sr. Comandante da Marinha se encontrar neste momento em outra dependência do Senado Federal, expondo na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional as questões relativas às Forças Armadas Brasileiras.

Rendo homenagens à Marinha pela passagem de data tão significativa ontem transcorrida e desejo votos de continuado êxito em sua missão, que tantos e reconhecidos serviços tem prestado ao País e a suas instituições. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Muito obrigado, Senador Marco Maciel.

Concedo a palavra, como Líder do PMDB e da Maioria, ao ilustre Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente Senador Romeu Tuma, Ex^{mo} Sr. Almirante-de-Esquadra Chefe do Estado-Maior da Armada Euclides Duncan Janot de Matos; Ex^{mo} Sr. General-de-Divisão Rubens Silveira Brochado, Ex^{mo} Sr. Tenente-Brigadeiro-do-Ar Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica Juniti Saito, Diplomatas, Senadores, senhores militares, demais cidadãos, o mar, a mais ampla cobertura da superfície do Planeta; o mar, manancial inesgotável de vida, de riquezas inimagináveis; o mar, ainda hoje, desafio para o ser humano em pleno século XXI, monotonia majestosa, esconde tantos segredos a desvendar. O mar é o espaço do marinheiro; é o seu destino. Se a

vida nos diz: “A ciência veio do mar”, o marinheiro sente a compulsão de voltar à origem, de reinventar a vida individual e coletiva a partir do mar.

Pelos caminhos do mar que se abrem e apagam com rapidez, os marinheiros portugueses descortinaram nosso País, tiveram fundamental desempenho na sua construção. Navios trouxeram pessoas de outros continentes para as terras brasileiras, levaram pau-brasil, açúcar, pedras e metais preciosos, café; trouxeram bens diversificados, materiais e culturas da Europa, da Ásia e da África. No processo tantas vezes violento e desumano da colonização, uma Nação foi sendo forjada.

Desde o início, Sr. Presidente, senhoras e senhores, os interesses de outras nações européias voltaram-se para riquezas que se sabiam nas terras brasileiras por meio do mar e procuraram apossar-se delas.

A Marinha da metrópole portuguesa teve importante papel para ajudar a garantir, ao longo de alguns séculos, a unidade do nosso vasto território. Mas a Marinha do Brasil nasce verdadeiramente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nas lutas da independência contra a mesma metrópole. Nessas lutas, um marinheiro se destaca por sua bravura e dedicação à causa patriótica: Joaquim Marques Lisboa. Entra como voluntário na esquadra brasileira comandada pelo Almirante Lord Cochrane, enfrentando a esquadra portuguesa no mar da Bahia e depois nas amplidões do Oceano Atlântico. Ali, na fragata Niterói, passa pelo seu batismo de fogo e marca com a medalha recebida por D. Pedro I o início de uma gloriosa carreira militar.

Depois de atuar na Guerra Cisplatina, livrando-se em fuga espetacular da prisão inimiga e de combater várias reformas internas, Joaquim Lisboa, já tendo recebido o título de Barão de Tamandaré, é nomeado Comandante-Chefe das Forças Navais no rio da Prata, obtendo, nessa condição, memoráveis vitórias na campanha oriental e na penosa Guerra do Paraguai.

Alçado ao posto de Almirante em 1867, feito Marquês no último ano do Império brasileiro, Tamandaré reúne em si todos os atributos do líder incontestável em vulto glorioso da Marinha, razões pelas quais sua data de nascimento, 13 de dezembro, será consagrada, como o foi, como o Dia do Marinheiro.

Além do Marquês de Tamandaré, Patrono da Marinha brasileira, são muitos os marinheiros que se destacaram pela bravura em defesa da pátria, particularmente em nosso maior conflito bélico. Basta aqui citarmos dois deles: o indômito Almirante Barroso e o heróico Marcílio Dias. Seu corajoso exemplo inspira cada um de nós e cada um dos nossos marinheiros

que aprenderam a amar a paz e a garanti-la pelo preparo permanente e pelo destemor do combate.

Referimo-nos, Sr. Presidente a essa vinculação entre o mar e o marinheiro, entre Marinha e o mar.

Dizíamos da importância do mar para a ocupação do nosso território, por meio do qual se foi conformando a Nação. Hoje, a Nação plenamente constituída precisa debruçar-se sobre o mar em sua volta, precisa conhecer as riquezas do mar e saber explorá-las tanto como saber defendê-las.

Garantir a posse da terra pátria é preciso fazer ao mesmo tempo em que se faz com o mar que, de direito, nos pertence.

Longe de estarmos num tempo em que o País podia se conformar com o domínio de uma faixa de mar que se estendia por um tiro de canhão, hoje e desde os finais dos anos de 1950, passaram a ser discutidos no âmbito da Organização das Nações Unidas os direitos dos países litorâneos sobre o mar que os cerca.

Sentíamos, nessa época, que deveríamos proteger-nos das ações dos pesqueiros estrangeiros na faixa brasileira da Plataforma Continental. O Brasil antecipou-se à vigência da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar para declarar como seu o mar territorial de 200 milhas a partir da nossa costa. Isso ainda no início dos anos 70.

Hoje, adotada há mais de duas décadas a Convenção da ONU, lutamos por mais amplos direitos. A própria Convenção sobre o Direito do Mar abriu a possibilidade a que os Estados costeiros reivindicassem um prolongamento de 150 milhas para além das 200 milhas da zona economicamente exclusiva.

Essa faixa a que se prolonga o país costeiro detém o direito exclusivo de exploração do solo e subsolos marinhos, mas não de recursos vivos daquelas águas. Essa considerável ampliação, de qualquer modo, abriria perspectivas ainda mais fabulosas de benefícios econômicos para o nosso País. Se for acatada a proposta apresentada à Comissão dos limites da ONU, esse será o nosso limite.

Um resultado favorável a todas as pretensões brasileiras que se esperam deve ser conhecido no próximo ano e representaria a incorporação da jurisdição nacional de uma área de cerca de 900 mil quilômetros quadrados. A área total, já dizia aqui o Senador Marco Maciel, cresceria para 4 milhões e 400 mil quilômetros quadrados, metade do território nacional. Teríamos dessa forma, Sr. Presidente, sobre as águas, uma área equivalente a Amazônia, uma Amazônia azul, como tem a ela se referido a nossa Marinha.

Se são imensas as perspectivas de exploração econômica que se abrem, aumenta também a nossa responsabilidade de defender aqueles recursos e utilizá-los de maneira eficiente e harmoniosa com o meio ambiente aquático.

As tarefas que se abrem para a Marinha brasileira e seus correspondentes desafios alargam-se junto com o nosso mar. Com a bravura dos nossos marinheiros, com o preparo cada vez mais exigente que eles recebem, bem como a lucidez dos seus comandantes, podemos contar, tenho certeza, que venham boas novas sempre para o Brasil oriundas desta faixa.

Tive a honra, Sr. Presidente, Srs. Senadores e todos os demais, de ir a Antártida com a Marinha e vi a importância da pesquisa, a importância de estarmos lá junto a um elenco de nações que estão lutando para descobrir cada vez mais novidades, inclusive – isso é muito importante – para a determinação do clima que temos no Brasil e no mundo, que está apresentando um clima mutante.

Estive na Amazônia e vi o papel da Marinha naquela região.

Já tive até um certo temor em relação ao des-
preparo das nossas Forças Armadas frente a outras nações do próprio continente. Estive na Argentina na época da guerra das Malvinas, onde vi a Marinha armada com *exoset*, quando a nossa não tinha isso. Não estávamos com esse poder, e eles tinham um poder muito maior do que o nosso. Nós nem sabíamos que a guerra havia sido deflagrada. Graças a Deus, hoje, a Marinha e o País estão se preocupando com o poder nacional. E aí de um país que não cuida do seu poder nacional. Os nossos militares, muitas vezes, por não estarmos em conflito permanente, ou nunca estarmos em conflito, ficam um pouco esquecidos. Mas aí do país que faz isso. Não me conformo em ver que, embora a lei nos permita 35 mil militares, não temos na Marinha mais do que 32 mil. E, hoje, cerca de oito mil civis que trabalham na Marinha têm o seu contingente para cuidar de uma infinidade de espaço e para defender toda a nossa costa.

E quando se refere a recursos, a revolta minha é um pouco maior. Já duas vezes fui o relator aqui de verbas para a Marinha, junto ao banco tal, dinheiro de nação tal. O dinheiro é aprovado, mas não é internalizado, e as defesas de que precisamos não saem. Precisamos de fragata, precisamos de mais submarinos, precisamos de nos impor a um mundo que por hora, na nossa banda, parece pacífico, mas tormentas vão surgindo. Uma hora é na Colômbia, outra hora é na Venezuela, outra hora ali, outra hora é acolá. E aí

do país que for apanhado de surpresa; aí do país que não fabricar os elementos de que precisa para sua defesa.

Vimos, quando do conflito da Argentina, o que aconteceu com quem precisava de dependência externa. O que aconteceu? Os fornecedores não chegaram, e, de repente, não adiantava, não havia mais os armamentos necessários para a sua defesa, embora tivessem iniciado.

Tenho, todo o ano, brigado, juntamente com um grupo de Senadores, por emendas para a nossa Marinha, porque o orçamento sempre é menor do que gostaríamos. E não se trata só da Marinha. Aqui tenho falado, dependendo da ocasião, que não me conformo de ver um piloto descer do avião, onde recebe um treinamento caro, e ter que enfrentar um subemprego, às vezes até de motorista de táxi. Isso não é diferente para um oficial do Exército, isso não é diferente para um oficial da Marinha. Mas na Marinha, além de todos os problemas que estão vivendo, ainda há a beleza dessa farda branca. Hoje mesmo, vi um falar para outro que lhe botou a mão na farda: "Não ponha a mão no meu branco". E a gente sabe o quanto é difícil manter a fleuma dessa uniforme tão bonito, mas tão difícil. Fico imaginando o trabalho que as mulheres dos marinheiros e dos oficiais têm para mantê-los impecáveis, todos tão bem-cuidados, nesse uniforme tão bonito e tão garboso.

Assim, precisamos ter mais cuidado, mais amor à primeira Arma que nós tivemos. Com certeza, se não estivermos dando à Marinha as verbas necessárias, não teremos a pesquisa da Antártida, não teremos a pesquisa atômica, em que a Marinha está muito bem-entrosada e sempre à frente. Tenho certeza de que, cada vez mais, vamos nos convencer disso.

Convoco mais colegas para que lutemos não só com as emendas lá nas Comissões, mas também no Orçamento. Eu vou estar lutando por isso no Orçamento, porque todo dinheiro ainda é pouco para quem tem uma missão tão grande e tão gloriosa como defender as costas brasileiras.

Viva a Marinha! (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Parabéns, Senador Ney Suassuna.

Concedo a palavra ao Senador Augusto Botelho, que tem um sapo no telefone e que andou assustando algumas Senadoras.

S. Ex^a falará em nome do PDT.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Não

se assustem porque isto aqui não é o discurso, mas o relatório que já estou sendo chamado para votar.

Exm^o Sr. Presidente, Exm^o Sr. Almirante-de-Esquadra Euclides Duncan, Exm^o Sr. General-de-Divisão Rubens Brochado, Exm^o Sr. Tenente-Brigadeiro Saito, Exm^o Sr. Almirante-de-Esquadra Marcos Azevedo, Exm^o Sr. Almirante-de-Esquadra Kleber Luciano, Sr^{as} e Srs. Senadores, ilustríssimos senhores do corpo diplomático, senhores oficiais das Marinha e praças que estão aqui presentes, eu ocupei esta tribuna como um homem da Amazônia. Eu sou médico de Roraima e há trinta anos exerço a minha profissão lá. Logo que me formei, passei quase dois anos no Hospital Marcílio Dias, servindo e aperfeiçoando os meus conhecimentos. Devo dizer que naquele tempo o Marcílio Dias já era um hospital onde se fazia uma medicina de ponta, onde a gente podia fazer o melhor que se sabia em medicina em nível mundial. Hoje, tenho certeza, está muito melhor.

Venho aqui, primeiro, agradecer em nome do povo da Amazônia, dos ribeirinhos da Amazônia, que só viram dentistas e médicos da Marinha até hoje. Eles só receberam assistência de pessoas da Marinha. É claro que nas unidades militares ocorre a mesma coisa em relação aos militares do Exército e da Aeronáutica. O Exército tem uma vantagem a mais nas unidades avançadas da Amazônia: os professores das escolas da periferia das unidades geralmente são as esposas do pessoal do Exército e os próprios oficiais.

Quero homenagear a Marinha tornando público este agradecimento aqui. Faço também uma reivindicação em nome do meu Estado de Roraima, que creio ser o único Estado que não tem uma representação da Marinha. Aliás, a representação sou eu, outro oficial da Marinha e um outro, que já morreu. Éramos três, mas morreu um e agora só temos 66%, mas todos fora.

Eu acho que o rio Branco e todos os nossos rios necessitam que a Marinha, de acordo com as suas possibilidades de tecnologia, desenvolva um outro tipo de veículo que possa navegar nos rios de menor calado. Não precisa ser um navio de combate violento. Mas é preciso haver a nossa presença. A Guiana e a Venezuela ainda não têm definição de limite de suas áreas. Um diz que é de um, outro diz que é de outro. Qualquer hora, fazem uma confusão lá, invadem... Com essa transformação da Raposa Serra do Sol, que pega quase toda a fronteira da Venezuela e parte da Guiana, isolando mais ainda, nós podemos ter problemas sérios lá. Eu não sou militar, sou médico, mas acho que não podemos deixar entrar, porque depois que entra fica mais difícil resolver.

Assim, meu pedido, em nome do povo de Roraima, é no sentido de que seja instalada uma capitania em Boa Vista – pode ser mais abaixo do rio Branco –, principalmente porque os nossos ribeirinhos... Nós temos uma grande população que vive lá –, os que estão à margem do rio Negro ainda recebem assistência da Marinha, mas os que dependem de rio que deságua no rio Branco não recebem assistência da Marinha, recebem assistência do Estado, que é precária e difícil.

Outra coisa que devo falar aqui é que tenho esperança de que o Brasil esteja entrando em uma onda de crescimento. Acho que esse sucateamento que está ocorrendo nas nossas Forças Armadas, nas nossas universidades, não deve ocorrer mais nos próximos dez anos, porque, se o País tiver mais dinheiro para atender ao clamor social, também vai atender ao clamor de aumentar a defesa da Pátria, porque, quando estamos fabricando um navio para patrulhar o País, estamos criando emprego também, ele está atendendo ao clamor social. Quando estamos desenvolvendo a nossa tecnologia nuclear, que os países ricos não querem que a gente desenvolva, porque querem tomar, querem se apossar da nossa forma de apurar o urânio, mais econômica, que desenvolvemos graças à Marinha, que está mais à frente na parte nuclear, é porque ameaçamos, realmente, o equilíbrio mundial.

No meu Estado, onde existe uma reserva mineral hoje é uma área indígena, e a área indígena não foi definida pelos índios que vivem lá, não foi definida pelas pessoas, foi definida por ONGs financiadas, algumas de boa fé, mas a maioria financiada por gente que tem interesse que o Brasil não cresça. A maior reserva de urânio do Brasil está na região da Raposa Serra do Sol. A maior reserva de nióbio do mundo – não preciso nem falar isso para os militares porque eles sabem que o nióbio é utilizado na fabricação de armamentos e de satélites, é um mineral nobre – está na Cabeça do Cachorro, que é uma área ianomami.

Outra coisa que devo falar publicamente aqui é que essas áreas indígenas aqui no Brasil estão coincidindo com áreas indígenas feitas na Venezuela também. Quer dizer, é possível que daqui a pouco a potência hegemônica queira criar um país índio. E onde vai ser? Na Amazônia. A Amazônia, desde os primórdios da ocupação do Brasil, desde quando começamos a fazer o Brasil, foi objeto de conflito e todas as vezes que ocupamos a Amazônia foi num conflito. Foi no tempo dos portugueses, foi, ultimamente, no tempo do Barão do Rio Branco, onde perdemos uma parte do rio Rupununi, que é da Guiana. Era uma área nossa onde havia pessoas descendentes de brasileiros que

moravam lá e que vieram para cá. Foi decidido pelo Barão do Rio Branco, mas foi uma solução. Não podemos perder mais área nenhuma.

Eu gostaria de sugerir aos senhores oficiais da Marinha que lessem um livro, que foi publicado recentemente, lançado na biblioteca do Senado, do Prof. Nelson Ribeiro, que fala sobre a soberania relativa da Amazônia. É um livro que faz um histórico para que tenhamos uma posição bem clara de que nós, brasileiros, não queremos nem admitimos ou aceitamos soberania relativa sobre a Amazônia. Somos donos da Amazônia, nós é que vivemos lá e não vamos sair de lá. Acreditamos que as nossas Forças Armadas, principalmente o Exército, estão preparadas para defender se houver qualquer invasão. Muitas vezes acham que isso é paranóia, mas à época em que foi inventado que estava havendo um massacre de ianomamis por uma ONG, quando disseram que estava havendo um massacre de uma etnia, que pegaram cinquenta índios de uma aldeia, amontoaram e queimaram, o que é uma mentira... Qualquer pessoa sabe que queimar uma vaca no campo ou na mata mesmo dá um trabalho danado. Se é preciso muita madeira para poder queimar um animal de duzentos quilos, imagine cinquenta pessoas... Quando aquilo aconteceu, havia um pelotão de Marinha, um bloco, uma força da Marinha americana fazendo uma manobra bem pertinho ali, na Guiana Inglesa. Não dava nem uma hora de avião monomotor para onde eles disseram que tinha havido o conflito. Houve até uma confusão diplomática porque realmente houve uma briga entre garimpeiros, mas não foi nem no território brasileiro, foi na Venezuela.

São essas coisas nós temos de dizer. Acham que estamos com paranóia, mas eu, que vivo na Amazônia, sei disso. Existem missões de religiosos que estão há mais de cinquenta anos trabalhando lá, que fazem um trabalho sério de evangelização e de conservação dos indígenas. Mas a maioria das ONGs que estão chegando agora não tem essa intenção. Acho que eles estão de olho no minério e estão de olho, como todo mundo sempre esteve, na Amazônia. Acham que nós não somos donos da Amazônia, mas somos donos da Amazônia e não vamos sair de lá.

Parabéns à Marinha! Parabéns às Forças Armadas!

Falaram em hino aqui. Realmente, todos nós, Parlamentares e os senhores da Marinha, temos de fazer um trabalho para que os valores nacionais sejam estimulados nas escolas novamente. Quando eu estudava em Roraima – saí de Roraima em 1963 para estudar fora – eu sabia cantar todos os hinos da

Pátria e nós também cultuávamos todos os símbolos da Pátria. Os meus filhos passaram pela escola e eu tentei manter um pouco, mas hoje isso já não existe. Nós temos que resgatar isso. É por isso que eu gosto do Brasil, por isso que sou brasileiro e é por isso que eu amo a minha Pátria, como tenho certeza de que todos vocês também amam.

Parabéns, então, ao Dia do Marinheiro. Espero que um dia a Marinha finque a bandeira dela no meu Estado. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador Augusto Botelho, V. Ex^a tem a obrigação de levar para a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional o seu problema de Roraima, para reivindicarmos verbas para que a Marinha instale o Comando de Capitania que V. Ex^a deseja.

Convido a todos para ouvirmos a Canção do Marinheiro, executada pela Banda do Grupamento de Fuzileiros Navais de Brasília – nós a conhecíamos como Cisne Branco. Hoje o branco está bonito, está brilhando. Como diz o Senador Ney Suassuna, está todo mundo engomado.

Vamos, então, ouvir a Banda executar a Canção do Marinheiro.

(Procede-se à execução da Canção do Marinheiro).

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Acabamos de ouvir a execução da Canção do Marinheiro.

É um *layout* muito bonito, Almirante, que eu acho que vale à pena que os brasilienses compareçam para conhecer a Marinha do Brasil.

Cumprida a finalidade da sessão, agradeço as personalidades que nos honraram com o seu comparecimento, Srs. Oficiais Gerais das Três Forças e mais os nossos Marujos que trazem a vida da Marinha no coração.

Muito obrigado por tudo.

Os Srs. Senadores Luiz Otávio e Flexa Ribeiro enviaram discursos à Mesa para ser publicado na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o §2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, inicialmente, quero parabenizar o Senador Tião Viana pela iniciativa de propor esta solenidade em homenagem ao Dia do Marinheiro.

Quero, ainda, congratular-me com o Comandante da Marinha, Almirante-de-Esquadra Roberto de Guimarães Carvalho, com todos os oficiais e, espe-

cialmente, com todos os marinheiros, pelo transcurso de seu dia.

Mas esta ocasião é oportuna não apenas para congratulações. É, também, uma oportunidade para trazermos à memória a importância estratégica da defesa marítima do País e enfatizarmos o fato de que ela vem sendo negligenciada, em grande medida, pelos irrisórios recursos financeiros que lhe são destinados no orçamento.

Em brilhante artigo que me chegou às mãos, o Almirante Carvalho lembra as palavras de Rui Barbosa: “O mar é o grande avisador. Pô-lo Deus a bramir junto ao nosso sono, para nos pregar que não durmamos”.

Numa análise sem profundidade, alguém poderia argumentar que o Brasil não vive sob ameaça de conflitos que justificassem a dispendiosa manutenção de uma esquadra marítima. Esse pensamento é carente de qualquer senso e da sabedoria que a análise da História humana pode nos trazer.

A História é abundante de casos e exemplos a nos apontarem a necessidade de estarmos sempre alertas. É justamente quando se baixa a guarda que o inimigo vem ao ataque. O desejo de conquista não integrou a alma humana somente em períodos remotos. Seria desnecessário dar exemplos atuais em que a ambição do homem pelo domínio de outros povos se expressa com viva eloquência.

Se, por um lado, a ameaça de guerras e conflitos paira como nunca no planeta Terra – ainda que pareça adormecida em certas regiões –, por outro lado há também ameaças de outros tipos. É o caso, por exemplo, da biopirataria e da exploração de nossas riquezas por quem não teria o direito de fazê-la.

Colocando em termos diretos: quem é capaz de garantir que, nos mais de 3,5 milhões de quilômetros quadrados de nossa Zona Econômica Exclusiva (ZEE), não há navios estrangeiros explorando as infinitas riquezas biológica e mineral que ali estão contidas? E quem garantirá isso quando, se Deus quiser, nosso pleito de exploração de outros 900 mil quilômetros quadrados de plataforma continental for aprovado pela ONU?

É interessante que o termo *Amazônia Azul* busque um paralelo com a região Amazônica brasileira. É interessante também que a comparação seja perfeita não apenas quando levamos em conta as dimensões das duas “amazônias”, mas também alguns de seus principais problemas, tais como a questão da biopirataria e da gigantesca dificuldade em se efetuar um patrulhamento e uma fiscalização eficientes em ambas regiões.

Nossa “Amazônia Azul”, em alguns aspectos, padece ainda mais de certos males do que a floresta amazônica. É que, enquanto a Amazônia clorofilada é razoavelmente bem conhecida da população e autoridades, a das águas é totalmente desconhecida de todos. O senso comum ignora completamente suas dimensões, riquezas, importância estratégica e o fato de que há muita gente, lá fora, “de olho” nela.

É oportuno lembrar, a esse respeito, o lançamento do livro ***O Mar no Espaço Geográfico Brasileiro***, feito em parceria entre o Ministério da Educação e a nossa Marinha. Trata-se de um lançamento extremamente oportuno. É preciso que se conscientize o Brasil acerca da riqueza que ignora ter. É bom lembrar também que a vontade política nada mais é do que a síntese da vontade popular, portanto, espera-se uma ação mais eficiente por parte dos governantes, é boa medida procurar a conscientização do povo brasileiro.

Sr. Presidente, nobres Parlamentares, caras senhoras, caros senhores, outro assunto que julgo oportuno abordar, conforme já havia alertado, é a situação de penúria por que passa o orçamento da Marinha. A consequência mais imediata disso é o sucateamento de quase toda a sua frota naval.

Em 2002, foram elaboradas e aprovadas duas medidas essenciais para a reversão do quadro de penúria dos equipamentos da Marinha: o *Programa Emergencial de Recuperação do Poder Naval* e o *Programa de Reaparelhamento da Marinha*. No entanto, a liberação da verba necessária para esses programas não vem ocorrendo, ao contrário, tem havido um contingenciamento desproporcional para a Força do Mar.

Quando digo “desproporcional”, não o faço de maneira impensada. Vejam só: enquanto está prevista uma participação de 0,55% no orçamento de 2006 para a Marinha, sua contribuição para a meta de *superávit* primário – por meio do contingenciamento de seus recursos – será de 1,79%, ou seja, três vezes maior, o que representa um sacrifício realmente desproporcional e injusto.

É muito temerário que estejamos tratando dessa forma a Força que faz o patrulhamento e a defesa de uma área de suma importância estratégica, e pela qual transitaram, somente em 2004, mercadorias em quantidade tal que sua comercialização – somando-se o total exportado e o importado – representa algo em torno de US\$160 bilhões. Como disse, é temerária a situação pela qual a Marinha brasileira está prestes a chegar.

É preciso que se lembre, Sr. Presidente, que o sucateamento de uma frota naval não é algo que se reverta da noite para o dia. Basta que se recorde que,

entre o início do projeto de um navio do tipo fragata e sua efetiva prontificação operacional, transcorrem de 6 a 10 anos. Eu disse: 6 a 10 anos!

Pode-se imaginar, então, com toda a segurança, que as ações – ou a falta de ações – tomadas em relação a esse assunto levam anos para surtirem seus efeitos. Assim, se estamos com uma frota naval sucateada e se viemos negligenciando sua recuperação e manutenção durante os últimos 5 anos, é perfeitamente correto imaginar que ainda não chegamos “ao fundo do poço”. A frota continuará sua “descida morro abaixo”, a menos que sejam tomadas medidas com máxima urgência para reverter a situação.

Por tudo isso, Sr. Presidente, no mesmo momento em que me congratulo com a nossa Força do Mar pelo transcurso deste Dia do Marinheiro, registro também meu protesto para que se dê o devido valor e reconhecimento à importância do papel que ela representa para a soberania nacional e para a defesa e fiscalização de nossa “Amazônia Azul”.

Muito obrigado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Senhor Presidente, Senhoras Senadoras e Senhores Senadores, não poderia deixar de juntar-me às justas homenagens hoje prestadas à Marinha brasileira pela passagem do Dia do Marinheiro, comemorado ontem, dia 13 de dezembro.

Há pouco mais de um mês, estive aqui, nesta mesma tribuna, chamando a atenção para o estado de penúria em que se encontra a Marinha brasileira. É real, como então mencionei, o risco de que, se nada for feito imediatamente, a esquadra nacional venha a se tornar obsoleta e inoperante nas próximas duas décadas. Atualmente, metade dos navios e submarinos esta parada, e mais da metade das aeronaves não tem condições de voo.

Mas hoje, Senhor Presidente, não é dia de lamentar. O alerta já está feito, e a situação é de todos conhecida. Hoje importa menos o futuro, tornado incerto pelo descaso do presente, do que o passado, com seu brilho e sua glória incontestáveis – pois brilhante é, sem dúvida, a contribuição que a Marinha brasileira tem dado ao País, desde os tempos das lutas pela independência.

Não por acaso, escolheu-se, para marcar o Dia do Marinheiro, a data de nascimento de uma das figuras mais heróicas da história militar brasileira no século XIX: o almirante Joaquim Marquês Lisboa, o Marquês de Tamandaré. Não há símbolo mais eloquente da grandeza da história da Marinha brasileira do que o “Velho Marinheiro”, como ele próprio chamou a si

mesmo em seu testamento – e assim está escrito na lápide do panteão que lhe foi dedicado em Rio Grande, sua cidade natal.

Ainda adolescente, engajou-se na luta pela independência, participando da histórica perseguição da esquadra portuguesa desde o litoral baiano até a foz do Tejo, em 1823. Daí em diante, até 1867, quando foi promovido a almirante, tomou parte em praticamente todos os eventos militares importantes envolvendo a Marinha. Sua longa vida, que atravessou quase todo o século XIX, confunde-se, em parte, com a própria formação da nacionalidade brasileira. Sua escolha como patrono da Marinha é um justo reconhecimento disso e sinaliza, com acerto, para o papel fundamental desempenhado pela Marinha na formação de nosso País.

Aliás, não se pode esquecer de que a própria história do Brasil começou como resultado de uma aventura marítima. Somos, em parte, descendentes de uma grande “nação marinheira”, que é Portugal. Os primeiros europeus a pisarem no solo do que viria a ser o Brasil foram, justamente, marinheiros.

Hoje, é certo, o tempo do heroísmo das grandes navegações do século XV ou das turbulências militares do século XIX já está longe. Mas isso não diminui em nada a fundamental importância de uma esquadra eficiente, sobretudo em um país como o Brasil, com seus mais de 7 mil quilômetros de costa e mais de 3 milhões e meio de quilômetros quadrados de território marítimo. O controle e a fiscalização dessa extensa área cabe à Marinha.

E não poderia esquecer – proveniente da Amazônia que sou – o papel fundamental desempenhado pela Marinha nos rios amazônicos. Ali, seu papel vai muito além da patrulha e da vigilância das fronteiras. São 11 mil milhas de vias fluviais, utilizadas por milhares de embarcações. É um imenso labirinto de rios, mas labirinto mutável, dinâmico, extremamente suscetível às mudanças sazonais. A cada ciclo de cheia e seca, ilhas são formadas ou desaparecem, braços de rio deixam de existir, canais se tornam mais estreitos, e assim por diante. Sem o incansável esforço de atualização cartográfica realizado pela Marinha, esforço que tem de ser contínuo, esse labirinto seria intransitável.

Ainda mais importante é o papel assistencial que a Marinha desempenha na Amazônia. São muitos os lugares onde só se chega de barco. São muitos os lugares em que o único hospital disponível são os navios de assistência hospitalar, que a população ribeirinha chama, significativamente, de “navios da esperança”. Em suas 25 viagens anuais, em média, esses navios podem chegar a realizar algo em torno de 100 mil atendimentos de saúde, desde exames laboratoriais a cirurgias passando por vacinações, atendimentos odontológicos e outros procedimentos, tudo isso acompanhado de outras ações cívico-sociais. É um trabalho inestimável em uma região em que, muitas vezes, por suas próprias características geográficas, as populações ficam isoladas e carentes de quase tudo.

Menciono, por fim, a contribuição constante da Marinha brasileira ao desenvolvimento científico e tecnológico nacional. O Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo, com suas pesquisas sobre o uso da energia nuclear, e o Instituto de Pesquisas da Marinha, no Rio de Janeiro, são instituições-chave para o desenvolvimento de soluções tecnológicas nacionais, para aplicações específicas, na própria Marinha, ou mais gerais. Além disso, a Marinha também tem destaque nos estudos e pesquisas hidroceanográficas, seja realizando ela própria, seja apoiando as pesquisas feitas por cientistas brasileiros.

Enfim, Senhor Presidente, nada mais justo do que essa homenagem que hoje prestamos à Marinha e aos marinheiros. Congratulo-me, em especial, com o eminente Almirante-de-Esquadra Roberto de Guimarães Carvalho, Comandante da Marinha, por meio do qual parabenizo todos os marinheiros do Brasil pela passagem do seu dia.

Era o que tinha a dizer, Senhor Presidente.
Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)
– Dou por encerrada a presente sessão. (Palmas.)

(Levanta-se a sessão às 11 horas e 49 minutos.)

Ata da 224ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 14 de dezembro de 2005

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência dos Srs. Renan Calheiros, Papaléo Paes e Paulo Paim

ÀS 14 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES

AS SRAS. E OS SRS. SENADORES:

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

Senado Federal

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 14/12/2005 07:16:40 até 14/12/2005 20:53:17

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
Bloco-PL	MG	AELTON FREITAS	X	X
PMDB	PI	ALBERTO SILVA	X	X
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	X	X
Bloco-PT	SP	ALOÍZIO MERCADANTE	X	X
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	X
PMDB	RO	AMIR LANDO	X	X
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	X	X
PSDB	MT	ANTERO PAES DE BARROS	X	X
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	X	X
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	X
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	X	X
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X	X
PFL	BA	CÉSAR BORGES	X	X
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X	X
Bloco-PT	MS	DELCIDIO AMARAL	X	X
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES	X	X
PFL	MA	EDISON LOBÃO	X	X
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X	X
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X	X
PFL	PB	EFRAIM MORAIS	X	X
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	X	X
PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	X	X
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	X	X
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	X
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X	X
-	AC	GERALDO MESQUITA JUNIOR	X	X
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X	X
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	X	X
PMDB	AP	GILVAM BORGES	X	X
P-SOL	AL	HELOISA HELENA	X	X
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	X	X
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	X	X
PMDB	GO	IRIS DE ARAUJO	X	X
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	X	X
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	X	X
PSDB	ES	JOÃO BATISTA MOTTA	X	X
Bloco-PL	TO	JOÃO RIBEIRO	X	X
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	X	X
PFL	SC	JORGÉ BORNHAUSEN	X	X
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	X	X
PFL	PE	JOSÉ JORGE	X	X
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	X	X
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X	X
PSDB	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	X	X
PCdoB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X	X
PSDB	SC	LEONEL PAVAN	X	X
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X	X
PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO	X	X
Bloco-PL	ES	MAGNO MALTA	X	X
PMDB	PI	MÃO SANTA	X	X
PMR	RJ	MARCELO CRIVELLA	X	X
PFL	PE	MARCO MACIEL	X	X
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	X	X
PDT	PR	OSMAR DIAS	X	X
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	X	X
Bloco-PSB	CE	PATRICIA SABOYA GOMES	X	X
PFL	DF	PAULO OCTÁVIO	X	X
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X	X
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	X
PMDB	MS	RAMEZ TEBET	X	X

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PSDB	CE	REGINALDO DUARTE	X	X
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	X
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	X	X
PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	X	X
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	X	X
PFL	SP	ROMEU TUMA	X	X
PFL	MA	ROSEANA SARNEY	X	X
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	X	X
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X	X
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESARENKO	X	X
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	X	X
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	X
PSDB	AL	TEOTONIO VILELA FILHO	X	X
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X	X
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	X
PTB	DF	VALMIR AMARAL	X	X
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRAX	X	X

Comparécram: 77 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– A lista de presença acusa o comparecimento de 77 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.464, DE 2005

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 258, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 178, de 2005, com os Projetos de Lei nºs 103, de 1999, 103 e 461 de 2003, e 83, de 2005, que já se encontram apensados, versarem sobre a mesma matéria.

Sala das Sessões, 14 de dezembro de 2005.

– **Osmar Dias**, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– O requerimento que acaba de ser lido será publicado e, posteriormente, incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 255, II, “c”, 8, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.465, DE 2005

Requeiro, nos termos regimentais, que o Projeto de Lei do Senado nº 398, de 2005 que, “Obriga os estabelecimentos que especifica a fornecerem informações nutricionais dos alimentos e bebidas preparados”, seja encaminhado à Comissão de Educação para que esta se pronuncie sobre o mesmo.

Sala das Sessões, 14 de dezembro de 2005

– Senador **Gerson Camata**.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– O requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– A Presidência recebeu a **Mensagem nº 286, de 2005** (nº 845/2005, na origem), pela qual o Presidente da República encaminha, nos termos do § 4º do art. 72 da Lei nº 10.934, de 2004, o relatório contendo os novos limites de empenho e movimentação financeira que caberão a esta Casa, os respectivos parâmetros e memória de cálculo das receitas e despesas.

A matéria, juntada ao processado da **Mensagem nº 116, de 2005**, vai à Primeira-Secretaria do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, § 3º,

do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

– **Projeto de Lei do Senado nº 171, de 2003**, de autoria do Senador Leonel Pavan, que autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Oeste Catarinense (Ufoeste);

– **Projeto de Lei do Senado nº 11, de 2004**, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, que altera o art. 41 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, para prever a interceptação de correspondência de presos condenados ou provisórios para fins de investigação criminal ou de instrução processual penal (tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 19, de 2004); e

– **Projeto de Lei do Senado nº 156, de 2005**, de autoria do Senador Geraldo Mesquita Júnior, que autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Agro-técnica de Rio Branco, no Estado do Acre.

Tendo sido apreciados terminativamente pelas Comissões competentes, os **Projetos de Lei do Senado nºs 171, de 2003; 11, de 2004** (tramitando em conjunto com o de nº 19, de 2004) e **156, de 2005**, aprovados, vão à Câmara dos Deputados; o de nº 19, de 2004, prejudicado, vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– A Presidência comunica ao Plenário que, de acordo com as normas constantes da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2003 (Ofícios do Congresso Nacional nºs 823 e 824, de 2004), fica aberto, a partir desta data, o prazo para interposição de recurso por 1/10 (um décimo) dos representantes de cada Casa, por cinco dias úteis, para que seja apreciado pelo Plenário do Congresso Nacional o **Projeto de Decreto Legislativo nº 21, de 2005–CN**, tendo em vista publicação em avulso, nesta data, do parecer da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

O recurso será recebido na Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados e à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Há oradores inscritos.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Concedo a palavra ao Senador José Jorge, pela ordem.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem, como Líder da Minoria.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– V. Ex^a poderá fazer uso da palavra imediatamente.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Muito obrigado. Irei à tribuna.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Concedo a palavra ao nobre Senador Paulo Paim, pela ordem.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, como estou inscrito, peço a V. Ex^a que me conceda a palavra após a fala do Líder José Jorge.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Comunico a V. Ex^a que estão inscritos a Senadora Ideli Salvatti, que será a primeira oradora, por permuta com o Senador Rodolpho Tourinho. Em seguida, teremos o Senador Aelton Freitas. Talvez haja a possibilidade de V. Ex^a permutar com o Senador Aelton Freitas.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Obrigado pela orientação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Com a palavra, como Líder da Minoria, o Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Como Líder da Minoria. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, acaba de ser divulgada mais uma pesquisa da Confederação Nacional da Indústria – CNI –, de avaliação do Governo Lula, realizada pelo Ibope.

A pesquisa, que ouviu 2.002 eleitores de 143 Municípios de diversas regiões do Brasil entre os dias 3 e 7 de dezembro, veio confirmar integralmente o que temos sentido nos contatos mantidos com as populações dos nossos Estados.

O resultado da pesquisa pode ser sintetizado na seguinte citação da Agência CNI:

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva está perdendo terreno no cenário eleitoral de 2006. A pesquisa ... mostra que Lula atingiu o mais baixo patamar nas simulações de intenção de votos para o primeiro turno nas eleições presidenciais. Se as eleições fossem hoje, e o Prefeito de São Paulo, José Serra, fosse o candidato do PSDB, Lula ficaria em segundo lugar. Essa é a primeira vez na série da pesquisa que Lula perde para Serra a dianteira no primeiro turno.

O Presidente Lula, que recentemente declarou que “a Oposição estava nervosa e irritada porque os fracassos que preconizavam haviam se transformado em sucessos do Governo”, deve estar, sim, muito ner-

voso e irritado com os dados cientificamente aferidos de rejeição da sociedade brasileira sobre este Governo com tantos insucessos.

Segundo os resultados divulgados, 52% dos entrevistados desaprovam o Governo do Presidente Lula. Na última pesquisa CNI/Ibope este item já era de 49%. Portanto, há um crescimento permanente da desaprovação do Governo de 3 a 4 pontos em cada pesquisa.

Na avaliação de áreas específicas do desempenho do Governo, em todas elas, pela primeira vez, a desaprovação superou a aprovação.

Vamos examinar cada uma delas:

Na área de combate à fome, a desaprovação é de 50%. Vejam que esta é uma das ações que o Governo mais explora em sua publicidade oficial.

Quanto aos programas sociais na área de saúde e de educação, a desaprovação já é de 48% contra 47% na pesquisa anterior.

No que se refere à segurança pública, 65% dos brasileiros desaprovam as ações governamentais.

Quanto às políticas de combate à inflação, 54% da população as desaprovam.

Já a política de taxa de juros, a desaprovação de 63% é recorde.

Finalmente, no propalado combate ao desemprego, a desaprovação é de 62%.

Perguntados sobre se uma eventual substituição do Ministro Palocci desestabilizaria a economia, a maioria da população – 39% – respondeu que “não”.

Já quanto ao impacto da grande obra do Governo Lula, que são a corrupção e a crise política, a maioria, 48%, afirma que elas afetam negativamente a economia nacional.

Agora, ao apresentar possíveis candidatos à eleição presidencial, simulando o segundo turno, o Presidente Lula teria uma derrota acachapante para o ex-senador José Serra, Prefeito de São Paulo, e se vê num empate técnico com o Governador Geraldo Alckmin, de São Paulo.

São as seguintes simulações de segundo turno feito pelo CNI/Ibope: Serra: 48% x Lula: 35% (13 pontos de diferença pró-Serra);

Lula: 41% x Alckmin: 37% (4 pontos, para uma margem de erro de 2,2%. Portanto, empate técnico);

Lula: 41% x Garotinho: 33% e

Lula: 43% x Aécio Neves: 29%.

Ainda, segundo a pesquisa, contra o Prefeito José Serra, Lula só ganha no Nordeste, mesmo assim com uma diferença de três pontos percentuais. Além disso, Lula perde em todas as faixas de renda.

Nas simulações de primeiro turno, pela primeira vez, Lula perde para Serra: 37% a 31%. Neste ce-

nário, Garotinho teria 11% e a nossa colega Heloísa Helena, 4%.

Já numa simulação com o Governador Alckmin, a diferença que se está estreitando rapidamente seria de 12% (32% a 20% já no primeiro turno).

Finalmente, perguntados sobre que duas notícias mais recentes que chamaram a atenção dos eleitores, destacaram-se “três obras do Governo”: primeiro: acusações de que o PT pagava mesada a Parlamentares, com 20% das respostas; segundo: denúncia de corrupção nos Correios e em outros órgãos do Governo, com 17% das respostas e, terceiro: processo de cassação do ex-Deputado José Dirceu, com 14% das respostas.

Ao concluir, gostaria de citar uma frase que está hoje na coluna do jornalista Cláudio Humberto, que diz o seguinte: “Depois do Lula-lá e do Lula-já, veio o Lula-longe. Agora é o Lula-vá.”

Quem tem autoridade para dizer “Lula-vá” é a população brasileira. Portanto, esta pesquisa veio confirmar que já se começa a ouvir pelas ruas o burburinho “Lula-vá”, não da forma como Sua Excelência falou: “que a Oposição é golpista”, mas pelo voto popular, pelo voto do povo, pelo voto da população brasileira, que será realizada em 2006.

Portanto, Sr. Presidente, o resumo deste discurso é “Lula-vá”.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)
– Obrigado, Senador José Jorge.

Concedo a palavra à nobre Senadora Ideli Salvatti, por permuta com o Senador Rodolpho Tourinho.

V. Ex^a terá dez minutos para o seu pronunciamento e dois minutos, se necessário for, de prorrogação.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.)
– Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, “Lula-vá”, ainda bem que o Senador José Jorge dá ao povo brasileiro o direito de fazê-lo. No entanto, sabemos que qualquer pesquisa é o retrato de determinado momento, de determinada ocasião. A campanha eleitoral, apesar de todo o empenho e esforço da Oposição em antecipá-la com tanta garra, ela vai se desenrolar dentro da normalidade democrática que este País já demonstrou que tem condições de garantir ao povo brasileiro que suas instituições serão preservadas, para fazer, com bastante seriedade, responsabilidade e respeito às normas, qualquer processo eleitoral.

Será muito bom. Estou, pessoalmente, com muita vontade de enfrentar o processo eleitoral do ano que vem porque teremos muitas questões para debater. Questões de fundamental importância para o povo brasileiro, que vão desde os indicadores sociais, apre-

sentados de forma muito clara na pesquisa por amostragem feita pelo IBGE, com um resultado que a Fundação Getúlio Vargas chamou, nada mais, nada menos, de “espetacular”, até a diminuição da concentração de renda obtida em 2004, inclusive com comparativos de velocidade de diminuição. É claro que a concentração de renda não diminui de uma hora para outra – é um processo. Contudo, a velocidade, indiscutivelmente, foi tal que a própria Fundação Getúlio Vargas detectou como sendo 50% mais rápida do que o realizado nos oito anos anteriores, no governo do Sr. Fernando Henrique Cardoso. Poderemos fazer o debate.

Ontem, foi divulgado outro assunto que estará na Ordem do Dia. Inclusive, houve Senador que veio à tribuna para estranhar e tentar até levantar determinadas incoerências para quem brandiu, ao longo de muitos e muitos anos, a bandeira do “Fora, FMI”. Exatamente o Governo Lula fez o “Fora, FMI”. E o fez nas condições permitidas, dando credenciamento, critérios para que o País continue tendo aporte de recursos, de investimentos, melhorando significativamente a nossa relação econômica internacional dentro das disputas comerciais que serão postas aí num mundo absolutamente globalizado.

Quando o Presidente Lula, no primeiro e no segundo ano, teve de renovar o acordo, Sua Excelência o fez porque não havia condições. Quando não o renovou, já foi um significativo passo político para que pudéssemos sair dessa verdadeira fonte que suga recursos. Governos que nos antecederam, por incompetência, por políticas equivocadas e, inclusive, por ações eleitoreiras, quais sejam, de não fazerem a adequação do dólar frente ao real, seguraram para poderem garantir um dos elementos centrais da reeleição do Fernando Henrique e impuseram um prejuízo astronômico a este País e à necessidade de termos de recorrer a um dos maiores empréstimos do Fundo Monetário Internacional.

Portanto, ao não renovar o acordo e ao pagar a dívida com o FMI, o Governo Lula está dando exatamente essa demonstração inequívoca de competência, ao cumprir e honrar os seus compromissos, e de trabalhar para que o Brasil se desvencilhe desse pagamento astronômico das dívidas, que foram, ao longo dos anos, nos Governos que nos antecederam, levadas à estratosfera.

Logo, desses 15,5 milhões, que estão sendo pagos antecipadamente, das dívidas cujas parcelas iriam vencer em 2006 e 2007, só pelo pagamento antecipado, faremos uma economia de quase US\$1 bilhão. Este é o montante que o País estará economizando em pagamento de juros. E foi possível fazer essa antecipação porque a política adotada foi a de ampliação

das reservas. Hoje, nós temos reservas que permitem fazer o pagamento sem abalar e sem colocar o País em qualquer risco de turbulência internacional. No Governo anterior, passamos muito perto de qualquer turbulência internacional e, por isso, tiveram de recorrer ao empréstimo do Fundo Monetário Internacional.

Toda essa decisão e ação política de ampliar as nossas reservas, o que foi por meio da política de exportações, diversificação de mercados e de produtos, a ação ofensiva de buscar nos organismos internacionais disputar, sob a ótica dos países emergentes, essa construção que o Brasil teve nos organismos, como na OMC, agora na rodada de Doha, toda esta ofensividade em várias disputas que ganhamos na OMC, na lógica do interesse dos países emergentes, permitiu o avanço do saldo da nossa balança comercial, o nosso saldo em conta corrente.

Ao longo dos oito anos do Governo Fernando Henrique, acabamos exportando recursos, dinheiro, porque a conta entre o que entrava e o que saía de dólares ao longo do Governo Fernando Henrique chegou ao absurdo de ultrapassar a casa de 35 bilhões negativos, ou seja, mandando recursos por meio deste encontro das nossas contas correntes. Desde o primeiro ano do Governo Lula, o nosso saldo em conta corrente é positivo, o que permitiu, de forma muito clara e concreta, a ampliação das nossas reservas e a liquidação da dívida com economia de juros, fazendo com que o Risco Brasil tenha sido de 311 no dia de ontem, o menor da História desde que foi criado esse indicador. Todos estão apontando que, com a medida de quitação da dívida com o FMI, há grandes chances de o Risco Brasil, pela primeira vez na História, ficar abaixo dos 300 pontos. Para nós, isso é muito importante porque sinaliza, de forma efetiva, toda a captação de investimentos e as negociações não só para o Governo brasileiro, mas para as empresas brasileiras poderem fazer as negociações.

O Risco Brasil nos remete a uma proximidade cada vez maior e desejável de alçarmos à condição de grau de investimento, uma modificação significativa nas relações internacionais para haver créditos, investimentos e cobrança de juros em nossas negociações comerciais internacionais de forma diferenciada e com grande benefício tanto para as empresas quanto para o Governo brasileiro.

Por isso, a decisão de antecipação do pagamento das dívidas, com economia de quase US\$1 bilhão – com toda a consequência que isso traz de receptividade no cenário de investimentos, de negociações positivas e de melhores patamares de juros, condições de prazo e de carência –, adotada pelo Governo Lula com relação ao Fundo Monetário Internacional tem de

ser saudada, sim, como algo não só econômico, mas político, de quem teve a capacidade de não precisar recorrer e não fazer com que o País, mais uma vez, fosse pedir clemência, condições, dinheiro, mas, muito pelo contrário, fosse saldar as suas dívidas, seus compromissos, dando condições para que o nosso desenvolvimento tenha uma plenitude mais desejável por todos nós.

Por isso, quero saldar a decisão política, que tem repercussões econômicas significativas para o nosso País e que cumpre, na prática, da forma mais adequada, mais correta, mais conveniente e até mais lucrativa para o povo brasileiro, a nossa velha e aguerrida bandeira de “Fora, FMI”. O FMI não precisa mais estar aqui no Brasil e não está aqui no Brasil como recurso, porque tivemos a capacidade de dispensá-lo, com o fortalecimento dos indicadores macroeconômicos e do desenvolvimento em nosso País.

Para terminar, Sr. Presidente, quero, de público, fazer um agradecimento. Nestes últimos dias, inclusive hoje, foram aprovados, por unanimidade, dois projetos terminativos de minha autoria. E eu não poderia deixar de fazer o registro desse agradecimento a todos os Senadores e Senadoras que aprovaram e apoiaram os dois projetos. Agradeço, de forma muito especial, aos Relatores.

Se V. Ex^a me permitir, apenas faço a citação. O primeiro deles é o projeto que modifica a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que torna obrigatória tanto na rede pública quanto na particular de ensino a garantia do acesso aos portadores de necessidades especiais, deficientes auditivos, ao ensino em Libras (Língua Brasileira de Sinais), exatamente para que essa população tenha acesso aos conteúdos curriculares, enfim à educação, na única linguagem que eles têm possibilidade de entender. O projeto, que teve como Relator o Senador Flávio Arns, foi aprovado na Comissão de Educação terminativamente e agora vai para a Câmara dos Deputados. Quero agradecer tanto ao Senador Flávio Arns como a todos os Parlamentares pelo apoio e aprovação do projeto.

O segundo projeto de minha iniciativa aprovado no dia de hoje na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania estende aos brasileiros residentes no exterior, além do direito que eles já têm de votar para Presidente da República, o direito de votar para governador e para representante no Senado Federal de seu Estado. O Relator dessa matéria na CCJ foi o Senador Amir Lando, a quem rendo também minhas homenagens e agradeço os 13 votos que o projeto teve naquela Comissão.

Muito obrigada, Sr. Presidente, por haver estendido o meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)
– Muito obrigado, Senadora.

Concedo a palavra ao nobre Senador Paulo Paim, por permuta com o Senador Aelton Freitas.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em conversa que mantive ontem com o Presidente da Casa, Senador Renan Calheiros, e hoje pela manhã com a Secretaria-Geral da Mesa, chegamos a um entendimento, e a Comissão Especial que vai debater e formular uma política permanente para o salário mínimo vai ser instalada hoje às 18 horas na sala 2 do Senado da República. Por isso, Sr. Presidente, quero fazer um apelo a todos os Deputados e Senadores que fazem parte desta Comissão para que lá compareçam e que possamos, inclusive, eleger o Presidente e o Relator da Comissão.

De pronto, Sr. Presidente, referindo esse tema de forma mais abrangente, registro a minha posição quanto ao equívoco de quererem debater tabela de Imposto de Renda **versus** salário mínimo. Ora, a pergunta que fica é: paga Imposto de Renda quem ganha salário mínimo? Quem ganha salário mínimo não paga Imposto de Renda! Então, toda vez que entramos em debate sobre a questão do salário mínimo e benefício dos aposentados e pensionistas, trazem para o baile a tabela do Imposto de Renda.

A tabela do Imposto de Renda tem de ser corrigida, sim; deveria ser corrigida anualmente, conforme a inflação, mas não dá para dizer: “Não dá para aumentar o salário mínimo porque temos que aumentar a tabela do Imposto de Renda”. Deve-se reajustá-la de acordo com a inflação para que as pessoas não paguem mais Imposto de Renda, o que é justo, mas não contrapô-la com salário mínimo. O que tem a ver – eu digo – o pobre do sujeito que ganha salário mínimo com a tabela do Imposto de Renda, que pega da classe média, em tese, para cima? Não tem nada a ver uma coisa com a outra.

O que peço, Sr. Presidente, é que debatamos os temas nos foros adequados e não querermos fazer com que a tabela do Imposto de Renda seja um instrumento contra o reajuste do salário mínimo. Se adotarmos essa lógica, caímos naquela velha história do mar, do marisco e do rochedo. O marisco aí é o salário mínimo que ficará entre o mar e o rochedo, e que acaba pagando a conta, mais uma vez.

O que queremos, enfim, Sr. Presidente, é que fique bem claro que é justo reajustar a tabela, mas é justo também reajustar o benefício dos aposentados e pensionistas e daqueles que ganham o salário mínimo. O salário mínimo envolve diretamente cem milhões de brasileiros; o Imposto de Renda, outros milhões, que

reivindicam o reajuste da tabela. E eu apóio. Tenho o PL nº 152 que, se aprovado, reajustaria a tabela do Imposto de Renda em 47,11%, que é a inflação acumulada nesses últimos anos e não corrigida devidamente. Assim, com certeza, um universo maior de pessoas não estaria pagando Imposto de Renda da forma exagerada, absurda, como é hoje.

Sr. Presidente, nesse debate sobre o salário mínimo, apresentei um projeto no ano passado, que foi encampado pelas centrais sindicais e pelas confederações, que faz com que o salário mínimo fique em torno de R\$400,00.

O importante, para mim, repito, Sr. Presidente, é que essa Comissão Mista passe a funcionar a partir de hoje e delibere uma política permanente e definitiva para o reajuste do mínimo. Muito mais, como disse outro dia e repito hoje, que R\$10,00 a menos ou que R\$10,00 a mais é termos uma política de recuperação do valor do salário mínimo daqui para frente.

Quero também deixar registrada a realização de uma audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da qual V. Ex^a participou, Senadora Iris de Araújo, e colaborou para que eu fosse Vice-Presidente, com muito orgulho, e o Senador Cristovam Buarque fosse Presidente da mesma. Na audiência realizada nesta segunda-feira, recebemos os índios Krahô-Kanela, do Estado de Tocantins. A situação deles, de fato, é desesperadora. Vivem em uma posição desumana. Por isso mesmo, tomamos algumas providências numa audiência com a Funai, no dia de ontem, com a participação também do Incra.

É bom vir à tribuna e poder dizer que a audiência foi positiva. Como mediadores, nós, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – Incra, Funai e os índios Krahô-Kanela – construímos um grande entendimento. Assim, os índios Krahô-Kanela, ainda este ano, estarão nas suas terras, em Tocantins, tendo em vista um grande entendimento feito com o Incra e o proprietário das terras. É bom, Sr. Presidente, como eu dizia hoje pela manhã, que todos saíram felizes dessa história. O proprietário tinha interesse de as terras serem desapropriadas, mas com o efetivo pagamento, o que o Incra se dispôs a fazer. Os índios voltam para as terras que entendem ser deles. Por uma questão jurídica, entenderam que teria de haver uma indenização.

Então, trabalhou a Funai e trabalhou o Incra. Cumprimento o Presidente da Incra, Rolf Hackbart, o Presidente da Funai, Roberto Lustosa, e o Ministro da Reforma Agrária, porque todos colaboraram para que esse momento bonito acontecesse.

Nesse sentido, Sr. Presidente, eu, que estive lá e fiz questão de assinar a ata do acordo, gostaria que

ela ficasse depositada no nosso Senado da República. O índio – digo índio com muito respeito –, o cacique dizia: “Mais que o papel, eu quero ver mesmo, Senador, já que todos estamos assinando, também a sua assinatura para garantir que efetivamente a terra vai ser garantida para nós”.

Eu, que confio muito no Rolf Hackbart, que confio muito no Ministro Miguel Rosseto, tenho certeza de que esse acordo, firmado, assinado por todos, vai garantir a titularidade da terra dos índios Krahô-Kanela. Todos assinaram esse documento que deixa muito claro que eles vão ter direito à titularidade dessa terra.

Sr. Presidente, como estamos na Comissão dos Direitos Humanos e Legislação Participativa, para que alguns não digam que, como o Paim é negro, ele só fala em negros, nós estamos agora com a demanda dos índios, que nos procuraram. Temos muita alegria e também uma enorme preocupação sobre o tema. Portanto, faço questão de ler da tribuna o documento que me foi entregue.

Sr. Presidente, a situação dos índios no Mato Grosso do Sul é da maior gravidade. Gostaria de registrar pesquisa “Tendências Demográficas: uma análise dos indígenas com base nos resultados da amostra dos censos demográficos 1991 e 2000”, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Os números apontam um crescimento da população indígena. Isso é bom porque a auto-estima do índio é que faz com que esse crescimento reflita, porque o índio passa a se assumir como índio.

Alguns não entendem quando digo que o negro tem de se assumir como negro e pronto! Sempre digo, quando me perguntam de onde vieram os meus antepassados, que eles vieram da África, com muito orgulho, sim, senhor, como os de outras pessoas vieram da Itália ou da Espanha. É a procedência, é a matriz original. Isso não é demérito; pelo contrário. Os meus vieram da África.

Assim, os índios estão cada vez mais assumindo a sua identidade.

O estudo também aponta, Sr. Presidente, que a taxa de mortalidade infantil, no Brasil, é maior entre os indígenas. Para se ter uma idéia do problema, entre os índios guaranis-caioás, de Mato Grosso do Sul, a taxa de mortalidade atinge 20%. Essa é a mesma tribo em que, neste ano, ocorreram ao menos 15 mortes de crianças por desnutrição.

Sr. Presidente, por um outro lado da questão indígena, temos uma grande preocupação. Hoje de manhã, na Comissão de Direitos Humanos, sob a Presidência do Senador Cristovam Buarque, contando com a presença da Senadora Iris de Araújo, apresentei requerimento solicitando a esta Casa que interfira junto

ao Ministério da Justiça, no sentido de que haja uma mediação sobre a terra indígena Nande Ru Marangatu, no Mato Grosso do Sul, onde vivem cerca de 500 famílias, entre crianças e adultos, homens e mulheres, e também sobre a tribo Guaranis-Caioás.

As informações que chegam ao gabinete nos dão conta de que, por liminar concedida pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região, em São Paulo, foi determinado o despejo imediato das 500 famílias. Pela liminar, aqueles que se dizem donos da terra exigem que os índios saiam. Os índios, por sua vez, dizem que vão resistir e que não vão sair. Poderá haver um incidente gravíssimo, com dezenas de mortes, entre índios e aqueles que se dizem donos da terra.

Faço aqui um apelo ao Ministro da Justiça para que interceda, estabelecendo um processo de diálogo, de negociação, para evitarmos que uma situação como essa leve à morte dezenas de pessoas. A situação é da maior gravidade.

A Senadora Fátima Cleide também me procurou e me relatou os fatos. Faço um apelo ao Ministro da Justiça para que interceda.

Soube, há pouco, que mais de 200 homens armados estão lá com o objetivo de fazer cumprir a liminar. Uma liminar pode cair a qualquer momento ou não, mas não se pode permitir que haja o confronto entre os que ganharam a liminar na Justiça e os índios que, por um ato assinado pelo Presidente da República, têm garantida a titularidade da terra.

Não pode uma liminar, agora, permitir o despejo, pela força, de 500 famílias, o que envolve em torno de três mil indígenas.

Faço esse alerta em nome da Comissão de Direitos Humanos do Senado. Que o Ministério da Justiça tome as mesmas providências que o Incra tomou ontem e que o Ministério da Reforma Agrária e a Funai tomaram, ao chamar as partes, travar um diálogo e construir um grande entendimento!

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho hoje a esta tribuna falar sobre a conexão que estão fazendo entre os aumentos dados ao salário mínimo e o reajuste da tabela do Imposto de Renda. Um verdadeiro equívoco!

Perguntamos: quem são as pessoas que ganham o salário mínimo? São as mesmas que pagam o imposto de renda? Não.

As pessoas beneficiadas com os reajustes na tabela do Imposto de Renda fazem parte de nossa classe média. E os que ganham o mínimo são, em geral, aqueles que compõem as camadas mais baixas de nossa população.

Ao adotarmos essa lógica caímos na história de que entre o mar e o rochedo o salário mínimo acaba virando o marisco.

O que queremos que fique bem claro é que não é justo beneficiarmos uns em detrimento dos outros. Todos merecem a nossa atenção e os benefícios propostos.

Reajustes para o mínimo têm impacto direto na vida de cem milhões de brasileiros. O mesmo ocorre com a questão do reajuste da tabela do Imposto de Renda. Ele também envolve milhões de pessoas.

É justo que a correção da tabela, conforme a inflação do período do último reajuste, seja realizada. Não somos contrários a isso. Temos, neste sentido uma proposta: o PLS 152, de 2004.

Pelo projeto se atualizariam em 47,11% os valores relativos ao Imposto de Renda. Isso significa dizer que as tabelas mensal e anual deste imposto, as deduções e o desconto simplificado – que já foram objeto de reajuste parcial de 17,5% pela Lei 10.451/02-, estariam sendo reajustados em 25,2%.

Com isso estaríamos fazendo justiça aos trabalhadores que possuem os menores rendimentos, sem afetar o superávit primário.

Algo que não nos impede de elevar o valor do mínimo para um valor em torno de R\$400. Um reajuste que, insistimos, deve ser estendido aos benefícios de nossos aposentados e pensionistas.

Sabemos, e é comprovado por diversas pesquisas, que aumentos ao valor do mínimo têm impacto direto na vida de milhões de brasileiros. E, ressaltamos, não apenas daqueles que o recebem.

É importante lembrar que na semana passada, enfim, foi instalada a Comissão Mista do Salário Mínimo. Esperamos que esse debate sobre reajustes da tabela do Imposto de Renda não façam parte da pauta dessa comissão.

E, hoje, às 18 horas, a Comissão estará elegendo o Presidente, o Vice-Presidente e o Relator.

O público de cada uma das medidas é diferente. Mas, ambos necessitam dessas medidas. Assim, não é correto que esses reajustes não sejam previstos no Orçamento de 2006.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o segundo assunto é para registrar a pesquisa “Tendências Demográficas: uma análise dos indígenas com base nos resultados da amostra dos censos demográficos 1991 e 2000”, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Os números apontam um crescimento da população indígena. Na avaliação do IBGE, a hipótese mais provável para esse crescimento, é que houve um aumento da proporção de indígenas urbanizados que optaram por se declarar índios no censo 2000. Outros dados sobre educação, taxa de analfabetismo, taxa de fecundidade são apresentados.

O estudo também aponta que a taxa de mortalidade infantil é maior entre os indígenas. Para se ter uma idéia do problema entre os guaranis-caioás do Mato Grosso do Sul a taxa de mortalidade atinge 10%. Essa tribo é a mesma onde neste ano ocorreram ao menos 15 mortes de crianças por desnutrição.

Sr. Presidente, há um outro lado da questão indígena que está nos preocupando. Apresentei hoje requerimento nesta Casa, solicitando que o Ministério da Justiça apresente sua posição com respeito a uma liminar que suspendeu a homologação da Terra Indígena Nande Ru Marangatu no Mato Grosso do Sul onde vivem cerca de 500 famílias, entre crianças e adultos, homens e mulheres, da tribo guaranis-caioás.

As informações que chegam ao gabinete deste Senador via imprensa e entidades indigenistas dão conta que os ânimos estão exaltados na região, tendo em vista que o Tribunal Regional Federal da 3ª Região, em São Paulo, determinou o despejo imediato dessas famílias.

Faço aqui um apelo aos envolvidos para que o bom censo prevaleça e que seja resguardada a integridade dessas famílias indígenas.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Senador Paulo Paim, V. Ex^a será atendido de acordo com o Regimento.

Faço o convite a V. Ex^a para assumir os trabalhos, aqui na Mesa, como Presidente.

O Sr. Papaléo Paes, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – É com muita satisfação que substituo o Presidente Papaléo Paes, agradecendo a tolerância que teve com este Parlamentar.

De imediato, passo a palavra ao Senador Valdir Raupp, por permuta com o Senador Antonio Carlos Magalhães.

Em seguida, pela presença em plenário, a próxima oradora deverá ser a Senadora Iris de Araújo.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, inicialmente, agradeço a presença do Vereador Gilberto Moura, da cidade Rolim

de Moura; da Vereadora Solange, da cidade de Ji-Paraná; e do Secretário de Planejamento de Alvorada, ambos Municípios do meu Estado de Rondônia.

Tenho a satisfação de destacar hoje, aqui desta tribuna, o relevante desempenho conquistado por uma das maiores expressões políticas do nosso PMDB de Rondônia na atualidade, à frente da administração do Município de Cacoal, um dos maiores Municípios do Estado de Rondônia, onde tive o privilégio de, há 23 anos, ser Vereador. Trata-se, Sr^{as} e Srs. Senadores, da nossa Prefeita Sueli Aragão, que, com sua visão política e de gestão pública, está dividindo a história do Município em dois períodos: o primeiro vai da colonização até o ano de 2001; o segundo começou em 2001, até os dias atuais. O resultado das transformações pode ser constatado em todos os setores. Um exemplo prático são os investimentos em obras de infra-estrutura e serviços públicos.

Nos últimos cinco anos, o Município recebeu o maior volume de obras de toda a sua história. O aumento da oferta de vagas nas escolas está entre as principais ações da área. A construção de novas escolas elevou o número de salas de aula de 67 para 190 e abriu duas mil novas vagas na rede municipal de ensino. As ruas e avenidas asfaltadas passaram de 50 quilômetros para 100 quilômetros. Só para obras de asfalto foram destinados R\$10 milhões, recursos dos cofres do Município, recursos próprios.

As áreas de esporte, de cultura e de lazer também foram priorizadas com a construção de quadras e ginásios de esporte. O Município está, neste momento, sediando os Jogos Universitários da Amazônia.

Os constantes investimentos da administração municipal de Sueli Aragão impulsionaram o desenvolvimento integrado e o crescimento do Município em vários setores, além de assegurarem melhor qualidade de vida à população.

Com uma população de aproximadamente 100 mil habitantes, a qualidade de vida dos moradores do Município de Cacoal está entre as melhores da Região Norte do Brasil. O índice é calculado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Ipea, instituição que estuda a qualidade de vida e o desenvolvimento social em todos os Municípios brasileiros. A elaboração desse índice é feita pela combinação entre a estrutura de serviços públicos oferecidos à população e os resultados alcançados.

Sr. Presidente, praticamente 100% das residências urbanas são servidas com água tratada. O saneamento básico, com oferta de esgoto, atende a aproximadamente 40% dos domicílios urbanos. Este é um dos maiores índices habitacionais atendidos com serviço de saneamento básico na Região Norte do Brasil.

O Município também se destaca pelo alto índice de investimentos na área da construção civil. O mercado movimentado, anualmente, cerca de R\$20 milhões e responde por sete mil empregos diretos. A boa fase aumentou as perspectivas de negócios para os empresários do ramo de materiais de construção. São 15 lojas distribuídas em vários pontos da cidade, além de seis cerâmicas que fornecem tijolos e telhas não só para Cacoal, pois todo o Estado de Rondônia recebe material produzido nesta cidade.

Ouvi do empresário Adenaldo Marques da Silva, que atua no mercado há 17 anos, que a cidade de Cacoal vive um momento ímpar em relação a outras regiões do Brasil. Ele lembrou que, além dos novos empreendimentos imobiliários que estão surgindo a cada ano, os proprietários de casas de madeira estão substituindo as antigas construções por casas de alvenaria. “A cada quadra é possível identificar novas construções”, assegura um morador da cidade.

Outro fator positivo registrado indica que os investidores de outras cidades e até mesmo de outros Estados estão optando pelo mercado de Cacoal, tendo em vista os indicativos positivos para o crescimento populacional. Todos os meses, o Município recebe novos médicos, professores universitários, empresários, profissionais liberais e estudantes de toda parte do Estado de Rondônia. O crescimento de faculdades com cursos em período integral obriga os acadêmicos a residirem em Cacoal.

Cacoal é hoje uma das mais prósperas cidades da Região Norte do Brasil. Com terras férteis, Cacoal se tornou a capital do café, condição alcançada pela grande produtividade da cafeicultura. A base econômica do Município também é formada pela pecuária de corte e leite e pela agricultura, além das indústrias e do comércio, responsáveis pela geração de emprego, renda e, mais recentemente, pelo turismo ecológico e de negócios. A alta produtividade agrícola e pecuária e a boa qualidade climática e do solo deram ao Município uma das mais altas taxas de rentabilidade rural do Estado de Rondônia. Esse fator, Sr. Presidente, também contribuiu para a valorização das propriedades rurais. Pesquisa publicada pela revista **Globo Rural** colocou Cacoal entre os sete Municípios brasileiros com maior valorização territorial no País. Os dados apontam uma valorização de até 400% nas terras agrícolas do Município. Na área urbana, a valorização seguiu os mesmos parâmetros.

Com base nas reivindicações feitas pelas associações rurais do Município, a Prefeita Sueli Aragão adquiriu novos equipamentos para atender à Patrulha Agrícola, e foram executados serviços como a construção de tanques para a piscicultura, preparo de terra

para o plantio e distribuição de calcário. Os agricultores também foram beneficiados com a distribuição de alevinos e sementes. Todas as ações desenvolvidas no setor visam a transformar o pequeno produtor em um empresário de sua propriedade.

A operação Arranca Safra contemplou a recuperação e cascalhamento de 1.300 quilômetros de estradas vicinais e a construção de novas pontes de alvenaria, obras também executadas com recursos próprios da Prefeitura.

A criação do I Concurso de Qualidade do Café Conilon de Cacoal, durante o I Encontro Municipal de Cafeicultores, realizado no mês de novembro, vai incentivar a melhoria da qualidade do produto e a busca da abertura de novos mercados consumidores. Em 2006, a Prefeitura vai produzir, em parceria com a iniciativa privada, cerca de dois milhões de mudas de café para recuperar os cafezais plantados há quase duas décadas. Cafeicultores, empresários do ramo, além das instituições financeiras, responsáveis pela liberação de crédito aos produtores, aprovaram a implantação do programa de revitalização da cafeicultura.

Já foram distribuídas, nos últimos dois anos, dezesseis toneladas de feijão para plantio, atendendo a quatrocentos pequenos produtores rurais que pertencem a dezoito associações rurais. A Secretaria Municipal de Agricultura já distribuiu quinhentos milheiros de alevinos das espécies Tambaqui, Curimba e Piauçú, atendendo a 850 piscicultores, com o objetivo de incentivar a efetivação do Pólo de Piscicultura de Cacoal e diversificar a produção do campo.

Na área de inclusão social, a partir da Rede Integrada de Proteção Social, nossa Prefeita Sueli Aragão está tornando Cacoal uma cidade mais humana. A assinatura de convênios com as entidades não-governamentais possibilitou o repasse de recursos a todos os setores de atendimento à população mais carente. A Prefeitura também mantém programas e cursos que beneficiam diretamente mais de duas mil pessoas.

Pesquisa realizada recentemente revela que 91% da população está satisfeita com a prestação dos serviços de saúde pública oferecidos pela Prefeita Sueli Aragão, de Cacoal. Os dados são do Instituto Brasileiro de Pesquisa de Opinião Pública (Inbrap), que ouviu os moradores sobre o atendimento oferecido nos hospitais, onde são realizados cerca de quatrocentos atendimentos diários de urgência e de emergência.

Para a agricultora Isabel Ribeiro da Silva, de 45 anos, moradora do Município de São Miguel, bem distante de Cacoal, o bom atendimento oferecido na saúde em Cacoal compensa a cansativa viagem até o Município. “A gente vem, porque tem certeza de que vai ser bem atendido nos hospitais municipais”, afirmou

ao relatar que estava na casa de sua irmã enquanto fazia exames preventivos.

O agricultor Edvaldo Gomes Ferreira, 55 anos, diz que todas as vezes que procurou por atendimento nos hospitais de Cacoal foi muito bem atendido. Segundo ele, as melhorias podem ser constatadas já na recepção dos hospitais e Unidades Básicas de Saúde. “A recepção da Unidade Mista de Saúde é um bom exemplo dessas mudanças”, disse ele.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, essa pequena amostra de ações dessa natureza me permite assegurar que a Prefeita Sueli Aragão é uma grata confirmação de capacidade, seriedade, competência e liderança que o nosso PMDB oferece à população de Rondônia.

Para nossa surpresa, a Prefeita Sueli Aragão, só pelo fato de se ter destacado como Deputada por dois mandatos, de estar se destacando como Prefeita já no segundo mandato, reeleita com 62% dos votos, e com a possibilidade de ser pré-lançada candidata ao Governo do meu Estado em breve, já vem sofrendo ataques de toda ordem por parte do Governador do Estado de Rondônia, um governador antidemocrático que não consegue ver os outros crescerem. O crescimento da Prefeita Sueli está causando inveja ao Governo do Estado, que tem deixado a saúde abandonada, a educação numa situação lastimável, a segurança pública como uma das piores do Brasil – não é por culpa dos nossos policiais, é a falta de atenção do Governo do Estado, que tem deixado a nossa capital, Porto Velho, na condição de uma das mais violentas do nosso País; há um total descaso em relação à segurança pública no Estado de Rondônia.

O Governador não sabe fazer outra coisa a não ser perseguir as pessoas. Quando ele pensou que eu seria candidato ao Governo do Estado, perseguiu-me, com um jornal que alugou no Estado de Rondônia, por mais de três meses. Todos os dias, havia manchetes contra a minha pessoa, batendo gratuitamente.

A mesma coisa faz agora com a Prefeita Sueli Aragão, porque pensa que ela poderá ser candidata ao Governo do Estado, e com um ex-prefeito do PMDB, Melki Donadon. Ele foi prefeito por três mandatos, é uma grande liderança em nosso Estado e está sendo também severamente perseguido pelo grupo do Governador do Estado de Rondônia.

É esse o relato que faço, Sr. Presidente, e, para encerrar, quero transmitir os nossos cumprimentos, os nossos agradecimentos, meus e da Executiva Regional do meu Partido, o PMDB, do qual sou presidente no Estado de Rondônia, à eminente Prefeita Sueli Aragão pelo belo trabalho executado em Cacoal, que tem reflexos sobre toda a nossa população. Quero também

pedir ao Governador do meu Estado que pare de perseguir a Prefeita Sueli Aragão, pois, ao persegui-la, está perseguindo a população ordeira e trabalhadora do Município de Cacoal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Passamos de imediato a palavra à Senadora Iris de Araújo, por cessão do Senador Marco Maciel. V. Ex^a dispõe de 10 minutos. Com a mesma tolerância que tive com o Senador Valdir Raupp, 14 minutos.

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.)

– Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a pesquisa do Instituto Vox Populi divulgada esta semana surpreende em cada uma de suas constatações.

Em primeiro lugar, revela que no auge da crise desencadeada pelas denúncias do mensalão, nunca o País esteve tão ligado aos fatos políticos.

Neste cenário, a credibilidade da imprensa obteve um salto extraordinário, de tal forma que 72% das pessoas que acompanhavam os meios de comunicação responderam que confiavam no noticiário. Em outra consulta, com entrevistas feitas ao longo do ano, 46,2% da população disse confiar no trabalho da imprensa, resultado melhor do que no ano passado, quando o índice ficou em 42,4%.

Na análise do resultado do levantamento se constatou que as denúncias se tornaram fatos e isso fez com que crescesse a confiança na imprensa.

Outra surpresa foi a constatação de que a imagem dos Correios não sofreu qualquer abalo com as denúncias de corrupção. Ao contrário, segundo o instituto, o percentual da população que confia nos serviços da estatal cresceu de 89,7%, em 2004, para 90,2% este ano, entre as opções apresentadas aos entrevistados, apenas a família tem melhor avaliação, com 94,2% de opiniões positivas.

Entretanto, Sr. Presidente, há um dado assustador dentre as instituições com pior avaliação, Senador Augusto Botelho. Infelizmente, trata-se da forma como a população avalia os segmentos políticos, ou seja, nós. Os partidos são os campeões absolutos da desconfiança. Em 2004, só 7% confiavam neles. Agora, em 2005, este percentual caiu para 6,7%.

A aceitação dos agentes políticos, que já era baixa, caminha para níveis ainda mais desabonadores em função da carga de denúncias que explode no centro do poder. Esses índices preocupam não apenas pela aversão quase geral aos partidos, que deveriam ser os sustentáculos do processo democrático. A realidade se torna ainda mais dramática na medida em

que analisamos a dimensão do descrédito enquanto potencial que ameaça a própria sobrevivência das instituições brasileiras.

Vejam bem, Sr^{as} e Srs. Senadores, que não se pretende repetir aqui a cantilena das lamentações a respeito da queda de confiança nos políticos. Na verdade, essa avaliação negativa por parte da sociedade vem se repetindo no decorrer das décadas sem que seja possível imaginar uma reação capaz de mudar esse cenário depreciativo. Infelizmente, no Brasil, a ganância, a desonestidade, a falta de patriotismo e de caráter de uns poucos acabam por manchar a imagem dos partidos como um todo, mas não se pode jamais perder a esperança em modificar radicalmente as condutas, de tal forma que possam falar mais alto os padrões da ética essencial e imprescindível.

A verdade é que os escândalos nunca deixaram de existir no cenário nacional e não importa se eles foram mais ou menos intensos nos Governos militares ou nas administrações de Fernando Collor de Mello ou de Fernando Henrique Cardoso. A questão central é que a matriz originária destas gritantes irregularidades parece eternizada na máquina estatal, sempre a postos para viciar mais e mais agentes públicos, seja no Executivo, seja no Legislativo, seja no Judiciário.

Pode até ser que uma reforma política a ser exaustivamente debatida nos próximos anos consiga encontrar os melhores mecanismos de correção de práticas incorretas. Mas, na prática, o voto distrital misto, financiamento público de campanhas, limitação do *marketing* político ou punição rigorosa para o caixa dois tendem a ser paliativos quando novamente resolverem agir os que foram vocacionados na escola da corrupção: eles sempre buscarão encontrar um jeito de burlar as regras estabelecidas para continuar a subtrair do Erário somas magníficas de dinheiro que irão engordar suas polpudas contas nos paraísos fiscais.

Mas o que pessoalmente me deixa angustiada é saber que os bons, os puros e os honestos estão ficando cada vez mais escondidos, ou não obtêm o reconhecimento da opinião pública em face do poder do dinheiro nas eleições. A angústia aumenta quando percebo que a crescente revelação de fatos desabonadores no ambiente político contribui ainda mais para que os justos se afastem da atividade pública para procurar abrigo nas suas próprias individualidades, desiludidos e entregues à desesperança.

Como se não bastasse, afinal, quem pode explicar este incrível silêncio das ruas mesmo diante de tão ruidosos e terríveis acontecimentos?! Será que o movimento popular se cansou de lutar ou será que também se entregou a uma vertente ideológica que o sufoca e o impede de buscar a justiça a qualquer

preço, mesmo constatando que os amigos estão no poder – ou que alguns deles estão sendo acusados de atos impróprios?

Não era assim, Sr^{as} e Srs. Senadores!

Quando batizamos as ruas nas maratonas pelas Diretas Já! – e eu, graças a Deus, estava lá –, os ideais e propósitos eram comuns, a bandeira era a mesma, o sentimento era compartilhado, a sede de liberdade nos animava a todos, não importava o partido ou cor ideológica.

Havia naqueles idos uma atmosfera toda feita de ideal. Ninguém estava na política apenas para se projetar, mesmo porque era uma atividade de risco, Senador Paulo Paim, que poderia custar a própria vida.

De tal forma que a vitória da democracia brasileira se traduziu num amplo movimento coletivo e de massas, espontâneo, puro, majestoso em sua nobreza, esplêndido na substância de seus objetivos, todo construído de grandeza de alma, de coração e de espírito.

Quando então, finalmente, depois de duas longas décadas de trevas, de escuridão, de mortes, de perdas e de sangue... Quando então se conquista a democracia pelo poder da luta e pela bravura de um povo, começam a surgir os homens menores, Senador Augusto Botelho.

O Sr. Augusto Botelho (PDT – RR) – Permite V. Ex^a um aparte?

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB–GO) – Concedo, com maior prazer, um aparte neste momento.

O Sr. Augusto Botelho (PDT – RR) – Senadora Iris de Araújo, gostaria de parabenizá-la porque V. Ex^a está trazendo aqui o sentimento que ocorre na população brasileira e também um constrangimento que sofremos aqui dentro e nos nossos Estados também, porque não temos o poder da mídia, de televisão. Sempre fomos um médico que vive com os nossos esforços, e estamos vivendo aqui também do salário de Senador, então não estamos tendo capacidade de fazer o auê. Mas V. Ex^a pode ter certeza que, embora as pessoas estejam caladas, nas próximas eleições haverá uma renovação tremenda, porque o povo não vai mais votar em pessoa corrupta. E a liberdade de imprensa está permitindo que se saiba quem são as pessoas desonestas que estão dentro deste Parlamento e nas câmaras estaduais e municipais. Não perca sua esperança – sei que V. Ex^a é uma das que lutam pelos direitos dos pequenos e dos pobres –, porque o povo está sabendo quem são eles, apesar de mentirem muitas vezes, apresentarem-se como verdadeiros cordeiros, quando, na realidade, são leões que vão comer os poucos recursos destinados aos pequenos no País. Fico muito feliz de V. Ex^a estar falando isso, porque eu também tenho sentido isso na pele. Às ve-

zes, recebemos até críticas porque não participamos, não entramos no esquema das coisas, mas tenho um sentimento dentro de mim: quando vim para cá, eu disse que iria me manter fiel aos meus princípios cristãos. A minha moral é feita dentro dos princípios do cristianismo e pretendo continuar assim. Tenho certeza de que Deus fará as coisas como têm de ser feitas, para o bem, principalmente, dos humildes. Muito obrigado, Senadora.

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Senador Augusto Botelho, agradeço a V. Ex^a pelo aparte que brinda meu pronunciamento e integra o espírito que estou querendo demonstrar em meu último discurso, pelo menos neste período. De uma certa forma, minhas palavras não se traduzem em uma despedida, mas em um desabafo da alma, do coração, diante do que assistimos, o trabalho que se faz aqui dentro por alguns políticos realmente compromissados com a causa popular, que, logicamente, muitas vezes têm de enfrentar as dificuldades a que V. Ex^a acabou de se referir.

Mas, continuando, gostaria de falar sobre esses homens menores, que compram lideranças comunitárias, montam partidos sem representação social, mobilizam para apoiá-los um ou outro veículo de comunicação, popularizam seus nomes por meio das falsidades vendidas pelo *marketing* político e começam, pouco a pouco, a dominar o cenário político.

Essa tendência cristalizou o casamento dos interesses econômicos com a ação política, de tal forma que não faltaram aqueles que buscaram o respaldo das urnas apenas para proteger negócios ameaçados ou, simplesmente, para expandi-los.

Assim, Sr. Presidente, infelizmente, no Brasil, a política foi se transformando num imenso mercado para uma geração individualista, dissociada dos interesses prementes do povo brasileiro, distante de nossas raízes. E estão aí os indicadores sociais a demonstrar o pouco que avançamos, mesmo exibindo para o mundo uma democracia considerada pulsante e legítima.

Numa sociedade *on-line*, cada vez mais virtual e tecnológica, com o poder de fogo do sofisticado *marketing* que a tudo engole ou transforma, qual o papel dos sonhadores?

A sedução do dinheiro parece irresistível e talvez o descrédito maior em relação aos partidos, registrado hoje pelas pesquisas, deva-se justamente ao fato de que alguns dos sonhadores também tenham sido vitimados pela oferta generosa e farta das propinas que os livram das dívidas de campanha, mas também os contaminam e os colocam no mesmo plano dos corruptores: o dinheiro que deveria alimentar as crianças famintas sendo desviado para propósitos insanos; os abrigos de idosos destituídos do agasalho e do pão

nosso de cada dia; a navalha na carne que vitima o jovem entregue ao álcool e às drogas, porque lhe falta o esporte, a cultura, a educação.

Seria, sem dúvida, uma revolução imaginar governos que pudessem usar cada tostão arrecadado em obras em amplos empreendimentos ou incentivos a quem quisesse produzir, em vez de atíçar ainda mais um sistema financeiro internacional que se alimenta justamente dos surrados recursos das nações pobres, para manter altos privilégios, Senadora Heloisa Helena, e subsídios igualmente escandalosos a megacorporações, que tentam vender para o mundo a imagem de singelos produtores rurais.

Bastariam os 10% ou 20% dos recursos desviados pela sangria da máquina estatal para saciar a fome dos 45 milhões de brasileiros ainda sitiados na linha da pobreza próxima da absoluta.

Ou, se tivéssemos líderes solidários e que também governassem com o coração, Senador Paulo Paim, capazes de comandar um grande movimento mundial pautado unicamente pela solidariedade, com apenas o equivalente a US\$10 de cada família dos países ricos e/ou em desenvolvimento, poderíamos erradicar a fome das nações pobres, a fome da África, onde famílias morrem de inanição à espera de um simples gesto de potências industriais frias e avarentas, com seus milhões acumulados para financiar a guerra.

O Brasil poderia estar desempenhando um papel de relevo na batalha pelas verdadeiras transformações, mas outra vez se atrofia no egoísmo, na falta de propósitos, na ganância e na superficialidade dos que não souberam propiciar as respostas requeridas pela história.

Mas sou apenas uma suplente de senador...

A minha angústia, creio, não será compartilhada pelas multidões, porque não sou conhecida nacionalmente, e a mídia se guia apenas pela ação de seus ícones.

Senadora Heloisa Helena, com o maior prazer, concedo um aparte para que V. Ex^a possa se manifestar.

A Sr^a Heloisa Helena (P-SOL – AL) – Senadora Iris, o Senador Augusto Botelho estava me confidenciando que V. Ex^a disse que estava se despedindo. Não pode!

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – É verdade, Senadora.

A Sr^a Heloisa Helena (P-SOL – AL) – Espero que não seja realmente uma despedida, mas, independentemente de qualquer coisa, eu não poderia deixar de, ao fazer-lhe um aparte, prestar uma homenagem, um tributo a V. Ex^a não apenas pela sua competência, capacidade de trabalho, disciplina em cumprir com as

obrigações estabelecidas constitucionalmente para todos nós aqui, mas também pela sua sensibilidade social e profunda delicadeza. Não há hipocrisia. Sabe V. Ex^a como eu tenho arrepio em relação à hipocrisia, ao falso moralismo e às relações de fachada e de mentira. É exatamente por isso que estou fazendo um aparte a V. Ex^a. O Senador Augusto Botelho, o Senador Paulo Paim, V. Ex^a, todos nós, cumprimos as nossas obrigações constitucionais. Sabemos que o Congresso Nacional é o melhor dos mundos para quem não gosta de trabalhar, para quem adora a vigarice política, a delinquência de luxo, mas, para quem gosta de trabalhar, que o faz não como um ato heróico pessoal, mas porque se sente cumprindo a obrigação constitucional, esta Casa significa tarefas árduas que exigem muito estudo, disciplina, consequência no trabalho. Eu não poderia deixar de fazer esta homenagem a V. Ex^a, porque tivemos oportunidade de trabalharmos nas Comissões Parlamentares de Inquérito, nas Comissões da Casa, estudando matérias importantes que estão tramitando no Congresso Nacional. Eu não poderia deixar de fazer essa homenagem a V. Ex^a, nossa querida Senadora Iris.

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Agradeço a V. Ex^a, Senadora Heloísa Helena, pelo aparte que me engrandece muito. Engrandece pelo trabalho que V. Ex^a tem prestado, principalmente pela causa da mulher, que conquista um espaço, avança em setores que consideraríamos apenas masculinos, até há bem pouco tempo.

Eu não estou apenas retribuindo as palavras generosas de V. Ex^a, mas aqui também está um gesto de uma grande admiradora para dizer a V. Ex^a que, durante esse período de convivência, aprendi demais com V. Ex^a e aprendi a admirá-la cada vez mais.

E, lá da planície, certamente continuarei a aplaudi-la, como a todos os nossos companheiros – Senador Paulo Paim, Senador Augusto Botelho, Senador Garibaldi Alves Filho, que também está presente – nessa causa e nessa luta. Eu também não me prestaria ao papel de reproduzir o bate-boca das acusações e das denúncias fáceis para ter as opiniões estampadas nas páginas dos jornais da grande imprensa. Pode ser que amanhã já não esteja neste plenário, mas gostaria imensamente de plantar a semente da flor da esperança no que deve ser o coração da democracia brasileira.

O Parlamento, infelizmente, se transformou num jogo amargo, e o interesse mesquinho pelas próximas eleições a tudo atropela. Esse confronto sem tréguas entre poderosas forças igualmente a tudo prejudica, a começar pelas investigações de tão sérias denúncias. Não se deveria mais permitir a continuidade de artifícios como a farra das medidas provisórias. E mecanismos

urgentes deveriam ser implantados para impedir que o sofrido povo brasileiro continue a ser vilipendiado pelo império de taxas de juros absurdas e imorais.

As filas da morte nos hospitais públicos; o salário aviltante do professor, que se sustenta como herói, dadas as precárias condições do ensino brasileiro; a falta de investimentos em saneamento básico, o que permite a proliferação de doenças; a vergonhosa situação das rodovias brasileiras entregues ao domínio dos buracos que empobrecem o produtor; a escalada da violência que não pode ser vencida por policiais com armas obsoletas e seus soldos indignos; a eterna falta de iniciativa para construir moradias populares para a imensidão dos sem-teto; a reforma agrária que não consegue se tornar realidade como única saída para solucionar os conflitos no campo; o constante desrespeito aos direitos fundamentais da pessoa humana, conforme atestam relatórios dos mais importantes organismos internacionais.

Ficaríamos aqui, Sr. Presidente, horas e horas para relatar situações desumanas, realidades indignas, cenários de injustiça. Queira Deus possam, um dia, temas tão fundamentais ser merecedores de uma guinada nacional, ou, se for o caso, que pelo menos motivasse uma, duas ou três CPIs que trouxessem ao grande debate a lamentável condição de vida de milhares de brasileiros deserdados pelas autoridades e esquecidos pela mídia.

Que possamos investigar, Sr^{as} e Srs. Senadores, a dura existência dos nossos irmãos espalhados por este País! Que possamos um dia declarar a eclosão da política nova, a política digna, a política pura, a política pelo Brasil a política pelo nosso povo!.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigada e desculpe pela emoção.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senadora Iris de Araújo, em nome da Mesa, que presido neste momento, somo-me às palavras do Senador Augusto Botelho e da Senadora Heloísa Helena. Tenho certeza de que este não é o seu último discurso.

Eu perguntava aos servidores na Mesa sobre a previsão de retorno do Senador Maguito Vilela, e me disseram que S. Ex^a talvez volte no dia 14. Todavia, tenho certeza absoluta de que V. Ex^a estará sempre conosco aqui. E, como disse, se aqui não estiver em um outro momento, lá na planície continuará com a mesma posição que demonstrou da tribuna desta Casa: sempre defendendo as questões sociais e principalmente, como aqui foi dito, os mais humildes.

Parabéns! O Estado de Goiás e o Brasil têm orgulho de V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Antero Paes de Barros, por permuta com o Senador Heráclito Fortes.

V. Ex^a dispõe de dez minutos, e mais dois de tolerância.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, venho à tribuna, hoje, para exercer a legítima defesa da minha honra.

A Resolução do Diretório Nacional do PT, do último sábado, é canalha e mentirosa. Junta desculpas esfarrapadas pelo fracasso do Governo Lula, acusa todos os Governos do passado de erros que o PT não quer ou se mostra incapaz de corrigir e atribui ao Governo Lula vitórias que ele não teve, conquistas que se devem a ações de Presidentes anteriores. Documento farisaico, que não omite; mente, agride e ofende.

O PT tenta não se emporcalhar na lama do “mensalão” e da corrupção. Luta em vão para não se sujar no sangue de Celso Daniel, de Toninho do PT e de outros que tombaram por se opor ou prejudicar os planos políticos da quadrilha que tomou conta do PT e, infelizmente, do Palácio do Planalto.

A Resolução omite o que de fato pensa o Partido; mente quando diz que o PT defende a reforma política e, em especial, a fidelidade partidária. Quem defende a reforma política não teria praticado o “mensalão”, não teria transformado a Câmara dos Deputados numa Casa de compra e venda de mandatos, para se subordinar aos interesses do capitão do time, gerente do “mensalão”, o Sr. José Dirceu. Se defende a reforma política e a fidelidade partidária, por que não a apoiou? Por que não a aprovou? Por que não temos esses instrumentos aprovados na Legislação brasileira?

A Resolução agride a verdade e a inteligência brasileira: denuncia ataque das elites, golpismo da Oposição e uma ofensiva conservadora. Ora, todos sabem que as elites adoram o Governo do PT! Ninguém é mais elite, neste País, do que os banqueiros! Os bancos nunca lucraram tanto! O capitalismo internacional faz a festa no quintal do Lula. Golpismo da Oposição? Nunca o Brasil teve uma Oposição tão responsável e patriótica como a atual. A meu ver, somos uma Oposição educada até demais, tímida; já deveríamos ter proposto o *impeachment* de Lula, pois provas existem aos borbotões, desde a vinda à CPMI do Sr. Duda Mendonça. Deveríamos ter exigido também a demissão do Ministro Palocci.

Essa é a minha posição, em oposição a este Governo que aí está e, lamentavelmente, em oposição até a setores da Oposição brasileira.

Este Governo é corrupto; é incompetente; não merece a oposição que lhe fazemos. A Resolução do PT ofende a honra dos Partido e das pessoas.

Eu, pessoalmente, fui citado no documento petista por suspeitas – isso mesmo: suspeitas! –, de forma torpe, vil, covarde, calhorda, canalha.

O Diretório Nacional do PT defende investigações sobre o PSDB, o PFL, o Governo FHC e o Senador Eduardo Azeredo, citando: “Há conexões da organização criminosa do Comendador Arcanjo, que está preso no Uruguai, suspeito de ter repassado R\$5,7 milhões para as campanhas eleitorais de Dante de Oliveira e do Senador Antero Paes de Barros”. Canalhas! Como se a Abin, desde o dia em que, aqui desta tribuna, eu denunciei a fita do Waldomiro Diniz, aparelhada por esse Partido e por este Governo, não tivesse investigado a fundo a minha vida! É mais fácil o PT fazer passar um camelo pelo buraco de uma agulha do que me ligar ao crime organizado. Quem participa do crime organizado é a turma do Palácio; quem participa do crime organizado é quem manchou as suas mãos com o sangue de Celso Daniel; quem participa do crime organizado é quem usou o jogo para matar o Toninho do PT. O crime organizado é do PT e deste Governo. Respeitem-me, vilões do PT e do Planalto! Respeitem-me! Com relação à minha honra, eles só têm duas opções: ou me respeitam, ou me respeitam! Não têm terceira opção! Mentirosos e canalhas!

Quero reafirmar aqui que não tive, não tenho, nunca terei ligação alguma com o Sr. João Arcanjo Ribeiro. Nunca recebi nada deles. Isso não existe. E o juiz petista que fala isso eu diria até que é um juiz petista fujão, porque, há dez dias, eu soube que ele iria à CPI dos Bingos ontem. Então, pedi ao Líder Arthur Virgílio que me indicasse para a CPI dos Bingos, porque eu queria, ontem, frente a frente com o juiz petista, dizer: “V. Ex^a é mentiroso, usa toga, é um petista de toga. V. Ex^a investigue esse inquérito, que tem toda a quebra do sigilo, desde 2002”. Se houvesse um segundo de ligação telefônica errada para mim, com certeza, eu seria hoje uma pessoa liquidada. Mas não há e não haverá.

Alguns me disseram: “Antero, contenha-se”. Contenha-se como? Não tenho honra “a” ou honra “b”. Tenho uma honra só. Disseram-me: “Mas nós podemos reparar”. Reparar o quê? Depois de o Partido colocar no *site* nacional notícia sobre minha ligação com uma organização criminosa? Esse Partido tem as mãos sujas de sangue provavelmente inocente, tem as mãos sujas da corrupção. Nunca se roubou tanto, desde a Carta de Pero Vaz de Caminha até hoje! Se somarmos tudo o que roubaram de lá até aqui, o Governo do PT roubou mais.

Ora, eu gostaria de dizer que, semana passada, aconteceu o seguinte: o jornal **Correio Braziliense** traz esta exata notícia: “Suspeita de ter repassado 5,7

milhões para o Antero, para o PSDB”. Fomos pesquisar e soubemos que essa notícia foi distribuída, por *e-mail*, para todos os Senadores. E percebemos que essa notícia, antes de ter saído no **Correio Braziliense**, estava postada no *site* do PT da Câmara dos Deputados. E desmontei um quadrilheiro na Câmara dos Deputados, que é esse Deputado José Mentor, do PT, que depois foi flagrado, na CPMI dos Correios, recebendo R\$120 mil do Sr. Marcos Valério.

Plantam a notícia lá; o juiz petista diz que vai mandar investigar; o Diretório Nacional coloca a notícia no *site*; informo que virei à tribuna para defender a minha honra; aí, falam: “Calma, não traga esse clima para o Senado”. Não há nenhuma chance! Petistas do mundo inteiro, uni-vos! Juntem todas as qualidades dos petistas, dos honestos, que existem e reconheço que existem – não generalizo isso para todo o Partido dos Trabalhadores –, juntem todas as qualidades dos honestos. O máximo que conseguirão é empatar comigo em honestidade. Jamais terão condições de vencer esse debate.

Estou apenas registrando isso porque é o modo petista de agir. O aparelhamento do Estado deu nisto que está aí: nenhum contrato legal na Petrobras, corrupção nos Correios, esse escândalo, esse mar de lama, essa areia movediça – que não é areia, é de “m” – em que o PT meteu o País. Além disso, há o aparelhamento também do Poder Judiciário, como é o caso desse juiz petista. Ontem, houve um levante no meu Estado, a Ordem dos Advogados do Brasil anunciou que estava fazendo uma representação contra ele. Os mais mezinhos princípios dos direitos e garantias individuais estão soterrados no meu Estado.

O que quero dizer, com muita clareza, Sr. Presidente Senador Paulo Paim, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, e que gostaria que ficasse registrado nos Anais da Casa é o caso João Arcanjo Ribeiro, que apuramos na CPI do Banestado. Aqui estão todas as providências – que não foi nenhum petista que adotou, não, fui eu quem adotei – sobre esse caso na relação da CPI; aqui vamos verificar que pedi ao Governo do PT o fechamento da **factoring**, antes de ocorrer a CPI do Banestado, e que o Ministério da Fazenda e o Banco Central informaram que não queriam fazer e não tomaram providência alguma sobre **factoring** até hoje.

O ex-Senador José Fogaça, do Estado de V. Ex^a, Sr. Presidente, apresentou um projeto de **factoring** aqui, nós apresentamos outro. O Senado precisa deliberar sobre isso, porque ninguém fiscaliza *factoring* neste País, só Deus.

Aqui estão todas as providências adotadas, não fica pedra sobre pedra, para mostrar que não há na

política brasileira quem tenha enfrentado mais o crime organizado do que eu.

Eu queria fazer esse registro, esse desabafo, e dizer, com muita clareza, que sou a favor da investigação. Investiguem tudo e todos. Vou esperar, com muita tranquilidade, a vinda do juiz petista à CPI. Faremos um bom debate, e tenho certeza de que a verdade vencerá.

Peço a V. Ex^a que registre nos Anais da Casa esse documento que faz mal a minha honra, esse

documento que mostra as providências que tomei e esse documento que deixa muito mal os detratores da minha honra.

Era isso, Sr. Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ANTERO PAES DE BARROS
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

CASO ARCANJO

HISTÓRICO - DOCUMENTOS

CASO ARCANJO			
nº	data	destinatário	assunto
1.	25.03.2003	Senado Federal - CCJ	Apresenta emenda ao PLS 230/1995, dizendo que as operações de fomento mercantil serão fiscalizadas pelo Banco Central do Brasil.
2.	25.03.2003	Senado Federal - CCJ	Apresenta emenda ao PLS 230/1995, estabelecendo que o Ministério Público poderá determinar a suspensão das operações de fomento mercantil pelas empresas de factoring.
3.	08.05.2003	Nota oficial à imprensa de Cuiabá	Responde denúncia do jornal Folha do Estado e site Olhar Direto, que aponta Marmoraria Ouro Velho como doador de campanha
4.	08.05.2003	Plenário do Senado Federal	Apresenta requerimento solicitando o rastreamento de contas bancárias pessoais e como candidato desde 1982
5.	08.05.2003	Plenário do Senado Federal	Registra em pronunciamento o encaminhamento de requerimento ao Presidente do Banco Central do Brasil, pedindo a quebra do sigilo das contas bancárias.
6.	08.05.2003	Henrique Meirelles, presidente do Banco Central	Requerimento solicitando o rastreamento de contas bancárias pessoais e como candidato desde 1982
7.	09.05.2003	TRE/MT	Certidão que informa não figurar nenhuma doação em favor do candidato Antero Paes de Barros efetuada por Waldir José Jorge ou José Waldir Jorge, relativa às eleições de 1998.
8.	09.05.2003	TRE/MT	Certidão atestando não figurar doação em favor do PSDB relativa às eleições de 1998 efetuada por: Ouro Velho Marmoraria, Real Factoring, Unifactoring, Unidas Investimentos e Participações, Rondon Factoring Fomento Mercantil, Tangará Factoring, Cuiabá Vip Fomento Mercantil, Confiança Factoring Fomento Mercantil, One Factoring Fomento Mercantil, CD Factoring Mercantil, Jar Projetos e Construções Cíveis, Elma Eletricidade de Mato Grosso, Mundial Factoring, João Arcanjo Ribeiro, José Waldir Jorge, Nilson Roberto Teixeira, Silvia Chirata, Cristiane Josefa da Silva Ribeiro e Diniz Queiroz Júnior.

9.	18.06.2003	Luiz do Couto Neto , Chefe da Assessoria Parlamentar do Banco Central	Em resposta ao requerimento ao Pres. do BC, de 08.05.2003, para o Senador Antero dirigir-se diretamente às instituições financeiras onde possua conta.
10.	14.07.2003	Cássio Casseb , presidente do Banco do Brasil	Of. 161,2003-GSAPB, pede toda a movimentação bancária a partir de 1982.
11.	14.07.2003	Jorge Eduardo Levi Mattoso , presidente da CEF	Of. 162,2003-GSAPB, pede toda a movimentação bancária a partir de 1982.
12.	14.07.2003	Gabriel Jaramillo , presidente do Banco Santander	Of. 163,2003-GSAPB, pede toda a movimentação bancária a partir de 1982.
13.	14.07.2003	Michael Geoghegan , presidente do HSBC/Bamerindus	Of. 164,2003-GSAPB, pede toda a movimentação bancária a partir de 1982.
14.	14.07.2003	Pedro Moreira Salles , presidente do Unibanco	Of. 165,2003-GSAPB, pede toda a movimentação bancária a partir de 1982.
15.	16.06.2003	Embaixador Juan José Real , do Uruguai	Of. 040, de 2003 - CPMI do Banestado, pede colaboração do governo uruguaio para obter acesso às contas bancárias que receberam recursos remetidos por João Arcanjo
16.	16.07.2003	TRE/MT	Certidão atestando não figurar doação em favor candidato Antero Paes de Barros relativa às eleições de 2002 efetuada por: Ouro Velho Marmoraria, Real Factoring, Unifactoring, Unidas Investimentos e Participações, Rondon Factoring Fomento Mercantil, Tangará Factoring, Cuiabá Vip Fomento Mercantil, Confiança Factoring Fomento Mercantil, One Factoring Fomento Mercantil, CD Factoring Mercantil, Jar Projetos e Construções Civis, Elma Eletricidade de Mato Grosso, Mundial Factoring, João Arcanjo Ribeiro, José Waldir Jorge, Nilson Roberto Teixeira, Silvia Chirata, Cristiane Josefa da Silva Ribeiro e Diniz Queiroz Júnior.
17.	24.07.2003	Juiz Julier Sebastião da Silva	Of. 083, de 2003 - CPMI do Banestado, em atendimento a requerimento do Senador Sérgio Guerra (76/03), pede inteiro teor do processo contra João Arcanjo Ribeiro na Justiça Federal de Mato Grosso
18.	25.07.2003	Unibanco (ofício recebido)	Encaminha a quebra do sigilo bancário do Antero (2002).
19.	29.07.2003	HSBC (ofício recebido)	Encaminha a quebra do sigilo bancário do Antero (1998/99)

20.	29.07.2003	Banespa (ofício recebido)	Encaminha a quebra do sigilo bancário do Antero (1983/86)
21.	31.07.2003	CEF - Caixa (ofício recebido)	Encaminha a quebra do sigilo bancário. Não foi encontrada conta a partir de 1982.
22.	03.08.2003	Ministro Miro Teixeira	Em visita pessoal, encaminha of. 174/2003-GSAPB, pedindo investigação sobre as emissoras de rádio Cuiabana FM e Rádio Clube FM, por suspeita de pertencerem a Arcanjo.
23.	05.08.2003	CPMI do Banestado	Aprova requerimentos n°s 152/03 e 153/03, pedindo a quebra de sigilos fiscal e bancário das empresas de factoring de João Arcanjo: Real Factoring, Rondon Factoring Fomento Mercantil, Confiança Factoring, CD Factoring Mercantil, Tangará Factoring, Cuiabá Vip Fomento Mercantil, Mundial Factoring, One Factoring, Unifactoring Fomento Mercantil e Unidas Investimentos e Participações
24.	12.08.2003	CPMI do Banestado	Aprova requerimento de Antero e Mentor, autorizando a Senadora Ideli Salvati a representar a Comissão junto a autoridades uruguaias.
25.	12.08.2003	Luiz Hierro Lopes, Presidente da Assembleia Geral do Uruguai	Of. 128, de 2003 - CPMI do Banestado, pede apoio à Senadora Ideli Salvati nas tratativas objetivando a investigação de João Arcanjo Ribeiro, em decorrência de requerimento apresentado pelo Antero e Mentor
26.	12.08.2003	Didier Opertti Badan, Ministro de Relações Exteriores do Uruguai	Of. 129, de 2003 - CPMI do Banestado, pede apoio à Senadora Ideli Salvati nas tratativas objetivando a investigação de João Arcanjo Ribeiro, em decorrência de requerimento apresentado pelo Antero e Mentor
27.	13.08.2003	Eduardo dos Santos, embaixador brasileiro no Uruguai	Relata audiência da Senador Ideli Salvati, que em nome da CPMI esteve no Uruguai, com Guillermo Valles, Vice-Chanceler.
28.	22.08.2003	Ministério das Comunicações	Através da portaria 420/2003, o ministro das Comunicações revoga a permissão de funcionamento da Rádio Clube de Cuiabá, de propriedade de João Arcanjo, em função do ofício do Senador Antero de 03.08.2003
29.	03.09.2003	Antonio Palocci, Ministro da Fazenda	Of. 195/2003-GSAPB, pede investigação e providências contra as empresas de factoring e João Arcanjo

30.	03.09.2003	Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central	Of. 196/2003-GSAPB, pede investigação e providências contra as empresas de factoring e João Arcanjo
31.	09.09.2003	CPMI do Banestado	Aprova requerimento 179/03, da Senadora Serys, pedindo a criação de comissão representativa da CPMI, para colher depoimento de Arcanjo no Uruguai
32.	09.09.2003	CPMI do Banestado	Aprova requerimento 181/03, da Senadora Serys, convidando o procurador José Pedro Taques e o juiz Julier Sebastião da Silva para comparecer a CPMI
33.	09.09.2003	CPMI do Banestado	Aprova requerimento 229/2003, do Senador Antero, determinando a transferência o Procurador Pedro Taques de toda a documentação recebida pela CPMI, via acordo MLAT, que possa auxiliar nas investigações sobre Arcanjo
34.	23.09.2003	Paulo Cavalheiro (ofício recebido), diretor de fiscalização do Banco Central	Sérgio Informa, em resposta aos ofícios 195 e 196, de 03.09.2003, que as factorings não integram o Sistema Financeiro Nacional, não estão sujeitas as normas do Conselho Monetário Nacional, e prescindem de autorização prévia, licença ou qualquer outro tipo de anuência ou intervenção do BC.
35.	24.09.2003	Marcio Thomaz Bastos, Ministro da Justiça	Of. 250, de 2003 - CPMI do Banestado, pede viabilizar junto as autoridades do Uruguai a oitiva de João Arcanjo pela CPMI
36.	24.09.2003	Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores	Of. 251, de 2003 - CPMI do Banestado, pede viabilizar junto as autoridades do Uruguai a oitiva de João Arcanjo pela CPMI
37.	25.09.2003	CPMI do Banestado	Presidente da CPMI designa grupo de parlamentares para interrogar João Arcanjo no Uruguai, composta pelos Senadores Serys, Arthur Virgílio e Magno Malta, e Deputados Moroni Torgan e Eduardo Valverde.
38.	30.09.2003	CPMI do Banestado	Requerimento 280/03, do Deputado Mentor, solicita acionar o Ministério da Justiça no sentido de que a CPMI tenha acesso a documentos e informações disponíveis na justiça Uruguai sobre João Arcanjo Ribeiro

39.	06.10.2003	Ministério da Fazenda – Assessoria de Assuntos Parlamentares	Encaminha ao Senador esclarecimentos prestados pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários e pelo COAF – Conselho de Controle de Atividades Financeiras em resposta ao ofício 195, de 05.09.2003, A CVM diz que as empresas não estão registradas entre as modalidades reguladas e fiscalizadas e o COAF informa não ter competência para fiscalizar ou auditar factorings.
40.	08.10.2003	Ministério da Fazenda – Ouvidoria Geral	Acusa o recebimento do of. 195, de 05.09.2003, agradece e informa que retransmitiu ao Banco Central, a CVM e a Receita Federal para as providências cabíveis.
41.	09.10.2003	Consultoria do Senado Federal	Em razão do ofício do Banco Central de 23.09.2003, o Senador Antero recebe Nota Técnica 2034/2003, sugerindo que entre as proposições legislativas ao término da CPMI do Banestado, conste a alteração do marco legal a fim de permitir o controle das empresas de fomento mercantil pelo Banco Central.
42.	23.10.2003	Ministério da Justiça – Secretaria Nacional de Justiça	Paulo Pires de Campos, assessor do Ministro da Justiça, encaminha por ofício cópia do memorando 043/DERCI, em que informa ter consultado autoridades uruguaias acerca da possibilidade da CPMI interrogar João Arcanjo. Aguarda resposta do Uruguai.
43.	06.02.2004	José Pedro Taques, Procurador da República em Mato Grosso	Of. 009, de 2004 – CPMI do Banestado, transfere informações protegidas pelo sigilo bancário sobre remessas feitas por empresas de transporte urbano em Santo André que, também, operam o transporte urbano em Cuiabá, com suspeita de envolvimento com Arcanjo
44.	01.03.2004	Plenário do Senado Federal	Discurso do Senador Antero apoia a criação de CPMI para investigar João Arcanjo Ribeiro
45.	05.03.2004	Dr. Antenor Pereira Madruga Filho, Diretor do Dep. De Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional do Ministério da Justiça	Ofício 221/2004, informando sobre a impossibilidade da CPI interrogar Arcanjo em território uruguaio e que, segundo as autoridades uruguaias, a CPI não é autoridade judicial nem pertence ao MP, pelo que não está compreendida entre as autoridades que estão legitimadas a solicitar cooperação.
46.	15.03.2004	Ministro Márcio Thomas Bastos, Ministério da Justiça	Of. 084/2004, da CPMI Banestado, reitera solicitação para viabilizar junto às autoridades uruguaias a tomada de depoimento de João Arcanjo Ribeiro.
47.	17.03.2004	Ministério das Relações Exteriores – Divisão Jurídica	O chefe da divisão Douglas W. de Vasconcellos transcreve informação recebida da Embaixada brasileira no Uruguai, que aconteceu audiência com o Ministro de Relações Exteriores do Uruguai, tratando da oitiva de João Arcanjo Ribeiro

48.	18.03.2004	Maurício Corrêa, Presidente do STF	Of. 98, de 2004 - CPMI do Banestado, pedindo apoio junto aos autoridades judiciais do Uruguai, com vistas a oitiva do João Arcanjo.
49.	19.03.2004	Ministério das Relações Exteriores - Divisão Jurídica	O chefe da divisão Douglas W. de Vasconcellos transmite informação de que em telefonema ao embaixador brasileiro, o Chanceler uruguaio antecipa a próxima autorização para a tomada de depoimento de Arcanjo e promete um memorando por escrito sobre o assunto.
50.	19.03.2004	STF - Ministro Maurício Correa	Com relação ao of. 98/2004 - CPMI do Banestado, foi encaminhado ao Procurador Geral da República, por tratar-se de competência do MP.
51.	23.03.2004	Ministério da Justiça - Assessoria Especial	O sr. Paulo Pires de Campos pelo Of. 542/04, informa, em resposta ao empenho da CPI, que o Diretor de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional, viajará ao Uruguai para tratar do depoimento de João Arcanjo Ribeiro.
52.	30.03.2004	Ministério das Relações Exteriores - Divisão Jurídica	O chefe da divisão Douglas W. de Vasconcellos transcreve comunicação que recebeu da Embaixada do Brasil em Montevideo, referente a memorando da chancelaria uruguaia que informa que o judiciário uruguaio irá atender o pedido da CPMI e fixando condições para a oitiva de João Arcanjo (texto por escrito e perante juiz uruguaio).
53.	31.03.2004	Ministério das Relações Exteriores - Divisão Jurídica	Memorando da chancelaria uruguaia concluindo ser possível autorizar a tomada do depoimento de João Arcanjo Ribeiro, com as perguntas previamente escritas e conduzido por juiz uruguaia.
54.	01.04.2004	Procuradoria Geral da República	Reunião com o sub-procurador Edson Oliveira de Almeida com a finalidade de obter cooperação do MPU para o depoimento do Arcanjo.
55.	01.04.2004	Ministério da Justiça - Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional	O dr. Antenor Madruga Filho pelo Of. 199/04, informa da impossibilidade da CPMI interrogar no território uruguaio o sr. João Arcanjo Ribeiro, sob a alegação de que a CPMI não é autoridade judicial, nem pertence ao MP, pelo que não está compreendida entre as autoridades legitimadas a solicitar cooperação, segundo o Protocolo de São Luiz.
56.	06.08.2004	Juiz JULIER SEBASTIÃO DA SILVA	O sen. Antero encaminha a documentação constante da base de dados da CPI do Banestado sobre João Arcanjo Ribeiro (of. 1244/2004).

documento 1**25.03.2003****Senado Federal – CCJ**

Apresenta emenda ao PLS 230/1995, dizendo que as operações de fomento mercantil serão fiscalizadas pelo Banco Central do Brasil.

EMENDA N.º - PLS N.º 230, DE 1995 (Substitutivo)

Acrescente-se o seguinte artigo a Emenda nº 01 – CCJ (Substitutivo), ao Projeto de Lei do Senado nº 230, de 1995, sendo renumerados os demais:

"Art.13 As operações de fomento mercantil, descritas nos termos desta lei, serão fiscalizadas pelo Banco Central do Brasil. "

JUSTIFICAÇÃO

As instituições de operação de fomento mercantil – *factoring* atualmente adquiriram grande relevância econômica. Paralelamente a isto, a imprensa tem registrado nos últimos anos que uma série de atividades ligadas ao crime organizado tem se aproveitado do sistema de administração das *factorings* para “lavar” dinheiro obtido ou de tráfico de drogas ou de crimes do colarinho branco. Exemplos sobre tais casos foram registrados na CPI do Futebol, da qual participei.

Ora, mas atualmente as *factorings* não estão sendo submetidas à fiscalização do Banco Central do Brasil, o que torna o Sistema de Fiscalização Financeira extremamente vulnerável, facilitando o desenvolvimento do crime organizado.

Assim, fica evidenciada a pertinência e a relevância da presente emenda.


Senador ANTERO PAES DE BARROS

documento 2**25.03.2003****Senado Federal – CCJ**

Apresenta emenda ao PLS 230/1995, estabelecendo que o Ministério Público poderá determinar a suspensão das operações de fomento mercantil pelas empresas de factoring.

EMENDA N.º - PLS N.º 230, DE 1995 (Substitutivo)

Acrescente-se o seguinte parágrafo ao art. 12 da Emenda nº 01 – CCJ (Substitutivo), ao Projeto de Lei do Senado nº 230, de 1995, sendo renumerados os demais:

“Art.12.....

.....

Parágrafo único. O Ministério Público, sempre que achar necessário, poderá determinar que a instituição seja suspensa de exercer as suas operações de fomento mercantil.”

JUSTIFICAÇÃO

No atual contexto de “guerra” que se trava contra o crime organizado, é fundamental que as operações de fomento mercantil nos termos da lei em discussão sejam submetidas a critérios extremamente rígidos. Ora, não é possível que verificadas irregularidades se permita que a instituição continue funcionando até que se conclua toda a investigação.

A presente emenda dá poderes ao Ministério Público de suspensão liminar das atividades das instituições de *factoring*, a fim de garantir o interesse público e fortalecer a luta contra o crime organizado.

Assim, fica evidenciada a pertinência e a relevância da presente emenda.


Senador ANTERO PAES DE BARROS

documento 3**08.05.2003****Nota oficial à imprensa de Cuiabá****Responde denúncia do jornal Folha do Estado e site Olhar Direto, que aponta Marmoraria Ouro Velho como doador de campanha****RESPEITEM-ME SEUS VILÕES!**

O site "Olhar Direto" e o jornal "Folha do Estado" publicaram matéria irresponsável, supostamente feita pela revista "Isto É", na qual afirmam que a Marmoraria Ouro Velho, através do seu proprietário Waldir José Jorge - que dizem ser sócio de João Arcanjo Ribeiro - teria sido um dos principais financiadores de minha campanha ao Senado da República, em 1998. Diante da irresponsável e leviano ataque a minha honra, venho a público esclarecer o seguinte:

1. Não conheço, nunca solicitei e jamais recebi qualquer contribuição do sr. Waldir José Jorge e da Marmoraria Ouro Velho. Sobre este senhor, aliás, somente agora tomei conhecimento pelos veículos acima citados, tratar-se de sócio de João Arcanjo Ribeiro.
2. Requeri certidão do TRE de Mato Grosso a fim de demonstrar que jamais, em tempo algum, este senhor ou a referida empresa foram patrocinadores da minha campanha ao Senado em 98, como mentirosamente afirma a matéria em questão.
3. Requeri nesta quinta-feira, junto ao Banco Central do Brasil, o rastreamento de todas as minhas contas bancárias pessoais ou como candidato a cargo eletivo desde 1982 - quando fui candidato a vereador em Cuiabá - até hoje.

De posse destas informações, as disponibilizarei para toda a imprensa.

O jornal "Folha do Estado" não poderia escudar-se no sangue inocente de Sávio Brandão para tentar assassinar minha honra. Bastaria uma releitura dos seus arquivos para verificar que fui um dos poucos políticos brasileiros a solidarizar-me com o jornal quando este iniciou a justa campanha de combate ao crime organizado.

Como candidato a governador, no último pleito, fiz o compromisso com a sociedade de combater sistematicamente o crime organizado.

Nunca pactuei e jamais pactuarei com os fora-da-lei. Não tenho esqueletos na vida pública. Os detratores da minha honra tenham a certeza: serão identificados e processados.

À minha família devo dizer: sou neto de Antero, filho de Ranulpho e Almira, jamais esquecerei os ensinamentos que recebi. À minha companheira Cristiane, meus filhos que já entendem e netinhas que ainda não sabem interpretar esses momentos, tenham a certeza que serei sempre para vocês, o exemplo que meus pais e avós foram para nós.

A verdade não ficará sepultada.

Confio em Deus e na Justiça.

Respeitem-me seus vilões!

Antero Paes de Barros

Senador da República - PSDB/MT

Brasília, 08 de maio de 2003.

documento 4**08.05.2003****Plenário do Senado Federal****Apresenta requerimento solicitando o rastreamento de contas bancárias pessoais e como candidato desde 1982****REQUERIMENTO Nº 335, DE 2003**

OF. GSAPB. nº 130/2003

Brasília, 8 de maio de 2003

Excelentíssimo Senhor Ministro da Fazenda,

Tendo em vista motivos de ordem pessoal, venho solicitar a Vossa Senhoria que proceda a levantamento junto às instituições financeiras, e posterior remessa a minha pessoa, de todas as contas bancárias que possuo atualmente e que possuí desde 1982. Na medida do possível, solicito também que as instituições financeiras remetam todo o material referente as minhas movimentações bancárias realizadas nas respectivas contas. Esclareço que se trata de informações pessoais relativas a minha pessoa, portanto não sendo necessária ordem judicial para acesso as mesmas informações. Para a realização do seguinte requerimento, acrescento as seguintes informações: CPF nº (103.429.311-72) e RG nº (304.539-SSP/MT).

É importante destacar que a Lei nº 9.507, de 1997, estabelece, *in verbis*:

Art. 2º O requerimento será apresentado ao órgão ou entidade depositária do registro ou banco de dados e será deferido ou indeferido no prazo de quarenta e oito horas.

Parágrafo único. A decisão será comunicada ao requerente em vinte e quatro horas.

Art. 3º Ao deferir o pedido, o depositário do registro ou do banco de dados marcará data e hora para que o requerente tome conhecimento das informações.

Valho-me da oportunidade para transmitir os mais sinceros protestos de distinta estima e consideração.

Sala das Sessões, 8 de maio de 2003. – Senador
Antero Paes de Barros.

(À Comissão de Constituição, Justiça e
Cidadania.)

documento 5

08.05.2003

Plenário do Senado Federal

Registra em pronunciamento o encaminhamento de requerimento ao Presidente do Banco Central do Brasil, pedindo a quebra do sigilo das contas bancárias.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Srª Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Iris de Araújo) – Tem V. Exª a palavra pela ordem.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, eu gostaria de fazer um registro e um apelo à Mesa e solicitar uma providência que me é estritamente necessária, porque somos homens públicos e, embora a providência seja de caráter pessoal, eu gostaria que isso tramitasse urgentemente pela Mesa do Senado da República, para que eu pudesse ter acesso a essas informações.

Estou encaminhando à Mesa o seguinte requerimento:

Excelentíssimo Senhor Presidente do Banco Central do Brasil,

Tendo em vista motivos de ordem pessoal, venho solicitar a Vossa Senhoria que proceda a levantamento junto às instituições financeiras, e posterior remessa à minha pessoa, de todas as contas bancárias que possuo atualmente e que possuí desde 1982. Na medida do possível, solicito também que as instituições financeiras remetam todo o material referente às minhas movimentações bancárias realizadas nas respectivas contas. Esclareço que se trata de informações pessoais relativas à minha pessoa, portanto não sendo necessária ordem judicial para acesso às mesmas informações. Para a realização do seguinte requerimento, acrescento as informações do meu CPF e RG.

É importante destacar que a Lei nº 9.507, de 1997, estabelece **in verbis**:

Art. 2º – O requerimento será apresentado ao órgão ou entidade depositária do registro ou banco de dados e será deferido ou indeferido no prazo de quarenta e oito horas.

Parágrafo único – A decisão será comunicada ao requerente em vinte e quatro horas.

Art. 3º – Ao deferir o pedido, o depositário do registro ou do Banco de dados marcará dia e hora para que o requerente tome conhecimento das informações.

Valho-me da oportunidade para transmitir os mais sinceros protestos de distinta estima e consideração.

Senador Antero Paes de Barros.”

Gostaria de ter acesso o mais urgente possível a essas informações pelas questões que aqui expus, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Iris de Araújo) – O requerimento lido por V. Exª irá a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

documento 6**08.05.2003****Henrique Meirelles, presidente do Banco Central****Requerimento solicitando o rastreamento de contas bancárias pessoais e como candidato desde 1982**

OF. GSAPB Nº 131/2003

Brasília, 08 de maio de 2003

Senhor Presidente do Banco Central do Brasil,

Tendo em vista motivos de ordem pessoal, venho solicitar a Vossa Senhoria que proceda o levantamento junto às instituições financeiras, e posterior remessa a minha pessoa, de todas as contas bancárias que possuo atualmente e que possuí desde 1982. Na medida do possível, solicito também que as instituições financeiras remetam todo o material referente as minhas movimentações bancárias realizadas nas respectivas contas. Esclareço que se trata de informações relativas a minha pessoa, portanto não sendo necessária ordem judicial para acesso a elas. Para a realização do requerimento, acrescento os seguintes dados: CPF (103.429.311-72) e RG (304.539-SSP MT).

É importante destacar que a Lei nº 9.507, de 1997, estabelece, *in verbis*:

Art. 2º – O requerimento será apresentado ao órgão ou entidade depositária do registro ou banco de dados e será deferido ou indeferido no prazo de quarenta e oito horas.

Parágrafo único – A decisão será comunicada ao requerente em vinte e quatro horas.

Art. 3º – Ao deferir o pedido, o depositário do registro ou do banco de dados marcará dia e hora para que o requerente tome conhecimento das informações.

Atenciosamente,


Senador **ANTERO PAES DE BARROS**

Ao Senhor
HENRIQUE DE CAMPOS MEIRELLES
Presidente do Banco Central do Brasil

Excelentíssimo Senhor Presidente do Banco Central do Brasil,

ANTERO PAES DE BARROS, Senador da República, CPF nº 103.429.311-72, RG nº 304.539-SSP-MT, vem, nos termos do inciso VI do § 3º do art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, expor e requerer o que segue:

1. Tendo em vista motivos de ordem pessoal no sentido de tomada de providência estritamente necessária, na qualidade de homem público, e visando a defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal (CF, art. 5º, XXXIV, *b*) vem requerer o seguinte:
 - a. Seja procedido por esse Banco o levantamento, junto às instituições financeiras, de todas as contas bancárias que o requerente possui atualmente e que possuiu desde 1982.
 - b. Na medida do possível, solicita, também, que as referidas instituições financeiras remetam todo o material referente às movimentações bancárias em nome do requerente realizadas nas respectivas contas.

Pelo presente requerimento, fica o Banco Central do Brasil autorizado a ter acesso ao histórico de todas as contas bancárias, ativas e inativas, de titularidade do requerente.

Termos em que
Pede e espera deferimento.

Brasília, 8 de maio de 2003.

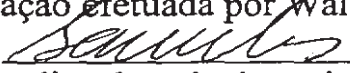
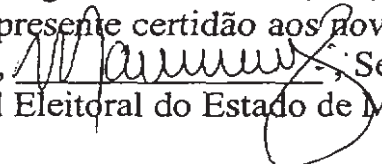

Senador **ANTERO PAES DE BARROS**

documento 7**09.05.2003****TRE/MT**

Certidão que informa não figurar nenhuma doação em favor do candidato Antero Paes de Barros efetuada por Waldir José Jorge ou José Waldir Jorge, relativa às eleições de 1998.

**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO
SECRETARIA JUDICIÁRIA**

C E R T I D ã O

CERTIFICO, em atendimento a requerimento protocolizado neste regional sob nº 5055-2/2, subscrito pelo Delegado do pelo Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB, Sr. Lourival Ribeiro Filho e consultando o processo findo 815/98 – Classe “VII”, referente a Prestação de Contas do candidato ANTERO PAES DE BARROS NETO, relativas às eleições de 1998, em que concorrera ao cargo de Senador pelo PSDB, constatamos, às folhas 05 e 44 (Demonstração de Recursos Arrecadados – Anexo III) não figura nenhuma doação efetuada por Waldir José Jorge ou José Waldir Jorge. Para constar, eu, , analista judiciário lavrei a presente certidão aos nove dias do mês de maio do ano de dois mil e três. Eu, , Secretário da Secretaria Judiciária do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Mato Grosso, a fiz digitar e assino.

Visto:




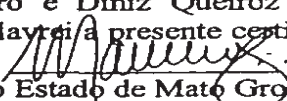
Sandra Sampaio Figueiredo
Diretora Geral

documento 8**09.05.2003****TRE/MT**

Certidão atestando não figurar doação em favor do PSDB relativa às eleições de 1998 efetuada por: Ouro Velho Marmoraria, Real Factoring, Unifactoring, Unidas Investimentos e Participações, Rondon Factoring Fomento Mercantil, Tangará Factoring, Cuiabá Vip Fomento Mercantil, Confiança Factoring Fomento Mercantil, One Factoring Fomento Mercantil, CD Factoring Mercantil, Jar Projetos e Construções Cíveis, Elma Eletricidade de Mato Grosso, Mundial Factoring, João Arcanjo Ribeiro, José Waldir Jorge, Nilson Roberto Teixeira, Silvia Chirata, Cristiane Josefa da Silva Ribeiro e Diniz Queiroz Júnior.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO
SECRETARIA JUDICIÁRIA

C E R T I D ã O

CERTIFICO, em atendimento a requerimento protocolizado neste regional sob nº 5055-2/2, subscrito pelo Secretário Geral do PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira, Sr. Paulo Ronan Ferraz Santos e consultando os processos 815/98 – Classe “VII”, referente a Prestação de Contas do candidato ANTERO PAES DE BARROS NETO, 816/98 – Classe “VII”, referente a Prestação de contas do candidato DANTE MARTINS DE OLIVEIRA, relativas às eleições de 1998, em que concorreram respectivamente aos cargos de Senador e Governador pelo PSDB, constatamos, às folhas 05 e 44 de ambos os processos (Demonstração de Recursos Arrecadados – Anexo II), bem como no Processo nº 839/98 – Classe “VII” – Prestações de contas do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB (Demonstração de Recursos Arrecadados – Anexo III), às fls. 05, 58 104, não figura nenhuma doação efetuada por Ouro Velho Marmoraria, Real Factoring, Unifactoring Fomento Mercantil Ltda, Unidas Investimentos e Participações, Rondon Factoring Fomento Mercantil, Tangará Factoring, Cuiabá Vip Fomento Mercantil, Confiança Factoring Fomento Mercantil, One Factoring Fomento Mercantil, CD Factoring Mercantil, JAR Projetos e Construções Cíveis, Elma Eletricidade de Mato Grosso, Mundial Factoring, João Arcanjo Ribeiro, José Waldir Jorge, Nilson Roberto Teixeira, Sílvia Chirata, Cristiane Josefa da Silva Ribeiro e Diniz Queiroz Júnior. Para constar, eu, , analista judiciário lavrei a presente certidão aos nove dias do mês de maio do ano de dois mil e três. Eu, , Secretário da Secretaria Judiciária do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Mato Grosso, a fiz digitar e assino.

Visto:



Sandra Sampaio Figueiredo
Diretora Geral

documento 9**18.06.2003****Luiz do Couto Neto, Chefe da Assessoria
Parlamentar do Banco Central**

**Em resposta ao requerimento ao Pres. do BC,
de 08.05.2003, para o Senador Antero dirigir-se
diretamente às instituições financeiras onde
possua conta.**

BANCO CENTRAL DO BRASIL

Secre/Aspar-2003/2318
Pt.0301201065

Brasília, 18 de junho de 2003

Senhor Senador,

Reportamo-nos ao ofício de 8.5.03, em que V.Exa. solicita o levantamento, junto às instituições financeiras, de todas as contas que possui ou já possuiu desde 1982 e todo o material referente às movimentações bancárias realizadas nas referidas contas.

2. De ordem do Sr. Presidente deste Banco Central e consoante esclarecimentos prestados pelo setor jurídico, consignamos a V.Exa. que esta Autarquia não é depositária de registros ou de bancos de dados contendo as informações solicitadas, nem detém competência para buscá-las fora do âmbito de suas atribuições institucionais. A circularização ou remessa, junto às entidades integrantes do sistema financeiro nacional, de pedido de particulares em interesse próprio, configuraria um procedimento não diretamente relacionado com o desempenho legal desta Instituição.

3. Considerando que este Banco Central não dispõe das informações requeridas e, portanto, não se está aqui a tolher o direito constitucional, regulado na Lei 9.507/97, de acesso às informações de caráter pessoal porventura existentes em órgãos públicos, permitimo-nos sugerir que o pedido seja endereçado diretamente às instituições financeiras em que V.Exa. tenha movimentado contas bancárias, atendendo ao disposto no art. 2º da Lei 9.507/97, que estabelece que a solicitação deva ser apresentada ao órgão ou entidade produtora ou depositária dos dados. *Y*

Respeitosamente,



Luiz do Couto Neto
Chefe da Assessoria Parlamentar

A Sua Excelência o Senhor
Senador Antero Paes de Barros
Senado Federal - Ala Senador Teotônio Vilela, Gab. 24

documento 10**14.07.2003****Cássio Casseb, presidente do Banco do Brasil****Of. 161, 2003-GSAPB, pede toda a movimentação bancária a partir de 1982.**

OF. GSAPB Nº 162/2003

Brasília, 14 de julho de 2003.

Senhor Presidente,

Tendo em vista motivos de ordem pessoal, venho solicitar a Vossa Senhoria que proceda o levantamento junto a essa instituição financeira, e posterior remessa a minha pessoa, de todas as contas bancárias que possuo atualmente ou que possuí desde 1982. Na medida do possível, solicito também que me seja remetido todo o material referente às minhas movimentações bancárias realizadas nas respectivas contas.

Esclareço tratar-se de informações relativas a minha pessoa, portanto não sendo necessária ordem judicial para o meu acesso a elas. Para a realização do requerimento, acrescento os seguintes dados: CPF - 103.429.311-72 e RG - 304.539-SSP/MT.

É importante destacar que o próprio Banco Central do Brasil, em Ofício SECRE/ASPAR-2003/2318, de 18 de junho deste ano, cópia anexa, recomendou-me a solicitação direta a cada instituição financeira.

Atenciosamente,


Senador **ANTERO PAES DE BARROS**

Ao Senhor

JORGE EDUARDO LEVI MATTOSO

Presidente da Caixa Econômica Federal

documento 11**14.07.2003****Jorge Eduardo Levi Mattoso, presidente da CEF****Of. 162,2003-GSAPB, pede toda a movimentação bancária a partir de 1982.**

OF. GSAPB Nº 163/2003

Brasília, 14 de julho de 2003.

Senhor Presidente,

Tendo em vista motivos de ordem pessoal, venho solicitar a Vossa Senhoria que proceda o levantamento junto a essa instituição financeira, e posterior remessa a minha pessoa, de todas as contas bancárias que possuo atualmente ou que possuí desde 1982 no então Banespa. Na medida do possível, solicito também que me seja remetido todo o material referente às minhas movimentações bancárias realizadas nas respectivas contas.

Esclareço tratar-se de informações relativas a minha pessoa, portanto não sendo necessária ordem judicial para o meu acesso a elas. Para a realização do requerimento, acrescento os seguintes dados: CPF - 103.429.311-72 e RG - 304.539-SSP/MT.

É importante destacar que o próprio Banco Central do Brasil, em Ofício SECRE/ASPAR-2003/2318, de 18 de junho deste ano, cópia anexa, recomendou-me a solicitação direta a cada instituição financeira.

Atenciosamente,

Senador *ANTERO PIRES DE BARROS*

Ao Senhor

GABRIEL JARAMILLO

Presidente do Banco Santander

documento 12**14.07.2003****Gabriel Jaramillo, presidente do Banco Santander****Of. 163, 2003-GSAPB, pede toda a movimentação bancária a partir de 1982.****documento 13****14.07.2003****Michael Geoghegan, presidente do HSBC/Bamerindus****Of. 164, 2003-GSAPB, pede toda a movimentação bancária a partir de 1982.**

OF. GSAPB Nº 164/2003

Brasília, 14 de julho de 2003.

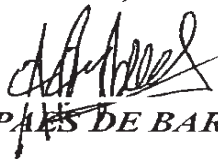
Senhor Presidente,

Tendo em vista motivos de ordem pessoal, venho solicitar a Vossa Senhoria que proceda o levantamento junto a essa instituição financeira, e posterior remessa a minha pessoa, de todas as contas bancárias que possuo atualmente ou que possuí desde 1982 no então Bamerindus. Na medida do possível, solicito também que me seja remetido todo o material referente às minhas movimentações bancárias realizadas nas respectivas contas.

Esclareço tratar-se de informações relativas a minha pessoa, portanto não sendo necessária ordem judicial para o meu acesso a elas. Para a realização do requerimento, acrescento os seguintes dados: CPF - 103.429.311-72 e RG - 304.539-SSP/MT.

É importante destacar que o próprio Banco Central do Brasil, em Ofício SECRE/ASPAR-2003/2318, de 18 de junho deste ano, cópia anexa, recomendou-me a solicitação direta a cada instituição financeira.

Atenciosamente,

Senador **ANTERO PAES DE BARROS**

Ao Senhor
MICHAEL GEOGHEGAN
Presidente do Banco HSBC

documento 14**14.07.2003****Pedro Moreira Salles, presidente do Unibanco****Of. 165, 003-GSAPB, pede toda a movimentação bancária a partir de 1982.**

OF. GSAPB Nº 165/2003

Brasília, 14 de julho de 2003.

Senhor Presidente,

Tendo em vista motivos de ordem pessoal, venho solicitar a Vossa Senhoria que proceda o levantamento junto a essa instituição financeira, e posterior remessa a minha pessoa, de todas as contas bancárias que possuo atualmente ou que possuí desde 1982 no então Banco Bandeirantes. Na medida do possível, solicito também que me seja remetido todo o material referente às minhas movimentações bancárias realizadas nas respectivas contas.

Esclareço tratar-se de informações relativas a minha pessoa, portanto não sendo necessária ordem judicial para o meu acesso a elas. Para a realização do requerimento, acrescento os seguintes dados: CPF - 103.429.311-72 e RG - 304.539-SSP/MT.

É importante destacar que o próprio Banco Central do Brasil, em Ofício SECRE/ASPAR-2003/2318, de 18 de junho deste ano, cópia anexa, recomendou-me a solicitação direta a cada instituição financeira.

Atenciosamente,

Senador *ANTERO PAES DE BARROS*

Ao Senhor

PEDRO MOREIRA SALLES

Presidente do Unibanco

documento 15**16.06.2003****Embaixador Juan José Real, do Uruguai****Of. 040, de 2003 – CPMI do Banestado, pede colaboração do governo uruguaio para obter acesso às contas bancárias que receberam recursos remetidos por João Arcanjo**

SECRETARIA GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
Serviço de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito
Congresso Nacional

Ofício nº 0040 - CPMI – “BANESTADO”

Brasília, 16 de julho de 2003.

Senhor Embaixador,

Na qualidade de Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada através do Requerimento nº 05/2003 – CN, *“com a finalidade de apurar as responsabilidades sobre a evasão de divisas do Brasil, especificamente para os chamados paraísos fiscais, em razão de denúncias veiculadas pela imprensa, reveladas pela operação macuco, realizada pela Polícia Federal, a qual apurou a evasão de US\$ 30 bilhões, efetuada entre 1996 E 2002, por meio das chamadas contas CC5”*, O grande clamor público despertado pelas revelações de que cerca de US\$ 30 bilhões haviam sido remetidos de forma irregular para o exterior levou o Congresso Nacional a exercer suas competências constitucionais de órgão de investigação. Assim, por intermédio do Requerimento nº 5, de 2003, o Congresso Nacional aprovou, em 18 de junho de 2003, a criação de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, integrada por dezessete Senadores e igual número de Deputados Federais, com a finalidade de apurar responsabilidades na evasão de divisas do Brasil, especificamente para paraísos fiscais, por intermédio das chamadas contas CC5, entre 1996 e 2002, conforme revelado por investigações conduzidas pela Polícia Federal e pelo Ministério Público Federal.

Nos termos da Constituição Federal da República Federativa do Brasil – art. 58, § 3º – as comissões parlamentares de inquérito têm poderes próprios das autoridades judiciárias. Tal dispositivo constitucional foi regulamentado pela Lei nº 1.579, de 1952, pela Lei Complementar nº 105, de 2001 e pelos Regimentos Internos do Congresso Nacional, do Senado Federal e da Câmara dos Deputados. Desse modo, às comissões parlamentares de inquérito compete: a) determinar as diligências que reputem necessárias; b) requerer a convocação de Ministros de Estado; c) tomar o depoimento de quaisquer autoridades; d) ouvir indiciados; e) inquirir testemunhas, sob compromisso; f) requisitar informações e documentos, inclusive documentos sigilosos, diretamente das instituições financeiras ou por intermédio do Banco Central do Brasil ou da Comissão de Valores Mobiliários; e g) requerer inspeções e auditorias do Tribunal de Contas da União.

A Sua Excelência

A Senhor JUAN JOSÉ REAL

Embaixador da República Oriental do Uruguai

Brasília – DF

No curso de seus trabalhos, as comissões parlamentares de inquérito adotam os procedimentos previstos no Código de Processo Penal. Da mesma forma, o não-atendimento de suas determinações sujeita os infratores às penas previstas no Código Penal.

As investigações sobre a remessa ilegal de divisas para o exterior, realizadas pelas autoridades policiais e judiciárias brasileiras levantaram indícios do cometimento de diversos crimes, dentre eles, sonegação fiscal, falsificação de documentos oficiais e “lavagem” de dinheiro. Ressalte-se, também, que os supostos atos criminosos foram cometidos, inclusive por empresas sediadas em território uruguaio, com recursos de origem não determinada, levantando fundadas suspeitas da ocorrência de “lavagem” de dinheiro vinculado ao roubo de cargas, ao narcotráfico e a outras formas de crime organizado. Uruguai e Brasil são signatários do Acordo de Cooperação Judiciária em Matéria Penal, que permite a cooperação legal entre as autoridades judiciárias e policiais uruguaias e brasileiras, podendo o mesmo vir a ser utilizado, por solicitação do Ministério da Justiça, no desenrolar das investigações em curso, particularmente, caso as investigações no Brasil reforçarem os indícios já levantados sobre as instituições e empresas *off-shore* sediadas em seu país.

Na qualidade de Presidente, responsável pela condução dos trabalhos, e de Relator, principal responsável pelos trabalhos investigativos e pela redação do Relatório Final, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Evasão de Divisas, vimos à presença de Vossa Excelência explicar o enorme interesse do Congresso Nacional na investigação sobre a evasão de divisas e a importância da colaboração das autoridades do Uruguai para o sucesso de nosso trabalho. Desse modo, esperamos contar com a colaboração de Vossa Excelência no sentido de transmitir às autoridades de seu país a posição do Congresso Nacional sobre a questão aqui abordada.

Atenciosamente,

Deputado JOSÉ MENTOR
Relator

Senador ANTERO PAES DE BARROS
Presidente

documento 16**16.07.2003****TRE/MT**

Certidão atestando não figurar doação em favor candidato Antero Paes de Barros relativa às eleições de 2002 efetuada por: Ouro Velho Marmoraria, Real Factoring, Unifactoring, Unidas Investimentos e Participações, Rondon Factoring Fomento Mercantil, Tangará Factoring, Cuiabá Vip Fomento Mercantil, Confiança Factoring Fomento Mercantil, One Factoring Fomento Mercantil, CD Factoring Mercantil, Jar Projetos e Construções Civas, Elma Eletricidade de Mato Grosso, Mundial Factoring, João Arcanjo Ribeiro, José Waldir Jorge, Nilson Roberto Teixeira, Silvia Chirata, Cristiane Josefa da Silva Ribeiro e Diniz Queiroz Júnior.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO
SECRETARIA JUDICIÁRIA

C E R T I D ã O

CERTIFICO, atendendo requerimento protocolizado neste Regional sob nº 7971 de 14.07.2003, subscrito pelo Secretário-Geral do Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB-MT, Sr. **Paulo Ronan Ferraz Santos**, e revendo os registros de distribuição de processos desta Secretaria Judiciária, constatou-se que foi devidamente autuado o Processo nº 3221 – classe “VII, que versa sobre prestação de contas da candidatura do Sr. **Antero Paes de Barros Neto**, que concorreu ao Cargo de Governador nas eleições de 2002. Certifico, ainda, que analisando o processo acima referido não constatamos nenhuma doação efetuada por **Ouro Velho Marmoraria, Real Factoring, Unifactoring Fomento Mercantil Ltda, Unidas Investimentos e Participações, Rondon Factoring Fomento Mercantil, Tangará Factoring, Cuiabá Vip Fomento Mercantil Ltda, Confiança Factoring Fomento Mercantil, One Factoring Fomento Mercantil, CD Factoring Mercantil, JAR Projetos Construções Civas, Elma Eletricidade de Mato Grosso, Mundial Factoring, João Arcanjo Ribeiro, José Waldir Jorge, Nilson Roberto Teixeira, Silvia Chirata, Cristiane Josefa da Silva Ribeiro e Diniz Queiroz Júnior.** E para constar eu, *[assinatura]*, Analista Judiciário, procedi a busca e digitei a presente certidão aos dezesseis dias do mês de julho de do ano dois mil e tres. Eu, *[assinatura]*, Secretário da SJ deste Tribunal a fiz digitar e assino.

VISTO:

[assinatura]
r/ SANDA SAMPAIO FIGUEIREDO
DIRETORA-GERAL/TRE/MT

documento 17**24.07.2003****Juiz Julier Sebastião da Silva**

Of. 083, de 2003 – CPMI do Banestado, em atendimento a requerimento do Senador Sérgio Guerra (76/03), pede inteiro teor do processo contra João Arcanjo Ribeiro na Justiça Federal de Mato Grosso

OFÍCIO Nº 0083/2003 – CPMI – “BANESTADO”


Brasília, 24 de julho de 2003.

Senhor Juiz,

Na qualidade de Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada através do Requerimento nº 05/2003 – CN, “*com a finalidade de apurar as responsabilidades sobre a evasão de divisas do Brasil, especificamente para os chamados paraísos fiscais, em razão de denúncias veiculadas pela imprensa, reveladas pela operação macuco, realizada pela Polícia Federal, a qual apurou a evasão de US\$ 30 bilhões, efetuada entre 1996 e 2002, por meio das chamadas contas CC5*”, solicito à V. Exa. o envio de cópia de inteiro teor do processo 2003.36.00.008505-4, caso contenha fatos relacionados com o objeto desta CPI, instaurada para tratar do crime de evasão de divisas.

Por oportuno, informo que o pedido decorreu de aprovação do Requerimento do Senador Sérgio Guerra, cópia anexa, em reunião realizada por este Colegiado no dia de ontem.


Atenciosamente,


Senador Antero Paes de Barros
Presidente da Comissão

Exmo. Sr.

Juiz JULIER SEBASTIÃO DA SILVA

1ª Vara Federal da Justiça Federal de 1ª Instância em Mato Grosso
Cuiabá - MT

76	Sen. Sérgio Guerra	Requer cópia de inteiro teor do processo 2003.36.00.008505-4, caso contenha fatos relacionados com a CPI.	Aprovado 23/07/03	1	novo nº Req. 62 of. 83, 24/07/03	
----	--------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------	---	----------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------

CPMI – BANESTADO

REQUERIMENTO Nº

76/03

432/46
03/02/06

REQUERIMENTO, Nº /2003

Requeiro, com fundamento no § 3º do art. 58 da Constituição Federal, em conformidade com os artigos 58 da Constituição Federal e 148 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 2º da Lei 1.579/52, que seja remetida a esta CPI cópia de inteiro teor do processo 2003.36.00.008505-4, caso o mesmo contenha fatos relacionados com o objeto da presente CPI, instaurada para tratar do crime de evasão de divisas.

Justificativa

A presente Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI foi criada para investigar a evasão de divisas, cabendo destaque às operações realizadas a partir de Foz do Iguaçu, por cinco agências bancárias dos bancos Banco do Brasil, Banestado, Araucária, Bemge e Real, em virtude de terem recebido autorizações especiais do Banco Central para acolherem depósitos em espécie, sem identificação de origem, visando conversão em moeda estrangeira para remessas ao exterior.

Tais autorizações levaram a praça de Foz do Iguaçu a registrar movimento inusitado de transferências ao exterior, que alcançaram a US\$ 30 bilhões no chamado "Caso Banestado", conforme depoimentos de delegados da Polícia Federal ao Congresso Nacional e matérias da revista semanal Istoé.

O processo solicitado à Justiça Federal de Mato Grosso refere-se às investigações sobre as atividades ilícitas do acusado João Arcanjo Ribeiro, que se encontra preso no Uruguai e teria ligações com a evasão de divisas, segundo matéria divulgada pela revista Istoé, conforme trecho abaixo transcrito:

" Entre as 200 contas sujas de brasileiros na Suíça já periciadas pela Polícia Federal, uma ajuda a explicar por que o UBV resolveu denunciar as contas dos fiscais ao Ministério Público. Aberta com quase US\$ 2,5 milhões em 1997, a conta número 965855, na agência de Genebra do Bank Loyds Trust, tem como beneficiário o comendador de Mato Grosso João Arcanjo Ribeiro, procurado pela PF e pela Interpol em mais 100 países sob a acusação de comandar uma quadrilha ligada ao contrabando de armas e diamantes, à lavagem de dinheiro e a uma série de assassinatos " (Istoé de 02/02/2003)

Em razão de a CPI somente deter poder de requisitar documentos relacionados com o fato determinado que originou sua criação - a evasão de divisas - e tratando-se de processo que corre em segredo de justiça, entendo que compete ao juiz federal que conduz o caso decidir sobre seu encaminhamento.

Sala das Comissões, de junho de 2003.


Senador SÉRGIO GUERRA
PSDB-PE

documento 18

25.07.2003

Unibanco (ofício recebido)

Encaminha a quebra do sigilo bancário do Antero (2002).

São Paulo, 25 de Julho de 2003

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS NETO
ANEXO 2 – 1º ANDAR
SENADO FEDERAL
ALA SENADOR TEOTONIO VILELA – GABINETE 24
CEP 70165-900 – BRASILIA -DF

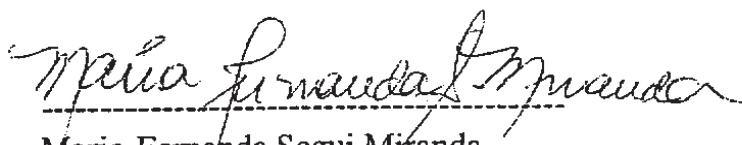
Prezado Senhor:

Reportamo-nos à sua solicitação, segue anexo extratos das seguintes contas bancárias:

Agência	Conta	Periodo
0250	119753-3	Agosto de 2002 à Setembro de 2002
0250	205069-9	Agosto de 2002

Colocamo-nos à disposição.

Atenciosamente,



Maria Fernanda Segui Miranda
SAC – Serviço de Apoio ao Cliente

documento 19

29.07.2003

HSBC (ofício recebido)

Encaminha a quebra do sigilo bancário do
Antero (1998/99)

AOP/ESO/155536

Curitiba, 29 de julho de 2003

SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador

A/C do Senador Antero Paes de Barros

Ala Senador Teotônio Vilela – Gabinete 24

70165-900 – Brasília - DF

Ref.: Of. GSAPB n. 164/2003 de 14 de julho de 2003

Excelentíssimo Senador,

Com relação ao expediente acima referenciado, através do qual V. Exa., solicita-nos o levantamento de todas as contas-correntes, de sua titularidade, encontradas junto ao Banco Bamerindus do Brasil S/A (em Liquidação Extrajudicial) e também perante o HSBC Bank Brasil S.A., mantidas a partir de 1982 até a presente data.

Esclarecemos que vinculado ao vosso CPF n. 103.429.311-72 e RG n. 304.539-SSP/MT, identificamos a conta-corrente n. 0233-17959-88, pertencente à nossa agência Centro, Cuiabá – MT, aberta em 15-09-1998 e encerrada em 05-04-1999, onde consta como titular o Sr. Antero Paes de Barros Neto.

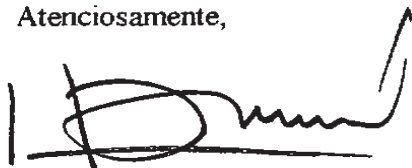
Assim, por estar vinculado ao mesmo número de CPF e RG, estamos anexando os extratos da referida conta, demonstrando a sua movimentação, bem como, a origem e destino dos lançamentos, conforme abaixo (documentos anexos):

Créditos: 15-09-98 R\$ 200.000,00 - Depósito em dinheiro, por Cezar Roberto Zílio
01-10-98 R\$ 50.000,00 - Depósito feito por Cia Petr. Ipiranga, em cheque n. 2335-3, pertencente à conta-corrente n. 705013666-2, da agência n. 0278-2 do Bradesco S/A, por transação cruzada, através da nossa agência Centro, Rio de Janeiro – RJ.
29-10-98 R\$ 160.000,00 – Depósito em dinheiro efetuado por Robson Jesus Figueiredo.

Débitos: 16-09-98 R\$ 198.000,00 saque com cheque n. 734441
21-09-98 R\$ 1.000,00 saque com cheque n. 734443
02-10-98 R\$ 35.000,00 saque com cheque n. 734444
02-10-98 R\$ 15.000,00 saque com cheque n. 734445
29-10-98 R\$ 160.000,00 saque com cheque n. 734446
05-04-99 R\$ 158,18 pagto c/cheque n. 734449

Sem outro particular para o momento, aproveitamos a oportunidade para renovar os nossos protestos de grande estima e elevada consideração.

Atenciosamente,



Hélio Ribeiro Duarte
Diretor Executivo
Relações Institucionais

documento 20**29.07.2003****Banespa (ofício recebido)****Encaminha a quebra do sigilo bancário do Antero (1983/86)**

São Paulo, 29 de julho de 2003

BN/MLC/SEN/03

Exmo. Sr.
Senador Antero Paes de Barros Neto
Senado Federal – Ala Senador Teotônio Vilela, Gab 24
Brasília – DF
CEP 70165-900

Ref.: OF. GSAPB Nº 163/2003 de 14/07/2003

Prezado Senhor,

O Banco do Estado de São Paulo S.A - Banespa, neste ato representado por seus procuradores, vem, em atendimento à solicitação manifestada por meio do ofício em referência, informar que, atualmente, não localizamos registros referentes à conta ativa nesta Instituição Financeira para os dados cadastrais fornecidos.

Entretanto, localizamos em nossos arquivos registros que demonstram a existência de conta corrente de sua titularidade aberta em outubro de 1983, sob a numeração 033-0191-92-003474-0 junto a extinta Agência Cuiabá, integrada pela Agência Porto Velho – 0674, movimentada até 06/1986.

Por conseguinte, visando ao atendimento parcial do solicitado, encaminhamos, anexo, extratos de movimentação bancária ocorrida na conta supra mencionada.

Outrossim, salientamos que persiste a pesquisa interna sendo que, tão logo sejam encerrados os trabalhos, encaminharemos a documentação pertinente a movimentação financeira requisitada.

Sendo o que se oferece para o momento, permanecemos à disposição para maiores esclarecimentos, se necessários.

Queira receber nossas cordiais saudações.

Atenciosamente,

BANCO DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A. – BANESPA

Mauro Siequeroli
Superintendente



Hamilton Teixeira
Superintendente Adjunto

documento 21**31.07.2003****CEF – Caixa (ofício recebido)****Encaminha a quebra do sigilo bancário. Não foi encontrada conta a partir de 1982.**

Ofício nº 0652/2003 - ASPAR

Brasília, 31 de julho de 2003.

A Sua Excelência o Senhor
ANTERO PAES DE BARROS
Senador da República
Senado Federal
70.165-900 - Brasília/DF

Assunto: informações sobre movimentação bancária.

Senhor Senador,

1. De ordem do Senhor Presidente da CAIXA, reportamo-nos ao Ofício GSAPB nº 162/2003, por meio do qual Vossa Excelência solicita o levantamento de toda a movimentação bancária em seu nome, de todas as contas que porventura possui ou possuiu desde o ano de 1982.
2. A propósito do assunto comunicamos que, procedida pesquisa em nossos sistemas, não foi identificada qualquer conta, ativa ou encerrada, em nome de Vossa Excelência.
3. Na expectativa de termos prestado atendimento satisfatório, colocamo-nos à sua disposição para prestar quaisquer informações adicionais que se fizerem necessárias.

Respeitosamente,


GILSON LUIZ FREITAS DE ANDRADE
Chefe da Assessoria Parlamentar

OF. GSAPB Nº 161/2003

Brasília, 14 de julho de 2003.

Senhor Presidente,

Tendo em vista motivos de ordem pessoal, venho solicitar a Vossa Senhoria que proceda o levantamento junto a essa instituição financeira, e posterior remessa a minha pessoa, de todas as contas bancárias que possuo atualmente ou que possuí desde 1982. Na medida do possível, solicito também que me seja remetido todo o material referente às minhas movimentações bancárias realizadas nas respectivas contas.

Esclareço tratar-se de informações relativas a minha pessoa, portanto não sendo necessária ordem judicial para o meu acesso a elas. Para a realização do requerimento, acrescento os seguintes dados: CPF - 103.429.311-72 e RG - 304.539-SSP/MT.

É importante destacar que o próprio Banco Central do Brasil, em Ofício SECRE/ASPAR-2003/2318, de 18 de junho deste ano, cópia anexa, recomendou-me a solicitação direta a cada instituição financeira.

Atenciosamente,


Senador *ANTERO PAES DE BARROS*

Ao Senhor
CÁSSIO CASSEB
Presidente do Banco do Brasil S/A


documento 22**03.08.2003****Ministro Miro Teixeira**

Em visita pessoal, encaminha of. 174/2003-GSAPB, pedindo investigação sobre as emissoras de rádio Cuiabana FM e Rádio Clube FM, por suspeita de pertencerem a Arcanjo.

Brasília, 03 de agosto de 2003

OF.GSAPB Nº 174/2003

Senhor Ministro,

Trago à sua consideração minha apreensão com referência à outorga de concessões para exploração de canais de rádio e televisão. Refiro-me, especificamente, à necessidade de se evitar que pessoas com comprovado envolvimento com o crime organizado no país venham a deter concessões desses serviços públicos que se relacionam diretamente com a população e têm grande influência na educação e no comportamento das pessoas.

Nesse sentido, sugiro a V. Excia. que o Ministério das Comunicações faça uma verificação sobre os detentores dos canais de rádio em frequência modulada das emissoras Cuiabana FM e Rádio Clube FM, ambas situadas em Cuiabá, Mato Grosso.

Na certeza de que V. Excia. adotará as medidas adequadas para proteger a população brasileira, em especial a de Cuiabá, da ameaça que representa a presença de pessoas desqualificadas à frente de serviço público tão importante, renovo protestos de estima e consideração.

Respeitosamente,


Senador ANTERO PAES DE BARROS

Excelentíssimo Senhor

MIRO TEIXEIRA**M.D. Ministro das Comunicações**

Ministério das Comunicações

BRASÍLIA - DF

Recebi em
04-08-03.
Determino a completa
apuração dos fatos e imediata
publicação para a cassação
das concessões, nos termos da
lei nº 12.112/01.

documento 23**05.08.2003****CPMI do Banestado**

Aprova requerimentos n.ºs 152/03 e 153/03, pedindo a quebra de sigilos fiscal e bancário das empresas de factoring de João Arcanjo: Real Factoring, Rondon Factoring Fomento Mercantil, Confiança Factoring, CD Factoring Mercantil, Tangará Factoring, Cuiabá Vip Fomento Mercantil, Mundial Factoring, One Factoring, Unifactoring Fomento Mercantil e Unidas Investimentos e Participações

REQUERIMENTO**152/03****REQUERIMENTO, /2003**

(do Sen. Antero Paes de Barros e do Dep. José Mentor)

Requeiro, com fundamento no § 3º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o disposto na Lei n.º 1.579/52 e com o Art. 4º, § 4º da Lei Complementar nº 105, de 10.01.2001, a transferência para esta CPI, **do sigilo bancário** das empresas Real Factoring, Rondon Factoring Fomento Mercantil, Confiança Factoring, Fomento Mercantil, CD Factoring Mercantil, Tangará Factoring, Cuiabá Vip, Fomento Mercantil, Mundial Factoring, One Factoring, Fomento Mercantil, Unifactoring Fomento Mercantil e Unidas Investimentos e Participações, no período de 1996 a 2002.

Justificativa

A presente Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI foi criada para investigar a evasão de divisas, cabendo destaque às operações realizadas a partir de Foz do Iguaçu, por cinco agências bancárias, inclusive a do Banestado.

Outro caso de notória repercussão trata-se das operações do Sr. João Arcanjo Ribeiro, o qual manteria movimentação expressiva de recursos oriundos do exterior e vem sendo apontado como chefe do crime organizado em Mato Grosso, encontrando-se detido no Uruguai.

O Ministério Público, após investigação sobre a fortíssima amealhada pelo Sr. Arcanjo, obteve, desde dezembro passado, a decisão da Justiça Federal de Mato Grosso favorável ao bloqueio de seus bens.

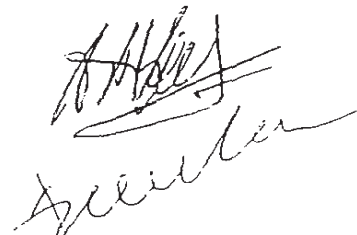
Pelas investigações comandadas pelo procurador da República no Mato Grosso, Pedro Taques, o Sr. Arcanjo teria utilizado empresas de factoring para acolherem do exterior recursos evadidos do Brasil.

O dinheiro de origem não-declarada era remetido para Uruguai e, depois, retornava ao Brasil em forma de empréstimo para empresas de factoring. Essas empresas do Sr. Arcanjo têm um patrimônio a descoberto de R\$ 900 milhões. Somente em uma delas, a Confiança Fomento Mercantil, o descompasso entre as declarações de rendimentos e a CPMF paga seria de R\$ 500 milhões.

Na denúncia encaminhada à Justiça, o Procurador Pedro Taques cita também o rombo de R\$ 131 milhões na contabilidade da CD Factoring Mercantil e de R\$ 65 milhões na Mundial Factoring, entre outras empresas do chamado "Grupo JAR", controlado pelo Sr. Arcanjo.

Por tais razões, a transferência dos sigilos legais das suas empresas assume especial relevância para verificar a origem e destino dos recursos evadidos, o que poderá aumentar as chances de obter o repatriamento.

Sala das Comissões, de julho de 2003.



REQUERIMENTO

153/03

REQUERIMENTO, /2003

(do Sen. Antero Paes de Barros e do Dep. José Mentor)

Requeiro, com fundamento no § 3º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o disposto na Lei n.º 1.579/52 e com o Art. 4º, § 4º da Lei Complementar nº 105, de 10.01.2001, a transferência para esta CPI, **do sigilo fiscal** das empresas Real Factoring, Rondon Factoring Fomento Mercantil, Confiança Factoring, Fomento Mercantil, CD Factoring Mercantil, Tangará Factoring, Cuiabá Vip, Fomento Mercantil, Mundial Factoring, One Factoring, Fomento Mercantil, Unifactoring Fomento Mercantil e Unidas Investimentos e Participações, no período de 1996 a 2002.

Justificativa

A presente Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI foi criada para investigar a evasão de divisas, cabendo destaque às operações realizadas a partir de Foz do Iguaçu, por cinco agências bancárias, inclusive a do Banestado.

Outro caso de notória repercussão trata-se das operações do Sr. João Arcanjo Ribeiro, o qual manteria movimentação expressiva de recursos oriundos do exterior e vem sendo apontado como chefe do crime organizado em Mato Grosso, encontrando-se detido no Uruguai.

O Ministério Público, após investigação sobre a fortuna amealhada pelo Sr. Arcanjo, obteve, desde dezembro passado, a decisão da Justiça Federal de Mato Grosso favorável ao bloqueio de seus bens.

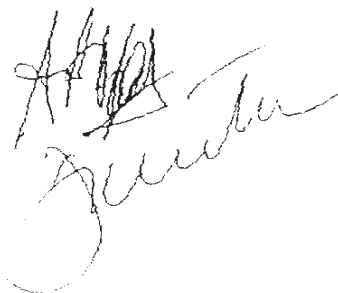
Pelas investigações comandadas pelo procurador da República no Mato Grosso, Pedro Taques, o Sr. Arcanjo teria utilizado empresas de factoring para acolherem do exterior recursos evadidos do Brasil.

O dinheiro de origem não-declarada era remetido para o Uruguai e, depois, retornava ao Brasil em forma de empréstimo para empresas de factoring. Essas empresas do Sr. Arcanjo têm um patrimônio a descoberto de R\$ 900 milhões. Somente em uma delas, a Confiança Fomento Mercantil, o descompasso entre as declarações de rendimentos e a CPMF paga seria de R\$ 500 milhões.

Na denúncia encaminhada à Justiça, o Procurador Pedro Taques cita também o rombo de R\$ 131 milhões na contabilidade da CD Factoring Mercantil e de R\$ 65 milhões na Mundial Factoring, entre outras empresas do chamado "Grupo JAR", controlado pelo Sr. Arcanjo.

Por tais razões, a transferência dos sigilos legais das suas empresas assume especial relevância para verificar a origem e destino dos recursos evadidos, o que poderá aumentar as chances de obter o repatriamento.

Sala das Comissões, de julho de 2003.



documento 24**12.08.2003****CPMI do Banestado**

Aprova requerimento de Antero e Mentor, autorizando a Senadora Ideli Salvati a representar a Comissão junto a autoridades uruguaias.

CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO – EVASÃO DE DIVISAS

REQUERIMENTO Nº /2003

Requeremos, com fundamento no § 3º do art. 58 da CF, combinado com o disposto na Lei nº 1.579, de 1952, e com o § 4º do art. 4º da Lei Complementar nº 105, de 2001, e nos termos regimentais, que a Senadora Ideli Salvatti, membro titular desta Comissão, seja autorizada a representar esta CPMI, no período de 12 a 16 de agosto de 2003, junto a autoridades governamentais uruguaias, inclusive para receber documentos abrangidos pelo sigilo fiscal e bancário, particularmente, os relacionados a empréstimos em que o Sr. João Arcanjo Ribeiro, preso no Uruguai a pedido do Brasil, apareça como beneficiário ou avalista.

JUSTIFICAÇÃO

A Senadora Ideli Salvatti encontra-se no Uruguai em missão oficial do Senado Federal para participar de reunião da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul e pretende aproveitar a oportunidade para manter contatos que ajudem na investigação sobre a remessa ilegal de divisas para o exterior, ora conduzida por esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

A presente proposição objetiva dar à Senadora uma delegação expressa para representar esta CPMI junto às autoridades uruguaias, inclusive no recebimento de documentos abrangidos pelo sigilo fiscal e bancário e, particularmente, aqueles relacionados a empréstimos em que o Sr. João Arcanjo Ribeiro, preso no Uruguai a pedido do Brasil, apareça como beneficiário ou avalista.

Sala das Comissões, em 12 de agosto de 2003.

Senador ANTERO PAES DE BARROS Deputado JOSÉ MENTOR

documento 25

12.08.2003

Luiz Hierro Lopes, Presidente da Assembléia Geral do Uruguai

Of. 128, de 2003 – CPMI do Banestado, pede apoio à Senadora Ideli Salvati nas tratativas objetivando a investigação de João Arcanjo Ribeiro, em decorrência de requerimento apresentado pelo Antero e Mentor

OFÍCIO Nº 128/2003 **A** CPMI – “*BANESTADO*”

Brasília, 11 de agosto de 2003

Senhor Presidente,

Rogamos às autoridades da República Oriental do Uruguai que dêem apoio à Excelentíssima Senhora Senadora **Ideli Salvatti**, representante do Estado de Santa Catarina no Senado Federal da República Federativa do Brasil. A Senadora encontra-se no Uruguai em missão oficial do Senado Federal para manter contatos que ajudem na investigação, ora em andamento no âmbito do Congresso Nacional, sobre a remessa ilegal de divisas para o exterior.

O clamor público despertado pelas revelações de que cerca de US\$ 30 bilhões haviam sido remetidos de forma irregular para o exterior levou o Congresso Nacional a exercer suas competências constitucionais de órgão de investigação. Assim, por intermédio do Requerimento nº 5, de 2003, o Congresso Nacional aprovou, em 18 de junho de 2003, a criação de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, integrada por dezessete Senadores e igual número de Deputados Federais, com a finalidade de apurar responsabilidades na evasão de divisas do

Excelentíssimo Senhor
Vice-Presidente **LUIS A. HIERRO LÓPES**
Presidente da Assembléia Geral

Brasil, especificamente para paraísos fiscais, por intermédio das chamadas contas CC5, entre 1996 e 2002, conforme revelado por investigações conduzidas pela Polícia Federal e pelo Ministério Público Federal.

Nos termos da Constituição Federal da República Federativa do Brasil – art. 58, § 3º – as comissões parlamentares de inquérito têm poderes próprios das autoridades judiciárias. Tal dispositivo constitucional foi regulamentado pela Lei nº 1.579, de 1952, pela Lei Complementar nº 105, de 2001 e pelos Regimentos Internos do Congresso Nacional, do Senado Federal e da Câmara dos Deputados. Desse modo, às comissões parlamentares de inquérito compete: a) determinar as diligências que repute necessárias; b) requerer a convocação de Ministros de Estado; c) tomar o depoimento de quaisquer autoridades; d) ouvir indiciados; e) inquirir testemunhas, sob compromisso; f) requisitar informações e documentos, inclusive documentos sigilosos, diretamente das instituições financeiras ou por intermédio do Banco Central do Brasil ou da Comissão de Valores Mobiliários; e g) requerer inspeções e auditorias do Tribunal de Contas da União.

No curso de seus trabalhos, as comissões parlamentares de inquérito adotam os procedimentos previstos no Código de Processo Penal. Da mesma forma, o não atendimento de suas determinações sujeita os infratores às penas previstas no Código Penal.

As investigações sobre a remessa ilegal de divisas para o exterior, realizadas pelas autoridades policiais e judiciárias brasileiras levantaram indícios do cometimento de diversos crimes, dentre eles, sonegação fiscal, falsificação de documentos oficiais e “lavagem” de dinheiro. Ressalte-se, também, que os supostos atos criminosos foram cometidos, inclusive por empresas sediadas em território uruguaio, com recursos de origem não determinada, levantando fundadas suspeitas da ocorrência de “lavagem” de dinheiro vinculado ao roubo de cargas, ao narcotráfico e a outras formas de crime organizado. Uruguai e Brasil são signatários do Acordo de

Cooperação Judiciária em Matéria Penal, que permite a cooperação legal entre as autoridades judiciárias e policiais uruguaias e brasileiras, podendo o mesmo vir a ser utilizado, por solicitação do Ministério da Justiça, no desenrolar das investigações em curso, particularmente, caso as investigações no Brasil reforçarem os indícios já levantados sobre as instituições e empresas *off-shore* sediadas no Uruguai.

A Senadora **Ideli Salvatti** tem delegação para falar em nome desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito e para receber documentos, inclusive aqueles abrangidos pelo sigilo fiscal e bancário e, particularmente, os relacionados a empréstimos em que o Sr. João Arcanjo Ribeiro, preso no Uruguai a pedido do Brasil, apareça como beneficiário ou avalista. Desse modo, esperamos que a Senadora possa contar com a colaboração das autoridades do país vizinho e amigo para naquilo em que vier a ser necessário.

Na qualidade de Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Evasão de Divisas, vimos afirmar às autoridades uruguaias o enorme interesse do Congresso Nacional na investigação sobre a evasão de divisas e a importância da colaboração das autoridades do Uruguai para o sucesso de nosso trabalho.

Atenciosamente,

Senador **ANTERO PAES DE BARROS**
Presidente

documento 26

12.08.2003

Didier Opertti Badan, Ministro de Relações Exteriores do Uruguai

Of. 129, de 2003 – CPMI do Banestado, pede apoio à Senadora Ideli Salvati nas tratativas objetivando a investigação de João Arcanjo Ribeiro, em decorrência de requerimento apresentado pelo Antero e Mentor

OFÍCIO Nº 129/2003 – CPMI – “BANESTADO”

Brasília, 11 de agosto de 2003

Senhor Ministro,

Rogamos às autoridades da República Oriental do Uruguai que dêem apoio à Excelentíssima Senhora Senadora Ideli Salvati, representante do Estado de Santa Catarina no Senado Federal da República Federativa do Brasil. A Senadora encontra-se no Uruguai em missão oficial do Senado Federal para manter contatos que ajudem na investigação, ora em andamento no âmbito do Congresso Nacional, sobre a remessa ilegal de divisas para o exterior.

O clamor público despertado pelas revelações de que cerca de US\$ 30 bilhões haviam sido remetidos de forma irregular para o exterior levou o Congresso Nacional a exercer suas competências constitucionais de órgão de investigação. Assim, por intermédio do Requerimento nº 5, de 2003, o Congresso Nacional aprovou, em 18 de junho de 2003, a criação de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, integrada por dezesseis Senadores e igual número de Deputados Federais, com a finalidade de apurar responsabilidades na evasão de divisas do

Excelentíssimo Senhor
Doutor DIDIER OPERTTI BADAN
Ministro das Relações Exteriores do Uruguay

Brasil, especificamente para paraísos fiscais, por intermédio das chamadas contas OC&E, entre 1996 e 2002, conforme revelado por investigações conduzidas pela Polícia Federal e pelo Ministério Público Federal.

Nos termos da Constituição Federal da República Federativa do Brasil - art. 58, § 3º - as comissões parlamentares de inquérito têm poderes próprios das autoridades judiciárias. Tal dispositivo constitucional foi regulamentado pela Lei nº 1.579, de 1952, pela Lei Complementar nº 105, de 2001 e pelos Regimentos Internos do Congresso Nacional, do Senado Federal e da Câmara dos Deputados. Desse modo, às comissões parlamentares de inquérito compete: a) determinar as diligências que reputem necessárias; b) requerer a convocação de Ministros de Estado; c) tomar o depoimento de quaisquer autoridades; d) ouvir indiciados; e) inquirir testemunhas, sob compromisso; f) requisitar informações e documentos, inclusive documentos sigilosos, diretamente das instituições financeiras ou por intermédio do Banco Central do Brasil ou da Comissão de Valores Mobiliários; e g) requerer inspeções e auditorias do Tribunal de Contas da União.

No curso de seus trabalhos, as comissões parlamentares de inquérito adotam os procedimentos previstos no Código de Processo Penal. Da mesma forma, o não-atendimento de suas determinações sujeita os infratores às penas previstas no Código Penal.

As investigações sobre a remessa ilegal de divisas para o exterior, realizadas pelas autoridades policiais e judiciárias brasileiras levantaram indícios do cometimento de diversos crimes, dentre eles, sonegação fiscal, falsificação de documentos oficiais e "lavagem" de dinheiro. Ressalte-se, também, que os supostos atos criminosos foram cometidos, inclusive por empresas sediadas em território uruguaio, com recursos de origem não determinada, levantando fundadas suspeitas da ocorrência de "lavagem" de dinheiro vinculado ao roubo de cargas, ao narcotráfico e a outras formas de crime organizado. Uruguai e Brasil são signatários do Acordo de

Cooperação Judiciária em Matéria Penal, que permite a cooperação legal entre as autoridades judiciárias e policiais uruguaianas e brasileiras, podendo o mesmo vir a ser utilizado, por solicitação do Ministério da Justiça, no desenrolar das investigações em curso, particularmente, caso as investigações no Brasil reforçarem os indícios já levantados sobre as instituições e empresas *off-shore* sediadas no Uruguai.

A Senadora Ideli Salvatti tem delegação para falar em nome desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito e para receber documentos, inclusive aqueles abrangidos pelo sigilo fiscal e bancário e, particularmente, os relacionados a empréstimos em que o Sr. João Arcanjo Ribeiro, preso no Uruguai a pedido do Brasil, apareça como beneficiário ou avalista. Deste modo, esperamos que a Senadora possa contar com a colaboração das autoridades do país vizinho e amigo para naquilo em que vier a ser necessário.

Na qualidade de Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Evasão de Divisas, vimos afirmar às autoridades uruguaianas o enorme interesse do Congresso Nacional na investigação sobre a evasão de divisas e a importância da colaboração das autoridades do Uruguai para o sucesso de nosso trabalho.

Atenciosamente,


Senador ANTERO PAES DE BARROS
Presidente

documento 27**13.08.2003****Eduardo dos Santos, embaixador brasileiro no Uruguai****Relata audiência da Senadora Ideli Salvatti, que em nome da CPMI esteve no Uruguai, com Guillermo Valles, Vice-Chanceler.**

De Brasemb, Montevideu para Exteriores em 13/08/2003 (PRV'-:;BEG44)

COLECAO: AFEPA

CARAT=Secreto

PRIOR=Urgente

DISTR=AFEPA/DJ/COCIT/DAM I

DESCR=JUST-BRAS-URUG

RTM=MURBRCG

REF/ADIT=TEL 619

CATEG=MG

//

Brasil-Uruguai. Cooperação
Judiciária. João Arcanjo
Ribeiro. Audiência da Senadora
Ideli Salvatti na Chancelaria
uruguaia.

//

Nr. 00937

RESUMO=

Informo. Acompanhei audiência concedida pelo Vice-Chanceler Guillermo Valles à Senadora Ideli Salvatti. Foi feita entrega de Ofício da CPMI sobre evasão de divisas para paraísos fiscais. Valles ficou de tramitar o documento e prestar informações, notadamente sobre o levantamento do sigilo bancário no caso do "Comendador Arcanjo".

Com referência às instruções recebidas por intermédio do Chefe da AFEPA, informo que acompanhei a Senadora Ideli Salvatti (PT-SC) à audiência por mim solicitada, a pedido seu, na Chancelaria uruguaia. Na impossibilidade de receber-nos o Chanceler Didier Opertti, em preparativos para a Cúpula de Assunção, o fez, hoje pela manhã, o Embaixador Guillermo Valles, Vice-Ministro das Relações Exteriores.

2.A Senadora fez entrega ao Embaixador Valles do Ofício nr. 129/2003-CPMI-"Banestado", de 11 de agosto de 2003, dirigido ao Ministro Opertti e assinado pelo Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT). O referido Ofício historia a criação de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito "com a finalidade de apurar responsabilidades na evasão de divisas do Brasil, especificamente para paraísos fiscais" e arrola suas competências. Ressalta, em seguida, que autoridades brasileiras levantaram indícios de que diversos

crimes, dentre os quais lavagem de dinheiro, foram cometidos, "inclusive por empresas sediadas em território uruguaio". O documento, ao invocar o Acordo bilateral de Cooperação Judiciária em Matéria Penal e asseverar que a Senadora tem delegação para falar em nome da Comissão e receber documentos, "particularmente os relacionados a empréstimos em que o Sr. Arcanjo Ribeiro (...) apareça como beneficiário ou avalista", solicita a colaboração das autoridades uruguaias.

3.Ao reagir, Valles comprometeu-se a mandar tramitar o documento ao Ministro Opertti e, sobretudo, ao Senhor Leonardo Costa, Pro-Secretário da Presidência da República, que tem o encargo de acompanhar neste país o tema da lavagem de dinheiro.

4.Recordou que, além do convênio de cooperação judiciária, o Uruguai é signatário, com o Brasil, das mais importantes convenções internacionais sobre transparência das transações financeiras. Registrou, que o Uruguai, como país pequeno, tem tradição em transações "off-shore", mas, não obstante, possui legislação específica sobre a matéria e, injustamente, é tachado de "paraíso fiscal". Afirmou que a legislação uruguaia, ao mesmo tempo em que assegura o sigilo bancário, possui dispositivos que permitem o levantamento do sigilo por força de decisão judicial. Lembrou que, recentemente, essas normas foram aplicadas no caso de um fraudador uruguaio que praticava lavagem de dinheiro em Punta del Este e que tinha ligações com o narcotráfico colombiano. Indicou que o Banco Central do Uruguai está promovendo capacitação de quadros técnicos como forma de aperfeiçoar o combate aos ilícitos financeiros neste país.

5.A Senadora brasileira, ao agradecer os esclarecimentos e as providências do Embaixador Valles, considerou que o montante que se atribuía às transações ilícitas praticadas pelo "Comendador" Arcanjo indicava não se tratar de fato isolado e que possivelmente outros países teriam sido envolvidos.

6.Mencionou ser de grande importância para o desenrolar das investigações da Comissão Parlamentar saber se já teria sido levantado o sigilo bancário no caso do "Comendador Arcanjo".

7.Valles prontificou-se a realizar as consultas pertinentes e ficou de transmitir seus resultados à Parlamentar, por meio da Embaixada.

8.Segue por fax cópia do Ofício mencionado.

EDUARDO DOS SANTOS, Embaixador

PMOT

documento 28**22.08.2003****Ministério das Comunicações**

Através da portaria 420/2003, o ministro das Comunicações revoga a permissão de funcionamento da Rádio Clube de Cuiabá, de propriedade de João Arcanjo, em função do ofício do Senador Antero de 03.08.2003

PORTARIA Nº 420, DE 22 DE AGOSTO DE 2003

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições tendo em vista o que consta do Processo n.º 53000.025423/2003-50 e o disposto no PARECER/MC/CONJUR/DS/N.º 1043-1.7/2003, e considerando:

que a permissão para explorar serviços de radiodifusão só pode ser renovada uma vez atendido o interesse público e quando o permissionário preenche, entre outros, o requisito da idoneidade moral, nos termos do § 3º do art. 33 da Lei n.º 4.117, de 27 de agosto de 1962; e

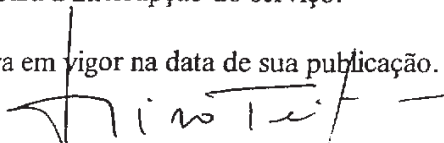
ser público e notório que JOÃO ARCANJO RIBEIRO, sócio majoritário e gerente da RÁDIO CLUB DE CUIABÁ LTDA., está preso no Uruguai em razão do seu envolvimento com o tráfico internacional de substância entorpecente;

R E S O L V E:

Art. 1º Revogar, em razão da inidoneidade moral da permissionária e do não atendimento do interesse público, a Portaria n.º 361, de 24 de julho de 2000, publicada no Diário Oficial da União do dia 29 de junho de 2001, que renovou, por dez anos, a partir de 13 de março de 1995, a permissão outorgada à Rádio Club de Cuiabá Ltda., pela Portaria n.º 111, de 11 de março de 1985, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Cuiabá, Estado do Mato Grosso.

Art. 2º Determinar à Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica que adote, imediatamente, as medidas necessárias para a interrupção do serviço.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.


MIRO TEIXEIRA

Ministro de Estado das Comunicações

documento 29**03.09.2003****Antonio Palocci, Ministro da Fazenda****Of. 195/2003-GSAPB, pede investigação e providências contra as empresas de factoring e João Arcanjo**

Brasília, 03 de setembro de 2003.

OF.GSAPB Nº 195/2003

Senhor Ministro,

Trago à sua consideração minha apreensão com o fato de pessoas com notório e comprovado envolvimento com o crime organizado no país, devedoras do fisco, com patrimônio de origem duvidosa, e, ainda, suspeitas de remessa ilegal de divisas ao exterior, continuarem a atuar livremente no mercado financeiro brasileiro, controlando e operando empresas do setor financeiro que se relacionam diretamente com a população.

Refiro-me especificamente ao caso dos senhores João Arcanjo Ribeiro, condenado pela Justiça do Estado de Mato Grosso e detido no Uruguai, e Luis Roberto Dondo Gonçalves, gerente do primeiro e preso em Cuiabá já há alguns meses. É inadmissível que suas empresas continuem a operar normalmente, imunes à fiscalização dos poderes públicos, apesar da extensa folha criminal ostentada por seus controladores e seus dirigentes e dos processos em que são réus na Justiça do Mato Grosso.

A CPML que investiga a evasão de divisas através de contas CC5 abertas em bancos situados em Foz do Iguaçu (PR), que tenho a honra de presidir, já detectou operações suspeitas do referido João Arcanjo Ribeiro e de suas empresas e está aprofundando as investigações sobre a ação das mesmas no exterior, sobretudo em conhecidos paraísos fiscais.

Excelentíssimo Senhor

ANTONIO PALOCCI**M.D. Ministro de Estado da Fazenda**

Ministério da Fazenda

BRASÍLIA - DF

Tomo a liberdade de sugerir a V. Excia. que o Ministério das Fazendas determine aos órgãos competentes (Banco Central, Receita Federal, CVM etc) a abertura de investigações e auditorias de natureza contábil e fiscal sobre as empresas Real Factoring, Rondon Factoring Fomento Mercantil, Confiança Factoring e Fomento Mercantil, CD Factoring Mercantil, Tangará Factoring, Cuiabá VIP Fomento Mercantil, Mundial Factoring, One Factoring Fomento Mercantil, Unifactoring Fomento Mercantil e Unidas Investimentos e Participações, todas elas integrantes ou ligadas ao grupo empresarial de João Arcanjo Ribeiro.

Na certeza de que V. Excia. adotará as medidas adequadas para proteger a população brasileira, em especial a de Cuiabá, da ameaça que representa a continuidade da operação dessas empresas, e convencido de que minha recomendação vem ao encontro das diretrizes políticas e econômicas do governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, no sentido de moralizar o setor econômico e financeiro e dele excluir as empresas envolvidas com práticas esivas ao interesse público, renovo protestos de estima e consideração.

Respeitosamente,

Senador ANTERO PAES DE BARROS

documento 30

03.09.2003

Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central

Of. 196/2003-GSAPB, pede investigação e providências contra as empresas de factoring e João Arcanjo

Brasília, 03 de setembro de 2003.

OF.GSAPB Nº 196/2003

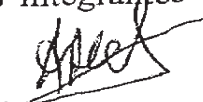
Senhor Presidente,

O Brasil não mais aceita que pessoas com notório e comprovado envolvimento com o crime organizado no país, devedoras do fisco, com patrimônio de origem duvidosa, e, ainda, suspeitas de remessa ilegal de divisas ao exterior, continuem a atuar livremente com empresas do setor financeiro que se relacionam diretamente com a população.

Refiro-me especificamente ao caso dos senhores João Arcanjo Ribeiro, condenado pela Justiça do Estado de Mato Grosso e detido no Uruguai, e Luís Roberto Dondo Gonçalves, gerente do primeiro e preso em Cuiabá já há alguns meses. É inadmissível que suas empresas continuem a operar normalmente, imunes à fiscalização dos poderes públicos, apesar da extensa *folha criminal ostentada por seus controladores e seus dirigentes e dos processos de que são réus na Justiça do Mato Grosso.*

A CPMI que investiga a evasão de divisas através de contas CC5 abertas em bancos situados em Foz do Iguaçu (PR), que tenho a honra de presidir, já detectou operações suspeitas do referido João Arcanjo Ribeiro e de suas empresas e está aprofundando as investigações sobre a ação das mesmas no exterior, sobretudo em conhecidos paraísos fiscais.

A fim de que o cerco não se restrinja ao Poder Legislativo, venho sugerir a Vossa Senhoria que o Banco Central promova uma investigação as empresas Real Factoring, Rondon Factoring Fomento Mercantil, Confiança Factoring e Fomento Mercantil, CD Factoring Mercantil, Tangará Factoring, Cuiabá VIP Fomento Mercantil, Mundial Factoring, One Factoring Fomento Mercantil, Unifactoring Fomento Mercantil e Unidas Investimentos e Participações, todas elas integrantes ou ligadas ao grupo empresarial de João Arcanjo Ribeiro.



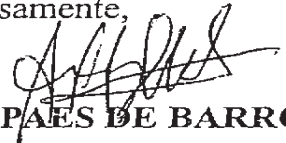
Ilustríssimo Senhor

HENRIQUE MEIRELLES**Presidente do Banco Central do Brasil**

BRASÍLIA - DF

Na certeza de que V. Excia. adotará as medidas adequadas para proteger a população brasileira, em especial a de Cuiabá, da ameaça que representa a continuidade da operação dessas empresas, e convencido de que minha recomendação vem ao encontro das diretrizes políticas e econômicas do governo do Presidente Luis Ignácio Lula da Silva, no sentido de moralizar o setor econômico e financeiro e dele excluir as empresas envolvidas com práticas lesivas ao interesse público, renovo protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

**Senador ANTERO PAES DE BARROS**

documento 31**09.09.2003****CPMI do Banestado**

Aprova requerimento 179/03, da Senadora Serys, pedindo a criação de comissão representativa da CPMI, para colher depoimento de Arcanjo no Uruguai

REQUERIMENTO Nº**179/03**

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CPI BANESTADO
SENADOR ANTERO DE BARROS**

Requeiro nos termos regimentais, seja constituída comissão representativa desta CPMI, integrada por membros das duas casas do Congresso Nacional, com o fim de colher depoimento em Montevideu, no Uruguai, do Sr. **JOÃO ARCANJO RIBEIRO**, conhecido como “comendador” e chefe do crime organizado em Mato Grosso, para que preste esclarecimentos sobre a evasão de divisas pelas contas CC-5, em remessas ilegais para o exterior.

JUSTIFICAÇÃO

Através do que tem sido divulgado pela mídia, e com base no esforço desenvolvido pela Polícia Federal e pelo Ministério Público, foi possível comprovar que as contas CC-5 se transformaram no grande ralo de saída do dinheiro da corrupção, do narcotráfico e do crime organizado para os paraísos fiscais pelo mundo afora, em benefício de alguns poucos espertalhões.

O teor dos depoimentos colhidos por esta CPMI, reforça os indícios de crime, com o agravante da existência de cumplicidade e interação entre os doleiros do Brasil e do Paraguai, modalidade identificada pela Polícia Federal, após a quebra do sigilo telefônico de brasileiros suspeitos de integrarem o esquema de evasão.

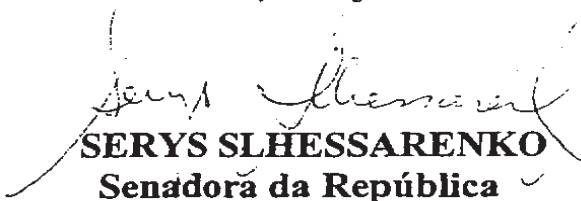
Todos sabemos da repercussão nacional do esquema de lavagem de dinheiro no Mato Grosso, envolvendo bicheiros, narcotraficantes e facções

do crime organizado, alguns dos quais, como João Arcanjo Ribeiro, chefe do crime naquele estado, e que cumpre pena em Montevideu, no Uruguai, é suspeito de enviar no mínimo US\$ 600 milhões em operações ilegais, podendo ter superado US\$ 1 bilhão (R\$ 2,9 bilhões), conforme informações da mídia nacional.

Ouvir o Sr João Arcanjo, portanto, têm como um de seus objetivos proporcionar-lhe a oportunidade para esclarecer o seu envolvimento com a remessa ilegal de dólares a partir do Banestado de Foz do Iguaçu e do Banco de Boston do Paraguai, assim como as suas ligações com as máfias italiana, russa e espanhola e sua possível atuação como elo com outros gigantes do submundo do crime, envolvidos com lavagem de dinheiro e evasão de divisas.

Por outro lado, existe a alternativa de negociação no campo diplomático com o governo do Uruguai, com o aval do Congresso daquele país, que autorizaria a oitiva do bicheiro mato-grossense por comissão representativa da CPMI, constituída por deputados e senadores, membros titulares desta Comissão.

Sala das Comissões, 4 de julho de 2003.



SERYS SLHESSARENKO
Senadora da República

documento 32

09.09.2003

CPMI do Banestado

Aprova requerimento 181/03, da Senadora Serys, convidando o procurador José Pedro Taques e o juiz Julier Sebastião da Silva para comparecer a CPMI

**REQUERIMENTO Nº
181/03****EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CPI BANESTADO
SENADOR ANTERO DE BARROS**

Requeiro nos termos regimentais, sejam convidados para depoimento nesta **CPMI**, o Sr. **JOSÉ PEDRO TAQUES**, Procurador da República em Mato Grosso e o Sr. **JULIER SEBASTIÃO DA SILVA**, Juiz Federal., encarregados pelas investigações e julgamento das ações do “bicheiro” João Arcanjo Ribeiro e do crime organizado, naquele Estado.

JUSTIFICAÇÃO

Através do que tem sido divulgado pela mídia, e com base no esforço desenvolvido pela Polícia Federal e pelo Ministério Público, conseguimos identificar que as contas CC-5 se transformaram no grande ralo de saída do dinheiro da corrupção, do narcotráfico e do crime organizado para os paraísos fiscais pelo mundo afora, em benefício de alguns poucos espertalhões.

Os depoimentos de ontem a **CPMI**, do procurador da República Luiz Francisco de Souza e do perito da Polícia Federal Renato Barbosa, reforçaram os indícios de crime e esclareceram o esquema marcado pela cumplicidade e interação entre os doleiros do Brasil e do Paraguai, modalidade identificada pela Polícia Federal, após a quebra do sigilo telefônico de brasileiros suspeitos de integrarem o esquema de evasão.

Todos sabemos da repercussão nacional do esquema de lavagem de dinheiro no Mato Grosso, envolvendo bicheiros, narcotraficantes e facções do crime organizado, alguns dos quais, como Nilson Teixeira, ex-gerente das factorings do bicheiro João Arcanjo Ribeiro, o “comendador”, que cumpre pena em Montevideú, está incluído no Programa de Proteção à Testemunha do Governo Federal na condição de réu colaborador, conforme tem sido confirmado pelo juiz federal Julier Sebastião da Silva.

Ouvir as pessoas sugeridas, portanto, têm como um de seus objetivos proporcionar aos convidados a oportunidade para colaborar com as investigações a cargo desta **CPMI**, até mesmo porque, de um modo ou de outro, estão inteirados com o nefasto esquema de evasão de divisas montado em Foz do Iguaçu depois que o Banco Central concedeu autorização especial para que cinco bancos recebessem depósitos em espécie nas chamadas CC-5.

Sala das Comissões, 31 de julho de 2003.



SERYS SLHESSARENKO
Senadora da República

documento 33**09.09.2003****CPMI do Banestado**

Aprova requerimento 229/2003, do Senador Antero, determinando a transferência o Procurador Pedro Taques de toda a documentação recebida pela CPMI, via acordo MLAT, que possa auxiliar nas investigações sobre Arcanjo

REQUERIMENTO N°

229/03**REQUERIMENTO, N° /2003**

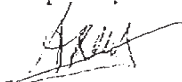
(do Sen. Antero Paes de Barros)

Requeiro, com fundamento no § 3º do art. 58 da Constituição Federal, em conformidade com os artigos 58 da Constituição Federal e 148 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 2º da Lei 1.579/52, a transferência ao Procurador da República Pedro Taques de toda a documentação recebida por esta CPI, via acordo MLAT, que possa auxiliar as investigações das atividades ilícitas do Sr. João Arcanjo Ribeiro.

Justificativa

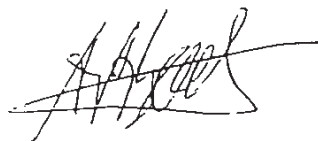
A presente Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI foi criada para investigar a evasão de divisas, cabendo destaque às operações realizadas a partir de Foz do Iguaçu, por cinco agências bancárias dos bancos Banco do Brasil, Banestado, Araucária, Bemge e Real, em virtude de terem recebido autorizações especiais do Banco Central para acolherem depósitos em espécie, sem identificação de origem, visando conversão em moeda estrangeira para remessas ao exterior.

O Sr. João Arcanjo Ribeiro, que se encontra detido no Uruguai, vem sendo investigado pelo Procurador da República Pedro Taques, de Mato Grosso, inclusive em decorrência de operações de evasão de divisas, que consiste no objeto da presente CPI.



A transferência de informações prevista nesse requerimento contribuirá para fornecer subsídios ao procurador para o êxito de suas investigações.

Sala das Comissões, de agosto de 2003.



documento 34

23.09.2003

**Paulo Sérgio Cavalheiro (ofício recebido),
diretor de fiscalização do Banco Central**

Informa, em resposta aos ofícios 195 e 196, de 03.09.2003, que as factorings não integram o Sistema Financeiro Nacional, não estão sujeitas as normas do Conselho Monetário Nacional, e prescindem de autorização prévia, licença ou qualquer outro tipo de anuência ou intervenção do BC.

BANCO CENTRAL DO BRASIL

Diret-2003/3736
Pt. 0301218901


Brasília, 23 de setembro de 2003

Senhor Senador,

Reporto aos Ofícios 195 e 196/03, de 3.9.03, em que V.Exa. sugere que este Banco Central investigue as empresas Real Factoring, Rondon Factoring Fomento Mercantil, Confiança Factoring e Fomento Mercantil, CD Factoring Mercantil, Tangará Factoring, Cuiabá VIP Fomento Mercantil, Mundial Factoring, One Factoring Fomento Mercantil, Unifactoring Fomento Mercantil e Unidas Investimentos e Participações, todas integrantes ou ligadas ao grupo empresarial de João Arcanjo Ribeiro.

2. Destaco, preliminarmente, que, segundo o art. 15, § 1º, inciso III, alínea “d”, da Lei 9.249, de 26.12.95, as atividades de fomento mercantil (*factoring*) compreendem a “prestação cumulativa e contínua de serviços de assessoria creditícia, mercadológica, gestão de crédito, seleção de riscos, administração de contas a pagar e a receber, compra de direitos creditórios resultantes de vendas mercantis a prazo ou de prestação de serviços.” Assim, não integram o Sistema Financeiro Nacional, não estando sujeitas à jurisdição normativa do Conselho Monetário Nacional. Da mesma forma, as empresas de *factoring* prescindem de autorização prévia, licença ou qualquer outro tipo de anuência ou intervenção desta Autarquia, inclusive fiscalização, para funcionamento.

3. Isso não obstante, ressalto que os responsáveis pela empresa de *factoring* que praticarem qualquer operação que não se ajuste dentre as mencionadas e que caracterize operação privativa de instituição financeira, nos termos do art. 17 da Lei 4.595, de 31.12.64, responderão por ilícito administrativo e criminal, conforme a Resolução CMN 2.144, de 22.2.95.

4. Adicionalmente, julgo oportuno informar a V.Exª que, quanto ao aspecto da evasão de divisas, este Banco Central, por intermédio do Departamento de Combate a Ilícitos Financeiros – Decif, já forneceu todas as informações, documentos e apoio técnico especializado, inclusive mediante o rastreamento de recursos financeiros, aos representantes do Ministério Público encarregados do chamado “Caso Comendador”. 

Respeitosamente,

Paulo Sérgio Cavalheiro
Diretor de Fiscalização

A Sua Excelência o Senhor
Senador Antero Paes de Barros
Senado Federal – Ala Senador Teotônio Vilela - Gab. 24
70165-900 – Brasília – DF

documento 35**24.09.2003****Marcio Thomaz Bastos, Ministro da Justiça****Of. 250, de 2003 – CPMI do Banestado, pede
viabilizar junto as autoridades do Uruguai a oitiva
de João Arcanjo pela CPMI****OFÍCIO Nº 0250/2003 – CPMI – “BANESTADO”**

Brasília, 24 de Setembro de 2003.

Excelentíssimo Senhor Ministro,

Na qualidade de Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada através do Requerimento nº 05/2003 – CN, “com a finalidade de apurar as responsabilidades sobre a evasão de divisas do Brasil, especificamente para os chamados paraísos fiscais, em razão de denúncias veiculadas pela imprensa, reveladas pela operação macuco, realizada pela Polícia Federal, a qual apurou a evasão de US\$ 30 bilhões, efetuada entre 1996 e 2002, por meio das chamadas contas CC5”, solicito a Vossa Excelência viabilizar a oitiva desta CPMI do Congresso Nacional, junto às autoridades uruguaias, com a finalidade de tomar o depoimento do Sr. **JOÃO ARCANJO RIBEIRO**, que se encontra preso naquele País.


Antecipando os meus agradecimentos pela acolhida, sirvo-me do ensejo para manifestar ao ilustre Ministro as expressões apreço e consideração.

Cordialmente,



Senador ANTERO PAES DE BARROS
Presidente da Comissão

Excelentíssimo Senhor
Dr. MÁRCIO THOMAZ BASTOS
MD. Ministro Estado da Justiça
Esplanada dos Ministérios, Bloco “P”
BRASÍLIA - DF



24
09
03

documento 36**24.09.2003****Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores****Of. 251, de 2003 – CPMI do Banestado, pede viabilizar junto as autoridades do Uruguai a oitiva de João Arcanjo pela CPMI****OFÍCIO Nº 0251/2003 – CPMI – “BANESTADO”**

Brasília, 24 de Setembro de 2003.

Excelentíssimo Senhor Ministro,

Na qualidade de Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada através do Requerimento nº 05/2003 – CN, “com a finalidade de apurar as responsabilidades sobre a evasão de divisas do Brasil, especificamente para os chamados paraísos fiscais, em razão de denúncias veiculadas pela imprensa, reveladas pela operação macuco, realizada pela Polícia Federal, a qual apurou a evasão de US\$ 30 bilhões, efetuada entre 1996 e 2002, por meio das chamadas contas CC5”, solicito a Vossa Excelência o especial apoio diplomático, no sentido de viabilizar a oitiva desta CPMI do Congresso Nacional, junto às autoridades uruguaias, com a finalidade de tomar o depoimento do Sr. **JOÃO ARCANJO RIBEIRO**, que se encontra preso naquele País.

Antecipando os meus agradecimentos pela acolhida, sirvo-me do ensejo para manifestar ao ilustre Ministro as expressões apreço e consideração.

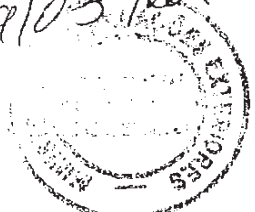
Cordialmente,



Senador ANTERO PAES DE BARROS
Presidente da Comissão

Excelentíssimo Senhor
Embaixador CELSO LUIZ NUNES AMORIM
MD. Ministro Estado das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco “H”
BRASÍLIA - DF

Recebido em
24/09/03 por Celso



documento 37

25.09.2003

CPMI do Banestado

Presidente da CPMI designa grupo de parlamentares para interrogar João Arcanjo no Uruguai, composta pelos Senadores Serys, Arthur Virgílio e Magno Malta, e Deputados Moroni Torgan e Eduardo Valverde.

A comissão do Rio de Janeiro seria composta pelos Deputados Alexandre Santos, Moroni Torgan e Antonio Carlos Biscaia e pelo Senador Ney Suassuna; a de São Paulo, pelos Deputados Dimas Ramalho, Robson Tuma e Iriny Lopes; a de Campinas, pelos Deputados Dr. Hélio, Sérgio Miranda, Paulo Kobayashi e pelo Senador Leonel Pavan; a de Curitiba e Foz, pelos Deputados Eduardo Sciarra e Drª Clair e pelo Senador José Jorge; a de Santa Catarina, pelos Deputados Edison Andrino e Custódio Mattos e pelos Senadores Heráclito Fortes e Ideli Salvatti; **a do Uruguai, pelos Senadores Magno Malta, Serys Shnessarenko e Arthur Virgílio e pelos Deputados Moroni Torgan e Eduardo Valverde**; a de São José do Rio Preto, pelos Deputados José Carlos Martinez e José Rocha e pelos Senadores Serys Shnessarenko e Demóstenes Torres; a de Belo Horizonte, pelos Deputados Edmar Moreira, Dimas Ramalho e Dr. Hélio.

Essas comissões, Sr. Presidente, conforme deliberação da CPMI, poderão contar com qualquer dos membros da direção, o Presidente, o Vice-Presidente ou o Relator, em qualquer atividade, e têm como objeto realizar diligências relacionadas ao escopo da CPMI, de acordo com a orientação da Relatoria.

documento 38**30.09.2003****CPMI do Banestado**

Requerimento 280/03, do Deputado Mentor, solicita acionar o Ministério da Justiça no sentido de que a CPMI tenha acesso a documentos e informações disponíveis na justiça Uruguai sobre João Arcanjo Ribeiro

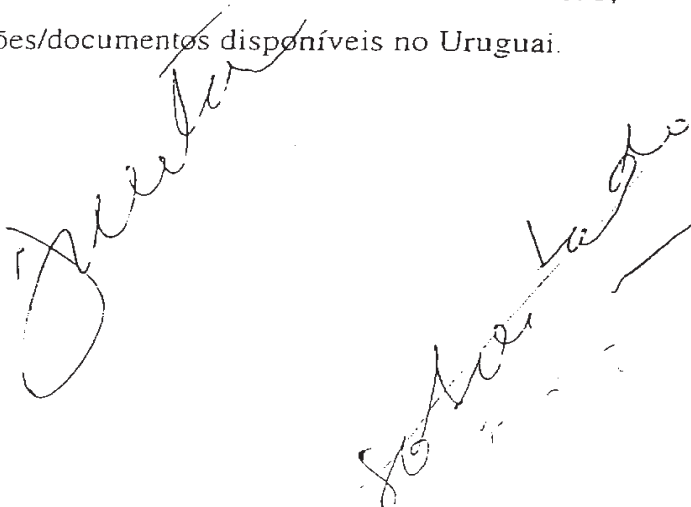
REQUERIMENTO N

280/03**REQUERIMENTO, N^o /2003**

Requeiro, nos termos do §3º do art.58 da Constituição, Lei 1.579. de 1952, e regimentais, que seja solicitado ao Ministério da Justiça que realize gestões junto ao Governo do Uruguai, no sentido de possibilitar o acesso desta CPMI e da subcomissão criada para a oitiva do Sr. José Arcanjo naquele país, às informações/documentos disponíveis junto à Justiça Uruguiaia.

Justificativa

O objeto de investigação da presente CPMI é a remessa irregular de dinheiro ao exterior por intermédio de contas CC5. Nesse sentido, faz-se necessário o acesso às informações/documentos disponíveis no Uruguai.

Two handwritten signatures are present at the bottom of the page. The signature on the left is written diagonally and appears to be 'Mentor'. The signature on the right is also written diagonally and appears to be 'José Arcanjo Ribeiro'.

documento 39**06.10.2003****Ministério da Fazenda - Assessoria de Assuntos Parlamentares**

Encaminha ao Senador esclarecimentos prestados pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários e pelo COAF - Conselho de Controle de Atividades Financeiras em resposta ao ofício 195, de 05.09.2003, A CVM diz que as empresas não estão registradas entre as modalidades reguladas e fiscalizadas e o COAF informa não ter competência para fiscalizar ou auditar factorings.

Ofício nº 2698 AAP/GM/MF

Em 6 de outubro de 2003.

A(o) Senhor(a)

Carlos Homero Vieira Nina

Chefe de Gabinete do(a) Senador(a) ANTERO PAES DE BARROS

Senado Federal - Ala Senador Teotônio Vilela - Gab. 24

Assunto: Sugere a abertura de investigações e auditorias de natureza contábil e fiscal sobre as empresas que menciona.

Documento: OF.GSAPB nº 195/2003

Data: 03/09/03

2267

Senhor(a) Chefe,

Referindo-nos à correspondência acima indicada, subscrita pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Senador(a), encaminhamos a Vossa Senhoria, de ordem do Sr. Ministro, a documentação anexa, com os esclarecimentos pertinentes à matéria prestados pelo (a) CVM e pelo COAF.

Atenciosamente,

**JOSÉ IVO VANNUCHI**

Chefe da Assessoria para Assuntos Parlamentares

Anexo(s): Of. CVM/PTE/nº 197 e Memorando s/ nº , de 26.09.2003

CVM *Comissão de Valores Mobiliários*
Protegendo quem investe no futuro do Brasil

OFÍCIO/CVM/PTE/Nº 197 /2003

Rio de Janeiro, 26 de setembro de 2003

Assunto: Denúncia apresentada pelo Excelentíssimo Senhor Senador Antero Paes de Barros
Ofício nº 2404 AAP/GM/MF, de 9 de setembro de 2003

Senhor Ministro,

Em resposta ao Ofício acima referido dirigimo-nos a V. Exa. para informar que, após consulta a nossos registros, constatamos que as empresas referidas na correspondência do Senador Antero Paes de Barros não estão registradas nesta Comissão de Valores Mobiliários sob qualquer das modalidades reguladas e fiscalizadas por esta Comissão.

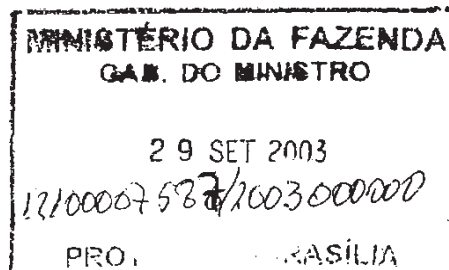
A respeito, cabe ressaltar que não está prevista em Lei nossa competência para supervisão das atividades de "Factoring" ou Fomento Mercantil, a que aparentemente se dedicam as referidas empresas, a concluir pelas denominações comerciais relacionadas na correspondência a que nos referimos.

Por consequência, tomamos a iniciativa de sugerir o encaminhamento desta documentação ao Banco Central do Brasil para que, se cabíveis, aquela Instituição adote as medidas necessárias a investigação sugerida.

Respeitosamente,


LUIZ LEONARDO CANTIDIANO
Presidente

A Sua Excelência o Senhor
Ministro Antonio Palocci Filho
Ministério da Fazenda
Brasília - DF



Senhor Presidente,

Refiro-me ao expediente do Senador Federal Sr. Antero Paes de Barros, endereçado ao Exmo. Sr. Ministro da Fazenda, cuja cópia foi recebida por este COAF em 11.09.2003.

Citado ofício solicita a atuação dos órgãos públicos federais com vistas a abertura de investigações e auditorias nas empresas ligadas ao grupo empresarial de João Arcanjo Ribeiro, condenado pela Justiça Federal, as quais continuam a operar livremente no mercado financeiro brasileiro.

De acordo com a legislação aplicável, o COAF não tem competência para a execução de procedimentos de fiscalização e auditoria, assim, não poderá atender ao acima solicitado.

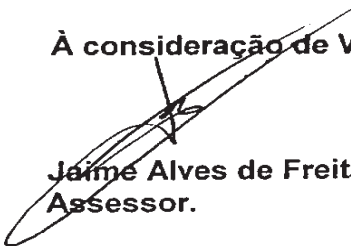
Todavia, cumpre informar que este Conselho teve participação ativa no fornecimento e complementação das informações necessárias ao bom andamento das investigações inerentes ao caso, desde fevereiro de 2000, quando recebeu do Ministério Público Federal em Matogrosso, comunicação com relato de suspeita sobre as atividades do Sr. João Arcanjo Ribeiro.

Assim, foram efetivados pedidos de informações ao Banco Central do Brasil e às nossas congêneres do Estados Unidos, Suíça e Uruguai e os dados obtidos foram todos repassados ao Ministério Público Federal e Departamento de Polícia Federal, órgãos responsáveis pelo desenvolvimento da "Operação Gazela", posteriormente constituída para averiguação do caso sob comento.


Há que se destacar, ainda, que as pesquisas efetuadas pelo COAF não se restringiram às empresas de fomento (Factoring) relacionadas no expediente ao início citado, mas também às demais pessoas físicas e empresas ligadas a João Arcanjo Ribeiro, tais como: JAR Empresa de Comunicação, JAR Construções, Rondon Plaza Shopping, Rádio Clube de Cuiabá, Universal Towers Investimentos e Participações, dentre outras.

Finalmente, em Abril de 2003, a pedido da Justiça Federal, Seção Judiciária de Mato Grosso, novas pesquisas foram realizadas com vistas a subsidiar processo em trâmite naquele juízo, que havia decretado a apreensão e seqüestro de todo e qualquer bem, direito ou valor, pertencentes à João Arcanjo Ribeiro ou às pessoas físicas e jurídicas a ele ligadas.

À consideração de V.Sa.


Jaime Alves de Freitas
Assessor.

*De acordo -
Ao Senhor Chefe
da Assessoria
Parlamentar*


Marcos Caramuru de Paiva
Presidente do Conselho de Controle
de Atividades Financeiras
Interino

26.09.03

documento 40

08.10.2003

Ministério da Fazenda – Ouvidoria Geral

Acusa o recebimento do of. 195, de 05.09.2003, agradece e informa que retransmitiu ao Banco Central, a CVM e a Receita Federal para as providências cabíveis.

Oficio n.º 245/2003

Brasília (DF), 08 de outubro de 2003.

A Sua Excelência o Senhor
Senador ANTERO PAES DE BARROS
Senado Federal
Praça dos Três Poderes – Ed. Principal
Ala Senador Teotônio Vilela – Gabinete 24
CEP 70165-900 – Brasília/DF

Senhor Senador,

1. Reporto-me ao Ofício GSAPB nº 195/2003, de 03 de setembro de 2003, pelo qual Vossa Excelência encaminhou ao Senhor Ministro da Fazenda, Antonio Palocci, solicitação de investigação e auditoria de natureza contábil e fiscal em empresas integrantes ou ligadas ao grupo empresarial de João Arcanjo Ribeiro, o qual está sendo investigado pela CPMI presidida por Vossa Excelência.

2. A propósito, ao tempo em que apresento nossos agradecimentos pela manifestação de Vossa Excelência, informo que suas considerações foram retransmitidas ao Banco Central do Brasil, à Comissão de Valores Mobiliários e à Secretaria da Receita Federal para conhecimento e providências cabíveis.

Respeitosamente,

DINIZ DE OLIVEIRA IMBROISI
Ouvidor-Geral

documento 41**09.10.2003****Consultoria do Senado Federal**

Em razão do ofício do Banco Central de 23.09.2003, o Senador Antero recebe Nota Técnica 2034/2003, sugerindo que entre as proposições legislativas ao término da CPMI do Banestado, conste a alteração do marco legal a fim de permitir o controle das empresas de fomento mercantil pelo Banco Central..

OF/CONLEG/SF/Nº 2257/2003

Brasília, 9 de outubro de 2003

Senhor Senador,

Tenho a grata satisfação de encaminhar-lhe a anexa Nota Técnica nº 2.034/2003, elaborada pelo Consultor Legislativo **André Eduardo da Silva Fernandes**, dando cumprimento à solicitação de Trabalho à Consultoria nº 200306962.

Na expectativa de ulteriores orientações, a Consultoria Legislativa permanece à inteira disposição de Vossa Excelência.

Respeitosamente,


SÉRGIO PENNA
Consultor-Geral Legislativo

Excelentíssimo Senhor
Senador ANTERO PAES DE BARROS
Senado Federal

NOTA TÉCNICA Nº 2.034, DE 2003

Referente a STC nº 200306962, do Senador ANTERO PAES DE BARROS, que solicita análise de expediente do Banco Central do Brasil (Diret – 2003/3736), de 23 de setembro de 2003, bem como sugestão de possíveis providências.

O eminente Senador Antero Paes de Barros solicita análise de expediente do Banco Central do Brasil (Diret – 2003/3736), de 23 de setembro de 2003, bem como sugestão de possíveis providências. O referido documento diz respeito à competência do Banco Central em fiscalizar *factoring*.

O documento do Banco Central do Brasil refere-se a ofício encaminhado pelo supracitado Senador ao Presidente daquela instituição em que se questionava a continuidade do funcionamento de empresas de *factoring* pertencentes aos senhores João Arcanjo Ribeiro, condenado pela Justiça do Estado de Mato Grosso e detido no Uruguai, e Luís Roberto Dondo Gonçalves, gerente da empresa de propriedade do Senhor João Arcanjo Ribeiro e que está preso em Cuiabá há alguns meses. Afirmava o eminente Senador que seria inadmissível que as empresas desses acusados continuassem a operar normalmente, imunes à fiscalização dos poderes públicos, “apesar da extensa folha criminal ostentada por seus controladores e seus dirigentes e dos processos em que são réus na Justiça do Mato Grosso”. Deve-se destacar que, entre os crimes constados, encontram-se os de “lavagem” de dinheiro e de evasão de divisas.

Atualmente, está em funcionamento neste Congresso Nacional CPMI que investiga a evasão de divisas a partir de contas CC 5, sendo que a mesma já detectou operações suspeitas do referido João Arcanjo Ribeiro e de suas empresas e está aprofundando as investigações sobre a ação das mesmas no exterior, sobretudo em conhecidos paraísos fiscais.

Destaque-se que o Senhor Arcanjo apresenta-se como proprietário das seguintes empresas: Real Factoring, Rondon Factoring Fomento Mercantil, Confiança Factoring e Fomento Mercantil, CD Factoring Mercantil, Tangará Factoring, Cuiabá VIP Fomento Mercantil, Mundial Factoring, One Factoring Fomento Mercantil, Unifactoring Fomento Mercantil e Unidas Investimentos e Participações.

Em resposta ao questionamento do Senador, o Banco Central do Brasil destacou, como preliminar, que, segundo o art. 15, § 1º, inciso III, alínea *d*, da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, as atividades de fomento mercantil (*factoring*) compreendem a “prestação cumulativa e contínua de serviços de assessoria creditícia, mercadológica, gestão de crédito, seleção de riscos, administração de contas a pagar e a receber, compra de direitos creditórios resultantes de vendas mercantis a prazo ou de prestação de serviços.” Assim, não integram o Sistema Financeiro Nacional (SFN), não estando sujeitas à jurisdição normativa do Conselho Monetário Nacional. Da mesma forma, as empresas de *factoring* prescindem de autorização prévia, licença ou qualquer outro tipo de anuência ou intervenção desta Autarquia, inclusive fiscalização, para funcionamento.

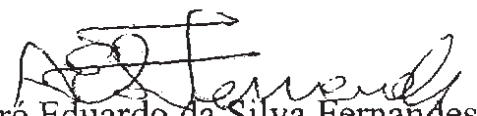
Contudo, conforme reconhece o próprio Banco Central do Brasil, os responsáveis pela empresa de *factoring* que praticarem qualquer operação que não se ajuste dentre as mencionadas e que caracterize operação privativa de instituição financeira, nos termos do art. 17 da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, responderão por ilícito administrativo e criminal, conforme a Resolução CMN 2.144, de 22/2/95. Ora, **já existem indícios mais do que suficientes de que as empresas do Sr. João Arcanjo violaram os limites concedidos às empresas de fomento mercantil, infringindo abertamente o disposto na Lei nº 4.595, de 1964.**

Entretanto, sugere-se ao Senador os possíveis encaminhamentos:

- 1) constar da proposta de proposições legislativas ao término da CPMI do Banestado alteração do marco legal atualmente vigente, a fim de permitir um maior controle das empresas de fomento mercantil por parte do Banco Central do Brasil;
- 2) oficie-se ao Banco Central do Brasil para que este tome conhecimento das várias violações da Lei nº 4.595, de 1964, por parte das empresas supracitadas, a fim de que este tome as medidas cabíveis junto às autoridades competentes, inclusive ao Ministério Público Federal.

Nada mais tendo a acrescentar, coloco-me à disposição para maiores esclarecimentos.

Consultoria Legislativa, 8 de outubro de 2003.


André Eduardo da Silva Fernandes
Consultor Legislativo Adjunto

documento 42**23.10.2003****Ministério da Justiça – Secretaria Nacional de Justiça**

Paulo Pires de Campos, assessor do Ministro da Justiça, encaminha por ofício cópia do memorando 043/DERCI, em que informa ter consultado autoridades uruguaias acerca da possibilidade da CPMI interrogar João Arcanjo. Aguarda resposta do Uruguai.

Ofício nº 1974/03 - GM/ASPAR

Brasília, 23 de outubro de 2003.

A Sua Excelência o Senhor
Senador ANTERO PAES DE BARROS
Senado Federal
70165-900 – Brasília – DF.



Assunto: – depoimento do Sr. JOÃO ARCANJO RIBEIRO

Senhor Senador,

Em atenção ao OFÍCIO Nº 0250/03-CPMI-BANESTADO, de 24 de setembro de 2003, incumbiu-me o Senhor Ministro da Justiça, de encaminhar a Vossa Excelência, cópia do **Memorando Nº 043-DRCI**, da Secretaria Nacional de Justiça que presta esclarecimentos acerca do assunto.

Respeitosamente,



PAULO PIRES DE CAMPOS
Assessor Especial do Ministro

RECUPERAÇÃO DE ATIVOS E COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL

Memorando nº 043 - DRCI - SNJ

Brasília, 24 de outubro de 2003.

Ao Senhor Assessor Especial do Ministro
DR. PAULO PIRES DE CAMPOS

Assunto: **resposta ao Memorando nº 1555/03 GM/ASPAR de 26 de setembro de 2003.**

1. Reporto-me ao Memorando acima mencionado, que encaminha o Ofício nº 250/03 do Senador Antero Paes de Barros, solicitando empenho para as providências cabíveis junta às autoridades uruguaias para o depoimento do Sr. João Arcanjo Ribeiro, que se encontra preso no Uruguai.
2. De ordem do Dr. Antenor Madruga, informo que consultamos a autoridade uruguaia por meio do Ofício nº 158/2003/DRCI-SNJ-MJ acerca da possibilidade da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito interrogar o Senhor João Arcanjo Ribeiro e aguardamos resposta.
3. Sendo o que se apresenta para o momento, reiteramos a Vossa Senhoria os nossos protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,



Maria Cláudia Canto Cabral
Assessora

documento 43**06.02.2004**

**José Pedro Taques, Procurador da República
em Mato Grosso**

**Of. 009, de 2004 – CPMI do Banestado,
transfere informações protegidas pelo sigilo
bancário sobre remessas feitas por empresas de
transporte urbano em Santo André que, também,
operam o transporte urbano em Cuiabá, com
suspeita de envolvimento com Arcanjo**

OFÍCIO Nº 0009/2004 – CPMI – “BANESTADO”

Brasília, 06 de fevereiro de 2004

Senhor Procurador,

Na qualidade de Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada através do Requerimento nº 05/2003 – CN, “*com a finalidade de apurar as responsabilidades sobre a evasão de divisas do Brasil, especificamente, para os chamados paraísos fiscais, em razão de denúncias veiculadas pela imprensa, reveladas pela operação macuco, realizada pela Polícia Federal, a qual apurou a evasão de US\$ 30 bilhões, efetuada entre 1996 e 2002, por meio das chamadas contas CC5*”, conforme deliberado pelo plenário desta Comissão e aprovado por unanimidade no Requerimento nº 253, de 03/09/2003 – documento anexo, e tendo em vista a reportagem do jornal “A Folha de São Paulo”, de 02 de fevereiro do corrente, como também solicitação de V.Exa., encaminho, em caráter reservado, documentos que são do conhecimento da Comissão Parlamentar de Inquérito, relativos a empresas mencionadas na matéria.

Cordialmente,

Senador ANTERO PAES DE BARROS
Presidente da Comissão

Ao Senhor
JOSÉ PEDRO TAQUES
Procurador da República
Cuiabá - MT

documento 44**01.03.2004****Plenário do Senado Federal****Discurso do Senador Antero apoia a criação de CPMI para investigar João Arcanjo Ribeiro**

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – V. Ex^a será atendido na forma regimental.

Concedo a palavra ao Senador Antero Paes de Barros, por permuta com o nobre Senador que o seguirá.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, retorno do recesso parlamentar muito mais convencido do que estava, há uma semana, sobre a importância da instalação da CPI para investigar as atividades de Waldomiro Diniz.

Ao chegar a Brasília, fiquei surpreso com o esforço que faz o Governo brasileiro para demonstrar que, se não surgirem fatos novos no depoimento do Sr. Cachoeira e do Sr. Waldomiro, amanhã, já tomou todas as providências com relação ao caso. Não é verdade. O Governo editou uma medida provisória fechando os jogos de bingo e caça-níqueis, mas não tomou providências para a apuração do fato. Se não houver fatos novos no depoimento do Cachoeira e do Waldomiro... Pode não haver fatos novos. Eles podem requerer o direito de só falar em juízo.

Fatos novos existiram aos borbotões nesse período em que estivemos ausentes do Congresso Nacional.

Senão, vejamos, o que tínhamos quando viajamos: a gravíssima divulgação de uma fita provando o envolvimento do Sr. Waldomiro, em 2002, e a afirmação do PT de que Waldomiro não é do PT, um argumento risível. Quer dizer que, se houver problema com os outros partidos da base que estão no Governo, não é motivo de preocupação porque eles não são do PT? Esse argumento não resiste à menor contradição.

O segundo argumento é que estaria provado que os fatos ocorreram em 2002, portanto, seriam anteriores ao Governo Lula. E agora? Na sexta-feira e no sábado de carnaval, era capa da revista **Época** a notícia de que o Sr. Waldomiro operou em 2003. Há a entrevista dele à revista declarando que se havia encontrado com diretores da GTech*. Há a prova pela imprensa brasileira, inclusive com extratos de um hotel de Brasília, mostrando que houve encontros de Waldomiro Diniz com empresários da GTech e com Carlinhos Cachoeira. E há ainda a enorme coincidência de que, uma semana após o último encontro desses senhores, o contrato da GTech foi renovado por 25 meses. Esses fatos foram em 2003, portanto, são novíssimos e, mais do que novíssimos, são gravíssimos.

E eles ainda afirmam que o contrato da GTech existia desde o Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Então, digo aqui com a maior tranquilidade do mundo: investiguem tudo, desde a época do Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso até agora, sobre a influência do Sr. Waldomiro como agente público! Não deixemos de investigar nada! Mas não venham com a chantagem pública de que existe uma quadrilha, mas que, em algum tempo na história brasileira, houve outra quadrilha. Na investigação, **in dubio*** pro sociedade. Investiguem tudo! Não haverá democracia no Brasil, se houver autoridades brasileiras que não possam ser investigadas. Qualquer autoridade pode ser investigada! Qualquer um! É um direito da sociedade. Não dá para aceitar esse argumento!

Portanto, tenho dito à imprensa brasileira e quero dizer da tribuna do Senado que não aceito o argumento de que é preciso haver fatos novos nos depoimentos do Sr. Cachoeira e do Sr. Waldomiro para se instalar uma CPI.

Um outro argumento utilizado: "Vamos tirar as assinaturas, porque agora precisamos formar uma agenda positiva." Pelo amor de Deus, não existe agenda positiva para um país que precisa retomar o desenvolvimento que não tenha como ponto nº 1, doa a quem doer, apurar a corrupção! Apurar a corrupção não pode ser colocado nesta Casa como parte de uma agenda negativa. É positivíssimo! Tranqüiliza os investidores, melhora a credibilidade do Brasil, melhora a credibilidade do Governo! Portanto, ponto nº 1: querem a agenda positiva? A Oposição apóia. Querem apoiar o financiamento público de campanha? A Oposição apóia. Querem discutir a Lei de Falência, da qual o Senador Ramez Tebet será o Relator? Podemos discutir um ou outro ponto, mas queremos que seja votada. Mas isso não impede de realizar o ponto mais positivo, que é apurar a corrupção.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – V. Exª me permite um aparte, Senador Antero Paes de Barros?

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Terei o prazer de ouvir V. Exª, Senador José Jorge, mas antes quero utilizar outros argumentos.

Há uma semana, quando deixava Brasília, havia apenas suspeitas de que Waldomiro Diniz utilizava a Casa Civil da Presidência da República para negócios estranhos a sua atividade de Chefe da Subchefia de Assuntos Parlamentares. Entretanto, além dos encontros com a GTech, das negociações de renovação de contrato com a Caixa Econômica Federal, o jornal **Folha de S.Paulo** trouxe, na última semana, reportagem que revela a sociedade – vejam bem, chamo a atenção do Senado Federal para o fato – de Waldomiro Diniz com a empresária Maria Estela Boner Léo*, uma das acionistas da TBA Informática. A TBA, para quem não sabe, é a representante da Microsoft no Brasil. A Microsoft tem interesse direto no trabalho de um grupo técnico criado na Casa Civil da Presidência da República, onde ele atuava como Subchefe da Casa Civil para Assuntos Parlamentares, onde era, até ter pedido demissão, o mais importante assessor do até então mais importante Ministro da República.

Isso não é fato novo? Isso não é fato que mereça investigação? Isso pode se circunscrever a Waldomiro? Pode, mas precisa ser investigado. Isso pode ser mais um fato sem o conhecimento do Ministro José Dirceu? Pode, mas precisa ser investigado.

Outro fato inaceitável: desde 1500, desde Cabral, desde Pero Vaz de Caminha, neste País, quem trata de jogos é o Ministério dos Esportes e a Caixa Econômica Federal. Por que o assunto estava na Casa Civil, numa comissão interministerial?

São perguntas que somente serão respondidas numa investigação que tenha a presença do controle externo, que é o Parlamento brasileiro.

Terceiro fato: o próprio Ministro José Dirceu disse, numa reunião em Brasília, que havia sido traído, que não conhecia os fatos e que foi surpreendido pela divulgação e pelos acontecimentos. Creio que o Senado da República já leu, releu e meditou sobre a entrevista exclusiva que o ex-Secretário Nacional de Segurança, Luiz Eduardo Soares* deu a **AOL** na **Internet**, que depois a imprensa

brasileira divulgou, relatando fatos que havia alertado à Governadora Benedita da Silva, a importantes autoridades da República e ao Ministro José Dirceu.

Diz ele - algo que precisa ser esclarecido, pois não o foi na entrevista - que se encontrou com uma espécie de "corruptólogo", um especialista das possibilidades de corrupção na máquina do Estado do Rio de Janeiro, que lhe disse: "Veja, por exemplo, o Waldomiro Diniz. Ele está aqui num esquema levantando R\$300 mil por mês dos bingos. Ele está sendo incompetente. É possível chegar a R\$500 mil, quem sabe dá para produzir mais".

Depois, tudo isso foi relatado à Governadora Benedita, que chorou, mas não tomou providências.

E a revelação importantíssima de Luiz Eduardo Soares, na **AOL** - e estou apresentando apenas a essência da entrevista, porque há outras revelações importantes que não vou detalhar por causa do tempo -, é sobre o encontro que manteve com o então Presidente do PT, José Dirceu, hoje Ministro, em agosto de 2002. Vou reproduzir as palavras do Dr. Luiz Eduardo Soares: "Nós nos conhecíamos superficialmente. Então, nos cumprimentamos formalmente e ele me dirigiu poucas frases". Uma das frases do Ministro José Dirceu a Soares: "Soube que você anda criando dificuldades para nós no Rio de Janeiro". E Luiz Eduardo respondeu: "As coisas estão muito complicadas". A resposta do, à época, Presidente do PT, hoje Ministro José Dirceu: "Nosso papel é descomplicar".

E alega que não sabia, que não foi alertado e que apenas uma apuração interna do Poder Executivo é suficiente para esclarecer tudo isso?!

Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, não venham com essa de tentar descredenciar quem está fazendo a denúncia. Ao trazer a denúncia ao Plenário do Senado na sexta-feira, não o fiz sequer como Senador do PSDB ou como Senador da Oposição.

Tenho, na minha biografia política, o fato de ter passado pelo Partido dos Trabalhadores e tenho certeza absoluta de que os muitos anos de história do PT não foram trilhados nesse caminho. Eu seria o último dos brasileiros a tentar desgastar um governo, ainda mais este que é comandado pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a quem reafirmo, aqui da tribuna, o meu respeito pela sua história e pela sua biografia. Mas essa história e essa biografia podem ficar diminuídas se isso não for apurado.

Não adianta vir com coisas policiaiscas, do tipo: "O Senador Antero foi visto saindo de madrugada da casa do subprocurador fulano de tal". Isso não vale. Eu pediria que o Governo tivesse nível, que não transformasse uma instituição importante da República, como a Polícia Federal, numa Gestapo tupiniquim. Mas, se quiserem transformar, criem a Gestapo que quiserem e me investiguem à vontade, porque eu me preparo para a luta ética desde o nascimento. Eu não tenho esse defeito. Tenho outros problemas na minha vida. Não adianta dizerem: "Vamos fazer a CPI, mas vamos investigar também o Arcanjo." Vamos fazer, sim, a do Arcanjo! Aliás, todos os documentos da vida do Arcanjo estão na CPI do Banestado, cujo Relator é o Deputado José Mentor, do PT. Todas as ligações telefônicas estão lá, todos os cheques estão lá. Não há, na minha vida, qualquer relação com isso.

Não pensem que isso vai me atemorizar. Repito: não há quem não mereça ser investigado. Que investiguem o Arcanjo, o Antero, mas não vamos

fazê-lo sob esse pretexto e esse argumento de que há uma quadrilha aqui e uma ali. Comigo não tem quadrilha! Quero que apurem essa quadrilha do Sr. Waldomiro! Sou a favor de se apurar tudo desde 1500, de Cabral para cá.

Antes de concluir o meu pronunciamento, quero conceder um aparte ao Senador José Jorge.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Meu caro Senador Antero Paes de Barros, em primeiro lugar, expresso a minha completa solidariedade a V. Ex^a nessa luta que V. Ex^a vem travando, com a qual sou solidário, e já apus a minha assinatura para que possamos fazer a CPI. Não repetirei os argumentos de V. Ex^a, mas não existe só um fato. Acredito que só aquele filme, Senador Antero Paes de Barros, do Waldomiro fazendo aquele acordo, já justificaria uma CPI. Aquilo deve gerar muitos ‘filhotes’ e, se instalada a CPI, muita coisa ainda deve aparecer. Mas gostaria de abordar outro aspecto: a permanência do Ministro José Dirceu na Casa Civil. Afinal há vários indícios e o fato de que o Ministro da Casa Civil nunca esteve sob suspeição. Na realidade é como o Senador Mão Santa diz: “A mulher de César não tem só que ser honesta, deve parecer honesta.” Infelizmente, o Ministro José Dirceu já não parece mais. Na Casa Civil juntou-se um grupo de pessoas para cuidar de assuntos que não têm nada a ver com o seu papel. É como V. Ex^a disse, por que o grupo dos bingos está na Casa Civil? Por que o grupo de informática está na Casa Civil? Por que são criados tantos grupos na Casa Civil? Por que o tesoureiro do PT encontrou-se com empreiteiros dentro da Casa Civil? Na realidade, creio que isso deveria ser algo superado. Em um regime democrático presidencialista, não deve mudar o presidente. Nós, da Oposição, iremos às ruas para defender o mandato do Presidente Lula, pois não somos uma republiqueta. Mas não para defender mandato de Ministro, porque Ministro não tem mandato. Quando se verifica uma situação como essa, nós que estamos aqui há muitos anos, sabemos qual será o fim. Enquanto isso, o País vai se desgastando. Temos, neste Governo, o exemplo da Ministra Benedita da Silva, que depois de tanto desgaste foi demitida, assim como o Ministro Grazziano e o Ministro Berzoini, que teve que mudar de Ministério e ainda levou uma torta na cara. Tudo isso significa um desgaste desnecessário. Creio que o Presidente Lula, para preservar o seu Governo e o Brasil, deve retirar imediatamente o Ministro José Dirceu. E, talvez, no final da CPI, se houver, o Ministro possa voltar e, assim, exercer a sua função. Muito obrigado. Congratulo-me com V. Ex^a.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Agradeço a V. Ex^a o aparte, que incorporo ao meu pronunciamento e com o qual concordo.

Quando apresentei a denúncia do caso Waldomiro Diniz, fiz esse proposta da tribuna do Senado. Quero deixar claro que a Oposição, nesta Casa, não fez nenhuma afirmação sobre o envolvimento de nenhuma autoridade brasileira, a não ser do Waldomiro, mas reitera a necessidade de haver uma investigação com a presença do Senado da República para se apurar tudo.

O argumento de que não se deve mexer no capitão do time é um absurdo. O Brasil – e agora falo como jornalista esportivo – foi cinco vezes campeão mundial de futebol: em 1958, com o capitão Bellini; em 1962, o capitão era Mauro; em 1970, o capitão era Carlos Alberto Torres; em 1994, com o capitão Dunga; e, em 2002, com o capitão Cafu. Então, troca-se o capitão e ganha-se o jogo. Até porque o capitão é da recessão. O capitão é dos menos 0,2% de PIB,

fato que só aconteceu no Brasil no Governo Collor de Mello. O capitão é do maior índice de desemprego no Brasil desde que se começou a medir. Então, é evidente que o capitão não está coordenando bem.

Por isso e também porque a autoridade do Ministro está corroída, há duas alternativas: ou o Presidente afasta o Ministro ou ele pede para ser afastado. Só uma não serve ao País: ele continuar no cargo enquanto não fique absolutamente tudo em pratos limpos.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, encerro, lembrando aqui a CPI do Banestado. Naquela e nesta tribuna, os argumentos contra a CPI do Banestado eram os mesmos, de que não poderia haver a CPI porque as reformas não seriam aprovadas. Houve a CPI, ela trabalha com sobriedade absoluta, e as reformas foram aprovadas.

Esta é a mais alta Casa do Parlamento brasileiro. Somos, sim – já demos prova disso –, capazes de instalar a CPI do Waldomiro Diniz e, ao mesmo tempo, desenvolver a agenda positiva. Aliás, o ponto número um de qualquer agenda positiva é o combate à corrupção.

Concedo o aparte ao Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Caro Senador Antero Paes de Barros, apresento aqui os aplausos do povo que represento, do Piauí, pela coragem de V. Ex^a. Fomos um dos que assinaram o pedido de CPI, traduzindo a coragem e a liberdade do povo piauiense. Mas eu queria levar ao Presidente da República a minha experiência de Prefeito. Lembro-me de que, quando eu era Prefeito, havia um militar suspeito de cometer crimes, e eu fui ao Capitão dos Portos, ao Juiz, com o argumento de que autoridade não pode ser suspeita. No Peru, o Presidente Fujimori caiu porque havia denúncias contra o núcleo duro do seu governo. E ele teve que ir embora e hoje está morando no Japão. Posteriormente, com a permissão de Deus, tornei-me Governador do Estado e prendi o Coronel Correia Lima *, do sindicato... Autoridade não pode ser suspeita. Esse Governo tem de oferecer não o “núcleo duro”. Nós queremos o “núcleo puro” para o País.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB - MT) – Senador Mão Santa, agradeço pelo aparte. Agradeço pela tolerância da Presidência. Muito obrigado.

documento 45

05.03.2004

Dr. Antenor Pereira Madruga Filho, Diretor do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional do Ministério da Justiça

Of. 221/2004, informando sobre a impossibilidade da CPI interrogar Arcanjo em território uruguaio e que, segundo as autoridades uruguaias, a CPI não é autoridade judicial, nem pertence ao MP, pelo que não está compreendida entre as autoridades que estão legitimadas a solicitar cooperação internacional.

Ofício n.º 221 /2004/DRCI-SNJ-MJ

Brasília, 05 de março de 2004.

A Sua Excelência o Senhor
SENADOR ANTERO PAES DE BARROS
Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito - "Banestado".
Senado Federal

Assunto: **depoimento de João Arcanjo Ribeiro na República Oriental do Uruguai.**

Senhor Senador,

Referimo-nos ao Ofício nº 250/2003 – CPMI – “BANESTADO”, de 24 de setembro de 2003, pelo qual Vossa Excelência solicita sejam feitas gestões junto às autoridades uruguaias competentes para viabilizar a oitiva de João Arcanjo Ribeiro, pela CPMI do Congresso Nacional, naquele país.

2. Em consulta à Autoridade Central do Uruguai, designada no âmbito do Protocolo de Assistência Jurídica Mútua em Assuntos Penais, regulador da cooperação penal entre os Estados Parte do Mercosul, fomos informados acerca da impossibilidade dessa CPMI interrogá-lo no território uruaio.
3. O Artigo 4º, do Protocolo de São Luiz, estabelece que “as solicitações transmitidas por uma Autoridade Central com base no presente Protocolo se basearão em pedidos de assistência de autoridades judiciais ou do Ministério Público do Estado requerente encarregadas do julgamento ou investigação de delitos”.
4. Segundo aquela Autoridade Central, a CPMI não é autoridade judicial nem pertence ao Ministério Público, pelo que não está compreendida entre as autoridades que, segundo o dispositivo citado, está legitimada a solicitar cooperação.
5. O Artigo 17, item 3, por seu turno, prevê que “o Estado requerido autorizará a presença das autoridades indicadas na solicitação durante o cumprimento das diligências de cooperação, e lhes permitirá formular perguntas se tal estiver autorizado pelas leis do Estado requerido e em conformidade com essas leis”.
6. A esse respeito, fomos informados de que as leis uruguaias não permitem que as autoridades estrangeiras formulem perguntas diretamente ao interrogado. O que é possível,

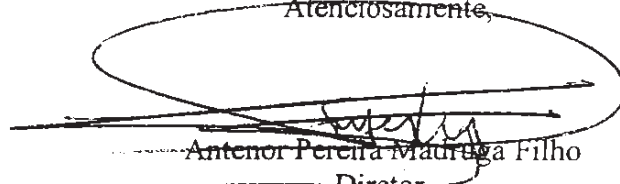
sempre que o juiz do Estado requerido assim autorizar, é a sugestão de perguntas ou temas ao juiz interveniente para que este as formule ao interrogado.

7. Assim, em conformidade com o direito vigente na República Oriental do Uruguai, concluíram pela impossibilidade dessa CPMI presenciar ou formular perguntas ao imputado. Sem prejuízo do exposto, acrescentaram que quem, em última instância, decidirá sobre a pertinência da solicitação será o juiz uruguaio competente.

8. Em resposta ao Uruguai, encaminhamos o expediente anexo, esclarecendo que as Comissões Parlamentares de Inquérito no Brasil são constitucionalmente investidas de poderes de investigação próprios das autoridades judiciárias.

9. Tão logo tomemos conhecimento do posicionamento uruguaio sobre o referido expediente, comunicaremos Vossa Excelência.

Atenciosamente,



Antenor Pereira Maturaga Filho
Diretor

documento 46

15.03.2004

Ministro Márcio Thomas Bastos, Ministério da Justiça

Of. 084/2004, da CPMI Banestado, reitera solicitação para viabilizar junto às autoridades uruguaias a tomada de depoimento de João Arcanjo Ribeiro.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
Serviço de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito


OFÍCIO Nº 087/2004 – CPMI – “BANESTADO” Brasília, 15 de março de 2004.

Senhor Ministro,

Na qualidade de Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada através do Requerimento nº 05/2003 – CN, *“com a finalidade de apurar as responsabilidades sobre a evasão de divisas do Brasil, especificamente, para os chamados paraísos fiscais, em razão de denúncias veiculadas pela imprensa, reveladas pela operação macuco, realizada pela Polícia Federal, a qual apurou a evasão de US\$ 30 bilhões, efetuada entre 1996 e 2002, por meio das chamadas contas CC5”*, e reiterando os termos do ofício nº 250/2003, solicito a Vossa Excelência viabilizar a oitiva desta CPMI do Congresso Nacional, junto às autoridades uruguaias, com a finalidade de tomar o depoimento do Sr. ~~JOÃO~~ ARCANJO RIBEIRO, que se encontra preso naquele País.

Antecipando os meus agradecimentos pela acolhida, sirvo-me do ensejo para manifestar ao ilustre Ministro as expressões de apreço e consideração.

Atenciosamente,


Senador ANTERO PAES DE BARROS
Presidente da Comissão

Exmo. Sr.
Dr. MÁRCIO THOMAZ BASTOS
Ministro de Estado da Justiça
Brasília - DF

documento 47**17.03.2004****Ministério das Relações Exteriores - Divisão Jurídica**

O chefe da divisão Douglas W. de Vasconcellos transcreve informação recebida da Embaixada brasileira no Uruguai, que aconteceu audiência com o Ministro de Relações Exteriores do Uruguai, tratando da oitiva de João Arcanjo Ribeiro

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Tipo FAX	Pág. 4	Anexos 02	Destinatário Excelentíssimo Senhor Senador ANTERO PAES BARROS, Presidente da CPMI do "Banestado" Senado Federal, Brasília, DF Fax: 311-2973
Caráter OSTENSIVO	Prioridade NORMAL		
Distribuição DJ/COCIT/DAM I			
Índice Brasil/Uruguai. Cooperação Ju- diciária . JOÃO ARCANJO RIBEI- RO.	Classificação JUST-BRAS-URUG		
	Número 0005	Data 17/03/04	

OF_OS_SENFEOR-00005

17/03/2004

13:05:58

Senhor Presidente,

Em aditamento ao Ofício nº 36, de 30.09.03, transcrevo teor de comunicação recebida da Embaixada do Brasil em Montevideu, sobre o pedido de colaboração do Governo uruguaio para que a CPMI do Banestado tome depoimento de João Arcanjo Ribeiro:

"Em cumprimento às instruções recebidas, solicitei audiência com o Ministro Didier Opertti a fim de tratar da questão do pedido da CPMI do Banestado para ouvir depoimento de João Arcanjo Ribeiro. Opertti me recebeu ontem, dia 11, às 16 horas.

2. Ressaltei a extrema importância do assunto para o Governo brasileiro e fiz entrega ao Chanceler de um aide-mémoire recapitulando os antecedentes do

Minutado em 17/03/04	Recebido na DCA	Autorizo
AAS_225.FAX	Em 17/03/04 às 13:10 horas	
Expedido em .. /.. /.... às ...:.. via por		

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Tipo
FAXPág. N°
2

caso. Estou transmitindo o texto por fax. Encareci a colaboração das autoridades uruguaias para que seja aceita a solicitação da Comissão Parlamentar brasileira, a qual foi denegada pelo Juiz José Ferreira no mês passado. Enfatizei, especialmente, o fato de que, nos termos da Constituição Federal (artigo 58, parágrafos 2 e 3), as Comissões Parlamentares de Inquérito têm poderes de investigação próprios das autoridades judiciais e a elas é facultado o direito de solicitar depoimento a qualquer autoridade ou cidadão.

3. Entreguei também a Opertti o texto integral do artigo 58 da Constituição, bem como cópia dos principais antecedentes do caso, a saber, o ofício do Senador Antero Paes de Barros, de 11/08/03, dirigido ao próprio Ministro, e as notas trocadas sobre o assunto com a Chancelaria uruguaia.

4. O Chanceler Opertti, após ouvir-me e ler atentamente o aide-mémoire, reagiu com a melhor disposição de ajudar. Não deixei de mencionar-lhe que seus amplos conhecimentos jurídicos certamente o permitiriam propor uma solução que atendesse à necessidade de os membros

—Minutado em
17/03/04

—Autorizo—

AAS 225.FAX



Expedido em .. /.. /.... às via por

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Tipo
FAXPág. N.º
3

da CPMI virem a Montevideu para ouvir Arcanjo. O Ministro dedicou-se imediatamente a pensar no caso e, a título preliminar (pois disse que depois iria aprofundar o tema), afirmou que, no seu entendimento, a denegação do pedido de depoimento por parte do Juiz Ferreira decorria basicamente da interpretação do Acordo de Cooperação Judiciária entre o Brasil e o Uruguai, de 1916.

5. Opertti salientou que os atores desse acordo são os Poderes Judiciários dos dois países, não os Poderes Executivos ou Legislativos. Disse que isso parecia explicar a decisão do Juiz Ferreira ao invocar em sua decisão não estar prevista a intervenção de parlamentares na cooperação jurídica internacional. Argumentei que essa decisão naturalmente desconsiderava as prerrogativas constitucionais de investigação das CPIs e indaguei sua opinião sobre como conciliar o imperativo de uma norma jurídica brasileira da máxima hierarquia com os termos do tratado bilateral.

6. Sem dar a sua resposta um caráter definitivo, pois reiterou que pretendia ainda refletir mais sobre o tema, adiantou o ponto de vista de que uma comunicação direta do Poder Judiciário brasileiro ao Poder

Minutado em
17/03/04

AAS_225.FAX

Autorizo



Expedido em .. /.. /.... às via por

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Tipo
FAXPág. Nº
4

Judiciário uruguaio, encaminhando o pedido da CPMI do Banestado, poderia resolver o problema. Na medida em que esse procedimento seja seguido, o Ministro comprometeu-se a falar pessoalmente com o Presidente da Corte Suprema de Justiça.

7. Além do tratado bilateral de 1916, o Ministro referiu-se a uma convenção interamericana sobre cooperação judiciária, que ficou de consultar, e ao acordo sobre o mesmo assunto já firmado no âmbito do Mercosul, o qual entretanto, como lembrou, ainda não está em vigor.

8. Em atenção ao meu pedido para que seja dada prioridade ao tratamento deste assunto, o Ministro Opertti prometeu chamar-me proximaemente."

2. Transmito, a seguir, cópia do "aide-mémoire".

Cordiais Saudações,

(DOUGLAS W. DE VASCONCELLOS)

Chefe da Divisão Jurídica

-Minutado em
17/03/04

AAS_225.FAX

Autorizo

Expedido em .. /.. /.... às via por

AIDE-MEMOIRE

No dia 13 de agosto de 2003, a Senadora Ideli Salvatti entregou ao Vice-Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Guillermo Valles, Ofício No. 129/2003 – “CPMI - Banestado”, de 11 de agosto de 2003, dirigido ao Chanceler Didier Opertti e assinado pelo Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT).

2. O referido Ofício historia a criação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) “com a finalidade de apurar responsabilidades na evasão de divisas do Brasil”. O documento, ao invocar o Acordo bilateral de Cooperação Judiciária em Matéria Penal e asseverar que a Senadora tem delegação para falar em nome da Comissão e receber documentos, “particularmente os relacionados a empréstimos em que o Sr. Arcanjo Ribeiro (...) apareça como beneficiário ou avalista”, solicita a colaboração das autoridades uruguaias.

3. No dia 3 de outubro, seguindo instruções de Brasília, a Embaixada enviou Nota à Chancelaria pedindo o apoio do Governo uruguaio para que a CPMI tomasse o depoimento de João Arcanjo Ribeiro.

4. No dia 2 de março de 2004, a Embaixada recebeu Nota No. 21 da Chancelaria, de 26 de fevereiro de 2004, que encaminha decisão da Justiça uruguaia quanto ao pedido de tomar o depoimento de João Arcanjo, feito pela CPMI. O Juiz José Ferreira (que também julgou, em primeira instância, o pedido de extradição de João Arcanjo Ribeiro, Silvia Chirata Arcanjo Ribeiro e Adolfo Oscar Olivero Sesini), decidiu que “habiendo recaído sentencia concediendo la extradición de los requeridos, no estando prevista la intervención de parlamentarios en la Cooperación jurídica internacional, devuélvase al exhortante, denegando la solicitud en trámite, a través de la Suprema Corte de Justicia”.

5. O pedido deitiva formulado pela CPMI às autoridades uruguaias baseia-se em direito das Comissões do Poder Legislativo, assegurado pela Constituição Federal, de “solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão” (Art. 58, parágrafo. 2º, inciso V). Ademais, a Constituição estabelece que as comissões parlamentares de inquérito “terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais” (Art. 58, parágrafo 3º).

Montevideu, em 11 de março de 2004.

AIDE-MEMOIRE

El día 13 de agosto de 2003, la Senadora Ideli Salvatti entregó al Vice Ministro de Relaciones Exteriores, Embajador Guillermo Valles, el Oficio No. 129/2003 - "CPMI - Banestado", del 11 de agosto de 2003, dirigido al Canciller Didier Operti y firmado por el Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)

2. El referido Oficio relata la creación de la "Comissão Parlamentar Mista de Inquérito" (CPMI) "con la finalidad de averiguar responsabilidades en la evasión de divisas de Brasil". El documento, al invocar el Acuerdo Bilateral de Cooperación Judicial en Materia Penal y aseverar que la Senadora tiene delegación para hablar en nombre de la Comisión y recibir documentos "particularmente los relacionados a préstamos en que el Sr. Arcanjo Ribeiro (....) aparezca como beneficiario o avalista", solicita la colaboración de las autoridades uruguayas.

3. En el día 3 de octubre, siguiendo instrucciones de Brasilia, la Embajada envió Nota a la Cancillería pidiendo el apoyo del Gobierno uruguayo para que la CPMI tomase la deposición de João Arcanjo Ribeiro.

4. En el día 2 de marzo de 2004, la Embajada recibió la Nota No. 21 de la Cancillería, del 26 de febrero del 2004, que encamina la decisión de la Justicia uruguaya en cuanto al pedido de tomar la deposición de João Arcanjo, hecho por la CPMI. El Juez José Ferreira (que también juzgó, en primera instancia, el pedido de extradición de João Arcanjo Ribeiro, Silvia Chirata Arcanjo Ribeiro y Adolfo Oscar Olivero Sesini) decidió que "habiendo recaído sentencia concediendo la extradición de los requeridos, no estando prevista la intervención de parlamentares en la Cooperación jurídica internacional, devuélvase al exhortante, denegando la solicitud en trámite, a través de la Suprema Corte de Justicia.

5. El pedido de oitiva formulado por la CPMI a las autoridades uruguayas se basa en el derecho de las Comisiones del Poder Legislativo, asegurado por la Constitución Federal, de "solicitar deposición de cualquier autoridad o ciudadano" (Art.58, párrafo 2º inciso V). Además, la Constitución establece que las comisiones parlamentarias de inquérito "tendrán poderes de investigación propios de las autoridades judiciales" (Art 58, párrafo 3º).

Montevideo, 11 de marzo de 2004.

documento 48**18.03.2004****Mauricio Corrêa, Presidente do STF****Of. 98, de 2004 – CPMI do Banestado, pedindo apoio junto aos autoridades judiciárias do Uruguai, com vistas a oitiva do João Arcanjo.**

SENADO FEDERAL
SECRETARIA GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
Serviço de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

OFÍCIO Nº 0098/2004 – CPMI – “BANESTADO”

Brasília, 18 de março de 2004.

Senhor Presidente,

Recebi o original -
Em 18/3/04
Walter Ribeiro Valente JF
Secretário Geral da Presidência
Supremo Tribunal Federal


Sirvo-me do presente para solicitar a V. Exa. que promova gestões junto à Suprema Corte de Justiça do Uruguai, com base no Acordo de Cooperação Judiciária Brasil-Uruguai, no sentido de que seja autorizada oitiva do sr. João Arcanjo Ribeiro, que se encontra preso naquele país, pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que investiga a evasão de divisas através de contas CC5.

O depoimento do sr. João Arcanjo Ribeiro é fundamental para as investigações desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. Desde sua instalação, em junho de 2003, esta CPMI vem tentando, sem sucesso, autorização das autoridades uruguaias, para a realização desse interrogatório.

Em 9 de setembro de 2003, o plenário da CPMI aprovou requerimento da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) para que fosse designado um grupo de deputados e senadores para se deslocar ao Uruguai a fim de interrogar o sr. João Arcanjo Ribeiro na prisão. Tal decisão foi comunicada oficialmente à embaixada do Uruguai em Brasília e aos Ministérios de Relações Exteriores e da Justiça do Brasil. No dia 3 de outubro, seguindo instruções de Brasília, a embaixada brasileira em Montevidéu enviou nota à chancelaria do Uruguai, pedindo a colaboração do governo do país vizinho para que fosse tomado o depoimento.

A chancelaria uruguaia, em nota datada de 26 de fevereiro deste ano, informou a Embaixada brasileira ter submetido a solicitação ao exame do Juiz José Ferreira, de Montevidéu, que também julga em primeira instância o pedido do governo brasileiro para a extradição de João Arcanjo Ribeiro. Segundo a chancelaria, o juiz José Ferreira negou autorização, alegando que os Poderes Legislativo e Executivo não são parte do Acordo de Cooperação Judiciária entre Brasil e Uruguai, firmado em 1916, cujos atores são os Poderes Judiciários dos dois países.

Excelentíssimo Senhor
MINISTRO MAURÍCIO CORRÊA
Presidente do Supremo Tribunal Federal
BRASÍLIA - DF




SENADO FEDERAL
SECRETARIA GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
Serviço de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

Tendo em vista que a Constituição Federal assegura, em seu artigo 58, parágrafo 2º, inciso V, o direito das Comissões do Poder Legislativo de “solicitar o depoimento de qualquer autoridade ou cidadão”; e ainda que o parágrafo 3º do citado artigo estabelece que as comissões parlamentares de inquérito “terão poderes de investigação próprios de autoridades judiciais”, solicito a V. Exa. a adoção das providências necessárias e cabíveis para que o Poder Judiciário do Uruguai autorize a oitiva do sr. João Arcanjo Ribeiro, em data, hora e local que considerar adequados e convenientes.

Anexo a este ofício, para conhecimento de V. Exa., segue comunicação que esta CPMI recebeu do Ministério de Relações Exteriores sobre a questão, bem como o *aide-memorie* entregue por representante diplomático brasileiro à Chancelaria uruguaia no dia 11 p.p..

Na certeza de que V. Exa. adotará as medidas cabíveis, com a urgência que o caso em tela exige, renovo protestos de estima e consideração.


Senador **ANTERO PAES DE BARROS**
Presidente da CPMI do BANESTADO

documento 49

19.03.2004

Ministério das Relações Exteriores – Divisão Jurídica

O chefe da divisão Douglas W. de Vasconcellos transmite informação de que em telefonema ao embaixador brasileiro, o Chanceler uruguaio antecipa a próxima autorização para a tomada de depoimento de Arcanjo e promete um memorando por escrito sobre o assunto.

URGENTE

Ofício Nº 009 DJ/DAM I-MRE/JUST-BRAS-URUG

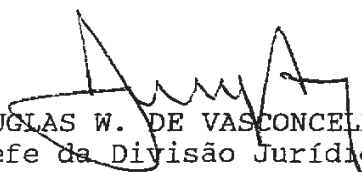
Brasília, em 19 de março de 2004.

Senhor Presidente,

Em aditamento ao Fac-símile nº 5, de 17.03.04, encaminho, em anexo, informação fornecida pela Justiça uruguaia relativa ao pedido de apoio às autoridades locais para viabilizar a oitiva da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito - CPMI - sobre evasão de divisas, com a finalidade de tomar depoimento do cidadão brasileiro JOÃO ARCANJO RIBEIRO.

2. Segue, igualmente, em anexo, cópia da Nota nº 69/03, de 26 de fevereiro de 2004, pela qual o Ministério das Relações Exteriores do Uruguai remeteu o referido documento à Embaixada do Brasil em Montevideú.

Cordiais Saudações,


(DOUGLAS W. DE VASCONCELLOS)
Chefe da Divisão Jurídica

À Sua Excelência o Senhor
Senador ANTERO PAES BARROS,
Presidente da CPMI do "Banestado"
Senado Federal, Brasília - DF.

Anexo: 01



**Ministerio de Relaciones Exteriores
Dirección de Asuntos Jurídicos**

069/carpeta 21/04

El Ministerio de Relaciones Exteriores de la República Oriental del Uruguay – Dirección de Asuntos Jurídicos- presenta sus más atentos saludos a la Embajada de Brasil , y tiene el honor de dirigirse a ese Misión , a fin de remitir oficio No. 216/04 de la Suprema Corte de Justicia, con actuaciones relacionadas a los autos caratulados “JOAO ARCANJO RIBEIRO Y SILVIA CHIRATA ARCANJO RIBEIRO”, solicitadas por su nota verbal No. 353/03.-

El Ministerio de Relaciones Exteriores de la República Oriental del Uruguay – Dirección de Asuntos Jurídicos- reitera a la Embajada de Brasil, las seguridades de su más alta consideración.

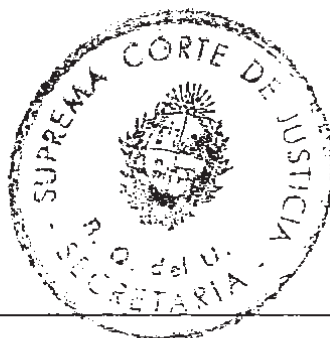
Montevideo, 26 de febrero de 2004



**HONORABLE
EMBAJADA DE BRASIL
MONTEVIDEO**



SUPREMA CORTE
DE JUSTICIA



Oficio N°. 216/2004

REF: 293/2003

Montevideo, 26 de febrero de 2004.

Sr. Director General de Secretaria del
Ministerio de Relaciones Exteriores
Dr. Enrique J. Delgado

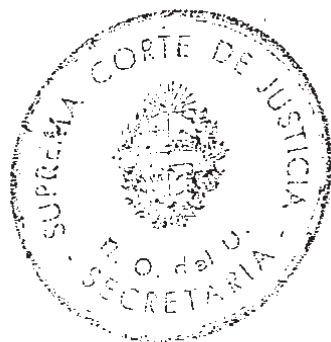
Sr. Director:

Tengo el agrado de dirigirme a Ud., en autos caratulados:
"JOAO ARCANJO RIBEIRO Y SILVIA CHIRATA ARCANJO RIBEIRO –
EXTRADICION", a fin de remitirle actuaciones (fojas 724 a 730), a los efectos
pertinentes.

Sin otro particular, lo saludo con mi más distinguida
consideración.



DR. JUAN FERNANDEZ LECCHINI
PROSECRÉTARIO LETRADO DE LA
SUPREMA CORTE DE JUSTICIA



Oficio N° 2000/2003

REF: 293/2003

Montevideo, 3 de noviembre de 2003

Señor Juez Letrado de Primera Instancia
en lo Penal de 12°. Turno
Dr. José Ferreira

Señor Juez Letrado:

Tengo el agrado de dirigirme a Ud., en autos caratulados: "JOAO
ARCANJO RIBEIRO Y SILVIA CHIRATA ARCANJO RIBEIRO -
EXTRADICION", a fin de remitirle Nota N°. 353 (fojas 736) y su traducción (fojas
737), a los efectos pertinentes.

Sin otro particular, lo saludo con mi mayor consideración.

A stylized handwritten signature in black ink, consisting of a large loop and a horizontal stroke.

DR. JUAN FERNANDEZ LECCHINI
PRO SECRETARIO LETRADO DE LA
SUPREMA CORTE DE JUSTICIA

Nº 353

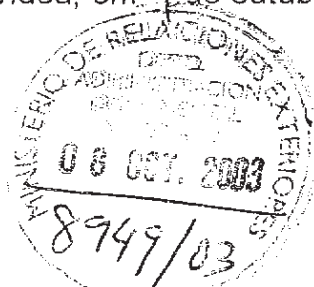
A Embaixada do Brasil cumprimenta o Ministério das Relações Exteriores – Direção de Assuntos Jurídicos – e tem a honra de informar que o Senador Antero Paes de Barros, Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) sobre evasão de divisas – CPMI do BANESTADO -, solicitou, dentro do marco da cooperação judiciária entre o Brasil e o Uruguai, apoio para viabilizar a oitiva dessa CPMI, com a finalidade de tomar o depoimento do cidadão brasileiro João Arcanjo Ribeiro, preso no Uruguai.

2. A Embaixada esclarece que a CPMI foi criada com o objetivo de apurar responsabilidades na evasão de divisas do Brasil. Em suas investigações constataram-se indícios de que crimes de lavagem de dinheiro teriam sido cometidos por empresas sediadas em território uruguaio. Em particular, a CPMI teria interesse em colher informações sobre empréstimos em que o Senhor Arcanjo Ribeiro apareça como beneficiário ou avalista.

3. Nesse sentido, a Embaixada solicita ao Ministério que transmita pedido de apoio às autoridades uruguaias competentes, para que a CPMI possa tomar o depoimento do Senhor Arcanjo Ribeiro, dando, assim, prosseguimento a etapa importante do processo de investigação e levantamento de responsabilidades.

A Embaixada do Brasil aproveita a oportunidade para renovar ao Ministério das Relações Exteriores os protestos de sua mais alta consideração.

Montevideu, em 7 de outubro de 2003.



TRADUÇÃO DO TEXTO

La Embajada del Brasil saluda al Ministerio de Relaciones Exteriores - Dirección de Asuntos Jurídicos - y tiene el honor de informar que el Senador Antero Paes de Barros, Presidente de la Comisión Parlamentaria Mixta de Investigación (CPMI) sobre evasión de divisas - (CPMI del BANESTAUO) -, solicitó dentro del marco de la cooperación judicial entre Brasil y Uruguay, apoyo para viabilizar la escucha de esa CPMI con la finalidad de tomar declaración al ciudadano brasileño João Arcanjo Ribeiro, preso en Uruguay.

2. La Embajada esclarece que la CPMI fue creada con el objetivo de comprobar responsabilidades en la evasión de divisas de Brasil. En sus investigaciones se constataron indicios de que delitos de lavado de dinero habrían sido cometidos por empresas ubicadas en territorio uruguayo. En particular, la CPMI tendría interés en obtener informaciones sobre préstamos en los que el señor Arcanjo Ribeiro aparezca como beneficiario o avalista.

3. En ese sentido, la Embajada solicita al Ministerio que transmita el pedido de apoyo a las autoridades uruguayas competentes, para que la CPMI pueda tomar declaración al señor Arcanjo Ribeiro, dando, así, consecución a etapa importante del proceso de investigación y levantamiento de responsabilidades.

La Embajada de Brasil hace presente la oportunidad para reiterar al Ministerio de Relaciones Exteriores las seguridades de su mas alta consideración.



Montevideo, em 10 de dezembro de 2005

Montevideo, 04/11/03

PODER JUDICIAL hoy.-

[Handwritten signature]

Montevideo, 04/11/03

En el día de la fecha tomé razón en el exhorto N° 3 , folio N° 4-5 del libro I EXT. EXT del Juzgado Letrado en lo Penal de 18° Turno.-

[Handwritten signature]

Montevideo, 05/11/03

Al despacho del Sr. Juez, QUIRO DE RIV. DISPONE ACUSESE NEGRO A LA S. y LUEGO PASA EN VISA FISCAL AGJUNTAÑOSE LA COPIA EN ORDEN.

[Handwritten signature]

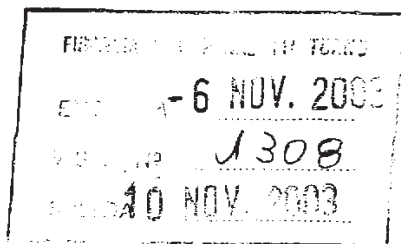
Montevideo, 06/11/03.

SE LIBRÓ OFICIO N° 148 (S.C.J.). -

[Handwritten signature]

Montevideo, 6 de noviembre de 2003

Para a Fiscalía M., acordado con el expediente
ficha 5/117/03 - Bruno Etkin Izco, uso a
Certificado Público Falso, haciendo notar que las
solicitudes de adhesión están al despacho para
selección. *[Handwritten signature]*



leitura:

Resolução N° 261/95 de la
Fiscalia do Cortej Procedural
fechada de la Resol. N° 261/95

Resol. N° 261/95 competente para entender en
el presente asunto.

Uruguay, 7/11/03

Cristina Gonzalez
DRA. CRISTINA GONZALEZ
FISCAL LTDO. NACIONAL
EN LO PENAL DE 1º TURNO

Montevideo, 10/11/03.

Néstor Hoy. - *[Signature]*

Montevideo, 11/11/03.

Al despacho de Sr. Juez. - *[Signature]*

Montevideo, 11/11/03

Se mandará ver por el despacho
de la se presente y visto el
fiscal de turno sus correspondientes

[Signature]

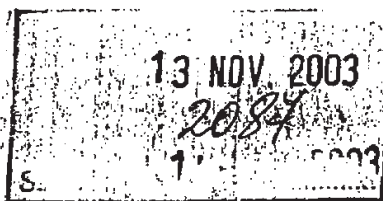
Con 11



PÓDER JUDICIAL

Boileo, 12 de noviembre de 2003
 Casa a Fiscalía 13^a Buero con el acuerdo
 unido referido, fecha 5/11/03

V



Letra Juez

En el presente

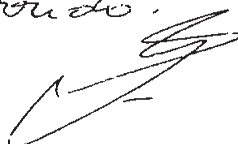
Exhorto de notificación

Se fue a un representante
 del A.R.U. de la presente
 que en el presente
 bilateral de puede atribuir
 la declaración del representante,
 que en el presente
 la podrá hacer efectivo el
 impetrante anterior

[Firma]

Dra. ANA MARÍA MIGUEZ DOMÍNGUEZ
 FIC

Montevideo, 18 de febrero de 2003
 El despacho del Sr. Juez atento al
 tiempo transcurrido.




Montevideo, febrero 19 de 2004.-

De mandato verbal del Sr. Juez se dispone:


Por fictamente evacuada la vista conferida y
 habiendo recaído sentencia concediendo la extra-
 dición de los requeridos, no estando prevista
 la intervención de parlamentarios en la Coopera-
 ción jurídica internacional, devuélvase al exhor-
 tante, denegando la solicitud en trámite, a través
 de la Suprema Corte de Justicia.-


 Dr. José A. FERREIRA
 Juez Ldo.-

Montevideo, 19/02/04.
 Se usó oficio N° 16 A(S.C.J.).-



Montevideo, 20/2/04
 Pasa a mesa de salidas para su
 devolución y con el oficio librado.



documento 50**19.03.2004****STF – Ministro Maurício Correa**

Com relação ao of. 98/2004 – CPMI do Banestado, foi encaminhado ao Procurador Geral da República, por tratar-se de competência do MP.

Ofício GP 0109/2004

Brasília, 19 de março de 2004.

Senhor Senador,

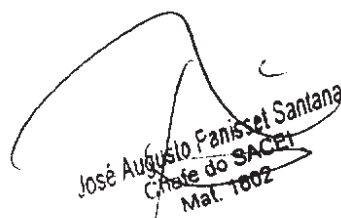
Em atenção ao Ofício nº 0098/2004 – CPMI – “BANESTADO”, informo que o mesmo foi remetido a Sua Excelência o Procurador-Geral da República, Dr. Cláudio Fonteles, por referir-se a iniciativa de competência do Ministério Público.

Atenciosamente,



Ministro **MAURÍCIO CORRÊA**
Presidente

Excelentíssimo Senhor
Senador ANTERO PAES DE BARROS
Presidente da CPMI do BANESTADO



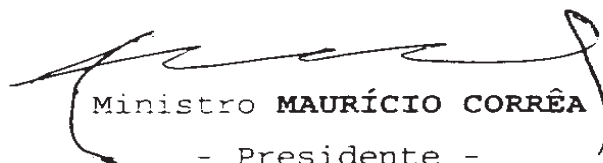
José Augusto Panisset Santana
Chefe do SACET
Mat. 1002

Supremo Tribunal Federal

OFÍCIO Nº 0098/2004 - SECRETARIA GERAL DA MESA -
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES - SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES
ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO.
CPMI - "BANESTADO"

DESPACHO: Remeta-se o expediente ao Procurador-
Geral da República, a quem compete a iniciativa.

Brasília, 18 de março de 2004.



Ministro MAURÍCIO CORRÊA
- Presidente -

documento 51

23.03.2004

Ministério da Justiça, Assessoria Especial

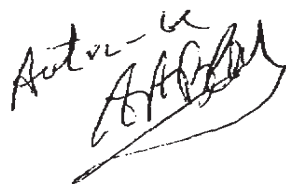
O sr. Paulo Pires de Campos pelo of. 524/2004, informa, em resposta ao empenho da CPI, que o Diretor de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional, viajará ao Uruguai para tratar do depoimento de João Arcanjo Ribeiro.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Gabinete do Ministro
Assessoria de Assuntos Parlamentares
Esplanada dos Ministérios Bloco T Ed. Sede – 4º andar - sala 406
70064-900 – Brasília – DF.
429-3723 / 3527/ Fax: 429-3342 – aspar@mj.gov.br

Ofício nº 542/04 - GM/ASPAR

Brasília, 23 de março de 2004.

A Sua Excelência o Senhor
Senador ANTERO PAES DE BARROS
Senado Federal
70165-900 – Brasília – DF.



Assunto: – depoimento Sr. JOSÉ ARCANJO RIBEIRO

Senhor Senador,

Em atenção ao Ofício nº 084/04 – CPMI-Banestado, pelo qual Vossa Excelência solicita empenho deste órgão junto às autoridades uruguaias para o depoimento do **SR. JOÃO ARCANJO RIBEIRO**, incumbiu-me o Senhor Ministro da Justiça, de informar que o Dr. ANTENOR MADRUGA, Diretor do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional, da Secretaria Nacional de Justiça, viajará ao Uruguai, onde tratará pessoalmente do caso em questão.

Respeitosamente,



PAULO PIRES DE CAMPOS
Assessor Especial do Ministro

Marcio
16/04/04

documento 52

30.03.2004

Ministério das Relações Exteriores – Divisão Jurídica

O chefe da divisão Douglas W. de Vasconcellos transcreve comunicação que recebeu da Embaixada do Brasil em Montevideo, referente a memorando da chancelaria uruguiaia que informa que o judiciário uruguiaio irá atender o pedido da CPMI e fixando condições para a oitiva de João Arcanjo (texto por escrito e perante juiz uruguiaio).

Do Ministério das Relações Exteriores em 30/03/2004

Excelentíssimo Senhor
Senador ANTERO PAES DE BARROS,
Presidente da CPMI do
"Banestado"
Senado Federal

FAX=3112973
CARAT=Ostensivo
PRIOR=Urgentíssimo
DISTR=DJ/COCIT/DAM I
DESCR=JUST-BRAS-URUG
CATEG=MG

//

Brasil-Uruguai. Cooperação
Judiciária. JOÃO ARCANJO
RIBEIRO.

//

Nr. 00027

*À Ayr
A
providências
Ayr*

Senhor Presidente,

Em aditamento ao Fac-símile nº 26, de 19.03.04, transcrevo teor de comunicação recebida da Embaixada do Brasil em Montevideu, sobre o pedido de colaboração do Governo uruguaio para que a CPMI do Banestado tome depoimento de JOÃO ARCANJO RIBEIRO:

"O Chanceler Didier Opertti entregou à Embaixada "memorandum" que sustenta opinião favorável ao acolhimento de pedido de oitiva de João Arcanjo Ribeiro, desde que seja formulado, pela CPMI do Banestado, dentro do que estabelece o Protocolo de San Luís, e invocando o artigo 58 da Constituição Federal.

2.O documento apóia-se, de um lado, no que dita o Protocolo de Assistência Jurídica Mútua em Assuntos Penais do Mercosul, de 1994, e que entrou em vigor, para o Uruguai, em 07/08/2000 (Protocolo de San Luís), e, por outro, na Constituição Federal brasileira, artigo 58, em particular o parágrafo 2º, que dispõe que as Comissões Parlamentares "terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais".

3.À luz desses textos e do Direito Internacional, o "memorandum" chega à conclusão de que o

Judiciário uruguaio deveria atender ao pedido da CPMI, desde que seja feito dentro do que estabelece o Protocolo de San Luís. O texto da Chancelaria chama a atenção para detalhes como a necessidade de que, nos termos do artigo 6.4 do Protocolo, seja enviado "texto del interrogatorio a ser formulado para la recepción de la prueba testimonial en el Estado requerido, así como, en su caso, la descripción de la forma en que ha de recibirse y registrarse cualquier testimonio o declaración". O testemunho deverá, ainda, dar-se perante a autoridade uruguaia competente.

4.O texto encerra da seguinte maneira: "En suma, la solicitud - conteniendo el interrogatorio - debe sustanciarse a través de la Autoridad Central, correspondiendo que el Juez competente uruguayo diligencie el interrogatorio, pudiendo estar presentes en el acto las autoridades solicitantes, de conformidad con las normas aplicables". Verbalmente, o Chanceler Opertti esclareceu que o pedido de cooperação deveria efetuar-se por meio do envio de Carta Rogatória, devidamente traduzida."

Respeitosamente,

(DOUGLAS W. DE VASCONCELLOS)
Chefe da Divisão Jurídica

documento 53**31.03.2004**

Ministério das Relações Exteriores - Divisão Jurídica
Memorando da chancelaria uruguaia
concluindo ser possível autorizar a tomada do
depoimento de João Arcanjo Ribeiro, com as
perguntas previamente escritas e conduzido por
juiz uruguaia.

URGENTE

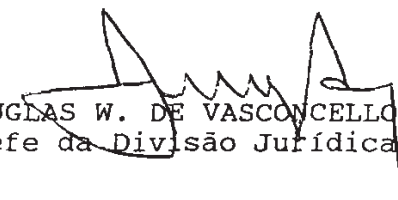
Ofício Nº 010 DJ/COCIT/DAM I-MRE/JUST-BRAS-URUG

Brasília, em 31 de março de 2004

Senhor Presidente,

Em aditamento ao Fac-símile nº 27, de 30.03.04, encaminho, em anexo, cópia de "memorandum" preparado pela Chancelaria uruguaia, a respeito de pedido de oitiva de JOÃO ARCANJO RIBEIRO.

Respeitosamente,



(DOUGLAS W. DE VASCONCELLOS)
Chefe da Divisão Jurídica

Excelentíssimo Senhor Senador
ANTERO PAES DE BARROS,
Presidente da CPMI do "Banestado"
Senado Federal

Anexo: 01

MEMORANDUM

El caso.

En octubre de 2003 el Ministerio de Relaciones Exteriores recibió un exhorto proveniente de Brasil, por el cual se solicitó cooperación al Poder Judicial nacional a efectos de que autorice al presidente de la Comisión Parlamentaria Mixta de Investigación brasileña (CPMI) a tomar declaración al nacional brasileño JOAO ARCANJO REBEIRO, privado de su libertad en establecimiento carcelario uruguayo.

El 6 de noviembre de 2003 se deja constancia en la providencia respectiva que la señalada persona está sujeta a proceso de extradición, el que está en el despacho para sentencia.

El 13 de noviembre de 2003 la **Fiscal** Ana María Migués dictamina que "en el marco del Tratado bilateral **se puede autorizar la declaración** del encausado, pero en el entendido que sólo podrá hacer efectivo el Magistrado interviniente".

El 16 de febrero de 2003 el **Juez** Letrado José Ferreira dispone que "habiendo recaído sentencia concediendo la extradición de los requeridos no estando prevista la intervención de parlamentarios en la Cooperación jurídica internacional, devuélvase el exhorto al **denegando la solicitud** en trámite.. "

En suma, fueron opuestas las conclusiones de la fiscalía y del juez interviniente, opinando la primera que debe darse curso a la cooperación, y el segundo denegándola.

Consideraciones.

El artículo 58 de la Constitución brasileña de 1988 prevé la creación de Comisiones parlamentarias de investigación, que "tendrán poderes de investigación propios de las autoridades judiciales". Vale decir, este sector de competencia jurisdiccional está fuera del Poder Judicial brasileño y se radica, por disposición del cuerpo normativo de máxima jerarquía de ese país, en lo que hace a ciertas competencias, en las citadas comisiones del Parlamento.

Desde este ángulo, debe tenerse presente que la diligencia solicitada en los autos que se examinan no se concreta mediante el ejercicio de actividad parlamentaria, sino a través de un procedimiento de naturaleza jurisdiccional dispuesto por la Constitución del Estado requirente.

En ejercicio del poder soberano en su faceta interna, cada Estado está capacitado para determinar con independencia sus estructuras, el funcionamiento de sus órganos y la distribución de atribuciones. No corresponde, por tanto, que otro Estado, en el terreno de la cooperación o en cualquier otro, salvo en lo dispuesto por las normas internacionales, califique ni atribuya consecuencias a la profincada distribución nacional de competencias.

Tradicionalmente, la cooperación o asistencia jurídica interestatal se lleva a cabo entre autoridades que cumplen regularmente (no de modo excepcional) función jurisdiccional, no distinguiendo los textos internacionales a qué Poder del Estado debe pertenecer la autoridad que cumple dicha función. A modo de ejemplo, en nuestro país el Tribunal de lo Contencioso Administrativo, radicado fuera del Poder Judicial, desemña funciones jurisdiccionales.

Rige en el caso el Protocolo de Asistencia Jurídica Mutua en Asuntos Penales del Mercosur, aprobado por Decisión del Consejo del Mercado Común de 25-06-94, habiendo entrado en vigencia el 08-01-00 para Argentina y Paraguay, para Brasil el 28-04-00 y para Uruguay el 07-08-00. En Uruguay fue aprobado por Ley Nº 17.145 de 9 de agosto de 1999.

Este acuerdo dispone en el artículo 1.1 que *"El presente Protocolo tiene por finalidad la asistencia jurídica mutua en asuntos penales entre las autoridades competentes de los Estados Partes"*. Define el ámbito material de la cooperación, el que rige a "asuntos penales", señalando que las autoridades requiriente y requerida deben ser las "competentes de los Estados Partes". No se hace alusión al Poder del Estado en el que ellas están radicadas, distribución interna que es de resorte de cada país.

El artículo 1.3 establece que *"Los Estados Partes se prestarán asistencia mutua, de conformidad con las disposiciones del presente Protocolo, para la investigación de delitos, así como para la cooperación en los procedimientos judiciales relacionados con asuntos penales"*.

El artículo 2 enumera el alcance de la asistencia, comprensiva de "testimonios o declaraciones" disponiéndose en el último literal que es pertinente *"cualquier otra forma de asistencia acorde con los fines de este Protocolo que no sea incompatible con las leyes del Estado requerido"*. Como se advierte, el único límite expresamente establecido es la incompatibilidad con la legislación local.

De conformidad con el artículo 4, no sólo las autoridades judiciales pueden solicitar la cooperación sino también el Ministerio Público del Estado requiriente encargado del juzgamiento o investigación de delitos. Es decir, se autoriza a solicitar dicha cooperación a un órgano como el Ministerio Público, en nuestro país ajeno al Poder Judicial e integrante del Poder Ejecutivo. Con mayor fundamento, pues, corresponde contemplar de modo positivo la solicitud de una entidad que tiene

"poderes de investigación propios de las autoridades judiciales" en el Estado requeriente.

El artículo 5.1. establece de modo preceptivo los supuestos en los que el Estado Parte requerido podrá denegar la asistencia. Ello sucede cuando "a) la solicitud se refiera a un delito tipificado como tal en la legislación militar pero no en su legislación penal ordinaria; b) la solicitud se refiera a un delito que el Estado requerido considere como político o como delito común conexo con un delito político o perseguido con una finalidad política; c) la solicitud se refiera a un delito tributario; d) la persona en relación a la cual se solicita la medida ha sido absuelta o ha cumplido condena en el Estado requerido por el mismo delito mencionado en la solicitud.; o e) el cumplimiento de la solicitud sea contrario a la seguridad, el orden público u otros intereses esenciales del Estado requerido".

En cuanto al contenido del pedido, el artículo 6.4. establece que debe remitirse "texto del interrogatorio a ser formulado para la recepción de la prueba testimonial en el Estado requerido, así como, en su caso, la descripción de la forma en que ha de recibirse y registrarse cualquier testimonio o declaración", así como cualquier otra información que pueda ser de utilidad al Estado requerido a los efectos de facilitar el cumplimiento de la solicitud.

Los artículos 17 y 18 prevén, respectivamente, la prestación de testimonio en el Estado requerido y en el Estado requirente. El caso de autos debe desarrollarse, a nuestro juicio, de conformidad con el primero, que establece, entre otros aspectos, que quien deba prestar testimonio deberá comparecer, de conformidad con las leyes del Estado requerido, ante la autoridad competente, debiéndose informar con suficiente antelación el lugar y la fecha en que se recibirá la declaración del testigo. El Estado requerido autorizará la presencia de las autoridades indicadas en la solicitud durante el cumplimiento de las diligencias de cooperación.

Conclusiones.

Quien elabora este informe concuerda en la sustancia con la opinión de la Fiscalía, que arribó a la conclusión de que "en el marco del Tratado bilateral *se puede autorizar la declaración* del encausado, pero en el entendido que sólo podrá hacer efectivo el Magistrado interviniente". En lo formal, y no obstante la mención del tratado bilateral --que no identifica-- rige con Brasil en esta materia el precitado Protocolo de San Luis, cuyos términos son aplicables al caso.

De conformidad con las normas antes invocadas y con su contexto, corresponde dar trámite a la solicitud de cooperación, en virtud de que proviene de un órgano con función jurisdiccional atribuido por la Constitución del Estado requirente (Brasil), no constituyendo causal de denegatoria la disimilitud de distribución interna de ejercicio de la función jurisdiccional en el Estado requerido (Uruguay), más aún considerando que tienen la facultad de requerir tal asistencia los fiscales, en nuestro país integrantes del Poder Ejecutivo.

En suma, la solicitud --conteniendo el interrogatorio-- debe sustanciarse a través de la Autoridad Central, correspondiendo que el Juez competente uruguayo diligencie el interrogatorio, pudiendo estar presentes en el acto las autoridades solicitantes, de conformidad con las normas aplicables.

Montevideo, 25 de marzo de 2004.

documento 54**01.04.2004****Procuradoria Geral da República**

Reunião com o sub-procurador Edson Oliveira de Almeida com a finalidade de obter cooperação do MPU para o depoimento do Arcanjo.

Carlos Homero Vieira Nina

De: Shalom Einstoss Granado
Enviado em: sexta-feira, 2 de abril de 2004 11:22
Para: Carlos Homero Vieira Nina

Reunião de 1º/4/4

O Senador se reuniu com o Subprocurador-Geral da República, Dr. Edson Oliveira de Almeida com a finalidade de contar com a cooperação do Ministério Público na colheita de depoimento do foragido "João Arcanjo Ribeiro", que se encontra no Uruguai.

documento 55**23.03.2004**

Ministério da Justiça, Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional

O dr. Antenor Madruga Filho pelo OF. 199/04, informa da impossibilidade da CPMI interrogar no território uruguaio o sr. João Arcanjo Ribeiro, sob a alegação de que a CPMI não é autoridade judicial, nem pertence ao MP, pelo que não está compreendida entre as autoridades legitimadas a solicitar cooperação, segundo o Protocolo de São Luiz.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS E COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL

Ofício n.º 199 /2004/DRCI-SNJ-MJ

Brasília, 01 de abril de 2004.

Ao Senhor
DR. EDUARDO TELLECHEA BERGMAN
Director de Asesoria
Autoridad Central de Cooperación Juridica Internacional
Ministerio de Educación y Cultura
Juan Carlos Gómez, 1253 – Ciudad Vieja
11.000 Montevideo - Uruguay

Assunto: **possibilidade de interrogatório de João Arcanjo Ribeiro pela CPMI do Banestado.**

Senhor Diretor,

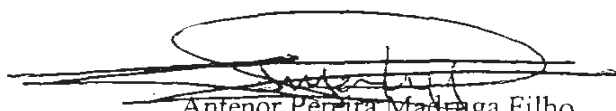
Por intermédio do Ofício nº 121/2004/DRCI-SNJ-MJ, consultamos Vossa Senhoria acerca da possibilidade da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – CPMI – “*Banestado*”, tomar o depoimento de João Arcanjo Ribeiro, atualmente preso nesse país.

2. Em resposta, fomos informados acerca da impossibilidade da CPMI do Congresso Nacional interrogá-lo no território uruguaio, sob a alegação de que a CPMI não é autoridade judicial nem pertence ao Ministério Público, pelo que não está compreendida entre as autoridades que, segundo o Artigo 4º do Protocolo de São Luiz, está legitimada a solicitar cooperação a esse país.

3. A respeito dessa vedação, esclarecemos que no Brasil as Comissões Parlamentares de Inquérito são constitucionalmente investidas de poderes de investigação próprios das autoridades judiciárias. Assim, o Brasil entende que as Comissões Parlamentares de Inquérito estão abrangidas pelo conceito de ‘autoridades judiciais’ previsto no Artigo 4º do citado Protocolo.

4. Isto posto, solicitamos a Vossa Senhoria a adoção das providências necessárias e cabíveis para que o Poder Judiciário do Uruguai, mediante as informações prestadas, autorize a oitiva de João Arcanjo Ribeiro.

Atenciosamente,



Antenor Pereira Madruga Filho
Diretor

documento 56**06.08.2004**

O sen. Antero encaminha a documentação constante da base de dados da CPI do Banestado sobre João Arcanjo Ribeiro (of. 1244/2004).

SENADO FEDERAL
SECRETARIA GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
Serviço de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

OFÍCIO Nº 1244/2004 – CPMI – “BANESTADO”

Brasília, 06 de agosto de 2004.

Senhor Juiz,

Encaminho, em anexo, para conhecimento de V.Ex^a, documentação constante da base de dados da CPMI – Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, do BANESTADO, referente a JOÃO ARCANJO RIBEIRO.

Atenciosamente,



Senador **ANTERO PAES DE BARROS**
Presidente da Comissão

Exmo. Senhor Juiz
JULIER SEBASTIÃO DA SILVA
JUIZ FEDERAL DA PRIMEIRA VARA
CUIABÁ - MT

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– V. Ex^a será atendido na forma regimental.

Por permuta entre os Senadores Antonio Carlos Magalhães e Eduardo Suplicy, concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Pois não, Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Temos o nobre Senador Gilvam Borges presente. Peço a V. Ex^a, se puder, que faça o ritual, porque estamos com uma série de compromissos em CPMIs e precisamos ir para cuidar delas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Ney Suassuna, a Secretaria-Geral da Mesa me informa que a documentação está vindo para a Presidência. Assim que chegar, tomarei todos os procedimentos, conforme solicitado por V. Ex^a e pelo Presidente Renan Calheiros.

Senador Eduardo Suplicy, V. Ex^a dispõe da palavra por dez minutos, com a mesma tolerância que tive com os oradores que o antecederam.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, com respeito à manifestação do Senador Antero Paes de Barros, avalio, como Senador do Partido dos Trabalhadores, que, ao longo desse período, sobretudo nos últimos seis meses, surgiram denúncias e, muitas vezes, alguns companheiros do Partido dos Trabalhadores sentiram-se também fortemente atingidos. Houve situações em que se fez averiguação, muito do trabalho de averiguação ainda está por ser concluído e alguns problemas foram efetivamente detectados.

Não concordo com o Senador Antero de que nunca se viu tanto roubo na história do Brasil. Essa é a opinião que ele tem, a qual não está devidamente mensurada, porque teríamos de examinar tudo o que aconteceu em tantos governos, sendo que já houve situações extremamente graves.

Ressalto a importância de que ele possa efetivamente requerer a investigação, tal como solicita, e de que possam ser comprovadas sua honra, sua defesa e sua inocência. Como seu colega no Senado, espero que seja, de fato, inteiramente esclarecido o episódio, que, pessoalmente, não conheço. Não foi de minha iniciativa aquela referência. Hoje não sou membro do Diretório Nacional, embora estivesse presente na reunião.

Avalio ser importante que todo o procedimento de apuração de fatos seja devidamente apurado. Não tive iniciativa de incluir esse assunto porque não o co-

nheço, mas expresso a importância de todos colaborarmos para que o esclarecimento completo seja feito, conforme V. Ex^a afirma, e para que seja defendida a sua inocência.

O Sr. Antero Paes de Barros (PSDB – MT)

– Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP)

– Antes de iniciar outro assunto, concedo o aparte ao Senador Antero Paes de Barros.

V. Ex^a mencionou que faria o debate com um juiz petista. Não entendi bem o comentário, pois não tenho conhecimento da existência de um juiz petista. Não sei de quem V. Ex^a estava falando, perdão.

O Sr. Antero Paes de Barros (PSDB – MT)

– Trata-se do Juiz da Primeira Vara Federal do Mato Grosso, Sr. Julier Sebastião da Silva, que age segundo os interesses do PT. Fui filiado ao PT, assim como ele, mas saí do Partido e fui para o PSDB, enquanto ele também saiu e foi para a Magistratura, embora aja como se estivesse filiado ao PT. Não tenho problema algum quanto a esse debate e sou inteiramente favorável a essa apuração. Quero dizer a V. Ex^a que fiz algumas denúncias contra o Governo do PT, todas com provas: a fita de Waldomiro Diniz, não há prova mais forte que ela; para fazer a denúncia da Ágora, peguei os documentos no SIAF; para a da lavagem de dinheiro, do Cássio Casseb, peguei os documentos dos Bancos em que ele lavou o dinheiro; e a denúncia de US\$1,2 bilhão da lavagem do BankBoston, também encaminhei aos órgãos competentes, inclusive ao Juiz Julier, que se omitiu e nunca falou a respeito. Então, nunca fiz denúncia sobre este Governo ou sobre algum adversário que não fosse acompanhada de provas. O PT, não! O PT quer que eu prove a minha inocência. Não tenho problema algum, pois consigo fazer a prova positiva. Já abri mão, nesta Casa, e até requeri meus sigilos desde 1982, quando comecei a vida pública – nasci em 1953 e não tenho problema de requerê-los desde aquela data. Então, enfrento o Governo inteiro, porque tenho a mais absoluta tranquilidade de que jamais alguém conseguirá fazer ligação entre mim e o crime organizado. Crime organizado que conheço é assim: mata o Celso Daniel e, depois, oito testemunhas. Isso é crime organizado, para mim! Era isso, Senador. Obrigado pela forma correta como V. Ex^a tratou esse assunto.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Espero que isso tudo possa ser devidamente apurado.

Sr. Presidente, eu gostaria de registrar o entendimento que aconteceu, hoje pela manhã, na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – presidida pelo Senador Sérgio Guerra e que tem como Vice-Presidente o Senador Flávio Arns –, a respeito dos projetos de lei

que tramitam no Senado Federal sobre as sociedades cooperativas.

Na última quarta-feira, estava na pauta o parecer do Senador Demóstenes Torres a respeito dos projetos do Senador Osmar Dias, do Senador José Fogaça e deste Senador que regulamentam as sociedades cooperativas. O Senador Demóstenes Torres deu parecer favorável, acatando, sobretudo, o conteúdo do projeto do Senador Osmar Dias, que regulamenta as sociedades cooperativas à luz do entendimento da Organização das Cooperativas Brasileiras, que já teve como seu Presidente, antes de ser Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o Sr. Roberto Rodrigues.

O projeto de lei que apresentei leva em consideração aquilo que está na Constituição brasileira, que assegura a liberdade de organização das diversas entidades, inclusive na área das cooperativas, e que, portanto, garante que não haja necessidade de todas as cooperativas, de qualquer natureza, filiarem-se à Organização das Cooperativas Brasileiras.

Foi devido a essa visão relativa à unicidade de filiação das cooperativas à OCB que houve uma certa divergência. Da mesma maneira que, atualmente, nem todas as organizações sindicais do Brasil precisam, necessariamente, filiar-se à Central Única dos Trabalhadores, à Força Sindical, à CGT ou a outra, também avaliamos que não seria necessário que todas as cooperativas se filiassem a uma única entidade.

No entanto, o importante é que os Ministros da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Sr. Roberto Rodrigues; do Trabalho e Emprego, Sr. Luiz Marinho; do Desenvolvimento Agrário; e o Assessor Especial da Presidência da República, José Graziano da Silva, dialogaram, sobretudo no âmbito da Casa Civil. Verificou-se a possibilidade de um entendimento entre essas diversas visões, e resolveu-se, Sr. Presidente, constituir-se um grupo de trabalho da própria Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, presidida pelo Senador Sérgio Guerra.

O Senador Demóstenes Torres e os próprios autores, sobretudo o Senador Osmar Dias e eu mesmo, vamos colaborar para que cheguemos a um entendimento, assim como, no âmbito da Casa Civil, fará o grupo de trabalho composto pelo Secretário de Economia Solidária, o Professor Paul Singer, e pelo Secretário de Economia Solidária do Ministério da Agricultura, que nos transmitirão as sugestões de um possível entendimento.

O Senador Osmar Dias concordou que, no próximo mês, sobretudo, intensifiquemos os trabalhos, para que, após o recesso – mesmo que seja um minirrecesso –, a partir de 15 de janeiro ou de 15 de fevereiro, necessariamente, tomemos uma decisão a respeito

desse projeto de lei. Será levado em conta, como base, o texto do parecer do Senador Demóstenes Torres, o qual poderá receber cooperações de todos aqueles que têm uma visão diferente daquela do projeto do Senador Osmar Dias.

Também quero lembrar o evento ocorrido, ainda no início desta semana, na segunda-feira e na terça-feira, no Hotel Maksoud, em São Paulo, com a organização do Ministério do Trabalho e Emprego, da UniSol e da Anteag, entidades relacionadas às formas cooperativas de produção, que abrangem todas as empresas com trabalhadores que procuraram, em formas cooperativas, recuperá-las depois que estiveram ameaçadas de fechamento, bem como os representantes das cooperativas que, normalmente, caracterizam os agricultores familiares, as cooperativas que resultam dos assentamentos realizados pelo MST, as inúmeras cooperativas urbanas e as cooperativas de trabalhadores artesanais. Todas essas entidades estiveram reunidas e expressaram que gostariam que fosse aprovado um projeto de lei com a visão contida no meu projeto. O importante é que se chegou a um entendimento. Sempre tenho com o Senador Osmar Dias uma atitude de muito respeito, de cooperação e de construção. Portanto, Sr. Presidente, espero que tenhamos um entendimento adequado, ressaltando ao eminente Relator, Senador Demóstenes Torres, que S. Ex^a, como o constitucionalista que é, possa assegurar seja respeitado o art. 5º, inciso XVIII, da Constituição, que estabelece que “a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento”. Solicito também que leve em consideração o inciso XX do art. 5º da Constituição, que estabelece que “ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado”, garantindo a total e irrestrita liberdade de associação, tanto a pessoas físicas quanto jurídicas.

Gostaria de salientar que, para o formato do projeto que apresentei sobre as sociedades cooperativas, colaboraram, com sugestões, as seguintes entidades: a CPT, a Concrab, a Cotrimaio, a DNTRCUT, o Instituto de Cooperativismo e Associativismo (SP), o Ceris, a Cotec, a Apaeb, a Vianeí, a Cetap, a Cedac, o Deser, bem como os Professores Daniel Rech (Ceris), Dinarte Belato (Universidade Ijuí) e Vergílio Perius (Unisinós).

Tenho a certeza, Sr. Presidente, de que com a boa vontade das partes e, inclusive, com o esforço do Professor Paul Singer e do Secretário do Ministro da Agricultura Roberto Rodrigues chegaremos a um bom entendimento.

Muito obrigado.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Peço a palavra, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Tem a palavra, pela ordem, V. Ex^a.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM. Pela ordem.) – Peço a V. Ex^a que me inscreva pela Liderança do PDT.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. Ex^a será atendido.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Sr^{as} e Srs. Senadores, encontra-se na Casa o Sr. Gilvam Pinheiro Borges, eleito pela representação do Estado do Amapá em 6 de outubro de 2002.

S. Ex^a encaminhou à Mesa o original do diploma, que será publicado na forma regimental, e demais documentos exigidos por lei.

É o seguinte o diploma encaminhado por S.Exa.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

DIPLOMA

REGISTRADO

Nº 201

LIVRO 01

FL. 22.v/23

Delaine Oliveira de Almeida
Chefe da Seção de Registros Políticos
Secretaria Judiciária

O Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Amapá no uso das atribuições que lhe confere o art. 215 do Código Eleitoral (Lei nº 4.737 de 15 de julho de 1965), tendo em vista a proclamação dos resultados das eleições de 6 de outubro de 2002, expede o Diploma de SENADOR ao Senhor

GILVAM PINHEIRO BORGES

eleito pela Coligação "Amor, Trabalho e Paz" (PMDB/PFL/PSDB), que obteve 94.130 votos preferenciais do total de 108.019 votos válidos, conforme Ata Geral das Eleições.

Macapá - AP, 21 de outubro de 2005.

MANOEL CASTRO

Designo comissão formada pelos Srs. Senadores Ney Suassuna e Jefferson Péres para conduzir S. Ex^a ao plenário, a fim de prestar o compromisso regimental.

(O Sr. Gilvam Pinheiro Borges é conduzido ao plenário e presta, junto à Mesa, o compromisso.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Solicito às Sr^{as} e aos Srs Senadores que, em audiência, fiquem de pé, bem como os convidados nas galerias, para a leitura do termo de posse.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – PA) – Prometo guardar a Constituição Federal e as leis do País, desempenhar fiel e lealmente o mandato de Senador que o povo me conferiu e sustentar a união, a integridade e a independência do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – SP)

– Declaro empossado, no mandato de Senador da República, o nobre Senador Gilvam Pinheiro Borges, que, a partir deste momento, passa a participar dos trabalhos da Casa.

Sobre a mesa, comunicação que será lida pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Ney Suassuna.

É lida a seguinte:

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, em conformidade com o art. 7º do Regimento Interno, que, assumindo nesta data a representação do Estado do Amapá adotarei o nome abaixo consignado e integrarei a bancada do PMDB.

Sala das Sessões, 14 de dezembro de 2005.

– Senador **Gilvam Borges**.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – SP)

– O expediente lido vai à publicação.

De imediato, passamos a palavra, como Líder do PDT, ao nobre Senador Jefferson Péres.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL

– BA) – Sr. Presidente, pela ordem.

V. Ex^a concedeu, com muita razão, porque eu não estava presente, a palavra ao Senador Eduardo Suplicy na minha inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – SP)

– V. Ex^a será chamado logo após a fala do Senador Jefferson Péres.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL

– BA) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM. Pela

Liderança do PDT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, mais uma vez o Congresso Nacional se depara com a dúvida entre convocar ou não uma sessão extraordinária para o período do recesso parlamentar.

A dúvida e o constrangimento que assalta, pelo menos os Parlamentares mais sérios, é no que tange à remuneração dos Congressistas, Senador Paulo Paim. Às vezes, como neste momento, torna-se imperiosa a convocação extraordinária. Não será bom para o País as duas Casas ficarem fechadas durante dois meses, interrompendo os trabalhos das CPMLs em meio a uma crise política. Por outro lado, ficamos todos nós nos indagando se a sociedade, mais uma vez, ou boa parte dela, ficará pensando e nos acusando de termos agido em causa própria, tendo em vista o pagamento de duas ajudas de custo, no início e no final da sessão extraordinária.

Sr. Presidente, já é tempo de o Congresso enfrentar isso. O pagamento de duas ajudas de custo em sessão extraordinária não está na Constituição, nem sequer na lei. Foi instituído pelo Decreto Legislativo nº 07, de 1995 – portanto, já tem 10 anos –, que vem sendo prorrogado.

Entendo desnecessário esse pagamento.

Sr. Presidente, eu não quero fazer demagogia, não é bom-mocismo, mas acho que seria muito bom para o Congresso suprimir esse pagamento de ajuda de custo. Qual é a justificativa para se pagarem duas ajudas de custo, ou seja, termos três salários em um único mês para cobrirmos despesas? Que despesas, Senador Paulo Paim? As passagens são pagas pelo Senado; temos apartamento funcional, não vamos para hotel nem para *apart* hotel; temos carro com motorista e gasolina. Qual é a despesa a mais que fazemos no deslocamento dos nossos Estados para cá? Dir-se-á: “Os Parlamentares têm direito a um descanso e, se interrompem o descanso, devem ser pagos por isso”. Mas, Senador Paulo Paim, se a convocação extraordinária for de 15 de janeiro a 15 de fevereiro de 2006, teremos um mês de descanso – de 15 de dezembro de 2005 a 15 de janeiro de 2006. Ainda teremos outro em janeiro. Por que o pagamento extra? Dir-se-á: “Se não houver pagamento, os Parlamentares não virão, não haverá quórum, será um vexame”. Por que o Presidente da Casa não aplica a sanção correspondente?

Não veio o parlamentar no recesso porque não tem ajuda de custo, desconta no subsídio. Se ele não vier a uma sessão, não receberá um centavo em janeiro. E a imprensa, os meios de comunicação poderiam nos ajudar todos os dias, com a televisão focalizando o painel de presença, para que a sociedade saiba quem são os Senadores e Deputados irresponsáveis que não vieram aqui porque não têm duas ajudas de custo. Por que é que não se faz isso, Senador Paulo Paim? Creio que é tempo de o Congresso reagir contra isso. Não há justificativa para o pagamento dessa remuneração, e não é que eu não goste nem precise de dinheiro. Eu

gosto de dinheiro e preciso de dinheiro. Não sou rico. Vivo dos meus subsídios, mas o pagamento é desnecessário e deixa o Congresso, todas as vezes, nessa camisa-de-força. Se não fosse esse pagamento, a sessão extraordinária já teria sido convocada.

Espero que os Senadores mais responsáveis, mais dotados de espírito público, conversem com o Presidente do Senado para ver se, definitivamente, colocamos um cobro nisso. Não há por que nos pagar ajuda de custo alguma em sessão extraordinária.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passamos a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

V. Ex^a dispõe da palavra por 10 minutos.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem. Peço a V. Ex^a a gentileza de me conceder a palavra em seguida.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Logo após o Senador Antonio Carlos Magalhães, será concedida a palavra a V. Ex^a.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, amanhã deve-se encerrar a sessão legislativa. Eu diria que se poderia fazer um grande balanço da atividade do Congresso Nacional, em particular do Senado Federal, mas também acho indispensável que nós, antes do encerramento desta sessão, tornemos, mais uma vez, público ao Brasil que o Governo pior que a nossa Nação teve, em todos os tempos, sobretudo porque o mais imoral, foi o Governo do Senhor Luiz Inácio Lula da Silva.

Traiu todos e chama seus companheiros de traidores. Traiu o povo brasileiro, fazendo um Governo corrupto, algumas vezes acobertado por atitudes que considero erradas do Supremo Tribunal Federal, obtendo liminares para que não se chegue, por intermédio das CPIs, ao verdadeiro destino do roubo. Exemplo disso foi o que ocorreu hoje. Infelizmente, um grande juiz deu liminar desse tipo para evitar que se chegue ao ex-Governador Anthony Garotinho. É uma coisa inacreditável. Não se podem investigar os fundos, porque, se o fizermos, pegam-se os ladrões. Posso dizer, porém, com tranqüilidade, que muita coisa já foi apurada e, conseqüentemente, nesse rastro, mesmo com a liminar, mesmo que não se investigue, já tem muita coisa para se mostrar à Nação brasileira, na hora própria, das roubalheiras do Governo por meio dos Fundos de Pensão.

Acho que deveríamos, inclusive se houver convocação, deixar bem claras as posições em que o Supremo pode dar liminar em relação ao Legislativo. Em vez de sermos engessados pelo Supremo, façamos

com que o Supremo não fique engessado, mas não possa nos engessar.

Quero dizer, Sr. Presidente, que não há um setor sequer do Governo onde não se possam apontar irregularidades. Alguns Ministros, poucos, aliás, se salvam, mas a maioria dos Ministros, em Governo sério, não seria sequer diretor de departamento, o que dirá Ministro de Estado. E as perseguições se sucedem em toda parte, inclusive no Palácio do Planalto, onde o Sr. Jacques Wagner reina, mandando na Petrobras. E, no dia em que se abrir um inquérito, nesta Casa, sobre a Petrobras, os maiores escândalos, bem maiores do que esses que estão aparecendo, vão surgir. Não tenho nenhuma dúvida disso. Nós chegaremos lá, Sr. Presidente. Nós chegaremos lá. Não tenho nenhuma ilusão quanto a isso. Assim como chegamos, mas precisamos tornar mais claro o escândalo de o Presidente tomar dinheiro de Okamoto para pagar os seus débitos e os R\$5 milhões da Telemar para a empresa do seu filho.

O Sr. Jefferson Péres (PDT – AM) – Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Pois não.

O Sr. Jefferson Péres (PDT – AM) – Senador Antonio Carlos, eu participei da campanha “O Petróleo é nosso”. Orgulho-me de ter criado a Petrobras. Penso que ela deve permanecer. Foi uma grande conquista brasileira, mas não é intocável, não. Já está em tempo de abrir aquela caixa-preta. Penso que vamos descobrir muita coisa lá, em benefício da própria empresa. Acabam, como V. Ex^a e o País todo sabem, de prorrogar o contrato com a empresa do Sr. Duda Mendonça. Talvez não haja impedimento legal, mas moral acho que há. Já é tempo de, na próxima sessão legislativa, abrir uma CPI para a Petrobras.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – V. Ex^a tem absoluta razão.

Por isso, os homens do Palácio ganham Land Rover. O Silvinho ganhou uma Land Rover e o Sr. Jacques Wagner ia ganhar uma também. Posso chegar aqui e provar que ia ganhar. Mas, com o escândalo, desistiu a tempo. Fez bem em desistir a tempo, embora não tivesse desistido de tudo em que ele influencia de mal na Petrobras. Enquanto isso, quem tem direitos adquiridos nas licitações têm as suas rádios, as suas televisões presas no Palácio do Planalto. E, para se conquistar, tem-se de buscar mandado de segurança. Isso é inacreditável, mas é verdade. É assim que age este Governo. Mas ele terá de explicar aqui como a firma do seu filho, a Gamecorp, que foi criada em novembro de 2004 – peço atenção a essas datas –, com

capital de R\$10 mil. Dez mil reais era o capital da firma do filho do Presidente da República, o Fábio.

Em janeiro de 2005, menos de 90 dias, o capital era de R\$5,2 milhões. Em menos de três meses, senhores, o capital da firma do filho do Presidente passou de R\$10 mil para R\$5,2 milhões.

A BR4, acionista da Gamecorp e também pertencente ao filho do Presidente, foi criada um mês antes, em outubro de 2004, com um capital de apenas R\$1 mil. Vejam bem, em outubro, R\$1 mil; em dezembro, o seu capital passou para R\$2,7 milhões.

São números, são provas, e o Presidente, quando é perguntado sobre esse assunto, responde: não tenho nada com os negócios do meu filho. Que resposta simples, para não dizer cínica!

Já a Telemar Internet, uma subsidiária da *holding* Telemar, antes se chamava ABS-52 e estava inativa desde dezembro de 2002. Em janeiro de 2005, voltou à ativa e, no mesmo mês, já detinha 35% do capital da Gamecorp. Vejam como ela ficou supervalorizada!

Inquiridas sobre essas transações nebulosas, e numa clara afronta à Constituição, a CVM mantém silêncio constrangedor e sonega informações. Mantém silêncio. A Anatel se exime da responsabilidade: “Não é comigo essa roubalheira”. E todas as juntas comerciais do Rio e de São Paulo omitem os dados.

Este é o Brasil em que vivemos, mas no qual não queremos viver. Esse é o Brasil do Presidente Lula que, por isso mesmo, a cada dia cai nas pesquisas da opinião pública. Não se precisa fazer *impeachment*, porque o *impeachment* será feito por aqueles que até mesmo votaram nele nas urnas em outubro. Isso acontecerá fatalmente, mas, nessa ocasião, o Presidente Lula e os seus amigos mais íntimos e parentes já estarão realmente numa situação financeira bem mais cômoda do que a do pobre torneiro mecânico que, enganando o povo, chegou ao mais alto posto da Nação.

Por isso, Sr. Presidente, aqui estou; não poderia deixar de estar no último dia, neste 14 de dezembro, nesta tribuna, para dizer que tudo que aconteceu com valérios, delúbios e outros malandros, tudo foi com a audiência do Presidente da República. Isso não acontece de graça. Ele diz que não sabia de nada, mas demite vários elementos da Casa Civil, todo o IRB, do Banco do Brasil também. Quer dizer, ele tira alguns e deixa outros que podem trabalhar como ele gosta, para o seu Partido e para os seus amigos.

Sr. Presidente, o Brasil precisa ser outro com a coragem dos seus filhos. Quando vejo V. Ex^a na Presidência, homem que veio de raízes mais humildes, que, pelo seu esforço, chega a esse ponto, que luta por melhores salários para os trabalhadores brasileiros, sinto-me à vontade para dizer que estamos vivendo

uma época que não pode continuar. Lute como estou lutando, por meio, aliás, de V. Ex^a, que foi inspirador, por um salário mínimo decente para o trabalhador brasileiro. O trabalhador brasileiro não pode viver com o salário que vive. Daí as desigualdades, daí acontecer aqui, um dia, o que aconteceu na França, onde os pobres e miseráveis queimaram as cidades, os automóveis, etc. É isso o que ele está fomentando. Mas quando ele fizer isso, ele já estará fora desse ambiente subversivo e já estará como um dos grandes milionários deste País.

Muito obrigado.

O Sr. Paulo Octávio (PFL – DF) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Ouço o aparte do Senador Paulo Octávio.

O Sr. Paulo Octávio (PFL – DF) – Senador Antonio Carlos Magalhães, gostaria apenas de cumprimentá-lo pelo brilhante pronunciamento, V. Ex^a que tanto lutou pelo salário mínimo, pelo Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza. O seu pronunciamento hoje é um alerta à Nação brasileira de tudo o que está acontecendo neste País; é um alerta que todos temos de levar muito a sério e que agora, durante o período de recesso, vai ser lembrado por toda Nação que tem uma responsabilidade com o futuro do Brasil. Por isso, meus cumprimentos a V. Ex^a que, em tão boa hora, subiu à tribuna para dar esse recado tão bem dado a todos nós, Senadores e, principalmente, a todo o Brasil.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sr. Presidente, permita-me apenas agradecer o aparte do eminente Senador Paulo Octávio, um trabalhador, um construtor, um seguidor do Presidente Juscelino Kubitschek, que fez tanto por Brasília, e que agora está se credenciando para, no governo de Brasília, realizar um trabalho que já vem de uma tradição dele próprio e até mesmo familiar.

Portanto, agradeço muito o aparte de V. Ex^a e espero vê-lo galgando sempre os grandes postos a serviço de Brasília e desta Nação.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Sr. Presidente, gostaria apenas de agradecer o pronunciamento do Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. Ex^a está inscrito em seguida ao Senador Rodolpho Tourinho, pela liderança do PFL.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Senador Paulo Octávio, no seu aparte ao Senador Antonio Carlos Magalhães, se referiu à importância do Fundo de

Combate e Erradicação da Pobreza, e venho falar que hoje é 14 de dezembro, Dia Nacional de Combate à Pobreza. Creio que o tema também é muito importante para o Senador Paulo Paim – neste momento, há a feliz coincidência de S. Ex^a estar também na Presidência do Senado Federal.

O Dia Nacional de Combate à Pobreza, evidentemente, não é uma data comemorativa, mas entendo ser um marco simbólico para que anualmente o País possa parar e fazer alguma reflexão sobre as ações de combate a essa doença social que representa a pobreza.

Venho, portanto, à tribuna nesta tarde para trazer minha manifestação para o Dia Nacional de Combate à Pobreza. E entre tantos temas que precisamos dar atenção, quero falar dos moradores de rua – um grave problema social que envergonha a Nação. Tivemos, inclusive, recentemente uma audiência pública muito importante na Comissão de Assuntos Sociais, por solicitação da Senadora Patrícia Saboya Gomes, quando tivemos oportunidade de debater longamente esse tema e de chegar a algumas conclusões que são extremamente importantes na condução deste problema. Tivemos a participação muito efetiva do Senador Romeu Tuma e também de V. Ex^a, que está na presidência, Senador Paulo Paim.

Devo me referir, inicialmente, à incansável luta por níveis dignos de vida para todos os brasileiros, do Senador Antonio Carlos Magalhães, que teve a oportunidade iniciativa, no ano 2000, de instituir o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, de onde devem sair recursos para resolver a questão dos moradores de rua.

Muito se tem feito com os recursos desse Fundo em ações suplementares de nutrição, habitação, saúde, educação, reforço da renda familiar e outros programas relevantes.

Posteriormente ao Fundo, em 2001, a Lei Complementar nº 111 destinou esses recursos para famílias cuja renda **per capita** seja inferior à linha de pobreza e para indivíduos em igual situação de renda. Priorizou-se, por meio de reforço de renda, as modalidades Bolsa Escola e Bolsa Alimentação e ainda os “indivíduos que perderam seus vínculos familiares”, como ficou definido no Regulamento do Fundo. Entendo que esse regulamento deveria ter sido mais explícito com relação a esse tema.

Já disse desta tribuna que o problema das pessoas moradoras de rua envergonha efetivamente a Nação. E a constatação começa pela letra da lei: da mesma forma que nós cidadãos muitas vezes fingimos não ver um morador de rua, ou não abrimos o vidro do carro, no sinal de trânsito, sequer para responder a essas

pessoas, também na letra da lei tentamos disfarçar o problema, chamando de “pessoas que perderam seus vínculos familiares”, em vez de darmos visibilidade a um problema que é real.

Dar visibilidade a esse problema, tratando-o na lei como “moradores de rua”, efetivamente ajudaria muito no meu entendimento, na elaboração de programas de duração continuada para o combate direto e objetivo desse problema.

O Senado aprovou, na última quinta-feira, projeto de lei que altera a Lei Orgânica de Assistência Social, visando dar prioridade também aos moradores de rua nos programas de assistência social implementados pelo Governo.

Antes dessa lei, que será sancionada, a prioridade era apenas para crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social. O projeto aprovado inclui também nas prioridades “as pessoas que vivem em situação de rua”.

Sou inteiramente favorável a esse projeto. Apenas gostaria de dar uma ênfase ou de dar um caráter mais objetivo, tratando dos problemas dos moradores de rua.

Entendo até que o termo “em situação de rua” pode ser mais abrangente, mas receio que abrangências maiores possam efetivamente não levar a ações mais efetivas. Eu, inclusive, tinha apresentado uma emenda nesse sentido, que acabei retirando para não atrasar todo o processo.

O Senador Paulo Paim, repito, que preside esta sessão, tem um importante projeto também para o enfrentamento desse problema: o PLS nº 299, de 2004, pelo qual pretende seja criado o Programa de Inclusão Social dos Moradores de Rua, aí tratando o tema objetivamente, como penso deveria ser tratado.

Entendo que essas diferenças, talvez de interpretação, que podem levar a ações não objetivas, não trazem maiores problemas, mas deveríamos concentrar nossa atenção no problema de uma forma mais efetiva.

Tenho direcionado muitos esforços no sentido de estudar o assunto, em busca de novas fórmulas mais corajosas de se trazer soluções para os moradores de rua.

Entendo também que, na questão do Estatuto da Igualdade Racial, Senador Paulo Paim, que deve ser votado ainda hoje ou amanhã pela Câmara dos Deputados, seguramente, teremos uma forma também de combate efetivo a essa questão dos moradores de rua, sobretudo no meu Estado, a Bahia, onde esse problema tem uma raiz muito mais profunda, conforme temos discutido tanto durante audiências em relação ao Estatuto da Igualdade Racial.

Estou convencido, Sr. Presidente, de que nenhuma política isolada parece ser capaz de dar cabo desse fenômeno vergonhoso. É preciso lançar mão de um conjunto de políticas públicas para que o combate a esse problema social tenha eficácia.

Esse conjunto de políticas públicas tem que constar do PPA, tratando de medidas abrangentes, que ofertem educação, saúde e ações assistenciais imediatas, para garantir o mínimo de dignidade e o resgate da auto-estima desses excluídos, chegando, então, ao ensino profissionalizante, associado à geração de emprego.

Pretendo apresentar, em breve, um conjunto de proposições legislativas. Inicialmente, apresentarei uma Proposta de Emenda à Constituição no sentido de preparar a nossa Carta Magna para recepcionar um outro grupo de projetos de lei, que poderão tramitar sem serem rejeitados por inconstitucionalidade.

As proposições que apresentarei alcançarão temas fundamentais, ligados à finalidade da ordem econômica; aos objetivos da ordem social; à adequação do capítulo que trata da família; e da destinação do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.

O objetivo será resgatar a auto-estima dessa população com ações ligadas à educação, esporte, ensino profissionalizante, atendimento médico e psicológico.

É preciso engajar algumas instituições públicas permanentes de hoje no País, que, com o espírito de cooperação, serão fundamentais para que tenhamos condições de colocar à disposição de um programa de ação continuada uma considerável rede hospitalar em todo o Brasil, disponibilizando atendimento médico para os moradores de rua. Poderemos ainda colocar à disposição dessa população de excluídos uma eficiente estrutura de ensino profissionalizante em atividades como a de motorista, cozinheiro, garçom, mecânica de automóveis, hidráulica, metalurgia, música, entre tantas outras.

Pretendo incluir, no conjunto de proposições legislativas, a adequação constitucional para a previsão de que a lei defina os critérios de transferência de recursos da seguridade social e do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza para essas ações sociais e de cooperação com o desenvolvimento nacional.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, concluo o pronunciamento neste 14 de dezembro, reservado como o Dia Nacional de Combate à Pobreza...

O Sr. César Borges (PFL – BA) – Senador Rodolpho Tourinho, V. Ex^a me permite?

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Concedo um aparte a V. Ex^a, com muito prazer, Senador César Borges.

O Sr. César Borges (PFL – BA) – Senador Rodolpho Tourinho, meus parabéns por essa iniciativa e pelo seu pronunciamento, mostrando a visão correta da grave questão social que nosso País, lamentavelmente, vem atravessando há alguns anos. Este Governo, que se propunha voltado essencialmente a essas questões, para o social, não tem sabido atendê-las, a não ser com o Bolsa Família, programa assistencialista em que há uma porta de entrada, mas não há qualificação ou preparo para que, amanhã, o mercado de trabalho possa absorver essas pessoas, criando dignidade e fazendo com que o trabalhador brasileiro e aquele que hoje precisa da mão do Estado possa amanhã caminhar com pernas próprias. Então, considero a sua visão mais do que correta: qualificar, treinar o povo brasileiro para que possa disputar, com sucesso, uma vaga no mercado de trabalho. O meu aparte é para cumprimentar V. Ex^a e mostrar aqui o nosso integral apoio à ação que V. Ex^a está propondo.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Muito obrigado, Senador César Borges. Entendo que a experiência de V. Ex^a, como bom Governador de Estado que foi, traz agora uma boa contribuição, exatamente no sentido de chamar a atenção, hoje, dia 14 de dezembro, Dia Nacional de Combate à Pobreza, para o que efetivamente precisamos. Refiro-me às chamadas ações continuadas e não a ações tópicas, que não resolvem o problema, que não levam efetivamente à criação de um mercado de emprego ou condições para que essas pessoas consigam empregos permanentes.

Então, considero este Dia Nacional de Combate à Pobreza um momento de reflexão, para que possamos efetivamente, todos juntos, aqui, oferecer melhores condições a essa faixa da população tão desassistida. O Governo do Presidente Lula até o momento não fez nada para minorar os efeitos disso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passamos a palavra ao Senador Paulo Octávio, que falará pela Liderança do PFL, por cinco minutos com tolerância de dois minutos.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF. Pela Liderança do PFL. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente, Senador Paulo Paim.

Sr^{as} e Srs Senadores, na noite de ontem, Brasília foi palco de um dos momentos mais emocionantes do ano em curso, que foi o lançamento da minissérie produzida pela Rede Globo de Televisão sobre a vida e a obra do Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira. Todos que tiveram a oportunidade de conviver com JK – e aqui vejo Senadores ilustres que conviveram com Juscelino, como o Senador Antonio Carlos Magalhães, o Senador José Sarney e o Senador Eduardo Azeredo

– sempre destacaram, dentre suas muitas virtudes, a sua capacidade de conciliação, para a convergência e para a construção do entendimento. Jamais tivemos registro de uma só ação de Juscelino voltada para o ataque pessoal, mesmo em relação a seus adversários políticos.

Mas o projeto da série sobre JK é muito mais do que o simples retrato de uma história. Sua riqueza de detalhes, fruto do trabalho magnífico empreendido pela dupla de escritores Maria Adelaide Amaral e Alcides Nogueira, o desempenho fantástico dos atores e atrizes envolvidos na sua produção, do que tivemos a oportunidade de assistir a algumas cenas, nos dão a convicção de que a trajetória do homem e do político Juscelino Kubitschek, além de matar a saudade de uma legião de admiradores, certamente despertará nas novas gerações a esperança de que é possível a construção de uma ação política construtiva, planejada e com resultados em favor do povo e do País.

A jornalista Tereza Cruvinel, articulista do jornal **O Globo**, relata em sua coluna diária uma passagem em relação à atual crise política, onde destaca, sob o título “Mineiros contra o fogaréu”, que a política de mineiros como JK, Tancredo Neves e Renato Azeredo fez escola, e que o País necessita que a conciliação institucional seja colocada à frente das divergências partidárias.

Sempre me atraiu, com entusiasmo, a atuação propositiva, em especial as que venham ao encontro dos anseios da sociedade e do Brasil. Isso foi o que podemos extrair como lição do saudoso Presidente Juscelino, e que certamente influenciaram na sua escolha como brasileiro do século passado por voto popular e maior estadista que este País já conheceu.

A apresentação da minissérie, a partir de 3 de janeiro de 2006, certamente consolidará o seu exemplo de estadista e de homem público que soube conduzir os rumos do País com altivez, correção de propósitos e, acima de tudo, paciência e elevado espírito de patriotismo, o que reflete com fidelidade o verdadeiro retrato de sua vida pública.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Senador Paulo Octávio, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Com maior prazer, Senador Eduardo Azeredo.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Senador Paulo Octávio, neste aparte, quero apenas cumprimentar V. Ex^a e dizer da nossa satisfação em ver o início dessa minissérie da TV Globo, que fará realmente justiça ao maior homem público que o Brasil já teve – acho que posso dizer assim, apesar de não ser muito de usar superlativos, mas, neste caso, acho que é correto dizer. Juscelino Kubitschek terá, nesses dias

do início do ano de 2006, toda a divulgação do que foi a sua vida para que um maior número de brasileiros possa se lembrar bem de quem foi Juscelino e do legado tão importante que ele deixou para todos nós de democracia, de desenvolvimento. Parabéns pelo seu pronunciamento.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Legado inclusive de seu próprio pai, Senador Eduardo Azeredo.

Senador Leomar Quintanilha.

O Sr. Leomar Quintanilha (PCdoB – TO) – Senador Paulo Octávio, primeiramente gostaria de cumprimentar V. Ex^a pela justa homenagem que presta a um dos maiores estadistas deste País. O povo brasileiro tem razões de sobra para lembrar com saudades, para ter como imorredoura a imagem do extraordinário presidente Juscelino Kubitschek. Mas, de modo especial, tem o Estado de Goiás razões para homenagear tão ilustre figura. Sou goiano, ilustre Senador, e me lembro muito bem de como era Goiás antes da transferência, da corajosa decisão política do Presidente Juscelino Kubitschek de transferir para o interior brasileiro, como forma de integração nacional, o centro decisório do País. Goiás era um Estado provinciano, um Estado atrasado, um Estado pobre. Com a vinda de Brasília para cá, veio mais vida para Goiás. Brasília transformou Goiás no que é hoje, um dos mais importantes Estados da Federação; provocou essa verdadeira integração nacional; permitiu a criação do Estado de Tocantins; fez a Belém–Brasília, que cortou o País de norte a sul; trouxe alegria e esperança a este País. Parabéns a V. Ex^a por homenagear esse extraordinário homem público.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Obrigado, Senador Leomar Quintanilha, que tão bem representa o povo de Tocantins. E é verdade: a marcha para o Centro-Oeste foi desenvolvida pelo Governo JK.

A apresentação da minissérie, que vai ocorrer a partir de 3 de janeiro de 2006, certamente consolidará o seu exemplo de estadista e de homem público que soube conduzir os rumos do País com altivez, correção de propósitos e, acima de tudo, paciência e elevado espírito de patriotismo, o que reflete com fidelidade o verdadeiro retrato de sua vida pública.

Nunca é demais repetir que JK foi um homem à frente do seu tempo, cujo nome foi perpetuado na história deste País como um líder incontestável, com sensibilidade social, competente administrativamente e um desenvolvimentista nato, cujas condutas como cidadão e homem público – foi prefeito, governador, presidente da República e senador – lhe permitiram conduzir o nome do Brasil com honradez irretocável no cenário nacional e internacional.

Além disso, a emoção da família Kubitschek, com a presença de sua filha Maristela, de suas netas Ana Cristina e Júlia, dos bisnetos André e Felipe, além de amigos, colaboradores e pioneiros próximos de JK, como o Deputado Carlos Murilo, o Coronel Afonso Heliodoro, o Ministro Olavo Drummond, Dona Cirlene Ramos, Ernesto Silva, entre outros, verdadeiramente maravilhados com o contato próximo aos artistas que representavam, em alguns casos, a si próprios ou pessoas que lhes foram próximas. Um desses momentos foi o encontro das netas de JK com a atriz que representaria sua mãe, a nossa querida Governadora do Distrito Federal Márcia Kubitschek, já falecida.

Nota-se, nessa produção, todo um carinho, um respeito, sem que isso signifique afastar a fidelidade histórica da trajetória de JK, fortalecendo o processo de cuidado com que devemos pautar o uso dos símbolos do País, uma vez que Juscelino Kubitschek não pertence a nenhuma corrente política ou ideológica. Ele pertence ao Brasil, pertence aos brasileiros.

Em discurso em nome da família Kubitschek, sua neta destacou duas passagens que peço licença para repetir. A primeira, inspirada em sua avó Sarah Kubitschek, ao afirmar que “ao político comum bastava o esforço, a oratória e a dedicação. Mas do estadista, é inseparável a fantasia, a audácia realizadora e a capacidade de transformar sonho em realidade. Os primeiros podemos encontrar com alguma facilidade, mas os últimos são raros”.

A segunda, de sua mãe Márcia Kubitschek, lembrando o próprio pai: “JK, como homem público, deixou um rastro de realizações neste País; uma época de alegria e de esperança; um halo de grandeza de espírito; de amizades sinceras; de compreensão para com os humildes e de saudades para os que ficaram enquanto ele partia”.

A minissérie, que será levada ao ar a partir de 3 de janeiro, foi feita por meio de um trabalho enorme de Maria Adelaide Amaral, que esteve aqui no Senado conversando com os Senadores, que ouviu a história do Brasil, que esteve no gabinete do Senador Antonio Carlos Magalhães, com quem conversou durante toda uma tarde e ouviu os momentos inesquecíveis com que, com precisão irretocável e memória privilegiada, o Senador Antonio Carlos ilustrou a história de JK.

Juscelino, ao ser retratado pela modernidade das produções televisivas do século XXI, certamente se consolidará no imaginário popular da forma como aqueles que com ele conviveram ou dele puderam estudar suas ações, sempre o idolatraram, como o homem que governou com alegria de viver, com planejamento, com metas arrojadas e que provocou um

surto de desenvolvimento e de integração nacional em nosso País.

Ouç o Senador Antonio Carlos, amigo do Presidente Juscelino, que tem uma memória privilegiada e que tanto ajudou na formatação da história dessa minissérie.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA)

– Senador Paulo Octávio, quero dizer da minha alegria de ouvir o seu discurso. Essa série é um ato de justiça da Rede Globo, recordando um dos maiores homens, talvez o maior estadista da República que eu tenha conhecido. Realmente, Deus me deu o privilégio de conviver com intimidade com o Presidente Juscelino. Tenho, inclusive, vontade, algumas vezes, de trazer determinados documentos de determinada época para esta Casa, a fim de dar aos Senadores o sentido do político Juscelino, mas, sobretudo, do administrador Juscelino Kubitschek. Fico contente de vê-lo na tribuna. Só lamento não ser eleitor em Brasília para dar a V. Ex^a o voto para Governador, porque sei que seria o homem que continuaria a obra de Juscelino em Brasília e que levaria esta terra ao desenvolvimento, com seriedade e, sobretudo, com o amor que V. Ex^a tem, naturalmente, pelos laços que o unem à família Kubitschek. Mas V. Ex^a vai chegar lá, tenho certeza, sem o meu voto, mas com o voto de todos os meus amigos desta cidade.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF)

– Muito obrigado, Senador Antonio Carlos Magalhães. Suas palavras muito me sensibilizam. V. Ex^a conviveu tão bem com o Presidente, que, inclusive, se lembra dos momentos mais difíceis. Lembro-me de suas histórias, com o telefone privativo do Presidente Kubitschek, em momentos do Congresso Nacional. V. Ex^a era um Deputado novo. Mesmo sendo da Oposição, ajudou o Presidente Juscelino a construir Brasília e a governar. V. Ex^a foi um dos primeiros Deputados a fixar residência em Brasília, sempre apoiando a construção da cidade. Brasília é muito grata a V. Ex^a, assim como ao Presidente José Sarney, um dos únicos Governadores a receber o Presidente Kubitschek, durante o exílio, no Palácio do Governador, em São Luís, no Maranhão.

Por tudo isso, Sr. Presidente Paulo Paim, na condição de Senador da República pelo Distrito Federal, agradeço à Rede Globo e a parabenizo, mais uma vez, na pessoa de seu Presidente, João Roberto Marinho, não só pela minissérie, mas também pelo seu lançamento, que, pela primeira vez, ocorre fora do eixo Rio – São Paulo.

Ouç o Presidente José Sarney, com a maior alegria.

O Sr. José Sarney (PMDB – AP) – Senador Paulo Octávio, esta Casa recolhe, em seus Anais, a reverên-

cia que sempre fiz à memória do Presidente Juscelino Kubitschek, ressaltando suas grandes virtudes. Hoje, uma vez mais, quero que faça parte de seu pronunciamento a minha reiterada admiração por Juscelino Kubitschek. Eu o conheci como adversário no Congresso Nacional daquele tempo, mas, depois que ele deixou o Poder, eu me transformei em seu grande amigo e dele recebi muitas manifestações de afeto. V. Ex^a, portanto, expressa um sentimento que é do Senado Federal e também do povo brasileiro. Muito obrigado.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Agradeço-lhe o aparte, Presidente José Sarney, que deu muito apoio ao Presidente Juscelino e que tem dado muito apoio à família Kubitschek! Meus agradecimentos a V. Ex^a! Sua posição ficará registrada nos Anais desta Casa, na história do País e na história do Senado Federal.

O Sr. Fernando Bezerra (PTB – RN) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador Paulo Octávio?

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Pois não, Senador Fernando Bezerra.

O Sr. Fernando Bezerra (PTB – RN) – Senador Paulo Octávio, gostaria de associar-me a todas as homenagens ao Presidente Juscelino, mas queria também dar um depoimento. Em minha família, até a extinção do Partido, meu tio Odorico Bezerra foi Presidente do PSD do Rio Grande do Norte e amigo pessoal do Presidente Juscelino Kubitschek. Mas tive o privilégio e a oportunidade, em 1966, quando era eu estudante nos Estados Unidos, de me encontrar com o Presidente Kubitschek. E foi algo inesquecível para mim, foi emocionante. Tenho, inclusive, as fotografias desse encontro. No momento em que todo o Brasil presta homenagem à memória desse homem inigualável na história do nosso País, associo-me a ela e dou o depoimento da profunda admiração que tive, eu e minha família, e do privilégio desse encontro com Juscelino no exílio, o que fez reforçar, na época, ainda mais, a profunda admiração ao grande brasileiro que foi Juscelino Kubitschek.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Muito obrigado, Senador Fernando Bezerra. Realmente, poucos brasileiros tiveram o privilégio dessa convivência.

Essa minissérie produzida pela TV Globo é importante, porque dá a oportunidade ao Brasil de conhecer a trajetória de um político. No momento em que a classe política tem sido tão atacada e tão atingida, é muito oportuna essa minissérie, que vai mostrar a face, o trabalho, a determinação de um Presidente que mudou o Brasil. Essa minissérie é muito oportuna, principalmente para os jovens.

Por isso, mais uma vez, agradeço à Rede Globo de Televisão e a parabenizo, na pessoa do seu Presi-

dente, João Roberto Marinho, não só pela minissérie, mas pelo seu lançamento, que, pela primeira vez, ocorre fora do eixo Rio – São Paulo, exatamente no Memorial JK, Casa responsável por manter viva a história e a obra de Juscelino, ao mesmo tempo em que nos dá a oportunidade de reviver os anos dourados de sua vida e de sua ação política.

Certamente, essa minissérie, Senador Paulo Paim, dará aos jovens brasileiros uma dimensão de como é importante o trabalho político, de como é importante o trabalho efetivo de um bom político em benefício de nossa gente e do nosso País!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Paulo Octávio, esta Presidência, em nome da Mesa, soma-se às homenagens que V. Ex^a presta ao inesquecível e sempre presente Juscelino Kubitschek. Vi agora a minissérie que será apresentada pela Rede Globo. Parabéns a V. Ex^a!

Para uma comunicação inadiável, concedo a palavra ao Senador Gilvam Borges. Em seguida, como orador inscrito, falará o Senador Teotônio Vilela Filho. Ainda para fazer uma comunicação inadiável, darei a palavra posteriormente ao Senador Aelton Freitas.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a democracia se fortalece no pilar básico que garante às instituições e em uma sociedade que se moderniza e se aperfeiçoa por meio do fortalecimento de suas instituições.

Assomo a esta tribuna movido pelo desejo patriótico de reconhecer na lei a justiça que resgata a dignidade e a hombridade de um cidadão.

Durante três anos, Sr. Presidente, estive em uma grande batalha, e aqui estamos louvando a democracia. Apesar das veias abertas, das grandes tribulações por que a Nação passa, das inúmeras CPIs instaladas no seio do Parlamento Nacional, composto pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, do fato de a corrupção campear, alegra-nos a disposição com que a Pátria reage, a fim de, em meio à grande problemática, buscar alternativas e correções para que o País encontre verdadeiramente a sua vocação para o desenvolvimento, proporcionando isso a um povo tão belo como o nosso.

Sangra a Pátria! Por trás da política, da ética e da justiça, dos discursos de palanque, estava enrustida, na verdade, a sede pelo enriquecimento ilícito. O País sangra, mas acredito que iremos superar. Evisceradas as instituições tanto do Poder Judiciário quanto do Poder Legislativo e do Poder Executivo, haveremos de encontrar o rumo do desenvolvimento!

O Amapá hoje retoma mais uma cadeira por que, há três anos, vinha lutando. Oiapoque, Pracuúba, Amapá, Calçoene, Ferreira Gomes, Porto Grande, Macapá, Santana, Laranjal do Jari, tantos Municípios lá na grande margem do rio Amazonas hoje nos assistem. Estamos aqui para dar a nossa contribuição decisiva.

Quero dizer ao povo do Amapá que, hoje mesmo, já estávamos tratando das emendas estratégicas para o nosso desenvolvimento. O nosso coração se alegra pela benção recebida de saber que o gasoduto que vem da Venezuela irá passar pelo Amapá; que já temos uma proposta de R\$100 milhões no Orçamento da União para criar a grande hidrovia que irá rasgar a Ilha do Marajó e integrar os outros Estados da Amazônia ao resto do País.

O Amapá tem a perspectiva do desenvolvimento, sob a liderança do Presidente José Sarney, do Senador Papaléo Paes, da nossa Bancada federal, das nossas autoridades municipais e estaduais do Poder Executivo do nosso Estado.

Estamos palmilhando já os gabinetes. Hoje mesmo, estive com o Presidente Gilberto Mestrinho, tratando da questão do orçamento.

Sr. Presidente, quero brindar ao Amapá e dizer que já estamos a postos, já estamos no batente e por muitas vezes estaremos aqui, assomando a esta tribuna, para entrar nas questões importantes desta Pátria e, principalmente, do meu Estado, o querido Amapá, que será ouvido por muitas vezes daqui desta tribuna. Iremos praticar a política do desenvolvimento e da seriedade.

Reavemos o nosso mandato, tomado injustamente por três anos, num empate técnico covarde, mas nos resignamos, estamos de coração aberto, sem ressentimentos. Muito pelo contrário: rejuvenescidos, mais maduros, mais conscientes do dever de trabalhar dobrado, triplicado, multiplicado, pelo nosso querido Estado do Amapá e pela Federação.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Em outra oportunidade, já estaremos retornando a esta tribuna. Agradeço a todos os meus conterrâneos que aqui estão e todas as lideranças. Que Deus nos abençoe e nos proteja!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Com a palavra, o nobre Senador Teotônio Vilela Filho, que falará por dez minutos, com tolerância de mais dois, como orador inscrito.

O SR. TEOTONIO VILELA FILHO (PSDB – AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)
– Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Governo realiza nesta sexta-feira próxima o seu primeiro leilão de energia nova em três anos de gestão. Três anos de Governo Lula e o primeiro leilão de energia nova. Para o bem do Brasil, torço pelo sucesso do leilão, mas as

perspectivas que a imprensa repete dia a dia são as mais sombrias possíveis.

Programou-se a licitação de exatos 2.778 *megawatts* de geração em 17 usinas, mas, antes do leilão, já se sabe que quatro desses projetos de usinas estão previamente descartados por falta de licença ambiental. Dos 13 restantes, apenas sete têm licença prévia e o oitavo está prestes a recebê-la. Ou seja, Sr. Presidente, juntos, esses oito projetos perfazem apenas 1.054 *megawatts*. O número dá a dimensão da desconfiança do mercado privado e da inquietação do País. Todos os cálculos dos técnicos e analistas mais responsáveis apontam para a necessidade de uma geração adicional de quatro mil *megawatts* a partir de 2009, daqui a meros três anos, para suprir a demanda decorrente da expansão da economia. Quatro mil *megawatts* daqui a três anos! Que usina hidroelétrica – pergunto, Sr. Presidente –, mesmo de pequeno porte, levaria tão pouco tempo do projeto à instalação das máquinas?

Imaginemos o cenário improvável de todas as sete usinas licitadas começarem a operar em apenas três anos, como se fossem usinas de brinquedo e não complexas obras de engenharia. Ainda assim, atenderíamos a apenas um quarto do aumento de demanda prevista para 2008. Apenas um quarto. O restante? O restante, Sr. Presidente, quem sabe com energia térmica? Mas, nesse caso, uma energia, todos sabemos, muito mais cara e dependente também desse gasoduto da Bolívia, que sofre, a cada momento, o peso da imprevisibilidade dos destinos políticos daquele país latino-americano. Quem sabe, resolver esse problema com um racionamento que desta vez não tem origem numa seca, mas na incompetência do Governo?

Há ainda dois aspectos igualmente inquietantes que cercam o leilão previsto para depois de amanhã. O primeiro deles é que se desenha uma clara ausência de empresas privadas, todas elas ressabiadas com a dubiedade das regras, que mudam a cada dia ao sabor do burocrata de plantão, ao sabor da norma implantada naquele dia.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. TEOTONIO VILELA FILHO (PSDB – AL)

– Pois não, nobre Senador José Jorge, com muito prazer.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Gostaria de solidarizar-me com V. Ex^a pelo tema que traz a debate. Realmente, é preocupante. Fui Ministro na época do chamado “apagão”, na época do racionamento de energia, e pude ver o quão difícil é e não gostaria que o Brasil passasse por uma situação daquela. Estamos já com três anos de um Governo que não fez nenhum leilão de energia.

O SR. TEOTONIO VILELA FILHO (PSDB – AL)

– Fará o primeiro na sexta-feira.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Fará o primeiro na próxima sexta-feira, mas para uma quantidade de energia muito pequena. Observamos também que a Aneel, Agência Nacional de Energia Elétrica, que tem cinco diretores, há mais de seis meses só está com três. Na realidade, há um descaso em todos os campos na questão de energia elétrica, e os investidores privados não estão interessados em dizer sim por essas dificuldades. Temos que nos interessar pelo tema, que V. Ex^a permanentemente traz ao Senado.

O SR. TEOTONIO VILELA FILHO (PSDB – AL)

– Muito obrigado, nobre Senador José Jorge.

V. Ex^a, como ex-Ministro de Energia, sabe muito bem da gravidade dessa irresponsabilidade do Governo. Energia não se produz de um dia para o outro. O Governo retomou o balcão e, com uma postura essencialmente autoritária, procura controlar tudo com uma arrogância sem limites. O resultado é que afugenta o investidor privado, que fica inseguro, completamente à mercê, como disse, da disposição burocrática do dia, do humor do burocrata de plantão e, portanto, não vai investir. Por outro lado, o Governo não dispõe de recursos para esse investimento.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Governo do PT não conseguiu delimitar, com clareza, um marco regulatório consistente para o setor elétrico, como bem disse o Senador José Jorge; ao contrário, está promovendo clara reestatização da geração de energia.

O que se prenuncia, no leilão de sexta-feira, é uma visível predominância de empresas estatais.

A iniciativa privada nem sente segurança em relação às normas estabelecidas, muito menos enxerga viabilidade no preço máximo pretendido por megawatt/hora gerado, em torno dos R\$116,00. Só as empresas estatais aceitariam o desafio quase incontornável.

Esse dado nos leva a uma conseqüência inevitável: aumentando-se o preço do megawatt/hora gerado, quem paga seus custos é o usuário e o consumidor da energia. Do contrário, quem o pagará será o contribuinte, mesmo aquele do mais remoto interior que sequer tem energia elétrica em casa. Volta-se assim ao mais perverso dos cenários: o subsídio direto ou indireto para o consumidor, em detrimento do contribuinte.

Sr. Presidente, Srs Senadores, o cenário que cerca esse leilão de energia dessa sexta-feira é, de si, a mais cabal denúncia da falência do modelo imaginado pelo Governo Lula para o setor elétrico. Esse Governo rompeu com as premissas básicas do modelo estabelecido no Governo do Presidente Fernando Henrique. E em vez do Estado regulador, que atua no setor elétrico através de agências reguladoras fortes,

o Governo do PT voltou ao estágio anterior, do Estado pretensamente investidor. Não é preciso ser profeta para antever o que vem por aí: falta de investimentos, falta de geração, “apagão” à vista.

Muito mais se poderia falar, Sr. Presidente, sobre a falência do modelo energético petista. Os dados falam por si: o primeiro leilão de energia nova se faz no final do terceiro ano de mandato. O que já prenuncia um dado irrefutável: o Governo Lula não conseguirá gerar um só quilowatt de energia nova de origem hidroelétrica. Um só quilowatt! Dito de outra forma, Sr. Presidente: para atender à demanda, só com energia térmica, ou seja, energia, como eu disse, muito mais cara...

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. TEOTONIO VILELA FILHO (PSDB – AL)

– ... e dependendo de todas as incertezas do gasoduto da Bolívia.

Já concluindo, Sr. Presidente, digo que é claro que o desempenho medíocre da economia tende a reprimir a demanda. Mas algum crescimento haverá. E o mínimo que venha a ocorrer não encontrará o suprimento indispensável de energia elétrica. Isso é que é incompetência. Isso é que é atraso, ou melhor: esse é o Governo Lula.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Gostaria de informar a todos que hoje, às 18 horas, na Sala 2 da Ala Nilo Coelho, será instalada definitivamente a Comissão do Salário Mínimo e serão eleitos o Presidente e o Relator dela.

Concedo a palavra, para uma comunicação inadiável, ao Senador Aelton Freitas e em seguida ao Senador Sérgio Zambiasi.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, Senador Paulo Paim; Sr^{as} e Srs. Senadores, o Governo Federal, mais especialmente a Secretaria do Tesouro Nacional e o Banco Central vêm cometendo um lamentável equívoco, além de manterem altas taxas de juro, mas ainda a tempo de ser corrigido. É o que esperamos, Sr. Presidente. Na ânsia de controlar com mão de ferro o endividamento público, adotou procedimentos burocráticos que estão praticamente inviabilizando os investimentos de centenas de Municípios em projetos na área de saneamento básico. Isso acontece, Sr. Presidente, porque as prefeituras que pretendem contrair empréstimos, mesmo estando em dia com as contas e com a lei de responsabilidade fiscal, dependem de autorização federal, que ocorre,

infelizmente, em passos lentos, levando-os a uma longa e angustiante espera.

O meu Estado, Minas Gerais, tem exemplos claros que justificam mudanças urgentes nesse processo de autorização de empréstimos para prefeituras. Atualmente, oitenta municípios mineiros aguardam em uma fila de âmbito nacional a autorização para receber cerca de duzentos milhões de reais que estão disponíveis no Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), para financiar melhorias no sistema de água e esgoto. Alguns aguardam liberação desde julho de 2002, ou seja, há três anos e meio.

A fila estabelecida pelo Banco Central e pelo Tesouro é cronológica e não leva em conta a disponibilidade de recursos de cada Estado. Trata-se, pois, de evidente contra-senso, ou seja, em Minas Gerais o recurso existe, não pode ser usado para outro fim, mas permanece paralisado enquanto milhares de pessoas vivem sem as mínimas condições de saúde e de higiene nas periferias da maioria dos municípios.

A realidade é triste, Sr. Presidente; entretanto, não apenas nessas cidades mineiras. Dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento apontam que metade da população brasileira ainda não tem coleta de esgoto sanitário; uma constatação que por si só justifica maior agilidade na autorização para que as prefeituras busquem os recursos necessários a investimentos nessa área. É preciso, portanto, Sr. Presidente, aumentar o limite de autorização, pois o problema de saneamento só pode ser sanado se houver vontade política e real comprometimento dos entes públicos com as obras demandadas.

Se for o caso, Sr. Presidente, é preciso reavaliar até mesmo alguns parâmetros da Lei de Responsabilidade Fiscal, mas o principal entrave às possibilidades das prefeituras contraírem empréstimos são as metas de superávit adotadas pelo Governo. Essa é uma avaliação compartilhada, inclusive, pela Confederação Nacional de Municípios e pela Associação Mineira de Municípios (AMM).

Por outro lado, é preciso louvar também a disposição já manifestada pela Secretaria Nacional de Saneamento de liberar, até maio de 2006, R\$2,2 bilhões para financiamentos projetos nessa área. Para concorrerem a tais recursos, os municípios deverão apresentar os projetos ao Ministério das Cidades, onde, caso aprovados, não aguardarão em fila. Isso, entretanto, não justifica a proibição imposta aos Municípios com relação aos empréstimos, uma vez que os desafios são muitos e exigem sempre investimentos vultosos.

Voltando ao caso de Minas, os R\$200 milhões que integram a linha de financiamento do BDMG fazem parte do capital do banco desde 2002, quando a Assembléia Legislativa Estadual aprovou projeto do

então Governador Itamar Franco, pelo qual o antigo Programa de Modernização Institucional e Ampliação da Infra-Estrutura em Municípios Mineiros, também conhecido como Fundo Somma, foi extinto e seus recursos transferidos para o BDMG.

A atual linha de crédito do BDMG, em virtude disso, está conhecida como Novo Somma e já conseguiu de 2002 para cá apoiar projetos em 70 municípios mineiros, que consumiram R\$195 milhões em financiamentos, valor, ainda assim, inferior ao que se encontra atualmente parado, aguardando autorização.

Não pretendo neste pronunciamento, de forma alguma, simplesmente crucificar o nosso atual Governo, que tem, sim, se esforçado para amenizar o problema de saneamento, já tendo investido R\$6 bilhões em projetos no setor, mediante convênios com Estados e Municípios. O número é forte e deve ser louvado, mas as carências são maiores. Por isso, mais importante do que se culparem, é todos os órgãos públicos responsáveis pelos programas de saneamento terem condições efetivas de realizar investimentos, muitos deles de caráter urgente. Com tantos problemas, as formas indiretas de investimento não podem ser descartadas, principalmente no caso de administrações que andam em dia com suas obrigações, o que já é muito difícil na atual conjuntura.

Ao encerrar este pronunciamento, Sr. Presidente, faço questão de lembrar um dado da Organização Mundial de Saúde. Pesquisas dessa respeitada entidade indicam que cada um real investido em saneamento básico pode representar uma economia futura de quatro reais em tratamento de saúde curativa. Portanto, é injustificável que o enfrentamento do grave problema de saneamento no Brasil seja prejudicado por procedimentos burocráticos equivocados ou pela falta de vontade pública de quaisquer administradores públicos.

Não dá mais para achar normal que quase metade da nossa população ainda esteja carente de serviços essenciais que não poderiam faltar-lhe, tirando-lhe o direito a uma vida digna. Esta realidade precisa mudar e, para tanto, os investimentos em saneamento precisam receber tratamento prioritário.

Aqueles órgãos comprovadamente responsáveis, que se dispõem a encarar o problema, precisam de estímulo para investir, e não de barreiras intransponíveis, pois o sucesso de qualquer política não se mede apenas por superávits alcançados, mas principalmente pelos efeitos concretos na vida da população carente dos municípios.

Era o que tinha a dizer, Presidente Renan Calheiros.

Durante o discurso do Sr. Aelton Freitas, o Sr. Paulo Paim, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Sérgio Zambiasi, por até cinco minutos.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS. Pela Liderança do PTB. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Presidente Renan Calheiros.

Utilizo este espaço, em nome da Liderança do PTB, para apresentar a esta Casa um projeto que altera a Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, para prever a obrigatoriedade de escolta em caso de transporte intermunicipal de numerário.

O presente projeto de lei, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é uma resposta que estamos apresentando aqui às novas estratégias que vêm sendo usadas por criminosos organizados contra carros-fortes e os seus ocupantes, trabalhadores.

Conforme notícia em destaque no jornal **Zero Hora** do dia 5 do corrente mês de dezembro, uma quadrilha armada com fuzis e metralhadoras, armas de uso restrito, atacou um carro-forte que estava desacompanhado de escolta, matou dois vigilantes e fugiu, levando cerca de R\$900 mil, na região da Serra Gaúcha, na cidade de Farroupilha.

Depois de ter os pneus furados por miguelitos, que são pregos retorcidos utilizados para furar pneus, o carro-forte foi atingido por um caminhão Volvo, dirigido pelos ladrões. Com o impacto da batida, o blindado tombou fora da pista. Armados de fuzis e metralhadoras, os assaltantes cercaram o carro-forte, obrigaram os seguranças a abrir a porta. Ameaçados, dois vigilantes conseguiram sair e deitar-se no acostamento da estrada. Mas, no mesmo instante, dois criminosos atiraram para dentro do blindado, matando os outros dois trabalhadores.

Por outro lado, chama a atenção ocorrência semelhante em 3 de fevereiro próximo passado, noticiada pelo **Correio do Povo**, também na região serrana gaúcha. Neste caso, a tentativa de assalto foi frustrada, porque o veículo blindado estava acompanhado de escolta. O motorista desconfiou de dois veículos que ultrapassaram o comboio e pararam alguns metros à frente, próximo a um caminhão que já estava estacionado. Os seguranças, então, decidiram interromper a viagem e comunicaram-se com a empresa de segurança e com a polícia gaúcha, frustrando com isso a ação dos bandidos, que se evadiram do local.

A Lei nº 7.102, de 1983, exige que o transporte de numerário em montante superior a vinte mil UFIR seja feito em veículo especial de empresa especializada, e, no caso de transporte de numerário, entre 7 mil e 20 mil UFIR, seja feito em veículo comum, mas com a presença de dois vigilantes. A lei não faz qualquer menção à obrigatoriedade de escolta em deslo-

camentos de longas distâncias, em que os veículos transportadores ficam mais vulneráveis.

A nossa proposta prevê que o transporte intermunicipal de numerário será escoltado por veículo de empresa especializada, com a presença de, no mínimo, dois vigilantes.

O presente projeto vem, assim, suprir essa falha e contribuir para que ações criminosas desse tipo não voltem a acontecer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Efraim Morais. V. Ex^a dispõe de até 10 minutos.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o ano de 2005, prestes a se encerrar, entrará para a História do Brasil como o ano da desilusão, o ano em que caiu a máscara mais convincente da República: a máscara de guardião da moralidade, que ostentava o PT.

Desde sua fundação, há 25 anos, o Partido dos Trabalhadores fez da ética e da moral a viga-mestra de seu discurso político – um discurso implacável e, muitas vezes, injusto e impiedoso para com os adversários. Firmou, dessa forma, sua imagem perante o eleitorado – imagem de vestal da República –, conquistando-lhe, pouco a pouco, a confiança e a admiração. Satanizando, indistintamente, os adversários, jogando todos na vala comum do descrédito público, cresceu e se fortaleceu, debilitando o conceito das instituições políticas e de seus agentes.

Saiu, dessa forma, das portas das fábricas para a Presidência da República, numa ascensão gradual, de baixo para cima, em trajetória heróica e triunfal, sem precedentes em nossa história.

Era um Partido que se pretendia diferente dos outros, melhor que os outros, detentor do monopólio da virtude e da ética. Tornou-se, pouco a pouco, arrogante, soberbo, moralista.

Nada, porém, como o exercício do poder para repor a verdade. Hoje, após três anos do Governo Lula, o PT, como bem lembrou a Senadora Heloísa Helena, vive situação bem distinta, ironicamente distinta: já não se pretende melhor que os outros, mas luta para provar a si mesmo – e ao País – que é, pelo menos, igual à maioria dos outros Partidos, que ele, PT, antes, execrava.

E o que é pior, Sr. Presidente, não consegue.

O turbilhão de denúncias deflagrado pelo ex-Deputado Roberto Jefferson expôs a face real do Partido dos Trabalhadores. Dispunham de um projeto de poder, mas não de um projeto de governo. Enganou a Nação.

Aparelhou o Estado desde os escalões mais modestos até os superiores. A partir daí, passou a assaltá-lo sistematicamente. As prefeituras municipais, que o PT conquistou gradualmente, serviram-lhe de laboratório.

Lá, no âmbito municipal, ensaiou a rapina que, a partir de 2003, passou a praticar em âmbito federal. Está aí, Sr. Presidente, a emblemática situação de Santo André, com o assassinato de seu prefeito, Celso Daniel.

O que lá ocorreu é em tudo semelhante ao esquema de corrupção que se desvendou em âmbito federal. A diferença está em que, lá, em Santo André, há o cadáver do prefeito. E não apenas o dele, mas diversos outros, que se lhe seguiram, na tentativa de esclarecer o episódio. Nada menos que sete testemunhas estão mortas.

Em outubro, morreu o legista Carlos Delmonte Printes, cujo laudo, atestando torturas ao prefeito, desmontara a versão inicial de latrocínio. Morte estranha, a exigir esclarecimentos. Antes dele, numa sequência impressionante, foram assassinados:

1. Dionísio Aquino Severo (apontado como sequestrador de Celso Daniel, morto na prisão três meses após o crime);

2. Sérgio “Orelha” (que abrigou Dionísio em casa após o crime);

3. Otávio Mercier (investigador de polícia, morto por homens que invadiram sua casa);

4. Antonio Palácio de Oliveira (garçom do restaurante Rubayat que atendeu Celso Daniel e seu ex-segurança, Sérgio Gomes da Silva, o Sombra, que ali jantaram antes do crime);

5. Paulo Henrique Brito (única testemunha da morte do garçom);

6. Iran Moraes Redua (agente funerário que reconheceu o corpo de Celso Daniel);

7. E por fim o legista Carlos Delmonte Printes.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, todas as mortes relacionam-se ao crime que o Partido dos Trabalhadores insiste em dizer que foi “crime comum”. Não foi. Na CPI dos Bingos, que presido, tenho tido a oportunidade de me aprofundar sobre as circunstâncias daquele sombrio episódio. Não há dúvida de que lá vigorava um esquema semelhante ao do “valerioduto” federal.

Cobrava-se propina, achacavam-se empresários e o Erário – e o apurado com a rapina ia para a caixa do Partido dos Trabalhadores, para dar sustentação a um esquema de poder, um esquema que pretendia se eternizar no poder, a partir de uma megaestrutura econômica.

Os irmãos do falecido Celso Daniel – homens de bem e respeitados em seu ambiente comunitário e profissional – não hesitam em apontar hoje o secretário particular do Presidente Lula, Sr. Gilberto Carvalho, como um dos personagens-chaves desse esquema.

Ele e o Sr. José Dirceu, recém-cassado pela Câmara dos Deputados.

Mas o Presidente Lula diz que não sabia de nada. Diz que foi traído – e não diz os nomes dos traidores. Ora, Sr. Presidente, quem trai o Presidente da República, trai a Nação.

Não se trata de ação de foro privado. A Presidência da República é uma instituição – a mais alta do Estado. Quem a trai deve ser punido – e o Presidente tem o dever de apontar o infrator, sob pena de crime de responsabilidade.

Mas nada disso acontece. O Presidente age como se o assunto estivesse encerrado. Não está. As duas CPIs em atividade – a dos Correios, presidida pelo Senador Delcídio, e a dos Bingos, por mim presidida – tiveram sua vigência prorrogada até abril do próximo ano.

O volume de documentos e de denúncias é considerável e estamos certos de que há ainda muita faxina por fazer – e, não tenham dúvida, será feita. Essa não é uma exigência apenas nossa, da Oposição. É uma exigência da sociedade brasileira, da cidadania.

Cada um desses episódios – e citei apenas Santo André, mas há São Paulo, Campinas, São José dos Campos, entre outros exemplos – gerou desencantos, decepções e desilusões.

Considero, porém, Sr. Presidente, sem deixar de me compadecer da dor do eleitor que votou no PT achando que elegia a causa da ética e da moralidade, que a desilusão é sempre um ganho. Não se pode viver iludido.

Estou certo de que a sociedade brasileira, daqui por diante, será mais cética diante de salvadores da Pátria, dos políticos messiânicos, que prometem o Paraíso, mas acabam entregando o inferno.

Sr. Presidente, o PT era uma vivência incontornável. Tínhamos que passar por ela – e estamos passando. Mas, como sarampo e catapora, só dá uma vez. São múltiplas as lições que o purgatório político nos está transmitindo. Não há fórmulas, Senadora Heloisa Helena, milagrosas.

Um país se constrói com o esforço gradual da sociedade. Quem pretende dividi-la para melhor reinar, como pretende o PT, presta-lhe um desserviço. Monstruoso desserviço.

Concluo, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, dizendo que o País sai de 2005 mais maduro, mais ciente e consciente da sua realidade, e mais determi-

nado a não se deixar levar pelo canto da sereia dos demagogos e populistas.

Sr. Presidente, a crise, dolorosa crise, se não nos imuniza de maneira definitiva, pelo menos nos torna menos vulneráveis à pior das fraudes políticas: o populismo. Em 2006, ano de eleições gerais, é hora de a cidadania brasileira dar o troco aos que o iludiram. E que assim seja, Sr. Presidente!

Era o que tinha a dizer!

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sr^{as} e Srs. Senadores, na história recente não tivemos um período tão intenso de investigações com potencialidades insondáveis. Em virtude da maturidade, equilíbrio e da responsabilidade do Congresso, a investigação desse turbilhão de denúncias está sendo séria e absolutamente transparente.

Fruto da exigência social e da vontade da maioria do Parlamento, o Congresso não se furtou à convocação da sociedade para combater a corrupção dentro e fora de seu corpo. Estamos fiscalizando e sustentando as votações no Senado graças ao bom senso e ao espírito público.

São tempos difíceis. Exatos 200 dias de crise, onde dezenas de pessoas foram afastadas de postos na administração, da vida partidária e do Parlamento. É, Sr^{as} e Srs. Senadores, o começo de uma assepsia que prossegue. Como Presidente do Congresso Nacional, continuarei dando apoio irrestrito às investigações.

Este processo desconstruiu um mito. Não houve paralisia das votações como se apregoava. Desde o estopim da crise, apreciamos, no Senado Federal, 700 matérias; desde o início do ano, 1.725. Número eloquente que revela a consciência dos Senadores e a preocupação de mostrar ao País que é possível, sim, a coexistência entre investigação e trabalho legislativo.

Trabalho e respostas rápidas fortalecem a instituição. Diversionismos e hesitações aniquilam biografias, maculam as instituições e adensam o horizonte da crise. Quando há investigação profunda, a instituição se revigora, readquire confiabilidade, renova sua credibilidade. O Congresso tem obrigação moral e dever constitucional de investigar tudo e punir todos os responsáveis.

Toda crise tem como sintoma inicial o destempero. Felizmente, verificamos que as impropriedades não passaram de subprodutos de retóricas isoladas. No conjunto, Sr^{as} e Srs. Senadores, preponderou a prudência e o exame criterioso dos fatos em busca da verdade.

Falou-se que não haveria Comissão Parlamentar de Inquérito porque o Governo não queria. Injustamente, tentaram desqualificar a investigação, rotulando-a de “Chapa Branca”. Especulou-se sobre “acordão” e

“pizza”. A resposta do Congresso foi a instalação das Comissões Parlamentares de Inquérito, apuração isenta e um relatório conjunto de duas Comissões propondo um vigoroso corte na carne. O dia-a-dia, Sr^{as} e Srs. Senadores, demonstrou que não há vassalagem e que o Legislativo não é uma possessão do Executivo. Genuflexão, definitivamente, não é a nossa vocação. Quem aposta no triunfo da impunidade seguirá perdendo.

Paralelamente, grassou o terrorismo retórico. Muitos evocaram fantasmas inexistentes, teses desestabilizadoras, crises institucionais, e outras insinuações sinistras. A paranóia inventou até um “golpismo midiático”. A imprensa livre mostrou que não é domesticável, porque isto, em última instância, implica tentar domar a sociedade. Em nome da democracia, assim a imprensa também seguirá.

Tudo transcorreu dentro da legalidade, dentro das regras democráticas. Demonstração inequívoca de que o País amadurece e gera anticorpos naturais contra as crises e indiferenças aos arroubos da oratória. Àqueles que sugeriram conspirações e maquinações antidemocráticas, está aí o mais expressivo exemplo de que as instituições estão sólidas e exercendo suas funções com independência.

Fui eleito para exercer o cargo de Presidente do Senado Federal, e não para ser Líder do Governo ou porta-voz da Oposição. Desde o primeiro momento, comprometi-me instalar quantas CPLs tivessem amparo regimental. Reiterei que nada, nada mesmo, substituiria a investigação e que a governabilidade teria em mim um defensor sempre atento e sempre assumido.

Procurei me pautar pelo equilíbrio, isenção e transparência. Em todos os instantes compartilhei as ações e decisões com os líderes partidários. Nada foi feito à socapa. Os líderes demonstraram que têm dimensão da estatura dos cargos e se comportaram dignamente, divisando os limites entre os ríspidos embates políticos e os interesses superiores da Nação.

As crises, por maior desconforto que gerem, são pedagógicas. A partir delas, aprimoramos nossos diplomas legais e aperfeiçoamos nossos modelos de controle e fiscalização. Como Presidente, posso reafirmar que o Congresso sairá dessa crise de cabeça erguida, melhor do que entrou.

Internamente foi sensata a oposição do Senado a um intempestivo reajuste nos vencimentos dos Parlamentares. Também reduzimos em R\$30 milhões as despesas com o custeio do Senado em 2005 e soubemos reagir com altivez quando um direito desta Casa estava ameaçado e quando insidiosos investiram contra a imagem do Legislativo.

Iniciamos a montagem de um novo Regimento para imprimir celeridade aos trabalhos internos. Não

devemos criticar a lentidão alheia se não modernizarmos nossos procedimentos. Nesse aspecto inclui-se ainda a medieval tramitação e execução do Orçamento Público. Se não chegarmos à peça impositiva, que se vede o contingenciamento para investimentos em obras estratégicas previamente definidas.

Todos têm consciência de que o orçamento não é elástico. Ninguém, responsável, advoga a gastança. Por isso, é preciso aprimorar a qualidade dos gastos sem comprometer o equilíbrio fiscal, para o qual estamos pagando muito caro. Ninguém quer, e este Senado muito menos, a imprevidência fiscal.

Vivemos espremidos entre Federalismo Fiscal e ilusão orçamentária. Causa indignação ver os Parlamentares, ao invés de se debruçarem no trabalho legislativo, se transformarem em mendigos orçamentários, esmolando aqui e ali a liberação de uma emenda que representa a real necessidade de uma comunidade.

Amadurecemos a discussão para um novo rito que combata a banalização das medidas provisórias. Instrumento concebido para dar agilidade ao Executivo em situações excepcionais, acabou, em sua vulgarização, por usurpar a competência legislativa do Congresso Nacional.

Não podemos tolerar essa atrofia. Os pressupostos de urgência e relevância foram, ao longo dos anos, sendo desprezados. Tudo isso, Sr^{as} e Srs. Senadores, Srs. Líderes Partidários, tudo isso a constranger o Parlamento a uma inaceitável abstinência legislativa.

Em 2006, devemos também enfrentar pontualmente o império da burocracia. Além dos prejuízos para as empresas e para a sociedade, a burocracia deixou de ser um método de sistematização. Ela já pode ser contabilizada como mais um tributo pesado e indigesto. A burocracia é mais um custo que pode e será reduzido pelo Senado Federal. Além dos prejuízos, serve de manto para os incompetentes e de biombo para os maus intencionados. Essa onipotência dos gabinetes não pode, sinceramente, prosperar.

Constituímos, há pouco, a Comissão para apontar uma política permanente de recuperação do poder de compra do salário mínimo. É um resgate inadiável de uma hipoteca social que não pode seguir subordinada aos balancetes da ortodoxia econômica.

Errou o Executivo – permitam-me dizer – ao reagir à crise política apenas com retórica, abandonando as reformas reclamadas. Na bacia das almas rifaram-se duas: a reforma tributária que extermine o atual modelo de expropriação tributária, e a imperiosa reforma política. São temas que padecem da síndrome da maioria estática e não andam na Câmara dos Deputados. São vítimas da falta de um dínamo político que as concretize. Igualmente órfãos ficaram a regulamentação das

PPPs, a lei das pequenas e microempresas e as agências reguladoras. O que chegou ao Senado Federal, não é preciso dizer, foi votado.

As investigações das CPIs vão impor mudanças na vida político-institucional do País no aprimoramento da transparência e da ética. Esse mutirão deve ser enfrentado rapidamente e a gênese da promiscuidade está no ultrapassado modelo de financiamento de campanhas.

As campanhas não podem ser mais megaespetáculos e pirotecnias múltiplas. Por isso sempre defendi, junto com outros Parlamentares, a redução dos custos, do tempo na televisão e da enxurrada de camisetas e brindes. Isso não guarda relação com as teses a serem defendidas no mandato.

A fidelidade afugenta a suspeita de mandatos de aluguel. Partidos não podem ser quitandas de conveniências. Ninguém deve usar um partido como táxi, que você pega e deixa quando e onde quer.

A verticalização, talvez, venha a ser oportuna adiante, quando alcançarmos a civilidade partidária e eleitoral.

Sempre defendi o financiamento público e exclusivo. Claro que como consequência da reforma e não como seu primeiro passo. Se esse modelo já vigorasse, a sociedade não estaria assistindo, perplexa, a esse volume de denúncias em torno do caixa dois e seus operadores que entraram para a galeria de horrores da história brasileira.

Não mudar o modelo de financiamento, Sr^{as} e Srs. Senadores, é criar a modalidade de CPI pré-datada. Em breve teremos outras e mais outras, com novas faces, mas com os mesmos métodos reprováveis.

De outro lado, penso que devemos universalizar o acesso aos mecanismos de controle e fiscalização, como os do Siafi. Na democracia não há segredos absolutos. A alma da democracia é e continuará sendo a busca pela total transparência. De igual forma se impõe uma revisão na Lei de Licitações, de forma a tapar as brechas por onde é desviado o dinheiro do contribuinte.

Das idéias que irão surgir, considero sensato que o Congresso estude a conveniência de criar uma comissão permanente de combate ao crime que mais cresce na globalização: a lavagem de dinheiro e a evasão de divisas, que é a modalidade para ocultar dinheiro drenado dos cofres públicos. Temos essa missão constitucional, devemos exercitá-la.

As instâncias governamentais para combater esse tipo de crime são múltiplas e não se comunicam com a frequência que a sofisticação do crime demanda. Se há um fórum legítimo para que essas informações sejam sistematizadas, esse fórum é o Legislativo. Para

cá devem vir os relatórios do Coaf, as investigações tributárias, as operações suspeitas na rede bancária e nas bolsas, enfim, todas as informações vitais para aperfeiçoar o combate a esse delito.

Se ainda há quem pense que a sociedade padece de amnésia crônica, está muito enganado. Ela está nos olhando com um telescópio gigante e esperando outubro do próximo ano para dizer se chancela ou não o que aqui foi feito.

Muitos comungam da tese de que a democracia não é um sistema perfeito. Aí reside sua maior virtude e sua maior força: se não é perfeita precisa ser refeita diariamente. É nessa restauração permanente que ela se torna não acabada, mas perfeita. Perfeita porque é a sociedade que cobra e participa de seus aprimoramentos sistemáticos.

Não poderia deixar de abordar, Sr^{as}. e Srs. Senadores, a economia brasileira, rapidamente. Muito embora de atribuição do Executivo, a economia não é uma propriedade impenetrável. O que lá se decide tem reflexos em toda sociedade e, por isso, é lícito expormos nossas apreensões.

A overdose dos juros, associada a um superávit primário severo, foi um equívoco. É necessário repensar a velocidade da queda para evitar a expectativa de crescimentos anêmicos. As taxas de juros não podem ser tratadas como uma febre alta, que só debilita o cidadão e a economia no dia da reunião do Copom. O Governo tem os instrumentos e poderia ousar mais.

Nos últimos dias defendi a convocação extraordinária para que a interrupção dos trabalhos não fosse vista como fôlego para os culpados. O fiz por convicção, com espírito público e no intuito de preservar a imagem do Legislativo, a imagem da instituição. A história não poupa os omissos, não absolve o descuido. O Congresso não tem o direito de negligenciar, de virar as costas para o País, interrompendo as investigações da CPI ou sobrestando os processos de cassação em curso. Estamos devendo é agilidade.

Há um custo, que é uma discussão menor e não pode ser comparado ao desgaste e à frustração caso os trabalhos não prossigam. Além da punição e investigação, temos de ter a presença dos Parlamentares e uma pauta exequível. O próprio orçamento, sinalização emblemática para a sociedade, para o setor produtivo, não pode ser a primeira vítima da imprevidência. Para a convocação, não autorizaremos viagens aos Parlamentares, faremos o controle rigoroso da frequência. O comparecimento mínimo será de dois terços das sessões, como manda a Constituição. E cortaremos, se for necessário, o ponto dos faltosos.

Vamos, definitivamente, reduzir o período de trabalho nos Estados, chamado impropriamente de

recesso, mas que não é sinônimo de inatividade nem de ócio. Dois períodos de trinta dias, um no meio e outro no final do ano, é a garantia de que inibiremos as criticadas convocações extras.

Encerro, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, agradecendo a colaboração, o espírito público e a responsabilidade de todos. Que na retomada dos trabalhos nós possamos exibir o que ainda devemos e avançar no que o País necessita. Desejo para todos, já que amanhã haveremos de encerrar, mas, provavelmente, com a nossa pauta trancada, um bom Natal e um feliz Ano Novo às Senadoras, aos Senadores, aos Deputados, às Deputadas, aos membros da Mesa e às suas famílias, aos funcionários do Senado, da Câmara e do Congresso Nacional, aos jornalistas e àqueles que acompanham o dia-a-dia desta Casa. Que Deus continue nos iluminando e nos dando muita força em 2006. (Palmas)

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Edison Lobão e, em seguida, ao Senador Ney Suassuna.

Depois passaremos à Ordem do Dia.

O SR. MARCELO CRIVELLA (PMR – RJ) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, fico contente em ouvir as palavras de V. Ex^a ao final desta sessão legislativa.

O Senado da República esteve definitivamente à altura de suas transcendentais responsabilidades constitucionais. Cumpriu com elevação o seu dever.

Esta Casa não é arrogante, mas não se intimida. As Lideranças Partidárias estiveram sempre presentes, ao lado de V. Ex^a, no cumprimento desse papel elogiável do Congresso da República.

Esta tribuna, Sr. Presidente, se revelou uma trincheira para a defesa dos princípios da democracia e dos direitos de todos os cidadãos. V. Ex^a dirige este corpo político com competência – tenho que reconhecer. V. Ex^a consegue aliar a simplicidade e a serenidade à firmeza com que toma suas decisões.

Sr. Presidente, o Senado é uma Casa composta por mais de quarenta ex-Governadores, ex-Ministros, um ex-Presidente da República e vários ex-Presidentes da própria Casa. O Senado da República não é uma Casa que pratique a facúndia demagógica. Este é um Poder da República que se insere no pensamento do

povo brasileiro, com elevação, com dignidade e com grandeza.

Cumprimento V. Ex^a e todos os seus companheiros da Mesa pela gestão fecunda durante todo o ano de 2005. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradecemos muito a V. Ex^a, Senador Edison Lobão.

Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, estamos solidarizando-nos com V. Ex^a e com toda a Mesa pelo trabalho profícuo durante todo este período legislativo. Foram 1.250 votações. Se contássemos 54 semanas, levando em conta cinco dias úteis, seriam cinco projetos votados por dia. Excluindo os feriados, vamos concluir que foi muito mais produtivo do que isso o trabalho do Senado da República.

Ademais, frente à Mesa, V. Ex^a mostrou o que o Senador Edison Lobão acabou de dizer: firmeza, prudência e, principalmente, humildade. V. Ex^a nunca tomou uma medida drástica ou dura sem ouvir os Líderes. Não que falte a V. Ex^a firmeza para decidir. Não! Sempre que houve impasse, V. Ex^a soube decidir, mas teve sempre essa humildade de dividir as decisões com as Lideranças. Por isso o PMDB se orgulha de tê-lo como Presidente desta Casa e, em nome do Partido, desejo a V. Ex^a e à Mesa um feliz Natal e boas festas, porque temos o que comemorar: um Senado que funcionou à altura do nosso País. Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Ney Suassuna.

O SR. MARCELO CRIVELLA (PMR – RJ) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (PMR – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, serei breve. Quando V. Ex^a tomou posse nesta Casa, ouvi atentamente seu discurso de posse. Na verdade, foi uma proposta de parceria ao Governo Federal. V. Ex^a fez uma análise do estado do nosso País em relação à energia, à infra-estrutura, às medidas legislativas que precisávamos tomar e disse: “Vamos fazer este País crescer!” Durante todo esse tempo, sou testemunha de que V. Ex^a todos os dias foi o motor, foi esse dínamo que citou agora, mas que, infelizmente, não teve reflexo no Governo, que, lamentavelmente, teve uma

Maioria estática. E não há coisa que doa mais do que ter uma Maioria, porém estática.

Sr. Presidente, espero que, no próximo ano, possamos ouvir seu discurso que lidera esta Casa e o Governo possa-se empolgar com seu entusiasmo, para que possamos fazer este Brasil crescer, porque, neste ano, vamos todos passar um Natal, por mais bons votos que desejemos uns aos outros, com a garganta engasgada, por saber que este País tão grande cresce tão pouco.

Parabéns a V. Ex^a, que é um orgulho para esta Casa, com a minha admiração e apreço.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Muito obrigado, Senador Crivella.

Concedo a palavra ao Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA (PTB – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em nome do meu Partido, quero associar-me às tantas manifestações já feitas em prol das suas palavras nesta tarde. São palavras que revelam a marca definitiva da sua passagem como Presidente desta Casa: equilíbrio, isenção e coragem; coragem, para abordar, como abordou aqui, sem nenhuma reserva, sem nenhum temor, sem nenhuma tibieza, com a firmeza que tem marcado a sua atuação como Presidente nesta Casa, os temas mais difíceis, neste momento turbulento por que passa o nosso País.

Sr. Presidente, quero cumprimentá-lo, mais uma vez, por essa ação. Apenas para dar um exemplo, cito a grande preocupação de V. Ex^a com relação ao Orçamento da União, pela forma como é discutida a matéria, pela forma como é apresentada. São debates que se exaurem completamente. Temos o dever de apresentar um Orçamento ao País, mas não da forma como estamos fazendo. Testemunho a vontade de V. Ex^a ao constituir uma Comissão para que se mudassem os métodos e a forma de se fazer o Orçamento.

Quero também dizer, Sr. Presidente, o quanto compartilho com V. Ex^a da necessidade de que este Congresso dê respostas à sociedade sobre as investigações que faz, sobre as punições que tem a fazer, os deveres que tem com a sociedade brasileira. É realmente como V. Ex^a tem dito: apequenar-se, colocar outras questões que não as mais relevantes para a sociedade brasileira.

Cumprimento mais uma vez V. Ex^a. E, em nome do meu Partido, digo-lhe o quanto nos orgulhamos de ter V. Ex^a como Presidente desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Muito obrigado, Senador Fernando Bezerra, agradeço muito a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Lei do Senado nº 179, de 2004**, de autoria do Senador Alvaro Dias, que *acrescenta o § 9º ao art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social, excetuando a aposentadoria no valor de um salário mínimo do cálculo da renda mensal per capita para a percepção do benefício da prestação continuada*.

Ao projeto não foram oferecidas emendas.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Efraim Morais.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.466, DE 2005

Requeiro, nos termos regimentais, que sobre o PLS nº 179, de 2004, seja ouvida a Comissão de Assuntos Econômicos, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição.

Sala das Sessões, 14 de dezembro de 2005.
– **Dalcídio Amaral**.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sobre a mesa, projeto que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Efraim Morais.

É lido o seguinte:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 567, DE 2005

Convoco plebiscito para decidir acerca do desmembramento de parte de território do Estado de Rondônia, onde se localizam as povoações de Extrema e Nova Califórnia e sua anexação ao território do Estado do Acre.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica convocado, para se realizar em data a ser fixada pela Justiça Eleitoral, no prazo de sessenta dias a contar da data de publicação deste Decreto Legislativo, plebiscito entre a população dos Estados de Rondônia e Acre, acerca do desmembramento de parte de território do Estado de Rondônia, onde se localizam as povoações de Extrema e Nova Califórnia, e sua anexação ao território do Estado do Acre.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O nosso objetivo é dar solução ao problema que aflige as comunidades de Extrema e Nova Califórnia, tendo em vista a decisão do Supremo Tribunal (STF) que determinou ser o território onde se localizam as referidas povoações parte integrante do Estado de Rondônia.

Entendemos que o resultado do julgamento desse litígio territorial pelo STF poderia ter sido outro se não fosse a inação do então Governador do Estado do Acre Orleir Cameli, que se omitiu na defesa da causa acreana, desprezando os abundantes argumentos que ainda persistem e que poderiam ser erigidos em benefício de uma solução favorável ao Estado do Acre.

Apenas para mencionar um desses argumentos, a proximidade e a boa comunicação rodoviária entre a capital do Acre, Rio Branco, e as duas localidades, hoje reconhecidas como partes integrantes do Estado de Rondônia, permitem maior relacionamentos dos seus habitantes com os

acreanos, condição essa que contribui para fortalecer o sentimento de

pertencimento daquelas comunidades ao Estado do Acre.

A decisão do STF desobrigou o Poder Público do Estado do Acre de continuar a prestar assistência aos moradores de Extrema e Nova Califórnia e, por sua vez, o Poder Público do Estado de Rondônia não substituiu a contento o Estado do Acre no atendimento àquelas populações fronteiriças devido à grande distância e às precárias condições da BR-264 que dificultam a comunicação com a sua capital, Porto Velho.

Urge, portanto, que sejam consultadas as populações dos dois Estados, em conformidade com o que dispõe a Lei nº 9.709, de 18 de novembro de 1998, que regulamenta a execução do disposto nos incisos I, II e III do artigo 14 da Constituição Federal, para que se discuta e se decida o destino daquelas comunidades que se encontram em uma espécie de orfandade político-administrativa.

Temos certeza de que os ilustres Pares darão o necessário apoio para assegurar aos brasileiros de Extrema e Nova Califórnia uma vida digna e reconhecida, mediante o reconhecimento popular de sua inserção à comunidade acreana ou rondoniense.

Sala das Sessões, 14 de dezembro de 2005.
– Senador **Siba Machado**.

2

3

4.

5.

1.

•

•

.

D.

•

—

•

•

—

•

Source: *Author's calculations*.

10

21. *[assinatura]*
 22. *[assinatura]*
 23. *[assinatura]*
 24. *[assinatura]*
 25. *[assinatura]*
 26. *[assinatura]* (para remota)
 27. *[assinatura]*
 28. *[assinatura]*
 29. *[assinatura]*
 30. *[assinatura]*
 31. *[assinatura]*
 32. *[assinatura]*
 33. *[assinatura]*

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Art. 14. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante:

- I – plebiscito;
- II – referendo;
- III – iniciativa popular.

LEI Nº 9.709, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1998

Regulamenta a execução do disposto nos incisos I, II e III do art. 14 da Constituição Federal.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; e Diretora.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e Diretora.

Sobre a mesa, projeto que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Efraim Morais.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 417, DE 2005

Altera o Decreto-Lei nº 667, de 1969, estabelecendo exames periódicos para os

membros das Polícias Militares e Corpo de Bombeiros dos Estados e Distrito Federal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Decreto-Lei nº 667, de 1969, passa a vigorar acrescido do seguinte texto:

Art. 25.

Serão submetidos a exames periódicos para detecção do uso de substâncias psicoativas de uso proscriuto no Brasil, os membros das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares dos Estados e do Distrito Federal.

Art. 2º Serão submetidos a exames periódicos para detecção do uso de substâncias psicoativas de uso proscriuto no Brasil, os membros da Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e Polícias Cíveis dos Estados e do Distrito Federal.

Art. 3º Legislação da União e de cada Estado disporá sobre critérios de aplicação e periodicidade dos exames, as medidas de prevenção do uso indevido de drogas, recuperação e reinserção funcional e social dos policiais, repressão do uso e tráfico na corporação, e medidas disciplinares.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor cento e oitenta dias após a data de sua publicação.

Justificação

Atitude exemplar deve partir daqueles que tem poder de polícia, ao manter a ordem, coibindo o uso ilícito de drogas, necessitando rigorosa auto-fiscalização a fim de que possa dar exemplo e satisfação necessários a quem exerce autoridade, seja ela em qualquer âmbito.

Com o objetivo de estabelecer obrigatoriedade de exame periódico para detecção do uso de substâncias psicoativas ilegais, o presente projeto deixa a critério de cada estado os critérios de aplicação e periodicidade dos exames, as medidas de prevenção do uso indevido de drogas, recuperação e reinserção funcional e social dos policiais, repressão do uso e tráfico na corporação, e medidas disciplinares.

Acreditando colaborar para aumentar a credibilidade e eficiência de nossas policias civis, lanço o assunto que, tenho certeza, será apoiado pelos nobres colegas parlamentares que contribuirão através do debate democrático, aperfeiçoando e trazendo contribuições necessárias a aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, 14 de dezembro de 2005.
– Senador **Magno Malta**

LEGISLAÇÃO CITADA**DECRETO-LEI Nº 667, DE 2 DE JULHO DE 1969.**

Reorganiza as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, dos Território e do Distrito Federal, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968,

Decreta:

Art. 1º As Policias Militares consideradas forças auxiliares, reserva do Exército, serão organizadas na conformidade deste decreto-lei.

Parágrafo único. O Ministério do Exército exerce o controle e a coordenação das Polícias Militares, sucessivamente através dos seguintes órgãos, conforme se dispuser em regulamento:

a) Estado-Maior do Exército em todo o território nacional;

b) Exércitos e Comandos Militares de Áreas nas respectivas jurisdições;

c) Regiões Militares nos territórios regionais.

Art. 25. Aplicam-se ao pessoal das Polícias Militares:

a) as disposições constitucionais relativas ao alistamento eleitoral e condições de elegibilidade dos militares;

(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; e de Assuntos Sociais, cabendo à última a decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Sociais, cabendo à última a decisão terminativa.

Sobre a mesa, projeto que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Efraim Morais.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 418, DE 2005

Altera a Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, para prever a obrigatoriedade de escolta em caso de transporte intermunicipal de numerário.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, passa a vigor acrescida do seguinte artigo:

“Art. 5º-A. O transporte intermunicipal de numerário será escoltado por veículo de empresa especializada com a presença de, no mínimo, dois vigilantes.”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O presente projeto de lei é uma resposta às novas estratégias que vêm sendo usadas por criminosos

organizados contra carros-fortes. Conforme notícia em destaque no jornal **Zero Hora** do dia 5 do corrente mês de dezembro, no Rio Grande do Sul, uma quadrilha armada com fuzis e metralhadoras, armas de uso restrito, atacou um carro-forte que estava desacompanhado de escolta, matou dois vigilantes e levou cerca de R\$900 mil. Na ação, os criminosos usaram um caminhão para abalroar o blindado, que foi jogado para fora da pista.

Por outro lado chama atenção, ocorrência semelhante registrada em 3 de fevereiro próximo passado pelo jornal **Correio do Povo**, também na região serrana gaúcha. Neste caso a tentativa de assalto foi frustrada por que o veículo blindado estava acompanhado de escolta. O motorista desconfiou de dois veículos que ultrapassaram o comboio e os seguranças decidiram interromper a viagem e comunicarem-se com a empresa de segurança e com a polícia, frustrando com isso a ação dos bandidos que se evadiram do local.

A Lei nº 7.102, de 1983, exige que o transporte de numerário em montante superior a vinte mil Ufir seja feito em veículo especial de empresa especializada, e, no caso de transporte de numerário entre sete mil e vinte mil Ufir, seja feito em veículo comum mas com a presença de dois vigilantes. A Lei não faz qualquer menção à obrigatoriedade de escolta em deslocamentos de longas distâncias, em que os veículos transportadores ficam mais vulneráveis.

O presente projeto vem, assim, suprir essa falta, e contribuir para que ações criminosas desse tipo não voltem a acontecer.

Sala das Sessões, 14 de dezembro de 2005.
– Senador **Sérgio Zambiasi**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 7.102, DE 20 DE JUNHO DE 1983

Dispõe sobre segurança para estabelecimentos financeiros, estabelece normas para constituição e funcionamento das empresas particulares que exploram serviços de vigilância e de transporte de valores e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:
(...)

Art. 4º O transporte de numerário em montante superior a 500 (quinhentas) vezes o maior valor de referência do País, para suprimento ou recolhimento do movimento diário dos estabelecimentos financeiros, será obrigatoriamente efetuado em veículo especial da própria instituição ou de empresa especializada.

Art. 5º O transporte de numerário entre 200 (duzentas) e 500 (quinhentas) vezes o maior valor de referência do País será efetuado em veículo comum, com a presença de dois vigilantes.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Efraim Morais.

É lido o seguinte

Of. Nº 637/05/PS-GSE

Brasília, 7 de dezembro de 2005

A Sua Excelência o Senhor
Senador Efraim Moraes
Primeiro-Secretário do Senado Federal
Nesta

Assunto: Comunica Erro Parcial em Tabela

Senhor Secretário,
Comunico a Vossa Excelência que foi verificado erro parcial na Tabela

(Página 22) Anexa ao ofício PS-GSE 235, de 24 de maio de 2005.

Onde se lê:

“PLS 92, de 2000, referindo-se ao PL 2.521, de 2003”

Leia-se:

“PLS 240, de 2003, referindo-se ao PL 2.521, de 2003”

Atenciosamente, – Deputado **Inocência de Oliveira**, Primeiro-Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Presidência aguardará a manifestação da Câmara dos Deputados sobre o **Projeto de Lei do Senado nº 92, de 2000**, objeto do ofício que acaba de ser lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Efraim Morais.

Sobre a mesa, mensagem que será lida pelo Sr. 1º Secretário, Senador Efraim Morais.

É lida a seguinte:

MENSAGEM Nº 288, DE 2005

(Nº 849/2005, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,
De conformidade com o art. 52, inciso III, alínea f, da Constituição, combinado com os arts. 12 e 13 da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, submeto à consideração de

Vossas Excelências o nome da Senhora Denise Maria Ayres de Abreu para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC.

Brasília, 13 de dezembro de 2005. – **Luís Inácio Lula da Silva**.

CURRICULUM VITAE

Nome: **DENISE MARIA AYRES DE ABREU**

Data de nascimento: 15 de outubro de 1961

Local de nascimento: São Paulo - SP

Estado Civil: Divorciada

Endereço: SQS 116 –BLOCO E AP 502

Asa Sul – Brasília - DF

Telefones: (61) 3345 4687 – res. (61) 9654 4008 (cel)

E-mail: deayresabreu@yahoo.com.br

CPF: 075.202.918-55

Identidade: 4938279 - SSP-SP

FILIAÇÃO

Pai: Olten Ayres de Abreu

Profissão: Advogado

Mãe: Denia Ayres de Abreu

Profissão: Contadora

HISTÓRICO ESCOLAR

Ensino Médio: Colégio Bandeirantes - 1976/1978

Ensino Superior: Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP - 1979/1983

IDIOMAS

Inglês

Espanhol

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

- Experiência em Gestão, Chefia e Planejamento Estratégico, na Administração Pública;
- Experiência jurídica na área do contencioso;
- Experiência jurídica na área de consultoria;
- Experiência na elaboração de impactos financeiros;
- Experiência em negociações em situações de risco;
- Experiência em negociações com o Poder Executivo, Legislativo e Judiciário;
- Experiência em avaliação e articulação política;
- Experiência em elaboração de leis, decretos, resoluções, portarias, ofícios, informações em mandados de segurança, destacando-se a formulação, análise jurídica e financeira e redação das seguintes leis e decretos específicos:
 - plano de cargos, vencimentos e salários da Saúde;
 - plano de cargos, vencimentos e salários da Fazenda;
 - plano de cargos, vencimentos e salários do Magistério e do Quadro de Apoio a Educação;
 - plano de cargos, vencimentos e salários dos servidores públicos em geral;
 - instituição da primeira Lei de Parceria entre o Governo Estadual e o Terceiro Setor, intitulada Lei das Organizações Sociais de Saúde;
 - Decreto regulamentador dos planos de convênios e seguros saúde (Secretaria da Justiça e Procom);
 - Decreto regulamentador da troca das seringas descartáveis aos usuários de drogas injetáveis;
- Experiência burocrática e executiva;
- Experiência em assessoramento;
- Experiência acadêmica;
- Experiência como debatedora e palestrante, tais como:
 - Palestra no Primeiro Congresso Internacional de Compras na Administração Pública promovido pelo Ministério da Administração - Tema: Ata de Registros de Preços;
 - Palestra no Curso Drogas - Saúde e Justiça - tema: Saúde e Justiça;
 - Palestra na Câmara Municipal de São Paulo sobre a FEBEM;

- Palestra na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo sobre Organizações Sociais de Saúde;
- Palestra no Conselho Regional de Medicina sobre Organizações Sociais de Saúde;
- Palestra na Faculdade de Saúde Pública de São Paulo sobre a alternativa de Gestão da Saúde Pública - Organizações Sociais de Saúde;
- Palestra em Audiência Pública sobre a instituição da Nova FEBEM em São Paulo;
- Debatedora no Curso sobre o sistema de Registro de Preços como instrumentos de contenção dos gastos públicos;
- Debate sobre o adolescente em conflito com a lei e a FEBEM - Ordem dos Advogados do Brasil - SP;
- Palestra no Encontro Nacional das Instituições de Adolescentes em Conflito com a Lei em Curitiba - tema: a revisão do sistema e a instituição de Lei de Execução própria para menores infratores;
- Participação no *Stand* da Procuradoria-Geral do Estado no Salão de Metrologia e Qualidade;
- Experiência em participação de eventos com a mídia.
- Experiência na elaboração de Projetos de Lei, Decretos, Medidas Provisórias
- Experiência na formulação de regulamentação das Agências
- Participação em grupos de trabalho acerca do setor aéreo

HISTÓRICO PROFISSIONAL

- Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo (1983) - Assistente Técnico durante cinco meses;
- Tribunal de Contas do Município de São Paulo (junho de 1984 a novembro de 1986) - Assessor Jurídico durante dois anos e cinco meses, lotada na Assessoria Técnica Jurídica do TCMSP;
- Procuradoria Geral do Estado de São Paulo - PGE (nomeação; junho de 1987) - Procuradora do Estado há dezesseis anos, tendo sido classificada na:
 - Procuradoria Seccional de Jundiaí (1987/1988) - acumulando as comarcas de Cajamar e Campo Limpo Paulista - Procuradora responsável por execução fiscal;
 - Procuradoria Judicial (1988/1991) - Contencioso - Procuradora responsável pela defesa da Fazenda do Estado;
 - Chefe da Consultoria Jurídica da Secretaria de Estado da Administração Penitenciária (designada em junho de 2001 até dezembro de 2001);

- Consultoria Jurídica da Secretaria de Estado da Educação (designada em fevereiro de 2002, atualmente classificada e desempenhando suas funções.
- Substituição de Chefias de Consultorias das Secretarias de Ciência e Tecnologia/Planejamento/Junta Comercial do Estado de São Paulo, (março/junho de 2001);
- Assessoria Jurídica do Governo de São Paulo - AJG (nomeação: maio de 1991, mediante afastamento da PGE e exoneração, a pedido - março de 1995) - Assessor Jurídico durante três anos e dez meses;
- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP (1983 a 1985) - Monitora e Assistente da Cadeira de Direito Constitucional (Titular - Prof. Michel Temes);
- Faculdade de Saúde Pública de São Paulo (1998) - Professora do Primeiro curso de Formação dos Gestores de Saúde, dirigido a Prefeitos e Secretários Municipais de Saúde;
- Chefe de Gabinete da Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo - SES (nomeação - março de 1999, mediante afastamento da PGE e exoneração, a pedido, dezembro de 1999).
- Chefe de Gabinete da Secretaria de Estado da Assistência e Desenvolvimento Social - SADES acumulando funções da Chefia de Gabinete da Fundação Estadual do Bem Estar do Menor (FEBEM) - (nomeação - dezembro de 1999, mediante afastamento da PGE e exoneração, a pedido, dezembro de 2000.
- Assessora na Subchefia para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República, código DAS 102.4 - (nomeação - outubro de 2003, mediante Portaria nº 273, de 2 de outubro de 2003, da Secretaria-Executiva).
- Subchefe Adjunta da Subchefia para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República, Código DAS 101.5 - fevereiro de 2004, mediante Portaria nº 173, de 12 de fevereiro de 2004, do Ministro de Estado Chefe da Casa Civil) com exoneração a pedido em agosto de 2005.
- Assessora Especial do Ministro de Estado da Saúde com nomeação em agosto de 2005.

CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO

- Cursos sobre Temas Municipais - Tribunal de Contas do Município de São Paulo;
- III Jornadas Ítalo Latino Americanas de Direito Comparado - Associação dos Advogados de São Paulo, Associazione Di Studi Sociali Latino Americani e Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo;
- Curso Drogas, Saúde e Justiça - PGE;
- Curso Bolsa Eletrônica e Compras - PGE;
- I Curso de Direito Administrativo no Mercosul;
- Curso sobre regras de licitação com verba do BID/BIRD;
- Exposição da BEC/SP
- Curso sobre o Sistema de Registro de Preços como instrumento de contenção dos gastos públicos;
- Seminário Nacional sobre a Advocacia do Adolescente autor do Ato Infracional;
- Mestrado em Direito Constitucional da PUC/SP (frequentou durante um ano);
- Outros

Jeane Maria Ayras de Abreu

Aviso nº 1.357 - C. Civil.

Brasília, 13 de dezembro de 2005

A Sua Excelência o Senhor
Senador Efraim Moraes
Primeiro Secretário do Senado Federal
Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,
Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual
o Excelentíssimo Senhor

Presidente da República submete à consideração
dessa Casa o nome da Senhora Denise

Maria Ayres de Abreu para exercer o cargo
de Diretora da Agência Nacional de Aviação Civil
– ANAC.

Atenciosamente, – **Dilma Rousseff**, Ministra
de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da
República.

*(À Comissão de Serviços de Infra-Es-
trutura.)*

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB
– AL) – A matéria vai à Comissão de Serviços de In-
fra-Estrutura.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º
Secretário, Senador Efraim Moraes.

É lido o seguinte:

OF. Nº 238/CAE/2005

Brasília, 13 de dezembro de 2005

Senhor Presidente,

Informo a Vossa Excelência que esta Comissão
aprovou a Emenda nº 02-CAE (Substitutivo), ofereci-
do ao Projeto de Lei do Senado nº 533, de 2003, que
“dispõe sobre o Sistema de Consórcios”, e que nos
termos do art. 282, do RISF o referido Substitutivo
será submetido à turno Suplementar de Discussão na
próxima reunião desta Comissão.

Atenciosamente. – **Luiz Otávio**, Presidente da
Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB
– AL) – Com referência ao ofício que acaba de ser lido,
a Presidência comunica ao Plenário que, ao substitu-
tivo ao **Projeto de Lei do Senado nº 533, de 2003**,
poderão ser oferecidas emendas até o encerramento
da discussão, no turno suplementar, perante a Comis-
são de Assuntos Econômicos.

Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º
Secretário, Senador Efraim Moraes.

São lidos os seguintes:

Ofício Nº 1.370/2005 – SEN

Brasília, 13 de dezembro de 2005

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, nesta data,
renuncio à vaga de suplente do Conselho de Ética e
Decoro Parlamentar, para a qual fui eleito no último
dia 23 de novembro de 2005, tendo sido indicado pelo
Bloco Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB).

Atenciosamente, - Senador **Álvaro Dias**

OFÍCIO Nº 1.916/2005 – GSSZ

Brasília, 14 de dezembro de 2005.

Senhor Presidente:

Encaminho anexo o relatório acerca do desem-
penho de missão no exterior, relativo a minha par-
ticipação no Seminário “Economia Social na União
Europeia e no Mercosul: a importância de políticas
públicas de promoção como instrumento para inte-
gração e os laços entre ambos os blocos”, que foi
realizado na cidade de Montevideu, Uruguai, no pe-
ríodo de 24 a 26 de novembro de 2005, conforme
RQS 1340, de 2005.

Certo de sua atenção para o assunto, aproveito
o ensejo para antecipar a Vossa Senhoria meus sin-
ceros agradecimentos.

Atenciosamente, – Senador **Sérgio Zam-
biasi**.

OFÍCIO Nº 1.917/2005–GSSZ

Brasília, 14 de dezembro de 2005.

Senhor Presidente:

Encaminho anexo o relatório acerca do desem-
penho de missão no exterior, como Presidente da Co-
missão Parlamentar Conjunta do Mercosul, na “XXVI
Reunião Plenária da Comissão Parlamentar Conjunta
do Mercosul em paralelo à XXVIII Reunião de Presi-
dentes dos Países Membros”, no período de 7 a 9 de
dezembro de 2005, na cidade de Montevideu, no Uru-
guai, conforme RQS 1416, de 2005.

Certo de sua atenção para o assunto, aproveito
o ensejo para antecipar a Vossa Senhoria meus sin-
ceros agradecimentos.

Atenciosamente, - Senador **Sérgio Zambiasi**

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB
– AL) – Os ofícios que acabam de ser lidos vão à pu-
blicação.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo
Sr. 1º Secretário, Senador Efraim Moraes.

É lido o seguinte:

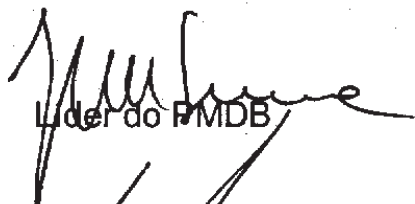
REQUERIMENTO Nº 1.467, DE 2005

Requer regime de urgência para apreciação do Projeto de Lei da Câmara dos Deputados nº 140/2005.

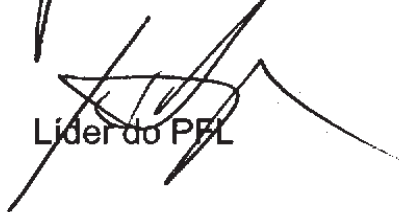
Senhor Presidente,

Nos termos do art. 336, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a Vossa Excelência Regime de Urgência para a apreciação do

Sala de Sessões, em 14/12/2005.



Líder do PMDB



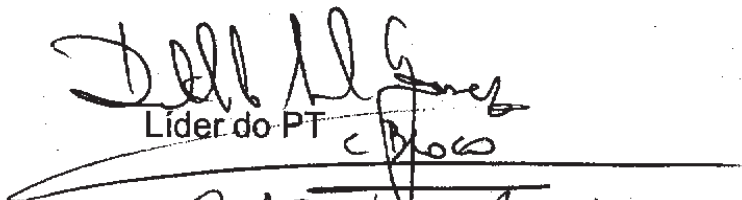
Líder do PFL

Líder do PSB

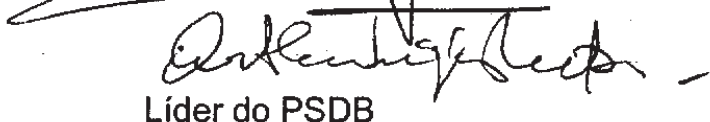
Líder do PP

Líder do PL

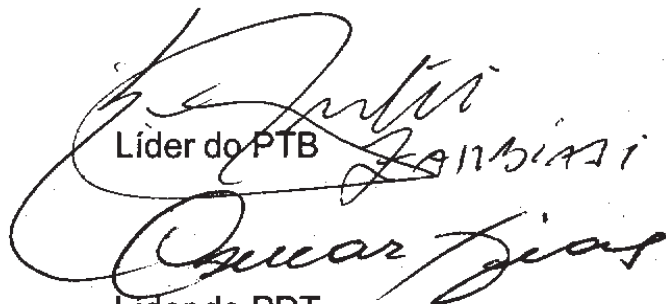
Líder do PV




Líder do PT



Líder do PSDB



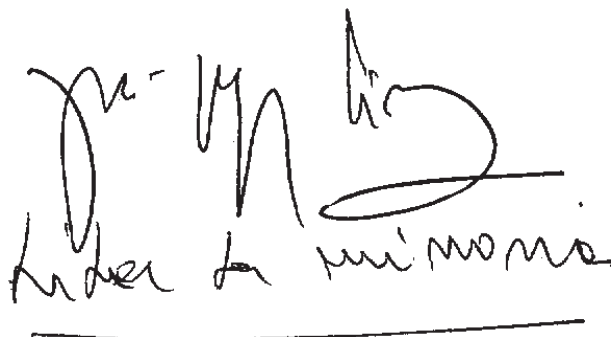
Líder do PTB



Líder do PDT

Líder do PPS

Líder do PC do B



Líder do PC do B

Líder do PC do B

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Esse requerimento será votado após a Ordem do Dia, na forma do disposto no art. 340, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário, Senador Efraim Morais.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 1.468, DE 2005

Requerem Voto de Pesar pelo falecimento do Deputado e jurista Ricardo Fiúza, ocorrido dia 12 de dezembro de 2005.

Requeremos, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata, de Voto de Pesar pelo falecimento ocorrido no dia 12 de dezembro de 2005, em Recife, do Deputado Federal e jurista Ricardo Fiúza.

Requeremos, também, que a Mesa apresente condolências à família do parlamentar, à Assembléia Legislativa de Pernambuco e ao Governador de Pernambuco.

Justificação

Ricardo Fiúza é nome de alta expressividade na vida política contemporânea do Brasil. Foi Deputado Federal por Pernambuco em oito mandatos e um de seus trabalhos mais relevantes como parlamentar ocorreu durante o exame e votação, na Câmara, do Projeto de Código Civil, do qual foi Relator. Seu apreço ao tema levou-o, em seguida, a escrever um livro em torno do novo Código Civil. Seu desaparecimento será profundamente sentido em seu Estado e no País.

Sala das Sessões, 14 de dezembro de 2005.
– Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB – Senador **José Jorge**, Líder da Minoria – Senador **Marco Maciel** – Senador **Sérgio Guerra**.

REQUERIMENTO Nº 1.469, DE 2005

Requer voto de aplauso ao empresário Antônio Almeida Braga, incluído pela revista IstoÉ Dinheiro entre 10 empresários que mais investem no social.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, voto de aplauso ao empresário Antônio Almeida Braga, incluído pela Revista **IstoÉ Dinheiro** entre os 10 empresários brasileiros que mais investem no social.

Requeiro, ademais, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento do homenageado e à Revista **IstoÉ Dinheiro**.

Justificação

Iniciativa meritória da revista **IstoÉ Dinheiro**. O empresário Antonio Almeida Braga é um brasileiro incluído numa relação que aponta os dez empresários do País que mais investem no Social. Ele, como os demais, e como salienta a revista, entraram na onda ao descobrir que não dá para se dar bem num País que vai mal. Cada um dos empresários relacionados na lista desenvolve atividades industriais, comerciais e de serviços. Assim, é justo o Voto de Aplauso que estou propondo ao Senado da República.

Sala das Sessões, 14 de dezembro de 2005.
– Senador, – **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 1.470, DE 2005

Com fulcro no art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a inserção em ata de voto de aplauso ao presidente da Associação dos Docentes da Universidade Federal de Mato Grosso (Adufmat) Carlos Alberto Eilert e demais membros da diretoria pela reincorporação dos 28,86% aos salários dos professores obtidos judicialmente no Superior Tribunal de Justiça-STJ no final do mês passado.

Sala das Sessões, 14 de dezembro de 2005.
– **Serys Sihessarenko**, – Senadora da República.

REQUERIMENTO Nº 1.471, DE 2005

Requer Voto de Aplauso à cidade de Jundiaí/SP, pelo transcurso 350º aniversário de sua criação.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, voto de aplauso à cidade de Jundiaí/SP, a Terra da Uva.

Requeiro, ademais, que o voto de aplauso do Senado Federal seja levado ao conhecimento do Prefeito Municipal de Jundiaí, Ary Fóssen, bem como ao Vereador Júlio César de Oliveira, Líder do PSDB na Câmara Municipal de Jundiaí.

Justificação

A cidade de Jundiaí, no Estado de São Paulo, comemora hoje, dia 14 de dezembro de 2005, o seu 350º aniversário de criação. Jundiaí é a oitava economia do Estado e detém um dos melhores IDH do País. Por demais conhecida em todo o Brasil, o Voto de Aplauso que requeiro ao Senado é, pois, justo.

Sala das Sessões, 14 de dezembro de 2005.
– Senador, – **Artur Virgílio**, Líder do PSDB; Senador, – **Romeu Tuma**.

REQUERIMENTO Nº 1.472, DE 2005

Requer Voto de Aplauso ao Antônio empresário Ermírio de Moraes, incluído pela revista IstoÉ Dinheiro entre os 10 empresários que mais investem no social.

Requeiro, nos termos do art. 222, do regimento interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso ao empresário Antônio Ermírio de Moraes, incluído pela revista **IstoÉ Dinheiro** entre os 10 empresários brasileiros que mais investem no social.

Requeiro, ademais, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento do homenageado e à revista **IstoÉ Dinheiro**.

Justificação

Iniciativa meritória da Revista **IstoÉ Dinheiro**. O empresário Antônio Ermírio de Moraes é um brasileiro incluído numa relação que aponta os dez empresários do País que mais investem no social. Ele, como os demais, e como salienta a revista, entraram na onda ao descobrir que não dá para se dar bem num País que vai mal. Cada um dos empresários relacionados na lista desenvolve atividades industriais, comerciais e de serviços. Assim, é justo o Voto de Aplauso que estou propondo ao Senado da República.

Sala das Sessões, 14 de dezembro de 2005.
– Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 1.473, DE 2005

Requer Voto de Aplauso ao empresário Jorge Gerdau, incluído pela revista IstoÉ Dinheiro entre os 10 empresários que mais investem no social.

Requeiro, nos termos do art. 222, do regimento interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso ao empresário Jorge Gerdau, incluído pela revista **IstoÉ Dinheiro** entre os 10 empresários brasileiros que mais investem no social.

Requeiro, ademais, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento do homenageado e à revista **IstoÉ Dinheiro**.

Justificação

Iniciativa meritória da revista **IstoÉ Dinheiro**. O empresário Jorge Gerdau é um brasileiro incluído numa relação que aponta os dez empresários do País que mais investem no social. Ele, como os demais, e como salienta a revista, entraram na onda ao descobrir que não dá para se dar bem num país que vai mal. Cada um dos empresários relacionados na lista desenvolve

atividades industriais, comerciais e de serviços. Assim, é justo o Voto de Aplauso que estou propondo ao Senado da República.

Sala das Sessões, 14 de dezembro de 2005.
– Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 1.474, DE 2005

Requer Voto de Aplauso ao empresário Olavo Monteiro, incluído pela revista IstoÉ Dinheiro entre os 10 empresários que mais investem no social.

Requeiro, nos termos do art. 222, do regimento interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso ao empresário Olavo Monteiro, incluído pela revista **IstoÉ Dinheiro** entre os 10 empresários brasileiros que mais investem no social.

Requeiro, ademais, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento do homenageado e à revista **IstoÉ Dinheiro**.

Justificação

Iniciativa meritória da revista **IstoÉ Dinheiro**. O empresário Olavo Monteiro é um brasileiro incluído numa relação que aponta os dez empresários do País que mais investem no social. Ele, como os demais, e como salienta a revista, entraram na onda ao descobrir que não dá para se dar bem num país que vai mal. Cada um dos empresários relacionados na lista desenvolve atividades industriais, comerciais e de serviços. Assim, é justo o Voto de Aplauso que estou propondo ao Senado da República.

Sala das Sessões, 14 de dezembro de 2005.
– Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 1.475, DE 2005

Requer Voto de Aplauso ao empresário Jorge Paulo Lemann, incluído pela revista IstoÉ Dinheiro entre os 10 empresários brasileiros que mais investem no social.

Requeiro, nos termos do art. 222, do regimento interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso ao empresário Jorge Paulo Lemann, incluído pela revista **IstoÉ Dinheiro** entre os 10 empresários brasileiros que mais investem no social.

Requeiro, ademais, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento do homenageado e à revista **IstoÉ Dinheiro**.

Justificação

Iniciativa meritória da revista **IstoÉ Dinheiro**. O empresário Jorge Paulo Lemann é um brasileiro in-

cluído numa relação que aponta os dez empresários do País que mais investem no social. Ele, como os demais, e como salienta a revista, entraram na onda ao descobrir que não dá para se dar bem num país que vai mal. Cada um dos empresários relacionados na lista desenvolve atividades industriais, comerciais e de serviços. Assim, é justo o Voto de Aplauso que estou propondo ao Senado da República.

Sala das Sessões, 14 de dezembro de 2005.
– Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 1.476, DE 2005

Requer Voto de Aplauso ao empresário Abílio Diniz, incluído pela revista IstoÉ Dinheiro entre os 10 Empresários que mais investem no social.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso ao empresário Abílio Diniz, incluído pela revista **IstoÉ Dinheiro** entre os 10 empresários brasileiros que mais investem no social.

Requeiro, ademais, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento do homenageado e à Revista IstoÉ Dinheiro.

Justificação

Iniciativa meritória da revista **IstoÉ Dinheiro**. O empresário Abílio Diniz é um brasileiro incluído numa relação que aponta os dez empresários do País que mais investem no Social. Ele, como os demais, e como salienta a revista, entraram na onda ao descobrir que não dá para se dar bem num País que vai mal. Cada um dos empresários relacionados na lista desenvolve atividades industriais, comerciais e de serviços. Assim, é justo o Voto de Aplauso que estou propondo ao Senado Federal da República.

Sala das Sessões, 14 dezembro de 2005. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 1.477, DE 2005

Requer Voto de Aplauso à empresária Milú Villela, incluída pela revista IstoÉ Dinheiro entre os 10 Empresários que mais investem no Social.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso à empresária Milú Villela, incluída pela Revista **IstoÉ Dinheiro** entre os 10 empresários brasileiros que mais investem no social.

Requeiro, ademais, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento da homenageada e à revista **IstoÉ Dinheiro**.

Justificação

Iniciativa meritória da revista **IstoÉ Dinheiro**. A empresária Milú Villela é uma brasileira incluída numa relação que aponta os dez empresários do País que mais investem no Social. Ela, como os demais, e como salienta a Revista, entraram na onda ao descobrir que não dá para se dar bem num País que vai mal. Cada um dos empresários relacionados na lista desenvolve atividades industriais, comerciais e de serviços. Assim, é justo o Voto de Aplauso que estou propondo ao Senado da República.

Sala das Sessões, 14 dezembro de 2005. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 1.478, DE 2005

Requer Voto de Aplauso à empresária Lilly Safra, incluída pela Revista IstoÉ Dinheiro entre os 10 Empresários que mais investem no social.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso à empresária Lilly Safra, incluída pela revista **IstoÉ Dinheiro** entre os 10 empresários brasileiros que mais investem no social.

Requeiro, ademais, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento da homenageada e à Revista **IstoÉ Dinheiro**.

Justificação

Iniciativa meritória da Revista **IstoÉ Dinheiro**. A empresária Lilly Safra é uma brasileira incluída numa relação que aponta os dez empresários do País que mais investem no Social. Ela, como os demais, e como salienta a Revista, entraram na onda ao descobrir que não dá para se dar bem num País que vai mal. Cada um dos empresários relacionados na lista desenvolve atividades industriais, comerciais e de serviços. Assim, é justo o Voto de Aplauso que estou propondo ao Senado da República.

Sala das Sessões, 14 dezembro de 2005. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 1.479, DE 2005

Requer Voto de Aplauso à empresária Viviane Senna, incluída pela revista IstoÉ Dinheiro entre os 10 Empresários que mais investem no social.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso à empresária Viviane Senna, incluída pela revista **IstoÉ Dinheiro** entre os 10 empresários brasileiros que mais investem no social.

Requeiro, ademais, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento da homenageada e à revista **IstoÉ Dinheiro**.

Justificação

Iniciativa meritória da revista **IstoÉ Dinheiro**. A empresária Viviane Senna é uma brasileira incluída numa relação que aponta os dez empresários do País que mais investem no Social. Ela, como os demais, e como salienta a revista, entraram na onda ao descobrir que não dá para se dar bem num País que vai mal. Cada um dos empresários relacionados na lista desenvolve atividades industriais, comerciais e de serviços. Assim, é justo o Voto de Aplauso que estou propondo ao Senado da República.

Sala das Sessões, 14 dezembro de 2005. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 1.480, DE 2005

Requer Voto de Aplauso ao empresário Oded Grajew, incluído pela Revista IstoÉ Dinheiro entre os 10 empresários brasileiros que mais investem no social.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso ao empresário Oded Grajew, incluído pela revista **IstoÉ Dinheiro** entre os 10 empresários brasileiros que mais investem no social.

Requeiro, ademais, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento do homenageado e à Revista **IstoÉ Dinheiro**.

Justificação

Iniciativa meritória da Revista **IstoÉ Dinheiro**. O empresário Oded Grajew é um brasileiro incluído numa relação que aponta os dez empresários do País que mais investem no Social. Ele, como os demais, e como salienta a Revista, entraram na onda ao descobrir que não dá para se dar bem num País que vai mal. Cada um dos empresários relacionados na lista desenvolve atividades industriais, comerciais e de serviços. Assim, é justo o Voto de Aplauso que estou propondo ao Senado da República.

Sala das Sessões, de dezembro de 2005. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 1.481, DE 2005

Requer Voto de Aplauso a Doutora em Biologia Ana Beatriz Gorini da Veiga, vencedora do Prêmio "Jovem Cientista 2005", categoria graduada.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso à Doutora em Biologia Ana Beatriz Gorini da Veiga, vencedora do Prêmio Jovem Cientista-2005, na categoria graduação, pelo trabalho de pesquisa realizado em torno do veneno da taturana.

Requeiro, ademais, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento da homenageada e aos órgãos: CNPq, Fundação Roberto Marinho e Eletronorte.

Justificação

Por iniciativa do Conselho Nacional de Pesquisas, com o apoio da Fundação Roberto Marinho e da Eletro-norte, a jovem Doutora em Biologia Ana Beatriz Gorini da Veiga, foi a vencedora do Prêmio Jovem Cientista, na categoria graduação. Neste ano, o Prêmio teve como tema Sangue-Fluido da Vida. Ela pesquisou o veneno da taturana, uma lagarta comum no Sul. Seu trabalho abre caminho para o desenvolvimento de medicamentos contra trombose e arteriosclerose.

Assim, é justo o Voto de Aplauso que estou propondo ao Senado da República.

Sala das Sessões, de dezembro de 2005. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 1.482, de 2005

Requer Voto de Aplauso à Estudante Armanda Meskauska, vencedora do Prêmio "Jovem Cientista – 2005", categoria Ensino Superior.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso à estudante Armanda Meskauskas, vencedora do Prêmio Jovem Cientista-2005, na categoria Ensino Superior, pelo trabalho de pesquisa realizado em torno de estudos sobre células - tronco no sangue do cordão umbilical, no Instituto Albert Einstein, de São Paulo.

Requeiro, ademais, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento da homenageada e aos órgãos: CNPq, Fundação Roberto Marinho e Eletronorte.

Justificação

Por iniciativa do Conselho Nacional de Pesquisas, com o apoio da Fundação Roberto Marinho e da Eletro-norte, a jovem estudante Armanda Meskauskas, foi

a vencedora do Prêmio Jovem Cientista, na categoria ensino superior. Neste ano, o Prêmio teve como tema Sangue Fluido da vida. Ela promoveu estudos sobre células-tronco no sangue do cordão umbilical. Assim, é justo o Voto de Aplauso que estou propondo ao Senado da República.

Sala das Sessões, 14 de dezembro de 2005.

– Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 1.483, DE 2005

Requer Voto de Aplauso à estudante Natália Evelin Martins, vencedora do Prêmio “Jovem Cientista 2005”, categoria média.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso à estudante Natália Evelin Martins, vencedora do Prêmio Jovem Cientista-2005, na categoria ensino médio, a qual realizou pesquisas técnicas de diagnóstico da Doença de Chagas.

Requeiro, ademais, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento da homenageada e aos órgãos: CNPq, Fundação Roberto Marinho e Eletronorte.

Justificação

Por iniciativa do Conselho Nacional de Pesquisas, com o apoio da Fundação Roberto Marinho e da Eletronorte, a jovem estudante da Escola Olegário Maciel, de Minas Gerais, Natália Evelin Martins, foi a vencedora do Prêmio Jovem Cientista, na categoria ensino médio.

Neste ano, o Prêmio teve como tema Sangue Fluido da vida. Ela realizou pesquisas técnicas de diagnóstico da Doença de Chagas.

Sala das Sessões, 14 de dezembro de 2005.

– Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 1.484, DE 2005

Requer seja consignado Voto de Aplauso à jornalista Renata Loprete, pelo recebimento do Prêmio Esso de Jornalismo.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado, Voto de Aplauso à jornalista Renata Loprete, que conquistou o Prêmio Esso de Jornalismo.

Requeiro, mais, que o Voto de Aplauso seja encaminhado à homenageada e ao jornal Folha de S. Paulo.

Justificação

Em diversas ocasiões ressaltei a relevância do papel exercido pela mídia ao longo desse tortuoso processo que trouxe à tona o mais sofisticado esquema de corrupção já arquitetado na República.

Nesse contexto, é com enorme satisfação que requeiro seja consignado Voto de Aplauso à jornalista Renata Loprete, editora do Painel da **Folha de S. Paulo**, laureada com o Prêmio Esso de Jornalismo pela entrevista com o ex-deputado federal Roberto Jefferson (PTB - RJ) que revelou ao país o “escândalo do ‘mensalão’”.

A entrevista concedida pelo ex-deputado Roberto Jefferson a Renata Loprete, publicada em 6 de junho, é um marco emblemático do desmoronamento ético da gestão do presidente Lula e certamente uma peça inestimável para os historiadores.

Na verdade, a “entrevista” desencadeou bem mais que uma crise política que já se arrasta por seis meses, cujas investigações apontaram a existência do chamado “valerioduto”, esquema operado pelo ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares e pelo publicitário Marcos Valério de Souza: expôs em praça pública a maior fraude e o maior estelionato eleitoral já cometido contra o povo brasileiro, em toda sua história republicana.

Por fim, destaco que o trabalho do trabalho desta competente profissional, Renata Loprete, foi considerado pelos jurados o melhor entre 1.027 inscritos.

O Prêmio Esso foi criado em 1955 e está em sua soa edição. A categoria jornalismo, vencida pela Folha de S. Paulo, é a principal do prêmio. Parabéns à Renata Loprete e congratulações à **Folha de S. Paulo**.

Sala das Sessões, 14 de dezembro de 2005.

– Senador **Álvaro Dias**.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

O SR. JOSÉ AGRIPIÑO (PFL – RN) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Em instantes, darei a palavra, pela ordem, a V. Ex^a, Senador José Agripino.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Presidência designa os Senadores para comporem a comissão destinada a acompanhar os preparativos para as comemorações dos 100 anos da imigração japonesa no Brasil e de propor forma de adensar as relações entre os Parlamentos do nosso País e do Japão.

Titulares: Senador Aloizio Mercadante, Senador Osmar Dias e Senador Marco Maciel.

Suplentes: Senador Flávio Arns, Senador Romeu Tuma e Senador Eduardo Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Foram encaminhadas à Mesa, em obediência à Resolução nº 3, de 1990, combinada com o art. 10-A do Regimento Comum, os nomes dos candidatos do Senado à eleição para comporem a Comissão Representativa do Congresso Nacional, prevista no § 4º do art. 58 da Constituição Federal, com mandato para o período de 16 de dezembro de 2005 a 14 de fevereiro de 2006.

Titulares pelo PFL e PSDB: Senador Paulo Octávio, Senador Demóstenes Torres e Senador Eduardo Siqueira Campos.

Suplentes: Senador Heráclito Fortes, Senador Leonel Pavan e Senadora Lúcia Vânia.

Bloco de Apoio ao Governo: Senador Delcídio Amaral e Senador Fernando Bezerra, pelo PT, PSB e PTB.

Pelo PMDB, como Titulares, Senador Renan Calheiros e Senador Ney Suassuna.

Como Suplentes: Senador Valdir Raupp e Senador Luiz Otávio.

Como Suplentes do Bloco do Governo: Senadora Ideli Salvatti e Senador Antonio Carlos Valadares.

Pelo Bloco, PDT, PTB e outros Partidos: Senadora Heloísa Helena e, como Suplente, Senador Jefferson Péres.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Em votação as indicações.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovadas as indicações.

Declaro eleita a Chapa.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Presidência recebeu a **Mensagem nº 287, de 2005**, de 14 do corrente, pela qual o Presidente da República, nos termos do art. 52, inciso V, VII e VIII da Constituição Federal, requer seja solicitada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$140,000,000.00 (cento e quarenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre o Governo do Estado do Amazonas e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, BID, destinado a financiar parcialmente o Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus, Prosamim.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador José Agripino, Líder do PFL.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero me dirigir especificamente a V. Ex^a, porque V. Ex^a fez um

pronunciamento de fim de período legislativo, e eu, ao final do seu pronunciamento, por ter uma reunião de emergência com os Presidentes do PFL e do PSDB, não tive oportunidade de dirigir a V. Ex^a a palavra que neste momento lhe dirijo.

Presidente Renan Calheiros, eu gostaria de cumprimentá-lo pelo pronunciamento aqui feito. V. Ex^a, com muita propriedade, cunhou uma frase que fala por si só. V. Ex^a disse que, como Presidente da Casa, tinha pautado o seu comportamento não por subalternidade ao Governo nem por porta-voz da Oposição.

V. Ex^a pode estar certo de que, na visão do País, na nossa visão, do PFL, V. Ex^a tem presidido o Senado com isenção e energia. Num momento de transição difícil, de crise, de denúncia, quando a isenção se faz fundamental, V. Ex^a foi absolutamente perfeito nos momentos mais importantes: na instalação da CPI dos Bingos, para garantir o funcionamento dos instrumentos de fiscalização, ajudou o Governo quando precisou ajudar, e ajudou a democracia quando precisou ajudar, sem ser intérprete nem de Governo nem de Oposição, sendo intérprete do interesse do País.

Por essa razão é que faço questão de, em nome do meu Partido, o PFL, cumprimentar efusivamente o Presidente que V. Ex^a é, desejando a V. Ex^a e a sua família sucesso no próximo ano e as melhores venturas de ordem pessoal.

Cumprimentos pefelistas ao Presidente Renan Calheiros.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço muito a V. Ex^a, Senador José Agripino, muito mesmo.

Muito obrigado.

Quero propor ao Plenário, para avançarmos melhor com o nosso processo de votação, a exemplo do que fizemos ontem, invertermos a pauta e analisarmos primeiro as indicações de autoridades que estão para ser apreciadas. São votações nominais. A partir daí, votaríamos apenas as matérias que fossem consensuais e que contassem com a vontade de todos os Líderes partidários. (Pausa.)

Não havendo objeção, vamos seguir dessa forma.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item extrapauta:

MENSAGEM Nº 250, DE 2005

Escolha de Chefe de Missão Diplomática

Mensagem nº 250, de 2005 (nº 733/2005, na origem), pela qual o Presidente da Repúbli-

ca submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor *Pedro Luiz Rodrigues*, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Nigéria, e, cumulativamente, os cargos de Embaixador do Brasil na República do Níger, na República do Chade e na República de Benin, desde que obtidos os *agréments* dos governos daqueles Países.

Concedo a palavra ao Sr. 1º Secretário, Senador Efraim Moraes, para a leitura do parecer.

PARECER N.º 2.220, DE 2005–CRE:

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB. Para a leitura do parecer.) – Sr. Presidente, a indicação do nome do Sr. Pedro Luiz Rodrigues obteve a aprovação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, com 14 votos favoráveis, nenhum voto contrário, nenhum voto em branco, nenhum voto nulo e nenhuma abstenção; portanto, pela unanimidade dos Membros presentes.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passa-se à votação, que, de acordo com a deliberação do Senado do dia 6 de maio de 1998, e nos termos do disposto no art. 383, inciso VII, do Regimento Interno, deve ser procedida por escrutínio secreto, em sessão pública.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação.)

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tem a palavra V. Ex^a pela ordem.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu apoiei a inversão de pauta por entender que é preciso votar com **quórum** alto as matérias que exigem quórum qualificado. Por isso, sugiro a V. Ex^a apenas sugiro que, na seqüência desses que exigem quórum qualificado, V. Ex^a coloque o Item nº 2 da pauta, que é um projeto de lei complementar.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Faremos isso, sem dúvida alguma.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tem a palavra o Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, noto que V.

Ex^a inicia a Ordem do Dia com a votação nominal, mas há uma convocação também para as 18 horas, para instalação da Comissão do mínimo. Ficamos em um dilema.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Estou exatamente trabalhando para que nós não atrapalhemos nem a Comissão que vai propor uma política permanente para o salário mínimo, nem a Comissão de Constituição e Justiça, que também está convocada para se reunir. É exatamente para isso que vamos avançar mudando, invertendo um pouco a ordem natural da pauta.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Então, a Comissão do Mínimo e a CCJ não vão se reunir agora, neste momento?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Daqui a pouco. Vamos só concluir estas votações.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador José Jorge, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de pedir a V. Ex^a que também seja incluído para votação o Item nº 4 da pauta, que é aquele que prorroga o Fundef, porque é segundo turno. É uma emenda constitucional em que há consenso, para que não terminemos este ano... O próximo ano é o último ano do Fundef. Provavelmente, se o Fundef for aprovado até lá, essa emenda nem será útil. Mas, como não sabemos o futuro, é melhor se preservar aprovando-se essa emenda hoje, que é o último dia, para que, posteriormente, quando ela for para a Câmara, se houver algum problema com o Fundef, ela possa aprovar essa emenda. É o Item nº 4 da pauta. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Faremos tudo para que isso aconteça, Senador José Jorge.

Com a palavra o Senador Arthur Virgílio, Líder do PSDB.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, perdi a ocasião que se afigurava como a mais propícia para me referir ao discurso de V. Ex^a, que, sob todos os títulos, foi oportuno, foi correto, prestou contas de um trabalho profícuo, passou para a Nação a idéia verdadeira, a idéia de que o Senado se desincumbiu das suas funções muito bem. Praticamente não temos matéria pendente. Se a pauta não é mais densa, a culpa é, certamente, do Governo. Não é de V. Ex^a, não é dos Senadores.

O Senado trabalhou com as CPIs, apesar das CPIs. Trabalhou votando, prestigiando as iniciativas dos Parlamentares, dando atenção às propostas corretas que vieram do Executivo. Trabalhou com olhos críticos, porque, em alguns momentos, devolveu medidas provisórias, recusou medidas provisórias que ao Senado se afiguravam como nocivas ao País, como inoportunas ao País. Aconteceu, por exemplo, ainda há pouco, o episódio da MP nº 258. O Senado, enfim, cumpriu com o seu dever, e, portanto, entendo que este ano – e esta homenagem se estende à Mesa como um todo – foi, particularmente para V. Ex^a, vitorioso. Foi um ano de afirmação, um ano de postura correta, um ano de diálogo efetivo com a opinião pública, que, a esta altura, deve estar avaliando o Congresso com olhos mais otimistas, porque algo que me dói na alma é vermos, pesquisa após pesquisa, entre todas as instituições avaliadas, o Congresso ser uma das mais duramente avaliadas pela população, quando sabemos que o Congresso é o cerne da democracia. O Dr. Ulysses dizia: “Não importa a qualidade da legislatura; interessa é que o Congresso é fundamental, é a mais essencial de todas as instituições para o funcionamento pleno da democracia”. E aqui fizemos exatamente a nossa parte. Cada um procurou cumprir com o seu quinhão. O PSDB fez sua parte, tenho certeza que as oposições fizeram a delas, V. Ex^a fez a sua.

Portanto, eu gostaria, Senador Renan Calheiros, de dizer que o seu discurso incisivo haverá de encontrar eco na Nação e, quem sabe, nos ouvidos do Governo.

Que venham as matérias densas. Teremos o ano que vem inteiro, até a metade dele, para deliberarmos sobre matérias relevantes. Que não percamos mais os semestres. Que não percamos mais algum tempo. Que nos dediquemos à eleição e vai haver um momento em que isso virará um recesso branco, com esforços concentrados de dois ou três dias durante o período mais duro das eleições. Isso é justo. É justo que seja assim. Mas que venha o próximo ano com matérias densas, matérias complexas, matérias que signifiquem estarmos, a partir da aprovação delas, colaborando para a sustentação de um crescimento que está se revelando píffio, um crescimento que será, este ano, abaixo de 2,5%, liquidando com aquela veleidade, com toda aquela tolice do tal espetáculo do crescimento. Vimos o espetáculo do boicote ao crescimento, com as agência reguladoras sendo tratadas do jeito que estão sendo tratadas, com a falta de marcos regula-

tórios que atraíam efetivamente o capital estrangeiro, o investimento em infra-estrutura.

Em outras palavras, Sr. Presidente, percebi duas coisas: uma, a vontade imensa dos Senadores de cumprirem com os seus deveres; outra, as limitações. Sozinhos não somos capazes de fazer tudo. Fizemos apenas a parte que nos coube. Tudo não podemos fazer. Se dependesse de nós, de nossa produtividade, o crescimento teria sido outro. Não está sendo. Não dependeu só de nós, como aquela velha história do bem-te-vi no incêndio da floresta. Ele, com o biquinho pequeno, trata de apagar o incêndio com o pouquinho de água que pode carregar no bico. Aparecem pássaros imensos e lhe dizem: “Você é tolo, você vai apagar um incêndio sozinho com seu bico pequeno?” Ele diz: “O que vou fazer se vocês que têm esses bicos tão grandes não ajudam?” Portanto, fizemos a nossa parte.

Estou encerrando este ano legislativo seguro de que o Senado não ficou em déficit do ponto de vista do respeito que por ele deve ter a opinião pública brasileira. Isso tem muita relação com a Mesa tão ilustre que V. Ex^a preside.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço muito a V. Ex^a. Não fosse a colaboração de V. Ex^a com o País, do Líder José Agripino, dos outros Líderes partidários, também do Líder Ney Suassuna, não teríamos chegado aonde chegamos.

Claro que o debate político no Parlamento, sobretudo, é insubstituível, mas toda vez que houve necessidade de proteger, de preservar, de defender o interesse nacional, contamos, desde o primeiro momento, com a participação dos Líderes da Oposição, de V. Ex^a, Senador José Agripino, e de todos os que pensam no Brasil.

Muito obrigado por tudo.

Se todos já votaram, vamos encerrar a votação e proclamar o resultado.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a todos os Senadores do PMDB que se encontram em seus gabinetes que venham votar, porque haverá várias votação nominais.

Já estamos votando.

O Presidente Antonio Carlos já pode exercer seu direito de voto nominal.

Se alguém aqui se esqueceu de votar, por alguma razão – há poucos minutos, eu mesmo ainda não tinha votado –, que, por favor, exerça seu direito de voto.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – É importante que apreciemos as votações.

Comunico ao Senador Antonio Carlos Magalhães que invertamos a pauta para votar primeiro as autoridades, com o intuito de liberarmos os Senadores para que possam realizar a reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e participar da ins-

talação da Comissão Permanente do Salário Mínimo. É importante agilizarmos. Haverá, ao menos, três votações de autoridade.

Vamos encerrar a votação e proclamar o resultado.

(*Procede-se à apuração.*)

MENSAGEM Nº 250, DE 2005 (ESCOLHA DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA)

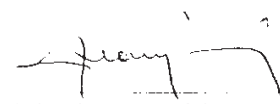
SE PEDRO LUIZ RODRIGUES, PARA EXERCER O CARGO DE EMB. DO BRASIL JUNTO A REP. DA NIGÉRIA, E CUMULATIVAMENTE, OS CARGOS DE EMB. DO BRASIL NA REP. DO NÍGER, NA REP. DO CHADE E NA REP. DE BENIN, DESDE QUE OBTIDOS OS AGRÉMENTS DOS GOV. DAQUELES PAÍSES

Num.Sessão: 1 Num.Votação: 1 Abertura: 14/12/2005 17:52:41
Data Sessão: 14/12/2005 Hora Sessão: 14:00:00 Encerramento: 14/12/2005 18:04:09

Partido	UF	Nome do Senador	Voto	Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	Votou	PSDB	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	Votou
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	Votou	PSDB	SC	LEONEL PAVAN	Votou
PSDB	PR	ALVARO DIAS	Votou	PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO	Votou
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	Votou	PMDB	PI	MÃO SANTA	Votou
PSDB	MT	ANTERO PAES DE BARROS	Votou	PMR	RJ	MARCELO CR VELLA	Votou
PFL	BA	ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	Votou	PFL	PE	MARCO MACIEL	Votou
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	Votou	PMDB	PB	NEY SUASSUNA	Votou
PFL	BA	CESAR BORGES	Votou	PDT	PR	OSMAR D'AS	Votou
Bloco-PT	MS	DELCIDIO AMARAL	Votou	PSDB	AP	PAPALÉO PAES	Votou
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES	Votou	Bloco-PSB	CE	PATRICIA SABOYA GOMES	Votou
PFL	MA	EDISON LOBÃO	Votou	PFL	DF	PAULO OCTAVIO	Votou
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	Votou	Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	Votou
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPICY	Votou	PSDB	CE	REGINALDO DUARTE	Votou
PFL	PB	EFRAIM MORAIS	Votou	PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	Votou
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	Votou	Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	Votou
PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	Votou	PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	Votou
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	Votou	PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	Votou
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	Votou	PFL	SP	ROMEU TUMA	Votou
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	Votou	PTB	RS	SÉRGIO ZAMBASI	Votou
-	AC	GERALDO MESQUITA JUNIOR	Votou	PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	Votou
PMDB	ES	GERSON CAMATA	Votou	PSDB	AL	TEOTÔNIO VILELA FILHO	Votou
P-SOL	AL	HELOISA HELENA	Votou	Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	Votou
PMDB	GO	IRIS DE ARAUJO	Votou	PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	Votou
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	Votou				
PSDB	ES	JOÃO BATISTA MOTTA	Votou				
Bloco-PL	TO	JOÃO RIBEIRO	Votou				
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	Votou				
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	Votou				
PFL	PE	JOSÉ JORGE	Votou				
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	Votou				

Presidente: RENAN CALHEIROS

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
Votos SIM :	37		
Votos NÃO :	15	Total : 53	
Votos ABST. :	01		


Primeiro-Secretário

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – Votaram SIM 37 Srs. Senadores; e NÃO, 15.

Houve uma abstenção.

Total: 53 votos.

Está aprovado o nome do Embaixador Pedro Luiz Rodrigues.

Será feita a devida comunicação ao Senhor Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – **Item extrapauta:**

MENSAGEM Nº 259, DE 2005

(Escolha de Chefe de Missão Diplomática)

Mensagem nº 259, de 2005 (nº 775/2005, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do nome do Sr. *Manuel Innocencio de Lacerda Santos Júnior*, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Democrática de São Tomé e Príncipe.

Sobre a mesa, parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que

será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Efraim Morais, em substituição à Relatora Senadora Serys Slhessarenko.

PARECER Nº 2.221, DE 2005 – CRE

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB. Para leitura do parecer:) – Sr. Presidente, a indicação do nome do Sr. Manuel Innocencio de Lacerda Santos Júnior obteve a aprovação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com 14 votos favoráveis.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passa-se à votação que, de acordo com a deliberação do Senado do dia 6 de maio de 1998 e nos termos do disposto no art. 383, inciso VII, do Regimento Interno, deve ser procedida por escrutínio secreto, em sessão pública.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação.)

MENSAGEM Nº 259, DE 2005 (ESCOLHA DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA)

SE. MANUEL INNOCÊNCIO DE LACERDA SANTOS JÚNIOR, PARA EXERCER O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO À REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

Num. Sessão: 1
Data Sessão: 14/12/2005

Num. Votação: 2
Hora Sessão: 14:00:00

Abertura: 14/12/2005 18:04:32
Encerramento: 14/12/2005 18:07:04

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
Bloco-PL	MG	AELTON FREITAS	Votou
PMDB	PI	ALBERTO SILVA	Votou
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	Votou
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	Votou
PSDB	PR	ALVARO DIAS	Votou
Bloco-PT	PA	ANA JULIA CAREPA	Votou
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	Votou
Bloco-PT	MS	DELCIDIO AMARAL	Votou
PFL	MA	EDISON LOBÃO	Votou
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	Votou
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	Votou
PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	Votou
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	Votou
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	Votou
	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	Votou
PMDB	ES	GERSON CAMATA	Votou
P-SOL	AL	HELOISA HELENA	Votou
PMDB	GO	IR S DE ARAUJO	Votou
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	Votou
PSDB	ES	JOÃO BATISTA MOTTA	Votou
Bloco-PL	TO	JOÃO RIBEIRO	Votou
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	Votou
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	Votou
PFL	PE	JOSE JÓRGE	Votou
PSDB	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	Votou
PSDB	SC	LEONEL PAVAN	Votou
PMDB	PA	LUZ OTÁVIO	Votou
Bloco-PL	ES	MAGNÔ MALTA	Votou
PMDB	PI	MÃO SANTA	Votou
PMR	RJ	MARCELO CRIVELLA	Votou

PFL	PE	MARCO MACIEL	Votou
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	Votou
PDT	PR	OSMAR DIAS	Votou
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	Votou
Bloco-PSB	CE	PATRICIA SABOYA GOMES	Votou
PFL	DF	PAULO OCTÁVIO	Votou
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	Votou
PSDB	CE	REGINALDO DUARTE	Votou
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	Votou
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	Votou
PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	Votou
PMDB	RR	ROMERO JUCA	Votou
PFL	SP	ROMEU TUMA	Votou
PSDB	AL	TEOTÔNIO VALELA FILHO	Votou
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	Votou
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	Votou

Presidente: RENAN CALHEIROS

Votos SIM : 35
Votos NÃO : 11 Total : 46
Votos ABST. : 00

Partido UF Nome do Senador Voto

Primeiro-Secretário

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – Votaram SIM 35 Srs. Senadores; e NÃO, 11.

Não houve abstenção.

Total: 46 votos.

Está aprovado o nome do Embaixador Manuel Innocencio de Lacerda Santos Júnior.

Será feita a devida comunicação ao Senhor Presidente da República.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL

– BA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL

– BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero dizer a V. Ex^a que há um procedimento errado no Congresso Nacional, de que V. Ex^a não tem culpa. Estão votando os créditos pelo Senado Federal, e o Senado Federal está aqui reunido. Isso é uma coisa inacreditável. O Senado está aqui reunido, votando, enquanto, na Câmara dos Deputados, estão votando os créditos do Governo. Isso é inacreditável e imoral.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – Quero, mais uma vez, determinar a suspensão das Comissões permanentes e da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Sr. Presi-

dente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – Concedo a palavra ao Senador Efraim Morais.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB. Pela or-

dem. Sem revisão do orador.) – Eu solicitaria a V. Ex^a que determinasse que estão nulas todas as votações, porque o Senado Federal está na Ordem do Dia. Então, não pode ser votada nenhuma matéria na Comissão. Solicito a V. Ex^a que determine a anulação de todos os créditos que estão sendo votados, porque estamos na Ordem do Dia. É regimental, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – V. Ex^a tem absoluta razão. É regimental. Não terá eficácia nenhuma votação que tenha ocorrido cumulativamente com a apreciação da Ordem do Dia pelo Senado Federal.

Determino, mais uma vez, que sejam suspensos os trabalhos das Comissões permanentes e da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – **Item extrapauta:**

MENSAGEM Nº 266, DE 2005

(Escolha de Chefe de Missão Diplomática)

Mensagem nº 266, de 2005 (nº 805/2005, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do nome do Sr. *Roberto Pires Coutinho*, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto a Belize.

Sobre a mesa, parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Demóstenes Torres, em substituição ao Relator **ad hoc**, Senador Wellington Salgado.

PARECER Nº 2.222, DE 2005 – CRE

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO. Para

a leitura do parecer.) – Sr. Presidente, a indicação do nome do Sr. Roberto Pires Coutinho obteve a aprovação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com 13 votos favoráveis.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passa-se à votação que, de acordo com a deliberação do Senado do dia 6 de maio de 1998 e nos termos do disposto no art. 383, inciso VII, do Regimento Interno, deve ser procedida por escrutínio secreto, em sessão pública.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores já podem votar. (Pausa.)

(Procede-se à votação.)

MENSAGEM Nº 266, DE 2005 (ESCOLHA DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA)

Sr. ROBERTO PIRES COELHO, PARA EXECER O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO A BELIZE

Num.Sessão: 1	Num.Votação: 3	Abertura: 14/12/2005 18:07:36
Data Sessão: 14/12/2005	Hora Sessão: 14:00:00	Encerramento: 14/12/2005 18:10:01

Partido	UF	Nome do Senador	Voto				
Bloco-PL	MG	AELTON FREITAS	Votou				
PMDB	PI	ALBERTO SILVA	Votou	PMDB	PB	NEY SUASSUNA	Votou
Bloco-PT	SP	ALOZIO MERCADANTE	Votou	PDT	PR	OSMAR DIAS	Votou
PSDB	PR	ALVARO DIAS	Votou	PSDB	AP	PAPALÉO PAES	Votou
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	Votou	Bloco-PSB	CE	PATRICIA SABOYA GOMES	Votou
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	Votou	PFL	DF	PAULO OCTAVIO	Votou
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	Votou	Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	Votou
PFL	BA	CESAR BORGES	Votou	PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	Votou
Bloco-PT	MS	DELÍCIDIO AMARAL	Votou	Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	Votou
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES	Votou	PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	Votou
PFL	MA	EDISON LOBÃO	Votou	PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	Votou
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	Votou	PFL	SP	ROMEU TUMA	Votou
Bloco-PT	SP	EDUARDO SÚPLICY	Votou	PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	Votou
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	Votou	PTB	RS	SERGIO ZAMBIASI	Votou
PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	Votou	PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	Votou
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	Votou	Bloco-PT	AC	TÁO VIANA	Votou
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	Votou	PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	Votou
-	AC	GERALDO MESQUITA JUNIOR	Votou				
PMDB	ES	GERSON CAMATA	Votou				
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	Votou				
PMDB	GO	IRIS DE ARAUJO	Votou				
PDT	AM	JEFFERSON PERES	Votou				
PSDB	ES	JOÃO BATISTA MOTTA	Votou				
Bloco-PL	TO	JOÃO RIBEIRO	Votou				
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	Votou				
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	Votou				
PSDB	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	Votou				
PCdoB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	Votou				
PSDB	SC	LEONEL PAVAN	Votou				
PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO	Votou				
PMDB	PI	MÃO SANTA	Votou				

Presidente: RENAN CALHEIROS

Votos SIM : 37
Votos NÃO : 10
Votos ABST. : 00

Total : 47

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
---------	----	-----------------	------

Primeiro-Secretário

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – Votaram SIM 37 Srs. Senadores; e NÃO, 10.

Não houve abstenção.

Total: 47 votos.

Está, portanto, aprovado o nome do Sr. Roberto Pires Coutinho.

Será feita a devida comunicação ao Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – **Item extrapauta:**

MENSAGEM Nº 273, DE 2005

(Escolha de Chefe de Missão Diplomática)

Mensagem nº 273, de 2005 (nº 811/2005, na origem), pela qual o Presidente da República submete à apreciação do Senado a escolha do Sr. José Augusto Lindgren Alves, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Hungria.

Leitura do parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator **ad hoc**: Senador Marco Maciel.

Concedo a palavra ao Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Demóstenes Torres, para a leitura do parecer.

PARECER Nº 2.223, DE 2005–CRE:

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO.

Para a leitura do parecer.) – Sr. Presidente, a indicação do nome do Sr. José Augusto Lindgren Alves obteve a aprovação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com treze votos favoráveis.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – Em discussão o parecer, que é favorável. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Esclareço ao Plenário que a votação será pelo sistema eletrônico.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores já podem votar. (Pausa.)

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB –

AL) – Se todos votaram, vou proclamar o resultado.

Peço aos Srs. Senadores que venham ao plenário. Estamos em processo de votação.

Ainda não há **quorum**.

Agora, sim: 41.

Se todos votaram, vou encerrar a votação e proclamar o resultado.

(Procede-se à apuração.)

MENSAGEM Nº 273, DE 2005 (ESCOLHA DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA)

Sr. JOSÉ AUGUSTO LINDGREN ALVES, PARA EXERCER O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO A REPÚBLICA DA HUNGRIA

Num. Sessão: 1
Data Sessão: 14/12/2005Num. Votação: 4
Hora Sessão: 14:00:00Abertura: 14/12/2005 18:10:30
Encerramento: 14/12/2005 18:12:40

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
Bloco-PL	MG	AELETON FREITAS	Votou
Bloco-PT	SP	ALOZIO MERCADANTE	Votou
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	Votou
PFL	BA	ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	Votou
PSDB	AM	ARTHUR VIRGILIO	Votou
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	Votou
PFL	BA	CÉSAR BORGES	Votou
Bloco-PT	MS	DELÍDIO AMARAL	Votou
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES	Votou
PFL	MA	EDISON LOBÃO	Votou
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	Votou
PFL	PB	EFRAIM MORAIS	Votou
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	Votou
PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	Votou
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	Votou
PMDB	RN	GARBALDI ALVES FILHO	Votou
-	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	Votou
PMDB	ES	GERSON CAMATA	Votou
P-SOL	AL	HELOÍSA HELENA	Votou
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	Votou
PMDB	GO	IRIS DE ARAUJO	Votou
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	Votou
PSDB	ES	JOÃO BATISTA MOTTA	Votou
Bloco-PL	TO	JOÃO RIBEIRO	Votou
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	Votou
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	Votou
PSDB	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	Votou
PCdoB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	Votou
PSDB	SC	LEONEL PAVAN	Votou
PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO	Votou

PMR	RJ	MARCELO CRIVELLA	Votou
PFL	PE	MARCO MACIEL	Votou
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	Votou
PDT	PR	OSMAR DIAS	Votou
PSDB	AP	PAPALEO PAES	Votou
Bloco-PSB	CE	PATRICIA SABOYA GOMES	Votou
PFL	DF	PAULO OCTÁVIO	Votou
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	Votou
PSDB	CE	REGINALDO DUARTE	Votou
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	Votou
PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	Votou
PMDB	RR	ROMERO JUCA	Votou
PFL	SP	ROMÉU TUMA	Votou
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	Votou
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	Votou
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	Votou
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	Votou
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	Votou

Presidente: RENAN CALHEIROS

Votos SIM : 36
 Votos NÃO : 12
 Votos ABST. : 00
Total : 48

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
---------	----	-----------------	------

Primeiro-Secretário

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – Votaram SIM 36 Senadores; e NÃO, 12.

Não houve abstenção.

Total: 48 votos.

Está, portanto, aprovado o nome do Sr. José Augusto Lindgren Alves.

Será feita a devida comunicação ao Senhor Presidente da República.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço que assinale meu voto como “sim”. Infelizmente, deixei passar.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Mesa registrará a participação de V. Ex^a.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Sr. Presidente, peço a V. Ex^a que registre o meu voto “Sim”, porque este posto estava desativado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Mesa registrará a participação de V. Ex^a na votação.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – O voto é secreto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O de V. Ex^a também, Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, lembro aos colegas Senadores que o voto é secreto. Eles não podem declarar o voto.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – É por isso que respondi que registraria a participação na votação e não o voto.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Como não posso declarar, Sr. Presidente, retiro o meu voto “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Defiro o pedido de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – **Item extrapauta:**

MENSAGEM Nº 275, DE 2005

(Escolha de Chefe de Missão Diplomática)

Mensagem nº 275, de 2005 (nº 820/2005, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Sr. Luís Fernando de Andrade Serra, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Gana, e, cumulativamente, os de Embaixador do Brasil na República Togolesa e na República Burkina Fasso, desde que obtidos os *agréments* dos governos desses países.

Concedo a palavra ao Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Demóstenes Torres, para a leitura do parecer.

PARECER Nº 2.224, DE 2005–CRE

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO. Para a leitura do parecer.) – Sr. Presidente, a indicação do nome do Sr. Luís Fernando de Andrade Serra obteve a aprovação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com treze votos favoráveis.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Em discussão o parecer, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o parecer.

Esclareço ao Plenário que a votação será pelo sistema eletrônico.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores já podem votar. (Pausa.)

(Procede-se à votação)

Vou encerrar a votação e proclamar o resultado.

(Procede-se à apuração.)

MENSAGEM Nº 275, DE 2005 (ESCOLHA DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA)

Sr. LUIS FERNANDO DE ANDRADE SERRA, PARA EXERCER O CARGO DE EMB. DO BRASIL JUNTO À REP. DE GANA, E, CUMULATIVAMENTE, OS DE EMB. DO BRASIL NA REP. TOGOLESA, E NA REP. DO BURKINA FASSO, DESDE QUE OBTIDOS OS AGRÉ-
MENTS DOS GOV. DESSSES PAÍSES

Num.Sessão: 1
Data Sessão: 14/12/2005

Num.Votação: 5
Hora Sessão: 14:00:00

Abertura: 14/12/2005 18:13:00
Encerramento: 14/12/2005 18:15:30

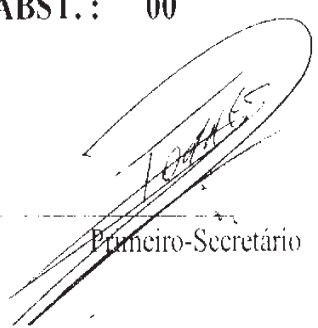
Partido	UF	Nome do Senador	Voto
Bloco-PL	MG	AELTON FREITAS	Votou
PMDB	PI	ALBERTO SILVA	Votou
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	Votou
PSDB	PR	ALVARO DIAS	Votou
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	Votou
PSDB	MT	ANTERO PAES DE BARROS	Votou
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	Votou
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	Votou
PFL	BA	CÉSAR BORGES	Votou
Bloco-PT	MS	DELÍDIO AMARAL	Votou
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES	Votou
PFL	MA	EDISON LOBÃO	Votou
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	Votou
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	Votou
PFL	PB	EFRAIM MORAIS	Votou
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	Votou
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	Votou
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	Votou
-	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	Votou
PMDB	ES	GERSON CAMATA	Votou
P-SOL	AL	HELOISA HELENA	Votou
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	Votou
PMDB	GO	IRIS DE ARAUJO	Votou
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	Votou
PSDB	ES	JOÃO BATISTA MOTTA	Votou
Bloco-PL	TO	JOÃO RIBEIRO	Votou
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	Votou
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	Votou

PSDB	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	Votou
PCdoB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	Votou
PSDB	SC	LEONEL PAVAN	Votou
PMDB	PA	LUIZ OTAVIO	Votou
Bloco-PL	ES	MAGNO MALTA	Votou
PMDB	PI	MÃO SANTA	Votou
PFL	PE	MARCO MACIEL	Votou
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	Votou
PDT	PR	OSMAR DIAS	Votou
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	Votou
PFL	DF	PAULO OCTAVIO	Votou
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	Votou
PSDB	CE	REGINALDO DUARTE	Votou
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	Votou
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	Votou
PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	Votou
PMDB	RR	ROMERO JUCA	Votou
PFL	SP	ROMEU TUMA	Votou
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	Votou
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	Votou
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	Votou
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	Votou
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	Votou

Presidente: RENAN CALHEIROS

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
---------	----	-----------------	------

Votos SIM : 35
Votos NÃO : 16 Total : 51
Votos ABST. : 00


Primeiro-Secretário

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – Votaram SIM 35 Srs. Senadores; e NÃO, 16.

Não houve abstenção.

Total: 51 votos.

Aprovado o nome do Sr. Luis Fernando de Andrade Serra.

Será feita a devida comunicação ao Senhor Presidente da República.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Sr. Presidente, pela ordem. Registro que meu voto é “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Mesa registrará a manifestação de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – **Item extrapauta:**

PARECER Nº 2.056, DE 2005

(Escolha de Autoridade)

Discussão, em turno único, do Parecer nº 2.056, de 2005, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Relator: Senador João Ribeiro, sobre a Mensagem nº 231, de 2005 (nº 618/2005, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Sr. Luiz Augusto Siqueira Bittencourt para exercer o cargo de Diretor do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transporte – Dnit.

Em discussão o parecer do Senador João Ribeiro, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o parecer.

Esclareço ao Plenário que a votação será pelo sistema eletrônico.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – O cargo é de Diretor do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transporte – DNIT.

Peço aos Srs. Senadores que acorram ao plenário, pois estamos procedendo a votações nominais. É importante a presença de todos.

Se todos os Srs. Senadores já votaram, vou encerrar a votação e proclamar o resultado.

(Procede-se à apuração.)

PARECER Nº 2.056, DE 2005 (ESCOLHA DE AUTORIDADE)

St. LUIZ AUGUSTO SIQUEIRA BITTENCOURT, PARA EXERCER O CARGO DE DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTE - DNIT

Num.Sessão: **I**
Data Sessão: **14/12/2005**

Num.Votação: **6**
Hora Sessão: **14:00:00**

Abertura: **14/12/2005 18:16:38**
Encerramento: **14/12/2005 18:18:36**

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
Bloco-PL	MG	AELTON FREITAS	Votou
PMDB	PI	ALBERTO SILVA	Votou
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	Votou
PSDB	PR	ALVARO DIAS	Votou
Bloco-PT	PA	ANA JULIA CAREPA	Votou
PSDB	MT	ANTERO PAES DE BARROS	Votou
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	Votou
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	Votou
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	Votou
PFL	BA	CÉSAR BORGES	Votou
Bloco-PT	MS	DELÍCIO AMARAL	Votou
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES	Votou
PFL	MA	EDISON LOBÃO	Votou
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	Votou
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	Votou
PFL	PB	EFRÁIM MORAIS	Votou
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	Votou
PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	Votou
Bloco-PT	PR	FLAVIO ARNS	Votou
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	Votou
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	Votou
-	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	Votou
PMDB	ES	GERSON CAMATA	Votou
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	Votou
P-SOL	AL	HELOISA HELENA	Votou
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	Votou
PMDB	GO	IRIS DE ARAUJO	Votou
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	Votou
PSDB	ES	JOÃO BATISTA MOTTA	Votou
Bloco-PL	TO	JOÃO RIBEIRO	Votou
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	Votou
PFL	RN	JOSE AGRIPINO	Votou
PMDB	PB	JOSE MARANHÃO	Votou
PSDB	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	Votou
PCdoB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	Votou
PSDB	SC	LEONEL PAVAN	Votou

PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO	Votou
Bloco-PL	ES	MAGNO MALTA	Votou
PMDB	PI	MÃO SANTA	Votou
PMR	RJ	MARCELO CRIVELLÁ	Votou
PFL	PE	MARCO MACIEL	Votou
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	Votou
PDT	PR	OSMAR DIAS	Votou
PSDB	AP	PAPALEO PAES	Votou
Bloco-PSB	CE	PATRICIA SABOYA GOMES	Votou
PFL	DF	PAULO OCTAVIO	Votou
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	Votou
PSDB	CE	REGINALDO DUARTE	Votou
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	Votou
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	Votou
PFL	BA	RÓDOLPHO TOURINHO	Votou
PMDB	RR	ROMERO JUCA	Votou
PFL	SP	ROMEU TJMA	Votou
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	Votou
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBASI	Votou
PSDB	CE	TASSO JERFSSATI	Votou

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	Votou
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	Votou
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	Votou

Presidente: *RENAN CALHEIROS*

Votos SIM : 32
Votos NÃO : 26
Votos ABST. : 01

Total : 59

Primeiro-Secretário

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Votaram SIM 32 Srs. Senadores; e NÃO, 26. Houve uma abstenção. Total: 59 votos.

Aprovado o nome do Sr. Luiz Augusto Siqueira Bittencourt para o cargo de Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes.

Será feita a devida comunicação ao Senhor Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – **Item extrapauta:**

**PARECER Nº 2.075, DE 2005
(Escolha de Autoridade)**

Discussão, em turno único, do Parecer nº 2.075, de 2005, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Relator: Senador Valdir Raupp, sobre a Mensagem nº 254, de 2005 (nº 765/2005, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Sr. Mauro Barbosa da Silva para exercer o cargo de Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transporte – DNIT.

Discussão do parecer (Pausa).

Não havendo quem peça a palavra, declaro encerrada a discussão.

Em votação o parecer.

As Srs. e os Srs. Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação)

O SR. JOÃO RIBEIRO (Bloco/PL – TO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – V. Ex^a tem a palavra, Senador João Ribeiro.

O SR. JOÃO RIBEIRO (Bloco/PL – TO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Dr. Mauro é uma pessoa que conheço muito, um homem de bem, funcionário público de carreira que, com certeza, desempenhará um grande papel no Dnit. Por isso, para não ser longo, peço e solicito aos nobres Pares a aprovação e o voto favorável para que o Dr. Mauro possa vir a dirigir o Dnit a partir do próximo ano, se Deus quiser.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Peço aos Srs. Líderes que mobilizem suas Bancadas. Nós invertemos a pauta. Pedimos aos Srs. Líderes para votar primeiro as autoridades para termos um quórum maior. É natural mobilizarmos as Bancadas. Na última votação, contamos com a presença de 59 Senadores; portanto, é necessário que tenhamos quórum alto.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra a V. Ex^a, Senador Aelton Freitas.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, aproveito o momento para pedir aos nobres Pares que nos apoiem na indicação do Dr. Mauro para o Dnit. Ele é um funcionário de

carreira do Ministério da Fazenda, foi Ministro interino do Ministério dos Esportes e tem toda a condição de colocar o Dnit em plena atividade, como precisamos, porque as nossas estradas estão em estado precário, e o Dnit precisa estar em boas mãos. Peço o apoio de todos e o voto favorável à indicação do Dr. Mauro Barbosa.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, esse é um cargo muito importante devido à problemática do País: são 52 mil quilômetros de rodovias que precisam ser recuperadas. Precisamos, com urgência, completar a máquina do Dnit, de forma a que o órgão possa exercer a sua função. Por isso, embora seja uma votação secreta, peço aos companheiros que, por gentileza, agilizemos esta votação.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sr. Presidente, eu queria apenas dizer, se V. Ex^a permitir, que nunca vi tanto interesse por um cargo como esse do Dnit: todo mundo falando a favor. É porque é um cargo... Está dito.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente, também estranho muito. Tanto interesse me leva a votar “não”.

A SR^a HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pela ordem, concedo a palavra a V. Ex^a.

A SR^a HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, realmente, até eu estou surpresa. O Relator poderia disponibilizar porque, como a informação que eu tinha era a de que ele era Delegado de Polícia, talvez ele tenha algum conhecimento outro...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Faço um apelo aos Srs. Senadores para que venham ao plenário. Estamos em processo de votação nominal. Na última votação, tivemos um quórum de 59 Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Consulto a Casa se podemos encerrar a votação e proclamar o resultado.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, pela ordem, para um fato relevante.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com a palavra V. Ex^a.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, não há noite tão longa que por fim não encontre um dia. O Senador Mercadante presenteando alguém, fazendo uma caridade, agradando, fazendo carinho...

Senador Arthur Virgílio, cuide-se! Tem qualquer coisa por trás disso.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, como a Oposição é bem tratada! Como é bom ser Oposição, pelo visto!

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– O Senador Arthur Virgílio está sempre olhando a minha sopa, por isso eu lhe dei um caneco para tomar sopa, com um tucano, para acalmá-lo e continuar assim nesse estilo equilibrado em que ele está neste final de semestre.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – Senador Antonio Carlos.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL

– BA) – Presente, quando se está votando o Dnit. Veja, que coincidência!...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – Isso é consequência do espírito do Natal.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– Fazer essa analogia é apequenar a relação que nós temos e o sentido do presente. O Senador Arthur Virgílio fez aniversário, e faço questão de parabenizá-lo. Dei-lhe também um livro – que não vou dizer qual foi – para que S. Ex^a possa aprofundar a sua reflexão.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – Vou proclamar o resultado.

(*Procede-se à apuração*)

PARECER Nº 2.075, DE 2005 (ESCOLHA DE AUTORIDADE)

Sr. MAURO BARBOSA DA SILVA, PARA EXERCER O CARGO DE DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTE - DNIT

Num.Sessão: **I**
Data Sessão: **14/12/2005**

Num.Votação: **7**
Hora Sessão: **14:00:00**

Abertura: **14/12/2005 18:18:56**
Encerramento: **14/12/2005 18:25:48**

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
Bloco-PL	MG	AELTON FREITAS	Votou
PMDB	PI	ALBERTO SILVA	Votou
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	Votou
PSDB	PR	ALVARO DIAS	Votou
Bloco-PT	PA	ANA JULIA CAREPA	Votou
PSDB	MT	ANTERO PAES DE BARROS	Votou
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	Votou
PSDB	AM	ARTHUR VIRGILIO	Votou
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	Votou
PFL	BA	CÉSAR BORGES	Votou
Bloco-PT	MS	DELÍCIO AMARAL	Votou
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES	Votou
PFL	MA	EDISON LOBÃO	Votou
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	Votou
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	Votou
PFL	PB	EFRAIM MORAIS	Votou
Bloco-PT	RO	FATIMA CLEIDE	Votou
PTB	RN	FERNANDO BÉZERRA	Votou
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	Votou
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	Votou
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	Votou
	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	Votou
PMDB	ES	GERSON CAMATA	Votou
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	Votou
P-SOL	AL	HELOISA HELENA	Votou
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	Votou
PMDB	GO	IRIS DE ARAUJO	Votou
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	Votou
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	Votou
PSDB	ES	JOÃO BATISTA MOTTA	Votou
Bloco-PL	TO	JOÃO RIBEIRO	Votou
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	Votou
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	Votou

PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	Votou
PSDB	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	Votou
PCdoB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	Votou
PSDB	SC	LEONEL PAVAN	Votou
PMDB	PA	LUIZ OTAVIO	Votou
Bloco-PL	ES	MAGNO MALTA	Votou
PMDB	PI	MÃO SANTA	Votou
PMR	RJ	MARCELO CRIVELLA	Votou
PFL	PE	MARCO MACIEL	Votou
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	Votou
PDT	PR	OSMAR DIAS	Votou
PSDB	AP	PAPALEO PAES	Votou
Bloco-PSB	CE	PATRICIA SABOYA GOMES	Votou
PFL	DF	PAULO OCTAVIO	Votou
Bloco-PT	RS	PAULO PAZ	Votou
PSDB	CE	REGINALDO DUARTE	Votou
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	Votou
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	Votou
PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	Votou
PMDB	RR	ROMERO JUCA	Votou
PFL	SP	ROMÉU TUMA	Votou
PSDB	PE	SERGIO GLERRA	Votou
PTB	RS	SERGIO ZAMBIAS	Votou

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	Votou
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	Votou
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	Votou
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	Votou

Presidente: RENAN CALHEIROS

Votos SIM : 32
Votos NÃO : 26 Total : 60
Votos ABST. : 02

Primeiro-Secretário

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Votaram SIM 32; e NÃO, 26.

Houve duas abstenções.

Total: 60 votos.

Está aprovado o nome do Sr. Mauro Barbosa da Silva para Diretor do Dnit.

Será feita a devida comunicação ao Senhor Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Consulto os Srs. Líderes partidários, especialmente o Líder do Governo, Senador Aloizio Mercadante, se podemos avançar na apreciação das autoridades porque, há pouco, S. Ex^a reclamou que havíamos colocado em votação os nomes para o Dnit. Fizemos isso exatamente para aproveitar o quórum alto. Portanto, consulto os Líderes para que a responsabilidade não seja transferida depois.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu estive na Mesa e falei com V. Ex^a, que, sempre gentil e generoso, disse que votaríamos dois ou três embaixadores, e já votamos tudo isso. Haveria reunião, às 18 horas, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre as medidas provisórias, a que o Senador Aloizio Mercadante deseja comparecer. Por isso, S. Ex^a não quer que haja mais votação e tem toda a razão.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de comunicar a todos os Senadores presentes que há, evidentemente, quórum na CCJ, porque a Ata foi feita pela manhã. Algumas agências de regulação, se não aprovarmos nomes agora, ficarão paralisadas por pelo menos dois meses ou pelo período que o Senado precisar para votar essas matérias porque elas terão problema de quórum. Em função disso, eu pediria que agilizássemos e aprovássemos os nomes de autoridades. A Agência Nacional de Águas, o Cade e alguns órgãos são de grande interesse do Estado brasileiro, e poderíamos fazer isso com muita agilidade.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Na verdade, nós temos mais seis votações. É uma decisão que eu quero dividir com a Casa.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Senador Mercadante combinou para as 18 horas uma votação. E me chamou ainda há pouco, com o Senador Edison Lobão, para o gabinete do Senador Edison Lobão para acertar a votação. Aí houve um chamado aqui e ele nos trouxe para cá.

Eu agora queria levá-lo para a Comissão de Constituição e Justiça, onde nós fizemos um acordo para votar as medidas provisórias em que V. Ex^a tem tanto interesse, e demonstrou no seu belo discurso...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Muito obrigado.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – ...que o Senador Mercadante, infelizmente, não aplaudiu.

Mas isso não quer dizer nada porque toda a Casa aplaudiu e aplaude a manifestação de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Muito obrigado.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, o PMDB, mal acabe a votação aqui, seguirá para a Comissão de Constituição e Justiça para que nós votemos as matérias lá. Tenho certeza de que o PT fará o mesmo.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, provocado pelo Senador Antonio Carlos Magalhães, eu quero expressar a minha avaliação do discurso de V. Ex^a.

Primeiro: não procede qualquer análise de que essa decisão não tenha que ser compartilhada. A autoconvocação é indispensável ao Congresso Nacional em função da nossa agenda. Nós não poderíamos paralisar a CPI por dois meses, paralisar o Conselho de Ética na Câmara, especialmente porque qualquer iniciativa nessa direção seria debitada ao Governo, que tem dado todas as demonstrações de que quer apuração rigorosa de responsabilidades e que a CPI, portanto, trabalhe com toda a profundidade e com toda a tranquilidade.

Em segundo lugar, de fato, compartilho da decisão, penso que era indispensável ao Parlamento brasileiro. Não era uma decisão de Governo, era uma decisão do Parlamento, mesmo porque a produção legislativa está bem mais baixa do que era, em função da crise, particularmente na Câmara.

Todavia, não compartilho do ato de responsabilizar o Governo por coisas que não são dele. A não

aprovação da reforma política na Câmara não é responsabilidade do Governo, porque ela foi aprovada no Senado, e quase que por consenso. Não foi aprovada na Câmara, porque os Deputados não querem alterar as regras eleitorais, porque talvez considerem as atuais mais favoráveis à reeleição, mas nem dividem por partido. Não foi aprovada, mas não por responsabilidade do Governo.

Da mesma forma, a reforma tributária não avançou, mas isso não ocorreu por responsabilidade do Governo Federal. A votação dela não avançou na Câmara por causa da unificação do ICMS. São os Governadores que não querem unificar o ICMS, que não querem correr risco na reforma tributária. Por isso, estimulam a obstrução e dificultam a votação de matérias de grande interesse público.

Tirando essas críticas ao Governo Federal, que penso não serem procedentes, cabe, sim, ao Parlamento brasileiro, em especial no caso da reforma tributária, e aos Governadores que estão obstruindo que ela possa avançar, no mais, há muita coisa positiva: o trabalho do Senado, o papel do Legislativo e a independência do Poder. Nunca foi do meu feitio deixar de assumir responsabilidade. Portanto, em relação à autoconvocação, partilho a responsabilidade.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com a palavra o Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Quero apenas dizer que, pelo menos, conseqüi que ele apoiasse 10% do discurso de V. Ex^a, o que é uma grande coisa.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Obrigado;

Item extrapauta:

PARECER Nº 2.057, DE 2005

(Escolha de autoridade)

Discussão em turno único do Parecer nº 2.057, de 2005, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, que teve como Relator o nobre Senador Teotônio Vilela Filho, sobre a Mensagem nº 260, pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Sr. José Machado para ser reconduzido ao cargo de diretor da Agência Nacional de Águas – ANA.

Em discussão o parecer, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passa-se à votação, que, de acordo com o disposto no art. 383, inciso VII, do Regimento Interno, deve ser procedida por escrutínio secreto.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores já podem votar. (Pausa.)

(Procede-se à votação.)

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PC do B – TO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Leomar Quintanilha, tem V. Ex.^a a palavra.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PC do B – TO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, enquanto aguardamos a complementação da votação, entendo ser do meu dever, como Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, informar aos nobres Pares o extraordinário trabalho que a Agência Nacional das Águas, sob a direção do Sr. José Machado, vem desenvolvendo.

Ele, que ali ingressou interinamente, agora é reconduzido ao cargo meritoriamente, pelo trabalho competente e de elevado espírito público que vem realizando à frente dessa importante Agência, que cuida de um dos insumos mais importantes para os seres vivos, que é a água. E cuida, principalmente, para que nós nos preocupemos não só com a utilização desse enorme potencial de água que o Brasil possui, para o consumo humano, para o consumo animal, para a geração de energia elétrica, mas também com a impactação, com a falta de cuidado, para que as novas bacias que não estejam contaminadas não sofram o que sofreram a do rio Tietê e a do rio São Francisco, principalmente.

Portanto, quero registrar, em nome da Comissão de Meio Ambiente, os cumprimentos a José Machado pelo belo trabalho que vem realizando, com a sua equipe, à frente da ANA.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Se todos já tiverem votado, vou encerrar a votação.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, só para encerrar, uma última observação.

Esse ex-Parlamentar, que brilhou na direção da ANA – Agência Nacional de Águas –, possui um currículo espetacular, seja a sua formação no Brasil, seja a sua formação no exterior, e conhece profundamente toda a hidrografia do Brasil.

Por isso, merece nossa atenção.

Encerrada a votação.

(Procede-se à apuração.)

PARECER Nº 2.057, DE 2005 (ESCOLHA DE AUTORIDADE)

SE JOSÉ MACHADO, PARA SER RECONDUZIDO AO CARGO DE DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA

Num.Sessão:	1	Num.Votação:	8	Abertura:	14/12/2005 18:32:02
Data Sessão:	14/12/2005	Hora Sessão:	14:00:00	Encerramento:	14/12/2005 18:36:00

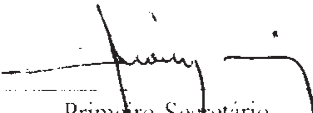
Partido	UF	Nome do Senador	Voto
Bloco-PL	MG	AELTON FREITAS	Votou
PMDB	PI	ALBERTO SILVA	Votou
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	Votou
PSDB	PR	ALVARO DIAS	Votou
PMDB	RO	AMIR LANDO	Votou
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	Votou
PSDB	MT	ANTERO PAES DE BARROS	Votou
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	Votou
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	Votou
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	Votou
PFL	BA	CÉSAR BORGES	Votou
Bloco-PT	MS	DELCIDIO AMARAL	Votou
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES	Votou
PFL	MA	EDISON LOBÃO	Votou
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	Votou
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	Votou
PFL	PB	EFRAIM MORAIS	Votou
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	Votou
PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	Votou
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	Votou
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	Votou
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	Votou
-	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	Votou
PMDB	ES	GERSON CAMATA	Votou
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	Votou
P-SOL	AL	HELOISA HELENA	Votou
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	Votou
PMDB	GO	IRIS DE ARAUJO	Votou
PDT	AM	JEFFERSON PERES	Votou
PSDB	ES	JOÃO BATISTA MOTTA	Votou
Bloco-PL	TO	JOÃO RIBEIRO	Votou
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	Votou
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	Votou
PFL	PE	JOSÉ JORGE	Votou

PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	Votou
PSDB	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	Votou
PCdoB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	Votou
PSDB	SC	LEONEL PAVAN	Votou
PMR	RJ	MARCELO CRIVELLA	Votou
PFL	PE	MARCO MACIEL	Votou
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	Votou
PDT	PR	OSMAR DIAS	Votou
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	Votou
Bloco-PSB	CE	PATRICIA SABOYA GOMES	Votou
PFL	DF	PAULO OCTAVIO	Votou
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	Votou
PSDB	CE	REGINALDO DUARTE	Votou
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	Votou
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	Votou
PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	Votou
PMDB	RR	ROMERO JUCA	Votou
PFL	SP	ROMEU TUMA	Votou
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	Votou
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESARENKO	Votou
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	Votou
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	Votou
PMDB	RO	VALDIR RAJPP	Votou

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	Votou

Presidente: RENAN CALHEIROS

Votos SIM :	39	
Votos NÃO :	17	Total : 58
Votos ABST. :	02	



Primeiro-Secretário

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Votaram SIM 39 Srs. Senadores; e NÃO, 17. Houve 02 abstenções. Total: 58 votos.

Está, portanto, aprovado o nome do Sr. José Machado.

Será feita a comunicação ao Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – **Item extrapauta:**

**PARECER Nº 2058, DE 2005
(Escolha de Autoridade)**

Discussão, em turno único, do Parecer nº 2058, de 2005, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador César Borges, sobre a Mensagem nº 261, de 2005 (nº 781/2005, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Sr. *Benedito Pinto Ferreira Braga Júnior* para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Águas – Ana.

Em discussão o parecer, em turno único. (Pausa)
Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passa-se à votação, que, de acordo com o disposto no art. 383, inciso VII, do Regimento Interno, deve ser procedida por escrutínio secreto.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, o Sr. Benedito tem um currículo invejável. Tem formação no Brasil e em boas universidades no exterior. Fez um trabalho muito bom na ANA e está sendo reconduzido.

(Procede-se à votação.)

A SRª PATRÍCIA SABOYA GOMES (Bloco/PSB – CE) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concederei a palavra, pela ordem, a V. Exª.

Concedo a palavra a Senadora Patrícia Saboya.

A SRª PATRÍCIA SABOYA GOMES (Bloco/PSB – CE) – Sr. Presidente, peço a palavra para fazer uma comunicação inadiável. O jornal **O Povo**, um dos mais influentes jornais do meu Estado, o Ceará, conquistou ontem o Prêmio Esso de Jornalismo em duas das treze categorias que disputou.

Gostaria de dar os parabéns a toda a equipe do jornal. Em especial quero parabenizar os jornalistas que receberam o prêmio nacional pela categoria Criação Gráfica, com o caderno especial sobre a morte do Papa João Paulo II, e os que ganharam o Esso de “Reportagem Regional-Nordeste” com a série de matérias sobre

o assalto ao Banco Central em Fortaleza, considerando o maior assalto a banco da história do Brasil.

O caderno especial que retratou a morte do Papa João Paulo II, idealizado por Andréa Araújo e Gil Dicelli, a quem parabeno nominalmente, concorrendo com 167 trabalhos antes de ser indicado à final.

Quero me congratular também com os jornalistas Cláudio Ribeiro, Demitri Túlio, Luiz Henrique Campos, Flávio Pinheiro e toda a sua equipe pela série vitoriosa de reportagens sobre o assalto ao Banco Central e seus desdobramentos. É sempre muito importante que um jornal, de um Estado nordestino tenha seu trabalho de reportagem reconhecido, porque isso fortalece e dá visibilidade à mídia regional. Esses jornais são fundamentais para denunciar as mazelas do País e apontar soluções para elas, especialmente nos tempos em que nós vivemos.

Parabéns ao jornal **O Povo** e toda a sua equipe e que continuem fazendo um trabalho merecedor de um prêmio tão importante quanto o Prêmio Esso de Jornalismo.

Sr. Presidente, nos termos do disposto no art. 210 do Regimento Interno, gostaria de solicitar a inclusão, nos Anais desta Casa, das duas reportagens do jornal **O Povo** vencedoras do Prêmio Esso.

Registro, mais uma vez, meu orgulho como cearense por ter um jornal dessa natureza, que tem dado tantas respostas à nossa sociedade e ajudado a construir um Estado certamente melhor, mais justo, em que a sociedade possa participar de todos os debates.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Presidência defere o pedido de V. Exª e se associa à homenagem que V. Exª justamente presta ao jornal cearense **O Povo**.

Concedo a palavra ao Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero associar-me à Senadora Patrícia Gomes na homenagem que faz ao tradicional jornal **O Povo**, do Estado do Ceará, por mais esse merecido prêmio, bem como a todos os jornalistas que fizeram esse trabalho que, mais uma vez, deu ao jornal **O Povo** credibilidade e ao jornalismo cearense, tradicional e conhecido no Brasil inteiro pelo brilho, pela criatividade e pela competência dos seus jornalistas, o realce que merece. Portanto, estamos todos nós orgulhosos.

Associo-me também à idéia de que registrar nos Anais desta Casa as duas reportagens.

Envio a todos os cearenses e aos jornalistas do jornal **O Povo**, em nome do Senado Federal, os nossos parabéns.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu também desejo me congratular com o jornal **O Povo**, mas vou um pouco mais além dos representantes do Ceará, porque quero relembrar a memória de Paulo

Sarasate e D^a Albanisa Sarasate, que foram proprietários deste jornal e que, por muito tempo, brilharam no Ceará, e o Paulo Sarasate, no Congresso Nacional também.

Aproveito também para dizer que, se **O Povo** hoje merece esses parabéns, amanhã merece parabéns o Senador Tasso Jereissati, que aniversaria e, por isso, está aqui sendo homenageado por todos nós.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pela ordem, concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de perguntar ao Senador Ney Suassuna, porque estamos todos aqui querendo saber. S. Ex^a tem dito que todos os indicados de hoje têm um excepcional currículo. Na realidade, verificamos que, apesar de esses membros das agências

muitas vezes serem tão bons assim, as agências não funcionam da maneira como gostaríamos.

Então, como hoje só tem tido gente muito boa, eu gostaria de aproveitar, já que estamos esperando completar o quórum, e pedir ao Senador Ney Suassuna que nos explicasse que currículo excepcional é esse.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – É um currículo de um cidadão que tem Ph.D. por Stanford, que é especialista na área e que vem do Governo anterior, inclusive S. S^a já estava na ANA (Agência Nacional de Águas) antes, e com toda certeza, por ter feito um trabalho muito bom, excepcionalmente bom, merece nosso apoio.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Se todos já votaram, vou encerrar a votação e proclamar o resultado.

(*Procede-se à apuração.*)

PARECER Nº 2.058, DE 2005 (ESCOLHA DE AUTORIDADE)

SE BENEDITO PINTO FERREIRA BRAGA JÚNIOR, PARA SER RECONDUZIDO AO CARGO DE DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA

Num. Sessão: 1
Data Sessão: 14/12/2005

Num. Votação: 9
Hora Sessão: 14:00:00

Abertura: 14/12/2005 18:36:22
Encerramento: 14/12/2005 18:43:55

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
Bloco-P	MG	AELTON FREITAS	Votou
PMDB	PI	ALBERTO SILVA	Votou
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	Votou
PSDB	PR	ALVARO DIAS	Votou
PMDB	RO	AMIR LANDO	Votou
Bloco-PT	PA	ANA JULIA CAREPA	Votou
PSDB	MT	ANTERO PAES DE BARROS	Votou
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	Votou
PSDB	AM	ARTHUR VIRGILIO	Votou
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	Votou
PFL	BA	CÉSAR BORGES	Votou
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	Votou
Bloco-PT	MS	DELÍDIO AMARAL	Votou
PFL	GO	DEMOSTENES TORRES	Votou
PFL	MA	EDSON LOBÃO	Votou
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	Votou
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLEY	Votou
PFL	PB	EFRAIM MORAIS	Votou
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	Votou
PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	Votou
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	Votou
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	Votou
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	Votou
	AC	GERALDO MESQUITA JUNIOR	Votou
PMDB	ES	GERSON CAMATA	Votou
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	Votou
P-SOL	AL	HELOISA HELENA	Votou
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	Votou
PDT	AM	JEFFERSON PERES	Votou
PSDB	ES	JOÃO BATISTA MOTTA	Votou
Bloco-PL	TO	JOÃO RIBEIRO	Votou
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	Votou
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	Votou
PFL	PE	JOSÉ JORGE	Votou

PSDB	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	Votou
PCdoB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	Votou
PSDB	SC	LEONEL PAVAN	Votou
PMR	RJ	MARCELO CRIVELLA	Votou
PFL	PE	MARCO MACIEL	Votou
PDT	PR	OSMAR DIAS	Votou
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	Votou
Bloco-PSB	CE	PATRICIA SABOYA GOMES	Votou
PFL	DF	PAULO OCTÁVIO	Votou
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	Votou
PSDB	CE	REGINALDO DUARTE	Votou
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	Votou
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	Votou
PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	Votou
PMDB	RR	ROMERO JUCA	Votou
PFL	SP	ROMEU TUMA	Votou
PTB	RS	SERGIO ZAMBIASI	Votou
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESARENKO	Votou
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	Votou
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	Votou
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	Votou
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	Votou

Partido UF Nome do Senador Voto

Presidente: RENAN CALHEIROS

Votos SIM : 41
Votos NÃO : 15
Votos ABST. : 00

Total : 56

Primeiro-Secretário

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Votaram SIM 41 Srs. Senadores; e NÃO, 15. Não houve abstenções.

Total: 56 votos.

Aprovado o nome do Sr. Benedito Pinto Ferreira Braga Júnior.

Será feita a devida comunicação ao Senhor Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Vamos votar agora os dois Diretores da Aneel.

Item extrapauta:

PARECER Nº 2.019, DE 2005
(Escolha de Autoridade)

Discussão, em turno único, do Parecer nº 2.019, de 2005, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Relator: Senador Delcídio Amaral, sobre a Mensagem nº 246, de 2005 (nº 735/2005, na origem), de 26 de outubro do corrente ano, pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha da SRA. Joísa Campanher Dutra Saraiva, para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Em discussão o parecer, em turno único.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a Sra. Joísa Campanher Dutra Saraiva, com o parecer do Senador Delcídio Amaral, é um dos nomes indicados para a Aneel.

Na realidade, Sr. Presidente, desde maio, a Aneel está sem dois diretores. A Aneel tem cinco diretores, cuida de toda a política energética do Brasil. E nós sabemos que esse segmento de energia é um dos mais complexos. Faz três anos que não há nenhuma licitação – vai fazer na sexta-feira. No entanto, a empresa de energia elétrica passou sete meses sem dois diretores. Isso foi um absurdo e não pode se repetir.

Inclusive, apresentei um projeto, que depois foi transformado numa emenda constitucional, com parecer do Senador Romero Jucá e o apoio do Senador Mercadante, Líder do Governo, para que, no momento em que o Governo passar mais do que 90 dias sem indicar um diretor de uma agência reguladora, o Senado indique.

Esse caso da Aneel é bem representativo do descaso com que o Governo tem tratado as agências reguladoras. Infelizmente, não é só com a Aneel. Porque se fosse só com a Aneel, ainda se poderia dizer:

não, é porque na realidade o Governo não quer prestigiar a Aneel. Mas não é.

Senador Ney Suassuna, desde janeiro a ANP está sem um diretor. Há quase um ano a ANP está funcionando sem diretor e passou mais de seis meses sem Presidente. A Anatel, que é a Agência de Telecomunicações, já vai completar 60 dias sem Presidente, o que é um absurdo! Em dezembro, ficarão vagos mais dois cargos de diretores da Aneel. Então, esses dois tomarão posse e mais dois cargos ficarão vagos.

Eu não acompanho de perto a questão da ANTT, mas o Senador Ney Suassuna me diz que está acontecendo a mesma coisa.

Então, suponha-se, por exemplo, que nós, da Oposição, quiséssemos hoje obstruir a aprovação dos dois diretores da Aneel. Se nós, por exemplo, fôssemos golpistas, como disse o Presidente Lula, não estivéssemos aqui também para colaborar com o Brasil e quiséssemos obstruir esses dois nomes, então, quando chegasse em janeiro, ou agora, no final de dezembro, a Aneel teria de parar de funcionar, porque ficaria somente com um diretor, uma vez que os outros quatro não foram nomeados.

Sr. Presidente, a nova Agência de Aviação foi criada há 90 dias, mas os nomes foram indicados somente agora.

Essa emenda constitucional, que eu gostaria de votar hoje ainda, é muito útil. Não que nós queiramos utilizá-la, o Senado podendo indicar os nomes, mas para que sirva de balizamento para que o Governo não deixe isso se repetir. Infelizmente, ela hoje está no quarto dia de discussão e não pode ser votada. Na verdade, eu vou pedir o voto favorável a esses dois diretores da Aneel, mesmo porque é absolutamente necessário que eles sejam aprovados.

Eu não sou Líder do Governo. S. Ex^a depois vai falar e poderá explicar melhor que eu. Mas é muito importante que esses dois nomes sejam indicados, ou então a Aneel ficará acéfala de vez, apenas com um diretor.

Pediria aos Membros do Bloco da Minoria que, na medida do possível – evidentemente, nós somos da Oposição – colaborassem para que esses dois nomes da Aneel possam ser aprovados hoje.

Muito obrigado.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante. Em seguida, ouvirei o Senador Delcídio Amaral.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu queria solici-

tar à Oposição que, nessas votações de indicação de nomes, acatássemos o parecer das Comissões.

Nós tivemos uma vez um problema grave relacionado à votação em plenário. Quer dizer, quando não há divergência pública, assumida, manifesta, é muito difícil aceitar que isso seja feito desta forma. Então, eu gostaria de....

Está difícil, Presidente, pois agora temos aqui uma festa de aniversário em plenário.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Delcídio Amaral, concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Eu queria concluir. É que está difícil com uma festa de aniversário. Acho um absurdo. É uma brincadeira no plenário.

(Pausa.)

Sr. Presidente, eu queria concluir, portanto.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Aloizio Mercadante, concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Se esses nomes não forem indicados, a Aneel terá problemas de funcionamento. Portanto, é fundamental que isso aconteça.

Agradeço a manifestação do Senador José Jorge, com a responsabilidade de quem conhece a área e já foi Ministro de Minas e Energia, por ter solicitado apoio e aprovação dos nomes que foram indicados. Creio que isso demonstra a responsabilidade da Oposição e a importância das indicações e dos critérios de indicação para as agências de regulação.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, peço aos Senadores do PMDB que exerçam o seu direito de voto; os que estão fora, por favor, venham ao plenário, pois nós precisamos votar. Apesar de estarmos aqui em um clima festivo dos dois anos do PSOL, precisamos da presença aqui de todos.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Delcídio Amaral, com a palavra V. Ex^a.

A SRA. HELOÍSA HELENA (PSOL – AL) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu só gostaria de pedir aos Senadores e Senadoras do PT e dos Partidos da Base que venham votar.

Faço coro às palavras do Senador José Jorge sobre a importância de se completarem os nomes da Diretoria da Aneel, até em face do processo deliberativo da Agência Nacional de Energia Elétrica. Gostaria de enfatizar também, Presidente Renan Calheiros, o nome que está sendo trazido ao Plenário, a Dr^a Joísa, pessoa competente, experiente e que, sem dúvida alguma, ajudará muito o Brasil, principalmente no setor

de energia elétrica, setor vital para o desenvolvimento do País.

A SRA. HELOÍSA HELENA (PSOL – AL) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra a V. Ex^a, Senadora Heloísa Helena, pela ordem.

A SRA. HELOÍSA HELENA (PSOL – AL. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Não costumo quebrar o Regimento, mas, como já foi quebrado por acordo de Liderança – e também outros Senadores acabaram, pela ordem, usando a palavra para outras motivações –, sinto-me no direito de fazê-lo, ao tempo em que abraço o Deputado João Fontes, o Deputado Babá e a Deputada Luciana Genro, porque hoje, ao contrário do que tentou anunciar o Senador Ney Suassuna, de fato, exatamente hoje, dia 14 de dezembro, grudadinho com o dia de ontem do AI-5, faz dois anos da nossa expulsão.

E, como se diz no interior das Alagoas, “Deus escreve certo em linhas tortas”, alguns dos padres ou pastores do interior alagoano dizem: “Não, Heloísa. Deus não escreve em linhas tortas. Às vezes, nós é que vemos as linhas tortas, quando, na realidade, são verdadeiras bênçãos que nos deu”.

Então, congratulo-me com os três Parlamentares queridos que tiveram a coragem, a ousadia de não se ajoelhar covardemente diante da cúpula palaciana do PT, a qual ousou pensar que era dona das mentes e dos corações de dois Deputados, de uma Deputada e de uma Senadora mas, graças a Deus, tivemos a sorte de não estar envolvidos com a podridão e outras coisas mais.

Era o que tinha a dizer, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pedi a palavra a fim de falar sobre a indicada, mas não poderia deixar de associar-me a essa comemoração feita aqui, de maneira democrática e suprapartidária, pelo PSOL. Ao ver o Senador Ney Suassuna segurando o bolo para comemorar o aniversário do PSOL, fiquei com o coração realmente cheio de alegria por ver que esse é um Partido sem ódio e sem medo.

Registro, ainda, a participação do Líder do meu Partido, Senador José Agripino.

A SRA. HELOÍSA HELENA (PSOL – AL) – Da primeira parte, há controvérsias.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – É um registro suprapartidário e altamente alvissareiro, o que

mostra que as mentes amadurecem, os radicalismos são deixados de lado.

Dito isso, Sr. Presidente, ressalto que acompanhei, na Comissão de Infra-Estrutura, a oitiva da SRA. Joísa Dutra Saraiva, que considero um nome altamente qualificado para ocupar o posto que ora votamos neste plenário.

Aguardamos sete meses pela indicação dos nomes pelo Governo. Agora, por meio da SRA. Joísa, técnica de competência demonstrada pelo seu currículo e, acima de tudo, pela sua disposição, o Gover-

no resolveu reparar o erro cometido com relação ao Congresso e, acima de tudo, para com o instituto das agências reguladoras neste País.

De forma que é um grande avanço. Teremos depois o Dr. Edvaldo, que, juntamente com a Dr^a Joísa, são dois técnicos mandados em boa hora para aprovação nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Vou proclamar o resultado.

(*Procede-se à apuração.*)

PARECER Nº 2.019, DE 2005 (ESCOLHA DE AUTORIDADE)

Sra. JOÍSA CAMPANHEIR DUTRA SARAIVA, PARA EXERCER O CARGO DE DIRETORA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL

Num.Sessão: 1
Data Sessão: 14/12/2005

Num.Votação: 10
Hora Sessão: 14:00:00

Abertura: 14/12/2005 18:44:18
Encerramento: 14/12/2005 18:55:59

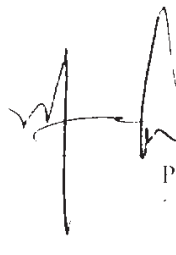
Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PMDB	PI	ALBERTO SILVA	Votou
Bloco-PT	SP	ALOÍZIO MERCADANTE	Votou
PSDB	PR	ALVARO DIAS	Votou
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	Votou
PSDB	MT	ANTERO PAES DE BARROS	Votou
PFL	BA	ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	Votou
PSDB	AM	ARTHUR VIRGLÍO	Votou
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	Votou
PFL	BA	CESAR BORGES	Votou
Bloco-PT	MS	DELÍDIO AMARAL	Votou
PFL	MA	EDISON LOBÃO	Votou
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	Votou
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	Votou
PFL	PB	EFRAIM MORAIS	Votou
Bloco-PT	RO	FATIMA CLEIDE	Votou
PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	Votou
Bloco-PT	PR	FLAVIO ARNS	Votou
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	Votou
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	Votou
	AC	GERALDO MESQUITA JUNIOR	Votou
PMDB	ES	GERSON CAMATA	Votou
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	Votou
P-SOL	AL	HELOISA HELENA	Votou
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	Votou
PDT	AM	JEFFERSON PERES	Votou
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	Votou
PSDB	ES	JOÃO BATISTA MOTA	Votou
Bloco-PL	TO	JOÃO RIBEIRO	Votou
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	Votou
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	Votou
PFL	PE	JOSÉ JORGE	Votou

PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	Votou
PSDB	MS	JUVÊNIO DA FONSECA	Votou
PCdoB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	Votou
PSDB	SC	LEONEL PAVAN	Votou
Bloco-PL	ES	MAGNO MALTA	Votou
PMR	RJ	MARCELO CRIVELLA	Votou
PFL	PE	MARCO MACIEL	Votou
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	Votou
PDT	PR	OSMAR DIAS	Votou
PSDB	AP	PAPALEO PAES	Votou
Bloco-PSB	CE	PATRICIA SABOYA GOMES	Votou
PFL	DF	PAULO OCTAVIO	Votou
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	Votou
PSDB	CE	REGINALDO DUARTE	Votou
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	Votou
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	Votou
PFL	BA	RODOLFO TOURINHO	Votou
PMDB	RR	ROMERO JUCA	Votou
PFL	SP	ROMEO TUMA	Votou
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIAS	Votou
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESARENKO	Votou
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	Votou
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	Votou
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	Votou
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	Votou

Partido UF Nome do Senador Voto

Presidente: RENAN CALHEIROS

Votos SIM : 41
Votos NÃO : 12
Votos ABST. : 03
Total : 56


Primeiro-Secretário

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Votaram SIM 41 Srs. Senadores; e NÃO, 12. Houve 3 abstenções.

Total: 56 votos.

Está, portanto, aprovado o nome da Sra. Joísa Campanher Dutra Saraiva.

Será feita a devida comunicação ao Senhor Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – **Item extrapauta:**

PARECER Nº 2.020, de 2005

(Escolha de Autoridade)

Discussão, em turno único, do Parecer nº 2.020, de 2005, da Comissão de Serviços de Infra-estrutura, Relator: Senador José Jorge, sobre a Mensagem nº 247, de 2005 (nº 734/2005, na origem), de 26 de outubro do corrente ano, pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Sr. Edvaldo Alves de Santana, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel.

Em discussão o parecer, em turno único.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passa-se a votação que, de acordo com o disposto no art. 383, Inciso VII, do Regimento Interno, deve ser procedida por escrutínio secreto.

Concedo a palavra ao Senador José Jorge, pela ordem.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é uma situação idêntica à anterior. Na realidade, trata-se de duas vagas que foram abertas em maio, e só agora estamos aprovando. E, agora em dezembro, mais dois Diretores da Aneel encerram seu mandato. O Governo já deveria ter mandado os novos nomes, mas não mandou. E ficamos na seguinte situação: se derrubássemos um desses dois nomes, a Aneel teria que fechar, porque ela só pode funcionar com dois Diretores.

Então, é uma questão de altíssimo risco. Portanto, peço, mais uma vez, a todos os Senadores da Minoria que votem favoravelmente à indicação desse nome, porque é um técnico que trabalha na Aneel e tem todas as condições de ser diretor, mas principalmente pelo fato de que, senão, a Aneel vai ter de fechar, já que ela não pode funcionar apenas com um diretor. Agora, com a aprovação da Joísa Campanher Dutra Saraiva, são dois; mas tem de ter pelo menos três.

Então, o meu voto é favorável, e peço aos outros companheiros da Minoria que também votem a favor.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Aloizio Mercadante, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de, em primeiro lugar, aproveitar a oportunidade também para dar os parabéns à cidade de Jundiaí, que comemora 350 anos. Ela é a terra da uva e a oitava economia do Estado de São Paulo. Hoje está em festa, celebrando, esse Município que tem uma bela história de grande contribuição ao Estado e ao desenvolvimento. Portanto, registro meu voto de aplauso e meu abraço a todos os companheiros, a todas as forças políticas e empresariais, aos trabalhadores, aos sindicatos importantes. Jundiaí tem uma bela história e é um pólo industrial importante de desenvolvimento do Estado de São Paulo, sendo o oitavo Município do ponto de vista econômico e que muita contribuição tem dado ao País e ao Estado.

Eu queria também pedir às Senadoras e aos Senadores que votem a indicação do Sr. Edvaldo Alves de Santana. É um técnico de carreira, homem formado e competente, com toda a capacidade de desenvolver a função de diretor da Aneel. É imprescindível a sua aprovação, para que a Agência possa funcionar, como destacou o Senador José Jorge. Peço apoio também dos demais Senadores, para que possamos permitir que essa Agência cumpra o papel essencial de regulação e de fiscalização, num setor tão sensível quanto é o da infra-estrutura de energia no País.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Arthur Virgílio, tem a palavra V. Ex^a.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, do mesmo modo e secundando o Senador Romeu Tuma, tive a honra de firmar voto de aplauso à cidade de Jundiaí, a Terra da Uva, pedindo que esse voto de aplauso seja levado ao conhecimento do meu companheiro de partido, o Prefeito Ari Fóssen, bem como ao Vereador Júlio César de Oliveira, Líder do PSDB na Câmara Municipal de Jundiaí.

Essa cidade comemora hoje, dia 14 de dezembro, o seu 350º aniversário de criação. Como disse muito bem o Senador Mercadante, é a oitava economia do Estado de São Paulo e detém um dos melhores Índices

de Desenvolvimento Humano do País. Portanto, passa a ser um patrimônio do País como um todo.

Sr. Presidente, é para mim uma honra muito grande ter firmado esse voto junto com o Senador Romeu Tuma.

Muito obrigado.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Quero saudar o ingresso do Senador José Jorge na defesa do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Vou encerrar a votação e proclamar o resultado.

(*Procede-se à apuração.*)

PARECER Nº 2.020, DE 2005 (ESCOLHA DE AUTORIDADE)

Sr. EDVALDO ALVES DE SANTANA, PARA EXERCER O CARGO DE DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL.

Num.Sessão: 1 Num.Votação: 11 Abertura: 14/12/2005 18:56:19
Data Sessão: 14/12/2005 Hora Sessão: 14:00:00 Encerramento: 14/12/2005 19:00:37

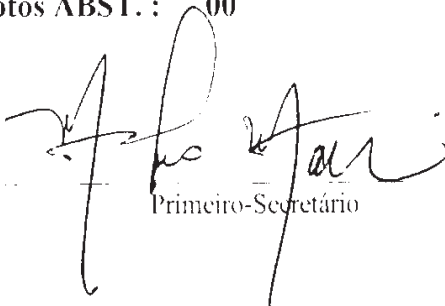
Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PMDB	PI	ALBERTO SILVA	Votou
Bloco-PT	SP	ALOZIO MERCADANTE	Votou
PSDB	PR	ALVARO DIAS	Votou
Bloco-PT	PA	ANA JULIA CAREPA	Votou
PSDB	MT	ANTERO PAES DE BARROS	Votou
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	Votou
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	Votou
PSDB	AM	ARTHUR VIRGILIO	Votou
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	Votou
PFL	BA	CÉSAR BORGES	Votou
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	Votou
Bloco-PT	MS	DÉLCIDIO AMARAL	Votou
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	Votou
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLEY	Votou
PFL	PB	EFRAIM MORAIS	Votou
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	Votou
PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	Votou
Bloco-PT	PR	FLAVIO ARNS	Votou
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	Votou
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	Votou
	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	Votou
PMDB	ES	GERSON CAMATA	Votou
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	Votou
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	Votou
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	Votou
PSDB	ES	JOÃO BATISTA MOTTA	Votou
Bloco-PL	TO	JOÃO RIBEIRO	Votou
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	Votou
PFL	PE	JOSÉ JORGE	Votou
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	Votou
PSDB	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	Votou
PCdoB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	Votou
PSDB	SC	LEONEL PAVAN	Votou
PFL	PE	MARCO MACIEL	Votou
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	Votou
PDT	PR	OSMAR DIAS	Votou
PSOB	AP	PAPALEO PAES	Votou
Bloco-PSB	CE	PATRICIA SABOYA GOMES	Votou
PFL	DF	PAULO OCTAVIO	Votou
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	Votou
PSDB	CE	REGINALDO DUARTE	Votou
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	Votou
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	Votou
PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	Votou
PMDB	RR	ROMERO JUCA	Votou
PFL	SP	ROMEU TUMA	Votou
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	Votou
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESARENKO	Votou
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	Votou
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	Votou
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	Votou

Presidente: RENAN CALHEIROS

Votos SIM : 41

Votos NÃO : 10 Total : 51
Votos ABST. : 00

Partido UF Nome do Senador Voto


Primeiro-Secretário

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Votaram SIM 41 Srs. Senadores; e NÃO, 10. Não houve abstenção.

Total: 51 votos.

Está aprovado o nome do Sr. Edvaldo Alves de Santana.

Será feita a devida comunicação ao Senhor Presidente da República.

Temos apenas mais duas votações de autoridades, dois integrantes do Cade. Vamos votá-los rapidamente, se esta for a vontade da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – **Item extrapauta:**

PARECER Nº 2.005, DE 2005

(Escolha de Autoridade)

Discussão, em turno único, do Parecer nº 2005, de 2005, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador: Ney Suassuna, sobre a Mensagem nº 241, de 2005 (nº 667/2005, na origem), de 7 de outubro do corrente ano, pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Sr. Abraham Benzaquen Sicsú para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE.

Em discussão o parecer, em turno único.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sr. Presidente, pelo nome, no mínimo, é parente do Gushiken.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Em discussão o parecer.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pela ordem, concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pedi a palavra pelo art. 14, porque fui citado pelo Senador Ney Suassuna, que disse que eu pedi voto a favor desses dois diretores da Aneel. Na realidade, pedi os votos, senão a Aneel iria fechar – o que não é possível –, já que acabam dois mandatos na segunda-feira.

A outra razão é o fato de que, no sábado, Sr. Presidente, o PT rompeu com o Governo. Quer dizer, antes de eu pedir voto com o Governo, o Partido do Governo, numa resolução do Diretório Nacional, com a presença de todos os Senadores, inclusive do Líder do Governo, Senador Aloizio Mercadante, rompeu com o Governo. Se o próprio Partido do Governo rompe com o Governo, o que é algo inédito – fica até difícil explicar; o português não ajuda a explicar esse fato –,

um Senador da Oposição, pode, de vez em quando, pedir um voto a favor de um indicado para uma agência reguladora.

Creio também, Sr. Presidente, que, como o PT rompeu com o Governo, o Partido deveria devolver seus cargos em comissão. Parece que o PT tem 15 mil cargos em comissão no Governo – diz o Senador Arthur Virgílio que são 17 mil. Sendo assim, o Partido deveria devolver esses cargos, já que não participa mais da Base do Governo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – As Sr^{as} e os Srs. Senadores já podem votar.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, esse cidadão, pernambucano, é pesquisador do Instituto Joaquim Nabuco, em Pernambuco, é professor da Universidade Federal de Pernambuco, mestre, enfim, é uma pessoa de currículo. Como eu disse a alguns Senadores que brincaram comigo, esse é um nordestino de muito, muito, muito conhecimento. E o irmão dele foi secretário executivo do Ministério da Ciência e Tecnologia do governo passado.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com a palavra V. Ex^a, Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria destacar que nós estamos indicando para o Cade pessoas com perfil técnico, pessoas que têm currículo, vivência acadêmica e teórica para tratar de um tema extremamente sensível, que são as fusões e aquisições diante do processo de globalização, que exige novos padrões de concorrência, mas, de outro lado, reivindica que o País tenha equilíbrio e estabeleça políticas de concorrência que sobretudo protejam os interesses do consumidor.

Nós já tivemos, no passado, algumas decisões do Cade extremamente questionáveis, como foi o caso da Nestlé. E, agora, com essa formação mais técnica, mais competente, jurídica, econômica, nós teremos mais agilidade e, seguramente, mais confiança e mais convergência em torno das decisões deste novo Cade que está se formando.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu já fico muito feliz de saber que, desta vez, é uma indica-

ção técnica, porque eu tenho visto a prevalência das indicações políticas, inclusive com uma minimização do papel das agências reguladoras, que representam o Estado brasileiro e não o Governo Lula, representam o Estado, que tem objetivos permanentes e tem duração para sempre, e não o Governo, que pode ser substituído de quatro em quatro anos.

Portanto, para mim, muito mais do que tomar conhecimento do currículo do fulano ou do beltrano indicado hoje, me interessaria saber se este Governo está ou não disposto a compreender, de uma vez por todas, o papel das agências reguladoras. Com as privatizações, abriu-se um vácuo que tem de ser preenchido pela regulação dos mercados. Então, nada de se imaginar a agência submetida ao ministro, nada de se imaginar o presidente da agência submetido aos ditames do ministério do seu fulano de tal ou da dona beltrana de tal. Isso tem levado a sucessivos fracassos dos leilões de energia, tem levado ao baixo nível de investimento que o Brasil tem recebido em infra-estrutura, tem levado, enfim, a uma brutal perda de oportunidades numa hora virtuosa da economia internacional, quando o Brasil não é capaz de exercitar plenamente aquilo que as agências, se independentes, poderiam carrear para o crescimento econômico. Há alguma coisa de positivo; com toda certeza, as agências, se bem instrumentalizadas, poderiam levar para o crescimento positivo do PIB brasileiro.

Estranho que, toda vez, pelo fato de os nomes serem desconhecidos, alguém tem sempre de explicar que o currículo é assim, que trabalhou ali, acolá. Diz o Senador Antonio Carlos que são sempre currículos invejáveis, mas não sinto razão alguma para ter inveja deles! Quando o Celso Furtado criou a Sudene, todos sabíamos quem era ele. Era auto-explicável. Agora, aqui, temos de explicar: fulano de tal, filho da dona fulana, estudou não sei onde, fez o curso primário não sei onde, era um bom menino, jamais quebrou a vidraça do vizinho. Estamos diante de desconhecidos; agora, sobretudo, diante de uma filosofia conhecida, que é a politização das agências e a minimização do papel delas, que passam a ser vistas pelo governo como meros acessórios dos ministérios. Isso não vai dar certo! Isso não será bom para o Brasil no médio e no longo prazo! Isso não possibilitará ao Brasil maximizar a sua capacidade de atrair investimentos.

Estamos acabando o ano legislativo, e estou sentindo uma certa sensação de inutilidade, ou seja, voto acreditando que está indo do melhor jeito, mas percebo que o governo peca por não compreender qual deveria ser o papel efetivo das agências reguladoras. Isto está, a meu ver, se configurando algo grave para

o País com consequências de médio e longo prazo negativas, nocivas para a economia deste País.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Gilvam Borges, V. Ex.^a está habilitado a votar.

Com a palavra o Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu também, a exemplo do Senador Arthur Virgílio, e com base até no momento final da última do fala do Senador Aloizio Mercadante, espero que esta nova formação do Cadê, com pessoas de nomes difíceis – estou falando em meu nome e no do Senador Camata –, porque ninguém foi mais vítima do Cade do que o Espírito Santo, os cinco mil empregados da Garoto, as famílias que trabalham na Garoto, uma fábrica com mais de cinquenta anos, que, por problemas de divergências familiares, caminhou para a falência e foi socorrida, quando ninguém queria, pela Nestlé, e, mais do que um currículo e um nome difícil, esperamos que as pessoas que estão sendo indicadas agora tenham caráter.

O crime que se cometeu contra o Estado do Espírito Santo, de conselheiros subservientes e teleguiados de ministros, que queriam prejudicar o Estado do Espírito Santo em detrimento de acordos firmados para beneficiar empresa A ou empresa B. Nós, no Estado do Espírito Santo, ainda não pagamos o preço de perder a Garoto e a retirada da Nestlé, que, mais do que comprar a Garoto, fez investimentos no Estado do Espírito Santo por força de ação judicial, até porque os processos do Cade foram viciados, malfeitos, cheios de ilegalidades, que ensejaram na Justiça ilegalidades e brechas para que o Espírito Santo não perdesse a Garoto e mais de cinco mil empregos.

Estamos votando esse Cade de hoje, Senador Tião Viana, no apagar das luzes. E a mim não interessa, porque os outros também eram laureados nos seus currículos, meninos prodígios, que fizeram universidade nos Estados Unidos e que voltam para cá como conhecedores e donos da verdade, e tudo que eles trazem é bom. Se der certo, eles são gênios; se não der certo, foi a população que não cooperou. Este tipo de gênio não me interessa. Espero que essa nova formação do Cade seja com pessoas que tenham vergonha e que pensem de fato no bem-estar da sociedade brasileira. Porque sofremos um revés com essa formação que está indo embora. E queira Deus que rapidamente o remanescente saia também, para que possamos colocar outras pessoas comprometidas com o que é a verdade, e não com interesses, quando se vota conselheiro subserviente de Ministros que cumprem compromissos assumidos em detrimento de população, em detrimento do que os mercados vão

pensar do comportamento de uma formação tão ruim como este Cade, que está sendo modificado agora. Repito, espero que os demais que ali ficaram saiam também muito rápido.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador João Batista Motta, tem V. Ex^a a palavra.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, sem questionar os nomes que estão sendo indicados, eu preferiria que estivessemos, hoje, votando aqui a extinção do Cade, pelas aberrações que tem cometido até aqui, como bem relatou o Senador Magno Malta. E queria que o Senador Aloizio Mercadante prestasse atenção ao que vou falar: a Companhia Vale do Rio Doce, depois de passar pelo crivo do pessoal do meio ambiente, depois de passar pelo crivo do Ministério Público, tem hoje três grandes siderúrgicas querendo ser implantadas no Brasil com a sua participação, re-

pito, depois de passar pelo crivo dos ambientalistas e pelo crivo do Ministério Público. Ela não está podendo instalar as três siderúrgicas e condena a Vale do Rio Doce que continue exportando minério *in natura*, sem agregar valor e sem gerar emprego no Brasil. Esse Cade só serve para isso. Bom seria se estivessemos aqui extinguindo esse órgão, que tanto mal tem feito ao Brasil.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Não havendo mais quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passa-se à votação que, de acordo com o disposto no art. 383, inciso VII, do Regimento Interno, deve ser procedida por escrutínio secreto.

As Senhoras e os Senhores Senadores já podem votar. (Pausa.)

(Procede-se à apuração.)

PARECER Nº 2.005, DE 2005 (ESCOLHA DE AUTORIDADE)

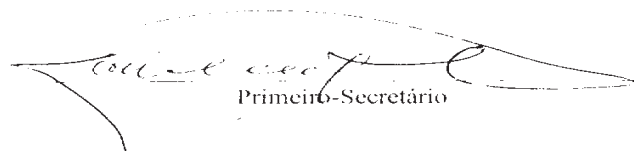
SE ABRAHAM BENZAQUEM SICUSÚ, PARA EXERCER O CARGO DE CONSELHEIRO DO CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA - CADE

Num.Sessão: 1 Num.Votação: 12 Abertura: 14/12/2005 19:01:08
Data Sessão: 14/12/2005 Hora Sessão: 14:00:00 Encerramento: 14/12/2005 19:12:55

Partido	UF	Nome do Senador	Voto	Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	Votou	PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	Votou
PMDB	SP	ALOÍZIO MERCADANTE	Votou	PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	Votou
PSDB	PR	ALVARO DIAS	Votou	PSDB	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	Votou
PMDB	RO	AMIR LANDO	Votou	PCdoB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	Votou
PMDB	PA	ANA JÚLIA CAREPA	Votou	PMDB	PA	LUIZ OTAVIO	Votou
PSDB	MT	ANTERO PAES DE BARROS	Votou	PMDB	ES	MAGNO MALTA	Votou
PFL	BA	ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	Votou	PFL	PE	MARCO MACIEL	Votou
PMDB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	Votou	PMDB	PB	NEY SUASSUNA	Votou
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	Votou	PDT	PR	OSMAR DIAS	Votou
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	Votou	PSDB	AP	PAPALÊO PAES	Votou
PFL	BA	CÉSAR BORGES	Votou	PMDB	CE	PATRICIA SABOYA GOMES	Votou
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	Votou	PFL	DF	PAULO OCTAVIO	Votou
PMDB	MS	DELCÍDIO AMARAL	Votou	PMDB	RS	PAULO PAIM	Votou
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	Votou	PSDB	CE	REGINALDO DUARTE	Votou
PMDB	SP	EDUARDO SUPLICY	Votou	PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	Votou
PFL	PB	EFRAIM MORAIS	Votou	PMDB	RJ	ROBERTO SATURNINO	Votou
PMDB	RO	FATIMA CLEIDE	Votou	PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	Votou
PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	Votou	PMDB	RR	ROMERO JUCA	Votou
PMDB	PR	FLÁVIO ARNS	Votou	PFL	SP	ROMEU TUMA	Votou
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	Votou	PTB	RS	SÉRGIO ZAMBASI	Votou
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	Votou	PMDB	MT	SÉRY S LHESSARENKO	Votou
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JUNIOR	Votou	PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	Votou
PMDB	ES	GERSON CAMATÁ	Votou	PMDB	AC	TIÃO VIANA	Votou
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	Votou	PMDB	RO	VALDIR RAUPP	Votou
PMDB	AP	GILVÂN BORGES	Votou	PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	Votou
P-SOL	AL	HELOISA HELENA	Votou				
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	Votou				
PMDB	TO	JOÃO RIBEIRO	Votou				
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	Votou				
PFL	RN	JOSÉ AGR. PINO	Votou				
PFL	PE	JOSÉ JORGE	Votou				

Presidente: RENAN CALHEIROS

Votos SIM : 40
Votos NÃO : 15
Votos ABST. : 01
Total : 56


Primeiro-Secretário

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – Votaram SIM 40 Srs. Senadores; e NÃO, 15.

Houve uma abstenção.

Total: 56 votos.

Está, portanto, aprovado o nome do novo Conselheiro do Cade, Dr. Abrahan Benzaquem Sicsú.

Será feita a devida comunicação ao Senhor Presidente da República.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL

– BA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL

– BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu gostaria de saber se não chegou nenhuma medida provisória, para impedir que haja votação amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – Estamos combinando com os Líderes partidários para fazermos a leitura de duas medidas provisórias amanhã.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL

– BA) – Mas depois de votação?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – Por acordo.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL

– BA) – Mas depois de votação?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – Não. Queremos...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL

– BA) – V. Ex^a já confessou que chegaram.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – As medidas estão chegando. Se não for por acordo, teremos que proceder a leitura. E estamos votando exatamente por acordo.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL

– BA) – Agora, hoje?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – Hoje.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL

– BA) – Mas amanhã não haverá votação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – Se as medidas forem lidas, não, porque trancarão a pauta.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL

– BA) – Mas não podem deixar de serem lidas, porque chegaram.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – Não, mas elas chegaram desde ontem. Não lemos ontem por acordo. Se o acordo deixar de existir, terei que ler obrigatoriamente.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL

– BA) – Então, pergunto ao Líder do meu Partido.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL

– BA) – Deixarmos votar amanhã já havendo medida provisória é um precedente terrível.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Veja bem,

foi feito um entendimento para que se exaurisse a pauta de consenso, o que for matéria de consenso, que é o que já estamos votando.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – Exatamente.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Foi pactuado entre os líderes e o Presidente da Casa. Matérias

que não sejam de consenso não entrarão nessa sistemática. As que forem de consenso entrarão, como, por exemplo, a matéria das medidas provisórias, que estamos tentando votar e é objeto de discussão na CCJ para se tentar encerrar o ano legislativo com alguns feitos importantes como, por exemplo, esse. O que não for consenso não se vota.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL

– BA) – E a Anac não é consenso?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Não, não

há consenso sobre a Anac, até porque os nomes para a Agência nem foram submetidos.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL

– BA) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – É exatamente isso que o Senador José Agripino acabou de dizer.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL

– BA) – S. Ex^a acabou de dizer que não há consenso na matéria da Anac.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – Só votaremos o que possuir consenso. Com

relação à Anac, as sabatinas ainda não foram realizadas na Comissão.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Mas podem querer fazer amanhã e mandar para cá amanhã e depois.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Não havendo consenso, não temos como apreciar.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Creio que amanhã não há nenhuma matéria que seja de Comissão e que venha para cá ser votada. É o encerramento.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Só virá por consenso. Não é fácil, a essa altura, a construção de um consenso em torno de matéria que, evidentemente, divida.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, deve estar havendo um equívoco do Senador Antonio Carlos Magalhães com relação à Anac. A Anac ainda se encontra na Comissão. Não foi sequer apreciada na Comissão. De forma que só poderá vir a plenário, Senador Antonio Carlos Magalhães, depois da aprovação na Comissão.

A reunião da Comissão está marcada para amanhã, às 10 horas, para a votação dos nomes.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A matéria está na Comissão e não é assunto do plenário. É um problema da Comissão de Infra-Estrutura. A sabatina sequer foi realizada.

Sobre a mesa, parecer que será lido.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador) – Gostaria que logo após essa votação de autoridades pudéssemos votar o projeto de financiamento internacional para Minas Gerais.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Se não houver objeção do plenário vou inseri-lo. Não na ordem sugerida por V. Ex^a, mas como o segundo na ordem.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE. Pela ordem. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, gostaria apenas – ainda seguindo a linha de preocupação do Senador Antonio Carlos Magalhães, que foi mencionada pelo Senador Arthur Virgílio –, de demonstrar nossa preocupação com a questão das agências reguladoras.

Desde o processo de privatização dos serviços públicos brasileiros, as agências reguladoras assumem um papel essencial na vida pública e até no sistema operacional brasileiro. São elas que fazem o equilíbrio entre o serviço público, o investidor, o agente econômico e o agente consumidor.

Há uma minimização evidente do Governo tentando restringir o papel das agências reguladoras ultimamente. Até hoje não há uma definição. Há uma constante queixa sobre as agências reguladoras. E ultimamente tem nos preocupado enormemente a politização na nomeação para as agências reguladoras nacionais. As agências são o que dão equilíbrio e credibilidade não só para os investimentos, como para o sistema. A politização é um erro e um perigo para o sistema, e parece que existe uma tendência ocorrendo, para a qual esta Casa está sendo alertada agora pelo Senador Arthur Virgílio, em razão da preocupação mencionada aqui pelo Senador Antonio Carlos Magalhães.

Quero deixar nossa preocupação registrada neste momento, assim como o fizemos em outras vezes. Senador Mercadante, gostaria que V. Ex^a prestasse atenção. Já manifestamos nossa preocupação em outras ocasiões e não tivemos, a meu ver, a atenção que merecíamos.

Lembro-me da PPP, quando pedi que V. Ex^a prestasse atenção a ela; lembro-me do Banco Popular, quando pedi que V. Ex^a prestasse atenção a ele, e V. Ex^a não prestou. Agora, estou dizendo: estão politizando as agências reguladoras; estão transformando as agências reguladoras, que são responsáveis pelo equilíbrio e pela credibilidade de todo o sistema de funcionamento do serviço público

em relação à população, aos investidores e ao público em geral. Estão acabando com a credibilidade e com esse equilíbrio, o que pode ser um desastre futuro para esse sistema de agências reguladoras. Estou temendo essa situação e, por isso, dou este aviso, como o fiz há algum tempo.

Peço a V. Ex^a – e sei que é um homem sério e que se preocupa com essa situação a longo prazo – que alerte seu Governo para o que está ocorrendo. Por causa disso, peço ao meu Partido que não vote sem prestar muita atenção ao currículo, à verdadeira adequação do currículo técnico, da vida pregressa do indicado; se ele tem verdadeiramente condições de ocupar o cargo, se sua vida é preparada para o cargo, se realmente estudou, se preparou, se tem condições técnicas para o exercício daquele cargo, para aquela área, para aquele setor. Peço que meu Partido só vote se realmente a pessoa indicada pelo Governo tiver as condições anteriormente citadas.

É essa a consideração que faço, sob o fundamento de colocarmos em risco todo o sistema do serviço público do País.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente...

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Senador Aloizio, antes de V. Ex^a fazer a sua colocação, eu gostaria apenas de fazer um lembrete, já que falei sobre o Prêmio Esso de Jornalismo.

Eu gostaria de pedir uma moção de homenagem à grande jornalista Renata Lo Prete, que também recebeu o Prêmio Esso de Jornalismo pelas suas duas reportagens que fez com o Deputado Roberto Jefferson, com as quais realmente marcou a sua vida profissional, o seu talento, a sua indiscutível perspicácia e conhecimento da vida política brasileira.

Eu queria fazer esse registro e pedir que a homenagem fosse publicada também nos Anais desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Esta Presidência se associa à homenagem que V. Ex^a presta à jornalista Renata Lo Prete pelo recebimento do Prêmio Esso.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Senador Aloizio Mercadante pediu a palavra, e é claro que V. Ex^a vai conceder-lhe. Mas eu pediria que, antes disso, se procedesse à leitura, para que pudéssemos votar. Poder-se-ia ler enquanto estivéssemos votando. Por gentileza!

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Aloizio Mercadante, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Aguardo que se coloque a matéria em votação. Em seguida, falarei.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senadora Heloísa Helena. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Vamos avançar e, durante a votação, quem quiser poderá fazer intervenção, porque inclusive isso ajuda na espera de um quórum significativo.

Se seguirmos dessa forma, será bem melhor.

Sobre a Mesa parecer que será lido pela Senhora 1^ª Secretária em exercício, Senadora Serys Slhessarenko.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 2.225, DE 2005

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 265, de 2005, que submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Paulo Furquim de Azevedo, para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE.

A Comissão de Assuntos Econômicos, em votação secreta realizada em 13 de dezembro de 2005, apreciando o relatório apresentado pela Senhora Senadora Ana Júlia Carepa sobre a Mensagem nº 265, de 2005, opina pela aprovação da escolha do Senhor Paulo Furquim de Azevedo, para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica, por 13 votos favoráveis, 1 contrário(s) e nenhuma abstenção.

PRESIDENTE:

Sala das Comissões em, 13 de dezembro de 2005.

RELATOR (A):

Ana Júlia Carepa

Bloco da Minoria (PFL e PSDB)

CÉSAR BORGES (PFL)	1-JOSÉ AGRIPINO (PFL)
EDISON LOBÃO (PFL)	2-ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL)
GILBERTO GOELLNER (PFL)	3-HERÁCLITO FORTES (PFL)
JORGE BORNHAUSEN (PFL)	4-DEMÓSTENES TORRES (PFL)
RODOLPHO TOURINHO (PFL)	5-JOSÉ JORGE (PFL)
ROMEU TUMA (PFL)	6- ROSEANA SARNEY (PFL)
VAGO	7-ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB)
EDUARDO AZEREDO (PSDB)	8-ÁLVARO DIAS (PSDB)
LÚCIA VÂNIA (PSDB)	9-LEONEL PAVAN (PSDB)
SÉRGIO GUERRA (PSDB)	10-FLEXA RIBEIRO (PSDB)
TASSO JEREISSATI (PSDB)	11-TEOTÔNIO VILELA FILHO (PSDB)

PMDB

RAMEZ TEBET	1-NEY SUASSUNA
LUIZ OTÁVIO	2- ROMERO JUCÁ
GARIBALDI ALVES FILHO	3- WELLINGTON SALGADO
MÃO SANTA	4-PEDRO SIMON
SÉRGIO CABRAL	5- VAGO
GILBERTO MESTRINHO	6-GERSON CAMATA
VALDIR RAUPP	7-ALMEIDA LIMA
JOSÉ MARANHÃO	8-VAGO

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)

ALOIZIO MERCADANTE (PT)	1-IDELI SALVATTI (PT)
ANA JÚLIA CAREPA (PT)	2-AELTON FREITAS (PL)
DELCÍDIO AMARAL (PT)	3-ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)
EDUARDO SUPLICY (PT)	4-ROBERTO SATURNINO (PT)
FERNANDO BEZERRA (PTB)	5-FLÁVIO ARNS (PT)
JOÃO CAPIBERIBE (PSB)	6-SIBÁ MACHADO (PT)
PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB)	7-SERYS SLHESSARENKO (PT)

PDT

OSMAR DIAS	1- JEFFERSON PÉRES
------------	--------------------

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Passa-se à apreciação da matéria.

Item extrapauta:

PARECER Nº 2.225, DE 2005
(Escolha de Autoridade)

Discussão, em turno único, do Parecer nº 2.225, de 2005, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relatora: Senadora Ana Júlia Carepa, sobre a Mensagem nº 265, de 2005 (nº 804/2005, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Paulo Furquim de Azevedo para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE.

Em discussão o parecer, em turno único. (Pausa.)
Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passa-se à votação que, de acordo com o disposto no art. 383, inciso VII, do Regimento Interno, deve ser procedida por escrutínio secreto.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores já podem votar.

Concedo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Senador Tasso Jereissati, eu queria dizer, em primeiro lugar, que, se olharmos para o passado...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Aloizio, sem querer interromper V. Ex^a, aviso que as Sr^{as} e os Srs. Senadores já podem votar.

V. Ex^a continua com a palavra.

(Procede-se à votação nominal e secreta.)

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Se olharmos para o passado, não procede a afirmação de V. Ex^a, ao afirmar que eu, em algum momento, nesta Casa, não prestei a devida atenção à advertência, ao pronunciamento ou às preocupações de V. Ex^a. Em particular, no que diz respeito ao projeto de Parceria Público-Privada, não só prestei toda atenção como nos dedicamos à construção de um projeto que foi votado praticamente por unanimidade nesta Casa.

Da mesma forma, em relação ao Banco Popular, V. Ex^a me trouxe advertências, e as mudanças foram feitas imediatamente. Imediatamente! Tratavam-se dos gastos de publicidade que não eram procedentes, da análise de balanço e da exigência de que esclarecimentos fossem feitos.

Em relação às agências, até este momento, todos os nomes que foram votados tinham os seus respectivos currículos técnicos e perfis. Por exemplo, Paulo Furquim de

Azevedo é formado em Administração Pública de Empresas pela FGV. Fez Mestrado e Doutorado na Universidade de São Paulo, fez curso de Pós-Graduação em Engenharia de Produção na Universidade Federal de São Carlos. Tem toda a vida acadêmica ligada aos problemas da concorrência, aos problemas do que significa exatamente o mandato do Cade. É um parecerista já consagrado nesta matéria, assim como Elizabeth Farina, atual Presidente do Cade, que fez também Economia, tendo Mestrado e Doutorado na USP, é especialista em Microeconomia e em matérias dessa natureza.

Estou destacando isso, porque a discussão do Senador Tasso...

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Não estou falando do Sr. Paulo Furquim, V. Ex^a sabe disso.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Tenho certeza de que não diz respeito a esta votação.

Se há alguma preocupação política em relação a alguma indicação, sinceramente estou aberto a ouvir. V. Ex^a já externou algumas preocupações. Vou buscar encaminhar os meus parceiros da Base no Senado, junto ao Governo, para promovermos as melhores escolhas possíveis. Mas temos de ter argumentos.

Estou totalmente de acordo que se analisem os currículos, a formação, a competência técnica, que são o padrão de excelência, porque há um debate sobre o papel das agências de regulação. A lei que trata dessa regulação está parada na Câmara dos Deputados, assim como tantas outras matérias importantes. O que deve ser feito? Muitas vezes, as agências de regulação, se não houver eficiência de gestão, de currículo, de transparência e de controle, acabam prejudicando o investimento, burocratizando decisões, pressionando empresários, em detrimento do interesse da Nação. Estou totalmente de acordo com essa preocupação.

Temos de discutir a fundo o papel das agências de regulação, a fundo, para que não prejudiquem o investimento, a agilidade e a vocação empreendedora do País, com regras obscuras e instáveis. Portanto, o modelo precisa ser aprimorado, e os nomes precisam ter currículos, como Paulo Furquim de Azevedo.

Estou aberto para ouvir as ponderações de V. Ex^a, e tenha a certeza de que buscarei encaminhá-las, porque são minhas.

V. Ex^a deixou claro que não se referiu a este nome cujo currículo apresentei, que é um currículo de excelência, de alguém que dedicou toda a sua vida a essa matéria e que, portanto, tem todas as condições para desempenhar a função.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Se todos os Srs. Senadores já votaram, vou encerrar a votação e proclamar o resultado.

Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}

e Srs. Senadores, eu, de fato, não estou, neste momento, questionando o Dr. Paulo Furquim de Azevedo. Questionei ainda há pouco a forma como o Governo vê as agências reguladoras. E o papel da Oposição é precisamente alertar, é procurar ajudar o Governo a corrigir rumos, pela crítica às vezes contundente; às vezes pela crítica não tão contundente assim.

O fato, Sr. Presidente, é que, há pouco, ouvimos o Líder do Governo se referir às PPPs. Fizemos um trabalho que, aliás, foi coordenado pelo Senador Tasso Jereissati, pelo Senador Rodolpho Tourinho e pela banda da Oposição, e a realidade nua e crua é que pediram toda aquela urgência, nós concedemos toda a urgência, e o Governo não foi capaz de colocar em prática nenhuma Parceria Público-Privada. Isso é um fato, não se discute. “Fulano de tal morreu”. “Fulano de tal está vivo”. São duas verdades. O Governo não foi capaz de colocar em prática nenhuma Parceria Público-Privada, ao contrário, por exemplo, do Governo de Minas Gerais, que conseguiu fazer algo nesse sentido, assim como outros governos estaduais.

Então, estou me referindo à questão da inépcia administrativa.

Mas eu queria me referir a mais. Alguém pode dizer: “Sou contra terem privatizado”, mas foram privatizadas as empresas estatais na sua maior parte. Precisava das agências como figura de regulação do mercado, para não ficar um vácuo, para defender o consumidor, para representar o Estado, e o Governo sempre entendeu as agências como de somenos.

A Ministra Dilma se esforça o tempo inteiro para transformar os Presidentes de agência em subordinados dela, em subordinadas dos Ministros que aí estão, como se fossem cargos de confiança dos Ministérios. Isso não deu e não dará certo. É a isso que o Senador Tasso Jereissati se referiu como sendo politização e que eu chamaria de politização e de minimização das agências reguladoras. Elas teriam de cumprir um outro papel. E esse papel está perdendo a nobreza, porque o Governo não compreende o que se queria para elas. Ele não compreende a importância que em outros países – países que também privatizaram – se deu à função das agências reguladoras.

Portanto, entendo que, toda vez que o Governo não compreende algo que é contemporâneo, ele dá um tiro no pé. Eu dei o exemplo das PPPs. Foi um tiro no pé não terem sabido fazer as PPPs. Se não sabe tratar com correção as agências, não aumenta a formação bruta de capital fixo, não aumenta a taxa de investimentos... Tiro no pé de novo. É algo como um muro, não sei se de Berlim, a separar o Governo de uma realidade contemporânea a ele, mas que não está sendo bem assimilada, bem compreendida, por esse próprio Governo.

Por isso, do debate, na nossa volta, no nosso retorno aos trabalhos legislativos, haverá de constar, como ponto nobre, a compreensão e a incompreensão a respeito das agências reguladoras. Não sei, sinceramente, em quem votei aqui. Acreditei e fiz tudo que o Senador José Jorge pediu, porquanto S. Ex^a foi Ministro, e competente, de Minas e Energia. Mas não sei em quem votei. Eles não eram técnicos de notório conhecimento, do meu ponto de vista.

Entendo apenas que o Governo fica a dever satisfações técnicas, porque as agências não estão funcionando. Elas funcionam à mingua, com recursos contingenciados. Há quase que uma tentativa deliberada de desmoralizar as agências. As agências, de repente, viraram mesmo uma espécie de quintal dos Ministérios. E essa destinação pouco nobre dada a elas não ajudou o Governo a maximizar crescimento adicional nenhum em 2006. O Governo teimou tanto e terá um crescimento medíocre em 2005, de menos de 2,5%. Para crescer 2,5%, teria que fazer o milagre, no último trimestre, de anualizar nesse trimestre, fazendo significar 9% ao ano, o que não vai fazer. Vai ficar em 2,1% ou 2,2%. O Governo falava tanto que vinha o espetáculo do crescimento, mas ele não veio. Não veio, entre outras coisas, porque o Governo não soube compreender o papel das agências reguladoras.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (PSOL – AL. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, acabo me sentindo motivada a fazer uma brevíssima colocação sobre esse tema por ser um modelo de administração pública completamente distante daquele que trabalhamos ao longo da nossa história de vida.

É evidente que esse modelo de regulação pelas agências que, supostamente, poderia significar descentralização, democratização, neutralidade política para a fiscalização e para regulação de setores públicos de fato não é verdade. Não foi no Governo passado e não é no atual Governo.

Não é verdade que se quer atribuir um caráter de neutralidade política às escolhas feitas para as agências. Não foi assim no Governo Fernando Henrique e não é assim no Governo Lula. Não podemos ludibriar a opinião pública dizendo que vale apenas a reconhecida competência técnica, o currículo apresentado e até o notório saber.

Portanto, infelizmente, não é verdade que se quer atribuir neutralidade política e independência aos indicados para as agências ou outros cargos públicos. Não foi no Governo passado e nem é no atual.

Há pouco, por exemplo, tivemos aqui uma votação do Dnit. Estavam aqui o Deputado Sandro Mabel e o Deputado Valdemar Correia, solicitando votos para a indicação. Se a indicação fosse somente por currículo, essas coisas não aconteceriam.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Valdemar Correia?

A SRA. HELOÍSA HELENA (PSOL – AL) – Então, é só para deixar registrado. Sei que o modelo sempre foi pensado pelo PSDB. Lembro-me dos grandes debates filosóficos sobre administração pública que eram feitos pelo PSDB, especialmente pelo Sérgio Motta. Eles têm uma compreensão de administração pública dessa maneira, muito mais vinculada à chamada flexibilidade neoliberal. Infelizmente, o atual Governo, que condenava esse modelo de agências e de regulação, fez exatamente a mesma coisa.

Eu não poderia deixar de esclarecer isso aqui, para que não queiramos, sob pena de ludibriar a opinião pública, atribuir a indicação ao currículo, ao, en-

tre aspas, “notório saber e à experiência acumulada”. Não foram no Governo passado, nem são no atual Governo.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Vou anunciar o resultado para abreviar o processo.

Senador Papaléo Paes, em seguida darei a palavra a todos. Vou anunciar a próxima matéria e darei a palavra, com satisfação.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Já darei a palavra, pela ordem, a V. Ex^a, Senador Sérgio Zambiasi. É sobre este assunto?

Vou anunciar o resultado e lhe darei a palavra, em seguida, com muito prazer.

Está encerrado o processo de votação. Vou proclamar o resultado.

(Procede-se à apuração)

PARECER Nº 2.225, DE 2005 (ESCOLHA DE AUTORIDADE)

Sr. PAULO FURQUIM DE AZEVEDO, PARA EXERCER O CARGO DE CONSELHEIRO DO CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA - CADE

Num.Sessão: 1
Data Sessão: 14/12/2005

Num.Votação: 13
Hora Sessão: 14:00:00

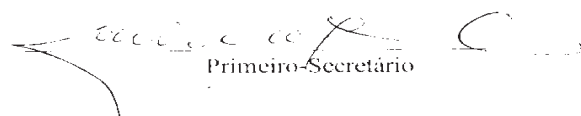
Abertura: 14/12/2005 19:23:46
Encerramento: 14/12/2005 19:35:42

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
Bloco-PL	MG	AELTON FREITAS	Votou
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	Votou
Bloco-PT	SP	ALOÍZIO MERCADANTE	Votou
PSDB	PR	ALVARO DIAS	Votou
PMDB	RO	AMIR LANDO	Votou
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	Votou
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	Votou
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	Votou
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	Votou
PFL	BA	CÉSAR BORGES	Votou
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	Votou
Bloco-PT	MS	DELCEIO AMARAL	Votou
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES	Votou
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	Votou
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLYC	Votou
PFL	PB	EFRAIM MORAIS	Votou
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	Votou
PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	Votou
Bloco-PT	PR	FLAVIO ARNS	Votou
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	Votou
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	Votou
	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	Votou
PMDB	ES	GERSON CAMATA	Votou
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	Votou
PMDB	AP	GILVAM BORGES	Votou
P-SOL	AL	HELOISA HELENA	Votou
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	Votou
Bloco-PL	TO	JOÃO RIBEIRO	Votou
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	Votou
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN	Votou
PFL	RN	JOSE AGRIPINO	Votou
PFL	PE	JOSE JÓRGE	Votou

PMDB	PB	JOSE MARANHÃO	Votou
PMDB	AP	JOSE SÁRNEY	Votou
PSDB	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	Votou
PCdoB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	Votou
PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO	Votou
Bloco-PL	ES	MAGNO MALTA	Votou
PFL	PE	MARCO MACIEL	Votou
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	Votou
PDT	PR	OSMAR DIAS	Votou
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	Votou
Bloco-PSB	CE	PATRICIA SABOYA GOMES	Votou
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	Votou
PSDB	CE	REGINALDO DUARTE	Votou
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	Votou
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	Votou
PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	Votou
PMDB	RR	ROMERO JUCA	Votou
PFL	SP	ROMEU TUMA	Votou
PTB	RS	SERGIO ZAMBIASI	Votou
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	Votou
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	Votou
Bloco-PT	AC	TIAO VIANA	Votou
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	Votou

Partido UF Nome do Senador Voto
Presidente: RENAN CALHEIROS

Votos SIM : 39
Votos NÃO : 14
Votos ABST. : 02
Total : 55


Primeiro-Secretário

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Votaram SIM 39 Srs. Senadores e NÃO, 14. Houve duas abstenções.

Total: 55 votos.

Está, portanto, aprovado o nome do Conselheiro Paulo Furquim de Azevedo.

Será feita a devida comunicação ao Senhor Presidente da República.

O SR. MARCELO CRIVELLA (PMR – RJ) – Sr. Presidente, quero registrar meu voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Mesa registrará o voto de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Garibaldi Alves Filho.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.485, DE 2005

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 175, inciso IV, do Regimento Interno, requeiro inversão da Ordem do Dia, a fim de que a matéria constante do item nº 2 seja submetida ao Plenário em primeiro lugar.

Sala das Sessões, 14 de dezembro de 2005.

– **Alvaro Dias.**

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneceram sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, pela ordem.

O Item 1 é um turno complementar de um projeto que está sob regime de urgência, tendo apenas uma emenda.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Há um requerimento de preferência, Senador Saturnino, e os dois projetos estão na mesma situação. Então, o requerimento de preferência tem que ser apreciado. Sendo apreciado e votado, como foi o caso, ele vai preceder à votação do outro projeto.

A SRA. HELOÍSA HELENA (PSOL – AL) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pela ordem, concedo a palavra a V. Ex^a.

A SRA. HELOÍSA HELENA (PSOL – AL. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, é evidente que houve um acordo dos Líderes no sentido de possibilitar a votação das autoridades antes da votação do projeto que estava em regime de urgência.

É evidente que houve um acordo, porque, regimentalmente, este seria votado antes. Está tudo muito bem, pois houve um acordo.

Há pouco, V. Ex^a informava que não fez a leitura da medida provisória porque havia também um acordo dos Líderes para que não se fizesse essa leitura, o que levaria a um trancamento da pauta e, portanto, à não-votação desse projeto do Ecad.

Quero apenas deixar registrado que, se V. Ex^a entender que o projeto deve ser votado, será pelo acordo da maioria dos Líderes, não de todos os Líderes, porque, no meu caso, como Líder do PSOL, sou contrária à votação do projeto hoje nesta Casa.

O SR. MARCELO CRIVELLA (PMR – RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (PMR – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, ontem, firmamos um acordo com os Senadores Paulo Octávio e César Borges que hoje fracassou, que não vingou.

Como ainda pretendemos amadurecer outra proposta e tentar demover nossos companheiros, apoiamos a Senadora Heloísa Helena. Se V. Ex^a ler as medidas provisórias, deixaremos para votar a matéria em uma próxima ocasião, para tentar um diálogo, um acordo, com base nessa proposta.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Na hora oportuna, nós decidiremos.

Antes de conceder a palavra ao Senador Ney Suassuna para uma questão de ordem, ouço o Senador Sérgio Zambiasi.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, solicito o apoio de V. Ex^a, dos Líderes e dos colegas da Casa para inclusão, na Ordem do Dia, do Projeto de Lei da Câmara nº 98, de 2005, que confere ao Município de Passo Fundo o título de Capital Nacional da Literatura.

Nesta semana, a Comissão de Educação aprovou o projeto do Senador José Sarney que cria o Fundo Nacional Pró-Leitura. Em breve a matéria estará na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com o nosso Senador Antonio Carlos Magalhães. Entendemos que a Casa deve acolher e aprovar projetos dessa dimensão.

Hoje, após 24 anos de realização dessa jornada, Passo Fundo é uma referência internacional. Tenho certeza de que esta é uma homenagem do Senado à

comunidade passo-fundense, à comunidade da área literária, com toda certeza. O Relator foi o Senador Paulo Paim, que nos brindou com um belíssimo estudo, e o projeto recebeu aprovação unânime na Comissão de Educação.

Agradeço a compreensão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Zambiasi, o projeto de V. Ex^a será atendido juntamente com o projeto de interesse de Minas Gerais.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Darei a palavra a todos que quiserem fazer uso dela, após anunciar o próximo item para apreciação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – **Item 2:**

**SUBSTITUTIVO DA CÂMARA AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 247,
DE 2004 – COMPLEMENTAR**

(Em regime de urgência, nos termos
do Requerimento nº 1.454/2005 – art. 336,II)

Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 247, de 2004–Complementar (nº 244/2005–Complementar, naquela Casa), que altera dispositivos da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, que dispõe sobre o Imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação e dá outras providências.

Concedo a palavra ao Relator da matéria, Senador Alvaro Dias.

[PARECER Nº 2.226, DE 2005–PLEN]

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Como Relator. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vou resumir, em respeito ao **quorum** elevado neste momento, para que a votação se dê o mais rapidamente possível, aprovando o Substitutivo. Dessa forma, o Senado estará confirmando e antecipando a vigência deste dispositivo, já aprovado nesta Casa. Está atualmente inserido na PEC nº 285, de 2004, desmembrada da PEC da Reforma Tributária, que incorpora a parte relativa ao ICMS e que aguarda votação pelo Plenário da Câmara dos Deputados.

Diante do exposto, opinamos favoravelmente à aprovação do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 247, de 2004.

Esse é o parecer, Sr. Presidente.

Voto, portanto, favoravelmente ao Substitutivo da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – É favorável o parecer do Senador Alvaro Dias, em substituição à Comissão de Assuntos Econômicos.

Em discussão o substitutivo da Câmara, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o substitutivo.

A Presidência esclarece que, nos termos do art. 287 do Regimento Interno, o Substitutivo da Câmara ao Projeto do Senado será considerado série de emendas e votado separadamente por artigos, parágrafos, incisos, alíneas e itens, em correspondência aos do projeto emendado, salvo requerimento para aprovação em globo ou por grupos de dispositivos.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Garibaldi Alves Filho.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 1.486, De 2005

Nos termos do art. 287 do Regimento Interno, requeiro votação, em globo, do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 247, de 2004–Complementar.

Sala das Sessões, 14 de dezembro de 2005.
– Senador **Alvaro Dias**.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado o requerimento.

Votação, em globo, do substitutivo da Câmara.

A Presidência esclarece que, nos termos do disposto no art. 288 do Regimento Interno do Senado, a matéria depende, para sua aprovação, do voto favorável da maioria absoluta da composição da Casa, devendo a votação ser feita pelo processo eletrônico.

Os Srs. Líderes, se desejarem, podem orientar suas Bancadas.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – O PMDB vota “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O PMDB vota “sim”.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores já podem votar.

Como vota o PSDB, Senador Arthur Virgílio?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Vota “sim”, com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, o PDT vota “sim”.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de encaminhar o voto “sim” por parte do Governo, lembrando que este projeto vai permitir alavancar os investimentos na produção de papel de imprensa.

O Brasil é um grande produtor e exportador mundial de papel, e somos importadores de papel de imprensa, porque só produzimos um terço. Desde 1949, da Constituinte, que temos uma imunidade no papel de imprensa que gerou um desequilíbrio fiscal que prejudicou esse setor.

Estamos corrigindo esse desequilíbrio, estimularemos o investimento e vamos seguramente ser não apenas auto-suficientes no papel de imprensa como vamos permitir a exportação também nesse segmento, pela competitividade que tem a economia brasileira nesse setor.

Portanto, o voto do Governo é “sim”.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas para registrar que esta matéria havia sido aprovada na reforma tributária de que fui Relator. Como a reforma tributária estancou na Câmara, apresentamos este projeto – o projeto é de minha autoria –, uma lei complementar exatamente para possibilitar tudo isso que falou o Senador Aloizio Mercadante, que é o desenvolvimento da produção de papel de jornal no Brasil, para que sejamos auto-suficientes.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, deveríamos ter uma reunião às 18 horas, que V. Ex^a me pediu que marcasse; eu marquei e acho que deveríamos realizá-la. Imploro a V. Ex^a, a não se queira desistir do problema das medidas provisórias. Nesse caso, a responsabilidade fica para a Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Não, não, jamais. Estou firme, a exemplo de V. Ex^a, para que possamos fazer essas mudanças em relação a medida provisória.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Mas com essas votações todas!

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Estou tentando exatamente agilizar.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – A não ser que V. Ex^a queira que ninguém compareça ao seu jantar.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Esta é a última votação nominal, exatamente a última.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PFL registra o voto “sim” e esclarece que esta matéria é um grande consenso, com cobertura, como acabou de mencionar o Senador Romero Jucá, na própria reforma tributária. É um desejo do Paraná, e aqui estão presentes representantes do Paraná da Câmara e do Senado, de diversos partidos, que vieram fazer o acompanhamento da aprovação desta matéria, para a qual o PFL colaborará com o voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A recomendação do PFL é o voto “sim”, pela aprovação da matéria, que é objeto de acordo entre os Líderes partidários. Mas sua aprovação depende de **quorum** qualificado. Precisamos de 41 votos favoráveis.

Esta é a última votação nominal, Senador Antonio Carlos Magalhães.

Se todos já votaram, vou encerrar a votação e proclamar o resultado.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, o Senador José Jorge está votando, e queria pedir aos membros da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do PMDB que comparecessem, pois este assunto é de suma importância para o Parlamento.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, V. Ex^a mencionou que o entendimento hoje era para se votarem aquelas matérias sobre as quais haja consenso. Há uma matéria sobre a qual, acredito, há consenso. Trata-se do item 6, que já foi votado em primeiro turno; bastaria votar o segundo turno. É uma Proposta de Emenda à Constituição que poderia ser votada rapidamente. Se assim for, gostaria de fazer o apelo ao Presidente Antonio Carlos Magalhães e me disponho a estar na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. É uma questão que levaria de três a cinco minutos para ser votada. Dessa forma, completariamos a votação desta PEC sobre a qual, acredito, há consenso.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Paulo Octávio.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, concordaria com a votação solicitada pelo Senador Eduardo Suplicy, mas, até em homenagem ao Senador João Capiberibe, que nos deixou ontem, queria pedir que respeitássemos a Ordem do Dia. Há o item 1. Em respeito a S. Ex^a e em respeito ao Regimento, poderíamos votar o item 1 da pauta.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Virá em seguida.

Se todos já votaram, vou encerrar a votação e proclamar o resultado.

A matéria, para a sua aprovação, precisa de 41 votos favoráveis.

(*Procede-se à apuração.*)

SUBSTITUTIVO DA CÂMARA AO PLS Nº 247, DE 2004 - COMPLEMENTAR

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI COMPL. 87, DE 13/09/1996, QUE DISPÕE SOBRE O IMPOSTO DOS ESTADOS E DO D.F. SOBRE OPERAÇÕES RELATIVAS À CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SOBRE PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE TRANSP. INTERESTADUAL E INTERMUNICIPAL E DE COMUNICAÇÃO, ...

Num.Sessão: 1 Num.Votação: 14 Abertura: 14/12/2005 19:43:24
Data Sessão: 14/12/2005 Hora Sessão: 14:00:00 Encerramento: 14/12/2005 19:50:08

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
Bloco-PL	MG	AELTON FREITAS	SIM
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	SIM
Bloco-PT	SP	ALOÍZIO MERCADANTE	SIM
PSDB	PR	ALVARO DIAS	SIM
PMDB	RO	AMIR LANDO	ABST.
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	SIM
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	SIM
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	SIM
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	SIM
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	SIM
PFL	BA	CÉSAR BORGES	SIM
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	SIM
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES	SIM
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	SIM
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLCY	SIM
PFL	PB	EFRAIM MORAIS	SIM
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	SIM
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	SIM
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	SIM
-	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	SIM
PMDB	ES	GERSON CAMATA	SIM
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	SIM
PMDB	AP	GILVAM BORGES	SIM
P-SOL	AL	HELOISA HELENA	SIM
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	SIM
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	SIM
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN	NÃO
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	SIM
PFL	PE	JOSÉ JORGE	SIM

PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	SIM
PSDB	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	SIM
PSDB	SC	LEONEL PAVAN	SIM
PMR	RJ	MARCELO CRIVELLA	SIM
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	SIM
PDT	PR	OSMAR DIAS	SIM
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	SIM
Bloco-PSB	CE	PATRICIA SABOYA GOMES	SIM
PFL	DF	PAULO OCTÁVIO	SIM
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	SIM
PSDB	CE	REGINALDO DUARTE	SIM
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	SIM
PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	SIM
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	SIM
PFL	SP	ROMEU TUMA	SIM
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	SIM
Bloco-PT	MT	SÉRY S LHESSARENKO	SIM
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	SIM
PSDB	AL	TEOTONIO VILELA FILHO	SIM
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	SIM
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	SIM

Presidente: RENAN CALHEIROS

Votos SIM : 48

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
---------	----	-----------------	------

Votos NÃO : 01 Total : 50
Votos ABST. : 01


Primeiro-Secretário

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – Votaram SIM 48 Srs. Senadores; e NÃO, 1.

Houve uma abstenção.

Total: 50 votos.

Está, portanto, aprovado o Substitutivo da Câmara ao PLS nº 247, de 2004 – Complementar.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora, oferecendo a redação final da matéria, que passo a ler.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 2.227, DE 2005

(Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 247, de 2004 – Complementar (nº 1.454, de 2005 – Complementar, na Câmara dos Deputados).

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Lei do Senado nº 247, de 2004 – Complementar (nº 1.454, de 2005 – Complementar, na Câmara dos Deputados), que altera dispositivos da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, que dispõe sobre o Imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, e dá outras providências.

Sala de Reuniões da Comissão, 14 de dezembro de 2005.

Sala de Reuniões da Comissão, em 14 de dezembro de 2005.

ANEXO AO PARECER Nº 2.227, DE 2005

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 247, de 2004 – Complementar.

Altera dispositivos da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, que dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre Operações Relativas

a Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 20.

.....

§ 5º.....

.....

III – para aplicação do disposto nos incisos I e II deste parágrafo, o montante do crédito a ser apropriado será obtido multiplicando-se o valor total do respectivo crédito pelo fator igual a 1/48 (um quarenta e oito avos) da relação entre o valor das operações de saídas e prestações tributadas e o total das operações de saídas e prestações do período, equiparando-se às tributadas, para fins deste inciso, as saídas e prestações com destino ao exterior ou as saídas de papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos;

.....”(NR)

”Art.21.....

.....

§ 2º Não se estornam créditos referentes a mercadorias e serviços que venham a ser objeto de operações ou prestações destinadas ao exterior ou de operações com o papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos.

.....”(NR)

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir do dia 1º de janeiro subsequente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Estando a matéria em regime de urgência, passa-se à imediata apreciação da redação final.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneceram sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à sanção.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sobre a mesa, requerimento que será lido

pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Garibaldi Alves Filho.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.487, DE 2005

Nos termos do art. 336, II, combinado com o art. 338, IV, do RISF, requeremos urgência para PRS nº 89, de 2005, advindo da Mensagem do Senado Federal nº 285, de 2005, que “propõe ao Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso V, VII e VIII, da Constituição

Federal, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Governo do Estado de Minas Gerais e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, no valor total de até US\$35,000,000.00 (trinta e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, destinada a financiar, parcialmente, o ‘Projeto de Combate à Pobreza Rural da Região Mineira do Nordeste – PCR 1ª Fase’”.

Em 14 de dezembro de 2005. – **Luiz Otávio.**

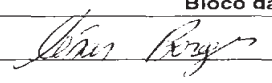
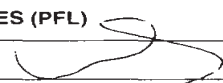
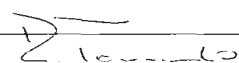
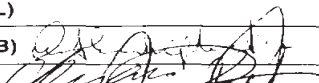
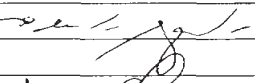
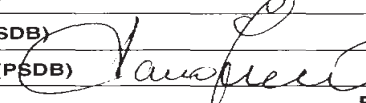
COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS MENSAGEM DO SENADO FEDERAL Nº 285, DE 2005. NÃO TERMINATIVA

ASSINARAM O REQUERIMENTO DE URGÊNCIA NA REUNIÃO DE / / 05, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

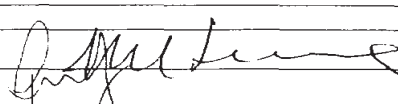
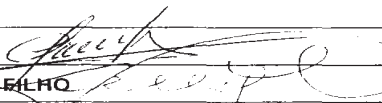
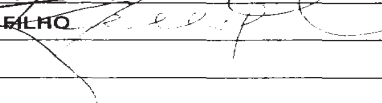
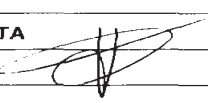
PRESIDENTE: 

RELATOR(A):

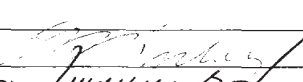
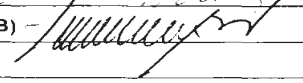
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)

CÉSAR BORGES (PFL) 	1-JOSÉ AGRIPINO (PFL)
EDISON LOBÃO (PFL)	2-ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL)
JONAS PINHEIRO (PFL)	3-HERÁCLITO FORTES (PFL) 
JORGE BORNHAUSEN (PFL)	4-DEMÓSTENES TORRES (PFL)
RODOLPHO TOURINHO (PFL) 	5-JOSÉ JORGE (PFL)
ROMEU TUMA (PFL)	6- ROSEANA SARNEY (PFL)
VAGO	7-ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB) 
EDUARDO AZEREDO (PSDB) 	8-ÁLVARO DIAS (PSDB)
LÚCIA VÂNIA (PSDB)	9-LEONEL PAVAN (PSDB)
SÉRGIO GUERRA (PSDB) 	10-FLEXA RIBEIRO (PSDB)
TASSO JEREISSATI (PSDB)	11-TEOTÔNIO VILELA FILHO (PSDB)

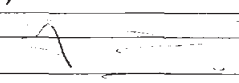
PMDB

RAMEZ TEBET	1-NEY SUASSUNA 
LUIZ OTÁVIO 	2- ROMERO JUCA
GARIBALDI ALVES FILHO 	3- WELLINGTON SALGADO
MÃO SANTA	4-PEDRO SIMON
SÉRGIO CABRAL	5- VAGO
GILBERTO MESTRINHO	6-GERSON CAMATA
VALDIR RAUPP	7-ALMEIDA LIMA 
JOSÉ MARANHÃO	8-VAGO

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)

ALOIZIO MERCADANTE (PT)	1-IDELI SALVATTI (PT)
ANA JÚLIA CAREPA (PT)	2-AELTON FREITAS (PL)
DELCÍDIO AMARAL (PT)	3-ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)
EDUARDO SUPPLY (PT) 	4-ROBERTO SATURNINO (PT)
FERNANDO BEZERRA (PTB) 	5-FLÁVIO ARNS (PT)
JOÃO CAPIBERIBE (PSB)	6-SIBÁ MACHADO (PT)
PATRICIA SABOYA GOMES (PSB)	7-SERYS SLHESSARENKO (PT)

PDT

OSMAR DIAS	1- JEFFERSON PÉRES 
------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – **Item extrapauta:**

**MENSAGEM DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA
Nº 285, DE 2005**

Mensagem nº 285, de 2005 (nº 850/2005, na origem), de 13 do corrente, pela qual o Presidente da República, nos termos do art. 52, inciso V, VII e VIII, da Constituição Federal, solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Governo do Estado de Minas Gerais e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, no valor total de até trinta e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América, de principal, destinada a financiar, parcialmente, o “Projeto de Combate à Pobreza Rural da Região Mineira do Nordeste – PCPR – 1ª fase”.

Concedo a palavra ao Senador Rodolpho Tourinho para emitir parecer, em substituição à Comissão de Assuntos Econômicos.

PARECER Nº 2.228, DE 2005–PLEN

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA. Para emitir parecer.) – Sr. Presidente, trata-se de operação de crédito externo, com garantia da União, entre o Estado de Minas Gerais e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD).

Os recursos dessa operação destinam-se ao financiamento parcial do Projeto de Combate à Pobreza Rural da Região Mineira do Nordeste. O custo total do programa está estimado em US\$46,8 milhões, sendo que, além dos recursos decorrentes do empréstimo em exame, US\$7,6 milhões serão aportados pelo Estado de Minas Gerais e US\$4,2 milhões pelos beneficiários do projeto.

A operação pretendida, no valor de US\$35 milhões, já foi analisada pela Secretaria do Tesouro Nacional, como exige a legislação.

Farei um resumo dos aspectos de natureza financeira: os limites de endividamento da União são atendidos; o parecer da PGFN conclui que elas são admissíveis e estão de acordo com a legislação aplicável; relativamente à exigência constitucional de que

os programas constem do Plano Plurianual e da Lei Orçamentária, também está sendo cumprida; os limites de endividamento do Estado de Minas Gerais estipulados nas resoluções são atendidos; e, por último, a operação de crédito acha-se explicitamente inserida no Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Estado de Minas Gerais, de 1997, com a União.

Por tudo isso, Sr. Presidente, pelo enquadramento e pela importância do projeto, meu voto é favorável.

É o seguinte o parecer na íntegra:

**PARECER Nº , DE 2005
(De Plenário)**

Em substituição à Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 285, de 2005, do Presidente da República (nº 850, de 13 de dezembro de 2005, na origem), que solicita autorização do Senado Federal para que seja contratada operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Estado de Minas Gerais e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor total de até US\$35,000,000.00 (trinta e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, destinada a financiar, parcialmente, o Projeto de Combate à Pobreza Rural da Região Mineira do Nordeste (PCPR) 1ª Fase.

Relator: Senador **Rodolpho Tourinho**

I – Relatório

É submetido à apreciação do Senado Federal pleito do Estado de Minas Gerais, por intermédio da Mensagem nº 285, de 2005, solicitando autorização para que possa ser contratada operação de crédito externo, com garantia da União, entre aquele Estado e o Banco Internacional, para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD).

As operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios estão sujeitas à observância e ao cumprimento das condições e exigências estipuladas pelas Resoluções nºs 40 e 43, de 2001, do Senado Federal. A primeira trata do limite global para a dívida consolidada dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Já a Resolução nº 43, de 21 de dezembro de 2001, trata das operações de crédito interno e externo, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização, e dá outras providências.

Os recursos dessa operação de crédito destinam-se ao financiamento parcial do Projeto de Com-

bate à Pobreza Rural da Região Mineira do Nordeste (PCPR) 1ª Fase.

Segundo informações da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), contidas no Parecer STN/COREF/GERFI nº 410, de 14 de outubro de 2005: “O programa busca a melhoria das condições de vida, a progressiva descentralização dos processos de decisão, a integração das ações municipais, bem como a participação efetiva dos beneficiários, atendendo aos interesses das comunidades rurais localizadas nas áreas mais pobres do estado. O projeto beneficiará as comunidades rurais e urbanas organizadas em grupos de interesses comuns, tais como, trabalhadores e pequenos produtores rurais, artesãos, grupos de pescadores e associações de donas de casa”.

O custo total do programa está estimado em US\$46,8 milhões, sendo que, além dos recursos decorrentes do empréstimo em exame, US\$7,6 milhões serão aportados pelo Estado de Minas Gerais e US\$4,2 milhões, pelos beneficiários do projeto.

A operação de crédito externo pretendida será realizada nas seguintes condições:

- a) devedor: Estado de Minas Gerais;
- b) credor: Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD);
- c) garantidor: República Federativa do Brasil;
- d) valor: até US\$35,000,000.00 (trinta e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América);
- e) prazo de desembolso: até 31 de julho de 2010;
- f) amortização: 24 parcelas semestrais e consecutivas, de valores tanto quanto possível iguais, vencíveis a cada 15 de abril e 15 de outubro entre 15 de outubro de 2010 e 15 de abril de 2022;
- g) juros: exigidos semestralmente em 15 de abril e 15 de outubro de cada ano, calculados sobre o saldo devedor periódico do empréstimo, a uma taxa anual composta pela Libor de 6 meses acrescida de spread a ser definido na data de assinatura do empréstimo, vigorando até o seu encerramento;
- h) comissão de compromisso: exigida semestralmente nas mesmas datas de pagamento dos juros e calculada com base na taxa máxima de até 0,85% ao ano sobre os saldos devedores não desembolsados do empréstimo, vigorando de sessenta dias após a assinatura do contrato até o quarto ano, e de 0,75% ao ano em diante;

i) taxa inicial: 1% sobre o montante total do empréstimo, a ser debitada da conta do empréstimo, quando da efetividade do contrato.

II – Análise

A operação de crédito pretendida será contratada pelo Estado de Minas Gerais, alcança o valor de até US\$35,000,000.00 (trinta e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América) e destina-se ao financiamento parcial do Projeto de Combate à Pobreza Rural da Região Mineira do Nordeste (PCPR) 1ª Fase.

A STN emitiu parecer favorável ao pleito e à concessão de garantia da União nessa operação de crédito externo.

No parecer, são fornecidas informações acerca da situação do Estado de Minas Gerais no que diz respeito ao cumprimento das exigências e condições, de natureza financeira e processual, estipuladas na referida Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, bem como relativas às disposições constantes da Resolução nº 96, de 1989, que trata das premissas a serem observadas para que possa a União conceder garantias em operações de crédito.

Assim é que, nos termos dos arts. 1º, 2º e 3º da Resolução nº 96, de 1989, do Senado Federal, a concessão de quaisquer garantias por parte da União equipara-se a uma operação de crédito que onera os seus limites de endividamento, sujeitando-a, para operações financeiras externas, a prévia autorização do Senado Federal.

Essas operações financeiras estão, portanto, em uma primeira instância, sujeitas ao cumprimento das condições e exigências estabelecidas nas referidas resoluções, que, além da observância quanto aos aspectos de natureza estritamente financeira, exigem que a União observe as seguintes condições prévias à prestação de garantias:

- 1) oferecimento de contragarantias suficientes para o pagamento de qualquer desembolso que a União possa vir a fazer se chamada a honrar a garantia;
- 2) adimplência do tomador do empréstimo para com a União e com as entidades controladas pelo Poder Público Federal.

A Secretaria do Tesouro Nacional, de acordo com o Parecer STN/COREF/GERFI nº 410, de 2005, informa que “consulta realizada por meio eletrônico, na presente data, indicou a existência de débito em nome do Departamento de Obras Públicas do Estado de Minas Gerais junto ao Instituto de Seguridade Social – INSS”. Esclarece, porém, que o Estado apresentou comprovante de pagamento do débito em questão. Mais ainda, é

informado que não há registro de pendências do interessado, no âmbito do Siafi, relativamente à prestação de contas de recursos recebidos da União.

Ademais, há previsão do oferecimento de garantias da parte do Estado de Minas Gerais. Para tanto, é prevista a formalização de contrato entre o Estado e o Tesouro Nacional para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das quotas de repartição de receitas previstas nos arts. 157 e 159, complementadas pelas receitas próprias, nos termos do art. 167, § 4º, todos da Constituição Federal, e outras garantias em direito admitidas.

Assim sendo, poderá o Governo Federal requerer as transferências de recursos necessários para cobertura dos compromissos honrados, diretamente das contas centralizadoras da arrecadação do Estado. De acordo com estudo elaborado pela STN/Copem, o Estado tem cumprido regularmente os compromissos e metas contratuais assumidos com a União.

Entendemos, assim, como também é reconhecido pela própria STN, ser possível atender a esse pleito de garantia, pois: (i) são consideradas suficientes e adequadas as contragarantias a serem prestadas e (ii) de acordo com a STN, o Estado de Minas Gerais conta com recursos suficientes, devidamente demonstrados, para o ressarcimento à União, caso essa venha a honrar compromisso na condição de garantidora da operação. Não são impostos, portanto, restrições a atual situação fiscal do Estado, nem são atribuídos ao Tesouro Nacional riscos superiores àqueles normalmente assumidos em operações já contratadas com agências oficiais de crédito.

Ademais, não há registro de compromissos honrados pela União em nome do Estado de Minas Gerais nos últimos dois anos.

Dessa forma, entendemos, estão sendo observadas as exigências definidas no § 9º do art. 3º da Resolução nº 96, de 1989.

Relativamente aos aspectos de natureza financeira, nos termos das condições e exigências definidas na Constituição Federal e nas Resoluções nº 96, de 1989, e 43, de 2001, do Senado Federal, aplicáveis ao financiamento pretendido, cabem os seguintes esclarecimentos:

a) os limites de endividamento da União, estipulados na referida Resolução nº 96, de 1989, são atendidos, conforme informado no referido Parecer STN/Coref/Gerfi nº 410, de 2005;

b) o Parecer da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, PGN/COF nº 1.956/2005, encaminhado ao Senado Federal, no exame das cláusulas da minuta contratual, conclui

que elas são admissíveis e estão de acordo com a legislação brasileira aplicável à espécie, tendo sido observado o disposto no art. 5º da Resolução nº 96, de 1989, que veda disposição contratual de natureza política ou atentatória à soberania nacional e à ordem pública;

c) relativamente à exigência constitucional de que programas ou projetos constem do Plano Plurianual e da Lei Orçamentária Anual, é informado que os investimentos previstos no programa mencionado constam do Plano Plurianual do Estado de Minas Gerais para o período 2004-2007, em que se inserem as ações previstas do projeto em questão;

d) os limites de endividamento do Estado de Minas Gerais, estipulados nas referidas Resoluções nºs 40 e 43, de 2001, são considerados atendidos, conforme informado no referido Parecer STN/Coref/Gerfi nº 410, de 2005.

Ainda, de acordo com a STN, a Lei Estadual nº 15.460, de 13 de janeiro de 2005, que estima a receita e fixa a despesa do Estado de Minas Gerais para o exercício financeiro de 2005, contempla dotações para a execução do projeto no ano em curso. Constam desse orçamento recursos relativos ao ingresso de recursos externos, para contrapartidas do Estado e para o pagamento de amortização, juros e encargos da dívida, decorrentes da presente operação e de outros compromissos.

Como ressaltado pela STN, “considerando as informações prestadas pelo Estado e o cronograma de utilização de recursos, esta Secretaria entende que o mutuário dispõe de dotações suficientes para a execução do programa no corrente exercício”.

Ademais, como enfatizado no referido parecer, a operação de crédito em exame acha-se explicitamente inserida no Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Estado de Minas Gerais, estabelecido nos termos da Lei nº 9.496, de 1997, o que assegura ao Estado a não obrigatoriedade de cumprimento dos mencionados limites, conforme excepcionalização contida no § 8º do art. 7º da Resolução nº 43, de 2001, e no art. 35º da Resolução nº 40, de 2001. Mais ainda, como já mencionado, é informado que o Estado tem cumprido regularmente os compromissos pactuados e atingido as metas acordadas contratualmente com a União.

A operação de crédito foi credenciada pelo Banco Central do Brasil, consoante a Carta de Credenciamento Decic/Gabin/Chefia/2005/80, de 10 de novembro de 2005, evidenciando, portanto, que o empréstimo atende à política de captação de recursos externos do País.

Ressalte-se ainda que, de acordo com cálculos estimativos realizados pela Secretaria do Tesouro Na-

cional, a operação de crédito pretendida deverá implicar um custo efetivo equivalente a 5,68% a.a., constituindo-se em um indicativo aceitável para a contratação se comparado com o custo de captação do Tesouro Nacional, em dólar, no mercado internacional.

As demais condições e exigências estipuladas pelas Resoluções nºs 96, de 1989, e 43, de 2001, do Senado Federal, são atendidas pelo Estado de Minas Gerais e pela União, conforme evidenciado pelos documentos que acompanham a mensagem em questão.

III – Voto

Em conclusão, o pleito encaminhado pelo Estado de Minas Gerais encontra-se de acordo com o que preceituam as Resoluções nºs 96, de 1989, e 40 e 43, de 2001, do Senado Federal, devendo ser concedida a autorização para a contratação da operação de crédito externo pretendida, nos termos do seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 89, DE 2005

Autoriza o Estado de Minas Gerais a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor de até US\$35,000,000.00 (trinta e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Estado de Minas Gerais autorizado a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor de até US\$ 35,000,000.00 (trinta e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

Parágrafo único. Os recursos advindos da operação de crédito externo referida no caput destinam-se ao financiamento parcial do Projeto de Combate à Pobreza Rural da Região Mineira do Nordeste (PCPR) 1ª Fase.

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I – devedor: Estado de Minas Gerais;

II – credor: Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD);

III – garantidor: República Federativa do Brasil;

IV – valor: até US\$35,000,000.00 (trinta e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América);

V – prazo de desembolso: até 31 de julho de 2010;

VI – amortização: 24 parcelas semestrais e consecutivas, de valores tanto quanto possível iguais, vencíveis a cada 15 de abril e 15 de outubro entre 15 de outubro de 2010 e 15 de abril de 2022;

VII – juros: exigidos semestralmente em 15 de abril e 15 de outubro de cada ano, calculados sobre o saldo devedor periódico do empréstimo, a uma taxa anual composta pela Libor de 6 meses acrescida de spread a ser definido na data de assinatura do empréstimo, vigorando até o seu encerramento;

VIII – comissão de compromisso: exigida semestralmente nas mesmas datas de pagamento dos juros e calculada com base na taxa máxima de até 0,85% ao ano sobre os saldos devedores não desembolsados do empréstimo, vigorando de sessenta dias após a assinatura do contrato até o quarto ano, e de 0,75% ao ano em diante;

IX – taxa inicial: 1% sobre o montante total do empréstimo, a ser debitado da conta do empréstimo, quando da efetividade do contrato.

Parágrafo único. As datas de pagamento do principal, dos encargos financeiros e dos desembolsos previstos poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo.

Art. 3º Fica a União autorizada a conceder garantia ao Estado de Minas Gerais na operação de crédito externo referida nesta resolução.

Parágrafo único. A autorização prevista no caput fica condicionada a que o Estado de Minas Gerais celebre contrato com a União para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das quotas de repartição de receitas previstas nos arts. 157 e 159, complementadas pelas receitas próprias, nos termos do art. 167, § 4º, todos da Constituição Federal, e outras garantias em direito admitidas, podendo o Governo Federal reter os recursos necessários para cobertura dos compromissos honrados, diretamente das contas centralizadoras da arrecadação do Estado.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de quinhentos e quarenta dias, contados a partir de sua publicação.

Art. 5º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O parecer do Relator é favorável, concluindo pela apresentação de projeto de resolução.

A Presidência esclarece ao Plenário que poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – V. Ex^a tem a palavra, pela ordem.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria apenas de agradecer ao Senador Rodolpho Tourinho, ao Senador Luiz Otávio e a V. Ex^a, porque esse é um projeto importante para Minas Gerais e será muito importante para a região pobre do norte mineiro.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Passamos à votação.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Sr. Presidente, para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Para encaminhar a votação, concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Secundado pelo apelo do nosso ilustre ex-Governador, gostaria de dizer que o Estado do Espírito Santo apóia o projeto em favor de Minas Gerais, mas reivindica tratamento idêntico, pedindo a V. Ex^a, Senador Eduardo Azeredo, que, se houver convocação extraordinária, sejam colocadas, entre as matérias a serem tratadas, as de exclusiva competência do Senado Federal, que são muito importantes.

Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Senador Renan Calheiros, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com a palavra o Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Gostaria de reforçar a ponderação do Senador Gerson Camata, que está muito empenhado, junto com o Governador Paulo Hartung, em um financiamento internacional para o Estado, para investimentos, que é bastante relevante. De nossa parte, do Governo Federal, resolvida a tramitação – o Tesouro Nacional está tomando as providências, porque tinha de fazer alguns ajustes no contrato –, deveríamos, de fato, aprovar matérias que são de responsabilidade e de competência exclusiva do Senado Federal. Na autoconvocação, isso já é previsto no dispositivo constitucional; portanto, poderíamos tratar também do empréstimo ao Espírito Santo.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Muito obrigado.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o

PMDB solicita que seja votado também o empréstimo do Amazonas, que está para ser votado, e o do Espírito Santo. Ambos são Governadores do PMDB. Fazemos um apelo aos companheiros: do mesmo modo que votamos dos outros Estados, gostaríamos de ver aprovados estes dois, do Espírito Santo e do Amazonas.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com a palavra V. Ex^a.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – A ação é de extrema importância, pois visa melhorar as condições de vida dos Municípios mais carentes do noroeste mineiro, meu Estado, em que o índice de desenvolvimento ainda é bastante baixo. Portanto, agradeço a oportunidade que esta Casa está dando, e parabênzo, mais uma vez, o Governador Aécio Neves pelo grande passo e pelo brilhante trabalho que vem desenvolvendo em nosso Estado.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com a palavra o Senador Wellington Salgado de Oliveira.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – É para também apoiar o empréstimo para essa região supercarente. Com certeza, é um trabalho que começou no Governo do Senador Eduardo Azeredo, e agradeço ao Senado Federal por este apoio a Minas Gerais durante o Governo de Aécio Neves.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Não havendo mais quem queira encaminhar, encerro o encaminhamento de votação.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneceram sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

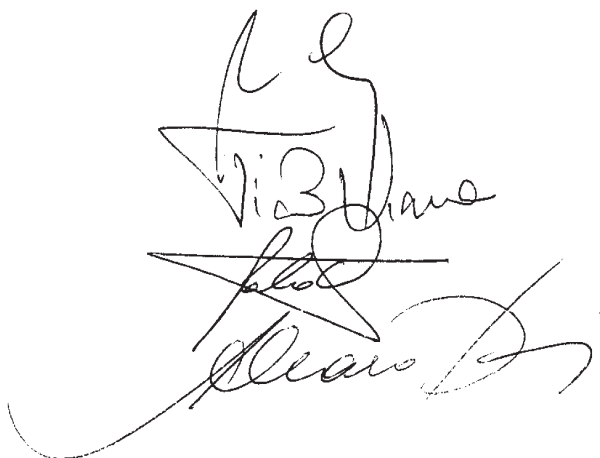
O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final ao Projeto de Resolução do Senado nº 89, de 2005, que passo a ler.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 2.229 DE 2005**Redação final do Projeto de Resolução nº 89, de 2005.**

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº , de 2005, que autoriza o Estado de Minas Gerais a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), no valor de até US\$35.000.000.00 (trinta e cinco milhões de dólares norte-americanos).

Sala de Reuniões da Comissão, 14 de dezembro de 2005.



ANEXO AO PARECER Nº 2.229 DE 2005

Redação final do Projeto de Resolução nº 89, de 2005.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Presidente, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº ,DE 2005

Autoriza o Estado de Minas Gerais a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), no valor de até US\$35.000,000.00 (trinta e cinco milhões de dólares norte-americanos).

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Estado de Minas Gerais autorizado a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para Re-

construção e Desenvolvimento (Bird), no valor de até US\$35.000,000.00 (trinta e cinco milhões de dólares norte-americanos).

Parágrafo único. Os recursos advindos da operação de crédito externo referida no caput destinam-se ao financiamento parcial do Projeto de Combate à Pobreza Rural da região Mineira do Nordeste (PCPR) 1º Fase.

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I – devedor: Estado de Minas Gerais;

II – credor: Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird);

III – garantidor: República Federativa do Brasil;

IV – valor: até US\$35,000,000.00 (trinta e cinco milhões de dólares norte-americanos);

V – prazo de desembolso: até 31 de julho de 2010;

VI – amortização: 24 (vinte e quatro) parcelas semestrais e consecutivas, de valores tanto quanto possível iguais, vencíveis a cada 15 de abril e 15 de outubro, entre 15 de outubro de 2010 e 15 de abril de 2022;

VII – juros: exigidos semestralmente em 15 de abril e 15 de outubro de cada ano, calculados sobre o saldo devedor periódico do empréstimo, a uma taxa anual composta pela Libor de 6 (seis) meses acrescida de spread a ser definido na data de assinatura do empréstimo, vigorando até o seu encerramento;

VIII – comissão de compromisso: exigida semestralmente nas mesmas datas de pagamento dos juros e calculada com base na taxa máxima de até 0,85% a.a. (oitenta e cinco centésimos por cento ao ano) sobre os saldos devedores não-desembolsados do empréstimo, vigorando de 60 (sessenta) dias após a assinatura do contrato até o quarto ano, e de 0,75% a.a. (setenta e cinco centésimos por cento ao ano) em diante;

IX – taxa inicial: 1% (um por cento) sobre o montante total do empréstimo, a ser debitada da conta do empréstimo, quando da efetividade do contrato.

Parágrafo único. As datas de pagamento do principal, dos encargos financeiros e dos desembolsos previstos poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo.

Art. 3º É a União autorizada a conceder garantia ao Estado de Minas Gerais na operação de crédito externo referida nesta resolução.

Parágrafo único. A autorização prevista no caput é condicionada a que o Estado de Minas Gerais cele-

bre contrato com a União para a concessão de contra-garantias, sob a forma de vinculação das cotas de repartição de receitas previstas nos arts. 157 e 159, complementadas pelas receitas próprias, nos termos do art. 167, § 4º, todos da Constituição Federal, e outras garantias em direito admitidas, podendo o Governo Federal reter os recursos necessários para cobertura dos compromissos honrados, diretamente das contas centralizadoras da arrecadação do Estado.

Art. 4º A autorização concedida por esta Resolução deverá ser exercida no prazo máximo de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contado a partir de sua publicação.

Art. 5º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Estando a matéria em regime de urgência, passa-se à imediata apreciação da redação final.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – **Item extrapauta:**

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 98, DE 2005

Projeto de Lei da Câmara nº 98, de 2005 (nº 1.923/2003, na Casa de origem), que confere ao Município de Passo Fundo o título de “Capital Nacional da Literatura”.

Sobre a mesa, parecer da Comissão de Educação que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Garibaldi Alves Filho.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 2.230, DE 2005

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 98, de 2005 (nº 1.923/2003, na Casa de origem), que confere ao Município de Passo Fundo o título de “Capital Nacional da Literatura”.

Relator: Senador Paulo Paim

I – Relatório

Vem a esta Comissão de Educação o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 98, de 2005 (PL nº 1.923, de 2003, na Câmara dos Deputados), de autoria do Deputado Beto Albuquerque, que declara o Município de Passo Fundo, no Estado do Rio Grande do Sul, como “Capital Nacional da Literatura”.

Na Câmara dos Deputados, o projeto de lei foi aprovado pela Comissão de Educação e Cultura, e pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. No Senado Federal, a proposição será apreciada pela Comissão de Educação e segue para decisão do Plenário.

Não foram apresentadas emendas ao PLC nº 98, de 2005.

II – Análise

O Projeto Jornadas Literárias de Passo Fundo, promovido pela Universidade de Passo Fundo e Prefeitura Municipal, constitui-se numa intensa movimentação cultural em prol da formação de leitores de múltiplas linguagens. Nos cinco meses que precedem o evento acontece a chamada Pré-Jornada que consiste na divulgação para leitura das obras dos autores convidados. Após a leitura são realizados seminários com debates sobre as obras lidas. Durante o evento, ocorrem debates, conferências, cursos opcionais, shows musicais, espetáculos teatrais, exposições de artes, fotografias, mostra de filmes e mais uma intensa programação paralela.

Mesmo sendo realizado longe dos chamados grandes centros, o movimento tem atraído milhares de pessoas e provocado uma verdadeira revolução cultural. Promove a formação de novas gerações de leitores e contribui para a divulgação da produção literária.

Dessa forma, é justo conferir ao Município de Passo Fundo o título de “Capital Nacional da Literatura”, em reconhecimento a esse trabalho, que, no interior desse País tão carente de leitores, tem disseminado o gosto pela leitura e a valorização da literatura.

III – Voto

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 98, de 2005 (PL nº 1.923, de 2003, na Casa de Origem).

Sala da Comissão, 6 de dezembro de 2005.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AO PLC Nº 098/2005 NA REUNIÃO DE 06/12/05
OS SENHORES SENADORES:

VICE-PRESIDENTE NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA:

(Senador Augusto Botelho)

BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

DEMÓSTENES TORRES	1- ROSEANA SARNEY
JORGE BORNHAUSEN	2- GILBERTO GOELLNER
JOSÉ JORGE	3- CÉSAR BORGES
MARIA DO CARMO ALVES	4- CRISTOVAM BUARQUE
EDISON LOBÃO	5- MARCO MACIEL
MARCELO CRIVELLA	6- ROMEU TUMA
TEOTÔNIO VILELA FILHO	7- EDUARDO AZEREDO
GERALDO MESQUITA	8- SÉRGIO GUERRA
LEONEL PAVAN	9- LÚCIA VÂNIA
REGINALDO DUARTE	10- JUVÊNCIO DA FONSECA

PMDB

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1- AMIR LANDO
ÍRIS DE ARAÚJO	2- GARIBALDI ALVES FILHO
VALDIR RAUPP	3- (VAGO)
GERSON CAMATA	4- (VAGO)
SÉRGIO CABRAL	5- MÃO SANTA
JOSÉ MARANHÃO	6- LUIZ OTÁVIO
NEY SUASSUNA	7- ROMERO JUCÁ
GILBERTO MESTRINHO	8- (VAGO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)

AELTON FREITAS	1-(VAGO)
PAULO PAIM RELATOR	2- ALOÍZIO MERCADANTE
FÁTIMA CLEIDE	3- FERNANDO BEZERRA
FLÁVIO ARNS	4- DELCÍDIO AMARAL
IDELI SALVATTI	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO SATURNINO	6- MAGNO MALTA
MOZARILDO CAVALCANTI	7- PATRÍCIA SABOYA GOMES
SÉRGIO ZAMBIASI	8- JOÃO RIBEIRO

PDT

AUGUSTO BOTELHO	1- (VAGO)
-----------------	-----------

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O parecer é favorável.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a Bahia fica enciumada com o projeto “Passo Fundo, Capital Brasileira da Literatura”.

Eu acho que é demais, mas se V. Ex^a quer...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Esse é um Projeto de Lei da Câmara, que teve parecer favorável da Comissão de Educação. O Relator foi o Senador Augusto Botelho. Está sobre a mesa como um projeto consensual.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sr. Presidente, como baiano, não posso votar o projeto, e até pensei que V. Ex^a, como alagoano, fosse defender Graciliano Ramos também.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – É nossa obrigação, não somente minha, mas da Bancada de Alagoas como um todo. Está aqui o Senador Teotônio Vilela, que pensa exatamente igual.

Continua em discussão. (Pausa.)

A SRA. HELOÍSA HELENA (PSOL – AL) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Eu dei a idéia porque Palmeira dos Índios e Quebrangulo merecem essa homenagem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Zambiasi.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – Eu solicitaria a compreensão do nosso grande Líder Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – E um sendo da terra...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Zambiasi; depois ouviremos o Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Eu sou da terra de José de Alencar, o pai da literatura brasileira.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – Senador Antonio Carlos? Senador Tasso?

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – A senhora me desculpe, minha querida Senadora Heloísa Helena, mas nós não deixamos isso assim não. O pai do romance brasileiro é José de Alencar.

O SR. MARCELO CRIVELLA (PMR – RJ) – Sr. Presidente, é para discutir?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com a palavra o Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (PMR – RJ) – Sr. Presidente, o pai da Literatura é Machado de Assis. Agora, cada um escolhe o pai que quer.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Machado de Assis é posterior...

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Dependendo de que aspecto, pois temos José Lins do Rego e José Américo de Almeida, que criaram um novo gênero.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Eu queria informar à Casa que o texto é o seguinte, Senador Antonio Carlos, Senador Tasso Jereissati e demais Senadores:

Art. 1º: “O Município de Passo Fundo, no Rio Grande do Sul, sede da Jornada Nacional de Literatura, fica declarado a Capital Nacional da Literatura”.

Mas apenas como sede da jornada nacional que haverá ali.

O SR. MARCELO CRIVELLA (PMR – RJ) – Sr. Presidente, era isso o que eu queria lembrar. Durante uma semana, milhares de pessoas vão a Passo Fundo para celebrar isso. Já existe essa festa. Então é uma medida boa para o Brasil, traz turismo inclusive do exterior. Nós encaminhamos o voto favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sem que os nossos Estados abram mão dos títulos que justamente pertencem a todos, vamos prestar esta homenagem ao Rio Grande do Sul, a Passo Fundo e ao Senador Sergio Zambiasi.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – Sr. Presidente, não apenas a mim, ao Senador Paulo Paim, ao Senador Pedro Simon, à Bahia, com o nosso respeito, ao Ceará, a todo o Brasil, porque Passo Fundo acolhe escritores de todo o País em suas jornadas que se iniciaram em 1981 e estimulam um desafio que hoje estamos enfrentando, que é a questão da leitura.

Acabamos de aprovar há pouco um projeto que facilita a aquisição de papel para impressão, para publicação de livros. E queremos, cada vez mais, publicar mais livros, mais jornais. É um desafio para a leitura de jornais.

Recebemos em Passo Fundo, para se ter uma idéia, escritores do mundo inteiro: Portugal, África portuguesa, Espanha, Alemanha, Canadá, diferentes paí-

ses da América Latina. Vou citar alguns escritores que atuam como embaixadores das jornadas literárias de Passo Fundo: Ignácio de Loyola Brandão, Luiz Fernando Veríssimo, Zuenir Ventura, Deonísio da Silva, Alcione Araújo e Frei Betto. São embaixadores das jornadas literárias de Passo Fundo. São jornadas nacionais.

Na realidade, é uma homenagem desta Casa à literatura, ao Brasil, e não apenas a uma cidade que fica a 300 quilômetros de Porto Alegre.

Muito obrigado.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – O PMDB encaminha “sim”, principalmente porque eu, como paraibano, faço parte, lá em Passo Fundo, do Piquete 31, e não poderia deixar de exultar essa cidade.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Em votação o projeto.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

É a seguinte a matéria aprovada:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 98, DE 2005

Confere ao Município de Passo Fundo o título de “Capital Nacional da Literatura”.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Município de Passo Fundo, no Rio Grande do Sul, sede da Jornada Nacional de Literatura, fica declarado “Capital Nacional da Literatura”.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara dos Deputados, 14 de outubro de 2005.

– **Aldo Rebelo**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Antes de deixar a Presidência em virtude de compromisso, porque haverá hoje a formatura do curso de Chefia de Gabinete do Senado Federal, quero comunicar à Casa, com muita satisfação, que acabo de receber e mando à publicação o abaixo-assinado dos Senadores do Partido da Frente Liberal ratificando a indicação do Senador José Agripino Maia para exercer a função de Líder do Partido para a sessão legislativa de 2006.

Com os cumprimentos desta Presidência e da Mesa do Senado Federal.

É o seguinte o ofício recebido:

Brasília, 14 de dezembro de 2005

Senhor Presidente,

Os abaixo-assinados, integrantes do Partido da Frente Liberal – PFL, do Senado Federal, ratificam a indicação do Senador José Agripino Maia para exercer as funções de Líder do Partido para a sessão legislativa de 2006.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP)

– Sr. Presidente, como na última votação havia apenas 50 Senadores, avalio que é melhor não votarmos a PEC agora, ainda mais com a ausência de V. Ex^a. Creio que não haverá número suficiente de votos para sua aprovação.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL

– BA) – Sr. Presidente Renan Calheiros, por favor, vai haver ou não convocação extraordinária?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – Convocação vai haver, embora não haja ainda definição com relação ao prazo. Essa é uma discussão que nós travaremos hoje à noite, como também com relação à pauta que ensejará a convocação. Eu conversarei, como sempre fiz, com os Líderes partidários para que essa decisão seja verdadeiramente uma decisão coletiva. Então há uma decisão com relação à convocação, mas não há ainda uma decisão sobre em que dia começará. Mas conversaremos com todos, obviamente, antes de qualquer decisão.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL

– BA) – Mas V. Ex^a não se esqueça das medidas provisórias.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – Não, não esquecerei. Definitivamente.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Sr. Pre-

sidente, faço um apelo para o item 1 da pauta, que V. Ex^a presida pelo menos a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Já está sobre a mesa.

Vou anunciar e passarei à Presidência dos nossos trabalhos ao nobre Senador Papaléo Paes.

A SRª HELOÍSA HELENA (PSOL – AL) – Então não vai haver a leitura da medida provisória?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRª HELOÍSA HELENA (PSOL – AL) – Não. Não há nenhum problema. A decisão da maioria dos Líderes pode ser acatada. Apenas porque tanto o Senador Marcelo Crivella como eu deixamos clara a nossa posição. Mas, se se acata a decisão da maioria, é a vida.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Eu vou, mais uma vez, comunicar à Casa que nós faremos a leitura das medidas provisórias tão logo os Líderes digam que é preciso fazer essa leitura.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pois não.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Recebi um telefonema do Governador do Estado do Amazonas fazendo exatamente o que era dever dele, ou seja, se interessar pessoalmente pela inclusão na pauta do empréstimo para o meu Estado.

O Governo, procedendo conforme manda a hierarquia e o bom senso, me leva a solicitar a V. Exª que inclua a matéria na pauta; mas não passaria se não falasse com a Bancada do Amazonas, porque essas coisas são nevrálgicas, como o ourives; o relógio é feito com muito cuidado. Então, estou de acordo, Sr. Presidente. A Bancada do Amazonas está de acordo, e nós pedimos a inclusão do empréstimo do BID para o Estado do Amazonas na sessão de hoje ainda.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradecemos muito a intervenção de V. Exª.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, eu gostaria também, na mesma direção, de aprovar evidentemente o empréstimo para o Amazonas. Em seguida, se for possível – há consenso dos Líderes com quem conversei, do PMDB, do PSDB, do Bloco –, aprovarmos também o Projeto do IBGE, para permitir a aquisição de sua sede própria no Rio de Janeiro, em permuta com um imóvel que eles possuem, ocioso, no Distrito Federal. O projeto foi aprovado por consenso na Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB AL) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Garibaldi Alves Filho.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.488, DE 2005

Nos termos do art. 336, II, combinado com o art. 338, IV, do RISF, requeremos urgência para PRS nº , de 2005, advindo da Mensagem do Senado Federal nº 287, de 2005, que “propõe ao Senado Federal, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até cento e quarenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América, entre o Governo do Estado do Amazonas e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, destinada a financiar, parcialmente, o Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus – PROSAMIM”.

Em 14 de dezembro de 2005. – Senador **Luiz Otávio**.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
MENSAGEM DO SENADO FEDERAL Nº 287, DE 2005.
NÃO TERMINATIVA

ASSINARAM O REQUERIMENTO DE URGÊNCIA NA REUNIÃO DE / / 05, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE:

RELATOR(A):

Bloco da Minoria (PFL e PSDB)

CÉSAR BORGES (PFL)	1-JOSÉ AGRIPINO (PFL)
EDISON LOBÃO (PFL)	2-ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL)
JONAS PINHEIRO (PFL)	3-HERÁCLITO FORTES (PFL)
JORGE BORNHAUSEN (PFL)	4-DEMÓSTENES TORRES (PFL)
RODOLPHO TOURINHO (PFL)	5-JOSÉ JORGE (PFL)
ROMEU TUMA (PFL)	6- ROSEANA SARNEY (PFL)
VAGO	7-ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB)
EDUARDO AZEREDO (PSDB)	8-ÁLVARO DIAS (PSDB)
LÚCIA VÂNIA (PSDB)	9-LEONEL PAVAN (PSDB)
SÉRGIO GUERRA (PSDB)	10-FLEXA RIBEIRO (PSDB)
TASSO JEREISSATI (PSDB)	11-TEOTÔNIO VILELA FILHO (PSDB)

PMDB

RAMEZ TEBET	1-NEY SUASSUNA
LUIZ OTÁVIO	2- ROMERO JUCÁ
GARIBALDI ALVES FILHO	3- WELLINGTON SALGADO
MÃO SANTA	4-PEDRO SIMON
SÉRGIO CABRAL	5- VAGO
GILBERTO MESTRINHO	6-GERSON CAMATA
VALDIR RAUPP	7-ALMEIDA LIMA
JOSÉ MARANHÃO	8-VAGO

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)

ALOIZIO MERCADANTE (PT)	1-IDEI SALVATTI (PT)
ANA JÚLIA CAREPA (PT)	2-AELTON FREITAS (PL)
DELCÍDIO AMARAL (PT)	3-ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)
EDUARDO SUPPLY (PT)	4-ROBERTO SATURNINO (PT)
FERNANDO BEZERRA (PTB)	5-FLÁVIO ARNS (PT)
JOÃO CAPIBERIBE (PSB)	6-SIBÁ MACHADO (PT)
PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB)	7-SERYS SLHESSARENKO (PT)

PDT

OSMAR DIAS	1- JEFFERSON PÉRES
------------	--------------------

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado o requerimento.

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – **Item extrapauta:**

**MENSAGEM DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA
Nº 287, DE 2005**

Mensagem nº 287, de 2005 (nº 853/2005, na origem), de 14 do corrente, pela qual o Presidente da República, nos termos do art. 52, inciso V, VII e VIII, da Constituição Federal, solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até cento e quarenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América, entre o Governo do Estado do Amazonas e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, destinada a financiar, parcialmente, o Programa social e Ambiental dos Igarapés de Manaus - Prosamim.

Designo o Senador Romeu Tuma como Relator e, se não houver objeção da Casa, passamos à apreciação da matéria.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Sr. Presidente, a objeção é que temos uma Ordem do Dia que não está sendo respeitada e estamos aqui há horas aguardando a votação. É uma injustiça.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Está sendo respeitada, sim. O problema é que vai haver pedido de verificação porque essa matéria divide o Plenário, e aí deixaremos de apreciar as matérias que virão depois. Estou tentando contornar a dificuldade.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Nós temos quórum, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Mas há uma grande quantidade de Senadores que não vão participar, que disseram que vão pedir verificação de quórum. Se V. Ex^a quiser, nós votaremos, mas vamos prejudicar todas as outras matérias. Faço um apelo a V. Ex^a para que...

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Não há quórum? Se há quórum...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Há quórum se contar a presença dos Parlamentares que são contra, cuja maneira de manifestar sua posição contrária é obstruindo a votação. Estou apenas tentando contornar.

Peço a compreensão de V. Ex^a, com a qual sempre contei.

Muito obrigado.

Vamos apreciar a matéria, a pedido do Senador Arthur Virgílio.

Com a palavra o Senador Romeu Tuma, designado Relator.

PARECER Nº 2.231, DE 2005–PLEN

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP. Para a leitura do parecer.) – Sr. Presidente, parecer da Comissão de Assuntos Econômicos sobre a Mensagem nº 287, de 2005, do Presidente da República (nº 853, de 14 de dezembro de 2005, na origem), que solicita autorização do Senado Federal para que seja contratada operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Estado do Amazonas e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, BID, no valor total de até 140 milhões de dólares dos Estados Unidos da América de principal, destinada a financiar – chamo a atenção dos Srs. Senadores – parcialmente o Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus, Prosamim.

Portanto, diante de todo o relatório do processo já examinado, com a autorização prevista condicionada a alguns itens, somos favoráveis ao empréstimo.

É o seguinte o parecer na íntegra:

PARECER Nº DE 2005 – PLEN

Em substituição à Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 287, de 2005, do Presidente da República (nº 853, de 14 de dezembro de 2005, na origem), que solicita autorização do Senado Federal para que seja contratada operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Estado do Amazonas e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor total de até US\$ 140,000,000.00 (cento e quarenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, destinada a financiar, parcialmente, o Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus (PROSAMIM).

Relator: Senador Romeu Tuma

I – Relatório

É submetido à apreciação do Senado Federal pleito do Estado do Amazonas, por intermédio da Mensagem nº 287, de 2005, solicitando autorização para que possa ser contratada operação de crédito externo,

com garantia da União, entre aquele Estado e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

As operações de crédito interno e externo dos estados, do Distrito Federal e dos municípios estão sujeitas à observância e ao cumprimento das condições e exigências estipuladas pelas Resoluções nº 40 e 43, de 2001, do Senado Federal. A primeira trata do limite global para a dívida consolidada e a outra trata das operações de crédito interno e externo, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização, e dá outras providências.

Os recursos dessa operação de crédito destinam-se ao financiamento parcial do Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus (PROSAMIM).

Segundo informações da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), contidas no Parecer STN/COREF/GERFI nº 488, de 12 de dezembro de 2005: “O Programa visa a contribuir para a solução da problemática ambiental, urbanística e social da Cidade de Manaus, especialmente da população da Bacia do Igarapé Educandos-Quarenta, mediante reabilitação e implantação dos sistemas de drenagem, abastecimento de água potável e recuperação ambiental, melhoria do ordenamento urbano, regularização da posse do solo, educação sanitária, e, ainda, aumentar a capacidade operacional e de gestão das entidades envolvidas no Programa.”

O custo total do Programa está estimado em US\$200 milhões, sendo que, além dos recursos decorrentes do empréstimo em exame, US\$60 milhões serão aportados pelo Estado do Amazonas.

A operação de crédito externo pretendida será realizada nas seguintes condições:

- a)** devedor: Estado do Amazonas;
- b)** credor: Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID);
- c)** garantidor: República Federativa do Brasil;
- d)** valor: até US\$140,000,000.00 (cento e quarenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América);
- e)** prazo de desembolso: seis anos;
- f)** amortização: parcelas semestrais e consecutivas, de valores tanto quanto possível iguais, vencendo-se a primeira seis meses a partir da data inicialmente prevista para o desembolso final e a última o mais tardar 25 anos após a assinatura do contrato;
- g)** juros: exigidos semestralmente, calculados sobre o saldo devedor periódico do empréstimo, a uma taxa anual para cada trimestre composta pela (i) taxa de juros LIBOR trimestral para dólar americano (ii) mais (ou menos) uma

margem de custo relacionada aos empréstimos que financiam os empréstimos modalidade LIBOR (iii) mais o valor líquido de qualquer custo/lucro gerado por operações para mitigar as flutuações da LIBOR e (iv) mais a margem para empréstimos do capital ordinário;

h) comissão de crédito: exigida semestralmente nas mesmas datas de pagamento dos juros e calculada com base na taxa de até 0,75% ao ano sobre o saldo não desembolsado do empréstimo, entrando em vigor sessenta dias após a assinatura do contrato, sendo que o Mutuário, a princípio, pagará uma Comissão de Crédito de 0,25% ao ano, podendo este percentual ser modificado semestralmente pelo BID, sem que, em caso algum possa exceder o percentual previsto de 0,75% ao ano;

i) recursos para inspeção e supervisão geral: durante o período de desembolsos, não serão reservados recursos para atendimento de despesas de inspeção e supervisão gerais, salvo se o BID estabelecer o contrário durante tal período, sendo que, em caso algum, para atender as referidas despesas em um semestre determinado, poderão ser destinados recursos superiores a 1% do financiamento, dividido pelo número de semestres compreendido no prazo original de desembolsos.

II – Análise

A operação de crédito pretendida será contratada pelo Estado do Amazonas, alcança o valor de até US\$ 140,000,000.00 (cento e quarenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América) e destina-se ao financiamento parcial do Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus (PROSAMIM).

A STN emitiu parecer favorável ao pleito e à concessão de garantia da União nessa operação de crédito externo.

No parecer, são fornecidas informações acerca da situação do Estado do Amazonas no que diz respeito ao cumprimento das exigências e condições, de natureza financeira e processual, estipuladas na referida Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, bem como relativas às disposições constantes da Resolução nº 96, de 1989, que trata das premissas a serem observadas para que possa a União conceder garantias em operações de crédito.

Assim é que, nos termos dos arts. 1º, 2º e 3º da Resolução nº 96, de 1989, do Senado Federal, a concessão de quaisquer garantias por parte da União equipam-se a uma operação de crédito que onera os seus limites de endividamento, sujeitando-a, para ope-

rações financeiras externas, a prévia autorização do Senado Federal.

Essas operações financeiras estão, portanto, em uma primeira instância, sujeitas ao cumprimento das condições e exigências estabelecidas nas referidas resoluções, que, além da observância quanto aos aspectos de natureza estritamente financeira, exigem que a União observe as seguintes condições prévias à prestação de garantias:

1) oferecimento de contragarantias suficientes para o pagamento de qualquer desembolso que a União possa vir a fazer se chamada a honrar a garantia;

2) adimplência do tomador do empréstimo para com a União e com as entidades controladas pelo Poder Público Federal.

A Secretaria do Tesouro Nacional, de acordo com o Parecer STN/Coref/Gerfi nº 488, de 2005, informa que “consulta realizada por meio eletrônico, na presente data, não indicou existência de débito em nome do Governo do Estado do Amazonas junto à União e entidades controladas. Dessa forma, o Estado atende ao disposto no § 1º do art. 4º da Lei Complementar nº 101/00”.

Ademais, há previsão do oferecimento de garantias da parte do Estado do Amazonas. Para tanto, é prevista a formalização de contrato entre o Estado e o Tesouro Nacional para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das quotas de repartição de receitas previstas nos arts. 157 e 159, complementadas pelas receitas próprias, nos termos do art. 167, § 4º, todos da Constituição Federal.

Assim sendo, poderá o Governo Federal requerer as transferências de recursos necessários para cobertura dos compromissos honrados, diretamente das contas centralizadoras da arrecadação do Estado. De acordo com estudo elaborado pela STN/Corem, o Estado tem cumprido regularmente os compromissos e metas contratuais assumidos com a União.

Entendemos, assim, como também é reconhecido pela própria STN, ser possível atender a esse pleito de garantia, pois: (i) são consideradas suficientes e adequadas as contragarantias a serem prestadas e (ii) de acordo com a STN, o Estado do Amazonas conta com recursos suficientes, devidamente demonstrados, para o ressarcimento à União, caso essa venha a honrar compromisso na condição de garantidora da operação. Não são impostos, portanto, restrições a atual situação fiscal do Estado, nem são atribuídos ao Tesouro Nacional riscos superiores àqueles normalmente assumidos em operações já contratadas com agências oficiais de crédito.

Ademais, não há registro de compromissos honrados pela União em nome do Estado do Amazonas nos últimos dois anos.

Dessa forma, entendemos, estão sendo observadas as exigências definidas no § 9º do art. 3º da Resolução nº 96, de 1989.

Relativamente aos aspectos de natureza financeira, nos termos das condições e exigências definidas na Constituição Federal e nas Resoluções nº 96, de 1989, e 43, de 2001, do Senado Federal, aplicáveis ao financiamento pretendido, cabe os seguintes esclarecimentos:

a) os limites de endividamento da União, estipulados na referida Resolução nº 96, de 1989, são atendidos, conforme informado no referido Parecer STN/Coref/Gerfi Nº 488, de 2005;

b) o Parecer da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, PGN/COF nº 1996/2005, encaminhado ao Senado Federal, no exame das cláusulas da minuta contratual, conclui que elas são admissíveis e está de acordo com a legislação brasileira aplicável à espécie, tendo sido observado o disposto no art. 5º da Resolução nº 96, de 1989, que veda disposição contratual de natureza política ou atentatória à soberania nacional e à ordem pública;

c) relativamente à exigência constitucional de que programas ou projetos constem do Plano Plurianual e da Lei Orçamentária Anual, é informado que os investimentos previstos no programa mencionado constam do Plano Plurianual do Estado do Amazonas para o período 2004-2007, em que se inserem as ações previstas do programa em questão;

d) os limites de endividamento do Estado do Amazonas, estipulados nas referidas Resoluções nºs 40 e 43, de 2001, são considerados atendidos, conforme informado no referido Parecer STN/Coref/Gerfi nº 488, de 2005.

Ainda, de acordo com a STN, a Lei Estadual nº 2.930, de 21 de dezembro de 2004, que estima a receita e fixa a despesa do Estado do Amazonas para o exercício financeiro de 2005, contempla dotações para a execução do projeto no ano em curso. Constam desse orçamento recursos relativos ao ingresso de recursos externos, para contrapartidas do Estado e para o pagamento de amortização, juros e encargos da dívida, decorrentes da presente operação e de outros compromissos.

Como ressaltado pela STN, “considerando as informações prestadas pelo Estado e o cronograma de utilização de recursos, esta Secretaria entende que o mutuário dispõe de dotações suficientes para a execução do programa no exercício de 2006”.

Ademais, como enfatizado no referido parecer, a operação de crédito em exame acha-se explicitamente inserida no Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Estado do Amazonas, estabelecido nos termos da Lei nº 9.496, de 1997, o que assegura ao Estado a não obrigatoriedade de cumprimento dos mencionados limites, conforme excepcionalização contida no § 8º do art. 7º da Resolução nº 43, de 2001, e no art. 35º da Resolução nº 40, de 2001. Mais ainda, como já mencionado, é informado que o Estado tem cumprido regularmente os compromissos pactuados e atingido as metas acordadas contratualmente com a União.

Ressalte-se que foi apresentada Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União positiva com efeitos de negativa, emitida pela Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, tendo em vista que foi deferida liminar no Mandado de Segurança nº 2005.34.00.035372-0, impetrado pelo Estado do Amazonas, suspendendo a inscrição daquele estado e de suas unidades administrativas no Subsistema Cadastro Único de Exigências para Transferências Voluntárias (CAUC), da Secretaria do Tesouro Nacional.

A operação de crédito foi credenciada pelo Banco Central do Brasil, conforme o expediente Decic/Diope/SAUT-2005/077, de 13 de dezembro de 2005, evidenciando, portanto, que o empréstimo atende à política de captação de recursos externos do País.

Ressalte-se ainda que, de acordo com cálculos estimativos realizados pela Secretaria do Tesouro Nacional, a operação de crédito pretendida deverá implicar um custo efetivo equivalente a 6,07% ao ano, constituindo-se em um indicativo aceitável para a contratação se comparado com o custo de captação do Tesouro Nacional, em dólar, no mercado internacional.

As demais condições e exigências estipuladas pelas Resoluções nºs 96, de 1989, e 43, de 2001, do Senado Federal, são atendidas pelo Estado do Amazonas e pela União, conforme evidenciado pelos documentos que acompanham a mensagem em questão.

III – Voto

Em conclusão, o pleito encaminhado pelo Estado do Amazonas encontra-se de acordo com o que preceituam as Resoluções nº 96, de 1989, e 40 e 43, de

2001, do Senado Federal, devendo ser concedida a autorização para a contratação da operação de crédito externo pretendida, nos termos do seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 90, DE 2005

Autoriza o Estado do Amazonas a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$140.000.000,00 (cento e quarenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Estado do Amazonas autorizado a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$140.000.000,00 (cento e quarenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

Parágrafo único. Os recursos dessa operação de crédito destinam-se ao financiamento parcial do Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus (PROSAMIM).

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I – devedor: Estado do Amazonas;

II credor: Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID);

III – garantidor: República Federativa do Brasil;

IV valor: até US\$140.000.000,00 (cento e quarenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América);

V – prazo de desembolso: seis anos;

VI – amortização: parcelas semestrais e consecutivas, de valores tanto quanto possível iguais, vencendo-se a primeira seis meses a partir da data inicialmente prevista para o desembolso final e a última o mais tardar 25 anos após a assinatura do contrato;

VII – juros: exigidos semestralmente, calculados sobre o saldo devedor periódico do empréstimo, a uma taxa anual para cada trimestre composta pela (i) taxa de juros LIBOR trimestral para dólar americano (ii) mais (ou menos) uma margem de custo relacionada aos empréstimos que financiam os empréstimos modalidade LIBOR (iii) mais o valor líquido de qualquer custo/lucro gerado por operações para mitigar as flutuações da LIBOR e (iv) mais a margem para empréstimos do capital ordinário;

VIII – comissão de crédito: exigida semestralmente nas mesmas datas de pagamento dos juros e calculada com base na taxa de até 0,75% ao ano sobre o saldo não desembolsado do empréstimo, entrando

em vigor sessenta dias após a assinatura do contrato, sendo que o Mutuário, a princípio, pagará uma Comissão de Crédito de 0,25% ao ano, podendo este percentual ser modificado semestralmente pelo BID, sem que, em caso algum possa exceder o percentual previsto de 0,75% ao ano;

IX – recursos para inspeção e supervisão geral: durante o período de desembolsos, não serão reservados recursos para atendimento de despesas de inspeção e supervisão gerais, salvo se o BID estabelecer o contrário durante tal período, sendo que, em caso algum, para atender as referidas despesas em um semestre determinado, poderão ser destinados recursos superiores a 1% do financiamento, dividido pelo número de semestres compreendido no prazo original de desembolsos.

Parágrafo único. As datas de pagamento do principal, dos encargos financeiros e dos desembolsos previstos poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo.

Art. 3º Fica a União autorizada a conceder garantia ao Estado do Amazonas na operação de crédito externo referida nesta resolução.

Parágrafo único. A autorização prevista no caput fica condicionada a:

I – que o Estado do Amazonas celebre contrato com a União para a concessão de contra-garantias, sob a forma de vinculação das quotas de repartição de receitas previstas nos arts. 157 e 159, complementadas pelas receitas próprias, nos termos do art. 167, § 4º, todos da Constituição Federal, e outras garantias em direito admitidas, podendo o Governo Federal reter os recursos necessários para cobertura dos compromissos honrados, diretamente das contas centralizadoras da arrecadação do Estado;

II – que seja verificado o cumprimento pelo Estado dos Amazonas das condições de primeiro desembolso.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de quinhentos e quarenta dias, contados a partir de sua publicação.

Art. 5º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O parecer é favorável, concluindo pela apresentação de projeto de resolução.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, declaro encerrada a discussão.

Passamos à votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora, oferecendo a redação final à matéria, que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Garibaldi Alves Filho.

É lido o seguinte:

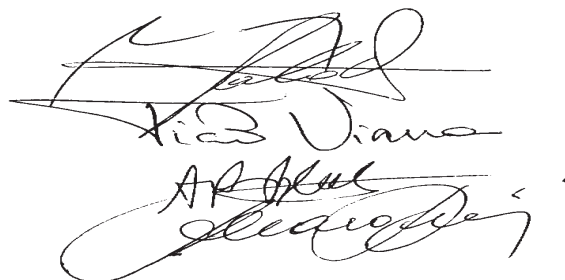
PARECER Nº 2.232, DE 2005

(Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Resolução nº 90, de 2005.

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 90, de 2005, que autoriza o Estado do Amazonas a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$ 140,000,000.00 (cento e quarenta milhões de dólares norte-americanos).

Sala de Reuniões da Comissão, 14 de dezembro de 2005.



ANEXO AO PARECER Nº 2.232, DE 2005

Redação final do Projeto de Resolução nº 90, de 2005.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Presidente, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº , DE 2005

Autoriza o Estado do Amazonas a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$ 140,000,000.00 (cento e quarenta milhões de dólares norte-americanos).

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Estado do Amazonas autorizado a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$ 140,000,000.00 (cento e quarenta milhões de dólares norte-americanos).

Parágrafo único. Os recursos dessa operação de crédito destinam-se ao financiamento parcial do Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus (Prosamim).

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I – *devedor*: Estado do Amazonas;

II – *credor*: Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID);

III – *garantidor*: República Federativa do Brasil;

IV – *valor*: até US\$ 140,000,000.00 (cento e quarenta milhões de dólares norte-americanos);

V – *prazo de desembolso*: 6 (seis) anos;

VI – *amortização*: parcelas semestrais e consecutivas, de valores tanto quanto possível iguais, vencendo-se a primeira 6 (seis) meses a partir da data inicialmente prevista para o desembolso final e a última o mais tardar 25 (vinte e cinco) anos após a assinatura do contrato;

VII – *juros*: exigidos semestralmente, calculados sobre o saldo devedor periódico do empréstimo, a uma taxa anual para cada trimestre composta pela (i) taxa de juros Libor trimestral para dólar norte-americano (ii) mais (ou menos) uma margem de custo relacionada aos empréstimos que financiam os empréstimos modalidade Libor (iii) mais o valor líquido de qualquer custo/lucro gerado por operações para mitigar as flutuações da Libor e (iv) mais a margem para empréstimos do capital ordinário;

VIII – *comissão de crédito*: exigida semestralmente nas mesmas datas de pagamento dos juros e calculada com base na taxa de até 0,75% a.a. (setenta e cinco centésimos por cento ao ano) sobre o saldo não-desembolsado do empréstimo, entrando em vigor 60 (sessenta) dias após a assinatura do contrato, sendo que o Mutuário, a princípio, pagará uma Comissão de Crédito de 0,25% a.a. (vinte e cinco centésimos por cento ao ano), podendo este percentual ser modificado semestralmente pelo BID, sem que, em caso algum

possa exceder o percentual previsto de 0,75% a.a. (setenta e cinco centésimos por cento ao ano);

IX – *recursos para inspeção e supervisão geral*: durante o período de desembolsos, não serão reservados recursos para atendimento de despesas de inspeção e supervisão gerais, salvo se o BID estabelecer o contrário durante tal período, sendo que, em caso algum, para atender as referidas despesas em um semestre determinado, poderão ser destinados recursos superiores a 1% (um por cento) do financiamento, dividido pelo número de semestres compreendido no prazo original de desembolsos.

Parágrafo único. As datas de pagamento do principal, dos encargos financeiros e dos desembolsos previstos poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo.

Art. 3º É a União autorizada a conceder garantia ao Estado do Amazonas na operação de crédito externo referida nesta Resolução.

Parágrafo único. A autorização prevista no caput é condicionada a:

I – que o Estado do Amazonas celebre contrato com a União para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das cotas de repartição de receitas previstas nos arts. 157 e 159, complementadas pelas receitas próprias, nos termos do art. 167, § 4º, todos da Constituição Federal, e outras garantias em direito admitidas, podendo o Governo Federal reter os recursos necessários para cobertura dos compromissos honrados, diretamente das contas centralizadoras da arrecadação do Estado;

II – que seja verificado o cumprimento pelo Estado do Amazonas das condições do primeiro desembolso.

Art. 4º A autorização concedida por esta Resolução deverá ser exercida no prazo máximo de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contado a partir de sua publicação.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Estando a matéria em regime de urgência, passa-se à imediata apreciação da redação final.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Camata pela ordem.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Urgentemente, em 30 segundos, quero dizer apenas que nós, do Espírito Santo, estamos um pouco decepcionados, porque tramitavam juntos no Ministério da Fazenda os empréstimos do Espírito Santo, do Amazonas e de Minas Gerais. Chegaram aqui os pedidos de empréstimos do Amazonas e de Minas Gerais.

Garante-me a Dr^a Lúcia, assessora parlamentar do Ministro Palocci, que amanhã o processo relativo ao Espírito Santo chega ao plenário. De modo que, se chegar amanhã e as medidas provisórias forem lidas ao final da sessão de amanhã, teremos tempo, então, de apreciar o empréstimo do Espírito Santo.

É o apelo que faço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Se chegar até amanhã, apreciaremos por que entendendo, a exemplo do que aconteceu com Minas Gerais e o Amazonas, essa matéria também é consensual. Pelo menos trabalharei para que aconteça dessa forma.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Se não chegar até amanhã, vamos colocar essa matéria como um dos itens da convocação. É um compromisso que assumo com V. Ex^a, com o Senador Magno Malta e com o Senador João Batista Motta, com o Governador Paulo Hartung e com o Espírito Santo.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Agradeço a V. Ex^a, porque me causou estranheza. Pensei que teríamos que apreciar hoje as três, a de Minas Gerais, a do Amazonas e a do Espírito Santo.

Tendo em vista o compromisso de V. Ex^a de que, em chegando amanhã, as medidas provisórias serão lidas no final da sessão, de maneira a apreciar o pedido de empréstimo do Espírito Santo, agradeço a V. Ex^a e o povo do Espírito Santo também, porque não podemos ficar fora.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Garibaldi Alves Filho.

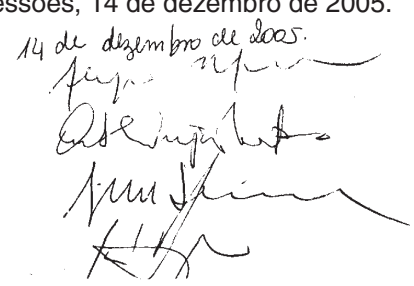
É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.489, DE 2005

Senhor Presidente,

Requeremos urgência, nos termos do art. 336, inciso II, do Regimento Interno, para o PLC 94, de 2005.

Sala das Sessões, 14 de dezembro de 2005.

Sala das Sessões, em 14 de dezembro de 2005.


O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Passa-se à apreciação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – **Item extrapauta:**

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 94, DE 2005

Projeto de Lei da Câmara nº 94, de 2005 (nº 3.860/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que autoriza a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE a alienar os imóveis que especifica, localizados em Brasília, Distrito Federal.

Sobre a mesa, parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Efraim Morais.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 2.233, DE 2005

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 94, de 2005 (nº 3.860, de 2004, na origem), que autoriza a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE a alienar os imóveis que especifica, localizados em Brasília, Distrito Federal.

Relator: Senador **Aloizio Mercadante**

I – Relatório

É submetido ao exame desta Comissão o Projeto de Lei da Câmara nº 94, de 2005 (nº 3.860, de 2004, na origem), de autoria do Poder Executivo, que

autoriza a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE a alienar os imóveis que especifica, localizados em Brasília, Distrito Federal.

Os imóveis de propriedade da entidade cuja alienação é autorizada são os lotes 3, 3A, 4, 5 e 6 da Quadra 3 do Setor de Autarquias Sul (SAS), nesta Capital, com área total de 3.200m² e valor estimado em R\$ 8.840.000,00.

A proposição determina que a alienação se dê por meio de licitação e de acordo com os procedimentos previstos na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

O projeto é assim justificado, na Exposição de Motivos nº 110, de 14 de maio de 2004, firmada pelo Senhor Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão:

A Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE ocupa o prédio situado na Rua General Canabarro, nº 706, no bairro do Maracanã, Rio de Janeiro/RJ, desde o ano de 1989, ocasião em que o referido imóvel foi adquirido pela Sociedade Ibegeana de Assistência e Seguridade – SIAS, entidade fechada de previdência complementar, da qual a Fundação IBGE é a patrocinadora-instituidora.

Ao longo dos anos, o prédio foi sendo adaptado para melhor servir às unidades de trabalho ali localizadas e, sendo assim, qualquer transferência de instalações prejudicaria o desenvolvimento das atividades específicas dessas áreas, principalmente aquelas relativas à biblioteca central, já que o elevado peso do acervo bibliográfico e as suas especificidades limitam as opções de oferta no mercado imobiliário no Rio de Janeiro.

O interesse do IBGE em permanecer no imóvel acima indicado, pelas razões aqui expostas, enseja a aquisição do mesmo por meio da venda dos terrenos de sua propriedade em Brasília/DF,

.....
A SIAS, por seu turno, entidade fechada de previdência complementar, regida pelas Leis Complementares nº 108 e 109, ambas de 29 de maio de 2001, tem interesse na venda do imóvel, na medida em que precisa adequar a sua carteira de investimentos, no segmento de imóveis, aos limites fixados no regulamento anexo à resolução nº 3.121/2003, de 25 de setembro de 2003, do Conselho Monetário Nacional, motivo pelo qual, em atendimento à citada legislação, enviou em 20 de janeiro de 2004 carta compromisso à Secretaria de Previdência Complementar informando sobre as providências quanto ao seu enquadramento aos limites legais no segmento imobiliário, o que importa na alienação dos supracitados imóveis de sua propriedade.

Dessa forma, a alienação dos imóveis especificados no Projeto de Lei, situados em Brasília – DF, permitirá ao IBGE obter recursos para a aquisição do imóvel de propriedade da SIAS, possibilitando que a Fundação permaneça, em caráter definitivo, nas instalações que ora ocupa, sem qualquer transtorno para suas unidades de trabalho, eliminando, inclusive, o gasto atual com as locações dos referidos imóveis, da ordem de R\$ 1.500.000,00/ano.

Aprovada na Câmara dos Deputados, vem a proposição à revisão desta Câmara Alta, onde não recebeu emendas.

II – Análise

O projeto sob análise não apresenta nenhum reparo no que concerne aos requisitos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade e vem vazado na melhor técnica legislativa.

Do ponto de vista formal, a presente proposição visa a atender o previsto no inciso I do art. 17 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, o Estatuto das Licitações Públicas, que exige autorização legislativa para a alienação de bens imóveis pertencentes à Administração Pública direta, às autarquias e às fundações públicas.

No tocante ao mérito, é indiscutível a conveniência e oportunidade do PLC nº 94, de 2005, que atende ao interesse público na medida em que permitirá a desmobilização de patrimônio público ocioso, gerando recursos para que uma entidade pública possa adquirir imóvel fundamental ao exercício de suas funções institucionais e conduzindo a significativa economia de recursos hoje despendidos no pagamento de aluguel.

Vale, ainda, comentar que a proposição reafirma a exigência, também prevista no acima citado inciso I do art. 17 da Lei nº 8.666, de 1992, da realização de licitação para a alienação dos bens do IBGE que são dela objeto.

Assim, a aprovação do presente projeto representa providência urgente e correta no sentido de permitir a uma entidade da importância do IBGE melhores condições para o exercício de suas obrigações, sem, com isso, onerar o Erário, mas, ao contrário, reduzindo a despesa pública.

III – Voto

Do exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto de Lei da Câmara nº 94, de 2005, e, no mérito, pela sua aprovação.

Sala da Comissão, 14 de dezembro de 2005.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: 122 Nº 1 DE 2005

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 14.12.2005, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: *Antônio Carlos Magalhães*

RELATOR: *Antônio Carlos Magalhães*

BLOCO DA MINORIA (PFL e PSDB)

ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES *(Presidente)*

CÉSAR BORGES *César Borges*

DEMÓSTENES TORRES

EDISON LOBÃO *Edison Lobão*

JOSÉ JORGE *José Jorge*

JOÃO BATISTA MOTTA *João Batista Motta*

ALVARO DIAS

ARTHUR VIRGÍLIO *Arthur Virgílio*

JUVÊNCIO DA FONSECA *Juvêncio da Fonseca*

1-ROMEY TUMA

2-MARIA DO CARMO ALVES

3-JOSÉ AGRIPINO

4-JORGE BORNHAUSEN

5-RODOLPHO TOURINHO *Rodolpho Tourinho*

6-TASSO JEREISSATI *Tasso Jereissati*

7-EDUARDO AZEREDO

8-LEONEL PAVAN

9-GERALDO MESQUITA JÚNIOR ⁽¹⁾ *Geraldo Mesquita Júnior*

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, ⁽²⁾, PL e PPS)

ALOIZIO MERCADANTE *(Relator)*

EDUARDO SUPLEY

FERNANDO BEZERRA

MAGNO MALTA

IDELI SALVATTI *Ideli Salvatti*

ANTONIO CARLOS VALADARES *Antonio Carlos Valadares*

SERYS SLHESARENKO *Serys Slhessarenko*

1-DELCÍDIO AMARAL

2- PAULO PAIM

3-SÉRGIO ZAMBIASI

4-JOÃO CAPIBERIBE ⁽³⁾

5-SIBA MACHADO

6-MOZARILDO CAVALCANTI

7-MARCELO CRIVELLA ⁽⁴⁾

PMDB

RAMEZ TEBET *Ramez Tebet*

NEY SUASSUNA *Ney Suassuna*

JOSÉ MARANHÃO *José Maranhão*

ROMERO JUCÁ

AMIR LANDO

PEDRO SIMON

1-LUIZ OTÁVIO

2-VAGO ⁽⁵⁾

3-SÉRGIO CABRAL

4- ALMEIDA LIMA

5-LEOMAR QUINTANILHA ⁽⁶⁾

6-GARIBALDI ALVES FILHO

PDT

JEFFERSON PÉRES

1-OSMAR DIAS

Atualizada em: 08.12.2005

(1) O Senador Geraldo Mesquita Júnior deixou de integrar o P-SOL em 26/10/2005 (Vaga cedida pelo PSDB).

(2) O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 08/06/2005.

(3) O Senador João Capiberibe retornou ao Senado Federal em 28/10/2005 (Of. nº 5.025/STF).

(4) O Senador Marcelo Crivella filiou-se ao PMR em 28/09/2005.

(5) O Senador Gilvam Borges deixou de integrar o Senado Federal em 28/10/2005 (Of. nº 5.025/STF).

(6) O Senador Leomar Quintanilha filiou-se ao PC do B em 03/10/2005 (Vaga cedida pelo PMDB).

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O parecer é favorável.

A Presidência esclarece ao Plenário que poderão ser oferecidas emendas à matéria até o encerramento da discussão.

Em discussão o projeto, em turno único.

O SR. MARCELO CRIVELLA (PMR – RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (PMR – RJ. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, utilizarei apenas trinta segundos para dizer que essa permuta entre o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística do Estado do Rio de Janeiro e um imóvel de Brasília facilitará muito a vida daqueles servidores que estão lá.

É um grande Instituto, que tem realizado pesquisas independentes, muitas vezes agradando o Governo, outras desagradando o Governo, mas precisamos apoiá-lo. É uma vitória para o nosso Estado.

Portanto, parabeno o Senado por aprovar o projeto antes do recesso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Continua em discussão o projeto. (Pausa.)

Não mais havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O projeto vai à sanção.

É a seguinte a matéria aprovada:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 94, DE 2005

Autoriza a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE a alienar os imóveis que especifica, localizados em Brasília, Distrito Federal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE autorizada a alienar, por meio de licitação e de acordo com os procedimentos previstos na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, os imóveis de sua propriedade localizados – Brasília, Distrito Federal, no Setor de Autarquias Sul – SAS, Quadra 3, constituídos por 5 lotes, com as seguintes especificações:

I – Lote 3, com área de 525m² e demais características constantes da matrícula

nº 37.337 do Cartório do 1º Ofício de Registro de Imóveis do Distrito Federal,

II – Lote 3A, com área de 800m² e demais características constantes da matrícula nº 32.712 do Cartório do 1º Ofício de Registro de Imóveis do Distrito Federal;

III – Lote 4, com área de 525m² e demais características constantes da matrícula nº 37.389 do Cartório do 1º Ofício de Registro de Imóveis do Distrito Federal;

IV – Lote 5, com área de 675m² e demais características constantes da matrícula nº 37.391 do Cartório do 1º Ofício de Registro de Imóveis do Distrito Federal.

V – Lote 6, com área de 675m² e demais características constantes da matrícula nº 37.393 do Cartório do 1º Ofício de Registro de Imóveis do Distrito Federal.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Dos Deputados, 06 de outubro de 2005.

– **Aldo Rebelo**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Passa-se, agora, à apreciação do **Requerimento nº 1.467, de urgência, de 2005**, para o PLC nº 140, de 2005, lido no expediente.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria a que se refere figurará na Ordem do Dia de amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – **Item 1:**

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 532, DE 2003

(Incluído em Ordem do Dia

nos termos do Recurso nº 1, de 2005)

(Em regime de urgência

nos termos do Requerimento nº 1.359, de 2005)

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 532, de 2003, de autoria dos Senadores João Capiberibe e Paulo Octávio, que *modifica a Lei 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, que altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências, dispondo sobre a autoria e a utilização de obras audiovisuais.*

Parecer sob nº 2.210, de 2005, da Comissão Diretora, Relator: Senador Antero Paes de Barros,

oferecendo a redação do vencido para o turno suplementar.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de ontem, quando teve sua apreciação concluída em turno único.

A Presidência comunica ao Plenário que poderão ser oferecidas emendas à matéria até o encerramento da discussão.

Sobre a mesa, emenda que será lida.

É lida a seguinte:

EMENDA nº 1 – Plen (Suplementar)

(Substitutivo ao PLS 532/2603)

Dê-se ao artigo 86, da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, com a redação proposta pelo Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 532, de 2003, a seguinte redação:

“Art. 86. Os direitos autorais de execução musical relativos a obras musicais, lítero-musicais e fonogramas incluídos em obras audiovisuais, ressalvada a obra cinematográfica destinada à exibição pública originária de países com os quais o Brasil não mantenha acordo de reciprocidade, serão devidos aos seus titulares pelos responsáveis dos locais ou estabelecimentos a que alude o § 3º do art. 68 desta Lei, que as exibirem, ou pelas emissoras de televisão que as transmitirem.”

Justificação

Impõe-se a ressalva proposta, de sorte a dar proteção legal aos direitos autorais garantidos pela Constituição Federal aos detentores de direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução dessas obras, consoante os termos do inciso XXVII, do artigo 5º, inclusive com relação àquelas constantes de obra cinematográfica destinada à exibição pública produzida em países com os quais o Brasil mantenha acordo de reciprocidade de reconhecimento de tais direitos.

Sala das Sessões, 14 de dezembro de 2005.

– **Marcelo Crivella**

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Roberto Saturnino para emitir parecer, em substituição à Comissão de Educação. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador César Borges para emitir parecer, em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que pode, se assim o desejar, dar parecer pelas duas comissões.

PARECER CONJUNTO Nº 2.234, DE 2005, DE PLENÁRIO

Das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Educação, sobre a Emenda nº 1, de Plenário, oferecida no turno suplementar, ao Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 532, de 2003, de autoria dos Senadores João Capiberibe e Paulo Octávio, que modifica a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, que altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências, dispondo sobre a autoria e a utilização de obras audiovisuais.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA. Para proferir parecer. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, recebemos essa emenda de autoria do nobre Senador Marcelo Crivella, que vai de encontro exatamente ao nosso relato, que é no sentido de que a obra audiovisual passe a ser propriedade do produtor e que não se teria por que cobrar adicionalmente.

Além disso, Sr. Presidente, a emenda do Senador Marcelo Crivella vai onerar e discriminar o filme nacional. O cinema nacional já enfrenta dificuldade, sabemos disso de público. Portanto, seria uma discriminação, porque ou o ingresso desse filme se tornaria mais caro ou seus exibidores não gostariam de ter o filme exibido, porque teriam um pagamento de 2,5%. E isso, com certeza, iria desmotivar mais ainda o cinema nacional.

Portanto, Sr. Presidente, somos pela rejeição dessa emenda.

O Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Papaléo Paes, Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – O parecer é pela rejeição da emenda.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Em discussão, em turno suplementar, o substitutivo e a emenda.

O SR. MARCELO CRIVELLA (PMR – RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Concedo a palavra, para discutir, ao Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (PMR – RJ. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, com todo respeito ao nobre Relator, Senador César Borges, não haverá isso, não haverá discriminação.

Veja bem, há 20 anos, os exibidores não pagam o Ecad. São uns dos maiores sonegadores do País! Já tramitou e julgou no Superior Tribunal de Justiça condenação para que paguem. Estão devendo, pela lei atual, aos brasileiros e aos estrangeiros, aos dois!

Senador César Borges, 20 anos sem se pagar direito autoral melhorou alguma sala de cinema? Aumentou a produção nacional? Não! Com essa lei, vão passar a pagar direitos autorais apenas aos compositores nacionais!

Mas eu gostaria de fazer a leitura de uma carta que recebi de um cantor que é muito querido de nós todos e do povo brasileiro: trata-se de Mirosmar José de Camargo, Zezé di Camargo.

Senador César Borges, o Mirosmar José de Camargo era um menino pobre que fez sucesso no Brasil com o nome de Zezé di Camargo – tenho certeza de que V. Ex^a deve ter ouvido falar – e ele mandou esta carta especialmente para V. Ex^a que é o Relator. E diz o seguinte:

Eu, Mirosmar José de Camargo, nas artes Zezé di Camargo, na qualidade de autor intelectual de várias obras brasileiras, venho por meio desta manifestar minha posição com relação à tramitação do Projeto de Lei do Senado nº 532/2003, de autoria dos ilustres Senadores João Capiberibe e Paulo Octávio, que, sem dúvida, prejudica os lícitos interesses dos criadores intelectuais e debilita o exercício dos direitos autorais por parte dos seus titulares, contrariando a Constituição Federal, a Lei Ordinária nº 9.610/98, os tratados e convenções internacionais ratificados pelo País e decisões do Supremo Tribunal Federal.

Senador Paulo Octávio, decisão do Supremo Tribunal Federal. O projeto de V. Ex^a desafia Deus e o mundo.

Consiste a transgressão no ato de eximir os exibidores cinematográficos do pagamento dos direitos autorais de execução pública das obras musicais e dos fonogramas sincronizados nas películas cinematográficas, violando o inciso XXVII do art. 5º da Carta Magna,...

O Sr. Gerson Camata (PMDB – ES) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. MARCELO CRIVELLA (PMR – RJ) – Só para concluir, Senador. Darei o aparte a V. Ex^a com o maior prazer. V. Ex^a sabe a admiração que tenho por essa grande liderança do Espírito Santo.

...os arts. 28 e 29 da Lei nº 9.610/98 e os dispositivos pertinentes das Convenções

Internacionais de Berna, Genebra e Roma, ambas ratificadas pelo Brasil.

Senador Paulo Octávio, com esse seu projeto, vamos colocar o Brasil em maus lençóis até na Organização Mundial do Comércio, porque estamos atropelando acordos. Este de Berna é do século XIX, de 1892, que corresponde mais ou menos a direitos autorais. É uma atropelada com um caminhão pesado!

Prossigo:

Como autor intelectual e companheiro de vários outros, com os quais convivo, tenho acompanhado ao longo dos anos a queda significativa de arrecadação de direitos autorais provocada, principalmente, pelo lastimável e crescente índice de pirataria no mercado brasileiro.

Os autores estão sofrendo muito com a pirataria. De três mil e duzentas rádios brasileiras, mil e seiscentas não pagam o Ecad, as quais se somam à pirataria!

Aliás, eu já tive até a ocasião de contar aqui – Senador Demóstenes Torres, V. Ex^a, que é um profundo conhecedor da música popular, deve estar lembrado daquele samba, do sujeito que dizia: “Eu fiz um samba, quero ver gravar; eu já gravei, quero ver tocar; eu já toquei até demais, quero ver receber os direitos autorais”.
(O Senador Crivella cita os versos cantando.)

O Sr. Gerson Camata (PMDB – ES) – V. Ex^a já ganhou o direito autoral da música. (Risos.)

O SR. MARCELO CRIVELLA (PMR – RJ) – E continuo a leitura da carta:

A possível aprovação desse projeto não só acarretará uma sensível redução da arrecadação dos direitos de execução pública no Brasil, com inevitáveis repercussões de ordem econômica e social, pois debilitará a receita de autores, artistas e empresários culturais, como, ainda, representará um brutal retrocesso da legislação pátria de proteção aos direitos intelectuais, considerada, sem qualquer favor, uma das mais avançadas do mundo.

O Sr. Almeida Lima (PMDB – SE) – Senador Marcelo Crivella, V. Ex^a me concede um aparte para um esclarecimento?

O SR. MARCELO CRIVELLA (PMR – RJ) – Assim que concluir, ouvirei V. Ex^a com o maior prazer, Senador.

Gostaria de deixar claro aqui, Senador César Borges, que os compositores e autores, que já sofrem com o não-pagamento de direitos autorais – como

disse, de 3.200 rádios, somente 1.600 pagam direitos autorais –, ainda sofrem com a pirataria.

No Brasil, diferente dos Estados Unidos, que, aliás, é o único país do mundo que adota o *copyright*, os compositores ganham quando são contratados por uma produtora e também quando há execução. É somente nos Estados Unidos que tem o *copyright*.

Vou concluir, Senador César Borges, bom baiano.

Zezé di Camargo conclui a carta, dizendo o seguinte:

Tais conquistas não podem ser ceifadas do dia para a noite por um projeto que atende tão-somente aos interesses dos exibidores cinematográficos, que, por acaso, são, nos últimos vinte anos, os maiores devedores do direito de execução pública em nosso País.

O Jorge Ben esteve aqui. Aquele filme “Xica da Silva” até hoje não recebeu. Os exibidores passaram esse filme centenas, milhares de vezes, e até hoje ele não recebeu os direitos autorais. É um absurdo!

Sr. Presidente, é um absurdo o que vamos fazer, aprovando um projeto como esse. Vou concluir, Sr. Presidente.

O Sr. Paulo Octávio (PFL – DF) – O importante é votar o foco da matéria, porque estamos falando de pirataria, estamos falando... Vamos votar o foco da matéria.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. MARCELO CRIVELLA (PMR – RJ) – Senador Heráclito Fortes, ouço V. Ex^a com o maior prazer.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Quero me congratular com V. Ex^a pela leitura, no plenário, desta carta. Aliás, ninguém com mais legitimidade no Brasil para falar de direito autoral do que essa dupla. Não foi essa dupla que teve seu filme assistido de maneira clandestina no avião presidencial brasileiro? Lamentável que ele não faça referência na sua carta, mostrando a indignação.

O SR. MARCELO CRIVELLA (PMR – RJ) – Fez.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Curve-se. Então, V. Ex^a omitiu.

O SR. MARCELO CRIVELLA (PMR – RJ) – Não, no terceiro parágrafo ele diz que os compositores já sofrem com a pirataria e agora não querem perder o direito autoral.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Mas quem é o pirata? Não, ele podia ter sido mais claro, porque esse é um fato...

O SR. MARCELO CRIVELLA (PMR – RJ) – Não, isso ele não diz.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Se ele não diz, V. Ex^a deveria dizer.

(Interrupção do som.)

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador Marcelo Crivella, V. Ex^a me concede um aparte?

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Marcelo Crivella, quero parabenizar V. Ex^a e a dupla. No entanto, quero dizer que perderam a grande oportunidade de defender essa tese, mostrando que foram tungados no avião presidencial. Não quero dizer que tenha sido o Presidente. O Presidente foi apenas uma vítima. Não quero ser tão radical. É para mostrar onde começa, exatamente, a clonagem e onde começa a pirataria. É uma simbologia que não se podia, num momento como este, perder a oportunidade de ser exaltada.

O SR. MARCELO CRIVELLA (PMR – RJ) – V. Ex^a tem toda razão. Agora, eu temo que, no futuro, nós sejamos acusados de tungar direitos autorais, como fez o tal assessor do Presidente Lula, colocando lá um DVD pirata.

Ouçó V. Ex^a, com o maior prazer.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – O tempo do Senador Marcelo Crivella já se esgotou e nós o prorrogamos por mais dois minutos. Temos muitos inscritos. Logicamente, essa discussão passaria a ser...

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Eu ouvi V. Ex^a tão...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

(Interrupção do som.)

O SR. MARCELO CRIVELLA (PMR – RJ) – Sr. Presidente, eu pediria um tempo para o Senador Arthur Virgílio.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Se V. Ex^a tivesse que cantar uma música para registrar o episódio da pirataria no avião presidencial, qual seria a música? V. Ex^a domina o cancionário popular tão bem. “Eu sou o pirata da perna de pau, do olho de vidro, e cara de mau”. **(Cantando).** Quem sabe?

O SR. MARCELO CRIVELLA (PMR – RJ) – (Risos.) V. Ex^a termina o ano...

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – De pau!

O SR. MARCELO CRIVELLA (PMR – RJ) – Sr. Presidente, vamos concluir.

O Sr. Almeida Lima (PMDB – SE) – Peço um aparte, Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (PMR – RJ) – Concedo um aparte ao Senador Almeida Lima.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Conclua, por favor, Senador. Seu tempo está esgotado e há muitos inscritos.

O SR. MARCELO CRIVELLA (PMR – RJ) – Eu poderia ouvir o nobre Líder de Alagoas, do PDT? Sr. Presidente, peço a V. Ex^a, perdão, de Sergipe.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Senador Marcelo Crivella...

O SR. MARCELO CRIVELLA (PMR – RJ) – Senador Almeida Lima, ouço V. Ex^a com todo apreço.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Senador Marcelo Crivella, apenas um questionamento, uma informação que desejo de V. Ex^a. V. Ex^a fala que as salas, as empresas estão devendo o Ecad há 20 anos.

O SR. MARCELO CRIVELLA (PMR – RJ) – Aos compositores.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Há cobrança judicial nesse sentido?

O SR. MARCELO CRIVELLA (PMR – RJ) – Sim, sentença tramitada e julgada no Superior Tribunal de Justiça, em Brasília, condenando os exibidores a pagar – uma ação que durou 20 anos. Cheguei aqui a ler a sentença do Tribunal. Estamos legislando por uma causa que é líquida e certa na Justiça.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Sei. Como vou pedir a palavra para discutir, eu me manifestarei nessa ocasião.

O SR. MARCELO CRIVELLA (PMR – RJ) – Sr. Presidente, ...

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Os demais Senadores inscritos poderão discutir a matéria. Não podemos é prorrogar o tempo do Senador Marcelo Crivella mais do que já prorrogado, senão vamos tirar o direito dos demais Senadores.

O SR. MARCELO CRIVELLA (PMR – RJ) – Eu vou concluir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Então, Sr. Senador, o seu tempo está encerrado.

O SR. MARCELO CRIVELLA (PMR – RJ) – Vamos concluir. Sr. Presidente, apenas para concluir...

(Interrupção no som.)

O SR. MARCELO CRIVELLA (PMR – RJ) – Apenas para concluir. Propusemos um acordo ao Senador César Borges e ao Senador Paulo Octávio. Ontem o acordo foi celebrado, hoje ele foi rompido. O Senador Paulo Octávio havia aceito e nós rompemos o acordo hoje.

O acordo é claro, Sr. Presidente. Nós conseguimos dos compositores acordar que os exibidores, que hoje devem aos autores e aos compositores internacionais e nacionais, a partir dessa lei iriam dever apenas aos nacionais...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MARCELO CRIVELLA (PMR – RJ) – ... que é uma cláusula pétrea, um direito líquido. Precisamos enxergar assim. Há uma dívida passada com internacionais e nacionais porque é lei, tem de pagar. Se nós...

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Muito obrigado, Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (PMR – RJ) – Para concluir.

Se não aprovarmos esse acordo, vamos continuar, inclusive na Justiça, devendo a internacionais e a nacionais.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Obrigado pela sua compreensão.

Concedo a palavra ao Senador Gerson Camata, para discussão.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem, rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Pela ordem, tem a palavra o Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Com o Relator, não houve acordo. O acordo foi no sentido de apreciar a emenda e trazer para votação no dia de hoje. Conversando com o autor do projeto, ouvindo os segmentos...

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – V. Ex^a poderia trocar de microfone?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – É apenas para dizer que não houve acordo, Sr. Presidente. O acordo foi apreciar a emenda no dia de hoje para que chegássemos à conclusão do seu acatamento ou da sua rejeição. E fomos pela rejeição, apesar de termos recebido diversos telefonemas. Portanto, não houve acordo. Lamentavelmente está em equívoco o Senador Marcelo Crivella.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Feitos os devidos esclarecimentos.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Se V. Ex^a me permitir, vou permutar meu tempo com o Senador Roberto Saturnino. S. Ex^a falaria na minha vez e eu falarei na vez dele.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Estou inscrito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – V. Ex^a é o sexto, Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Com a palavra o Senador Roberto Saturnino.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, este Congresso Nacional tem lutado muito para consolidar um crescimento da indústria cinematográfica, que passou por percalços, altos e baixos, mas que agora está novamente numa fase de ascensão. E necessita, para sua consolidação, que haja condições econômicas, viabilidade econômica, para as três fases da cadeia cinematográfica, a produção, a distribuição e a exibição.

Dessas três fases, a mais frágil é justamente a exibição, que tem uma lucratividade baixíssima. Por isso mesmo, as salas de cinema do Brasil, que eram quase quatro mil, foram desaparecendo uma a uma e chegaram a pouco mais de mil salas. E agora, neste período mais recente, houve uma ligeira recuperação. Está em torno de 1.500 salas.

Essa emenda aprovada vai exatamente acabar de inviabilizar a exibição cinematográfica brasileira, o que, evidentemente, vai prejudicar profundamente toda a cadeia de produção cinematográfica.

Eu recebi uma carta do Presidente da ANCINE. A carta foi enviada ao Presidente da Comissão de Cinema, que é o Senador Sérgio Cabral, que não está presente. Mas o Diretor Presidente da ANCINE, o Sr. Gustavo Dahl, cineasta experimentadíssimo, respeitadíssimo, ao tomar conhecimento da emenda do Senador Crivella diz:

(...) devo manifestar a preocupação da Agência Nacional do Cinema – ANCINE a este respeito [a respeito dessa emenda].

De fato, [diz ele na carta] esta emenda representaria um ônus adicional de 2,5% sobre o preço do ingresso do filme brasileiro, dificultando sua colocação no mercado de salas, indispensável para a amortização do investimento feito e para a continuidade de sua exploração comercial em outras “janelas”, como vídeo doméstico, DVD, televisão por assinatura e aberta. O filme estrangeiro, cuja exploração comercial é feita em escala mundial, não tem

com o mercado interno brasileiro a mesma dependência que o filme nacional. Ademais, reservando para os filmes não-americanos em geral não mais que 2% a 3% do seu mercado interno de salas norte-americanas, aonde se inserem os quatro ou cinco filmes brasileiros que são eventualmente lançados por ano nos Estados Unidos, não há por que se referir a uma reciprocidade – como quer o Senador.

Adiante, a carta fecha da seguinte maneira:

A produção cinematográfica brasileira, que vive em função direta da rede de salas de exibição, no território nacional seria duplamente onerada pela cobrança dessa diferença e pela dificuldade adicional de programação nas salas que a exibiriam.

Nesse sentido [diz o cineasta Gustavo Dahl] tomo a liberdade de sugerir que o teor da emenda a ser proposta [já foi proposta] não tenha o acolhimento do Senado Federal.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Se V. Ex^a me permitir?

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Claro, Senador.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – A emenda proposta – e tenho certeza de que foi uma distração do Senador Crivella – tunga mais ainda os brasileiros.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Claro!

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Porque o projeto original fala “salas de cinema” e ele inclui “emissoras de televisão”, que ficariam isentas também do pagamento. Ora, estamos tratando de cinema, de salas de exibição de filmes. Não podemos incluir aqui as emissoras de televisão, porque essas ficariam isentas e, aí sim, seria uma tunga magistral sobre os compositores brasileiros. Ninguém está percebendo isso. É bom que se leia. Outra coisa interessante: poucas pessoas estão lendo o projeto. Diz: “Previamente à realização da execução pública, o empresário deve apresentar ao escritório central, previsto no art. 99, a comprovação dos recolhimentos relativos aos direitos autorais”.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Claro! Os direitos autorais são pagos, sim, mas na contratação da produção.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Ninguém está lendo o projeto.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ)

– O filme configura uma nova obra de arte, que é indivisível, independente e transcende à literatura do roteiro, à música da trilha e a todos os outros componentes. Ela é indivisível. Senador Ney Suassuna, quando V. Ex^a vai ao cinema, não vai ouvir música nem vai ler literatura, mas ver o filme, que é uma obra de arte independente.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Nos Estados Unidos, nobre Senador, os compositores até nem querem receber, porque a promoção é imensa. Portanto, é uma visão mesquinha essa de quem está lutando contra isso.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ)

– É verdade. Ademais, o filme promove o compositor. Mas, além disso, o compositor recebe do produtor, ele negocia previamente com o produtor.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Claro!

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ)

– Srs. Senadores, gosto de escrever. De vez em quando, publico alguns livros. Então, pergunto: Por que esse privilégio aos compositores? Afinal de contas, qual é a peça principal? Porque o filme é composto de várias peças artísticas. A peça principal seria exatamente o roteiro, a idéia do filme, a história do filme. E por que o roteirista não vai receber o seu direito autoral, como o escritor que, quando vende o livro, recebe; como o compositor quando vende o disco, apresenta a sua música no show, recebe? Agora, com o filme é diferente.

Então, por que só compositor teria direito? Por que não o escritor, o roteirista? Por que não o ator, que tem o seu direito de imagem? Se cada um for cobrar, é evidente que o filme não se faz. Quer dizer, tudo isso é negociado previamente com o produtor, porque o responsável pela obra artística indivisível e que transcende literatura, música e tudo o mais é o produtor cinematográfico. Isso é que diz o projeto dos Senadores Paulo Octávio e João Capiberibe é o que nós queremos aprovar para dar ensejo...

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP. Fazendo soar a campainha.) – Tem V. Ex^a um minuto.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ)

– Eu já estou terminando, Sr. Presidente. Ensejo que a produção cinematográfica brasileira continue crescendo em um movimento de ascensão que tem, sem cortar o elo final da exibição que essa emenda do Senador Marcelo Crivella acarretaria certamente.

Os cinemas não estão pagando esse direito autoral, não. E não estão pagando porque não podem

pagar. Porque, se pagarem, vão fechar e vão se transformar todos em outras instituições.

Então, é isso que nós estamos decidindo aqui. É a viabilidade da continuação da indústria cinematográfica brasileira, que vem crescendo em uma fase até muito boa, mas que está seriamente e gravemente ameaçada por essa emenda.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP)

– Muito obrigado, Senador Roberto Saturnino.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Vamos

votar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP)

– Concedo a palavra ao nobre Senador Paulo Octávio, para discussão.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o que eu quero é que o brasileiro vá ao cinema. O Brasil possui um dos piores índices de frequência no cinema. Poucas pessoas conseguem pagar o preço de um ingresso. Precisamos levar mais brasileiros ao cinema. Quanto mais taxas houver, pior ficará para o brasileiro.

Entendo que o que queremos é votar. E concordo com o Senador Marcelo Crivella: é a pirataria que temos de combater. Isso sim. É isso que atinge os compositores. Cada filme de sucesso é certeza de receita para os compositores. Cada filme de sucesso é certeza de receita para os compositores, porque eles vão ganhar dinheiro na venda de CDs. Isso ocorre nos Estados Unidos. Depois do lançamento de um filme, imediatamente os compositores lançam as suas composições no mercado e faturam muito. Mas o cinema, não. O cinema precisa de estímulo.

É por isso que voto favoravelmente. Peço a V. Ex^a que inicie a votação imediatamente, porque é o que precisamos fazer, é votar. Vamos definir. Vamos votar.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP)

– Respondendo ao Senador Paulo Octávio: há ainda sete Senadores inscritos. Portanto, não podemos votar antes que S. Ex^{as} se manifestem.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é evidente a falta de quórum. Esta discussão é delicada; envolve questões de interesse de todos nós, brasileiros, de multinacionais, segundo aqui afirma o Senador Gerson Camata, de forma que faço um apelo e uma proposta aos companheiros: o adiamento da discussão. Suspende-se a sessão, pois não há mais quórum

e amanhã as partes se sentariam para encontrarmos uma solução.

Aproveito também para pedir ao Senador Marcelo Crivella que entre em contato com a dupla Zezé Di Camargo e Luciano para que informe a esta Casa onde entraram na Justiça contra a pirataria de que foram vítimas, qual a Vara, quem foi o advogado e onde está tramitando o processo. Isso é muito importante para embasar a decisão que teremos que tomar.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, o PMDB acata a proposição do nobre Senador, mas pergunta se amanhã a matéria entrará, uma vez que tem urgência, como item 1 da pauta?

A SR^a HELOÍSA HELENA (PSOL – AL) – Desculpe-me Senador Papaléo Paes, mas primeiramente não houve acordo para a leitura da Medida Provisória, que obrigatoriamente obstaculizaria a tramitação. Há pouco foi informado, inclusive por solicitação dos Senadores do Espírito Santo, Senadores Magno Malta, Gerson Camata e João Batista Motta, que o Governo encaminhe um projeto que trata de uma operação de crédito desse Estado.

Portanto, é só fazer um acordo para que o primeiro Presidente que se sentar à Mesa não leia a medida provisória. Dessa forma, haveria tempo suficiente para esperar a questão relacionada ao Espírito Santo e a esse projeto. Concorde com o Senador Heráclito Fortes, que tem toda razão.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Faremos a consulta aos Líderes, se todos concordam que a matéria, estando em regime de urgência, seja mantida como item nº 1 da sessão de amanhã, mantendo-se a lista dos oradores inscritos para discuti-la.

Senadora Heloísa Helena, Senador Ney Suassuna, Senador Gerson Camata, Senador Arthur Virgílio, Senador Magno Malta, Senador Almeida Lima e Senador Heráclito Fortes.

Se houver concordância de todos, a matéria...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Há concordância, Senador Papaléo Paes.

E daqui estou observando V. Ex^a, que tem sido rígido na Mesa. Estou impressionado com a sua rigidez em relação ao tempo. Quero lhe dar os parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Muito obrigado, Senador Magno Malta. Saiba que eu o observo muito quando V. Ex^a também está dirigindo algum trabalho na Casa, e V. Ex^a serve de um grande exemplo para mim. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP)

– Os itens de 3 a 6 ficam transferidos para a sessão de amanhã.

São os seguintes os itens adiados:

3

SUBSTITUTIVO À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 31, DE 2000

Votação, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 31, de 2000, tendo como primeira signatária a Senadora Maria do Carmo Alves, que *altera os incisos XVIII e XIX do art. 7º da Constituição Federal, para conceder licença-maternidade e licença-paternidade em casos de adoção.*

Parecer sob nº 1.861, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, oferecendo a redação para o segundo turno.

4

SUBSTITUTIVO À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 29, DE 2002

Votação, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2002, que *altera o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, com a finalidade de ampliar, até o final do exercício de 2016, a vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) e de dispor sobre o valor mínimo nacional por aluno.*

Parecer sob nº 1.769, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, oferecendo a redação para o segundo turno.

5

SUBSTITUTIVO À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 9, DE 2003

Votação, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que *acresce parágrafo*

ao art. 183 da Constituição Federal para aumentar, nas cidades com população inferior a trezentos mil habitantes, a extensão das áreas urbanas passíveis de terem a propriedade transferida por usucapião especial.

Parecer sob nº 1.860, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Maranhão, oferecendo a redação para o segundo turno.

6

SUBSTITUTIVO À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 64, DE 1999

Votação, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 64, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Eduardo Suplicy, que *acrescenta parágrafo ao art. 57 e dá nova redação ao inciso XI do art. 84 da Constituição Federal* (comparecimento do Presidente da República ao Congresso Nacional na abertura da sessão legislativa).

Parecer sob nº 1.941, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Aloizio Mercadante, oferecendo a redação para o segundo turno.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP)

– Item 7:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 66, DE 2005

Quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador José Jorge (apresentada como conclusão do Parecer nº 2.054, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), que *acrescenta o inciso XVI e o § 2º ao art. 52 da Constituição, para atribuir ao Senado Federal competência para indicar membros do Conselho Diretor ou da Diretoria das Agências Reguladoras.*

A Presidência esclarece ao Plenário que, nos termos do disposto no art. 358 do Regimento Interno, a matéria constará da Ordem do Dia durante cinco

sessões deliberativas ordinárias, em fase de discussão em primeiro turno, quando poderão ser oferecidas emendas assinadas por um terço, no mínimo, da composição do Senado.

Transcorre hoje a quarta sessão de discussão.

Em discussão a proposta. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, a matéria constará da Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa ordinária, para prosseguimento da discussão.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP)
– Está encerrada a Ordem do Dia.

Os Srs. Senadores Juvêncio da Fonseca, Papaléo Paes, a Srª Senadora Lúcia Vânia, os Srs. Senadores Leonel Pavan, Almeida Lima, Reginaldo Duarte, João Batista Motta, Flexa Ribeiro, Arthur Virgílio, Aloizio Mercadante, Romero Jucá, Romeu Tuma, a Srª Senadora Fátima Cleide, os Srs. Senadores Alvaro Dias e Antero Paes de Barros enviaram discursos à Mesa, que serão publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna no dia de hoje para comentar o artigo intitulado “Crises e mais crises”, de autoria do jornalista Rogério Gentile, publicado no jornal **Folha de S.Paulo** do último dia 3 de dezembro do corrente.

Em seu artigo, o jornalista comenta que “Luiz Inácio Lula da Silva é a prova de que o país já deveria ter abandonado o presidencialismo. Se o regime fosse outro, não estaríamos assistindo à lenta agonia de uma autoridade. Desmoralizado pela crise, responsável político pelo ‘mensalão’, Lula já faria parte do passado”.

Enquanto isso, no presidencialismo, “o presidente vai se arrastando. Perambula pelo país, diz suas besteiras, mas não tem autoridade para implantar nenhuma política de verdade. Não tem condições de mudar nada”.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado Federal, requeiro que o artigo acima citado seja considerado como parte integrante deste pronunciamento.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Crises e mais crises

SÃO PAULO - Luiz Inácio Lula da Silva é a prova de que o país já deveria ter abandonado o presidencialismo. Se o regime fosse outro, não estaríamos assistindo à lenta agonia de uma autoridade. Desmoralizado pela crise, responsável político pelo “mensalão”, Lula já faria parte do passado.

No atual sistema —beneficiário da complacência calculista da oposição, que não quer outro adversário na disputa eleitoral de 2006—, o presidente vai se arrastando. Perambula pelo país, diz suas besteiras, mas não tem autoridade para implantar nenhuma política de verdade. Não tem condições de mudar nada.

No parlamentarismo, é possível substituir imediatamente um chefe de governo na situação de Lula. É possível superar a crise, virar a página, voltar a atenção para o que interessa efetivamente. Para os reais problemas do país e do cidadão.

Quando um gabinete é abatido por um escândalo, pela incompetência ou pelo descrédito, há condições de se convocar uma nova eleição num prazo muito curto, e as ruas podem fazer

o julgamento político dos responsáveis. E até absolvê-los.

Não é necessário aguardar na poltrona da sala de TV o fim dos quatro anos de mandato. O país é pobre demais para ficar muito tempo paralisado por uma crise política.

É claro, no entanto, que tal discussão só pode e deve ocorrer efetivamente após as eleições do ano que vem, após o final do governo Lula. É uma mudança séria demais para ser jogada na vala comum do casuísmo. Mas fundamental para evitar crises semelhantes no futuro. O governo Lula não foi o primeiro a se desmoralizar neste país —nem será o último.



Duda Mendonça é realmente um marqueteiro. Descoberto que, em setembro de 2003, deu R\$ 10 mil para Delúbio Soares, alegou que se tratava do pagamento de uma aposta feita um ano antes, na eleição. O curioso é que, por uma dessas coincidências da vida, lembrou-se de quitar o compromisso justamente no período em que recebeu repasses de Marcos Valério.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar o artigo intitulado “Atrás das bengalas do professor”, de autoria do ex-presidente do STF, Maurício Corrêa, publicado no jornal **Correio Braziliense** do último dia 4 de dezembro do corrente.

O autor, em seu artigo, comenta a atitude inusitada do professor aposentado que agrediu o ex-ministro José Dirceu com golpes de bengala. Apesar de injustificável, o ato no fundo descortinou um sentimento de

indignação e revolta da população diante dos constantes escândalos de corrupção que assolaram o governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado, requeiro que o artigo acima citado seja considerado como parte integrante deste pronunciamento.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAPALÉO PAES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Atrás das bengaladas do professor

MAURÍCIO CORRÊA

Advogado

Certa vez, quando morava em uma pequena cidade no interior de Minas, um modesto sítiante descarregou seu revólver Smith W e matou o vizinho. Foi um alvoroço. Todos ficaram comovidos. Por quê? Simples. Um displicente cabrito pertencente à vítima entrou na propriedade do assassino e comeu alguns pés do milho que recentemente havia sido plantado. Foram seis tiros fatais que atingiram várias partes do corpo do pobre homem. Esse fato foi o assunto de todos.

— Não é possível fazer isso por tão pouca coisa, murmuravam.

A dura realidade é que o homicida não matou por causa do estrago feito. Algo se escondia na penumbra daquele crime. Eram os cobradores, a falta de dinheiro, a mulher doente, os filhos chorando com fome, a falta de remédios e outras coisas mais suportadas por quem passa por situações como essa. O desespero levou-o à loucura do gesto.

Sua atitude ao ver o animal a comer parte de sua pequena plantação e sacar a arma, matando o vizinho, de fato não o assassinara, mas sim os problemas que o atormentavam no dia-a-dia. Na crônica policial se repetem com frequência histórias similares. Muitas vidas são ceifadas por questões desse gênero. O que estaria por trás das bengaladas dadas pelo professor aposentado desferidas no ex-chefe da Casa Civil do governo do presidente Lula? Seguramente não foram muito distintas das balas saídas do homem do revólver HO.

Não é o caso de justificar o ato cometido, reprovável sob todos os aspectos. Ninguém pode sancionar a violência. Embora o professor tenha premeditado a ação ao afirmar que as pancadas se distribuíam uma para a vítima, outra para o ex-ministro-chefe da Secom e a última para o presidente Lula — malgrado a pancadaria tenha atingido um só —, no fundo deve ter descortinado ao velho professor todo um cenário dos episódios que ultimamente ocupam grande espaço da mídia e geraram

a instalação das CPIs que investigam a onda de corrupção que assolou o governo.

Começemos por situar a questão da EC 41/2003, que impôs a cobrança da previdência social aos aposentados e pensionistas, antes isentos, e que, submetida sua constitucionalidade ao Supremo Tribunal Federal, por maioria de votos, reconheceu-se a legitimidade da cobrança. Até aí tudo muito bem. Entre berros e lágrimas tudo se encerrou com a palavra final dada por quem tem a prerrogativa constitucional de interpretar e dizer o que é a Constituição.

O duro, duríssimo mesmo, é saber que, pago pela pensionista e pelo aposentado o tributo, retirando-lhes dos minguados proventos o dinheiro do aluguel, da comida e dos remédios, seu suado sacrifício tenha se descaminhado para a sustentação das bandalheiras que foram cometidas pelos homens que se comprometeram e juraram fazer da administração pública um templo de respeito à ética. Que lástima.

Teria sido a primeira bengalada infligida no lombo isolado de apenas um a vingança maldita pela subversão da promessa de que precisava buscar recursos, a fim de cobrir os furos da previdência — e ver que tudo foi para o lixo? Pior. Saber que continua a instituição afundada em saldos devedores, desfalques, roubos, desvios de dinheiro e falsificações, além de não ter posto cobro ao sofrimento dos segurados que padecem nas filas intermináveis de postos e agências de atendimento ou na eternização dos pleitos administrativos que nunca são concluídos.

— Ora veja, meu sacrificado dinheiroho pagar mensalão, conjecturou o professor.

A segunda bengalada teria sido desti-

nada ao ex-ministro-chefe da Secom. Por que tamanha impiedade? Sem dúvida o mestre e escritor paranaense deve assim ter agido porque sua conturbada mente viajou pelo tempo e se sentiu expectador em casa a ver televisão em canal aberto — ou se lhe sobram alguns centavos dos proventos de aposentado, quicá de alguns resíduos de direitos autorais, como assinante de televisão a cabo —, tenha sintonizado a TV Câmara ou Senado e rememorado, diariamente, tudo aquilo que foi fartamente exibido para todo o país:

— Por que entregaram tanta publicidade dos órgãos federais às agências do empresário mineiro? Por que tanto dinheiro pago ao senhor Duda Mendonça? E a grana que recebeu em contas no exterior, quem pagou?

Quanto à pancada cominada na pele emprestada da única vítima, com endereço certo para o senhor Lula, qual teria sido a razão de tanta ousadia e intrepidez? A mente do professor deve ter feito piruetas, rodopiado pelo espaço e se encontrado:

— O logro, a mentira, a frustração, a tristeza, a decepção. Delúbio, Marcos Valério, Silvinho.

Passou pela sua cabeça mais ainda:

— O presidente não sabe de nada. Não sabia de nadinha das façanhas de Zé Dirceu. Dos Correios, do IRB, da mutreta dos companheiros ex-dirigentes do PT, que fizeram coisas do arco-da-velha sem que soubesse bulhufas. Nunca ouviu falar em mensalão. Muito menos das idas e vindas do mano Vavá em visitas ao Planalto. Nem da sociedade da Telemar com o Lulinha. E muito mais.

O professor pensou ainda:

— Já que o presidente não sabe mesmo de nada, deixa-me lembrá-lo. Quem sabe com isso sua mente desperta. E bateu.

É isso e muito mais do que isso o que se esconde atrás das pancadas do professor.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Novas críticas ao governo brasileiro”, publicada no jornal **Correio Braziliense** do último dia 7 de dezembro do corrente.

A matéria dá destaque para as conclusões do relatório Direitos Humanos no Brasil, divulgado pela Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. O relatório mostra que o Brasil permanece apresentando um triste panorama de violações dos direitos fundamentais.

Segundo a matéria, “o relatório condena as políticas do governo federal, consideradas assistencialistas, e destaca, em especial, o Fome Zero”.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada passe a integrar este pronunciamento e, assim, conste dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SR^a SENADORA LÚCIA VÂNIA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Novas críticas ao governo brasileiro

ANDRÉ CARRAVILLA
DA EQUIPE DO CORREIO

O relatório *Direitos Humanos no Brasil*, divulgado ontem pela Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, traça um cenário preocupante do país. Realizado por pesquisadores de 21 organizações, o estudo aponta frequentes casos de violência contra trabalhadores rurais, denuncia o descaso governamental em relação aos povos indígenas e a truculência da polícia nos grandes centros urbanos. O desemprego, a exploração de mão-de-obra ilegal em cidades como São Paulo e os maus-tratos em relação à mulher fazem, segundo os pesquisadores, com que o “Brasil permaneça apresentando um triste panorama de violações dos direitos fundamentais”.

O documento reúne dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT) que registrou, até o final de agosto deste ano, 28 assassinatos de trabalhadores rurais.

No mesmo período de 2004, ocorreram 27 mortes. Tão grave quanto a violência é a impunidade no campo. “Nos últimos 33 anos, o estado do Pará teve 772 casos de assassinatos de trabalhadores rurais e de pessoas que os apoiavam. Somente em três casos houve o julgamento de mandantes dos crimes”, destaca o relatório.

A ausência de uma política eficiente, voltada para os povos indígenas é classificada de “etnocídio” pelos pesquisadores, a partir de números do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), órgão vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). De acordo com o documento, foram registrados 44 casos de morte de crianças indígenas de até 3 anos de idade por desnutrição.

Deste total, 31 casos ocorreram entre os índios guarani-caiowás no Mato Grosso do Sul.

Com base em dados do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania, da Universidade

túma-se que existam hoje, na capital paulista, centenas de milhares de latino-americanos, dos quais 40% em situação irregular. Bolivianos, paraguaios, peruanos e chilenos compõem um verdadeiro exército de mão-de-obra barata e abundante. Acabam como trabalhadores escravos em oficinas de costura na região central de São Paulo, em bairros como Brás, Bom Retiro e Pari”, destaca o relatório.

A violência contra a mulher também é classificada de “obscena” pelos pesquisadores. “A cada 15 segundos uma brasileira é impedida de sair de casa,

também a cada 15 segundos outra é forçada a ter relações sexuais contra sua vontade, a cada 9 segundos outra é ofendida em sua conduta sexual ou por seu desempenho no trabalho doméstico ou remunerado”, aponta o pesquisador Gustavo Venturi, que preparou o documento junto com a estudiosa Marisol Recaman.

O relatório condena as polí-

ticas do governo federal, consideradas assistencialistas, e destaca, em especial, o Fome Zero. “Ainda são milhões de famílias que, mesmo recebendo uma complementação de renda regular, não conseguem se inserir de forma sustentável no processo produtivo, com a possibilidade de garantir de forma digna a alimentação para si e para os familiares”, critica o texto.



O BRASIL PERMANECE APRESENTANDO UM TRISTE PANORAMA DE VIOLAÇÕES DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS



Trecho do Relatório Direitos Humanos no Brasil

Cândido Mendes do Rio de Janeiro, o relatório informa que as polícias do Rio de Janeiro, de São Paulo e de Minas Gerais mataram quase cinco vezes mais civis do que todas as polícias de todos os estados norte-americanos juntos. Para os pesquisadores, “revela-se um padrão de uso de força letal fora de qualquer proporção aceitável”.

O relatório chama a atenção para a situação degradante em que vivem os migrantes ilegais em estados como São Paulo. “Es-

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, entre os enormes sacrifícios impostos ao setor produtivo nacional pelo Governo do PT, nenhum se compara ao martírio dos exportadores. Não bastassem os juros elevados e o câmbio irreal, as empresas exportadoras amargam uma carência absoluta de incentivos públicos, muitos dos quais, para espanto geral, previstos em lei.

Como Senador por Santa Catarina, jamais me poderia esquivar a servir de arauto às justas reivindicações dos exportadores de meu Estado! E sua situação não é das melhores! Já em fevereiro deste ano, a Associação Comercial e Industrial de São Bento do Sul me chamava a atenção para os inúmeros problemas enfrentados pelos exportadores catarinenses.

Os empresários têm aguardado, por até dois anos!, a liberação do ressarcimento do IPI e do PIS/Cofins, referente aos incentivos para a exportação. A alegação do Governo do PT, célebre pela criatividade em inventar desculpas esfarrapadas, é a falta de funcionários nos quadros da Receita Federal.

Mais uma vez a classe produtiva deste País paga pela inépcia e pela estupidez do Governo Federal, que não tem sequer competência para gerir o serviço público! É inadmissível que as empresas exportadoras esperem dois anos para reaver um dinheiro que nem deveria ter saído do caixa!

Os problemas não param por aí. Os exportadores catarinenses se queixam, e com toda a razão, da falta de repasse dos incentivos previstos na Lei Kandir. É bem verdade que o repasse é de responsabilidade do Governo Estadual, mas, para que isso ocorra, é preciso, antes de tudo, que o Governo Federal libere os recursos referentes à Lei Kandir para os Estados.

Sobre esse assunto, recebi do Governador Luiz Henrique cópia de ofício em que ele solicita ao Presidente da Câmara dos Deputados sua intervenção junto ao Governo Federal para que libere, urgentemente, uma parcela de 900 milhões de reais, referente à Lei Kandir, que foi contingenciada pela equipe econômica.

Desse montante, 60 milhões de reais cabem a Santa Catarina! O Governador espera essa liberação para que possa fazer justiça aos exportadores, repassando a eles tudo o que lhes é devido.

Por conta de tamanho descaso do Governo Federal para com o empresariado que exporta e gera empregos, o setor moveleiro catarinense passa por uma crise sem precedentes, traduzida na queda acentuada do volume de pedidos.

As cidades de Rio Negrinho e São Bento do Sul respondem, sozinhas, por mais de 50% das exportações brasileiras de móveis, o que nos dá uma idéia dos enormes prejuízos que a política insana do Governo Federal vem trazendo a Santa Catarina e ao Brasil.

Como se não bastasse a má vontade para com os exportadores, o Governo ainda insiste em uma política

cambial equivocada, que mantém o dólar cotado abaixo de três reais. É mais do que sabido que o câmbio, da forma como está, prejudica, e muito, as exportações brasileiras, especialmente aquelas realizadas pelas pequenas e médias empresas.

A indústria moveleira catarinense está pedindo socorro, Senhoras e Senhores Senadores. Se nada for feito, as empresas perderão ainda mais mercado e serão obrigadas a promover demissões em massa. As muitas pessoas que dependem dos empregos gerados pelas fábricas de móveis estão assustadas com a possibilidade iminente do fechamento de muitas delas e da falência de inúmeras outras.

A situação não pode ficar como está! Não estou aqui a pedir, mas a exigir providências imediatas do Governo Federal! Os exportadores de Santa Catarina não estão mendigando um favor; esperam, apenas, que o Poder Público cumpra sua obrigação e faça valer o que está escrito na lei! É o mínimo que podemos esperar de governantes democraticamente eleitos! Mesmo que sejam do PT!

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o segundo assunto é para publicar o artigo intitulado “A bengalada de Palocci”, de autoria da articulista Eliane Cantanhêde, publicado no jornal **Folha de S.Paulo** do último dia 1º de dezembro do corrente.

O artigo mostra que o Palocci anda mesmo com azar e o azar dele é também de Lula. A última notícia ruim foi a queda de 1,2% do PIB no trimestre. Segundo a autora, “a queda era prevista, mas ninguém imaginava tanto. Ruim para a economia e para o país, péssimo para Palocci e pior ainda para Lula”.

Por fim, Sr. Presidente, requeiro que o referido artigo passe a integrar esse pronunciamento, a fim de que conste dos Anais do Senado Federal.

Finalmente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar artigo intitulado “Genealogia dos golpes”, de autoria do escritor Carlos Heitor Cony, publicado no jornal **Folha de S.Paulo** do último dia 12 de dezembro do corrente.

O artigo destaca que o governo insiste em proclamar que a oposição é golpista. Contudo, como relata o autor, “em poucas vezes um governo, um governante e uma equipe deram tantos e tamanhos pretextos se não para um golpe, para uma conspiração”. E, em poucas vezes, também, tivemos em nossa história uma oposição tão bem comportada em termos institucionais.

Por fim, Sr. Presidente, requeiro que o referido artigo passe a integrar esse pronunciamento, a fim de que conste dos Anais do Senado Federal.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE
O SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

ELIANE CANTANHÊDE

A bengalada de Palocci

BRASÍLIA - Palocci anda mesmo com azar, e o azar dele é também de Lula. A última notícia ruim foi a queda de 1,2% do PIB no trimestre. A queda era prevista, mas ninguém imaginava tanto. Ruim para a economia e para o país, péssimo para Palocci e pior ainda para Lula.

Assusta os empresários, afeta os empregos e é mais um tranco em Palocci, que já tem o rastro dos Buratti, dos Poletto, dos Barquete, além da oposição pública de Dilma Rousseff. E pior para Lula, porque seu discurso da reeleição perde as loas ao “desempenho da economia”.

Sem a bandeira da ética que sempre alavancou o PT e sem o grito de mudança que gerou a onda vermelha de 2002, a campanha de Lula fica pendurada no Bolsa-Família. Ele continua achando, para fora e para dentro, que tudo vai às mil maravilhas. Mas não é isso que a realidade mostra e as pesquisas refletem.

Impossível não fazer a conexão entre Palocci e Dirceu, que foram os dois pilares do governo Lula e devem ficar fora da campanha de 2006.

No primeiro escândalo envolvendo o agora famoso Buratti, dei à coluna o título “O Waldomiro de Palocci”, mas mudei na edição São Paulo (que é editada mais tarde), temendo ser injusta com o ministro da Fazenda. Hoje, vê-se que o caso Waldomiro, simbolizado pela propina pessoal de 1%, não chegava aos pés do imenso e ainda nebuloso caso Buratti.

Desde então, Dirceu foi se afundando na arrogância, enquanto Palocci se mantinha na superfície com jeitão de bom moço. Um caiu da Casa Civil, foi acusado e julgado pela Câmara. O outro afunda e emerge, surfando no temor geral, inclusive do PFL e do PSDB, de desandar a economia — a única área razoavelmente tranqüila.

A queda do PIB (segunda maior em dois anos e meio) expõe Lula desfilando de palanque em palanque com um discurso populista, sem a bandeira ética, sem primar pela eficiência e com seus homens-fortes debaixo de bengaladas. Só um Bolsa-Família seria capaz de reelegê-lo? Sei não.

(@) → elianec@uol.com.br

CARLOS HEITOR CONY

Genealogia dos golpes

RIO DE JANEIRO - *Não deu para entender. Lula acredita e proclama que a oposição é golpista. Por acaso ou não, na atual crise que o governo atravessa, e apesar do histerismo de alguns setores, sobretudo na mídia em alguns momentos e casos, poucas vezes em nossa história tivemos uma oposição tão bem comportada em termos institucionais.*

E poucas vezes, também, um governo, um governante e uma equipe de poder deram tantos e tamanhos pretextos se não para um golpe, para uma conspiração. Certamente existem movimentos internos (ia dizer “intestinos”) dentro do próprio poder, na base de fulano substitui sicrano, mas a oposição nada tem a ver com isso. A obrigação dela é criticar a situação, seja lá qual for. Lula e o PT fizeram isso muito bem e com histerismo maior e explícito.

Não procede o invocado exemplo da Venezuela e do golpe que tirou Chávez do poder por 48 horas. No caso venezuelano, houve uma orquestração de fora para depor um governo populista que detinha considerá-

vel reserva do petróleo mundial e, de quebra, hostilizava não apenas os Estados Unidos mas o capitalismo internacional, semente e fruto das diversas formas de globalização.

Na América Latina, em situações-limite entre governo e oposição, o fator decisivo para o golpe tem duas pernas: uma conspiração ideologicamente estruturada; e que se materializa, inchando e se propagando nos estados-maiores e quartéis. Os militares então saem às ruas mas não chega a haver combates, em linhas gerais evita-se o derramamento de sangue coletivo. O sangue a contagotas é tolerado.

As duas pernas do golpe são estimuladas e lubrificadas pelos interesses da “pax” mundial, que no passado era gerida pela Inglaterra, e hoje, pelos Estados Unidos. Foi assim em 1964, com o Ibad (a teoria) e a ação (Escola Superior de Guerra), de ambas resultando a operação Big Brother que derrubou um governo e instalou uma ditadura que durou 21 anos.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar registrar o artigo intitulado “Candidatura acintosa”, de autoria do diretor-executivo da Transparência Brasil, Cláudio Abramo, publicado no jornal **Folha de S.Paulo** em sua edição de 5 de dezembro do corrente.

Em seu artigo, o autor critica a postura do presidente do STF, Nelson Jobim, que, ao mesmo tempo em que preside a mais alta corte de Justiça do país, fala de uma possível candidatura à presidência ou vice-presidência da República. Segundo o autor, “sendo esse o caso, não há outra forma de se referir a tal candidatura senão como um acinte”. E diz mais: “se o sr. Jobim de fato nutre a ambição noticiada, todos os

atos do colegiado do Supremo são lançados no mesmo buraco negro da suspeição”.

O autor conclui: “Ao se admitir que um magistrado seja candidato a cargo eletivo, destrói-se a separação entre Poderes e se confere legitimidade ao concubinato entre o interesse político e a função mediadora da Justiça. Se de fato existente, a candidatura Jobim é inaceitável”.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado, requeiro que o artigo acima citado seja considerado como parte integrante deste pronunciamento.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

FOLHA DE S. PAULO

TENDÊNCIAS/DEBATES

Os artigos publicados nesta seção não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação depende do disposto no estatuto da Folha de S. Paulo e das normas brasileiras e mundiais de direitos humanos e de liberdade de expressão. E-mail: debates@folha.com.br

Candidatura acintosa

CLAUDIO WEBER ABRAMO

HÁ ALGUM tempo noticia-se que Nelson Jobim, presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), alimentaria ambições políticas. Faia-se numa possível candidatura à Presidência ou vice-presidência da República, neste caso numa chapa PT-PMDB. Como o sr. Jobim não vem a público para desmentir tais intenções, fica-se com a impressão de que as versões procedem e que, portanto, ele estaria se articulando para materializar o intuito. Sendo esse o caso, não há outra forma de se referir a tal candidatura senão como um acinte.

Constitui agressão ao princípio de separação de Poderes a circunstância de o presidente da mais alta corte de Justiça do país, com intervenção direta nos conflitos políticos e econômicos mais relevantes, pleitear um cargo eletivo.

Não importa que, em decorrência de uma interpretação gramatical da Constituição, o sr. Jobim teria o "direito" de concorrer. O dever de manutenção de uma moralidade mínima lhe retira esse pretensão direito. Mais, dado o poder de intervenção que o presidente da Suprema Corte tem sobre todos os assuntos que passam por ali, tal intenção eleitoral colocaria sob suspeita todas as decisões do STF, e não apenas aquelas que dizem respeito a temas de natureza política.

Há entre as alegadas ambições do presidente do STF e sua função um conflito de interesses cuja persistência é intolerável. Se o sr. Jobim de fato nutre a ambição noticiada, todos os atos do colegiado do Supremo são lançados no mesmo buraco negro de suspeição.

Ao pretender transitar entre dois Poderes, o presidente do STF estende seu conflito de interesses ao conjunto dos demais magistrados.

Em particular, dá asas à desconfiança de que as intererências do Supremo nos assuntos do Congresso Nacional, que se tornaram frequentes durante o processo movido no Conselho de Ética da Câmara dos Deputados contra o sr. José Dirceu, se explicariam como investimento em favor da ambição eleitoral de seu presidente.

Usando o caso do agora ex-deputado apenas como exemplo, para muitos ficou óbvio que a intromissão do STF não atendeu ao anseio de servir à justiça, mas às finalidades procrastinatórias de Dirceu. As firulas inúteis que se discutiram, como ouvir testemunhas nesta ou naquela ordem, incluir ou extirpar parágrafos de relatórios, aventar aspectos processuais, em nada alteraram a natureza fundamental do processo político, que, como diz o nome, era e é político, e não jurídico, como, aliás, apontou o ministro Joaquim Barbosa, no que foi verberado por alguns de seus colegas, a começar pelo presidente do STF.

Há entre as alegadas ambições do presidente do STF e sua função um conflito de interesses cuja persistência é intolerável

O destino de um parlamentar levado a julgamento numa Casa do Congresso é traçado pela história das relações construídas ou destruídas e pelas articulações e negociações conduzidas por apoiadores e opositores.

Esse destino não só passa pelas "provas dos autos" no sentido jurídico mas, antes e principalmente, por elementos de convicção inferidos ao longo do processo e colhidos de toda parte, do noticiário da imprensa às conversas ao pé do ouvido. O que se exige é a garantia do direito de defesa, o que, nos casos recentes, numa visada de bom senso em contraposição à visada formalista, foi amplamente satisfeito.

A melhor demonstração de que o acolhimento de manobras de advogados de políticos não tem fundamento prático é que nenhum parlamentar que vote independentemente do que está escrito no relatório pode ser cobrado por isso, nem o resultado da votação pode ser contestado — mesmo porque o relatório é, ele próprio, culminância de um

procedimento político, e não jurídico, em que interferem muitos fatores extraprocedimentais. Os parlamentares são a um tempo promotores, advogados de defesa, júri e juízes. Na formação de sua opinião e na consagração de seu voto, não respondem a ninguém senão ao eleitor.

Mais importante ainda, deputados são também testemunhas. O que cada um dos parlamentares conhece sobre a atividade de seus pares, dos agentes partidários e governamentais, dos negócios que se fazem pelos gabinetes, pouco ou muito disso chegando ao conhecimento público, deve ser suficiente para dissipar qualquer ilusão de que poderiam eles participar de um processo de cassação com a isenção formal imaginada por certos ministros do STF — um dos quais chegou a estabelecer paralelo entre tal processo e aquele decorrente de um atropelamento de trânsito.

O que ocorre num julgamento parlamentar é muito diferente do que acontece num tribunal. Ao menos em princípio, um juiz que decida afrontando o que estiver nos autos, ou que o faça ferindo o rito processual, expõe-se a ter a decisão revertida na instância seguinte.

Sugerir que as convicções que governam o julgamento político precisariam formar-se segundo o rito processual judicial é pretender ignorar a distinção entre política e direito. Não se pode confundir uma coisa com a outra, sob o risco de transformar a vida política em matéria de advogados.

A confusão que se pretende criar não tem a doutrina. Ao contrário, leva marcas de ser intencional, impressão essa que a alegada candidatura Jobim só reforça. Ao se admitir que um magistrado seja candidato a cargo eletivo, destrói-se a separação entre Poderes e se confere legitimidade ao concubinato entre o interesse político e a função mediadora da Justiça. Se de fato existerte, a candidatura Jobim é inaceitável.

Claudio Weber Abramo é diretor-executivo da Transparência Brasil, organização dedicada ao combate à corrupção.
(www.transparencia.org.br e crwa.zip.net)

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE. Sem apanhamento taquigráfico.) — Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar a matéria intitulada “Quando eu vi o Dirceu na minha frente, cheio de empáfia, explodi”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo** de 1º de dezembro do corrente.

A matéria destaca a declaração do escritor de livros infanto-juvenis Yves Hublet, de 67 anos, que deu três bengaladas no ex-deputado José Dirceu. Segundo o escritor, “foi um surto psicótico, fiz e está feito, espero

que isso contribua para gerar uma onda de indignação contra esse mar, ou melhor, oceano de lama”.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR REGINALDO DUARTE EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

‘Quando eu vi o Dirceu na minha frente, cheio de empáfia, explodi’

Yves Hublet, de 67 anos, que deu bengaladas no ex-ministro, diz que não premeditou ataque

Expedito Filho
BRASÍLIA

Um dia depois de ter dado três bengaladas no deputado José Dirceu (PT-SP), o escritor de livros infanto-juvenis Yves Hublet, de 67 anos, aposentado pelo INSS e diretor do Sindicato dos Escritores, relembrou detalhes dos momentos que antecederam a agressão. “Foi um surto psicótico”, avaliou. “Fiz e está feito. Espero que isso contribua para gerar uma onda de indignação contra esse mar, ou melhor, oceano de lama.”

Ele defendeu o impeachment do presidente Lula. “É um câncer que precisa ser extirpado, como foi outro que hoje a gente sabe que era bem menor, que foi o Fernando Collor e a quadrilha do PC Farias.” Mas assegura que não premeditou o ataque. “Foi uma explosão. Quando vi o José Dirceu ali na minha frente, pomposo, cheio de empáfia, aquela arrogância de quem está acima do bem e do mal, até da justiça, eu explodi e dei três bengaladas nele.”

Na véspera, combinou com a mulher, Márcia Oliveira, uma visita ao parlamento: “Senão cho-ver amanhã, vou ao Congresso.” Queria informações sobre como doar livros. Bastaria um telefonema, mas preferiu ir pessoalmente. Nesse mesmo dia leu um artigo de Arnaldo Jabor

criticando intelectuais a serviço de Dirceu. Hublet, que votou em Lula no segundo turno em 1989 e em 2002, estava indignado.

No dia seguinte, fez sua segunda visita ao Congresso. Foi à Biblioteca da Câmara, onde lhe contaram que as doações só podem ser feitas no próximo ano. Saiu circulando, bengala na mão, e acabou na sala das comissões, onde o ministro Antonio Palocci respondia a perguntas sobre o Fundeb. “Assistir aquela lengalenga, onde todo mundo quer aparecer...” Rumou para o Senado, sentou-se, leu jornal por mais de uma hora. “Era só crise, crise, crise.”

Voltou à Câmara, onde comeu, na lanchonete, um pedaço de pizza. “Aquilo deve ter caído mal.” Saiu em busca de um bebedouro e não encontrou. Cansa-

do, vagou pela área e viu uma aglomeração. Com a bengala, ajudou a fazer um corredor para a passagem de alguém muito importante. “Pensei que fosse o rei da Suécia”, brincou. Era Dirceu. Hublet conta que tudo ficou escuro à sua frente e só lembra de sua bengala ter batido três vezes no petista. “E aí eu gritei ‘Fristão, Fristão!’, enquanto ele falava e olhava para mim.” ●

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do artigo intitulado “Na era da incerteza”, publicado na seção Notas & Informações do jornal **O Estado de S. Paulo** em sua edição de 7 de dezembro do corrente.

O artigo traz à discussão os rumos da política econômica no ano de 2006 levando em conta as divergências existentes entre diversos membros do governo Lula. Segundo o artigo, “no clima de queda-de-braço

instalado no governo, agravado pelas tensões pré-eleitorais do presidente, as chances de que a racionalidade prevaleça, afinal, sobre o oportunismo não são lá muito animadoras”.

Sr. Presidente, aproveito a oportunidade para requerer que o referido artigo seja considerado como parte integrante deste pronunciamento para que, assim, passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o segundo assunto é para registrar o artigo intitulado “O Brasil das conveniências”, de autoria do advogado Onofre

Carlos de Arruda Sampaio, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo** em sua edição de 9 de novembro do corrente.

O autor, em seu artigo, realça que o Brasil atual é o país das conveniências. Ilustra sua afirmação com alguns exemplos, dos quais destaco um: "Por conveniência, o governo do presidente Lula, e seu partido insistem em chamar publicamente de 'erro' aquilo que todo o País, estarecido, vê como a montagem e operação da mais portentosa máquina de lavagem, desvio de dinheiro público e corrupção política da sua História".

O autor adverte, no entanto, que "se decidirmos viver segundo essas conveniências (...) daremos por

inaugurada a República da Lambança, dotada de uma magnífica lavanderia e de uma superpizzaria".

Sr. Presidente, aproveito a oportunidade para requerer que o referido artigo seja considerado como parte integrante deste pronunciamento para que, assim, passe a integrar os Anais do Senado Federal.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JOÃO BATISTA MOTTA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

www.estado.com.br

Publicação da S.A. O ESTADO DE S. PAULO

Av. Eng. Caetano Álvares, 55 - CEP 02598-900

São Paulo - SP - Caixa Postal 2439 CEP 01080-970-SP

Tel. 3946-2122 (PABX) Fax 3946-2940

Conselho de Administração:

Presidente

Roberto C. Mesquita

Membros

Fernando Mesquita

Francisco Mesquita

Julio César Mesquita

Maria Cláudia V. C. Mesquita

Patrícia Maria Mesquita



Fundado em 1875

Julio Mesquita (1891-1927)

Ilmo de Mesquita Filho (1927-1969)

Francisco Mesquita (1927-1969)

Luz Carlos Mesquita (1932-1970)

José Vinícius de Carvalho Mesquita

(1950-1988)

Julio de Mesquita Neto (1969-1996)

Luz Vieira de Carvalho Mesquita

(1958-1997)

Américo de Carvalho (1975-1984)

Nelson Rangel Pereira (1927-1933)

Flávio Barreto (1927-1958)

INFORMAÇÕES

Na era da incerteza

A única previsão que se pode fazer a esta altura sobre os rumos da política econômica no ano eleitoral de 2006 é que eles deixaram de ser previsíveis. Há um mês, enquanto o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, era fustigado por denúncias que remontam ao seu tempo de prefeito de Ribeirão Preto e à sua atuação na campanha presidencial petista de 2004, o seu chefe ou aceitou ou incentivou a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, a tornar público o seu descontentamento e o de outros de seus pares com a careza de Palocci na liberação das verbas orçamentárias do Executivo, para manter em patamar mais elevado do que o de 4,35% do PIB o superávit primário definido para este ano.

Para a relação de forças no governo, o fato de diversos ministros se revelarem incapazes de pagar recursos de que já dispunham pesou incalculavelmente menos do que a forma como a ministra acabou externando a sua oposição ao colega da Fazenda: numa entrevista-bomba ao *Estado*, não só equiparou a política de juros a "enxugar gelo", mas, sobretudo, investiu pesadamente contra o projeto estratégico da

equipe econômica - o do ajuste de longo prazo -, qualificando o de "rudimentar". A partir de então, segundo informações de bastidor que conferem com os fatos ostensivos, a relação entre Lula e Palocci deixou inequivocamente de ser o que era.

Esgarçou-se, da parte do presidente, o apoio irrestrito à orientação da qual o ministro declarou em público que não se desviaria - embora, depois de eloquente relutância, Lula reiterasse a continuidade da diretriz econômica em curso e comparasse o seu mentor a Ronaldinho gaúcho, o maior craque do mundo. Da parte do ministro, deu-se o mesmo, com sinal trocado: ele deixou vaziar que perdera a confiança no respaldo de Lula à orientação que continua a considerar a melhor para o Brasil. Sobre esse chão escorregadio desceu na semana passada a informação de que o PIB registrou 1,2% no terceiro trimestre - o que impedirá a redenção do "espetáculo do crescimento" de 2004.

Com o mais do que provável aval do presidente para quem o que é bom para a reeleição é o que é bom para o Brasil, embora ele não

saiba exatamente como garantir uma coisa ou outra, o seu companheiro Guido Mantega, presidente do BNDES, imitou Dilma. Numa entrevista à *Folha de S. Paulo*, embora cuidasse de preservar Palocci, culpou o Banco Central (BC) e o seu diretor de Política Econômica, Afonso Bevilacqua, pelo fiasco da variação trimestral do PIB - no que foi secundado por outro petista, o presidente da Petrobrás, Sérgio Gabrielli. Nesse ambiente de longos punhais, multiplicaram-se as versões desencontradas sobre os "ajustes" de que Lula passou a falar e sobre a convivência entre Dilma e Palocci.

Revelador de que ninguém embainhou as armas no Planalto, restou saber se continuarão a ser usadas em público - foi patético o esforço de figuras do governo para garantir que eles voltaram a se entender. "Os dois até trocaram beijinhos", disse uma fonte sobre o clima da reunião da Junta Orçamentária de que participaram, com o presidente e outros ministros, na segunda-feira. À parte os choques pessoais, políticos, eleitorais e ideológicos sobre o que mudar e o que manter na economia, o le-

que de escolhas sensatas do "remédio a mais ou a menos a ser dado", na tergiversadora expressão do ministro de Relações Institucionais, Jaques Wagner, é limitado.

A rigor, está mais claro o que não fazer - acelerar o ritmo de queda dos juros e, ao mesmo tempo, baixar substancialmente o superávit primário dos quase 6% registrados em outubro, o que seria um convite à inflação - do que o seu oposto. Isso não significa que, em tese, a flexibilidade da execução da política fiscal seja zero. Mas, no clima de queda-de-brasão instalado no governo, agravado pelas tensões pré-eleitorais do presidente, as chances de que a racionalidade prevaleça, afinal, sobre o oportunismo não são lá muito animadoras. O ideal seria o presidente tranquilizar os agentes econômicos dizendo o que fará - e, principalmente, o que não fará. Mas a sua margem política para tal é estreita. As vicissitudes da disputa eleitoral não ajudarão a ampliá-la.

Outro fator de desassossego, lembrando a campanha de 2004 - antes da Carta aos Brasileiros - é a possibilidade de Lula acenar com mais do que "inflexões" na política econômica para se reeleger. Isso, se até lá Palocci ainda estiver ministro.

O Brasil das conveniências

Onofre Carlos de Arruda Sampaio

Por conveniência, o governo do presidente Lula e seu partido insistem em chamar publicamente de "erro" aquilo que todo o País, estarrecido, vê como a montagem e operação da mais portentosa máquina de lavagem, desvio de dinheiro público e corrupção política da sua História. Também por conveniência, o ex-presidente da Câmara dos Deputados e um ex-deputado federal, que renunciaram aos seus mandatos, sob a acusação de serem integrantes, "cum laudae", das bancadas do "mensalinho" e do "mensalão", foram recebidos "em palácio" para auxiliar o governo na eleição do novo presidente da mesma Câmara, instituição que não souberam honrar. Por igual conveniência, o novo presidente da Câmara dos Deputados fez logo questão de dizer que não lhe faltará coragem para absolver os inocentes. Por conveniência, o Partido dos Trabalhadores, tão useiro e vezeiro em propor CPIs, agora tenta evitá-las ou fazer com que não

coincidência assessor do irmão do presidente do partido. Por conveniência saiu-se ileso o sr. Duda Mendonça, marqueteiro do PT, cuja conta no exterior era municiada pelo sr. Valério, com dinheiro do PT, de origem também, no mínimo, suspeita.

Por conveniência, com muita presteza e adiantamento se requerem e se efetuam, com aparato e publicidade, certas prisões e por diversa conveniência há outras que não se requerem nem se decretam. Por conveniência se autorizam, gravam-se e se vazam conversas entre advogados e seus clientes, ignorando o direito do cidadão ao sigilo dessa comunicação.

Por conveniência se desejou desarmar a sociedade civil, para que ela não pudesse defender-se e por conveniência não se desarma o Movimento dos Sem-Terra, cujas foices, machados e facões são instrumentos de continuada violação da lei, invasão de propriedades, destruição de lavouras, residências e matança de gado. Se não há terra para lavrar nem roças a roçar, para que conveniência servem tais instrumentos?

Por conveniência, o partido do presidente foi sempre o maior denunciante do País e o ministro da Justiça diz que a até então muito festejada delação premiada, agora, precisa ser mais bem controlada. Por conveniência, o presidente da República, acossado pelas denúncias contra seu governo e seu partido, diz em Paris que uso de caixa 2 pelos políticos é coisa corriqueira e o ministro da Justiça informa que contas partidárias são ficção e a culpa é dos tribunais, que não fiscalizam. Por igual conveniência, o ministro das Relações Institucionais diz que jogo do bicho, dólar paralelo e dinheiro de caixa 2 usado na política são vistos como atividade normal.

Também por conveniência o Partido dos Trabalhadores está sendo *refundado*, pelos mesmos que o afundaram, e o seu *novel* presidente diz que tudo é culpa da legislação, o que pode significar que será convenientemente *reafundado*. Por igual conveniência se trabalhou para que seus deputados, indiciados pelas CPIs, renunciassem ao mandato e, por conveniência, em troca disso, se garantiu aos renunciantes lugar na próxima eleição. Por conveniência, o presidente da República diz que seus companheiros indiciados pelas CPIs não praticaram corrupção nem estão contaminados por doença contagiosa.

Como vimos, o Brasil é o país das conveniências. Porém é bom saber que, se decidirmos viver segundo essas conveniências, se não houver reação a este estado de conveniente descalabro, se a sociedade não se mo-

bilizar, se permitir que as suas mais importantes instituições, por conveniência de alguns, tenham minada a sua credibilidade, como está a ocorrer, se essa reação não for forte, organizada e persistente, feita dentro da mais estrita legalidade, ficaremos todos obrigados a conviver com e a sustentar, de ora em diante, muitos outros mensalinhos e mensalões e as cuecas continuarão sendo transformadas de peça íntima em meio de transporte de moeda nacional e estrangeira de origem espúria. Daremos por inaugurada a República da Lambança, dotada de uma magnífica lavanderia e de uma superpizzaria, instituiremos uma novlíngua, segundo a qual indícios de ocorrência dos crimes mais graves, perpetrados contra as instituições, poderão ser eufemisticamente chamados de "erros", adotaremos um sistema de direitos e garantias individuais "à cubana", um culto à personalidade "à la Chávez" e viveremos felizes, enquanto pudermos, lambuzados de farinha, azeite e orégano.

Se isso ocorrer, será apenas por nossa culpa e falta de ação e depois, quando já for tarde para corrigir, bem, aí... só restará lamentar.■

Onofre Carlos de Arruda Sampaio
é advogado em São Paulo

SE NÃO REAGIRMOS, ESTARÁ INAUGURADA A REPÚBLICA DA LAMBANÇA

alcancem a própria grei.

Por conveniência se requereu e se efetuou, desde logo, a prisão dos executivos da Schin-cariol, acusados de crime fiscal, sob a alegação de se evitar o risco de destruição de provas. Por conveniência a Constituição foi atropelada e a casa e o escritório do advogado foram invadidos com fundamento em mandado judicial impreciso, vago e genérico. Por conveniência se montou uma operação de guerra na loja Daslu, acusada de sonegação fiscal, e seus proprietários foram presos, para que não pudessem destruir provas.

Por conveniência, requereu-se e se efetivou a prisão do sr. Paulo Maluf e seu filho, embora nas gravações telefônicas divulgadas não se vislumbre a alegada ameaça a testemunhas, o que o sr. Birigui, aliás, não é. Por conveniência diversa, não se achou necessário requerer e prender um certo sr. Valério, não obstante as graves acusações que contra ele pesam e a, amplamente noticiada, atitude de destruição de documentos da sua empresa, que, como se viu, era um brinco de agência de publicidade, ou, talvez, de cumplicidade. Por conveniência, também, ninguém requereu nem determinou busca e apreensão na sede do PT, de onde se suspeita haver saído do cofre do sr. Delúbio o dinheiro encontrado na cueca de um certo petista, por

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a Tribuna neste momento para fazer o registro do editorial intitulado “O sacrifício de Dirceu”, publicado no jornal **Folha de S.Paulo**, em sua edição de 2 de dezembro do corrente.

O editorial mostra que a cassação do José Dirceu foi um preço caro que o governo teve que pagar para defender o presidente Lula de acusações que pudessem desaguar na abertura de um processo de impeachment. Nessa luta pela preservação da imagem do presidente, coube a Delúbio Soares assumir a responsabilidade

operacional dos desvios cometidos e ao Dirceu o papel de arcar com a responsabilidade política.

Sr. Presidente, requeiro que o editorial acima citado seja considerado parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

FOLHA DE S. PAULO

EDITORIAIS

E-mail: editoriais@uol.com.br

O SACRIFÍCIO DE DIRCEU

A CASSAÇÃO do mandato do deputado José Dirceu é um item relevante da conta paga pelo governo petista para defender o presidente da República de acusações que pudessem desaguar na abertura de um processo de impeachment. Se coube ao ex-tesoureiro Delúbio Soares assumir a responsabilidade operacional pelos desvios cometidos, foi reservado a Dirceu o papel de arcar com a responsabilidade política.

A diferença é que o primeiro se declarou culpado, embora tenha procurado limitar as ilicitudes ao uso de recursos de caixa dois, enquanto o segundo negou a drenagem de dinheiro público e a distribuição sistemática de verbas a legendas e parlamentares aliados. E o fez para não admitir indiretamente a montagem, como disse, de “um esquema de corrupção no país autorizado ou por delegação do presidente”.

Pode-se inferir da declaração que o ex-ministro consideraria ainda mais inverossímil o “eu não sabia” de Lula se ele próprio, Dirceu, admitisse conhecimento ou participação no esquema. A Câmara, porém, entendeu que o ex-deputado estava à par das

movimentações de Delúbio Soares e do operador Marcos Valério, sem o que os parlamentares não poderiam —ou não deveriam— ter cassado seus direitos políticos.

É essa também a convicção desta **Folha**, que já havia declarado ser favorável à punição de Dirceu e manifestado, neste espaço, a opinião de que o presidente Lula poderia não saber dos detalhes, mas dificilmente desconheceria por inteiro as gravíssimas situações que foram reveladas à sociedade brasileira.

Com efeito, o presidente tem contado com a boa vontade da oposição que, por conveniência e cálculo político, preferiu evitar um confronto direto, contentando-se em punir o ex-segundo homem do governo.

José Dirceu deixa a cena depois de ter-se defendido com obstinação, dentro das regras democráticas. A decisão da Câmara não encerra a crise, embora possa representar um ponto de inflexão em sua dinâmica. É cedo para afirmar. Fica, depois de tudo, a sensação de que o sacrifício de Dirceu apequenou ainda mais a dimensão política do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, os indígenas do Brasil representam hoje, conforme levantamento do IBGE realizado no ano 2000, quase 1 milhão de habitantes, mais precisamente 734 mil, um crescimento de 149,6%, em relação ao que eles somavam em 1991.

A divulgação é feita agora, no final do Governo Lula, mas esse é mais um feito do Presidente Fernando Henrique Cardoso, com a participação também de ações durante os Governos Collor e Itamar Franco.

No ano de 1991, a população indígena brasileira somava 294,1 habitantes. Antes do período FHC, e principalmente a partir de tendências divulgadas nos anos 80, quando se previa uma redução dos índios no Brasil.

O número divulgado pela FUNAI no ano 2000 indicava uma população indígena de 300 mil a menos do que a agora revelada pelo IBGE.

A estatística oficial é alvissareira e, para que conste dos Anais do Senado esse avanço, estou anexando a este pronunciamento o noticiário da **Folha de S.Paulo**, a respeito do assunto.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Quarta-feira 14 de Dezembro de 2005

150% mais pessoas se declaram índios

A explosão, em um período de dez anos, surpreendeu o IBGE e a Funai. Os técnicos procuram explicações

Robson Pereira

A população indígena brasileira - autodeclarada - cresceu 150% em uma década. De 1991 a 2000, passou de 294 mil para 734 mil. O crescimento médio anual do número de índios foi de 10,8%, incrivelmente superior à taxa de 1,6% dos brasileiros como um todo.

Os 440 mil índios que surgiram entre 1991 e 2000 superaram todas as expectativas. A informação surpreendeu não apenas os especialistas do IBGE, responsáveis pelo estudo "Tendências Demográficas: Uma Análise dos Indígenas", feito com dados dos censos 1991 e 2000 e divulgado ontem pelo órgão, como à própria Fundação Nacional do Índio (Funai).

"As pessoas não têm mais vergonha de se identificar como índios ou descendentes deles. Saíram daquele clima de obscuridade que era determinado pelo preconceito. Embora ainda exista, a carga de preconceito não é mais tão grande", diz Roberto Lustosa, presidente interino da Funai, buscando uma explicação para o crescimento.

"Existem algumas hipóteses, mas nenhuma delas sozinha é capaz de explicar tamanho crescimento em tão pouco tempo", admite Nilza de Oliveira Pereira, coordenadora do trabalho. "A única certeza é que a invisibilidade dos índios diminuiu", diz a antropóloga Maria Elizabeth Brêa, também da Funai. Por essa hipótese, muitos índios que antes se declaravam brancos ou pardos passaram a se definir como índios. "Acho a mudança na auto-identificação mais provável que um efeito demográfico."

Outra hipótese levantada pelo IBGE e por especialistas no assunto seria a chegada de imigrantes de países com alto contingente indígena (como Bolívia, Equador, Paraguai e Peru). Mas o Censo 2000 registrou apenas 4.479 índios estrangeiros no País.

De acordo com o levantamento, 45% das pessoas que se autodeclararam índios em 2000 residiam nas 604 terras indígenas reconhecidas pelo governo. Essas áreas estão em 437 municípios, ou 12,5% do território nacional. A imensa maioria está na Amazônia Legal. Quando fora das aldeias, porém, os índios se dispersam. O IBGE mostra que existe pelo menos um deles em 65% dos municípios (3.500 cidades).

O crescimento maior do número de índios se deu no Sudeste, 20,5% ao ano, quase o dobro da média nacional. A menor foi registrada justamente na Região Norte (6,2%), onde há mais reservas. Por conta dessa diferença, a região Norte, que em 1991, concentrava 42% dos índios, passou a abrigar 29% do total. E o Sudeste, que respondia por 10,4% do contingente, agora tem 22%. Esta região passou a ser residência de 161 mil índios, cinco vezes mais que no início da década passada.

INUSITADO

Nessa nova geografia, há situações inusitadas. São Paulo, com 64 mil índios, e Minas Gerais, com 49 mil, juntos concentravam há cinco anos uma população indígena semelhante à do Amazonas, que tem 115 mil e é o Estado com o maior contingente indígena. O ranking das cidades também surpreende. O primeiro lugar fica com São Gabriel da Cachoeira (AM), com 22,5 mil índios. Mas, em seguida, aparecem Salvador, com 18,7 mil; São Paulo, com 18,6 mil; e Rio, com 15,6 mil.

Na região Sudeste, uma em cada três pessoas que se declararam como índias nasceu em outra região do País - a maioria no Norte e Nordeste. Nas outras regiões, as taxas de migração foram reduzidas. Mesmo assim, o número de índios nascidos no Sudeste também aumentou no período analisado. Eles eram 7,9%

em 1991 e passaram a 17,5% em 2000. Esse porcentual coloca o Sudeste à frente da Centro-Oeste, onde 13,1% dos índios dizem ter nascido lá. No censo anterior, o Centro-Oeste aparecia como a terceira principal origem da população indígena. Colaborou: Ricardo Westin

g1.globo.com.br

Aumento de 150% da população se deve à autodeclaração

DA SUCURSAL DO RIO

Na década de 70, prognósticos mais sombrios alertavam para o risco de extinção dos povos indígenas no Brasil. Após 30 anos, o Censo 2000 do IBGE afastou esse temor, ao constatar que de 1991 a 2000 a população indígena cresceu mais do que todos os outros grupos étnicos. Eles eram 294 mil em 1991 e passaram a ser 734 mil em 2000, uma variação de 149,6%, enquanto o restante da população cresceu 8,2%.

Uma análise mais apurada nos dados mostra, no entanto, que não houve um "boom populacional" causado por altíssimas taxas de fecundidade ou migração de povos de países vizinhos. O crescimento foi causado por gente que já vivia em áreas urbanas em 1991 mas que, no censo daquele ano, não se declarou como indígena, passando a fazer isso apenas nove anos mais tarde.

Em 1991, dos 294 mil índios, 71 mil (24,1%) viviam na área urbana. Nove anos depois, esse contingente urbano deu um salto de 440% e passou a representar 52,2% do total, ou 383 mil pessoas.

"Não se trata de aumento demográfico. O que sobressai na análise desse crescimento é o componente de autodeclaração", afirma Luiz Antônio Oliveira, coordenador de População e Indicadores Sociais do IBGE.

Uma maneira de ver isso é constatar que, em 2000, 67,2% dos índios que moravam em Estados diferentes do de nascimento já haviam feito a migração há mais de dez anos. Ou seja, eles já existiam em 1991, mas só em 2000 se declararam índios.

Outro jeito é verificar a taxa de fecundidade. Ela ficou em 3,86 filhos por mulher na população total e em 6,16 entre os que viviam em cidades com terras demarca-

das. Apesar de serem taxas maiores que a média nacional, de 2,38 em 2000, não justificariam crescimento tão alto.

Foi o crescimento da população autodeclarada indígena nos meios urbanos que levou, por exemplo, a cidade de São Paulo, com 18.692, a apresentar o terceiro maior contingente populacional desse grupo, atrás apenas de São Gabriel da Cachoeira (AM) com 22.853 e Salvador (BA) com 18.712.

A gerente de população do IBGE, Nilza Pereira, explica que, como o critério do instituto para definir cor ou raça é a autodeclaração do entrevistado, há nesse percentual de indígenas tanto aqueles que mantinham algum vínculo com sua comunidade de origem quanto os que se identificaram como tal por descenderem de índios, mesmo não tendo mais vínculo nenhum com a comunidade de seus pais ou avós.

Para Lúcia Fernanda Kaingáng, diretora-executiva do Instituto Indígena Brasileiro para a Propriedade Intelectual, vários fatores podem ter contribuído para o aumento na autodeclaração: "Um desses fatores foi a conquista de direitos que, antes de 1990, não eram assegurados. Também houve, a partir da década de 80, um movimento de valorização da diversidade cultural".

Porém não basta se identificar como índio para ter acesso aos serviços específicos para essa população, diz Kaingáng. "A maioria dos serviços exige que a pessoa diga a que comunidade pertence. Muitos tentam se inscrever em política de cotas em universidades, mas não sabem dizer a que comunidade pertencem."

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP.

Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}

e Srs. Senadores,

Senhor Presidente,

Senhoras e senhores senadores,

"Nós não devemos deixar que as incapacidades das pessoas nos impossibilitem de reconhecer as suas habilidades." -

Hallahan e Kauffman, 1994

A história tem demonstrado que todos, inclusive a pessoa portadora de deficiência, desenvolvem habilidades específicas. Cada um é dotado de um dom. Por isso, não podemos aceitar que a incapacidade, de qualquer natureza, venha a impossibilitar o exercício pleno da cidadania. Basta ver os exemplos de grandes personalidades da história mundial.

Franklin Delano Roosevelt, que foi presidente dos Estados Unidos, era deficiente físico e é considerado até hoje o mais importante político do século XX. Ludwig van Beethoven, um dos mais brilhantes compositores clássicos de todos os tempos, compôs a 9ª sinfonia - considerada a mais excepcional de suas obras - quando já sofria de deficiência auditiva. Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho, artista barroco que contraiu doença degenerativa comprometendo seus movimentos, esculpiu os doze famosos profetas, hoje parte do patrimônio histórico.

Pedro Moreira Salles comanda hoje uma das maiores instituições financeiras do país, locomove-se em cadeira de rodas. Marcelo Rubens Paiva, depois de um acidente onde perdeu o movimento de suas pernas, transformou-se em influente escritor e teatrólogo. Stevie Wonder, músico de sucesso internacional, é deficiente visual.

Cada uma dessas pessoas superou as suas dificuldades e deu contribuições para a sociedade.

Sem as oportunidades destas personalidades, há um sem número de pessoas excluídas. Se lhes forem dadas as ferramentas necessárias, certamente encontraremos nelas valores semelhantes.

É imperativo integrar as crianças com deficiência às escolas dando-lhes condições de crescer e progredir, pois são talentos com habilidades específicas. Precisamos valorizar e resgatar as sensibilidades do portador de deficiência.

A inclusão social passa pela educação, esporte, cultura, pela facilitação do acesso, pela entrada do deficiente no mercado de trabalho, pelo fim da discriminação.

Tenho certeza de que, no futuro, parte desses talentos estará nas instituições públicas e privadas ajudando decisivamente a construir esta Nação como cidadãos plenos com habilidades especiais.

O Estado tem o dever de promover e estimular esta cidadania e é a inclusão social depende também da participação ativa da sociedade brasileira. Todos podem ser agentes desta integração basta boa vontade e solidariedade.

"Direitos do cidadão especial" nasceu da constatação de que é impossível às pessoas, de qualquer país, exercerem plenamente seu papel de cidadãos sem conhecer minimamente seus direitos e deveres.

O acesso livre e total aos instrumentos que determinam o pleno exercício da cidadania das pessoas com deficiência é o alvo desta cartilha.

A Constituição do Brasil, em seu artigo 5º, estabelece que todos são iguais perante a lei e veda a discriminação ao portador de deficiência. A vasta legislação do País garante a assistência à saúde, à educação, à reabilitação profissional e à integração no mercado de trabalho.

Eliminar o preconceito e promover uma vida com dignidade ao portador de necessidades especiais é o grande desafio deste e dos governos futuros. Informar para não excluir é minha intenção ao divulgar as fontes onde o poder público e outras instituições sérias procuram proporcionar e garantir o que há de melhor para uma sociedade com igualdade de oportunidades.

Esta cartilha é para que você saiba que tem direitos e que o poder público tem deveres e obrigações para o seu bem-estar. Nela, você encontra formas de inclusão social sem qualquer discriminação e vê o que nosso Governo pode fazer por você.

A iniciativa foi inspirada em publicação do Jornal do Senado, de outubro de 2003, intitulada "Igualdade e cidadania aos portadores de deficiência". À sua equipe e autores, meus fraternos agradecimentos pela inspiração.

Se você for vítima de qualquer abuso ou discriminação ou se tiver algum conhecimento de casos semelhantes, denuncie.

Declaração dos Direitos das Pessoas **Portadoras de Deficiências**

Resolução ONU N° 2.542/75

A Assembléia Geral, consciente que os Estados Membros assumiram em virtude da Carta das Nações Unidas, em obter meios, em conjunto, ou separadamente, para cooperar com a Organização das Nações Unidas, a fim de

promover níveis de vida mais elevados, trabalho permanente para todos, condições de progresso, desenvolvimento econômico e social. proclama a presente DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DAS PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIAS e solicita que se adotem medidas em planos nacionais e internacionais para que esta sirva de base e referência comuns, para o apoio e proteção destes direitos".

1) O termo pessoa portadora de deficiência, identifica aquele indivíduo que, devido a seus "déficits" físicos ou mentais, não está em pleno gozo da capacidade de satisfazer, por si mesmo, de forma total ou parcial, suas necessidades vitais e sociais, como faria um ser humano normal.

2) Os direitos proclamados nessa declaração são aplicáveis a todas as pessoas com deficiências, sem discriminação de idade, sexo, grupo étnico, nacionalidade, credo político ou religioso, nível sócio-cultural, estado de saúde ou qualquer outra situação que possa impedi-la de exercê-las, por si mesmas ou através de seus familiares.

3) Às pessoas portadoras de deficiências, assiste o direito, inerente a todo a qualquer ser humano, de ser respeitado, sejam quais forem seus antecedentes, natureza e severidade de sua deficiência. Elas têm os mesmos direitos que os outros indivíduos da mesma idade, fato que implica desfrutar de vida decente, tão normal quanto possível.

4) As pessoas portadoras de deficiência têm os mesmos direitos civis e políticos que os demais cidadãos. O § 7º da Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes mentais, serve de pano de fundo à aplicação desta determinação.

5) As pessoas portadoras de deficiências têm o direito de usufruir dos meios destinados a desenvolver-lhes confiança em si mesmas.

6) As pessoas portadoras de deficiências têm direito a tratamento médico e psicológico apropriados, os quais incluem serviços de prótese e órtese, reabilitação, treinamento profissional, colocação no trabalho e outros recursos que lhes permitam desenvolver ao máximo suas capacidades e habilidades e que lhes assegurem um processo rápido e eficiente de integração social.

7) As pessoas portadoras de deficiências têm direito à segurança econômica e social, e, especialmente, a um padrão condigno de vida. Conforme suas possibilidades, também têm direito de realizar trabalho produtivo e remuneração, bem como participar de organizações de classe.

8) As pessoas portadoras de deficiências têm direito de que suas necessidades especiais sejam levadas em consideração, em todas as fases do planejamento econômico-social do país e de suas instituições.

9) As pessoas portadoras de deficiências têm direito de viver com suas próprias famílias ou pais adotivos, e de participar de todas as atividades

sociais, culturais e recreativas da comunidade. Nenhum ser humano em tais condições, deve estar sujeito a tratamento diferente de que for requerido pela sua própria deficiência e em benefício de sua reabilitação. Se for imprescindível sua internação em instituições especializadas, é indispensável que estas contem com ambiente e condições apropriadas, tão semelhantes quanto possível aos da vida normal das demais pessoas da mesma idade.

10) As pessoas portadoras de deficiências têm direito à proteção contra qualquer forma de exploração e de tratamento discriminatório, abusivo ou degradante.

11) As pessoas portadoras de deficiência têm direito de beneficiar-se da ajuda legal qualificada que for necessária, para proteção de seu bem-estar e de seus interesses.

12) As organizações em prol das pessoas portadoras de deficiência, devem ser consultadas em todos os assuntos referentes aos direitos que concernem a tais indivíduos.

13) As pessoas portadoras de deficiência, seus familiares e a comunidade devem estar plenamente informados através de meios de comunicação adequados, dos direitos proclamados nesta declaração".

(United Nations Secretariat, 1975)

CONHEÇA E EXIJA OS SEUS DIREITOS

1 - Direito à Saúde

A assistência à saúde e a reabilitação clínica são condições decisivas para a inclusão social do portador de deficiência na sociedade.

Com o objetivo de promover a melhoria da qualidade de vida, foi criado, por meio da portaria 818, de 2001, o sistema das Redes Estaduais de Assistência à Pessoa Portadora de Deficiência Física.

O programa busca estimular a independência do portador nas suas atividades diárias disponibilizando órteses, próteses e meios auxiliares de locomoção através do Sistema Único de Saúde.

A Política Nacional Para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, implementada em 1989, foi regulamentada pelo decreto 3.298, que prevê assistência desde a prevenção de doenças, passando pelo atendimento psicológico, a reabilitação e o fornecimento de medicamentos.

No atendimento aos deficientes mentais, o governo do PT criou em 2003 o auxílio reabilitação psicossocial, por meio da lei 1.152/03, com o objetivo de

reintegrar os pacientes ao meio familiar e à sociedade. Como mola propulsora desta política, o governo oferece uma bolsa no valor de R\$ 240,00 por mês para o paciente que sofre de transtorno mental.

A nova política de assistência surge como o primeiro passo para o processo de ressocialização da pessoa com deficiência.

A bolsa reabilitação-psicossocial é o pilar do Programa De Volta Para Casa, estratégia do governo federal para estimular a assistência extra-hospitalar. Além do auxílio em dinheiro, os beneficiários do programa

terão acompanhamento especializado e participarão de atividades de reabilitação, residência terapêutica, trabalho protegido, lazer monitorado, entre outros, conforme a necessidade de cada um.

A bolsa será paga ao próprio beneficiário ou, se for necessário, ao seu representante legal, durante um ano, mas poderá ser renovada caso a pessoa não esteja ainda em condições de se reintegrar completamente à sociedade.

Poderão receber o incentivo pacientes com quadro clínico favorável à alta hospitalar e que tenham permanecido internados em unidades psiquiátricas por dois anos ou mais.

Até o final de 2003, duas mil pessoas receberão o benefício. Em 2004, a previsão é que 4 mil pessoas estejam inscritas no De Volta para Casa e, a cada ano, 3 mil novos pacientes serão incluídos no programa. A meta é atingir o patamar de 14 mil beneficiários em 2007.

As pessoas com deficiência também poderão receber assistência por meio de planos de saúde. As leis 9.655/98 e 8.686/93 e o decreto 3.298 regulamentam o atendimento colocando como preferenciais os pacientes vítimas de talidomida e determinando o atendimento domiciliar, psicológico, reabilitação e ajuda técnica aos deficientes.

A lei 10.216, de 2001, garante a proteção das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental.

2 - Direito à Educação

A participação da pessoa portadora de deficiência no sistema educacional brasileiro é o segundo passo para a efetiva integração do aluno especial. Educação e cultura são condicionantes para evitar a exclusão social.

O atendimento educacional especializado, de preferência na rede regular de ensino, está previsto no artigo 206 da Constituição. E a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 1996, prevê o atendimento especializado dos deficientes.

A lei nº 4.024/61 pretende incluir os alunos excepcionais no serviço educacional público e busca estimular também que as escolas privadas façam esta integração concedendo bolsas de estudo.

Duas outras leis foram elaboradas para dar suporte à integração de alunos especiais. A lei 5.692/71 determina tratamento especial aos deficientes físicos ou mentais e a lei Darcy Ribeiro (9.394/96) prevê a assistência educacional às pessoas com deficiência.

O atendimento aos alunos especiais também pode ser feito por entidades filantrópicas conveniadas com o Ministério da Educação. Para garantir os recursos destinados a instituições como as Apaes, o senador Aloizio Mercadante apresentou emenda no valor de R\$ 50 milhões ao orçamento de 2004 que será repassado por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

A legislação brasileira também prevê o acesso a livros em Braille de uso exclusivo de deficientes visuais. Desde 1995, as editoras de todo o País foram obrigadas (lei 9.045) a publicar estas obras.

Outra forma de estimular a educação do aluno especial é a isenção da cobrança de ICMS para empresas produtoras de computadores doados a associações de portadores de deficiência. Isso também ocorre para na aquisição de equipamentos e acessórios destinados à instituições que atendem pessoas com deficiência.

3 - Direito à Cultura

O programa Arte Sem Barreiras, coordenado pela Funarte, fundação ligada ao Ministério da Cultura, idealiza, em parcerias com entidades privadas, políticas públicas de ensino através da arte voltadas para pessoas com deficiência.

Com esta iniciativa, há o incentivo à produção e a publicidade de pesquisas e conhecimentos no campo da educação, arte e inclusão social. O Arte Sem Barreiras promove ainda apresentações de experiências e processos estéticos para a valorização da percepção e da expressão individual.

A principal proposta do programa é sensibilizar e aproximar educadores da arte realizada por e com pessoas portadoras de deficiência, promovendo a

interação. A inclusão pela arte é a palavra de ordem do programa que pretende educar, integrar o aluno especial à vida sociocultural do país, sensibilizar e superar preconceitos, ampliando o entendimento e o conceito da sociedade sobre o deficiente.

4 - Direito ao Esporte

O Ministério do Esporte lançou o projeto Esporte Especial destinado às pessoas portadoras de deficiência. A prática de esportes tem papel preponderante no processo de educação e reabilitação.

O projeto Esporte Especial busca soluções para que o portador de deficiência vença as barreiras do dia a dia, trabalhando no desenvolvimento de suas potencialidades, melhorando sua qualidade de vida e auto-estima. Como parte do programa, o Ministério do Esporte implantou núcleos de prática de esporte, capacita técnicos, promove eventos e estimula a participação da comunidade na iniciativa.

O governo também trabalha na formação de professores de educação física, nessa área, e na concessão de bolsas para estudantes de graduação das instituições de ensino superior.

Com o objetivo de suprir a carência de material esportivo nas escolas, o programa Pintando a Liberdade utiliza presos para a confecção de artigos esportivos. Entre eles, está a confecção de bolas com guizo, utilizadas em torneios internacionais de futebol e futsal para portadores de deficiência visual. O Ministério do Esporte financia a produção e faz as doações das bolas de guizo.

5 - Direito ao Trabalho

A verdadeira inclusão da pessoa com deficiência na sociedade e o exercício de sua cidadania dependem fundamentalmente de sua participação no mercado de trabalho. Por isso, em 1983, a convenção 159 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) assegurou a reabilitação profissional e emprego de pessoas portadoras de deficiência.

A medida prevê a participação plena e igualdade na vida social e no desenvolvimento pessoal. O objetivo é garantir que a pessoa deficiente obtenha e conserve o emprego.

Para impulsionar a geração de emprego e renda entre as pessoas especiais, a lei 9.867, de 1999, autorizou a criação de cooperativas sociais com a tarefa de desenvolver atividades agrícolas, industriais, comerciais e de serviços.

A reserva de mercado surgiu no sentido de colocar em prática a garantia prevista na legislação. No serviço público, a reserva já está prevista desde 1990, pelo decreto 8.112, que determinou que 20% dos cargos públicos sejam destinados às pessoas com deficiência.

Na área privada, o decreto nº 3.298/99 obriga empresas com 100 ou mais empregados a preencher 2% a 5% de seus cargos com pessoas reabilitadas ou portadoras de deficiência.

6 - Isenções fiscais e integração social

Para estimular a solidariedade na sociedade civil, a legislação brasileira autoriza a realização de concessões fiscais para empresas dispostas a contribuir com a integração do portador de deficiência.

Já foram firmados convênios que prevêem isenção de ICMS para programas empresariais de integração de pessoas portadoras de deficiência física, seja para doação de equipamentos adaptados ou para aquisições de equipamentos e acessórios destinados às instituições que atendam aos portadores de deficiência física, auditiva, mental, visual e múltipla.

Os veículos adaptados para paraplégicos ou portadores de deficiência física recebem isenção fiscal de ICMS e IPI, prevista na lei complementar 53/86 e a lei 8.899/94. E as operações de financiamento de automóveis de fabricação nacional para os deficientes são isentas de IOF. Além disso, os benefícios auferidos pelos deficientes mentais não são tributados pelo Imposto de Renda e a aquisição de aparelhos, materiais e outras despesas são dedutíveis do imposto.

7 - Transporte gratuito

A pessoa com deficiência tem direito ao transporte público gratuito, instituído em 1994 pela Lei 8.899, chamada Lei do Passe Livre. Cada estado ou município determina os benefícios concedidos, que vão desde a isenção da passagem até a adequação dos veículos públicos para transportar deficientes físicos.

8 - Assistência social

A assistência social aos portadores de deficiência física e mental está prevista no país desde 1982, quando a lei 7.070 garantiu a pensão vitalícia para os portadores de talidomida. Em 1991, a Lei Orgânica da Seguridade Social estendeu a concessão dos benefícios por motivo de incapacidade.

Em 1989, a lei 7.853 assegurou a todos deficientes o acesso aos programas governamentais. A partir de 1993, quem possui renda mensal inferior a um quarto do salário mínimo passou, por determinação da lei 8742, a ter direito a um salário mínimo.

9 - Acessibilidade

A pessoa com deficiência tem prioridade no atendimento médico e na justiça gratuita. Como parte do processo de inserção social, a legislação brasileira prevê a adequação de espaços e locais destinados aos deficientes.

As leis 7.405/85 e 10.098/00 e a Constituição Brasileira determinaram a construção de rampas, travessia para todos, linha guia e reservas de estacionamento para facilitar a locomoção e o acesso dos deficientes a locais e serviços, bem como a colocação do Símbolo Internacional de Acesso.

Crimes contra os direitos da pessoa com deficiência

A lei nº 7.853/89 tipifica várias condutas consideradas crimes contra a pessoa portadora de deficiência e prevê pena de reclusão de um a quatro anos e multa.

Atitudes como impedir a matrícula de alunos especiais, o acesso ao cargo público, negar trabalho, recusar internação ou deixar de cumprir ordem judicial estão previstas na legislação. As denúncias deverão ser apresentadas junto a Coordenadoria Nacional Para a Pessoa Portadora de Deficiência (Corde), Ministério da Justiça, Ministério Público Federal ou promotores de Justiça nos estados.

As denúncias relativas ao descumprimento da reserva de mercado para a pessoa com deficiência devem feitas na Delegacia Regional do Trabalho e Emprego.

A partir da denúncia, inicia-se um trabalho de sensibilização e conscientização da empresa sobre a necessidade de desenvolvimento de um projeto de inclusão do empregado com deficiência.

Conheça os órgãos públicos de apoio à pessoa com deficiência

Ministério da Saúde

Determina a política nacional

Coordenação Geral de Saúde da Pessoa com Deficiência/DAPE
/SAS

(61) 315-2271/3422

Esplanada dos Ministérios, Bloco G, Edifício sede, 6 andar, sala 619 CEP
70058-900 Brasília-DF

Área Técnica de Saúde Mental/DAPE/SAS

(61) 315-2313

Esplanada dos Ministérios, Bloco G, Edifício sede, 6 andar, sala 613 CEP
70058-900 Brasília-DF

www.saude.gov.br <<http://www.saude.gov.br/>>

Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (Corde)

Responsável pela gestão de políticas voltadas para integração da pessoa com deficiência, em defesa dos direitos e da promoção da cidadania.

Telefone: (61) 429.3683

Esplanada dos Ministérios, Bloco T, Anexo II, sala 210, CEP 70064-900 -
Brasília (DF)

www.presidencia.gov.br/sedh/corde

<<http://www.presidencia.gov.br/sedh/corde>>

Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência (Conade)

Acompanha e avalia o desenvolvimento da Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Recebe denúncias e orienta na formação dos conselhos estaduais e municipais.

(61) 429.9219

Esplanada dos Ministérios, Bloco T, Anexo II, sala 211, CEP 70064-900 -
Brasília (DF)

www.presidencia.gov.br/sedh <<http://www.presidencia.gov.br/sedh>>

Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão

Atua na defesa dos direitos constitucionais do cidadão. O acesso de pessoas com deficiência às classes e escolas comuns da rede regular de ensino está disponível no site.

(61) 3031-6000

SAF Sul Quadra 4, conjunto C, bloco B, salas 303 e 304, CEP 70050-900
Brasília-DF

www.pgr.mpf.gov.br/pfdc

Ministério dos Transportes

Informações sobre o passe livre

0800-61-0300

Caixa Postal - 9.800 CEP 70001-970 - Brasília (DF) www.transportes.gov.br
<<http://www.transportes.gov.br>>

Arte Sem Barreiras

(21) 2279 8116 e 2279 8118

Programa cultural da Funarte, fundação ligada ao Ministério da Cultura, voltado à pessoa com deficiência.

Rua da Imprensa, 16 - 13º andar Palácio Gustavo Capanema

Centro 20030-120 Rio de Janeiro -RJ

www.funarte.gov.br <<http://www.funarte.gov.br>>

Ministério do Esporte

Promove o projeto Esporte Especial

Assessoria de Comunicação Social - ASCOM

(61) 217-1980/1981/1982

Esplanada dos Ministérios, Bloco A, CEP 70.054-906 - Brasília - DF

www.esporte.gov.br <<http://www.esporte.gov.br>>

Ministério Público do Trabalho - Informações sobre as entidades de capacitação e colocação no mercado de trabalho

(011) 221-4977

Prédio Jaguaribe - Rua Jaguaribe, 194 Santa Cecília - São Paulo/SP

CEP 01224-000

www.prt2.gov.br <<http://www.prt2.gov.br/>>

Ministério Público do Estado de São Paulo

Tel. 3104-2002 / 233-4669

Rua Líbero Badaró, 600 - 10º Andar

01.008-908 - São Paulo/SP

<http://www.sp.gov.br/sicorde.asp>

Prefeitura de São Paulo

Informações sobre os principais serviços e ações de inclusão

www.portal.prefeitura.sp.gov.br

Senado Federal

O Senado distribui gratuitamente livros em braile para instituições que trabalham com deficientes visuais. Contato pelo serviço Voz do Cidadão 0800 612211. Este serviço também está coletando sugestões para a elaboração do Estatuto do Portador de Deficiência, que deverá ser votado pelo Senado.

Organizações não-governamentais **(ONGs) de apoio ao deficiente**

Rede Saci - Informações sobre deficiência e inclusão social

Telefone: (11) 3091-4155/4370

Av. Prof. Luciano Gualberto trav. J,374, térreo sala 10 Cidade Universitária - São Paulo - SP CEP: 05508-900

www.saci.org.br <<http://www.saci.org.br>>

Entre Amigos - Notícias, fórum e banco de dados

Central de Atendimento

Direto

(11) 5082-3501

www.entreamigos.com.br <<http://www.entreamigos.com.br>>

AACD - Informações sobre atendimento

(11) 5576-0777

Av. prof. Ascedino Reis, 724, Vila Clementino, CEP 04027-000 São Paulo-SP

www.aacd.org.br <<http://www.aacd.org.br>>

Apae Brasil - Legislação, notícias e endereço das Apaes pelo Brasil

(61) 224-9922

Federação Nacional das APAEs

SDS - Edifício Venâncio IV - Cobertura

70.393-900 - Asa Sul - Brasília - DF

www.apaebrasil.org.br <<http://www.apaebrasil.org.br>>

Instituto Ethos - Distribui o manual O que as empresas podem fazer pela inclusão das pessoas com deficiência

(11) 3897-2400

Rua Francisco Leitão, 469, Conj. 1407 CEP 05414-020, São Paulo, SP, Brasil
www.ethos.org.br <<http://www.ethos.org.br>>

Escola de Gente - Promove oficinas inclusivas e edita o Manual da Mídia Legal

(21) 2493-7610

Av. Fleming, 200, Barra da Tijuca - Rio de Janeiro - RJ
CEP: 22.611-040

www.escoladegente.org.br <<http://www.escoladegente.org.br>>

Acessibilidade - Site português com programas para facilitar o acesso digital aos PPD

CERTIC Centro de Engenharia de Reabilitação em Tecnologias de Informação e Comunicação **UTAD** <<http://www.utad.pt/>>/Edifício de Engenharias II, Apartado 1013 - 5000-911 Vila Real - Portugal
www.acessibilidade.net <<http://www.acessibilidade.net>>

Instituto Benjamin Constant - Fundação para pessoas com deficiência visual
(21) 2543-1180/2295-4498

Avenida Pasteur, 350 / 368 Urca - Rio de Janeiro - RJ
Brasil CEP: 22240-290

www.ibcnet.org.br <<http://www.ibcnet.org.br>>

CEDIPOD - Centro de Documentação e Informação do Portador de Deficiência

www.cedipod.org.br <<http://www.cedipod.org.br>>

Revista Sentidos

Publicação especializada sobre os direitos do portador de deficiência

www.sentidos.com.br <<http://www.sentidos.com.br/>>

SORRI-BRASIL - Integração Social de Pessoas com Deficiência

(11) 570-6591

Rua Benito Juarez, 70, CEP 04.001-806 - São Paulo/SP

<<http://www.entreamigos.com.br>>

SICORDE - NIDB - USC**UNIVERSIDADE DO SAGRADO CORAÇÃO**

Núcleo de Informações sobre Deficiência em Bauru

(14) 235 7212

Rua Irmã Arminda, 10-50, CEP.:17011-160 - Bauru/SP

http://www.usc.br/nidb_novo/index1.htm

DICAS DE LIVROS VOLTADOS PARA A PESSOA COM DEFICIÊNCIA

- Visão e Revisão, Conceito e Preconceito, do cartunista Ricardo Ferraz - coletânea de cartoons temáticos
- Adaptação de Ocupações e o Emprego do Portador de Deficiência, da Organização Internacional do Trabalho (OIT)
- “Anais do VI SIAMF - Seminário Sobre Acessibilidade ao Meio Físico e Curso Básico Sobre Acessibilidade ao Meio Físico, do Centro de Vida Independente do Rio de Janeiro
- As Pessoas Portadoras de Deficiência na Sociedade Brasileira, de João Baptista Cintra Ribas
- Caminhos do Aprender: Uma alternativa educacional para a criança portadora de deficiência mental, de Izabel Neves Ferreira
- Como Você Deve Comportar-se Diante de Uma Pessoa Que..., do Movimento de Mulheres Jovens
- Declaração de Salamanca e Linha de Ação Sobre Necessidades Educativas Especiais
- Escola Para Todos Como Você Deve Comportar-se Diante de Um Educando Portador de Deficiência, da Comissão Coordenadora Distrital de Lisboa do Ano Internacional do Deficiente
- Essas Crianças Tão Especiais...Manual para solicitação do desenvolvimento de crianças portadoras da Síndrome de Down, de Maria Tereza Eglér Mantoa, Ana Izabel de Figueiredo Ferreira e José Luiz Rodrigues

Os títulos disponíveis são distribuídos somente a pessoas jurídicas: instituições, universidades, bibliotecas públicas, dentre outras.

A solicitação poderá ser encaminhada via correio ou fax, em papel timbrado da Instituição contendo o nº do CNPJ, endereço completo, missão institucional e dados do representante legal.

Endereço para Correspondência:

Presidência da República

Secretaria Especial dos Direitos Humanos

Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - CORDE

Endereço: Esplanada dos Ministérios Bl.: "T" - Anexo II - 2o. andar, Sala 200 - CEP: 70.064-900

Fone: (061) 429.3669 - Fax (061) 225.0440

Brasília DF - Brasil

Relação das principais leis para os portadores de deficiência:

1) Constituição Federal:

- Quando a Carta Maior proíbe qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência (art. 7º, XXXI); (Você sabia?)
- Citando a competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios para cuidar da saúde e da assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência (art. 23, II); (Você sabia?)
- Dando competência à União, aos Estados e ao Distrito Federal para criar leis que visem dar proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência (art. 24, XIV); (Você sabia?)
- Estabelecendo a reserva de vagas dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência (art. 37, VIII); (Você sabia?)
- Prestando assistência social para a habilitação e a reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comum (art. 203, IV);*
- Garantindo um salário mínimo mensal à pessoa portadora de deficiência, desde que comprovem não ter como prover os meios de subsistência (art. 203, V);*

- Garantindo atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, de preferência na rede regular de ensino (art. 208, III);*
 - Promovendo programas de prevenção e atendimento especializado para os portadores de deficiência física, sensorial ou mental (art. 227, § 1º, II);*
 - Facilitando a integração social do adolescente portador de deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e a convivência, e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de preconceitos e obstáculos arquitetônicos (art. 227, § 1º, II);*
 - Garantindo o acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência nos logradouros, edifícios de uso público e de veículos de transporte coletivo, através de lei (art. 227, § 2º e art. 244);*
- 2) LEI 7.853, de 24 de outubro de 1989, regulamentada pelo Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999:
- Apoiando pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, consolidando normas de proteção através da Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência;
 - Determina tratamento prioritário e adequado viabilizando medidas na área de educação, da saúde, da formação profissional e do trabalho, de recursos humanos, das edificações e na aplicação de penas aos crimes cometidos contra as pessoas portadoras de necessidades especiais.
- 3) LEI 8.069, de 13 de julho de 1990:
- Assegura a proteção integral à criança e ao adolescente, considerando o direito à vida e à saúde, à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer;
 - Estabelece as medidas sócio-educativas, a proteção judicial dos interesses individuais, difusos e coletivos.
- 4) LEI 8.742, de 7 de dezembro de 1993, alterada pela Lei 9.720, de 30 de novembro de 1998, regulamentado pelo Decreto nº 1744, de 8 de dezembro de 1995:
- Organiza o Conselho Nacional de Assistência Social na definição de objetivos e princípios norteadores;
 - Trata do benefício de prestação continuada devido à portadora de deficiência e ao idoso.

- 5) LEI 8.899, de 29 de junho de 1994, regulamentado pelo Decreto nº 3.691, de 19 de dezembro de 2000:
 - Concede passe livre às pessoas portadoras de deficiência no sistema de transporte coletivo interestadual
 - Estabelece assento, acomodação e autorização aos deficientes desde que habilitadas.
- 6) LEI 10.098, de 19 de dezembro de 2000:
 - Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, mediante a supressão de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação.
- 7) PORTARIA nº 2.854, de 19 de julho de 2000, da Secretaria de Assistência Social:
 - Apóia à pessoa portadora de deficiência pelo atendimento de reabilitação na comunidade, pelo atendimento domiciliar.
- 8) LEI nº 7.405, de 12 de novembro de 1985:
 - Torna obrigatória a colocação do Símbolo Internacional de Acesso em todos os locais e serviços que permitam sua utilização por pessoas portadoras de deficiência em locais que possibilitem o acesso, a circulação e a utilização por pessoas portadoras de deficiência.
- 9) LEI nº 10.048, de 8 de novembro de 2000:
 - Prioriza o atendimento às pessoas portadoras de deficiência física pelas empresas públicas de transporte e as concessionárias de transporte coletivo;
 - Determina a facilitação de uso nos logradouros e sanitários públicos.
- 10) LEI nº 10.216, de 6 de abril de 2001:
 - Protege os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental.
- 11) LEI nº 7.070, de 20 de dezembro de 1982, alterada pela Lei 8.686, de 20 de julho de 1993:
 - Autoriza a concessão de pensão especial, mensal, vitalícia e intransferível aos portadores de deficiência física;
 - Reajusta a pensão especial aos deficientes físicos portadores da Síndrome de Talidomina.
- 12) LEI nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, com vigência restaurada pela Lei nº 10.182, de 12 de fevereiro de 2001:

- Dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de automóveis para utilização no transporte autônomo de passageiros por pessoas portadoras de deficiência física sem condições de dirigir automóvel comum.
- 13) LEI nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996:
- Dá entendimento à educação especial a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.
- 14) LEI nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, regulamentada pelo Decreto 2.264, de 27 de junho de 1997:
- Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério para tratar da capacitação dos profissionais em educação em qualquer nível.
- 15) LEI nº 8.213, de 24 de julho de 1991:
- Proporciona ao beneficiário incapacitado parcial ou totalmente para o trabalho, e às pessoas portadoras de deficiência, os meios para a (re)educação e de (re)adaptação profissional e social indicados para participar do mercado de trabalho e do contexto em que vive.
- 16) Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999:
- Consolida as normas de proteção visando o acesso ao trabalho e aos concursos públicos.
- 17) LEI nº 9.867, de 10 de novembro de 1999:
- Dispõe sobre a criação e o funcionamento de Cooperativas Sociais, visando à integração social dos cidadãos para inserção no mercado econômico, por meio do trabalho.
- 18) Portaria nº 818/GM, em 05 de junho de 2001, do Ministério da Saúde:
- Normatiza o cadastramento dos serviços de reabilitação física, dos serviços de referência em medicina física e reabilitação e dos leitos de reabilitação em hospital geral e/ou especializado.
- 19) LEI nº 8.212, de 24 de julho de 1991:
- Assegura aos beneficiários da Previdência Social os meios indispensáveis de manutenção, por motivo de incapacidade.

Bibliografia

- COELHO, Cristina Massot Madeira “Concepções sobre o processo de inclusão: a expressão de seus atores”

- FUNGHETTO, Suzana Schwerz e SOARES, Marlene da Silva “Formação de professores na perspectiva inclusiva: uma ação pedagógica em classe hospitalar no Setor de Pediatria do Hospital Universitário de Brasília”
- FRESQUET, Adriana Mabel. “Psicopedagogia e fracasso escolar”
- KELMAN, Celeste Azulay e BRANCO, Ângela Uchoa “Era uma vez ...narrativa literária em língua de sinais como fator de desenvolvimento”
- MARTÍNEZ, Albertina Mitijáns “Criatividade e deficiência: por que parecem distantes?”
- SOUZA, Amaralina Miranda de; SOARES, Daniele Lessa e EVANGELISTA, Glaura Borges Morais Gasparino “A Universidade de Brasília e a inclusão do aluno com necessidades educativas especiais”
- SOARES, Marcus Vinícius Araújo e RABELO, Mauro Luiz “Atendimento a candidatos com necessidades especiais nos processos seletivos da Universidade de Brasília”
- TUNES, Elizabeth “Por que falamos de inclusão?”
- VIÉGAS, Conceição “Os desafios da educação profissional da pessoa com deficiência mental”
- VIRGOLIM, Ângela Magda Rodrigues “A criação superdotada e a questão da diferença: Um olhar sobre suas necessidades emocionais, sociais e cognitivas”

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores

Depois de mais de uma década de aplicação das receitas neoliberais, especialmente a partir de 1995, piorou extraordinariamente a inserção internacional do Brasil. A remoção das restrições à livre movimentação de capitais, no marco do processo global de financeirização crescente da economia mundial, e, por outro lado, a opção por uma política de estabilização ancorada inicialmente em um regime de câmbio semifixo e em uma abertura comercial unilateral, criaram um desequilíbrio externo estrutural que limita fortemente tanto o espaço de manobra da nossa política econômica quanto nossas possibilidades de aceleração e sustentação do crescimento econômico. Ao elevar as necessidades de financiamento externo a níveis críticos e abrir a economia ao capital financeiro especulativo, as políticas neoliberais transformaram a dependência do capital estrangeiro em um mecanismo de internalização da instabilidade do mercado financeiro globalizado e de subordinação da dinâmica econômica interna às prioridades e interesses dos credores e investidores externos. Em consequência, não só agravou-se extraordinariamente nossa crônica dependência externa como também nossa economia tornou-se extremamente vulnerável.

Paralelamente, pouco se avançou na modificação da pauta de exportações, historicamente baseada em produtos básicos e semi-elaborados de demanda relativamente pouco dinâmica e sujeitos a variações de preços relativos tendencialmente negativas. Nossa participação no comércio internacional, já baixa anteriormente, caiu ainda mais nesse período.

Ademais, os Acordos da Rodada Uruguai da Organização Mundial do Comércio – OMC, concluída em dezembro de 1994, resultaram em compromissos assimétricos entre países em desenvolvimento e desenvolvidos no que tange à abertura comercial, já que se avançou muito na redução de barreiras tarifária e não-tarifárias na área industrial de um modo geral, mas não no setor agrícola e em têxteis, áreas nas quais os primeiros são competitivos. Por outro lado, tais acordos consagraram em seus textos uma regulamentação de temas de interesse exclusivo, ou quase que exclusivo, das nações industrializadas, como serviços, propriedade intelectual e investimentos. As consequências foram a redução da participação relativa das nações em desenvolvimento no comércio global, à exceção dos “tigres asiáticos”, e a perda relativa da capacidade dos Estados nacionais de implementarem políticas de desenvolvimento, industriais e de ciência e tecnologia.

Tudo isso contribuiu a reforçar, sob novas modalidades, o caráter passivo e subordinado da nossa inserção na economia mundial.

A modificação desse padrão é um requisito essencial para que o país possa ingressar em uma trajetória de efetiva estabilidade econômica e avançar na construção de um novo modelo de desenvolvimento e homogeneização social que seja sustentável do ponto de vista econômico e ecológico.

A nova política externa implementada pelo governo do presidente Lula constitui um passo inicial nessa direção. Além de revalorizar o papel e a imagem do país no cenário internacional, ela deu uma nova dimensão à política comercial brasileira, mais firme e aguerrida na defesa dos nossos interesses e mais solidária do ponto de vista de nossas relações com os demais países em desenvolvimento, especialmente na América Latina. Em um prazo relativamente curto reativamos o Mercosul, consolidando uma parceria estratégica com a Argentina, e avançamos na estruturação de acordos com diversos países para a realização de investimentos articuladores do espaço econômico regional e para a expansão do intercâmbio comercial e da cooperação técnica e econômica, recolocando na agenda da região o sonho da integração sul-americana. Ao mesmo tempo, ampliamos extraordinariamente nossas relações comerciais e de cooperação com outros parceiros – como a China, a Índia, a África do Sul, a Ucrânia, para citar alguns exemplos – e avançamos significativamente nas negociações com a União Européia.

No âmbito da Organização Mundial do Comércio conseguimos articular e unificar o posicionamento de diversos países em desenvolvimento em torno a interesses comuns, inclusive no que se refere aos subsídios agrícolas concedidos pelos governos das nações desenvolvidas, que prejudicam fortemente nossas exportações. Por último, e não menos importante, conseguimos colocar as negociações sobre a formação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) – que é um aspecto crucial para o futuro do Brasil e dos países latino-americanos em geral – em um marco mais adequado à consideração dos nossos interesses.

Como está sendo proposta pelo governo dos Estados Unidos, a ALCA é muito mais do que a criação de uma área de livre comércio, envolvendo praticamente todas as dimensões da economia, inclusive abertura dos serviços e das compras governamentais ao capital estrangeiro e a regulamentação dos investimentos e da propriedade intelectual. Ficam de fora apenas o mercado de trabalho e o acesso dos países latino-americanos às tecnologias sensíveis monopolizadas pelo governo e pelas corporações norte-americanas. Em realidade, a ALCA é um projeto de criação de um marco jurídico-normativo abrangente, calcado nos critérios de política e nos padrões legais definidos pelos Estados Unidos, para regular suas relações com os estados nacionais latino-americanos e as relações entre estes e as corporações norte-americanas.

No caso dos investimentos, que muito mais do que o comércio constitui o eixo central da ALCA, a proposta pretende ressuscitar o malfadado Acordo Multilateral

de Investimentos (AMI), que colocava os estados nacionais a reboque das corporações multinacionais. A proposta da ALCA reproduz o capítulo 11 do NAFTA – o acordo já existente entre os EUA, o Canadá e o México – que, entre outras coisas, permite às corporações processarem, em foros de sua livre escolha, os países que adotem medidas por elas consideradas lesivas aos seus interesses, nestes incluídos os lucros potenciais de futuros investimentos, que elas considerem prejudicados direta ou indiretamente por tais medidas.

Também no campo estritamente comercial a proposta, nos termos em que está colocada pelo governo norte-americano, é extremamente desequilibrada. Os EUA se recusam sequer a discutir os aspectos relacionados com os subsídios e direitos *antidumping*, bem como outros instrumentos relevantes do seu arsenal de barreiras não-tarifárias. E falam em liberdade de comércio de uma perspectiva unilateral e em simbiose com um processo global de desregulamentação das economias latino-americanas que vai muito mais longe do que as normas estabelecidas pela Organização Mundial de Comércio.

O Brasil tem todo o interesse em ampliar seu intercâmbio comercial com os Estados Unidos e tem defendido com vigor a liberalização das práticas de comércio, tanto no âmbito das negociações da ALCA quanto na OMC. Estamos conscientes da importância do comércio para o desenvolvimento. Mas sabemos, por experiência própria, que tão importante quanto expansão do comércio é a distribuição dos seus benefícios. Se essa distribuição é desigual ou produz efeitos divergentes sobre as economias envolvidas, o aumento do intercâmbio comercial pouco contribuirá ao desenvolvimento da parte menos favorecida, tendendo-se a ampliar a brecha de renda e capacidade produtiva entre elas. Por outro lado, não podemos, em nome de ganhos setoriais pontuais na esfera comercial, fazer concessões em outras áreas sensíveis, que hipotiquem nossa possibilidade de definir e materializar um projeto nacional de desenvolvimento ajustado aos nossos interesses e necessidades.

Os textos incluídos nesta publicação tocam vários aspectos dos processos de negociação em curso, tanto no âmbito da OMC quanto da ALCA. O endurecimento da posição brasileira em ambos fóruns reflete a decisão do governo do presidente Lula de defender, com responsabilidade, competência e determinação, os interesses nacionais, tal como fazem os Estados Unidos. Para o Brasil, a ALCA não é uma questão de prazos ou de eventuais vantagens nesse ou naquele setor. O que está em jogo são os interesses estratégicos nacionais, é a preservação da nossa capacidade e autonomia para construir nosso próprio futuro como nação, é também a possibilidade histórica de materializar o sonho da integração solidária da América do Sul. Esse é o núcleo do problema e em torno a ele é que definimos o posicionamento brasileiro nas negociações.

AS RELAÇÕES COMERCIAIS BRASIL/EUA*

“Atualmente, poucos ... defendem a hipocrisia de fingir que se está ajudando países em desenvolvimento ao forçá-los a abrir seus mercados para as mercadorias das nações industrializadas e desenvolvidas, ao mesmo tempo que essas nações protegem seus próprios mercados. Tais políticas tornam os ricos mais ricos e os pobres mais pobres – e cada vez mais furiosos.”

Joseph E. Stiglitz

A viagem do presidente eleito Lula aos EUA foi um grande êxito. O mais importante é que a visita produziu resultados concretos, entre os quais a proposta do presidente Bush para a realização de um encontro de cúpula entre os dois países, com a participação dos respectivos ministérios e coordenado pelos presidentes da república.

Além de todas as questões políticas envolvidas nas relações bilaterais, o desafio maior da diplomacia brasileira é obter resultados rápidos e significativos na esfera comercial. Os EUA representam 31% do PIB mundial, compram duas vezes mais do que a União Européia e quatro vezes mais do que o Japão. É fundamental que o Brasil dispute com competência este mercado.

Os EUA já são o principal parceiro comercial do Brasil. No ano passado, as transações com aquele país responderam por cerca de 25% do nosso intercâmbio comercial com o exterior, uma elevação de cinco pontos em relação a 1994. Não obstante, o volume de comércio entre os dois países é ainda baixo, situando-se em torno a US\$ 30 bilhões anuais. Existem condições para duplicar este volume nos próximos 4 anos e atingir uma marca próxima aos US\$ 100 bilhões ao final da presente década.

É muito difícil, no entanto, que isto possa realizar-se sem uma modificação substantiva do atual padrão de relacionamento comercial entre ambos países.

Esta modificação supõe, em primeiro lugar, a recolocação da temática da liberalização comercial – recorrente nos discursos e nas posições negociadoras norte-americanas – em uma nova perspectiva onde a questão central, menos que a liberalização em si mesma, passe a ser a distribuição dos benefícios da expansão do comércio por ela induzida.

Para que essa distribuição seja equitativa, é preciso que a liberalização comercial seja uma estrada de duas mãos e não uma política praticada por somente uma das partes envolvidas. Por outro lado, é fundamental que a liberdade de comércio promova, tendencialmente, a convergência das economias participantes e não o aumento

* Artigo publicado no jornal Folha de São Paulo em 15/12/2002

da brecha de renda e produtividade entre elas. Isto implica, entre outras coisas, a criação de mecanismos compensatórios das assimetrias existentes entre os dois países em matéria capacidade econômica e tecnológica e de produtividade sistêmica, que permitam equalizar as condições de concorrência.

A experiência brasileira nos anos recentes é ilustrativa dos problemas gerados por uma abertura comercial unilateral e não programada. No período 1995/1998, por exemplo, quando a redução das tarifas de importação e sobrevalorização da taxa de câmbio aumentaram de maneira acentuada e intempestiva a exposição da economia brasileira à concorrência externa, as exportações brasileiras para os EUA aumentaram em 10,3%, enquanto que as importações provenientes daquele país se expandiram em 111,3%. Em consequência, nossa balança comercial bilateral, que era superavitária desde 1981, acumulou nesses quatro anos um déficit de quase US\$ 13 bilhões. Somente a partir de 2000, na esteira da desvalorização do real, o saldo voltou a ficar positivo. No conjunto do período 1995/2001, o aumento do fluxo de comércio com os EUA (de US\$ 15,7 bilhões para US\$ 27,4 bilhões) produziu um déficit acumulado de US\$ 12,2 bilhões; nossas exportações cresceram 60,6% contra 92,1% das importações.

Ao contrário do Brasil, os EUA mantiveram e/ou agravaram nesse período as restrições tarifárias e não tarifárias impostas aos produtos brasileiros. Alguns casos são emblemáticos. O Brasil foi o maior exportador de etanol para os EUA até meados da década de 80, tendo seu acesso àquele mercado sido reduzido por uma série de medidas protecionistas, incluindo um subsídio de 54 centavos de dólar por galão, previsto para terminar em 2000, mas que foi estendido até 2007. Somado ao imposto de importação (2,5%), isto representa uma carga de 50% sobre o preço do produto importado. O suco de laranja tem uma trajetória parecida: em 1992, o Brasil respondia por 90% do total de importações norte-americanas, tendo perdido fortemente participação no mercado em função de vantagens concedidas a outros países e à imposição de uma tarifa ao suco concentrado reconstituído equivalente a 56% ad valorem. Processo similar se verificou com o açúcar, cujas importações acima da quota estão sujeitas a uma tarifa de US\$ 338,70 por tonelada: a introdução do sistema de quotas em 1982 e, posteriormente, diminuições na quota brasileira, reduziram nossas exportações para menos de 15% da quantidade anteriormente comercializada.

Nos EUA, 35 produtos têm tarifas entre 70% e 350% e 29 têm tarifas entre 50% e 70%. No nosso caso, em função de acordos comerciais globais, não podemos impor tarifas superiores a 35% no caso de produtos industriais e a 55% no caso de produtos agrícolas. Os EUA conservam inalterados os picos tarifários para diversos produtos relevantes da nossa pauta de exportações, como os calçados e os têxteis. Isto, as restrições quantitativas e outras barreiras não tarifárias – subsídios, medidas antidumping e compensatórias, e normas e regulamentos técnicos diversos, inclusive sanitários e fitosanitários, que além de complexos estão sujeitos a modificações não

previsíveis – reduzem significativamente o acesso e a competitividade de nossos produtos no mercado local. São cerca de 80 os produtos brasileiros afetados por estes tipos de barreiras.

O aumento do volume de comércio bilateral exige uma agenda positiva e contrapartidas. As políticas comerciais adotadas até agora pelos EUA e seu projeto de formação da ALCA, nos termos em que está colocado, vão na contramão deste propósito. Por isso é essencial abrir uma nova fase nas negociações bilaterais, que torne possível encontrar espaços de convergência para uma expansão e liberalização do comércio mutuamente benéfica.

A OUTRA BATALHA NA OMC*

O comércio internacional é um dos fatores potencialmente determinantes da expansão da economia mundial. Por isso é importante o estabelecimento de normas justas e transparentes que regulem as relações comerciais e permitam aos países desenhar suas estratégias de exportação e importação dentro de um quadro previsível e favoreçam a apropriação interna do avanço de suas atividades produtivas.

A Organização Mundial do Comércio (OMC), criada em 1994 em substituição ao antigo Acordo Geral de Comércio e Tarifas (GATT), tinha o propósito de universalizar as normas reguladoras do comércio, tendo em vista as novas condições geradas pelo processo de globalização da economia mundial. No entanto, inspirada na ideologia neoliberal, prevaleceram na criação deste novo marco institucional os interesses e os critérios das grandes corporações e dos países mais desenvolvidos. Em consequência, em muitos casos as regras estabelecidas são claramente desfavoráveis aos países em desenvolvimento, precisamente aqueles que mais necessitariam aproveitar os benefícios da expansão do comércio internacional.

A maior evidência desta distorção é o tratamento diferenciado dado aos bens industriais e aos serviços vis à vis os produtos agrícolas. No primeiro caso, em que os maiores exportadores eram os países desenvolvidos, a liberalização do comércio avançou substancialmente. No caso da agricultura, onde predominam os interesses dos países em desenvolvimento, praticamente não foram alteradas as medidas protecionistas existentes, praticadas principalmente pelos Estados Unidos e pela União Européia.

O debate sobre a questão da liberalização do comércio de produtos agrícolas tem absorvido grande parte da atenção da opinião pública tanto no Brasil como em um grande número de outros países em desenvolvimento. No entanto, esta questão,

* Artigo publicado no jornal Folha de São Paulo em 09/03/2003

embora extremamente importante, não deve ofuscar aspectos igualmente fundamentais para o futuro destes países que até agora têm permanecido um pouco à margem do debate. Este é o caso, por exemplo, da revisão de alguns pontos do Acordo sobre Medidas de Investimento Relacionadas ao Comércio (TRIMs), e do Acordo sobre Subsídios e Medidas Compensatórias, que se revelaram prejudiciais aos interesses dos países em desenvolvimento.

No Acordo sobre TRIMs, os países signatários estão proibidos de executar qualquer política pública que exija do investidor externo o cumprimento de metas de exportação ou a utilização de componentes de origem local. Essa proibição impede que o Brasil conte com instrumentos relevantes no processo de superação de sua vulnerabilidade externa – especificamente no que se refere à possibilidade de direcionamento do processo de substituição de importações para setores específicos, quer por sua tendência comercial deficitária, quer pela sua importância em termos de incorporação de progresso técnico-científico ao nosso parque industrial.

Ao contrário do que afirma o pensamento dominante na OMC, não são as políticas voltadas para o desenvolvimento mas sim o poder das grandes corporações o que hoje constitui a maior ameaça à livre concorrência. Um exemplo disso foi o desmonte, no marco do processo de privatização, do incipiente, mas promissor, parque industrial de telecomunicações do país. Na ausência de políticas públicas coordenadas de investimento e desenvolvimento industrial, as decisões das firmas que aqui vieram se instalar para a produção de equipamentos e telefones celulares foram no sentido de comprar seus componentes em filiais no exterior – independentemente do fato de que o Brasil já possuía tecnologia e capacidade instalada no setor. Desnecessário dizer que um dos déficits comerciais mais significativos que experimentamos nos últimos anos concentrou-se justamente no setor de material elétrico e comunicações, apesar do espetacular aumento das exportações de telefones celulares a partir da desvalorização do real, em 1999.

O Acordo de Subsídios, por sua vez, representou a eliminação dos subsídios específicos a diversos setores industriais, especialmente os vinculados a exportações – com algumas exceções que permitem algum espaço de manobra para políticas públicas regionais e de ciência e tecnologia. Nesse sentido, a leitura combinada dos Acordos sobre Agricultura e Subsídios revela a natureza invertida do “tratamento especial e diferenciado” consolidado nas atuais regras da OMC: aos países desenvolvidos é permitida a realização de políticas de apoio ao setor em que são menos competitivos – no caso, a agricultura –, restando aos países da periferia choramingar por brechas nos acordos que os permitam desenhar políticas de desenvolvimento para os setores industriais.

O processo de revisão desses dois acordos é tão importante quanto qualquer negociação relacionada à abertura de mercados agrícolas. O Brasil vem liderando em Genebra a apresentação de propostas para a superação dos óbices na OMC para a consecução de uma nova política industrial que possa utilizar instrumentos hoje proibidos por esses acordos. Estamos propondo uma flexibilização de seus termos que permita aos países em desenvolvimento eliminar discriminações relativas às políticas de crédito, utilizar políticas de investimento a fim de atingir objetivos específicos de desenvolvimento tecnológico, promover condições equitativas de concorrência no mercado doméstico, e assegurar, mediante aumento das exportações, condições sustentáveis para fazer face a situações de déficits estruturais no balanço de pagamentos.

A revisão desses acordos pode facilitar em muito o processo de retomada do desenvolvimento no país, dando maior flexibilidade para que o Estado brasileiro execute as políticas públicas necessárias à redução da nossa vulnerabilidade externa e ao fortalecimento da economia nacional.

ALÉM DA ALCA*

O recente compromisso conjunto Brasil/EUA de manter o início de 2005 como data para a conclusão das negociações da ALCA, não significa, de modo algum, que o governo brasileiro tenha abandonado as suas justificadas reservas em relação à proposta do bloco econômico em seu atual formato, as quais foram fortalecidas após a oferta norte-americana divulgada em fevereiro. Com efeito, a oferta do *United States Trade Representative* (USTR), além de manter a proteção aos “setores sensíveis”, introduziu injustificável assimetria nas modalidades de desgravação tarifária com a nítida intenção de discriminar o Mercosul, particularmente o Brasil, no processo negociador.

Assim, a proposta norte-americana relativa aos produtos industriais prevê desgravação tarifária imediata para 91% da pauta importadora provinda dos países do CARICOM, 66% para as nações da América Central, 61% para os países andinos e apenas 58% para o Mercosul. No que tange aos produtos agrícolas, a assimetria é ainda mais acentuada, pois a oferta prevê desgravação tarifária imediata para 85% da pauta de importações norte-americanas oriunda dos países do CARICOM, 65% para a América Central, 68% para os países andinos e somente 50% para o Mercosul.

Não bastasse tal assimetria das ofertas, que tende a “bilateralizar” ou “regionalizar” as negociações na ALCA, o texto do USTR tornou patente que o governo norte-americano não pretende abrir mão da proteção aos “setores sensíveis”. De fato, a proposta apresentada prevê que, para o Mercosul, 35% dos produtos

* Artigo publicado no jornal Folha de São Paulo em 29/06/2003

industrializados e 44% dos produtos agrícolas só terão importação desgravada em 5, 10 ou **mais anos**. Ou seja, em relação a muitos bens a proteção tarifária e não-tarifária poderá ser mantida indefinidamente. Tal idéia é condizente com os termos da *Trade Promotion Authority* (TPA), a qual determina que, em relação a mais de 300 “produtos sensíveis”, o Congresso norte-americano deverá discutir e aprovar, *a posteriori*, quaisquer propostas de abertura do mercado. Na prática, isto significará a manutenção de barreiras em setores “estratégicos”. Ressalte-se que muitos produtos de grande interesse do Brasil, como suco de laranja, calçados, aço, carnes, etc., estão na lista da TPA.

Ademais, a proposta norte-americana não avançou na discussão de temas que são prioritários para o Mercosul e o Brasil, como os subsídios agrícolas e os direitos antidumping, que representam as principais barreiras às nossas exportações. O governo dos EUA quer que tais assuntos sejam discutidos no âmbito da OMC, onde, normalmente, os interesses dos países desenvolvidos tendem a confluir e confrontar as reivindicações das nações em desenvolvimento. Por outro lado, temas de grande interesse norte-americano, como compras governamentais, serviços e investimentos estão sobejamente contemplados na proposta.

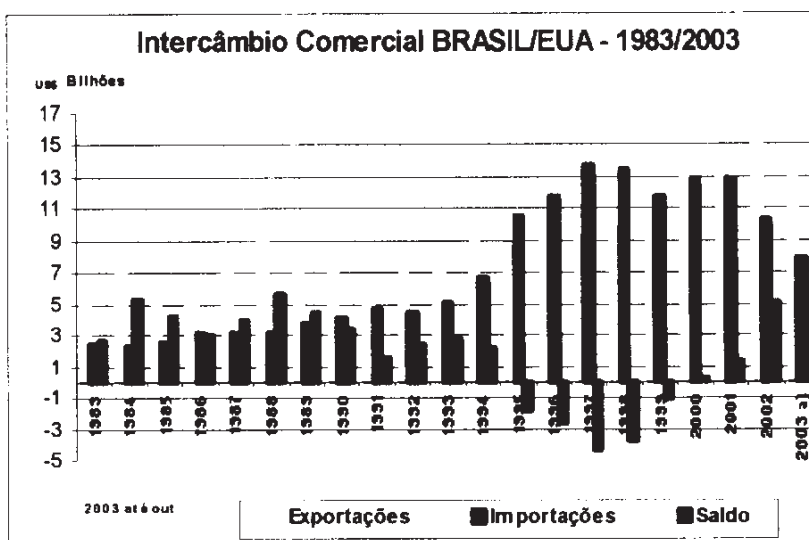
A resposta do Mercosul à proposta assimétrica e protecionista norte-americana foi racional e estratégica. O novo governo brasileiro, secundado pelos demais países do bloco, acertadamente não apresentou oferta relativa a serviços, compras governamentais e investimentos, optando por remeter a discussão ao seu foro apropriado: a OMC. No que se refere à desgravação tarifária, a maior parte (77,74%) da lista de bens da Nomenclatura Comum do Mercosul teve proteção assegurada por até 10 ou mais anos.

Criou-se, dessa forma, impasse incontornável nas negociações da ALCA, que não será resolvido simplesmente mediante o compromisso com o prazo de 2005. Tal impasse não interessa ao Brasil porque a necessidade de superar a vulnerabilidade externa da nossa economia passa necessariamente pela geração de superávits comerciais alentados. Assim, a maior aproximação aos EUA, o principal parceiro comercial do Brasil, seria útil para o objetivo de expandir nossas exportações. Deve-se ter em mente que o gigantesco mercado norte-americano compra duas vezes mais do que o da União Européia e quatro vezes mais que o do Japão. Nosso potencial de intercâmbio comercial ainda é pouco explorado, embora já tenhamos superávit de cerca de US\$ 5 bilhões. Com o Canadá, por exemplo, economia de escala semelhante à brasileira, os EUA têm um comércio de US\$ 500 bilhões, ao passo que com o Brasil este intercâmbio não passou, em 2002, de US\$ 25, 5 bilhões. O impasse também não parece interessar aos EUA, pois a integração comercial com o Mercosul, particularmente com o Brasil, principal economia da América do Sul, lhes seria de grande utilidade, principalmente na atual conjuntura recessiva. Afinal, todo mundo sabe que a ALCA não existirá, de fato, sem o Brasil.

Como solução para o impasse, o novo governo brasileiro, em conjunto com os governos da Argentina, Paraguai e Uruguai, vem apresentando a proposta de negociar um acordo de livre comércio Mercosul-EUA, no formato 4+1, a exemplo do que o governo norte-americano fez recentemente com o Chile. Em encontro recente que mantivemos com Robert Zoellick, representante do *United States Trade Representative (USTR)*, defendemos essa fórmula negociadora com especial ênfase. Aliás, vimos defendendo esta proposta há muito tempo, pois temos consciência de que, em várias áreas, as economias brasileira e norte-americana são concorrenciais, o que resulta em inevitáveis atritos que só podem ser bem equacionados em negociações mais estreitas e focadas. Embora tal proposta não possa ser encarada como uma solução milagrosa que teria o condão de desatar instantaneamente o nó górdio do protecionismo norte-americano, ela tem, ao nosso ver, vantagens significativas em relação ao formato tradicional da ALCA.

QUADRO III – O INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL/EUA

Os efeitos de uma liberação comercial assimétrica são claramente perceptíveis na experiência brasileira pós-Real. Nosso saldo comercial positivo com os Estados Unidos sofre uma acentuada inflexão com a intensificação da abertura da economia a partir de 1995 (alicerçada na sobrevalorização da taxa de câmbio, que atua como uma redução tarifária indiscriminada e elevada). E só vai se recuperar com a desvalorização do Real em 1999 e o posterior ajuste recessivo da economia, particularmente no triênio 2001/2003.



Em primeiro lugar, a fórmula 4+1 confere maior flexibilidade e agilidade às negociações, já que o número de países envolvidos é bem menor e os interesses, nessas circunstâncias, tendem a confluir com maior celeridade. Em segundo, o formato sugerido pelo governo brasileiro poderia retirar da pauta imediata de negociação temas

espinhosos relativamente aos quais Brasil e EUA dificilmente obterão consenso no curto e médio prazos, focando as negociações no acesso aos mercados. Em terceiro, o esquema 4+1, ao simplificar as negociações comerciais, tende a colocar as relações bilaterais Brasil-EUA num patamar mais maduro e pragmático, com evidentes benefícios para ambos os países. Por último, a fórmula proposta pelo Brasil fortalece política e diplomaticamente o Mercosul, estratégico para a região.

Nesse sentido, o novo governo brasileiro já vem tomando medidas efetivas para reerguer Mercosul e assumir, com responsabilidade, a sua liderança na América do Sul. Essa nova política externa para o hemisfério está criando as condições geopolíticas necessárias para imprimir mudanças qualitativas nas relações bilaterais Brasil/EUA, colocando-as num patamar de maior simetria e reciprocidade. A proposta do 4+1 se coaduna perfeitamente com esta nova realidade e, apesar da negativa inicial do governo norte-americano, é a que reúne as melhores condições para produzir resultados positivos para todos.

O PAPEL DO LEGISLATIVO NAS NEGOCIAÇÕES DA ALCA*

Em primeiro lugar, agradeço o honroso convite para participar deste Seminário, absolutamente relevante e decisivo para refletirmos sobre o papel dos parlamentos no processo de negociação sobre a Área de Livre Comércio das Américas.

Preliminarmente, peço desculpas pelo atraso, mas, como Líder do Governo, não poderia me ausentar de uma reunião extremamente importante na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal que, como se sabe, está votando, ao mesmo tempo, e em muito pouco tempo, as reformas tributária e previdenciária. Hoje, tivemos uma discussão relevante em torno da reforma tributária.

Saúdo todos os membros da Mesa nas pessoas da nobre Presidenta Laura Carneiro e do Presidente do Parlatino, Deputado Ney Lopes, Parlamentares extremamente atuantes, que têm dado uma grande contribuição nas discussões sobre política internacional.

Começo esta reflexão falando um pouco sobre a estratégia de negociação e metas em torno da ALCA antes de discutir o papel e os desafios dos parlamentos frente a essa dinâmica.

* Intervenção no Seminário sobre o Papel do Legislativo na ALCA, realizada em 21/10/2003

Estamos vivendo um processo de globalização impulsionado por um novo padrão científico e tecnológico, por novas formas de concorrência e por novas escalas de produção e competitividade. A globalização, que está associada à liberalização dos fluxos financeiros, à regionalização dos mercados, uma dimensão associada a esse processo, impulsionou a constituição de macromercados.

Talvez a experiência mais exitosa dos pontos de vista diplomático, político, institucional e cultural tenha sido a União Européia. Em certa medida, também o foram MERCOSUL, o NAFTA e outros acordos dessa natureza, de formação de macromercados.

No caso da União Européia, trata-se de uma dimensão política e institucional muito mais exitosa e ousada, com uma dimensão particularmente marcante por se tratar um continente que viveu duas guerras e que saiu da II Guerra Mundial com a disposição de uma unidade diplomática, econômica, coordenação macroeconômica, legislação trabalhista e previdenciária. Tudo isso foi sendo construído a partir de parâmetros comuns — Corte de Justiça, Conselho de Ministros, Parlamento Europeu —, quer dizer, uma institucionalidade democrática de coordenação multilateral. Esse processo acaba culminando, inclusive, em um banco central e uma moeda única, o que colocou a Europa em outro padrão, em outro patamar nas relações econômicas, políticas e diplomáticas internacionais.

Portanto, as negociações para a constituição de blocos regionais, as negociações comerciais, são absolutamente vitais para a América Latina, para a América do Sul, para todos os países.

Do ponto de vista interno, esse processo de globalização impôs às nossas economias a exigência de competitividade e mecanismos para agregar mais valor à pauta de exportações, mais valor adicionado. Do ponto de vista internacional, estamos totalmente envolvidos, e devemos estar engajados, com a abertura de novos mercados, com a luta por regras mais justas para o comércio internacional, especialmente para os países pobres e em desenvolvimento, e com a garantia de um espaço a fim de que as políticas nacionais, as políticas públicas orientem o modelo de desenvolvimento. Portanto, as negociações comerciais dizem respeito, sim, ao grau de liberdade para uma política nacional de desenvolvimento e têm de estar associadas à luta por regras mais justas para o comércio internacional, além da abertura de novos mercados.

No caso do Brasil, com o novo Governo, em primeiro lugar procuramos aprofundar, consolidar e ampliar o MERCOSUL. A primeira viagem do Presidente Lula, ainda antes da posse, e estive com ele, foi à Argentina, mostrando, naquele momento, a solidariedade, a parceria estratégica e o compromisso definitivo de consolidar, ampliar e aprofundar o MERCOSUL. Temos pactuado, no âmbito do MERCOSUL, uma

estratégia comum de negociação em todas as outras agendas que temos, tanto na relação com a União Européia quanto com a ALCA e a OMC.

Em segundo lugar, buscamos novas relações comerciais, especialmente com países em desenvolvimento. Talvez a experiência mais exitosa dessa estratégia tenha sido o G-22 nas negociações do âmbito da OMC.

Havia um compromisso dos países desenvolvidos de tratar da abertura para a agricultura, portanto, dos subsídios agrícolas, que hoje são da ordem de 360 bilhões de dólares por ano, que prejudicam a competitividade das economias em desenvolvimento, especialmente na África e América Latina, num setor muito sensível. Esses subsídios oneram, impedem e dificultam a nossa participação no comércio internacional, além das políticas antidumping e das barreiras não-tarifárias. Essa agenda seria tratada na Rodada Doha. Esse era o compromisso da Rodada do Uruguai, compromisso esse que não foi cumprido na última negociação.

Tivemos, de fato, um certo impasse na negociação da OMC, e foi fundamental que os países em desenvolvimento tivessem se unido. Chamo a atenção de todos para a importância da construção de uma aliança com países como China e Índia, que são importadores de alimentos, que estiveram junto com a África do Sul, Brasil e América do Sul, de forma muito coesa até aquele momento, nessa discussão da OMC. Isso faz parte da nossa política.

Em terceiro lugar, estamos buscando a negociação com a ALCA, a OMC e a União Européia, as 3 grandes frentes de negociação que temos até este momento.

Quero me reportar depois à incidência que a negociação da OMC tem na negociação da ALCA. O impasse da OMC contamina o processo de negociação da ALCA. Recebi aqui, há cerca de mês e meio atrás, o Ministro Zoellick, quando ele expôs a estratégia americana de jogar para a OMC os subsídios agrícolas, lei antidumping, portanto, parte da agenda que era prioritária na nossa negociação. Ainda brinquei e disse que eles negociam há muito mais tempo e têm muito mais competência negocial do que nós. Os países em desenvolvimento, durante muito tempo, usaram as barreiras tarifárias para proteger seus mercados, enquanto os Estados Unidos e outros países tinham mecanismos muito mais sofisticados, como lei antidumping, subsídios e outros instrumentos. Portanto, estamos exatamente aprendendo com eles. Se eles estão colocando na OMC os temas mais sensíveis para a economia americana, nós estamos fazendo exatamente o mesmo, quer dizer, colocamos serviços, compras governamentais, patentes, propriedade intelectual e investimentos. Chamo a atenção de V.Exas. para o fato de que esses 4 temas vão muito além do livre comércio e dizem respeito à capacidade de regulação dos Estados nacionais. Estamos tratando, da mesma forma, esses temas na OMC.

QUADRO I - OMC – Debate sobre agricultura

Posição dos EUA	Posição do Brasil
<ul style="list-style-type: none">• Acesso aos mercados: fórmula suíça• Subsídios: cortes significativos dos subsídios das caixas amarela e azul, mas não os da caixa verde• A <i>Farm Bill</i> aumentou subsídios em US\$ 80 bilhões, isto cria obstáculos para a redução dos subsídios agrícolas mais praticados nos EUA e concentrados na Caixa Verde• A TPA prevê que deverá ser observado um período razoável para a adaptação à abertura de mercado para “produtos sensíveis à importação”. O Executivo deverá consultar o Congresso antes de iniciar as negociações sobre os produtos agrícolas sensíveis à importação. A TPA estipula, ademais, que os programas de apoio à pequena agricultura e às comunidades rurais deverão ser preservados.• Manutenção das barreiras sanitárias e fitossanitárias	<ul style="list-style-type: none">• Acesso aos mercados: fórmula suíça (cortes tarifários horizontais até um teto de 25%)• Subsídios: corte drástico e rápido de todas as formas de subsídios, inclusive os da “Caixa Verde”• Regras mais transparentes e rigorosas para a aplicação de medidas sanitárias e fitossanitárias• Não-prorrogação da Cláusula de Paz (que impede a aplicação de direitos antidumping, salvaguardas e medidas compensatórias na agricultura)

Se os Estados Unidos, que têm uma economia 11 vezes maior que o segundo país da região da negociação da ALCA, colocam temas sensíveis para serem negociados no âmbito da OMC, os demais, que têm uma economia mais exposta, menos competitiva, menor escala, menos capacidade, portanto, de realizar seus interesses nesse processo de negociação, têm todo o direito de colocar, da mesma forma, sua agenda mais sensível na OMC. Isso foi o que tivemos até o momento. O impasse na negociação da OMC é que gera uma certa tensão no processo de negociação da ALCA.

Por que tivemos um impasse nas negociações da OMC e o que está em jogo nesse processo de negociação da ALCA?

Quero deixar bem claro qual é a agenda e o que está sendo discutido, porque é muito importante olharmos a experiência, a trajetória e o desempenho nas negociações do governo americano, que é muito competente na sua estratégia não só como governo, mas como instituição democrática, inclusive o parlamento.

O Parlamento americano participa, desde 1931, da fase anterior à negociação. Ele define os parâmetros da negociação dos acordos multilaterais desde o antigo fast track. Em 1974, foi ampliada a capacidade do parlamento, que passou a tratar não só dos problemas tarifários; ele participa durante o processo de negociação e, ao final desse processo, estabelece as leis nacionais que vão ser implementadas. Parte dessa estratégia de negociação internacional foi construída exatamente pelo parlamento americano na discussão do TPA.

O que os Estados Unidos estabeleceram como agenda prioritária na negociação? Qual a sua posição relativa aos temas dos investimentos? Qual é a pauta? Primeiro, a criação de um acordo geral de investimentos na OMC e repetição do Capítulo de Investimentos do NAFTA na ALCA.

A proposta deles é trazer para a ALCA o Capítulo 11 do NAFTA, que trata de investimentos, e basicamente estabelece a redução ou eliminação das exceções de tratamento nacional na questão dos investimentos; livre transferência de investimentos; não distinção entre investimento direto e de portfólio — portanto, o Estado nacional não pode mais separar investimento de portfólio do investimento direto em termos de políticas públicas; proteção pré e pós estabelecimento das empresas; redução da eliminação dos requisitos de desempenho, metas e nacionalização — esse tipo de exigência teria que desaparecer do Capítulo de Investimentos; e o tema mais sensível é o problema da arbitragem investidor-Estado, quer dizer, toda a estrutura jurídica do país perde a capacidade de regulação, de normatização na questão de investimento — uma empresa estrangeira tem o direito de escolher uma arbitragem internacional em qualquer conflito que tenha com o Estado nacional, a exemplo do que tem ocorrido no NAFTA, objeto de uma grande discussão —; e impedir a transferência forçada de tecnologia. Essa é a agenda para o tema de investimentos.

QUADRO II – O CAPITULO 11 DO NAFTA

“O NAFTA foi o primeiro acordo de comércio internacional do mundo que permitiu a um interesse privado, normalmente uma empresa ou um setor da indústria, evitar seu próprio governo e, embora não seja signatário do acordo, contestar diretamente as leis, políticas e práticas de outro governo NAFTA se estas leis, políticas e práticas infringem os ‘direitos’ estabelecidos da empresa em questão. O Capítulo 11 concede à empresa o direito de intentar uma ação para compensação de lucros perdidos atuais e futuros devido a ações do governo, não importa quanto legais possam ser estas ações ou qual o objetivo por que foram iniciadas.

O Capítulo 11 foi utilizado com êxito pela Ethyl Corp., sediada em Virgínia, para forçar o governo canadense a revogar a legislação que proíbe a venda transfronteiras do seu produto, MMT, um aditivo da gasolina que tem sido proibido em muitos países e que o Primeiro-Ministro canadense Jean Chretien outrora chamou ‘uma neurotoxina perigosa’. S.D. Myers, uma empresa de eliminação de desperdícios de PCB, utilizou também com sucesso uma ameaça do Capítulo 11 para forçar o Canadá a revogar a proibição das exportações de PCB – uma proibição que o Canadá empreendeu de acordo com a Convenção de Basel e que proíbe o movimento transfronteiras de desperdícios perigosos - intentando com sucesso uma ação contra o governo canadense no valor de \$50 milhões (americanos) em danos perdidos quando a breve proibição esteve em vigor.

Sun Belt Water Inc., de Santa Bárbara, Califórnia, uma companhia de exportação de água, está processando o governo canadense em \$14 bilhões porque a Colômbia Britânica proibiu a exportação de água a granel em 1993, deste modo bloqueando as oportunidades da companhia se meter no negócio de exportação de água naquela província.”...

“Em 1996, a Metalclad Corporation, uma empresa de eliminação de desperdícios dos E.U., acusou o governo do México de violar o Capítulo 11 quando o estado de San Luis Potosi recusou a autorização para reabertura de instalações de processamento de desperdícios. O governador estadual ordenou o encerramento do local depois de uma auditoria geológica ter revelado que as instalações contaminavam o fornecimento de água local. Depois, o governador declarou o local parte de uma zona ecológica com 600.000 acres. A Metalclad reclamou que tal decisão era considerada um ato de exploração e procurou obter indenização. Em agosto de 2000, um tribunal do NAFTA decidiu a favor da companhia e ordenou ao governo mexicano o pagamento da indenização de \$16.7 milhões de dólares americanos.”

(Tomado de Barlow, Maude – A ALCA e a ameaça aos programas sociais, à sustentabilidade ambiental e à justiça social nas Américas)

Qual é a contrapartida que o Brasil oferece a essa discussão? Primeiro, queremos negociar essa agenda complexa, que vai muito além do livre comércio no âmbito da OMC. Segundo, propomos, em vez da arbitragem investidor-Estado, arbitragem Estado-Estado — não empresa-Estado, mas Estado-Estado. Terceiro, distinguir o investimento direto dos investimentos de portfólio. Isso faz parte da política monetária de regulação do sistema financeiro, especialmente em economias vulneráveis do ponto de vista das suas contas externas. Quarto, admitir exceções à regra do tratamento nacional. Estabelecer exceções de salvaguardas em relação à livre transferência, de modo a proteger a economia em eventuais ataques especulativos. Quer dizer, hoje, com 38 paraísos fiscais e liberdade absoluta do fluxo de capital financeiro, em situações de ataque especulativo, situação que o Brasil, a Argentina e vários países latino-americanos já viveram, os bancos centrais e o Estado nacional devem manter instrumentos de defesa da sua moeda, o que seria impedido se forem aceitas as pré-condições apresentadas pelo governo americano. Admitir requisitos de desempenho, metas e nacionalização e preservar a capacidade do Estado de promover políticas de desenvolvimento para proteger o interesse público. Então, temos uma contraproposta, e estamos propondo que essa discussão se faça no âmbito da OMC pela complexidade, abrangência e incidência, que vai muito além, insisto, de um acordo de livre comércio.

O segundo tema é o antidumping. Qual é a proposta americana para a negociação do antidumping? Primeiro, negociar antidumping, que é uma agenda sensível aos países em desenvolvimento da América Latina. Quero lembrar que, no caso brasileiro, de 2001 a 2002, tivemos 2 bilhões de dólares de prejuízo em relação ao antidumping na lei americana; só na siderurgia, foram 1 bilhão e 400 milhões de dólares. Portanto, esse tema para nós é sensível, e não está em negociação. A proposta é que a negociação seja feita na OMC, mas esta não avançou.

A primeira exigência americana para discussão do antidumping no âmbito da OMC é preservar a capacidade dos Estados Unidos de aplicar rigorosamente suas normas comerciais, incluindo suas leis antidumping, medidas compensatórias e salvaguardas, e evitar acordos que diminuam a efetividade da disciplina doméstica sobre o comércio injusto, especialmente o dumping e subsídios, ou que diminuam a efetividade da regra sobre salvaguardas. Isso está na Seção nº 2.101-B, do TPA, aprovado pelo Congresso americano.

Portanto, o Congresso americano, antes da negociação, estabelece limites claros para o Executivo negociar, entre eles essas condições para o antidumping, o que restringe muito a agenda da ALCA no que se refere à negociação de tema tão sensível para nossas economias.

Além disso, os painéis e os órgãos de apelação da OMC devem aplicar corretamente o padrão de revisão contido no art. 17.6 do Acordo Antidumping da OMC, pelo qual concede-se maior deferência às autoridades nacionais na avaliação da necessidade de se aplicar as medidas antidumping.

Finalmente, qualquer acordo que possa afetar as normas internas de defesa comercial terá que ser submetido à Comissão de Ways and Means da Câmara e à Comissão de Finanças do Senado. Para qualquer mudança nessa matéria, o Congresso americano reivindica o direito de dar a palavra final. Portanto, eles estabelecem antes os parâmetros e definem as áreas sensíveis submetidas a uma aprovação ou não final do Congresso americano.

Qual é a posição brasileira sobre antidumping? Primeiro, negociar o antidumping no âmbito da OMC, mas também na Alca. Segundo, restringir a aplicação de medidas antidumping, mediante a introdução de regras mais claras e rigorosas no acordo da OMC; que não haja abuso na utilização desses instrumentos. Terceiro, tornar mais difícil estabelecer medidas antidumping contra países em desenvolvimento. Esse ponto já está no art. 15 do acordo da OMC.

Qual é a terceira área sensível? A posição sobre serviços. Qual é a posição dos Estados Unidos sobre serviços e qual o conflito que temos nessa negociação? A posição é reduzir ou eliminar barreiras no comércio internacional de serviços, incluindo aspectos de regulamentação e outras barreiras que neguem tratamento nacional e acesso ao mercado ou injustificadamente restrinjam o estabelecimento ou operação dos fornecedores de serviço — Seção nº 2.102, do TPA; eliminar regulamentações domésticas restritivas à atuação dos prestadores de serviço norte-americanos; abrir espaço para as empresas norte-americanas na área de serviços; pressionar pela liberação de todos os setores e serviços, especialmente telecomunicações, serviços financeiros, entregas rápidas, energia, serviços jurídicos, serviços de informática e serviços ambientais; manter o comércio eletrônico livre de barreiras. Essa é a agenda que eles propõem na área de serviços.

Qual é a nossa agenda? Liberalização progressiva, e não imediata; possibilidade de promoção de políticas nacionais no setor — portanto, excepcionar cláusulas de tratamento nacional; flexibilidade para adotar compromissos diferenciados no que tange a setores e modos de transação; não incluir na negociação setores estratégicos, como telecomunicações, energia e serviços financeiros; não incluir áreas em que o marco regulatório esteja em curso, serviço postal e audiovisual, por exemplo; reproduzir na ALCA os compromissos do Brasil na OMC. Nós estamos negociando nesses dois planos.

Finalmente, em relação à propriedade intelectual, último ponto da agenda, qual é a proposta dos Estados Unidos? Implementar, de forma rápida e completa, as regras de propriedade intelectual previstas em acordos; assegurar que os dispositivos sobre propriedade intelectual, inscritos em acordos bilaterais ou multilaterais, sejam semelhantes aos existentes na legislação interna norte-americana, mesmo padrão para o direito intelectual; fortalecer a proteção de tecnologias novas; garantir que os meios de proteção da propriedade intelectual acompanhem o desenvolvimento tecnológico; evitar exceções e pressionar os demais países para que implementem legislação doméstica sobre propriedade intelectual que tome como modelo a lei americana — quer dizer, a lei americana serviria como padrão para as leis de propriedade intelectual.

Qual é a contraproposta do Brasil? Conciliar o direito de propriedade intelectual com a transferência de tecnologia; manter a flexibilidade do direito de propriedade intelectual em relação às necessidades de saúde pública — à exemplo do tratamento da AIDS (a quebra de patentes é um tema extremamente importante para os países em desenvolvimento, especialmente para a produção de medicamentos essenciais à defesa da vida) —; distinguir entre países desenvolvidos e em desenvolvimento em acordo sobre propriedade intelectual; não permitir o patenteamento de formas de vida, o que é uma grande polêmica; proteger o conhecimento das comunidades tradicionais; negociar o tema predominantemente na OMC.

Portanto, o impasse na OMC se deve à complexidade na discussão sobre investimento, patentes, serviços, portanto, setores absolutamente fundamentais para um projeto de desenvolvimento. Essa é uma matéria que vai além, evidentemente, da questão do livre comércio e diz respeito à regulação dos Estados nacionais.

No âmbito da negociação, qual é o foco da ALCA possível, não da ALCA inatingível? Porque a agenda que não foi possível no âmbito da OMC não o será na ALCA. Da mesma forma que o Congresso americano estabeleceu 300 produtos sensíveis para serem subordinadas a uma decisão da OMC, nós temos também preocupação com setores sensíveis. Mas podemos avançar exatamente em relação ao acesso ao mercado de bens. Nesse acesso, limitadamente, os serviços poderiam ser incluídos no processo de negociação.

Nós estamos negociando 4 mais 1, e lembro que a estratégia de segmentar a negociação foi feita na oferta americana. Na oferta à ALCA, os americanos estipularam, para os produtos industriais e de consumo importados pelos Estados Unidos, a abertura de 91% para o CARICON, 66% para a América Central, 61% para os países andinos e 58% para o MERCOSUL. No caso do MERCOSUL, 42% dos nossos produtos industriais ficariam fora da oferta de mercado. No caso da agricultura, 85% seriam para o CARICON, 65% para a América Central; 68% para os países andinos e 50% para o MERCOSUL, ou seja, metade dos produtos agrícolas ficariam de fora. E os produtos

sensíveis, onde temos grande interesse de negociação, como o etanol brasileiro, que sofre todo tipo de restrições desde os anos 80; o suco de laranja, que sofre barreiras tarifárias extremamente severas desde 1992; o açúcar brasileiro, que experimenta uma cota extremamente restritiva, e vários outros produtos da nossa pauta de exportação agrícola e industrial, como a siderurgia, produtos têxteis, calçados, que sofrem barreiras tarifárias e não-tarifárias extremamente severas, ficariam de fora da meta inicial.

Portanto, na negociação comercial, vai-se avançar mais rápido exatamente se a negociação for 4 mais 1, porque teremos mais flexibilidade, mais foco e mais objetividade na negociação dos diversos segmentos que forem apresentados na mesa de negociação.

Nós fizemos uma contrapartida no MERCOSUL para as negociações de bens e serviços. Portanto, estamos propondo que, no caso da ALCA, avancemos na solução de controvérsias, no tratamento especial para diferenciar os países em desenvolvimento — quer dizer, recuperar parte da dimensão que a União Européia construiu com os fundos de compensação e estímulo aos países mais pobres, como Portugal, Espanha e Grécia, propusemos também trazer essa agenda para o âmbito da negociação da ALCA; discutir os fundos de compensação, que fazem parte dessa dimensão; as regras fitossanitárias e as facilidades de comércio. A proposta é basicamente acesso ao comércio mediante essa agenda, onde poderemos, de fato, avançar no processo de negociação.

Concluo fazendo um comentário sobre o papel do Legislativo. No caso dos Estados Unidos, antes da negociação, eles têm a TPA, o antigo fast track, que dita regras, normas, parâmetros para o processo de negociação, que deve ser seguido pelo Executivo. Durante a negociação, eles convocam periodicamente os negociadores para prestar esclarecimentos e acompanham com muito rigor o processo negocial. Após a negociação, todas as leis, para poderem se adequar ao acordo multilateral do país, têm que ser aprovadas pelo Congresso americano. Portanto, o Congresso tem uma participação absolutamente decisiva em toda estratégia de negociação, antes, durante e depois.

No caso do Brasil e de boa parte dos países da América Latina, recebemos uma influência muito grande do Estado absolutista do século XVIII, quando a representação da Nação, para não haver dualidade, era feita pelo monarca, o Executivo. Com a separação dos Poderes, essa função de representar a Nação ficou delegada exclusivamente ao Poder Executivo. O Poder Legislativo tem hoje um papel totalmente subalterno, acessório e, no máximo, ratifica os acordos que foram aprovados.

Vou citar uma estatística do caso brasileiro: de 1946 a 1981, houve 693 acordos internacionais; 688 foram aprovados sem modificações, 3 com reservas, mas

foram aprovados, apenas 1 foi aprovado com emendas e 1 foi rejeitado a pedido do Executivo. Essa é a história do Parlamento. Da Constituição brasileira de 1988 para cá, tivemos pequenas alterações em 13 acordos que foram firmados.

Não podemos mais ter uma atitude passiva num processo de globalização com uma agenda tão complexa, que vai muito além do problema do comércio. Estamos tratando de qual é o espaço de liberdade de regulação do Estado nacional para se ter uma política de desenvolvimento. São países que têm um atraso tecnológico, problemas sociais, de exclusão social, de crescimento sustentado da economia, de estabilidade econômica, institucional e política. Portanto, o Estado tem de ter espaço para construir seu modelo de desenvolvimento, superar as restrições de um capitalismo tardio, sobretudo de um passado escravista e colonial que ainda pesa tanto sobre a nossa história econômica.

Diante disso, os parlamentos têm de ter uma atitude pró-ativa, e essa é a disposição do novo Governo. Queremos o Congresso Nacional debatendo, sim, as negociações internacionais. Elaborei uma emenda constitucional que propõe exatamente alterar o procedimento legislativo, estabelecendo uma participação ativa do Congresso para definir parâmetros de negociação, para aprovar os negociadores.

Vejam os senhores que o Senado Federal aprova embaixadores, mas não aprova os negociadores. Ora, hoje, na economia moderna, os negociadores dos acordos multilaterais são muito mais importantes, do ponto de vista diplomático, do que as embaixadas. No entanto, o Senado não tem nenhum papel tanto em arguir quanto em aprovar os negociadores.

Ao final do processo, também damos mais ênfase ao papel do Parlamento. Quer dizer, a indústria, a agricultura brasileira, a academia, a intelectualidade, os movimentos sociais precisam ter uma participação ativa nesse processo de negociação, e o Parlamento é a grande porta de entrada da sociedade civil.

Por isso, espero que este encontro não seja apenas uma troca de intervenções em diversas línguas, culturas e realidades, mas que consigamos fortalecer o Parlamento nesse processo absolutamente decisivo. É preciso ter claro, e termino com esta afirmação, que os prazos da ALCA nós estamos buscando cumprir, mas eles não podem se opor e se impor aos conteúdos, ao resultado. Essa é uma negociação extremamente decisiva para quem tem um projeto de Nação e de integração regional.

Estaremos junto com o MERCOSUL em todas as etapas desse processo. Além disso, temos tido consultas muito construtivas com a região andina nesse processo de negociação, com as demais regiões e subgrupos do nosso continente, do nosso Hemisfério. Esperamos que essa negociação seja exitosa, como disse o Presidente Lula,

mas temos condições, temos expectativas e só entraremos nesse acordo se essas condições forem asseguradas, não só para o Brasil, mas para os 34 países. Contem com o Governo brasileiro como um aliado estratégico, especialmente para as economias menos desenvolvidas, para que discutamos uma integração solidária e não um processo de integração impositivo, que pode aumentar ainda mais as assimetrias e os desequilíbrios que já são tão grandes neste continente.

SOBRE CANCÚN, QUADRÚPEDES E BÍPEDES*

As vacas européias e norte-americanas, esses simpáticos e abnegados quadrúpedes, recebem dos governos da União Européia e dos Estados Unidos cerca de US\$ 2 por dia para sua subsistência. Por outro lado, há ao redor de 1,2 bilhão de "bípedes implumes", como Platão definia o ser humano, que sobrevivem nos países em desenvolvimento com US\$ 1 ou menos por dia. Essa notável desigualdade nos rendimentos de quadrúpedes e bípedes não se deve, como poderiam pensar os mais afoitos, ao maior número de membros dos primeiros, o que equalizaria a renda "per membru" de uns e outros, mas, sim, à escandalosa política de subsídios à agricultura que os países desenvolvidos praticam.

Com efeito, o protecionismo dos países desenvolvidos, especialmente na área agrícola, causa prejuízos enormes à população das nações em desenvolvimento. Alicerçadas em picos tarifários, barreiras sanitárias e fitossanitárias, cotas e em cerca de US\$ 360 bilhões por ano de subsídios de todo tipo, as políticas agrícolas dos países desenvolvidos criam obstáculos muitas vezes intransponíveis para as exportações de commodities agrícolas, as quais são vitais para as economias de muitos países em desenvolvimento, notadamente os mais pobres. Mesmo para o Brasil, país que tem a décima economia mundial e pauta exportadora bastante diversificada, as exportações do chamado agronegócio são essenciais para a realização dos superávits comerciais necessários à superação da nossa vulnerabilidade externa. A esse respeito, basta assinalar que, entre 1993 e 2002, o agro-negócio brasileiro gerou, apesar de tais obstáculos protecionistas e da sobrevalorização cambial, cerca de US\$ 147 bilhões de superávit comercial.

Dada a alta produtividade de nossa agricultura e de boa parte de nossa indústria, a performance comercial do Brasil poderia ser bem melhor, caso as barreiras protecionistas das nações mais ricas fossem derrubadas. Assim sendo, a superação do protecionismo dos países desenvolvidos, especialmente na área da agricultura, e a construção de uma ordem internacional menos assimétrica são estratégicas para o desenvolvimento do Brasil. Entendemos perfeitamente que, por causa de sua multifuncionalidade e da necessidade de promover a segurança alimentar, a agricultura

* Artigo publicado no jornal Folha de São Paulo em 22/09/03

tenha de ter tratamento diferenciado. Contudo o excesso de protecionismo e de subsídios praticado pelos países mais abastados, justificado com alguns argumentos estapafúrdios, como o da necessidade de se assegurar o "bem-estar animal", acaba por prejudicar de forma mais intensa justamente a população rural de baixa renda das nações em desenvolvimento, as quais, além de enfrentarem a concorrência desleal das exportações subsidiadas, têm de conviver com a concentração fundiária e de renda. Foi por esses motivos que o governo brasileiro, realizando o que alguns analistas definiram como "golpe de mestre", criou e liderou, com êxito, o G21 na reunião da OMC (Organização Mundial do Comércio) em Cancún.

Embora a referida reunião tenha acabado num impasse técnico, o saldo político-diplomático foi muito positivo para o Brasil e para os demais países em desenvolvimento. Ao contrário do que aconteceu na Rodada Uruguai, quando os países em desenvolvimento, atuando de forma descoordenada, acabaram por ratificar acordos desequilibrados e assimétricos que os levaram a abrir as suas frágeis economias para os produtos e serviços das nações desenvolvidas sem que, entretanto, tivessem obtido contrapartidas nas áreas em que possuíam maior competitividade (agricultura e têxteis), desta vez os governos de tais países cerraram fileiras na defesa dos seus justos interesses. Com isso, evitou-se o pior, que seria a consolidação, por décadas, do protecionismo agrícola e da injusta ordem comercial global.

Temendo talvez pelo futuro de seus vetustos quadrúpedes, os EUA e a União Européia reagiram furiosamente à justificada insurreição da malta bípede. Acusaram-nos de estarmos revivendo a clivagem "ideológica" entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, típica das décadas de 60 e 70, e obstaculizando o progresso do "livre comércio", com prejuízos para todos. Ora, tal clivagem foi introduzida por eles já na Rodada Uruguai, da qual os países em desenvolvimento saíram apenas com promessas vãs. Agora, na Rodada Doha, ironicamente denominada também "Rodada do Desenvolvimento", tenta-se fazer a mesma coisa. Os governos das nações industrializadas querem arrancar concessões nos "temas de Cingapura", como regras draconianas para proteção dos investimentos, a exemplo do que foi tentado no finado MAI (Acordo Multilateral de Investimento), transparência e ulterior abertura do mercado de compras governamentais, política de concorrência etc., mas não admitem progressos significativos nos assuntos vitais para os países em desenvolvimento, como agricultura, antidumping e tratamento especial e diferenciado. Por isso Cancún fracassou.

Contrastando com o que afirmam alguns, acreditamos que o impasse gerado em Cancún possa vir a abrir perspectivas positivas para nossas negociações comerciais. Em primeiro lugar, o Brasil surge de Cancún como o grande líder dos países em desenvolvimento, o que deverá facilitar articulações diplomáticas que visem à defesa de nossos interesses. Em segundo, a paralisação temporária da discussão, na OMC, de

temas polêmicos, como investimentos, compras governamentais, antidumping e subsídios agrícolas, gera condições concretas para que, na Alca, possam se acelerar as negociações no "trilho" do acordo 4+1 entre o Mercosul e os EUA, as quais não dependem do debate de tais assuntos. Em terceiro e mais importante, a nova atitude mais atuante e propositiva dos países em desenvolvimento na OMC, cristalizada na ação do G21, deverá, a longo prazo, fortalecer o sistema multilateral de comércio, pois nenhuma instituição será politicamente equilibrada e verdadeiramente multilateral enquanto refletir preponderantemente os interesses de algumas poucas nações desenvolvidas.

A luta será dura, e o Brasil, o Mercosul e o G21 devem preparar-se para árduas negociações. Mas cremos firmemente que, ao final do processo, chegaremos a uma ordem internacional mais justa, na qual, ao menos, o bem-estar dos bipedes do Terceiro Mundo receba tanta atenção quanto o dos quadrúpedes do Primeiro Mundo.

O QUE ESTÁ EM JOGO NA ALCA*

Dada a sua complexidade e amplo alcance, a ALCA não pode ser negociada com base em bravatas nacionalistas, que só nos levariam a um aintiamericanismo estéril, e nem a partir de dogmas neoliberais, que nos conduziriam à miragem frustrante de um livre-cambismo arcaico e à destruição de relevantes instrumentos para a implementação das políticas necessárias ao desenvolvimento nacional. Por esta razão, o novo governo brasileiro vem conduzindo as negociações com pragmatismo sereno e racional, solidamente calçado em legítimas aspirações geopolíticas e nos interesses maiores do País.

Devemos deixar claro, de antemão, que é de todo interesse do Brasil aumentar o volume do seu comércio com os demais países do continente, especialmente com os EUA, maior economia do planeta e maior importador do mundo. Para cumprir tal objetivo, estamos dispostos a negociar uma ALCA realista e flexível até a exaustão. O problema é que, na forma proposta pelo governo norte-americano, a ALCA é um projeto bem mais ambicioso, que envolve temas que vão muito além da mera abertura comercial, como compras governamentais, propriedade intelectual, investimentos e serviços, assuntos que merecem forte empenho da administração dos EUA.

No que se refere às **compras governamentais**, o objetivo último e fundamental é o de abrir esse importante setor econômico à concorrência internacional. Desse modo, grandes empresas, em especial norte-americanas, poderiam aqui participar de concorrências promovidas pelo setor público em seus diversos níveis (federal,

* Artigo publicado no jornal Folha de São Paulo em 16/11/03

estadual e municipal) para fornecer bens e serviços. O governo brasileiro, com toda razão, resiste a este objetivo, pois sabe que as compras governamentais são de grande importância para aumentar a demanda interna e estimular empresas locais e nacionais. Além disso, a suposta reciprocidade nesta área não se concretizaria, uma vez que empresas brasileiras não teriam condições de concorrer com firmas norte-americanas para fornecer bens e serviços na área militar e espacial, a qual representa o grosso das compras governamentais nos EUA.

Em relação à **propriedade intelectual**, a finalidade do governo norte-americano, prevista explicitamente na *Trade Promotion Authority* (TPA), é a de tornar as legislações internas sobre o tema o mais próximas possível da lei de patentes dos EUA, a qual é bastante abrangente e rígida. Obviamente, isto desperta resistências no governo brasileiro, já que a manutenção de um mínimo de flexibilidade na lei de propriedade intelectual é de grande relevância para a continuidade de ações governamentais de enorme alcance, como o programa de combate à AIDS, por exemplo, o qual necessita da possibilidade de quebrar patentes para funcionar a contento. Já ganhamos essa batalha na OMC, não faz sentido perde-la na ALCA.

No que tange aos **serviços**, o objetivo do governo dos EUA, também previsto explicitamente na TPA, é o de abrir ao máximo este importante setor para os fornecedores norte-americanos, os quais são, é óbvio, extremamente competitivos. Pois bem, o Brasil tem claros interesses defensivos neste campo. Temos de resistir a fazer novas concessões, além das que já fizemos na OMC, em áreas de nítido sentido estratégico, como serviços financeiros, por exemplo, bem como não admitir a abertura em outras que ainda não foram regulamentadas internamente, como serviços audiovisuais e meios de comunicação de massa. Tal proteção é vital, entre outras razões, para reduzir a nossa vulnerabilidade externa, preservar a nossa identidade cultural e assegurar o mercado interno de serviços preponderantemente para empresas constituídas no Brasil.

O tema **investimentos**, por seu turno, representa o “coração” de uma futura ALCA ambiciosa. Trata-se, neste caso, de construir um MAI (o famigerado e malogrado Acordo Multilateral de Investimentos) para o continente americano, a exemplo do que já foi feito no âmbito do NAFTA. Um acordo desse tipo daria aos investidores estrangeiros vários privilégios, como o de exigir do País reparações financeiras, caso as suas expectativas de lucro sejam diminuídas ou frustradas por ações governamentais, e o de poder acionar o Estado em tribunais internacionais, passando ao largo dos tribunais locais, na eventualidade de surgirem quaisquer conflitos relativos aos seus investimentos. O governo brasileiro, de maneira correta, resiste a tais objetivos, pois quer preservar a sua prerrogativa de definir políticas de investimentos, de gestão de recursos naturais, de meio ambiente, de defesa comercial e de outras que condicionam nosso desenvolvimento econômico e social.

Como é evidente, o Brasil não pode abrir mão desses instrumentos essenciais para o seu desenvolvimento, como não o fizeram no passado os EUA e todos os outros países que hoje formam parte do seleto grupo das nações desenvolvidas. A ALCA tem de ser negociada de forma a permitir autonomia política e jurídica suficiente para garantir a nossa capacidade de implementar um projeto nacional de desenvolvimento. É vital também preservar nesse processo a parceria estratégica com nossos sócios do Mercosul, de modo a assegurar maior equilíbrio nas negociações e na representação dos interesses geopolíticos do continente.

Por outro lado, mesmo no campo estrito do acesso aos mercados, a renitência do governo dos EUA em fazer quaisquer concessões no que refere a subsídios agrícolas e antidumping tornou remota para nós, em princípio, a obtenção de vantagens comerciais significativas na ALCA. Recorde-se que esses temas são pendências históricas da Rodada Uruguai da OMC, não devidamente contemplados na atual Rodada de Doha, conforme fora prometido. A estratégia do governo dos EUA é a de deslocar o debate desses temas para a OMC, onde normalmente os interesses dos países desenvolvidos confluem. Tal fato legitima e justifica inteiramente a atitude do Brasil e do Mercosul de também deslocar para a OMC a negociação substancial de investimentos, propriedade intelectual, serviços e compras governamentais, fiando-nos na força do recém criado G+.

É preciso considerar que o Brasil tem economia bastante diversificada, peso geopolítico e comércio exterior equilibrado, ao contrário de alguns países do continente, que já fazem parte de uma espécie de ALCA informal. Por conseguinte, temos muito a perder e pouco a ganhar, caso sucumbamos às pressões por uma ALCA do alcance proposto pelo governo dos EUA. Afinal, o que está em jogo na ALCA, muito mais do que um mero “perde e ganha” na área comercial, é a capacidade do Estado nacional brasileiro de definir e implementar políticas de desenvolvimento, industriais e de ciência e tecnologia. Políticas essas que definirão que país nós seremos. O que está em jogo é, pois, o nosso futuro como nação, e ele não pode ser definido em Miami.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ALOIZIO MERCADANTE EM
SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso
I e § 2º, do Regimento Interno.)

ANEXO

ALCA – Quadros-Resumo de Alguns Temas

ALCA – Percentual de Produtos Importados pelos EUA com Oferta de Liberação Tarifária Imediata

Industriais e de Consumo		Agrícolas	
Países do CARICOM	91%	Países do CARICOM	85%
Países da América Central	66%	Países da América Central	65%
Países Andinos	61%	Países Andinos	68%
Países do Mercosul		Países do Mercosul	50%
58%			

ALCA – Investimentos

Posição dos EUA	Posição do Brasil e de outros países em desenvolvimento
<ul style="list-style-type: none"> • Criação de um Acordo Geral de Investimentos (AGI) na OMC e Repetição do Capítulo de Investimentos do NAFTA na ALCA • Redução ou eliminação das exceções ao tratamento nacional • Livre transferência dos investimentos • Não-distinção entre investimentos diretos e investimentos de portfólio • Proteção pré e pós estabelecimento • Redução ou eliminação dos requisitos de desempenho • Arbitragens investidor-Estado • Impedir “transferência forçada de tecnologia” 	<ul style="list-style-type: none"> • Negociar investimentos na OMC • Não admitir arbitragens investidor-Estado, somente Estado-Estado • Distinguir investimentos diretos dos investimentos de portfólio • Admitir exceções à regra de tratamento nacional • Estabelecer exceções e salvaguardas em relação à livre transferência, de modo a proteger a economia de eventuais ataques especulativos • Condicionar as regras de proteção dos investimentos à transferência de tecnologia e ao “direito ao desenvolvimento” • Admitir requisitos de desempenho

ALCA – *Antidumping*

Posição dos EUA

- **Negociar Antidumping na OMC**
- “Preservar a capacidade dos EUA de aplicar rigorosamente suas normas comerciais, incluindo suas leis antidumping, medidas compensatórias e salvaguardas, e evitar acordos que diminuam a efetividade da disciplina doméstica sobre comércio injusto, especialmente dumping e subsídios, ou que diminuam a efetividade de regras sobre salvaguardas.....”
(Seção 2102(b) da TPA)
- Os painéis e o Órgão de Apelação da OMC devem aplicar corretamente o padrão de revisão contido no artigo 17.6 do Acordo Antidumping da OMC, pelo qual concede-se maior deferência às autoridades nacionais na avaliação da necessidade de se aplicar medidas antidumping
- Qualquer acordo que possa afetar as normas internas de defesa comercial terá de ser submetido à Comissão de *Ways and Means* da Câmara e à Comissão de Finanças do Senado

- Preservar a capacidade do Estado de promover políticas de desenvolvimento e de proteger o interesse público

Posição do Brasil e de outros países em desenvolvimento

- Negociar Antidumping Somente na OMC
- Restringir a aplicação de medidas antidumping, mediante a introdução de regras mais claras e rigorosas no Acordo da OMC
- Tornar mais difícil estabelecer medidas antidumping contra países em desenvolvimento (já previsto no artigo 15 do acordo da OMC)

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, anualmente, encerrado o exercício financeiro precedente, inúmeras organizações públicas e privadas, no Brasil e no mundo, fazem editar os seus relatórios de atividades. Muitas, inclusive, publicam em conjunto o que se convencionou chamar de “balanço social”, a fim de não deixar dúvidas quanto à crescente preocupação com a indeclinável faceta social das mais distintas atividades econômicas. É o modo tradicional de prestar contas à sociedade e aos acionistas, bem como dar visibilidade às atividades desenvolvidas no período, divulgando as ações mais significativas e impactantes do ponto de vista social e econômico.

Há algumas semanas, tive a grata satisfação de receber o *Relatório Anual 2004* do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, o BNDES. Trata-se de uma bem concebida e acabada publicação bilíngüe (em português e inglês) que traz ao conhecimento público, de forma consolidada, o trabalho realizado, no último ano, pela nossa principal instituição pública de fomento, além mostrar o desempenho obtido pelos diversos segmentos de nossa economia, alcançados pelo fomento público. Registre-se também, por oportuno, que esse mesmo relatório está disponível a todos os interessados no portal do BNDES na Internet. A iniciativa faculta aos milhões de usuários brasileiros da rede mundial de computadores o imediato acesso ao arquivo eletrônico, para consulta, checagem e pesquisa de dados relevantes de nossa economia, na vertente da indução estatal.

Observando uma organização temática ampla, o documento evidencia a *performance* da atividade econômica, desempenho operacional do banco, estrutura produtiva, agronegócio, energia, transportes e comunicações, comércio exterior, área social, desempenho econômico-financeiro e crescimento sustentado, entre outros. Conformam, com bom gosto e clareza, um precioso retrato do Brasil ao longo de 2004. Constitui-se não apenas em memória, mas também em documento vivo capaz de iluminar e orientar ações futuras, tanto da iniciativa privada quanto dos diversos órgãos governamentais.

É claro que nesta alocução, de mero mas merecido registro da publicação de tão importante documento, não cabe estender-me no detalhamento das múltiplas ações implementadas pelo nosso banco de desenvolvimento em favor de todos os brasileiros. Não é o caso, portanto, de um comentário exaustivo, senão somente exemplificativo, pois acredito que é extremamente oportuno salientar algumas das atividades, sobretudo aquelas de caráter estrutural. São elas as mais propícias a desdobramentos positivos e a frutos

futuros, na garantia de uma evolução consistente e constante da economia nacional.

No ano passado, o BNDES desembolsou R\$40 bilhões, numerário que desponta como o maior volume de recursos já liberados nas mais de cinco décadas de operação da instituição. Com relação a 2003, houve um incremento de 14%, sendo, do total liberado pelo BNDES, R\$39,8 bilhões direcionados ao financiamento de investimentos de médio e longo prazo e a exportações. Outros R\$180 milhões concentraram-se em operações no mercado secundário de capitais.

É preciso salientar, Sr^{as} e srs. Senadores, que o apoio do BNDES garantiu a injeção de nada menos do que R\$56,6 bilhões em investimentos na economia brasileira em 2004, o que representa um efeito multiplicador de desembolso de 1,42. O banco reconhece que o forte crescimento dos desembolsos deveu-se, em boa medida, à expansão do setor agropecuário – primeiro lugar na pauta de exportações do País em 2004 – e do de infra-estrutura. A agropecuária teve destinados R\$6,93 bilhões, valor 51% maior que os R\$4,59 bilhões liberados em 2003. Já a infra-estrutura recebeu R\$15,17 bilhões, uma elevação de 52%.

Coerente com o seu papel institucional e com a criteriosa preocupação que deve nortear as ações de todos os agentes públicos, em um País com as peculiaridades do nosso, o BNDES vem conferindo especial atenção aos investimentos em infra-estrutura, direcionamento, como todos sabemos, indispensável para o crescimento sustentável da economia. Assim, é importante apontar os financiamentos de R\$6,5 bilhões em energia elétrica, volume 29% superior ao total liberado em 2003, e de R\$5,2 bilhões no setor de transportes, que registrou um incremento expressivo de 60%.

Por outro lado, não devo negligenciar, neste breve registro, a prioridade que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social concedeu aos investimentos das micro, pequenas e médias empresas, cujo papel tem sido extremamente relevante na geração de postos de trabalho e na inclusão social que todos perseguimos. Essas empresas, fantásticas alavancas do progresso de nosso meio urbano, receberam R\$ 12,6 bilhões em financiamentos, um montante 25% maior do que o registrado em 2003 e equivalente a 1/3 de todas as liberações realizadas pelo banco. Para que se tenha idéia do impacto dessa ação, tenha-se em conta que ela se traduz em nada menos do que 128 mil operações com micro, pequenas e médias empresas.

Ao concluir, Sr. Presidente, quero felicitar a diretoria e os qualificados quadros funcionais do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, em especial o Presidente Guido Mantega, que enfatiza, em sua mensagem inaugural, a preocupação do Sistema

BNDDES “em ampliar os recursos à disposição do empresário privado, com desembolsos sem precedentes – em volume e qualidade – para todo o setor produtivo”. Não há a menor dúvida de que esse deve ser o compromisso número um do BNDDES, se quisermos manter no Brasil um parque industrial moderno e competitivo, um agronegócio responsivo capaz de conquistar mercados e um setor de serviços ágil e inovador. Somente nessa linha estaremos credenciando o País a enfrentar adequadamente tanto as economias maduras quanto as emergentes, que avançam com avidez e competência sobre o mercado globalizado.

Muito obrigado.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, já se tornaram inúmeras as oportunidades aproveitadas por esta Casa para apontar os méritos do jornal **O Estado de S. Paulo** como um dos melhores exemplos da excelência de nossa imprensa. Esta é mais uma delas.

Trata-se de um órgão que, desde sua fundação em 1875, não só vela rigidamente pela liberdade de informação indispensável à democracia, como também cuida do aprimoramento profissional de jornalistas alheios aos seus quadros funcionais. É portanto, há mais de um século, um dos mais respeitados veículos da mídia impressa no Brasil.

Dia 9 do corrente mês, houve o encerramento solene do 16.º Curso Intensivo de Jornalismo Aplicado e o 13.º Encontro de Ex-Alunos desse curso promovido anualmente pelo **Estadão**. São acontecimentos que ensejam este pronunciamento, pois merecem registro nos anais do Senado da República. Os resultados do trabalho realizado desde 1990 por uma brilhante equipe, dirigida pelo jornalista e professor Francisco José Arouche Ornellas, são percebidos na qualidade da matéria editorial que os alunos do curso se tornam aptos a produzir.

Programa de extensão universitária credenciado pela Universidade de Navarra (Espanha), o Curso Intensivo de Jornalismo Aplicado é reconhecido como o principal provedor de mão de obra qualificada pelos maiores órgãos da imprensa brasileira.

Com três meses de duração, oferece 30 vagas anuais, às quais concorrem mais de 2.000 jornalistas brasileiros. Em sua grande maioria são jovens que acabam de concluir a faculdade e se dispõem a uma maratona profissionalizante.

O curso permite aos alunos o acesso às mais diversas áreas da empresa **O Estado de S. Paulo**, principalmente à redação, e garante-lhes contato com experientes profissionais do Brasil e do Exterior. Os jovens participam ainda de blocos de complementação

em Filosofia, Economia, Política e Ética. Além das 30 vagas oferecidas a brasileiros, o programa abre a possibilidade de receber jovens estrangeiros. Já contou com a participação de profissionais do Chile, Espanha, Estados Unidos, Alemanha e Peru.

A maioria dos ex-alunos trabalha hoje em grandes empresas da mídia no Brasil e boa parte deles ocupa postos nas redações do Grupo Estado.

Este ano, o Curso Intensivo de Jornalismo Aplicado recebeu a inscrição de 2.300 candidatos de todo o Brasil, 30 dos quais foram admitidos. Concluíram o programa ao lado de Jenny Chimago, jornalista peruana indicada pela Universidade San Martin de Porres, de Lima, Peru.

Para marcar o encerramento do curso, o Estadão deu a público, na sua edição de 10 do corrente, um caderno especial enfocando as soluções adotadas pela cidade paulista de Diadema no combate à violência urbana. Tais matérias especiais foram inteiramente produzidas pelos alunos, repórteres procedentes de Bahia, Brasília, Ceará, Goiás, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Curso Intensivo de Jornalismo Aplicado é dirigido desde o seu início pelo Sr. Francisco Ornellas que, este ano, com patrocínio de Odebrecht, Philip Morris, Santander/Banespa e Siemens, contou com o apoio das Sras. Marisa Pinto de Oliveira e Marilena Bernichi de Oliveira e do Sr. Luiz Carlos Ramos. Mais uma vez, como se repete há uma década, tive o orgulho e o prazer de nele ter sido um dos palestrantes.

Muito obrigado.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em 2004, o percentual de pessoas em situação de miséria no país atingiu seu nível mais baixo desde 1992, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio, apresentada em 25 de novembro de 2005 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – o IBGE.

O índice caiu 8% de 2003 para 2004, redução fortemente influenciada pela queda na distância entre os ricos e pobres no Brasil.

Somente em 2004, a desigualdade diminuiu duas vezes mais do que no ano anterior.

Na avaliação do Centro de Políticas Sociais do IBGE, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio demonstra que a renda domiciliar **per capita** teve aumento real.

Depois de revelar o aumento da pobreza ocorrido até 2003, a Fundação Getúlio Vargas, com base na

Pesquisa de 2004, revela os avanços dos indicadores sociais relativos ao ano passado.

Estes avanços resultam do aumento da ocupação, da redução da desigualdade de renda do trabalho e do aumento de transferências de renda focalizadas pelo Estado.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, as políticas inclusivas do governo federal, cuja estratégia é trazer para a cidadania os milhares de deserdados históricos de nosso país, devem ser tratadas como políticas de Estado.

E essa inclusão só se sustenta com investimento maciço e constante em educação em todos os níveis, de modo a assegurar a igualdade de oportunidade na busca de colocação profissional decorrente da apropriação do conhecimento e da informação.

No governo do presidente Lula, a visão sistêmica do processo educacional implica na construção de políticas públicas direcionadas a todos os níveis de ensino, na busca de um padrão mínimo de qualidade, conforme preceituam a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e as metas do Plano Nacional de Educação.

Dessa forma, no âmbito da educação superior, destacam-se iniciativas como a ampliação e criação de universidades públicas e o aumento substancial da oferta de vagas no ensino superior para os alunos egressos de escolas públicas, afrodescendentes e indígenas, como resultado do PROUNI.

O governo do Presidente Lula propôs – com a contribuição desta Casa – o aprimoramento das condições para a ampliação e criação de Escolas Técnicas Federais e Centros Federais de Ensino Tecnológico.

Porém, na área da educação e inclusão social, as ações do governo federal não ficaram restritas aos programas vinculados ao processo educacional tradicional. Programas como o PROJOVEM, Soldado Cidadão e a Escola de Fábrica incluem centenas de jovens no processo produtivo e cobrem uma deficiência histórica no acesso da juventude ao mercado de trabalho.

Outras iniciativas na área da educação, como as Escolas Família Agrícola, encontram no atual governo federal espaço para o aprimoramento das propostas e o apoio à sua implementação. A pedagogia da alternância, aplicada por estas escolas, tem a juventude do meio rural como centro e sujeito do processo educativo, garantindo condições para o desenvolvimento sustentável no exercício da agricultura familiar.

Sr. Presidente, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB – é outro instrumento indispensável ao sistema nacional de educação, que precisa ser implementado com urgência.

Este governo entende as prioridades da educação básica como o conjunto de etapas de escolarização – creche, pré-escola, ensino fundamental e ensino médio – que precedem a educação superior e que todo cidadão deveria cursar, desde o primeiro ano de vida até os dezessete anos de idade.

Para compensar a falta de acesso tempestivo à escolarização no sistema de ensino tradicional, a educação básica inclui a Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Na educação básica, o investimento em manutenção é fundamental para recuperar os prédios e equipamentos das escolas públicas, atualizar o material didático e garantir a remuneração justa aos trabalhadores da educação.

O crescimento da população também demanda permanente ampliação da rede física instalada, a contratação de mais profissionais e a melhoria da qualidade do ensino, exigindo forte investimento no desenvolvimento da educação básica.

Para a manutenção e desenvolvimento do ensino, a Constituição federal prevê que se destinem 18% dos impostos líquidos, derivados do Imposto de Renda, do Imposto sobre Produtos Industrializados, do Imposto sobre Operações Financeiras e do Imposto sobre Importações.

Nos estados da Federação, 25% dos impostos são destinados à educação. Nos municípios, 25% das transferências do Fundo de Participação dos Municípios, do Imposto Territorial Rural, do ICMS e do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores são somados a 25% da arrecadação própria – tais como o Imposto Predial e Territorial Urbano, Imposto sobre Serviços e Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis.

No entanto, ao confrontar estes valores e a realidade socioeconômica nacional, verifica-se que maior quantidade de recursos disponíveis está concentrada nas regiões que apresentam maiores índices de desenvolvimento.

Porém, todos havemos de concordar que, independente desta realidade fiscal, os direitos dos estudantes são iguais e as metas do Plano Nacional de Educação também.

O Plano Nacional de Educação (PNE) busca atender plenamente a estes direitos e sempre ampliar o percentual da população matriculada nas escolas.

Dessa forma, está previsto, para 2006, o atendimento de 30% das crianças até 3 anos de idade e 60% das de 4 e 5 anos.

Para 2011, o PNE prevê que a inclusão, pelo Sistema Nacional de Educação, de 50% das crianças até 3 anos de idade e de 80% das crianças entre 4 e 5 anos.

A estes recursos, insuficientes para o tamanho da dívida social do Brasil com a educação, somam-se fontes adicionais, alimentadas por contribuições sociais – tais como o salário-educação para o ensino fundamental e verbas assistenciais para a merenda escolar, entre outras.

Para solucionar a nociva concentração de recursos fiscais, construiu-se a proposta de um Fundo.

Depois de intenso debate entre a sociedade, o governo e os profissionais de educação criou-se o FUNDEF – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério, no modelo aprovado para vigorar até 2006.

Entre outras limitações, esse modelo não atendia à Educação Infantil, ao Ensino Médio e à Educação de Jovens e Adultos – deixou vários tributos fora de sua composição e valorizou apenas o magistério, abandonando cerca de um milhão de funcionários de escolas no limbo das políticas públicas.

Corrigindo esses equívocos, a proposta do FUNDEB é planejada de forma a garantir a distribuição solidária de recursos entre as unidades da Federação, aumentando o número de tributos que constituem o fundo, atendendo plenamente à educação básica e valorizando todos os trabalhadores em educação – agora, prestes ao reconhecimento como profissionais, conforme Proposta de Emenda Constitucional de minha autoria, já aprovada nesta Casa e encaminhada à Câmara dos Deputados.

O FUNDEB é resultado de quase três anos de formulações, negociações e concertações entre os movimentos sociais e os sistemas estaduais e municipais de educação.

O FUNDEB, além da manutenção e desenvolvimento da educação básica, propõe a valorização dos profissionais da educação – que há muito sofrem prejuízos em relação aos salários, à jornada de trabalho e à formação continuada.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, durante a votação do substitutivo apresentado pela Dep. Iara Bernardi na Comissão Especial do FUNDEB, na Câmara dos Deputados, foram retirados os destaques por todas as bancadas, garantindo-se, assim, a unanimidade.

Entre os grandes avanços obtidos por este projeto do Governo Federal ao tramitar na Câmara dos Deputados, estão a indicação de que a lei disporá o piso salarial nacional para os profissionais do magistério da educação básica.

Cabe salientar que o FUNDEB é, também, um eficiente mecanismo de inclusão social ao qualificar e universalizar o ensino.

O governo federal deverá contribuir com o FUNDEB, em parcelas progressivas, sendo R\$2 bilhões

no primeiro ano, R\$2,85 bilhões no segundo ano, 3,7 bilhões no terceiro ano, atingindo R\$4,5 bilhões a partir do quarto ano.

A partir do 5º ano de vigência do FUNDEB, está garantido que a complementação da União será de, no mínimo, 10% do valor total dos recursos.

As previsões de recursos totais do FUNDEB (em valores de 2005) somam 36,9 bilhões de reais no primeiro ano, 41,45 bilhões de reais no segundo ano, 46,1 bilhões de reais no terceiro ano e 50,6 bilhões a partir do quarto ano.

O Ministro Antônio Palocci, da Fazenda, anunciou a incorporação de mais 200 milhões de reais para a inclusão das creches no FUNDEB, recuperando, desta forma, a atenção integral à educação básica.

Contudo, é nossa convicção que a profunda desigualdade social que vive o povo brasileiro somente se reverterá permanentemente por via da educação.

Os senadores e as senadoras que assinam o Manifesto dos Senadores pela Educação, conclamam o país a pactuar um novo esforço pela educação pública universal e de qualidade.

E, ao chegar a esta casa, trabalharemos para que a Proposta de Emenda Constitucional do FUNDEB seja aprovada com a celeridade necessária, para garantir o acesso a estes recursos o mais rápido possível.

O Brasil precisa.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “STF é o tribunal menos eficiente e mais parcial, avaliam juízes”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 30 de novembro do corrente ano.

A matéria destaca pesquisa feita pela Associação de Magistrados Brasileiros (AMB) que revela que os juízes brasileiros consideram o Supremo Tribunal Federal (STF) a instância da Justiça menos eficiente e mais parcial do País. Segundo a pesquisa, 46,8% da categoria considera o STF ruim, ou muito ruim, no quesito agilidade, contra 11,7% que consideram a atuação do tribunal boa, ou muito boa. No quesito imparcialidade, o STF foi reprovado por 33,6% e aprovado por 26,1%.

Para que conste dos Anais do Senado, requeiro, Sr. Presidente, que a matéria seja considerada como parte deste pronunciamento.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

STF é o tribunal menos eficiente e mais parcial, avaliam juízes

Pesquisa da AMB revela que 46,8% dos magistrados reprovam Supremo no quesito agilidade e 33,6%, no item imparcialidade

JUDICIÁRIO

Vannildo Mendes
BRASÍLIA

Os juízes brasileiros consideram o Supremo Tribunal Federal (STF) a instância da Justiça menos eficiente e a mais parcial do País. Pesquisa divulgada ontem pela Associação de Magistrados Brasileiros (AMB) revelou que 46,8% da categoria considera o STF ruim, ou muito ruim, no quesito agilidade - contra 11,7% que consideram a atuação do tribunal boa ou muito boa. No quesito imparcialidade, o STF foi reprovado por 33,6% e aprovado por 26,1%.

Os juízes também acham o STF atrelado aos interesses do Poder Executivo e mais de 90% dos entrevistados defenderam mudanças na forma de composição do tribunal, cujos membros são nomeados pelo presidente da República. Numa escala de 0 a 10, o tribunal recebeu nota 3,7 no quesito independência em relação ao governo federal. Eles reprovaram o Supremo com nota 4,6 no quesito independência em relação às forças econômicas. Presente ao ato de divulgação da pesquisa, o presidente do STF, ministro Nelson Jobim, mostrou-se desconfortável com o resultado mas foi comedido nos comentários.

O ministro disse que tem divergências históricas com a AMB, com a qual manteve posições antagônicas durante a reforma do Poder Judiciário. "Há problemas sérios de gestão no Judiciário e não podemos ter posições defensivas. As explica-

Mais de 90% defendem mudanças na forma de composição do tribunal

ções só geram mais contestações e prolongam a confusão", observou. Para a imprensa, à saída, ele minimizou os dados. "É a percepção dos membros da magistratura. Não quer dizer que seja a avaliação do conjunto da sociedade."

Na outra ponta, a instância mais bem avaliada foi a Justiça Eleitoral, considerada boa/muito boa por 67,1% dos entrevistados no quesito agilidade e por 61,1% no de imparcialidade. "Pode-se dizer que a Justiça Eleitoral é uma ilha de eficiência no mar de autocritica dos magis-

OS ONZE DO SUPREMO

Quatro presidentes da República indicaram os atuais membros do STF

Indicados de Lula:

- Carlos Ayres Brito
- Joaquim Barbosa
- Eros Grau
- César Peluzo

FHC: três nomes

- Gilmar Mendes
- Nelson Jobim
- Ellen Gracie

Samuel escolheu dois:

- Celso de Mello
- Sepúlveda Pertence

E Collor mais dois:

- Marco Aurélio Mello
- Carlos Velloso

trados", observou o pesquisador Joaquim Falcão, coordenador do levantamento.

A maior pesquisa já realizada pela entidade com a categoria abrangeu 3.258 magistrados que atuam nos 27 Estados e em todas as instâncias do Judiciário. No item agilidade, 48,9%

dos juízes se mostraram insatisfeitos com a lentidão da Justiça na qual eles próprios atuam. Só 9,9% dos entrevistados consideraram o Judiciário ágil.

Mais de 80% condenaram a forma de composição do STF, cujos ministros são nomeados pelo presidente da República. Só Lula nomeou, em menos de três anos, quatro ministros. A esmagadora maioria quer o sistema de promoção por mérito na magistratura e preenchimento de vagas no STF e demais tribunais superiores por eleição direta na categoria.

PRAGA

Considerada um dos maiores redutos do nepotismo do País, a categoria mudou de posição após um longo bombardeio da imprensa e da opinião pública. Agora, 68,4% dos entrevistados dizem ser contra a contratação de parentes. "Precisamos eliminar essa praga da Justiça brasileira, o que nos dará moral para cobrar o mesmo dos poderes Executivo e Legislativo", observou o presidente da AMB, Rodrigo Colaço.

Mais de 60% dos entrevistados também condenaram a política social do governo Lula. Numa escala de 0 a 10, deram nota 3,9 à política social, mas também criticaram a política econômica, considerada ruim ou muito ruim por 36,2% dos entrevistados. A relação do Executivo com o Judiciário foi condenada por 63,5% dos pesquisados.

Os juízes dirigiram suas baterias contra os advogados, cuja atuação foi considerada antiética por 37,2%, tecnicamente ruim (88,1%) e responsável por manobras que retardam a Justiça (34,2%). Sobrou também para a entidade da classe da categoria, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), que, no entender de 65,8% dos juízes, não fiscaliza a atividade profissional nem ajuda a aprimorar a qualificação dos advogados.

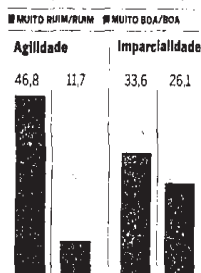
Chega a 74,9% a proporcão dos juízes para os quais o Ministério Público deve ter poderes investigatórios. Antes contrários, hoje os magistrados brasileiros são francamente favoráveis (80,4%) à súmula vinculante, pela qual as decisões de tribunais superiores são automaticamente acatadas pelas inferiores. ■

JUDICIÁRIO

O que pensam os juízes

3.258 sócios da AMB de todo o Brasil responderam o questionário da pesquisa

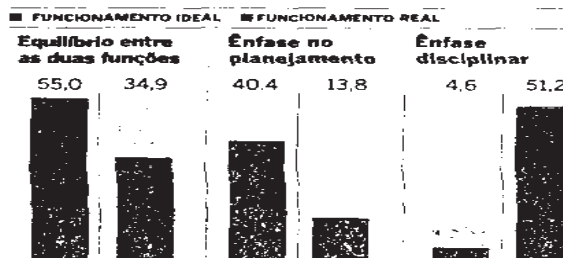
O que pensam sobre o Supremo?



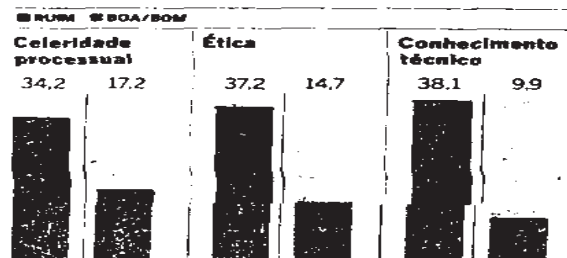
Notas de 0 a 10

	NOTA
Relação com tribunais superiores	6,4
Independência em relação ao Congresso	5,1
Relação com a magistratura	4,9
Relação com as associações de classe	4,7
Independência em relação às forças econômicas	4,6
Independência em relação ao Executivo	3,7

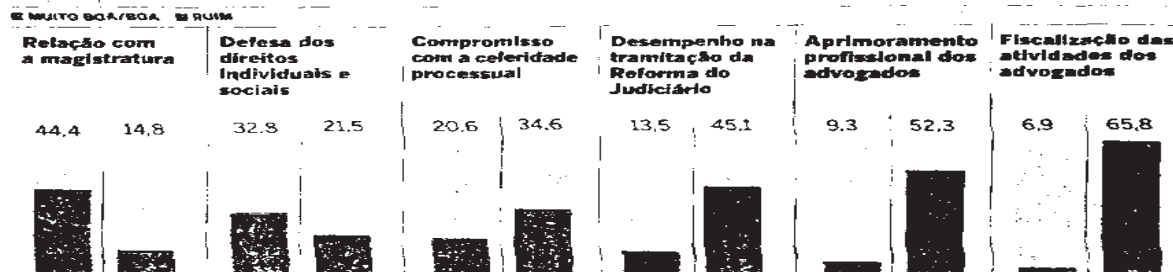
O que pensam sobre o Conselho Nacional de Justiça?



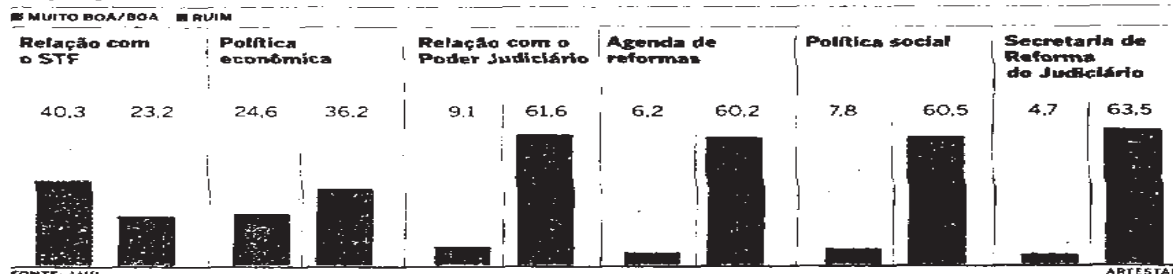
O que pensam sobre a atuação dos advogados?



O que pensam sobre a atuação do CNJ?



O que pensam sobre o governo Lula?



FONTE: AVB

ARTESTADO

Ação tramita há 38 anos em GO

CNJ determina que juiz dê sentença em 60 dias para o caso

Mariângela Gallucci
BRASÍLIA

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) julgou ontem pela primeira vez uma representação contra a lentidão do Judiciário. O processo tramita na Comarca de Iaciara (GO) há 38 anos. O CNJ determinou que o Tribunal de Justiça de Goiás designe imediatamente um juiz para decidir a ação. O prazo máximo para que seja dada a sentença foi fixado em 60 dias.

A queixa foi apresentada pelo advogado Wilson Sabino, que atua no caso há 18 anos. Ele não se conformava com a demora no julgamento da ação divisória cumulativa, com ação de marcação de terras.

O relator da representação e corregedor do CNJ, Antônio de Pádua Ribeiro, classificou a demora de "aberração". Os outros conselheiros também demonstraram surpresa.

Sabino esteve ontem no CNJ

Número de juízas cresceu dez vezes desde 70

PERFIL: A presença de mulheres no Judiciário brasileiro cresceu quase dez vezes nos últimos 35 anos. Em 1970, elas eram 2,3% dos magistrados e em 2005 já somam 22,4% da categoria. O que praticamente não mudou foi a participação do negro no seletor grupo dos brasileiros que usam toga, que permanece abaixo de 1%. A pesquisa da AMB mostrou que a presença de negros no Judiciário é um pouco maior no Nordeste (1,7%) e insignificante na região Sul (0,2%).

e disse que não existe juiz na comarca. A última audiência marcada para esse processo teria ocorrido em março de 2004, mas não foi dada sentença. O TJ de Goiás admite que a comarca está desfalçada.

A demora de 38 anos pode ainda se estender. Depois da de-

Segundo a pesquisa, o juiz brasileiro é predominante homem, branco, tem 44 anos em média, é casado, formado em universidade pública e filho de pais com baixa escolaridade. Para Joaquim Falcão, isso desmistifica a ideia de que os juizes são geralmente oriundos da elite.

A pesquisa revelou também que mais de 70% têm postura crítica, sobretudo entre as mulheres jovens. Elas já somam 36,4% dos magistrados com até 30 anos de idade. ■ V.M.

cisão do juiz de Iaciara, em tese a parte perdedora poderá recorrer ao TJ. Em seguida, um recurso pode ser apresentado ao Superior Tribunal de Justiça (STJ). Por último, se houver matéria constitucional, o caso pode ser conduzido ao Supremo Tribunal Federal (STF). ■

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, peço que dê como lido, insira nos anais do Senado, o artigo intitulado “Julier, o PT e o jogo”, de minha autoria, publicado no Jornal **A Gazeta**, de Cuiabá-MT. Escrevi esse artigo em defesa da minha honra. O juiz Julier tenta me envolver com o Arcanjo para desviar a atenção sobre o PT, partido com

Julier, o PT e o jogo

públicas e notórias ligações com o jogo do bicho e o crime organizado.

Sr. Presidente, era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ANTERO PAES DE BARROS
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Antero Paes de Barros (*)

A resolução do diretório nacional do PT de sábado passado é canalha. Ofende a honra de partidos adversários e das pessoas, ao pedir investigações sobre suspeitas. Fui citado pessoalmente no texto. O PT pede que se investiguem “as conexões de organização criminosa de João Arcanjo Ribeiro, que está preso no Uruguai, suspeito de ter repassado 5,7 milhões de reais para as campanhas eleitorais de Dante de Oliveira e do senador Antero Paes de Barros”.

A suspeita do PT é obra do juiz Julier Sebastião da Silva, que manipula depoimentos de integrantes da quadrilha de Arcanjo com o nítido propósito de atingir a minha honra e a do PSDB. Julier trabalha para o PT e isso explica seus atos incompatíveis com a dignidade da magistratura.

Os auxiliares de Arcanjo já negaram em juízo a existência de doações da organização para a campanha do PSDB. Mas isso não faz diferença para Julier. No intuito de desqualificar o PSDB, que se apresenta como o principal adversário do PT nas eleições de 2006, o juiz “suspeita” que tais recursos possam ter sido repassados através de empresas e empresários.

Não há documentos, provas, nem indícios que comprovem suas “suspeitas”, mas isso para o juiz e para o PT não vem ao caso. Basta a suspeita para botar a engrenagem petista para funcionar. A “suspeita” foi publicada como denúncia por um jornal de Brasília e outro aqui de Cuiabá. Dois dias depois, a “notícia” foi reproduzida pelo informativo da liderança do PT na Câmara dos Deputados e mandada para todos os jornais. No sábado, o diretório nacional do PT usou a “notícia” em sua resolução. Domingo, os mesmos jornais publicam: diretório nacional do PT “acusa” tucanos. O que era uma simples “suspeita”, ao final desse circuito viciado e manipulado, virou denúncia, acusação.


O leitor-cidadão comum pode até se deixar enganar por esse procedimento vil e canalha do “aparelho” petista. É uma técnica usada pelos regimes autoritários e pelos tribunais de exceção contra seus adversários políticos. A suspeita transformada em denúncia é repetida tantas vezes que até parece verdade. Vira senso comum. A técnica faz do inocente um suspeito. O suspeito vira réu, acaba condenado.

O PT é doutor em “aparelhamento”. Aparelhou o governo federal com nomeação de seus militantes para cargos importantes. Isso explica os desvios de dinheiro para o mensalão e para o caixa 2 das campanhas do partido. Aparelhou a justiça com gente do quilate de Julier e aparelhou órgãos da

imprensa,, com jornalistas militantes do partido. O que explica em boa parte as notícias distorcidas e dirigidas para os interesses do PT e seus candidatos.

Não aceito esse tipo de manipulação e essa farsa dos petistas. Denunciei a “armação” no Senado, ganhei direito de resposta na imprensa e estou processando o juiz Julier Sebastião da Silva por injúria, calúnia e difamação. Vou denunciá-lo ao Conselho de Justiça por comportamento incompatível com o exigido da magistratura. Ele trabalha para um partido político, distorce declarações e depoimentos tomados em juízo e os utiliza na imprensa para atingir a honra dos que se opõem ao PT.

Repito, com todas as letras, que não tenho e nunca tive relações com João Arcanjo Ribeiro e sua organização. Não conheço seus empregados e nem seus operadores. Não há registro de um único telefonema trocado entre nós. (Se houvesse, Julier já teria detectado) Jamais recebi dele ajuda ou doações de campanha. Não lhe devo nada, nem visita.



Em 2003, pedi ao Banco Central investigação sobre as factoring pertencentes a Arcanjo e denunciei ao então ministro Miro Teixeira que a organização criminosa seria proprietária de emissoras de rádio em Cuiabá. Uma das rádios, aliás, foi fechada pelo Ministério das Comunicações. Dediquei 21 páginas do voto em separado que apresentei à CPMI do Banestado ao crime de evasão de divisas promovido por Arcanjo e suas empresas. Como senador e integrante da CPMI, adotei ou aprovei 56 medidas para investigar Arcanjo. Eu não tomaria tais atitudes, se tivesse qualquer relação de comercial, política ou de amizade com ele. Até por uma questão de caráter!

Julier tenta me envolver com Arcanjo para desviar a atenção sobre o PT. O povo sabe: quem tem relações com o jogo e com o crime organizado e com o caixa 2 é o PT e seu amigo íntimo, Alexandre Cesar. As denúncias estão aí. E não são suspeitas, não. São fatos, investigados e provados.

No Rio Grande do Sul, os bicheiros deram o dinheiro para a compra da sede do PT e, em troca, a polícia do então governador Olívio Dutra não combatia o jogo do bicho.


No curto governo de Benedita da Silva, no Rio de Janeiro, os donos de bingos mandavam na Loterj, cujo diretor era o conhecido Waldomiro Diniz, e contribuía para as campanhas eleitorais do PT.

Waldomiro, amigo dos donos de bingo, virou assessor do ex-ministro José Dirceu no Palácio do Planalto, até ser demitido com a divulgação daquela fita de sua conversa com Carlinhos Cachoeira.

Os bingos paulistas contribuíam com um milhão de reais para a campanha de Lula em 2002, segundo informação de um ex-assessor do ministro Palocci na prefeitura de Ribeirão Preto na CPI do Bingo.

Em Mato Grosso, a operação Curupira prendeu o superintendente do Ibama, que confessou ter feito arrecadação para a campanha de Alexandre César. Estranhamente, o zeloso juiz Julier calou-se. Não investigou, não mandou fazer busca e apreensão na sede do PT e nem no escritório do candidato Alexandre César.

Em São Paulo, o ex-prefeito de Campinas, Toninho do PT, foi assassinado por quadrilha ligada aos jogos de azar. O ex-prefeito de Santo André, Celso Daniel, foi assassinado pelos corruptos ligados ao PT instalados naquela prefeitura. A CPMI do Banestado descobriu ligações entre a quadrilha de Santo André e João Arcanjo Ribeiro. Através de ofício, informei o juiz Julier e lhe passei os dados que apuramos.



Até 2002, os bingos estavam fora da lei. Lula criou um grupo de trabalho para regulamentar os jogos de bingo e outros jogos de azar. A ex-líder do PT no Senado apresentou projeto para regulamentar o bingo. Arcanjo, que era dono do Bingo Palácio, em Brasília, seria beneficiado pela medida. Com o escândalo de Waldomiro Diniz, o governo teve de desistir da idéia e Ideli retirou seu projeto.

Portanto, se alguém tem relações amistosas com o jogo, se alguém quer legalizar o jogo, se algum partido recebe doações dos bingos e namora com o crime organizado, não somos eu e o PSDB. É o PT, o partido do juiz Julier, quem deve explicações.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas e 30 minutos, a seguinte

ORDEM DO DIA

1

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 532, DE 2003

*(Incluído em Ordem do Dia nos termos
do Recurso nº 1, de 2005)*

*(Em regime de urgência nos termos
do Requerimento nº 1.359, de 2005)*

Continuação da discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 532, de 2003, de autoria dos Senadores João Capiberibe e Paulo Octávio, que *modifica a Lei 9.610, de 19 de fevereiro*

de 1998, que altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências, dispondo sobre a autoria e a utilização de obras audiovisuais.

Pareceres sob nºs

- 2.210, de 2005, da Comissão Diretora, Relator: Senador Antero Paes de Barros, oferecendo a redação do vencido para o turno suplementar;

- 2.234, de 2005, de Plenário, em substituição às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Educação, pela rejeição da Emenda nº 1-Plen.

2

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 140, DE 2005

*(Em regime de urgência, nos termos do
Requerimento nº 1.467, de 2005 - art. 336, II)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 140, de 2005 (nº 4.896/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Presiden-

te da República, que *regulamenta o inciso III do § 4º do art. 153 da Constituição Federal* (autoriza a celebração de convênio entre a União Federal, os Municípios e o Distrito Federal para realização da cobrança e fiscalização do ITR).

(Pendente de parecer da CCJ)

3

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 14, DE 2005

Discussão, em turno único, da Redação Final (apresentada pela Comissão Diretora como conclusão de seu Parecer nº 2.202, de 2005, Relator: Senador Tião Viana), do Projeto de Lei do Senado nº 14, de 2005 (apresentado pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa como conclusão de seu Parecer nº 24, de 2005, Relator: Senador José Maranhão), que *altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, de modo a incluir, na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, a rodovia que especifica.*

4

SUBSTITUTIVO À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 31, DE 2000 (Votação nominal)

Votação, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 31, de 2000, tendo como primeira signatária a Senadora Maria do Carmo Alves, que *altera os incisos XVIII e XIX do art. 7º da Constituição Federal, para conceder licença-maternidade e licença-paternidade em casos de adoção.*

Parecer sob nº 1.861, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, oferecendo a redação para o segundo turno.

5

SUBSTITUTIVO À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 29, DE 2002 (Votação nominal)

Votação, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição

nº 29, de 2002, que *altera o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, com a finalidade de ampliar, até o final do exercício de 2016, a vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) e de dispor sobre o valor mínimo nacional por aluno.*

Parecer sob nº 1.769, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, oferecendo a redação para o segundo turno.

6

SUBSTITUTIVO À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 9, DE 2003 (Votação nominal)

Votação, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que *acresce parágrafo ao art. 183 da Constituição Federal para aumentar, nas cidades com população inferior a trezentos mil habitantes, a extensão das áreas urbanas passíveis de terem a propriedade transferida por usucapião especial.*

Parecer sob nº 1.860, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Maranhão, oferecendo a redação para o segundo turno.

7

SUBSTITUTIVO À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 64, DE 1999 (Votação nominal)

Votação, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 64, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Eduardo Suplicy, que *acrescenta parágrafo ao art. 57 e dá nova redação ao inciso XI do art. 84 da Constituição Federal* (comparecimento do Presidente da República ao Congresso Nacional na abertura da sessão legislativa).

Parecer sob nº 1.941, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Aloizio Mercadante, oferecendo a redação para o segundo turno.

8

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 66, DE 2005***(Votação nominal, caso não haja emendas)*

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador José Jorge (apresentada como conclusão do Parecer nº 2.054, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), que *acrescenta o inciso XVI e o § 2º ao art. 52 da Constituição, para atribuir ao Senado Federal competência para indicar membros do Conselho Diretor ou da Diretoria das Agências Reguladoras.*

9

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 24, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2005 (nº 4.465/2001, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973* (inclui novo trecho na Relação Descritiva das rodovias no Sistema Rodoviário Nacional).

Parecer favorável, sob nº 1.534, de 2005, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Relator *ad hoc*: Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP)

– Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 20 horas e 47 minutos.)

(OS Nº 18678/05)

DISCURSO PROFERIDO PELO SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO NA SESSÃO DO DIA 18 DE NOVEMBRO, DE 2005, QUE, RETIRADO PARA REVISÃO PELO ORADOR, ORA SE PUBLICA.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Como Líder. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, creio que, hoje, marca-se um grande dia para o Senado Federal. Se, em determinado momento, D. Pedro consagrou o Dia do Fico, hoje foi, de certa forma, o “dia do basta”. Havia um quadro e uma situação de humilhação ao Senado da República. As matérias chegavam aqui já sem prazo para as apreciarmos de maneira conseqüente e consistente. Então, nós, aqui, em nome da ajuda à Nação, em nome de méritos que

reconhecíamos em muitas das medidas provisórias que aprovamos na Casa, vínhamos, às vezes, fechando os olhos para o estudo mais detalhado e, portanto, para defeitos que quase sempre emergiram no **day after** das MPs, transformadas em leis que aqui votamos às pressas.

Percebi, Sr. Presidente, que era um sentimento do Senado e não da Oposição esse de consagrar esta sexta-feira como o “dia do basta”. Não me refiro ao fato de que o Governo trabalha até com muita competência, com muita inteligência, sendo claramente minoritário na Casa como é, mas nunca lhe fez mal, nesta Casa, ser minoritário, porque a Oposição jamais negou os seus votos, o seu apoio para aperfeiçoar matérias. Exemplo disso é a reforma tributária, que empacou na Câmara; exemplo disso são tantas medidas provisórias que foram votadas com a nossa ajuda; exemplo disso é a Lei de Falências, que foi também transformada em letra de realidade pela nossa contribuição. Mas hoje é, de fato, em primeiro lugar, o “dia do basta” à humilhação ao Senado da República.

V. Ex^a, com muito coragem, marcou a independência do Poder na semana passada e, de lá para cá, V. Ex^a não mudou; tampouco poderia mudar a Oposição.

Essa matéria, especificamente, é relevante. Estamos discutindo não o mérito, mas a sua admissibilidade. Essa matéria tem pontos, por outro lado, obscuros. Nós não queremos nada que arranhe as liberdades individuais; não queremos nada que signifique concentração exagerada de poder em poucas mãos; não queremos nada que passe sem o crivo de audiências públicas, com consultas a todos os setores interessados, direta ou indiretamente, nessa matéria relevante. Por isso, estamos optando pela não-admissibilidade.

Já soube de declarações de pessoas do Governo, que disseram, lá fora, para os jornalistas, que isso era birra nossa. Eu não vou fazer, aqui, uma discussão política em nível de **playground**. Não vou. Eu vou dizer que é o contrário: seria birra do Governo continuar mandando para cá medidas provisórias, entupindo a pauta do Congresso, assoberbando a pauta do Senado, impedindo a votação mais sábia dos Srs. Senadores e reduzindo o poder de uma Casa que tem o dever, pela própria composição de seus membros, tão experientes e tão capazes, de ser, sim, a Casa do aconselhamento, a Casa da decisão final.

Portanto, Sr. Presidente, foi essa a decisão. Nós estamos prontos para o projeto de lei que nascerá desta Casa e já indico o Senador Sérgio Guerra para

ser o representante do PSDB na primeira reunião que será marcada, sei que com toda a brevidade, por V. Ex^a. Aqui, faremos parecido com o que fizemos com a reforma tributária. Nós lutaremos para aperfeiçoar o texto do Governo; nós lutaremos para oferecer o que de melhor possa servir à Nação em termos de máquina arrecadadora. Queremos maximizar a arrecadação, maximizar e otimizar o combate à sonegação. Queremos uma discussão – vou tomar uma palavra emprestada do Senador Aloizio Mercadante – qualificada, sim, mas com respeito ao Senado.

Portanto, hoje, dia atípico, mas, hoje, dia de afirmação, não da Oposição, mas da vontade soberana do Senado. Hoje, essa matéria tem o destino que merece uma matéria que é relevante mas que não é urgente e, portanto, ela, hoje, é rejeitada pela decisão da maioria do Senado da República, Sr. Presidente. Mas que não digam termos nós alguma coisa contra os pontos positivos. Digam que temos dúvidas graves em relação a pontos obscuros; digam que não aceitamos que se vote algo tão relevante sem audiências públicas; digam que queremos tempo para o estudo, e sei que há Senadores tecnicamente preparados para nos dar a melhor orientação a esse respeito. Queremos ser abordados pelos interessados na matéria, não às pressas, nos corredores, mas em reuniões públicas transparentes, amplas, diante dos olhos e do crivo da Nação brasileira.

Sr. Presidente, aguardo maturidade de parte do Governo, aguardando que o Governo aceite uma derrota que, na verdade, é boa para o País e, se é boa para o País, termina não sendo derrota para o Governo, se é que ele tem boa-fé para com a Nação. Aguardo eu maturidade do Governo; aguardo eu respeito do Governo à vontade majoritária da Casa; aguardo eu que o Governo, detentor de vinte e poucos votos aqui, não se arvore, hoje, em dono de uma verdade que não lhe pertence, até porque a verdade absoluta não pertence a ninguém.

Houve uma manifestação do Senado e não cumpre a não ser o Governo acatar a manifestação livre do Senado da República, neste “dia do basta”, Sr. Presidente, quando aqui estamos, os Senadores, sacrificados. Processa-se a nossa bela convenção, aquela que elege Presidente do Partido, hoje, por aclamação, o Senador Tasso Jereissati, e estamos aqui de vigília, não para fazer uma oração, mas para clamar aos céus, pedindo, Sr. Presidente, exigindo, cobrando respeito ao Senado e oportunidade de discutirmos tecnicamente uma matéria que poderá, sim, servir à Nação, mas que só servirá à Nação de verdade se

tivermos a certeza de que nela não estaria embutido nenhum jabuti que viesse a agredir, goela abaixo dos brasileiros, direitos individuais e prerrogativas que são da nossa cidadania.

A posição do PSDB é esta: a de colaborar com o Brasil sempre, mas não a de dizer amém. Não somos soldados teleguiados por poder algum. Somos independentes e a nossa manifestação independente é de molde a nos responsabilizarmos publicamente por todos os atos que assumimos. Neste momento, assumimos o ato de repudiar essa medida provisória e assumimos o compromisso de aperfeiçoar a idéia, para, com brevidade – a brevidade que a prudência permita –, em pouco tempo, se Deus quiser, termos aquilo que sirva de verdade, de aperfeiçoamento para o sistema arrecadador desse País, Sr. Presidente.

Muito obrigado. Era o que eu tinha a dizer.

DISCURSO PROFERIDO PELO SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO NA SESSÃO DO DIA 24 DE NOVEMBRO, DE 2005, QUE, RETIRADO PARA REVISÃO PELO ORADOR, ORA SE PUBLICA.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Para uma réplica. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Líder Aloizio Mercadante concluiu dando um mote para que eu comece. S. Ex^a diz que reconhece a legitimidade da obstrução não, Senador Eduardo Suplicy, sem antes ter dito, ter sentenciado que S. Ex^a próprio já fez muita obstrução, inclusive ao Orçamento. S. Ex^a agora lembra as consequências severas de um eventual atraso na aprovação da matéria orçamentária. Ou seja, está reconhecendo que tenho este direito e que devo saber pesar muito bem as consequências dos meus atos. Os Senadores que compõem o meu Partido defendem uma posição que é endossada pelo PFL, pelo PDT e pela Senadora Heloísa Helena, e todos nós pesamos a responsabilidade dos nossos atos.

Serei bastante tranquilo: não há pressão alguma sobre o Supremo Tribunal Federal. Não pressão, Senador César Borges.

Vejo, até o momento, cinco votos ilustres e respeitáveis de um lado e cinco votos ilustres e respeitáveis de outro lado. Não vejo nada que me faça desacreditar da honradez e do conhecimento jurídico de nenhum dos dez Ministros que, até o momento, se pronunciaram. Nenhum cuidado eu tenho quanto a esses dois aspectos: conhecimento jurídico e reputação ilibada. Nenhum cuidado eu tenho.

Do mesmo modo, não pretende o PSDB se intrometer na decisão da Câmara dos Deputados. Ela vai poder absolver o Sr. José Dirceu, ou condená-lo, mas ela vai ter que julgá-lo, certamente. É o que ela quer fazer. Em algum momento, ela vai ter de julgá-lo.

Eu diria que insulto ao Supremo praticaria alguém, ou praticaria aquele que porventura pudesse imaginar que o Supremo haveria de impedir o julgamento do Sr. José Dirceu pelos tempos afora. Nunca vai ser julgado o Sr. José Dirceu. Doce sonho de uma noite de verão! Será julgado hoje, amanhã ou depois. Será julgado. Então, insultaria o Supremo aquele que dissesse que o Supremo estaria com algum comprometimento escuso. Ele não está.

O que estou dizendo é que não me intrometo no Supremo, não me intrometo na Câmara, mas o Senado tem direito de se intrometer, sim, nas decisões do Congresso. E a peça magna da formulação parlamentar congressual, bicameral é o Orçamento. Portanto, não entendemos como legítimo que alguém eivado de tantas suspeições possa apor a sua assinatura à peça orçamentária.

Se absolvido, o Sr. José Dirceu estará com o seu mandato tão legitimado quanto o meu e o do Aloizio Mercadante.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Em seguida.

Se condenado, ele não estará aqui para assinar a peça orçamentária. Nas duas hipóteses, consideramos que estaremos fazendo o melhor pela lisura e pela seriedade da votação, e, depois, pela aplicação dessa peça orçamentária. Apenas isso. E ficamos chovendo no molhado.

Tirando o Senador com quem brinco, pelo carinho que tenho por S. Ex^a e que estava ainda há pouco com uma postura de professor de educação moral e cívica do tempo antigo, assim, falando de princípios, tirando isso, S. Ex^a disse que tenho direito de obstruir, diz que é legítimo, que já fez muito, inclusive ao Orçamento. Certa vez, eu disse assim: olha, Senador Mercadante, V. Ex^a não pode reclamar da obstrução que faço – disse no começo, em 2003, o Senador Heráclito Fortes deve se lembrar – porque o PT tem mais horas de obstrução do que urubu de vôo. Não dá para reclamar disso. É legítimo. Não estou fazendo nada ilegal.

Para finalizar, antes de conceder o aparte ao Senador Heráclito Fortes: não me intrometo no Supremo, decida como quiser; o Sr. José Dirceu, portanto, tem direito ao máximo de defesa, ao máximo de tentativa

de se salvar – não condeno isso; a Câmara vai votar quando decidir, mas vai ter de votar, ela quer isso, vai decidir sobre o Sr. José Dirceu. Agora, o PSDB, e agora apoiado pela Oposição nesta Casa, decide – e é legítimo fazer isso –, que se aprova com nosso voto a peça orçamentária depois que a Câmara deliberar sobre o mandato do Sr. José Dirceu. Absolvido, ele assina a peça; condenado, ele não assina a peça, e aí votamos.

Senador Heráclito Fortes, com muita alegria.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Arthur Virgílio, felizmente o Regimento está a favor de V. Ex^a, e V. Ex^a ainda tem 15 minutos. Eu gostaria de concordar com V. Ex^a pela justiça que fez agora ao nosso Senador Tião Viana. O Senador Tião Viana está para o PT e para o Governo, hoje, como aquele jogador Lima estava para o Santos naqueles velhos tempos. No Santos do Pelé, das estrelas, os que só aparecem na hora de cortar a fita. Tinha o Pelé e os craques. Mas, tinha um que era pau-para-toda-obra. Menos no gol, lugar que, acho, nunca jogou. Se o lateral direito era contundido, deslocava-se o Lima; se era no meio-de-campo, botava-se o Lima. O Lima era pau-para-toda-obra. Era até baixinho como ele também. O nosso Tião Viana é o Lima da situação. Toda fria, todo pepino que o PT enfrenta, vai o Lima. Até porque é conciliador como o de lá, é um homem hábil. Não é arestoso. Temos o Lima aqui, defendendo o Governo do Presidente Lula, como o Lima daqueles velhos tempos do Santos defendia o time. Mas, V. Ex^a falando e eu ali, eventualmente, presidindo, me lembrava exatamente da frase que, em seguida, foi repetida por V. Ex^a: “O PT tem mais hora de obstrução nesta Casa do que urubu de vôo”. E o que choca a todos nós é a cara de piedade, é a cara de...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pia! Pia!

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Pia, com que condenam a Oposição hoje na tentativa de fazer obstrução. Repetem, com todo o respeito, aquelas senhoras que, segundo a história, são da profissão mais antiga do mundo, que, após chegar o seu tempo limite de ofício, resolvem entrar na igreja para pregar a bondade, pregar a virtude e condenar aquelas que, por acaso, lhes sigam. Nunca vi uma desfaçatez tão grande por parte do PT. Faziam “apitaço”, agrediam as pessoas aqui na porta. V. Ex^a sabe o que eu mais tenho vontade de ver? V. Ex^a se lembra daquele francês José Bovet que apanhou aqui nos corredores porque combatia os transgênicos? Ele recebeu uma delegação do Governo passado jogando soja nos que chegavam à Casa. Eu

queria ver José Bovet voltar aqui agora e ver o que o PT defende agora e lembrar aqueles tapas, a prisão que sofreu aqui no Brasil por acreditar nesse PT. Isso é cômico. Isso é hilário. A questão de V. Ex^a está muito bem colocada, e acho até que V. Ex^a foi modesto. Entendo que a obstrução deveria ser ampla, geral e irrestrita e não apenas para as questões orçamentárias. Muito obrigado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Senador Heráclito Fortes. Eu agradeço o aparte de V. Ex^a.

Referindo-me ao meu querido amigo, Senador Tião Viana, eu nem o compararia com o Lima. Se fosse meio-de-campo, eu colocaria Zito, Paulo Roberto Falcão...

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Quando o Zito quebrava, o Lima ia para o lugar dele. Até no lugar do Pelé, o Lima jogou. É S. Ex^a aqui.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Eu só acho que o Senador Tião Viana é muito mais craque do que o Lima. Eu diria: Clodoaldo, Zito, Paulo Roberto Falcão.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Substituía a todos eles e fazia gol pra danar!

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Em seguida, concederei um aparte ao Senador Sérgio Guerra, mas eu digo que V. Ex^a tem toda razão. Não é possível o PT fazer conosco esse tipo de acordo. Quando está na Oposição, pode obstruir e fazer o “apitaco”; quando está no Governo, nós não podemos fazer Oposição.

O Senador Mercadante acabou de se contradizer. Ele disse assim: “Eu, Mercadante, já fiz obstrução ao Orçamento” e diz para mim: “E olhe que é grave fazer obstrução ao Orçamento. Tem repercussões terríveis sobre a economia”. Quer dizer, no tempo em que ele fazia, não tinha. Agora, eu não posso fazer porque tem repercussões ao Orçamento.

Agora, é verdade que isso faz parte do jogo parlamentar, mas a nossa decisão tomada é esta: respeito ao Supremo – decida como quiser e quando quiser; respeito à Câmara – vota o que quiser. No entanto, nós só queremos votar o Orçamento quando houver a decisão sobre o Sr. José Dirceu.

Não estou prejudgando. Se a Câmara resolver não só salvar o mandato dele, como ainda propor a beatificação dele no lugar de João Paulo II, não tem problema. Cada um faz o que quiser. Mande para lá, e o Vaticano que decida. Aí, vira São José Dirceu – pronto, não tem problema algum.

Agora, entendemos que só devemos votar a principal peça do Congresso, Sr. Presidente, quando tivermos exaurida a dúvida a respeito da legitimidade da assinatura que ele aporia à peça orçamentária. Então, ele é absolvido pela Casa a que pertence. Ótimo, então ele é tão legítimo quanto qualquer outro aqui. Ele é cassado. Ótimo, acabou o problema da legitimidade. Mas, enquanto houver a dúvida, entendemos que não devemos votar a principal peça do Orçamento.

Por isso, coloco-me em discordância em relação ao meu querido colega e companheiro, Senador Heráclito Fortes, por entender que extrapolaríamos se fizéssemos obstrução ampla, geral e irrestrita, por entender que, aí talvez, parecesse que nos estaríamos imiscuindo nos assuntos internos da Câmara. Já o Orçamento, não. O Orçamento é peça do Congresso; é peça de decisão bicameral, as duas Casas reunidas. Portanto, o Senado não tem como não se manifestar sobre o que acha melhor para o Orçamento.

Concedo um aparte ao Senador Sérgio Guerra.

O Sr. Sérgio Guerra (PSDB – PE) – Sr. Presidente, Senador Arthur Virgílio, eu não precisei tomar informações com V. Ex^a sobre essa sua proposta, sua decisão de obstruir a votação do Orçamento, porque tive certeza, desde o primeiro momento, do acerto da sua orientação. O problema não é de direito de defesa, de decisão do Supremo, nem tampouco do fato de o Deputado José Dirceu ter ou não ter culpa, ser ou não ser culpado. O problema central é o seguinte: o Deputado José Dirceu e os que estão ao lado dele trabalham a protelação da votação. Todos sabem disso. Há um programa escrito, planejado – bem planejado, bem escrito e bem desenvolvido – de retardar ao máximo a possibilidade dessa votação. Ao tempo em que se estruturam discussões, faz-se um trabalho de arregimentação dos potenciais cassados. E esse trabalho todo tem por objetivo não apenas livrar o Deputado José Dirceu, mas todos os que estão previstos para processos de cassação. O raciocínio é muito claro. Na eventualidade de o Deputado José Dirceu não ser culpado e, portanto, não ser cassado pelo Plenário da Câmara, não haverá razão para se cassarem os outros. Por que não vai se cassar o Deputado José Dirceu e vai-se cassar o Deputado Professor Luizinho?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Tem que ser devolvido o mandato do Deputado Roberto Jefferson.

O Sr. Sérgio Guerra (PSDB – PE) – Por que cassaram o Deputado Roberto Jefferson? Alguém

vai perguntar: nessa história toda, só quem contou a história foi punido! Essa vai ser a consciência e o julgamento popular dessa festa toda, desse drama todo. Creio que quem tem responsabilidade – e eu sempre tenho a convicção de que o Senador Mercadante a tem – deve atuar para que o Deputado José Dirceu seja julgado; que a votação se dê no mais breve espaço de tempo possível. Não há efetivamente nenhuma agressão à lei, nem ao direito de defesa, se o Deputado José Dirceu for ainda, ao longo deste ano, objeto dessa votação e dessa decisão. Protelar isso para o ano que vem, que é o que está por baixo dessa manobra, é uma ação irresponsável que esconde objetivos ilegítimos e comprometedores para as instituições. O Senador Arthur Virgílio recomenda a não votação do Orçamento. Sou daqueles que pensam que votação de Orçamento nesta Casa tem sido algo que compromete a Casa, o Congresso e as instituições. Votação, construção de relatórios, eu sou absolutamente contrário ao que se vem fazendo aí desde muito tempo, especialmente nos últimos anos. No entanto, a ação de evitar a votação da Lei de Orçamento ou de qualquer votação, para que se crie um ambiente que leve à votação no Plenário da cassação ou não cassação do Deputado José Dirceu, é uma ação responsável, de um Líder que tem todas as condições, como têm também o Líder José Agripino e outros Líderes. S. Ex^a tem, perante nós, Senadores do PSDB, condições de conduzir a sua Bancada para objetivos e ações responsáveis, constitucionais, regimentais, que nada têm contra a lei, muito menos contra o direito de defesa.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Senador Sérgio Guerra, V. Ex^a, com a lucidez de sempre, traz a questão para o prático, para o pragmático. Continuo dizendo que, enquanto o Deputado José Dirceu encontrar brecha legal para prosseguir, que o faça; não me apoquento nem um pouco. Quero que reconheçam a legitimidade do gesto que estamos esboçando, que estamos tomando.

Agora, faço uma pergunta bem simples: o Sr. José Dirceu pretende o quê? Pretende não ser julgado pela Casa a que pertence? Então, estamos falando aqui de respeito ao Supremo, e estou reiterando o meu respeito ao Supremo. E ele está dizendo que não quer ser julgado pela Casa a que pertence? Quem pode, então, decidir sobre o mandato dele senão a Casa a que ele pertence? Então, ele pretende que o seu mandato se esgote sem que a Casa tenha oportunidade de dizer o que pensa dele? Em algum momento ele terá de ser julgado e, nesse momento, estaremos prontos

para votar o Orçamento; nesse momento, votaremos o Orçamento.

A verdade é que o Sr. José Dirceu se tornou um cadáver insepulto. Está aí, não interessa nem ao Presidente Lula. Há uma história de um ter medo do que o outro pode dizer, mas não interessa nem ao Presidente Lula. Está por aí perambulando pelo Brasil, vivendo um mandato fictício, vivendo uma situação pessoal constrangedora e vivendo uma situação política surrealista. Essa é a verdade.

Eu disse ainda há pouco a um querido amigo, colega de Senado: se não há problema com o Sr. José Dirceu, se ele é inocente, se não tem nada, se não tem mensalão, não tem nada, por que não volta para a Casa Civil, pelo amor de Deus? Por que não volta para o convívio do Presidente da República? Por que não volta para o aconselhamento ao Presidente da República, se é tão competente, tão correto, se não fez nada de errado, não tem mensalão, não houve compra de consciência, não houve nada? Por que não volta a exercer as suas atividades? Hoje é um cadáver insepulto que está aí de chicana em chicana, de recurso em recurso; que faça os seus recursos, mas que compreenda o direito que tem a Oposição de não querer votar a principal peça do Congresso, as duas Casas reunidas, Câmara e Senado, sem se decidir sobre essa questão da legitimidade da assinatura do Sr. José Dirceu. Apenas isso.

Falta o voto do Ministro Sepúlveda Pertence, homem honrado sob todos os ângulos de análise, homem de bem como, aliás, são pessoas de bem todas as que integram o Supremo Tribunal Federal. Senador Tião Viana, quero até fazer um elogio aos critérios de escolha do Presidente Lula até este momento, porque até nessa matéria dos quatro que votaram indicados pelo Presidente Lula, dois foram para um lado e dois para outro – sinal de que não houve mesmo nenhuma interferência de fora para dentro, sinal de que foi decisão técnica de cada Ministro. E, para citar dois, cada dia mais passo a admirar o Ministro Carlos Ayres Britto e nunca deixaria de admirar o Ministro Cezar Peluso pela densidade do seu conhecimento jurídico. Portanto, que o Supremo decida e estamos aqui para acatar.

Mas uma prerrogativa dos Senadores que é a de tomar a atitude que está tomando a Oposição tem que ser acatada também. E o Sr. José Dirceu, enquanto isso, que faça tudo que quiser fazer. Até vou dizer algo: se não admiro os atos e objetivos desse cidadão na vida pública, se não tenho – e não tenho mesmo – boa relação pessoal com ele, não tenho, admiro a

sua bravura, a sua valentia, admiro a sua capacidade de resistência. Ele continua um velho lutador, continua o velho lutador dos tempos da luta estudantil, continua uma figura disposta à luta. Não consigo deixar de admirar um adversário desse porte, não consigo deixar de admirar. Apenas, em algum momento, esse adversário terá que ser julgado pelo que dizem que fez.

Se ele tem tanta certeza de que não fez, por que não se apressa ele a pedir o julgamento de seus Pares, para convencê-los de sua inocência? Ou tudo o que a Câmara faz não é legítimo, só é legítimo o que ele diz? Ou a Câmara vai ceder à opinião pública, à pressão da imprensa? Ele se acha acima da lei que sairá da consciência dos Srs. Deputados? É bem simples, é bem tranquilo.

Portanto, Sr. Presidente, creio que está bem posto aqui que estamos dentro da lei, dentro da ordem, dentro da Constituição e tomando uma atitude que é própria de quem, em algum momento interpretando o Regimento, se decide por fazer algo que é legal, constitucional, normal, regimental, que é a obstrução, e, no caso, à principal peça do Congresso, que é o Orçamento da União.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DISCURSO PROFERIDO PELO SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO NA SESSÃO DO DIA 13 DE DEZEMBRO, DE 2005, QUE, RETIRADO PARA REVISÃO PELO ORADOR, ORA SE PUBLICA.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Para uma comunicação inadiável. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Presidente Lula não tem a menor autoridade para dizer que a Oposição brasileira seja golpista. Ele e seu Partido, o PT, estão no banco dos réus, e para avaliar a intensidade da corrupção institucionalizada pelo seu Governo, basta uma rápida leitura dos jornais do dia. São incontáveis as notícias que apontam este Governo como campeão da improbidade.

Vamos aos fatos.

1. O Presidente vai ao Uruguai, diz asneiras, como essa do golpismo – asneira sim, porque, se ele ainda está no Governo, é, pura e simplesmente, porque a Oposição brasileira, responsável como é, o poupou;

2. Em qualquer lugar do mundo, o Presidente, no mínimo, estaria em liberdade condicional;

3. Ao dizer asneiras baseadas em inverdades, Lula presta um desserviço à Pátria, quebra a ética e ainda ri;

4. O Presidente Lula se compraz com a sua amizade a ditadores ou a governantes que seguem a linha da antidemocracia. Acelera seu “aerolula” e perambula por terras que sofrem com a truculência de governantes;

5. Um bom exemplo é a amizade do momento, essa frenética agarrança a Chávez da Venezuela. Não oponho restrições a um bom relacionamento do Brasil com a Venezuela. Com Chávez, sim. E essa restrição existe também lá. Não foi à toa a abstenção de 75% dos eleitores nas recentes eleições ou simulacro de eleições parlamentares venezuelanas;

6. Sobre essas viagens, seria bom e oportuno contabilizar seu custo ao Brasil, um custo inútil. Nenhuma delas resultou em acordos ou “quetais” de relevo para o Brasil. Um exemplo ainda atravessado na garganta do povo ocorreu com a China. Lula “aerolulou” até lá, proclamou, alto e bom som, que a China é a economia de mercado e esperava algum troco, com um eventual apoio, para essa bobagem sem tamanho de uma presença do Brasil no Conselho de Segurança da ONU. Não veio nada, “neca de pitibiriba”. Lula ficou a assobiar sem apito.

Para não dizer que não houve “neres”, houve sim. Os calçados chineses e outras quinquilharias inundaram o Brasil. Uma grande indústria gaúcha de sandálias fechou as portas.

Vou agora direto ao assunto “golpismo”.

É pouco provável que o Presidente abandone essa pregação oca, que é a versão contemporânea do famoso festival de besteiras identificado por Stanislaw Ponte Preta, num passado que já se supunha esvaziado. Ressurgiu com mais força “made in Lula”.

O mais incrível é que líderes de seu Partido, que a Nação até respeita, reforcem essa cantilena monótona, que não passa de melopéia fastidiosa, uma arenga do tamanho da burrice que impera no Palácio do Planalto.

Ao contrário do que Lula disse e alguns petistas referendaram, a Oposição não quis e nem pensou em *impeachment*. A propósito e para refrescar a mente de petistas que hoje fervem no caldeirão do tempero corrupto criado por eles mesmos, peço a transcrição

de um trecho de artigo do jornalista Mauro Chaves, publicado ontem no **O Estadão**, Sr. Presidente.

Além de contumaz prevaricador, o Governo Lula revela-se incompetente. Nada fez, nada fará até o final do mandato. Essa incompetência está igualmente no noticiário de todos os jornais.

Embora haja dinheiro, embora tudo neste País esteja caindo pelas tabelas, das rodovias às universidades públicas, ao atendimento à saúde, este Governo vem sendo uma negação em investimentos, como mostra esta manchete do jornal **O Estado de S. Paulo**, de ontem: “Governo Lula é o que menos investiu desde o regime militar”.

Por falar em Saúde, é de estarrecer a informação veiculada ontem por todos os jornais, dando conta de uma pesquisa sobre malária na região Norte, mais precisamente no Amapá. Ali, com o beneplácito do Governo Lula, pessoas simples de uma população pobre estão sendo transformadas em cobaias humanas.

A pesquisa teria à frente a universidade da Flórida, mas também diversas ONGs, além de contar com a autorização do Comitê Nacional de Pesquisas com seres humanos, órgão do Ministério da Saúde.

Naquela região, segundo o noticiário, os ribeirinhos recebiam R\$12,00, Senadora Heloísa Helena, para ficar com o braço ou a perna expostos aos mosquitos **Anopheles**, transmissores da malária.

Por que não o braço ou a perna de Lula? Assim, ele sentiria na pele, literalmente, o que significa essa crueldade, essa desumanidade medieval contra seres humanos.

Já ouvi, a respeito, o protesto do Senador Cristovam Buarque, que anunciou a convocação do Ministro da Saúde para contar direito essa história perante a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Se eu quisesse, ficaria uma tarde inteira relatando os desvios, os desmandos e a incompetência do Presidente Lula e de seu Ministério. Notícia há a todo instante, como essa idéia de aumentar o preço das ligações telefônicas em percentuais superiores a 150%. Isso também está nos jornais.

Sr. Presidente, para não dizer que é só a Oposição que fala em espinhos de flores, ou seja, dos endiabrados erros do Governo Lula, limito-me a ler as notícias desse fim de semana, um rosário de malfeitos, orquestrados por um Governo que, depois, vem com essa gracinha de chamar a Oposição de golpista.

Felizmente, é pregação – ou praga – que vem de baixo!

Golpismo é o que pratica este Governo, com suas tantas tentativas de cercear a liberdade de expressão do Brasil.

(Interrupção do som.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, concluirei em seguida.

Vamos ao rosário de desastres que o Governo Lula comete a cada minuto que passa. É só marcar o tempo e conferir. Pipoca uma corrupção aqui, uma licitação malfeita acolá e, em meio a tudo isso, os improvisos do Presidente que sempre dão em diatribes.

Para poupar tempo, peço também a inscrição nos Anais das manchetes das notícias dos jornais exibindo os despautérios, os desacertos, os desencontros, a incompetência, a falta de sinceridade, a falta de honestidade, a falta de integridade, a falta de honradez deste Governo que aí está.

O Governo chega a permitir que ribeirinhos, amazônidas como eu, ribeirinhos do Amapá, do Senador Papaléo Paes, por R\$12,00 por cabeça, sirvam de cobaias para estudo na Flórida sobre malária. Ou seja, ficam com os braços e as pernas expostos ao **Anopheles**, ao mosquito transmissor da malária. E recebem R\$12,00 por isso. Tenho a impressão de que o Presidente faria melhor se transformasse em voluntários esses seus Ministros incompetentes, cada um deles se deixando picar pelo *anophelino*. Como eles não trabalham mesmo, ficariam em casa, doentes de malária, mas não tirariam da pesca, da caça, da agricultura, figuras inocentes, cidadãos inocentes para os quais R\$12,00 significam muito.

Isso que eles estão fazendo é uma prática nazista. Isso é uma prática nazi-fascista. Isso significa uma prática de desrespeito ao ser humano e que me faz oficiar, neste momento, às principais entidades de defesa do direito da pessoa humana com sede neste País e me faz escrever também ao Ministro da tal Pasta de defesa dos direitos da pessoa humana, ex-Deputado Nilmário Miranda, porque era parecida com isso a forma como Hitler agia na Alemanha nazista. Era assim que ele agia, fazendo de cobaias os seus prisioneiros.

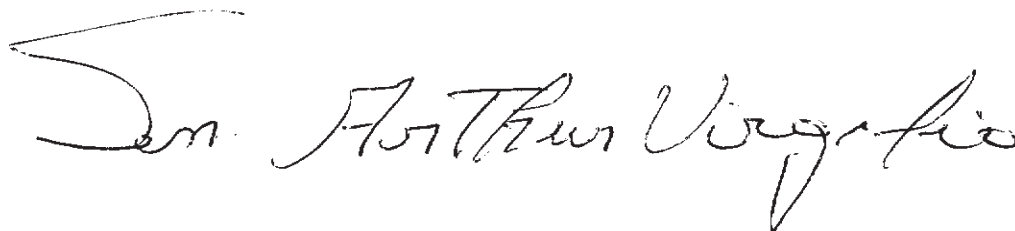
Os brasileiros viraram, no Amapá, prisioneiros de experiências científicas cruéis, desumanas, fascistas, anticristãs, praticadas por um Governo que se dizia a favor dos oprimidos, dos mais pobres e que não tem feito outra coisa a não ser privilegiar os mais ricos. Desta vez, demonstra um desrespeito inigualável, esse cruel desrespeito aos ribeirinhos do Amapá.

É preciso que se dê um basta mesmo! Basta!
Basta de Lula, de aerolula e de ataques desse tipo à
dignidade dos seres humanos.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

*(Inseridos nos termos do art. 210, inciso
I e § 2º, do Regimento Interno.)*

A handwritten signature in black ink, reading "Sen. Arthur Virgílio". The signature is fluid and cursive, with a large initial "S" and a long, sweeping underline.

Senhor Presidente, Senhoras e
Senhores Senadores,

O Presidente Lula não tem a menor autoridade para dizer que a oposição brasileira é golpista. Ele e seu partido, o PT, estão no banco dos réus e para avaliar a intensidade da corrupção, institucionalizada pelo Governo Lula, basta uma rápida leitura dos jornais do dia. São incontáveis as notícias que apontam esse Governo como campeão da improbidade.

Vamos aos fatos:

1.- O Presidente vai ao Uruguai, diz asneiras, como essa do golpismo, asneira sim, porque se ele ainda está no Governo é porque a oposição brasileira, responsável que é, o poupou;

2.- Em qualquer lugar do mundo, o Presidente, no mínimo, estaria em liberdade condicional;

3.- Ao dizer asneiras baseadas em inverdades, Lula presta um desserviço à Pátria, quebra a ética e ainda ri;

4.- O Presidente Lula se compraz com a sua amizade a ditadores ou a governantes que seguem a linha da antidemocracia. Acelera seu *aerolula* e perambula por terras que sofrem com a truculência de governantes;

5.- Um bom exemplo é a amizade do momento, essa frenética agarrção a Chavez da Venezuela. Não oponho restrições a um bom relacionamento do Brasil com a Venezuela. Com Chaves, sim. E essa restrição existe também lá. Não foi à toa a abstenção de 75% dos eleitores, nas recentes eleições parlamentares venezuelanas;

6.- Sobre essas viagens, seria bom e oportuno contabilizar seu custo ao Brasil. Um custo inútil. Nenhuma delas resultou em acordos ou quetais de relevo para o Brasil. O exemplo ainda atravessado na garganta do povo foi com a China. Lula *aerolulou* até lá, proclamou alto e bom som que a China é economia de mercado e esperava algum troco, como um eventual apoio para essa bobagem sem tamanho de uma presença do Brasil no Conselho de Segurança da ONU. Não veio nada, neça de pitibiriba. Lula ficou a assobiar sem apito.

Para não dizer que não houve neres, houve sim. Os calçados chineses e outras quinquilharias inundaram o Brasil. Uma grande indústria gaúcha de sandálias fechou as portas.

Vou agora direto ao assunto *golpismo*.

É pouco provável que o Presidente abandone essa pregação oca que é a versão contemporânea do famoso festival de besteiras identificado por Stanislaw Ponte Preta num passado que já se supunha esvaziado. Ressurgiu com mais força, *made in Lula*.

O mais incrível é que líderes de seu partido, que a Nação até respeita, reforcem essa cantilena monótona, que não passa de melopéia fastidiosa; uma arenga do tamanho da burrice que impera no Palácio do Planalto.

Ao contrário do que Lula disse e alguns petistas referendaram, a oposição não quis nem pensou em impeachment. Leio, a propósito, e para refrescar a mente de petistas que hoje fervem no caldeirão do tempero corrupto criado por eles mesmos, leio um trecho do artigo de ontem do jornalista Mauro Chaves, no *Estadão*:

"É descabida a crítica que se tem feito à oposição, no sentido de que ela está sendo politicamente covarde, ao não tomar a iniciativa de impeachment presidencial - quando há carradas de possibilidades jurídicas para o enquadramento do chefe de Estado e de governo em crime de responsabilidade -, ou está sendo oportunista, deixando o presidente continuar "sangrando" até as eleições, para então abatê-lo, mais facilmente. A esta altura do desastre ético e administrativo, da falsidade de uma alardeada recuperação econômica - que nos deixa lá atrás da média do mundo, no melhor momento histórico que o mundo já teve de crescer -, da falta de valorização do esforço do aprendizado, do desprezo pelo conhecimento e pela experiência, da quebra da majestade - se não da ridicularização explícita - do mais alto Poder da República, não serão algumas cassações de mandatos, suspensões de direitos políticos e mesmo umas merecidas prisõezinhas que irão libertar a alma brasileira da maior de todas as suas históricas frustrações."

Além de contumaz prevaricador, o Governo Lula revela-se incompetente. Nada fez, nada fará até o final do mandato. Essa incompetência está igualmente no noticiário de todos os jornais:

Embora haja dinheiro, embora tudo neste país esteja caindo pelas tabelas, das rodovias às universidades públicas e do atendimento à saúde, esse Governo vem sendo uma negação em investimentos, como mostra esta manchete do jornal *O Estado de S.Paulo* de ontem:

11/12/05

O ESTADO DE S.PAULO

Domingo, 11 de Dezembro de 2005

Governo Lula é o que menos investiu desde o regime militar

Mesmo que acelere ritmo, ele entrará em 2006 com média de R\$ 11,6 bi de investimentos, menor que a de R\$ 12,5 bi de Figueiredo

E por falar em Saúde, é de estarrecer a informação veiculada ontem por todos os jornais, dando conta de uma pesquisa sobre malária na Região Norte, mais precisamente no Amapá. Ali, com o beneplácito do Governo Lula, pessoas simples de uma população pobre estão sendo transformadas em cobaias humanas.

A pesquisa teria à frente a Universidade da Flórida, mas também diversas ongs, além de contar com a autorização do Comitê Nacional de Pesquisas com seres humanos, órgão do Ministério da Saúde.

Naquela região, segundo o noticiário, os ribeirinhos recebiam R\$ 12 (doze reais) para ficar com o braço ou a perna expostos aos mosquitos *Anopheles*, transmissor da malária.

Por que não o braço ou a perna de Lula? Assim, ele sentiria na pele, literalmente, o que significa essa crueldade, essa desumanidade mediável contra seres humanos.

Já a ouvi, a respeito, o protesto do Senador Cristóvam Buarque, que anunciou a convocação do Ministro da Saúde para contar direitinho essa história perante a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Se eu quisesse, ficaria uma tarde inteira relatando os desvios, os desmandos e a incompetência do Presidente Lula e seu Ministério. Notícia há a todo instante, como essa idéia de aumentar o preço das ligações telefônicas, em percentuais superiores a 150%.

Isso também está nos jornais. E tudo começou com um projeto do Ministério das Comunicações. Disseram que o objetivo era o de universalizar o uso do telefone no País. Mais um canto de sereia, em prejuízo da população.

O Ministro, pelo qual tenho o maior respeito, parece ter pisado na bola. Primeiro, anunciou o fim da cobrança por impulsos, substituídos pelo tempo de uma ligação. E aí vem o reino encantado das sereias: ligação de até um minuto leva o preço lá para baixo. Passou de três minutos, tome aumento! Bom presente de Natal, esse!

Senhor Presidente,

Para não dizer que é só a oposição que fala em espinhos de flores, ou seja, dos endiabrados erros do Governo Lula, limito-me a ler as notícias desse fim de semana. Um rosário de malfeitos, orquestrados por um Governo que, depois, vem com essa gracinha de chamar a oposição de golpista.

Felizmente, é pregação – ou praga – que vem de baixo!

Golpismo é o que pratica esse Governo, com suas tantas tentativas de cercear a liberdade de expressão no Brasil.

Mas vamos ao rosário de desastres que o Governo Lula comete a cada minuto que passa. É só marcar o tempo e conferir. Pipoca uma corrupção ali, uma licitação malfeita acolá e, em meio a tudo isso, os improvisos do Presidente, que sempre dão em diatribes.

O PRESIDENTE

Lula compara adversários a venezuelanos que agiram contra governo de Hugo Chávez

Oposição promove "golpismo", afirma presidente no Uruguai

Sábado, 10 de Dezembro de 2005

Lula chama oposição de golpista e diz que não age como Chávez

Em encontro do Mercosul, no Uruguai, ele compara opositores aos que tentaram derrubar o governo venezuelano em 2002 (O ESTADO DE S. PAULO)

Sábado, 10 de Dezembro de 2005

Presidente é desequilibrado, reage oposição

"Se houvesse golpismo por parte da oposição, ele já teria sofrido processo de impeachment", afirma Aleluia

Alckmin e Serra cobram Lula por caixa 2 do PT

Serra desafia Lula a explicar suas contas

ESCÂNDALO DO "MENSALÃO"/ CONTABILIDADE SUSPEITA

Empresa seria do ramo de bebidas; partido informou ao TSE ter pago por publicidade

Campanha de Lula em 2002 pagou R\$ 796 mil a laranja

Domingo, 11 de Dezembro de 2005

TCU suspeita de crime eleitoral em cartas de Lula

Vannildo Mendes

Às vésperas das eleições municipais de 2004, o presidente Lula postou mais de 17 milhões de cartas para os aposentados e pensionistas de todo o País informando que eles teriam direito ao programa de empréstimo consignado, a juros baixos.

Resolução é cínica, avalia oposição

Alckmin e Serra também reagem e desafiam Lula a explicar caixa 2 do PT

Entidades acusam governo de descaso com movimentos sociais

Relatório do Ibase e de 13 instituições sugere que apoio à reeleição de Lula não será automático,

como em 2002

Segunda-feira, 12 de Dezembro de 2005

Câmara banca PC do B em São Paulo

Cargos de confiança da liderança do partido abrigam também mulher e irmão do presidente da Casa, Aldo Rebelo

Governo Lula é o que menos investiu desde o regime militar

Mesmo que acelere ritmo, ele entrará em 2006 com média de R\$ 11,6 bi de investimentos, menor que a de R\$ 12,5 bi de Figueiredo

Sábado, 10 de Dezembro de 2005

Por R\$ 12, ribeirinhos do Amapá viram cobaias expostas à malária

Moradores recebiam de pesquisadores ligados a universidade dos EUA para expor braços e pernas a picadas de mosquitos. O Governo Lula autorizou.

Domingo, 11 de Dezembro de 2005

Exportam-se cérebros. Perde o País

O problema não é o apagão de energia elétrica, mas sim o apagão intelectual - um desastre capaz de interromper qualquer projeto de desenvolvimento

ESCÂNDALO DO "MENSALÃO"/ O PRESIDENTE

Lula compara adversários a venezuelanos que agiram contra governo de Hugo Chávez

Oposição promove "golpismo", afirma presidente no Uruguai

CLÁUDIA DIANNI

FLÁVIA MARREIRO

ENVIADAS ESPECIAIS A MONTEVIDÉU

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse ontem que seus adversários estão "tentando fazer golpismo" contra ele, a exemplo da ação que resultou na queda momentânea de Hugo Chávez na Venezuela, em 2002.

Ao deixar a 29ª Cúpula do Mercosul ontem, em Montevideu, que incorporou a Venezuela ao bloco, Lula disse que seus adversários dizem que ele age como o presidente Chávez, mas que, na realidade, são eles que se comportam como a Fedecámaras, instituição empresarial que orquestrou o golpe contra Chávez em 2002. A comparação foi motivada por uma entrevista dada pelo presidente à revista "Carta Capital" que começou a circular ontem. "O Chávez é o Chávez, e eu sou eu. Agora, eles estão agindo no Brasil como a Fedecámaras agiu na Venezuela, sem respeitar o jogo da democracia", disse Lula à revista.

Depois de conversar com os jornalistas sobre a entrada da Venezuela no Mercosul, Lula respondeu a uma pergunta sobre a comparação feita à "Carta Capital". "Eu não li a revista", disse, mas, diante da insistência dos jornalistas, completou: "[Fiz a comparação] porque é verdade. Tem alguns que ficam dizendo que eu,

quando vou fazer um ato público, ajo como se fosse o Chávez. Digo sempre, eu não estou agindo como o Chávez. Agora, meus adversários estão agindo como agiu a Fedecámaras contra o Chávez, ou seja, tentando fazer golpismo".

A Fedecámaras é a união nacional das indústrias venezuelanas, equivalente à CNI (Confederação Nacional da Indústria) no Brasil. Em 2002, o então presidente da instituição, Pedro Carmona Escanga, organizou uma greve geral no país que culminou com um golpe contra o governo de Chávez com a colaboração dos generais da Força Armada Nacional.

Chávez foi enviado a uma ilha no Caribe, onde foi preso, e seria enviado para fora do continente por seus opositores. Mas o golpe durou apenas 48 horas. A população saiu às ruas para protestar e militares de baixa patente desobedeceram às ordens dos superiores. Um helicóptero resgatou Chávez da prisão na ilha e o venezuelano voltou ao poder. Carmona está exilado na Colômbia.

Coteminas

O presidente Lula aproveitou a entrevista também para defender a Coteminas, empresa do vice-presidente José Alencar. Para ele, o único problema do negócio foi o PT não ter pago a dívida com a empresa do vice.

"Eu queria aproveitar e fazer justiça não apenas ao José Alencar mas à Coteminas, que fez um acordo comercial com o PT, vendeu camisetas, e o PT tem que pagar à Coteminas. E não caberia à Coteminas querer saber quem é que deu dinheiro para o PT pagar a Coteminas", afirmou.

"O PT deve e tem que pagar, e a Coteminas fez o que tinha que ser feito: foi atrás para receber em uma negociação comercial totalmente normal em qualquer lugar do mundo", disse o presidente. "Agora, qual é a anormalidade?", perguntou. "É que o PT ainda não pagou a Coteminas", completou.

Em 2004, a Coteminas forneceu 2,7 milhões de camisetas ao partido, que totalizaram R\$ 12 milhões, para serem usadas como material de campanha eleitoral.

O PT pagou apenas R\$ 1 milhão, em espécie. O dinheiro não foi contabilizado no partido, apesar de constar dos registros contábeis da Coteminas. O ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares disse que o dinheiro faz parte do caixa dois montado pelo

Galardo desmente que tenha abandonado os ribeirinhos doentes. "Aconteceram três casos graves e essas pessoas foram para clínicas onde receberam todo o atendimento médico", diz. "Os casos comuns de malária só necessitam de medicamentos em casa mesmo", completa.

Allan Kardec Galardo explica que a pesquisa tem por objetivo determinar se o tipo, a presença e a abundância de mosquitos podem ser usados para monitorar e prevenir o controle da malária, além de determinar os fatores potenciais que influem na transmissão da malária.

Para ele, as denúncias têm motivação política. "Estão querendo desestabilizar nosso trabalho. É uma questão política", afirma Allan Kardec, negando-se, porém, a dar nomes. "Não digo os nomes por uma questão ética. Não sou político, sou técnico."

O procurador Haroldo Franco afirma que nenhuma pesquisa pode ser feita usando "isca humana" com risco de causar qualquer tipo de mal aos voluntários. "E neste caso as 'iscas' estão contraindo malária", diz. Porém, para se habilitar a trabalhar na captura de mosquitos, os "voluntários" tiveram de fazer um curso de capacitação com a duração de 40 horas e certificado conferido pela Secretaria Estadual da Saúde. O manual do curso, elaborado pela Fundação Oswaldo Cruz e Fundo Nacional de Saúde para captura, manejo e preservação de anofelinos, afirma que os métodos de coleta podem ser isca humana ou animal.

EM PROJETO

Mesmo assim, o presidente do Conselho Regional de Medicina no Amapá, Dardeg Aleixo, disse estar indignado com a situação e prometeu abrir uma sindicância para apurar o caso. "Isso é inadmissível, pois aproveitam a pobreza dos ribeirinhos da Amazônia para fazer experiência e pôr a vida deles em risco", reclamou. Aleixo disse ainda que mesmo que haja aprovação de uma comissão de ética, o CRM não concorda com o fato de utilizar os ribeirinhos como cobaias. "É um caso inacreditável. Infelizmente, nós brasileiros volta e meia servimos de cobaias", declara.

O professor-doutor José Carlos Tavares, da Universidade Federal do Amapá, disse que este não é único caso que está acontecendo no Estado do Amapá sobre experimentações clínicas usando como cobaia os nativos da Amazônia. No dia 29 de novembro, aconteceu na universidade a primeira reunião para criação do Comitê de Ética em Pesquisa. Este comitê tem como objetivo referendar as pesquisas científicas que envolvem o ser humano e animais de experimentação. "O que não for referendado por este comitê será clandestino e poderá ser questionado em instâncias judiciais", disse. Mas por enquanto, o comitê está apenas em projeto.

O ESTADO DE S. PAULO

11 de dezembro de 2005, p. 1

Exportam-se cérebros. Perde o País

O problema não é o apagão de energia elétrica, mas sim o apagão intelectual - um desastre capaz de interromper qualquer projeto de desenvolvimento

Fred Melo Paiva Francisco Antonio Doria já tinha se cansado dos discursos sobre a perda de competitividade das indústrias brasileiras. Foi então que, diante do espetáculo dos que não cresceram, pediu a palavra: "Temos tido um sucesso inesperado e certamente não desejado em outro aspecto de nosso comércio exterior: a exportação de cérebros". Ministros franziram a testa, empresários e sociólogos cruzaram olhares de interrogação. Francisco foi em frente: contou primeiro a história de um doutor em física que foi dar aulas nos Estados Unidos, já tem o green card e deve se tornar em breve um cidadão americano. Depois fez um relato pessoal da frustrada tentativa de conseguir uma bolsa para seus estudos na área de Lógica. Terminou lembrando um personagem histórico que de tão esquecido ninguém na sala dava notícia de sua existência: "Temos um precedente trágico. Peter Medawar, o Prêmio Nobel cuja

cidadania brasileira o Brasil cassou. Trata-se de evitar, daqui a dez anos, um apagão intelectual que vai afetar a fundo o desenvolvimento do Brasil".

Francisco Antonio Doria, 60 anos, é doutor em Física pela UFRJ. Já foi, ele próprio, um cérebro tipo exportação - como pesquisador das Universidades de Rochester e Stanford, ambas nos Estados Unidos, resolveu os dois problemas matemáticos que o consagraram como um grande nome da ciência no mundo. Embora sua praia sejam os números, foi um dos fundadores da Escola de Comunicação da UFRJ nos anos 80, "quando sua proposta era a convergência entre exatas e humanas". É hoje professor emérito da universidade e pesquisador visitante do Instituto de Estudos Avançados da USP.

Chico Doria vive em Petrópolis desde 1976, porque "matemática precisa de paisagem bonita". Gosta de ficção científica e volta e meia cita Guerra nas Estrelas - acha que esse pessoal acaba por propor questões no fundo importantes. Foi talvez com esse espírito que Chico tenha se insurgido na última reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), órgão de assessoramento da Presidência da República apelidado de Conselhão. Na entrevista a seguir, ele explica sua teoria do apagão intelectual:

Existe realmente uma perigosa evasão de cérebros para o exterior?

Sem dúvida. Esse movimento começou no tempo de Fernando Collor, e o motivo básico é a compressão salarial nas universidades. Pegue um professor titular, aquele sujeito que geralmente é um chefe de pesquisa com muita experiência e que só pelo seu trabalho já está formando pessoas em volta dele. Antes da ditadura, esse professor tinha salário equiparado ao de um ministro do Supremo Tribunal Federal - e um status social correspondente. Hoje, um professor titular de universidade federal, se tiver começado a carreira imediatamente, estará ganhando, líquidos, R\$ 4.000 por mês, talvez menos. Por outro lado, a Comunidade Européia oferece bolsas de doutoramento na ordem de 1.100 euros - ou seja, perto do que recebe o professor já em final de carreira aqui no Brasil. Então, se você é realmente bom e tem uma oferta no exterior, vai embora. É o que está acontecendo.

Além dos baixos salários, o que mais favorece a migração de cientistas brasileiros para o exterior?

As condições de trabalho no País. O sistema político brasileiro é absolutamente insensível ao que se faz aqui em termos de ciências. É o caso, por exemplo, do que acontece com a área de Lógica, que está sendo destruída. Não vejo má-fé nesse processo, mas uma cegueira total. O pessoal do CNPq - estou falando especificamente de seu presidente, Erney Camargo, e também de José Roberto Drugovitch, espécie de diretor-executivo - acha que Lógica é área secundária. Da mesma forma que não conheço uma porção de coisas que se faz na área médica, eles - que são responsáveis pela concessão de bolsas para pesquisas científicas - não sabem que da Lógica depende, entre outros setores, o da computação.

Esse já seria um dos motivos que fazem o País ser mais atrasado nesse campo do que, por exemplo, a Índia?

Sim. Quem faz a política científica no Brasil não percebe que determinadas áreas teóricas dão suporte a áreas aplicadas. Nos últimos cinco anos, uma série de pesquisadores em Lógica, gente de alto nível, tem tido bolsas recusadas ou cortadas - inclusive eu. Vou falar em causa própria, mas acho um absurdo que não tenha recebido um centavo do CNPq para editar um estudo sobre hipercomputação. É uma aposta segura, porque mais cedo ou mais tarde alguém vai construir esse supercomputador que irá colocar no chinelo todos os outros. O Brasil tem de ter um nicho de pesquisa nessa área. No entanto, riram de mim no parecer do CNPq, assinado por um comitê cujo processo de escolha dos membros nunca é muito transparente. Eles me ridicularizaram a ponto de dizer que minha proposta era arrogante e ambiciosa. Foram extremamente grosseiros. Isso mostra, sobretudo, que as pessoas que formularam tal parecer não têm capacidade de entender meu trabalho nem minha área de atuação - aliás, junte o currículo das três pessoas que formam o comitê e compare com o meu. Eu ganho. O desrespeito, porém, não aconteceu só comigo. Outros colegas foram surpreendidos com pareceres igualmente ofensivos. Até o grande matemático Newton da Costa recebeu comunicado em que dizem simplesmente que darão a ele a bolsa porque seria um absurdo recusá-la - mas, ressaltam, o que ele faz não tem a menor importância.

Qual a consequência dessas recusas e cortes de bolsas para a produção científica?

Não poderemos mais formar pessoal. Porque ninguém vai entrar numa área que não tem apoio de órgão oficial. Aluno promissor vai para área que dá bolsa, onde se tem futuro. Nós temos toda a condição de produzir teses interessantes, de propor muitos problemas. Mas, se a coisa não é valorizada no Brasil, por que ficar aqui? Se o aluno está interessado de verdade, ele vai embora.

Os países desenvolvidos estão interessados em acolher essas pessoas?

Vou contar uma história que responde à pergunta. Minha filha, Mariana, é engenheira química. Interessou-se por Economia Ambiental. Descobriu que a Comunidade Européia criou, no norte da Itália, um centro de pesquisa sobre Economia Aplicada. Ela se candidatou, fez a seleção - que é baseada simplesmente em currículo e entrevista - e está lá estudando com uma bolsa. A primeira peculiaridade, ela me diz, é que a língua das aulas e das provas é o inglês. Aqui isso é proibido por lei. São colegas dela um chinês, um vietnamita, uma paquistanesa e gente de todo o continente. O interesse, claro, é que se fixem por lá e ajudem no desenvolvimento da Europa.

Ela quis continuar os estudos no Brasil?

Sim. Mas disseram que a área dela, Engenharia, não era compatível com Economia. Lá fora, essa questão jamais foi levantada. Aqui, a compartimentação das áreas impede, por exemplo, que eu pegue um bom aluno meu que tenha feito Física e sugira a ele uma pós-graduação em Economia. No entanto, conheço vários pesquisadores do exterior que estão modelando processos econômicos em analogia a processos físicos.

Quais as áreas mais afetadas pela fuga dos pesquisadores?

As Ciências Exatas. Eu já estou muito velho. Mas, se estivesse na faixa dos 30 ou 40 anos, certamente estaria considerando a possibilidade de emigrar. E mesmo eu sendo velho, foi me dito no começo do ano por um colega do exterior que, se eu trabalhasse em modelos matemáticos aplicados a sistemas financeiros, teria para mim uma posição fora do Brasil. Estou pensando seriamente em me interessar pela coisa...

Quais os prejuízos dessa saída dos cientistas brasileiros para o exterior?

O primeiro ponto é o seguinte: como se forma um professor? Você pega um aluno talentoso e chama para fazer uma iniciação científica com você. Em geral, oferece uma bolsa para esse aluno. Ai ele vai se interessar pela área e começará a caminhar pelas próprias pernas. Fará mestrado e doutorado. Digamos que termine o doutorado com 30 anos e queira ir para uma universidade pública, onde irá encontrar um ambiente intelectual mais interessante. Nessa hora, ele vai se perguntar quanto estará ganhando com 50, 60 anos. E perceberá que no exterior as possibilidades são muito maiores, mesmo que ele não vá para uma universidade top. E vai embora. Agora, se a universidade está perdendo essa turma, quem vai dar aula daqui a dez anos? Além desse aspecto, veja, por exemplo, a questão da biomassa. Este é um país que recebe sol em todo o território, e portanto um produtor natural. Mas são os Estados Unidos que estão investindo furiosamente nisso. Aqui, era para ter programas prioritários nessa área, porque é óbvio que não vai existir petróleo para sempre. Mas, ao contrário, estamos perdendo competitividade - e talentos.

A política de distribuição de bolsas para pesquisadores piorou ao longo dos anos?

Antes era sem dúvida muito melhor. Primeiro, havia menos gente fazendo pesquisa e, portanto, pedindo bolsa. Depois, a coisa era mais informal - o CNPq acompanhava seus bolsistas a ponto de ficarmos amigos deles. Se havia uma recusa de bolsa, não era feita dessa maneira grotesca de hoje - havia também a preocupação em apontar um caminho para aquele estudante. Hoje em dia o processo virou uma coisa gigante, burocrática e ineficiente. Eles têm, por exemplo, um currículo padrão, o Currículo Lattes. A maioria das pessoas entrega para a secretária do departamento preencher. Quem não pode quebra a

cara. O meu, por exemplo, está incompleto. Preencher um formulário do CNPq é, de resto, um processo infernal. E só é possível fazê-lo se você tiver computador com Windows. Um absurdo! Já vi muito pesquisador bom decidido a nunca mais pedir uma bolsa.

Existe uma política para aumentar o número de doutores no País, ainda que a qualidade desse pessoal seja questionável?

Isso acontece há muito tempo, porque é legalmente exigido das universidades particulares certo número de doutores em seu corpo docente. Como o País funciona em termos de papel e carimbo, então vamos produzir doutores para atender a esse mercado, ainda que não tenham qualidade para obter título algum. Se há uma coisa interessante nos Estados Unidos, é que lá eles não dão bola para papel, mas para a competência das pessoas. Nos EUA, um currículo tem nome, qualificação, título máximo e citações - uma pequena lista de quem citou um trabalho seu e onde apareceu essa citação. Você sabe que no Lattes não tem onde colocar citações a seus trabalhos? O mais importante não tem lá...

Diante desse quadro, qual o panorama da atual produção científica no Brasil?

Há picos isolados: gente muito boa trabalhando na ponta em uma porção de áreas, especialmente aquelas em que somos tradicionalmente bons - a Matemática é muito boa, temos ótimos físicos teóricos, há muito tempo que temos aqui uma medicina de vanguarda. Agora, não há massa crítica - na maioria dessas áreas, você tem dois ou três grandes nomes e uma massa sem o mesmo brilho desses dois ou três.

Essas pessoas despontam em razão de um empenho puramente particular, ou há alguma estrutura capaz de promovê-las a um nível de excelência?

Em uma ou outra área mais organizada - a Matemática é uma delas -, você tem uma rede de sustentação. Mas, de modo geral, são pessoas que brigam por si mesmas, que saem para a luta sozinhas, sobretudo contra a indiferença das pessoas.

O senhor fala da boa performance da nossa Matemática. O Brasil tem uma respeitada participação na área de exatas, não?

A matemática brasileira é muito boa - mas é um grupo isolado, o grupo do Instituto de Matemática Pura e Aplicada e alguns departamentos subsidiários. Há também alguns pequenos grupos de física que são muito bons. A Biofísica brasileira é outra área com notoriedade internacional. Para ciências mais aplicadas, a engenharia de petróleo do Brasil é maravilhosa - mas avançou quase que no tapa.

São áreas em que o apagão intelectual é ainda somente uma ameaça?

Não. Já é possível sentir seus efeitos. Na última reunião do Conselho, falei de um físico teórico de 35 anos que no Brasil nunca teve bolsa - esse pesquisador trabalha com fundamentos da mecânica quântica, e está particularmente interessado em coisas que beiram a ficção científica, como por exemplo a discussão teórica sobre a possibilidade da desintegração do corpo humano e sua reintegração. Essa, como outras, é uma questão de ponta. É um físico que publica muito no exterior e tem currículo impecável. Está como professor visitante em Stanford, esperando uma oportunidade para ficar por lá em definitivo. Ele não faz parte dos grupos que citei, então suas chances com relação a financiamento de pesquisas no Brasil são bem menores. Não estou dizendo que tenha peixada nessas escolhas - faz parte do mecanismo que um grupo forte atrai para si uma grande parte do dinheiro. Agora, resta a quem não faz parte desses grupos duas saídas: abandonar a carreira ou ir embora do País.

O senhor falou da tecnologia de extração de petróleo - é um bom exemplo de parceria entre pesquisadores e a Petrobras. Por que não existem mais parcerias entre empresas privadas e universidades?

Digamos que um industrial brasileiro queira fazer uma grande doação para uma universidade, financiar algum tipo de pesquisa, ou mesmo patrocinar alguma cátedra, como é comum nos Estados Unidos. Do ponto de vista legal, não há um mecanismo que possibilite isso em nenhuma universidade pública, nem

mesmo na USP, que é mais flexível. Enquanto isso, o orientador do meu doutorado recebeu convite para sair da Universidade de Rochester e assumir uma cátedra em Chicago. A universidade, desejando que ele ficasse, conseguiu o patrocínio da Kodak, que tem sede lá. Criaram então a cátedra George Eastman, homenagem ao fundador da empresa. E assim ele pôde ficar, com a obrigação única de dar um curso avançado a cada semestre - e sobre o tópico que quisesse. No Brasil, não temos uma lei como a Rouanet para ciência e tecnologia, alguma coisa que permita abater no imposto de renda eventuais doações. Valoriza-se a atividade artística, mas não a científica. É sintomático do que escreveu Mário Henrique Simonsen em seu livro Brasil 2001: "é um país de beletristas".

O senhor arriscaria uma projeção do País para o dia em que aqui não tivermos mais nenhum pesquisador?

Voltaremos a exportar matéria-prima e importar manufaturados.

ERA O QUE TINHA A DIZER.

D:\Meus Documentos\COMUN LIDERANÇA DIA 12 DEZ 05.doc

Arthur.Virgilio@senador.gov.br

DISCURSO PROFERIDO PELO SR. SENADOR LEONEL PAVAN NA SESSÃO DO DIA 13 DE DEZEMBRO, DE 2005, QUE, RETIRADO PARA REVISÃO PELO ORADOR, ORA SE PUBLICA.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Pela Liderança do PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero, primeiramente, deixar registrado nos Anais da Casa um ofício recebido do Deputado Onofre Agostini, de Curitiba, em Santa Catarina, e da Câmara de Vereadores de Seara, no oeste de Santa Catarina, por intermédio de sua Presidente, Sr^a Lurdes Maria, reivindicando que o SUS seja corrigido. Deixo este pronunciamento para que seja registrado nos Anais da Casa.

Sr. Presidente, o Lula foi fundador do PT, do Partido dos Trabalhadores. Sua Excelência é o Presidente de Honra do PT. Desde que se aposentou, Sua Excelência não fez outra coisa a não ser cuidar do PT. Disputou, por três vezes, a Presidência da República pelo Partido dos Trabalhadores. E os petistas tinham um orgulho enorme de carregar o nome do Lula nas costas, no peito, nas bandeiras, nos carros. Era assim que os petistas faziam com o Lula. O PT, em carta di-

rigida aos brasileiros, mostrava o programa que iriam executar no Brasil, portanto, o PT do Lula e o PT no Governo se comprometeram com o País por meio de uma carta pública. O número do Lula na campanha foi o treze. O treze é o número do PT. Dona Marisa mandou fazer, no jardim do Palácio do Planalto, uma estrela do PT, com rosas vermelhas, depois teve que retirá-lo porque era irregular, porque se constituía em abuso de poder, mas fez isso, dizendo: "Aqui, quem manda é o PT. Quem mora aqui é o PT". O Lula montou um Ministério com quase todos os candidatos derrotados do PT no Brasil inteiro. Aí, correu a boca solta no Brasil que havia se formado um "derrotório" e não um Ministério. O atual Presidente do PT, Berzoini, foi Ministro do atual Governo, aquele mesmo que deixou os velhinhos na fila, que prejudicou muito o Lula, aquele que tomou uma atitude dura. Será que a atitude dele foi do PT ou do Governo? Porque, hoje, o Berzoini preside o PT. Quero chamar a atenção dos idosos por se tratar daquele mesmo que deixou a sua mãe, o seu pai, os seus avós e bisavós na fila, e que hoje é presidente do PT e que participou do Ministério como Ministro do PT.

Olha, o Lula está só. Está certo o PT quando não quer assumir a responsabilidade do péssimo Governo que o atual Presidente realiza: taxas abusivas de juros, a falta de comando, a irresponsabilidade, o desrespeito com o povo brasileiro, o não-cumprimento dos compromissos assumidos em campanhas, projetos que não deram certo, gasto com mídia, desmando, incompetência... Mas, agora que o barco está afundando, que a água passou da proa, está lá em cima, querer fugir – tem um ditado que diz que quando a água bate em cima, os primeiros a sair são os ratos – querer dizer que o PT não é Governo! Querem enganar a quem? Ao povo ou a eles mesmos? Estou usando a tribuna para me solidarizar com o Lula. Não concordo com quase nada que está executando o seu Governo, mas Sua Excelência é o Presidente do Brasil e o Presidente de Honra do PT. Se ninguém do PT assumiu a tribuna para solidarizar-se com o Presidente, eu, da Oposição, quero deixar registrado: Estou com pena do Lula. Não é possível que o Partido que Sua Excelência ajudou a construir, só porque o seu Governo não está dando certo, só porque tudo que está fazendo é errado, queira abandoná-lo!

Eu pergunto: quem será o candidato nas próximas eleições pelo PT? Não vai ser o Lula? Ora, em quem o PT vai votar para Presidente da República nas próximas eleições se o PT não é Governo? O PT não manda? O PT não tem Ministério? O PT não defende este Governo? Aliás, o PT deveria ter reconhecido há muito tempo que o que estavam fazendo não iria dar certo. Deveriam ter desembarcado há mais tempo.

Chamo a atenção para uma matéria publicada no editorial de **O Estado de S. Paulo**, intitulada “O golpismo vem do PT”. Quantas vezes eu ouvi, aqui, dizer que a Oposição queria dar um golpe? Claro, nós nunca dissemos que não somos Oposição; não somos, realmente, Governo. Agora, o PT dizer ao povo brasileiro, melhor, o Berzoini, que foi Ministro, que foi indicado pelo Lula para presidir o PT, será, Senador Antonio Carlos Magalhães, que o Lula não tem razão ao dizer que foi traído? Sua Excelência foi traído de novo, porque Sua Excelência indicou o Presidente do PT e este presidente diz que o PT não é Governo! Mas quem é que o indicou? Candidato de quem ele foi?

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – O pior é que Sua Excelência é traído pelos amigos, mas faz pior, porque trai o Brasil!

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – O Lula está só, Senador Antonio Carlos Magalhães, por isso, solidarizo-me com Sua Excelência!

Presidente Lula, estamos mostrando onde Vossa Excelência errou e continua errando! Nós, aqui, nunca votamos contra os projetos oriundos do Poder Executivo por revanchismo, nunca fizemos Oposição com o fígado! Muitas vezes, aqui, votamos favorável para o bem do Brasil, a favor do Brasil. Mas, agora, o Partido de Vossa Excelência, o PT, negar o próprio pai! O filho, o PT, está negando o próprio pai, o fundador do PT, o Lula. E o PT diz que não é Governo.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Com prazer, ouço V. Ex^a.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Senador Leonel Pavan, quero me solidarizar com V. Ex^a e dizer que temos que olhar, como V. Ex^a mesmo disse, também o lado do PT. Se V. Ex^a diz – e é verdade – que o Governo é tão ruim que nem eles aceitam, é muito difícil que eles tenham essa solidariedade, porque isso não faz parte do passado do PT. V. Ex^a sabe que todos os governos estaduais do PT terminaram rompendo com o próprio PT. Foi assim no Espírito Santo, foi assim em Brasília e em muitos outros lugares. Na realidade, o PT romper com um Governo como o do Presidente Lula que não cumpre suas metas, acho que já deveria ser esperado. Muito obrigado.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – A minha solidariedade ao Presidente é para não deixá-lo totalmente sozinho, já que ninguém do PT veio defendê-lo aqui desta tribuna, porque dizem que não são mais Governo e fazem críticas o tempo todo na televisão, nos jornais, no Partido, não quero deixar o Presidente só. Não concordo com a forma que Sua Excelência está governando o Brasil, e a população irá puni-lo nas próximas eleições. Sua Excelência já perdeu o apoio popular, grande parte do apoio popular, que, certamente, lhe faltará para ser reconduzido à Presidência da República.

Nós não somos que nem o PT, porém, fazemos oposição com responsabilidade.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE
O SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

*(Inseridos nos termos do inciso I e § 2º
do art. 210, do Regimento Interno.)*

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
Comissão de Saúde

of. nº 071/2005

Florianópolis, 18 de outubro de 2005

Exmo.Sr.

Senador Leonel Pavan

MD Senador da República

NESTA

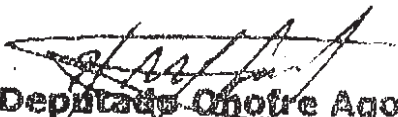
Senhor Senador,

Com os nossos cordiais cumprimentos, aproveitamos a oportunidade para informar que Comissão de Saúde, da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, por intermédio do Senhor Deputado Presidente Onofre Santo Agostini, tem recebido várias reclamações de Hospitais Filantrópicos do Estado de Santa Catarina, a respeito de suas defasagens acumuladas, com o Sistema Único de Saúde – SUS; anexo relatórios dos Hospitais: Santa Isabel, e Fundação Hospitalar de Três Barras, para sua melhor compreensão.

Diante do exposto, e sabedor da paralização Nacional, solicitamos seu empenho priorizando e defendendo a atual conjuntura do SUS – como Sistema de Saúde de todos os Brasileiros.

Na certeza de poder contar com a compreensão, apoio e providências de Vossa Excelência, apresento protesto de estima e apreço.

Atenciosamente,


Deputado Onofre Agostini
Presidente

RH 20130105
Helaine
De Wagner
Pr. Com. Leg
Arquivo

Ofício n.º 426/CMS/AC

Seara, 17 de novembro de 2005.

Senhor senador,

Anexamos, para conhecimento, cópia da Moção n.º 7, de 11 de novembro de 2005, assinada e aprovada por todos os Edis desta Casa Legislativa, na Sessão Ordinária realizada no dia 14 de novembro.

2. Solicitamos que Vossa Excelência se digne dispensar atenção especial ao assunto mocionado, que é de fundamental importância para o nosso município.

Atenciosamente,


Vereadora LOURDES MARIA GAIDA
Presidente

Excelentíssimo Senhor,
Senador LEONEL PAVAN
Ala Senador Teotônio Vilela
Gabinete 14
70165-900 – Brasília - DF

MOÇÃO N.º 7, de 11 de novembro de 2005**CONSIDERANDO QUE,**

Os hospitais filantrópicos vêm sofrendo, de maneira continuada, um brutal déficit na relação estabelecida com o Sistema Único de Saúde – SUS;

O Ministério da Saúde reconheceu oficialmente a defasagem nas tabelas de preços dos SUS de, no mínimo, 110%. Na grande maioria dos hospitais, a partir de realidade comprovada contabilmente, tem-se que, para cada R\$ 100,00 (cem reais) de custos na assistência do paciente do sistema, recebe-se deste, em média, R\$ 55,00 (cinquenta e cinco reais);

A diferença entre custo e receita tem sido suportada pelos hospitais graças a diminutos resultados auferidos na assistência a outros convênios, mas especialmente para o crescente endividamento bancário, inadimplência com fornecedores, práticas salariais insuficientes, não recolhimento de tributos sociais, dilapidação patrimonial, depreciação patrimonial, física e tecnológica, entre outras;

Comparativamente com os prestadores de serviços públicos, próprios do SUS, os custos para o sistema, advindos do segmento privado filantrópico, são absurdamente menores, o que requer a prevalência do interesse da sociedade na otimização e correta aplicação dos recursos;


Apesar de reiterados pleitos para adequações das tabelas do sistema, efetivados ao longo dos últimos 10(dez) anos, até esta data o que se obteve foram medidas paliativas. Constatou-se ainda, a não priorização da atenção hospital, sem qualquer iniciativa de equilíbrio com as demais políticas de gestão do SUS;


Em nosso município o hospital filantrópico, a Beneficência Camiliana do Sul – Hospital São Roque, é o único existente e atende toda a população, sendo inquestionável sua importância.


Diante do exposto, preocupados com a situação, uma comissão de vereadores desta Casa, se reuniu com o diretor do hospital São Roque, deste município, senhor Cláudio Marmentini, que pediu o apoio. Sensibilizados, encaminhamos MOÇÃO DE APOIO aos hospitais filantrópicos, ao excelentíssimo senhor ministro da


Saúde, José Saraiva Felipe, para que analise com cautela a situação enfrentada por esses hospitais e estude a possibilidade de reverter à situação, concedendo o tão almejado aumento nos preços pagos através do SUS.


A presente moção será encaminhada aos deputados federais e senadores representantes do Estado de Santa Catarina, para que envidem esforços possíveis, a fim de que a situação seja revertida e para que a maioria dos hospitais não sofram perdas e sejam obrigados a interromper esse tipo de atendimento, fundamental para a população, especialmente a mais carente.



Lourdes Maria Gaida
Vereadora - PSDB
Presidente da Câmara



Valdir Giaretta
Vereador - PFL



Luiz Antonio Fabrin
Vereador - PMDB

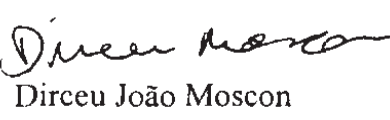

Ernesto Valdecir Gomes
Vereador - PP

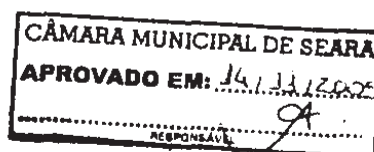
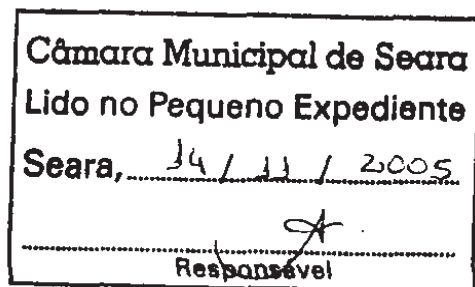

Juraci Antonio Benetti
Vereador - PT


Laci Grigolo
Vereadora - PDT


Guido Luiz Viott
Vereador - PFL


Saul Jung
Vereador - PP


Dirceu João Moscon
Vereador - PT



DISCURSO PROFERIDO PELO SR. SENADOR MARCO MACIEL NA SESSÃO DO DIA 13 DE DEZEMBRO, DE 2005, QUE, RETIRADO PARA REVISÃO PELO ORADOR, ORA SE PUBLICA.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE. Para encaminhar. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, ilustre Senador Mão Santa, Sr^{as} e Srs. Senadores, posso dizer que vi a Sudene nascer. Era estudante universitário e, como líder estudantil, Presidente de DCE e Presidente da União dos Estudantes de Pernambuco, fui às ruas muitas vezes não somente defendendo a sua criação, mas também, posteriormente, buscando fortalecer a instituição, sobretudo quando ela começou a ser atacada por setores que divergiam das políticas que estavam sendo executadas.

Lembro-me do papel de Celso Furtado, que teve, a meu ver, uma importância fundamental no projeto de estruturação da Sudene, e gostaria de citar talvez o primeiro documento que tratou do tema, que se intitulava, se não me engano, “Uma Política para o Desenvolvimento do Nordeste” do GTDN – Grupo de Trabalho para Desenvolvimento do Nordeste. Nesse documento, Celso Furtado fez, uma constatação que era inédita para a região, quando afirma – e eu vou dizer com as minhas palavras, num esforço de síntese – que a questão do Nordeste não era a seca, e sim o subdesenvolvimento. Com isso, queria expressar que, além da seca, que assolava e assola grande parte do território do Nordeste, convivíamos com outras questões estruturais graves, que também, condicionavam nosso processo de crescimento, mesmo em áreas não submetidas à irregularidade pluviométrica, à irregularidade climática.

Então, por esse documento, iniciou-se, uma política bem ordenada, bem tecida, para o desenvolvimento integrado de toda a região, algo, sem precedentes. Talvez o que poderíamos dizer de mais próximo foi o que tentou fazer o ilustre paraibano Epiácio Pessoa, Parlamentar, Ministro do Supremo, grande jurista que esteve na Corte de Haia e foi Presidente da República. Só que o mandato de Epiácio Pessoa, e isso é de conhecimento público, foi de apenas três anos, posto que assumiu o cargo em virtude do falecimento de Delfim Moreira, não podendo realizar, no Nordeste, o trabalho pretendido. À época, década de 20 do Século passado, é de se ver que as dificuldades eram bem maiores. Inclusive, para se fazerem estradas e açudes, teve de importar equipamentos, porque o Brasil não tinha indústria de bens de capital.

Mas voltando ao raciocínio anterior, a Sudene representou, e ainda representa, uma a legenda que para mim tem grande significação.

Depois do GTDN, veio a OPENO – a Operação Nordeste. E, posteriormente, com a criação da primeira agência de desenvolvimento regional, surgem os planos diretores, o primeiro dos quais, se não estou equivocado, aprovado em 1961 no Congresso Nacional, não sem muita resistência, porque, à época, a Sudene encontrou também pessoas que divergiam das políticas que Celso Furtado pretendia implantar.

Eram políticas novas, não convencionais, e era natural que segmentos do Congresso reagissem às propostas que faziam. Mas, devo, Sr. Presidente, dizer que a Sudene depois alcançou um *status* maior, quando, em 1961, João Goulart, no exercício da Presidência, decorrente da renúncia de Jânio Quadros...

(Interrupção do som.)

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – ..., resolve dar ao superintendente da Sudene *status* de ministro de Estado, e isso foi muito importante, porque criou condições para que o seu superintendente, no caso o grande pensador social Celso Furtado, despachasse diretamente com o Presidente da República. Foi o período áureo da Sudene.

Não podemos deixar de reconhecer que, nesse ínterim, Celso Furtado esteve nos Estados Unidos e conversou com Kennedy, que se empolgou com as suas propostas e, de alguma forma, o programa americano Aliança para o Progresso também aportou recursos para a região nordestina. Depois, a Sudene...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador, peço permissão para passar a Mesa ao Vice-Presidente de direito da Casa.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Mas, Sr. Presidente, agora nobre Senador Tião Viana, prosseguindo meu breve relato histórico, diria que, depois, a Sudene conheceu um período de continuidade de seus planos diretores e era um grande foro de desenvolvimento da região. A Sudene era a grande catedral do desenvolvimento do Nordeste. Porque ali, no seu Conselho Deliberativo, reuniam-se não somente os Governadores, mas também Ministros de Estado, representações classistas de empresários e trabalhadores, e suscitava um grande debate na imprensa.

Também, por outro lado, a Sudene começou a sofrer certas restrições, quer na administração dos seus incentivos fiscais, quer na liberação de obras de infra-estrutura. Mas não podemos deixar de reconhecer que a Sudene fez que a Região Nordeste desse um grande salto qualitativo. Primeiro, porque se instalou uma política de planejamento na região, já que inexistiam planos integrados para a região; segundo, porque permitiu a formação de quadros, muitos dos quais ainda se encontram na atual agência. Isto é, a

Sudene permitiu com que se treinassem executivos competentes na administração das finanças públicas, em projetos de desenvolvimento das estatais e de pessoas que posteriormente foram incorporadas às empresas privadas, que também demandavam a existência de recursos humanos qualificados. Daí por que foi importante, por exemplo, o apoio do Ponto 4, subsidiando cursos, como o de Geologia, que não haviam na região – e o meu Estado, Pernambuco, foi beneficiado com escolas desse tipo que atualmente foram incorporadas à Universidade Federal de Pernambuco; cursos de Economia, porque os existentes não gozavam de grande prestígio na região. Isso levou, certa feita, Gilberto Freire a dizer que talvez os melhores economistas eram aqueles que saíam da então Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pernambuco, já que as escolas de Economia eram ainda novas e não estavam habilitadas à plena qualificação dos quadros que o desenvolvimento exigia.

Não sei se posso conceder um aparte ao nobre Senador Alberto Silva.

O Sr. Alberto Silva (PMDB – PI) – Um minuto apenas. Gostaria de parabenizar o discurso que faz agora e dizer que fui testemunha do que a Sudene fez, além de tudo o que V. Ex^a acaba de dizer. Ela estimulou a eletrificação dos Estados. Eu era presidente da empresa de eletricidade do Estado do Ceará, e foi a Sudene que deu a todos nós presidentes daquelas empresas a oportunidade de apresentarmos os projetos e já saíamos com o dinheiro para eletrificar. O Estado de V. Ex^a, o nosso, o Piauí, o Ceará, todos receberam impulsos substanciais da Sudene naquela ocasião. É uma pena que ela tenha chegado ao estado a que chegou. Mas creio que nós aqui com essa missão que estamos tendo – e V. Ex^a discorre muito bem sobre o assunto – temos a oportunidade de colocarmos novamente a Sudene com as melhorias que a experiência nos determinou que fizéssemos. Parabéns.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Nobre Senador Alberto Silva, quero agradecer o curto, mas denso aparte de V. Ex^a e dizer que de fato, quando V. Ex^a chamou a atenção da importância da eletrificação rural, V. Ex^a tem razão. Nos não melhoramos somente a infra-estrutura econômica da região, mas melhoramos também a infra-estrutura física, com estradas e com melhoria também no acesso de todos à energia, inclusive a eletrificação rural. E isso tudo concorreu para o desenvolvimento econômico da região.

E não podíamos deixar de reconhecer, em que pese o Nordeste ainda ser uma região de menor nível de desenvolvimento relativo se comparado com outras regiões do país, que melhorou, e melhorou significativamente, sob a égide da Sudene, pelo esforço integrado

que foi feito, não somente pelo Governo Federal, mas também pelos governadores estaduais.

É lógico, Sr. Presidente, que passados, podemos dizer, mais de 50 anos.

(Interrupção do som.)

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) –da criação da Sudene, ainda convivamos no Nordeste com uma defasagem, um *gap*, um fosso muito grande em relação a regiões mais dinâmicas do País, sobretudo, o Sul e o Sudeste.

E o desafio que nos cabe agora, na semântica dos tempos que vivemos, é justamente fazer com que a Sudene – a nova Sudene que surge agora – seja capaz de responder aos novos desafios, porque uma coisa era um mundo na década de 50, no século passado; hoje é um mundo nos pródromos do século XXI. O mundo mudou e mudou muito. E precisamos nos preparar para novos desafios que são de decorrentes de um grande progresso no campo da ciência e da tecnologia.

Então, estamos agora aprovando o projeto vindo da Câmara, mas enriquecido na Comissão de Desenvolvimento Regional, pelo Senador Antonio Carlos Magalhães e pelo Senador Tasso Jereissati. Almejo que a nova Sudene que ressurgir possa representar de novo o elã que se teve quando ela nasceu, há cerca de cinquenta anos. E, mais do que isso, que nós possamos nos compenetrar da importância de um programa integrado para o desenvolvimento da região. Não é possível, em pleno Século XXI, ainda tenhamos tantas desigualdades como as que existem em nosso País.

É lógico que alguém poderá dizer que temos problemas sociais no Brasil. Mas, certamente, a grande questão social ainda é a nordestina. É lá que se encontra o maior número de pobres em nosso País, quer em termos absolutos, quer em termos relativos. A população nordestina, em termos relativos, já foi maior que no passado. Há sessenta ou setenta anos, a população nordestina representava mais de 40% da população brasileira; hoje, pouco mais de 25%. Mas, se formos avaliar nível de vida, de renda, enfim, sob o ângulo do IDH, verificaremos que no Nordeste ainda há a maior concentração de analfabetos, as mais altas taxas de mortalidade infantil, as maiores carências no campo da habilitação profissional, as maiores taxas de desemprego. Enfim, ainda somos uma região que reclama integração e inclusão social plena, em um processo desenvolvimento orgânico e integrado.

Sr. Presidente, antes de encerrar minhas palavras, registro alguns avanços que a nova proposta – que o Senado certamente acolherá – trará para a Sudene que renasce.

Voltamos à idéia de um plano de desenvolvimento regional, entendido não apenas como crescimento econômico, mas como desenvolvimento social, envolvendo todas as suas variáveis, inclusive nos campos da educação, da ciência e da tecnologia. Por outro lado, o novo Conselho Deliberativo conserva os governadores, mas reduz a sua composição. Um conselho deliberativo muito numeroso, por vezes, tornava mais lento o processo de apreciação das políticas públicas.

Finalmente, chamo a atenção para dois outros pontos que considero importantes. Haverá um processo de acompanhamento, de avaliação, por parte do Congresso Nacional, das políticas que serão desenvolvidas pelo Poder Executivo. É uma espécie de controle externo, se assim posso dizer, para que a Sudene possa ser devidamente monitorada pelos representantes do povo.

Outro ponto que reputo interessante é que serão preservados o FNE e o FNDE. Agora eles ficarão imunes ao contingenciamento, que, infelizmente, é uma política que vem sendo adotada e que se caracteriza talvez como um dos grandes instrumentos econômicos do atual Governo. O contingenciamento chegou a níveis elevadíssimos no atual Governo mercê do acordo feito com o FMI que elevou, em muito, o patamar do superávit primário.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador Marco Maciel, estamos em fase de encaminhamento. Peço a V. Ex^a que conclua.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Estou concluindo, Sr. Presidente.

A exigência do superávit primário levou o contingenciamento não somente dos fundos regionais, mas também até dos fundos para a ciência e tecnologia.

E espero agora, com o projeto aprovado, que o contingenciamento não ocorra mais e que aí possamos executar efetivamente as propostas de desenvolvimento regional, criando condições para que se faça um país menos desigual, mais integrado, enfim, que tenha o que o homem necessita: pão, espírito, justiça e liberdade.

Muito obrigado.

DISCURSO PROFERIDO PELO SR. SENADOR MARCO MACIEL NA SESSÃO DO DIA 13 DE DEZEMBRO, DE 2005, QUE, RETIRADO PARA REVISÃO PELO ORADOR, ORA SE PUBLICA.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pela Liderança do PSDB. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Romeu Tuma, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, assomo à tribuna hoje para fazer um alerta sobre dois assuntos da maior importância que podem

motivar a eclosão de conflitos no meu querido Estado do Pará. Ao iniciar o pronunciamento, Senador Romeu Tuma, faço um apelo à sensibilidade da Ministra Marina Silva, do Meio Ambiente, e do Ministro Márcio Thomaz Bastos, da Justiça, na certeza de que ambos tomarão providências para que possa ser evitada qualquer ação que venha a prejudicar a população do meu querido Estado do Pará.

Sr. Presidente, faço referência, em primeiro lugar, à situação, diria, de total insolvência do segmento madeireiro nacional e, em especial, da região amazônica. Refiro-me aqui, Senador Sibá Machado, àquelas empresas legalmente constituídas que cumprem com a sua obrigação legal, e não a grileiros e àqueles que buscam explorar a floresta de forma a devastá-la, de forma irregular.

Faço aqui um apelo à Ministra, para atender a aprovação dos projetos de manejo da floresta, projetos legalmente apresentados no âmbito do seu Ministério, ao Ibama, com títulos reconhecidos – titularidade das terras reconhecida pelo Incra. Preocupa-me, Senador – e V. Ex^a bem conhece nossa problemática regional -, sobremaneira, que este assunto se arraste praticamente ao longo de todo este ano. Senador Paulo Paim, lembro que, ao assumir o mandato de Senador, uma das primeiras reuniões de que participei foi para atender um conflito generalizado no oeste do meu Estado, no Município de Novo Progresso. As estradas tinham sido interrompidas, prédios públicos ocupados, não só por empresários, mas por trabalhadores do segmento madeireiro que estavam ameaçados, como estão. Milhares deles foram demitidos, por falta de entendimento, por falta de sensibilidade dos órgãos ambientais para liberarem os projetos de manejo, porque tinham sido, naquela altura, suspensos todos aqueles que estavam aprovados legalmente pelo Ibama, pelo Incra e pelo Ministério de Meio Ambiente.

Naquela altura, no início de fevereiro, foi feita uma ata, assinada por todas as pessoas que participaram daquela reunião – Membros do Ministério do Meio Ambiente, do Ministério de Desenvolvimento Agrário, do Incra, do Ibama e de vários órgãos que estavam presentes, além de empresários e de mim. E, os organismos públicos se comprometiam, no prazo de 60 dias, a solucionar o problema. O problema vem-se arrastando, as empresas fechando e demitindo os seus trabalhadores.

Recentemente, em agosto, tivemos uma outra reunião, com a vinda de vários prefeitos do Pará, dos municípios afetados, e de vários parlamentares – Senadores, Deputados Federais e Estaduais -, no Gabinete Civil da Presidência da República, em que, novamente, foi feito o compromisso de o Governo Federal liberar

aqueles planos de manejo, desde que se assinasse um termo de ajuste de conduta com a interveniência do Ministério Público Federal.

Pasme, Sr^a Presidente. Pasmem, Sr^{as}. e Srs. Senadores: os empresários e os trabalhadores esperaram, pacientemente, vários meses, para que esse termo de ajuste fosse finalmente assinado. E isso foi feito. No gabinete da Ministra Marina Silva, em setembro próximo passado, S. Ex^a fez a entrega – eu diria até solene – desse termo de ajuste de conduta, dizendo que, a partir daí, esses planos de manejo seriam liberados. Lamentavelmente, sei que não é a vontade da Ministra, Senador Sibá Machado – eu disse isto a ela –, mas os seus órgãos ligados à área ambiental não têm o menor interesse em atender ao setor empresarial madeireiro e aos trabalhadores. Lamentavelmente, o que se verificou – e hoje vi constatado – é que dos 202 projetos entregues ao Ibama, dentro do termo de ajuste de conduta, apenas dois foram liberados até hoje.

(Interrupção do som.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr^a Presidente, peço a V. Ex^a que me conceda mais um minuto.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Senador Flexa Ribeiro, já lhe foram cedidos mais dois minutos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Porque esses dois assuntos são da maior gravidade ao meu Estado.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Concordo, mas temos muitos inscritos. No entanto, irei conceder a V. Ex^a mais um minuto.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – O superintendente do Incra, na região, Pedro Aquino, disse que os PDS (Projetos de Desenvolvimento Sustentáveis) serão implantados “na marra”, expressão dele publicada nos jornais. Não há necessidade de implantar na marra, porque o setor empresarial apóia a implantação dos PDS.

Mas hoje, Senador Sibá Machado, numa reunião no Ministério de Meio Ambiente, com o Dr. Hummel, do Ibama, ele disse textualmente que nenhum projeto de manejo será liberado, porque naquelas áreas, Senador Jefferson Péres, serão criadas unidades de conservação no futuro. Não dá para entender.

Quero, neste primeiro instante...

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Se a Sr^a Presidente me permitir. Quero dizer, Senador Sibá, que estamos na iminência de um conflito sério na região oeste do Pará. Fica aqui o alerta.

O segundo assunto – e já concedo o aparte ao nobre Senador – a que quero fazer referência é pedir a sensibilidade do Ministro Márcio Thomaz Bastos para um outro conflito que vai grassar no nosso Estado, que se refere à área indígena Apyterewa, no município de São Félix do Xingu, no sul do meu Estado. Novamente, da mesma forma cronológica que eu poderia citar, várias reuniões foram feitas, culminando com a vinda de 300 pequenos agricultores, que se estabeleceram em frente ao Ministério da Justiça. Eles só saíram de lá quando, por intermédio do secretário do Ministério e do representante da Funai, foi elaborada uma ata em que o Ministério da Justiça se comprometia, a partir do dia 16 de novembro, a trabalhar na área com um grupo técnico, para que pudesse ser esclarecida a demarcação em terras, pasmem, Srs. Senadores, em que os índios e os não índios já fizeram acordo na divisão da área. Está feito o acordo, basta apenas que o órgão do Ministério da Justiça o acate.

Portanto, quero fazer novamente este alerta: até hoje, 1^o de dezembro, os técnicos, instituídos na ata assinada no Ministério, não chegaram em São Félix do Xingu, na região oeste. Lamento porque, se forem retirados os pequenos posseiros e agricultores que estão lá – mais de quatro mil pessoas – há dezenas de anos, poderemos ter um segundo conflito no Pará.

Ao encerrar, quero conceder, se a Sr^a Presidente me atender, um aparte ao nobre Senador Sibá Machado.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador Flexa Ribeiro, serei rápido. Em primeiro lugar, a Ministra Marina Silva tem todo interesse em ajudar a resolver aquele problema.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Não tenho dúvida alguma.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Em segundo lugar, vejo duas dificuldades que precisamos encarar de frente. Uma delas é a votação do PL de Florestas, que nos ajudará bastante a ir resolvendo o problema, em parte, fundiário, e, em parte, econômico da exploração florestal mais legalizada. O outro lado é que eu acho que as entidades representativas do empresariado deveriam ajudar a ir afastando aqueles empresários que só têm criado problema. Volto a dizer que nem os trato como empresários. Não tem como não trabalharmos desse jeito, sob pena de acontecer isso. Faz-se uma operação no Estado, que pega um ou dois deles fazendo um tipo de barbaridade e acaba culminando em prejuízo para aqueles que estão em posição legal. Nesse caso, eu pediria a V. Ex^a que pudesse ajudar-nos a encontrar a solução desses problemas. Eu pediria que fizéssemos um esforço para votarmos o PL de Florestas e para que pudéssemos

afastar aquele empresário nitidamente vinculado à desonestidade daqueles que estão nitidamente dentro da legalidade, para que nem um nem outro venha a criar ou tomar o prejuízo a que V. Ex^a está se referindo. O outro assunto que envolve o Ministério da Justiça, até onde compreendo e segundo ouvi falar, é uma área que não pode abrir o precedente de uma negociação que nem os indígenas estariam autorizados a fazê-la, porque é uma lei federal e eles não teriam autoridade para negociar o abandono de uma área que lhes pertencia. Assim sendo, como V. Ex^a me conhece, sou dessa área, estudo um pouco dessa matéria e coloco-me à disposição para ajudar nas negociações, intervir como for necessário. Acompanho o Estado de V. Ex^a por já ter morado lá por oito anos. Conheço um pouco a realidade da Transamazônica, região de Santarém, Altamira etc. Coloco-me à disposição para encontrarmos a solução dos problemas, não só do Pará, mas da Amazônia como um todo.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Senador Sibá Machado, agradeço a V. Ex^a e incorporo ao meu pronunciamento o aparte de V. Ex^a, até porque tenho dito da forma sensata como V. Ex^a tem se posicionado nos vários assuntos em que há discordância de entendimento.

Quero dizer a V. Ex^a – e disse isto no início – que estamos falando dos empresários que cumprem com suas obrigações legais. Não estamos falando de grileiros, não estamos falando daqueles a que V. Ex^a se reportou há pouco.

Queira Deus que eu esteja errado! Que tudo isso que está ocorrendo, com relação aos planos de manejo, não seja pressão para se aprovar o projeto de florestas. Já disse isso pessoalmente à Ministra, que sabe que conta com o nosso apoio. Mas, lamentavelmente, se for questão de negociar uma com outra, vamos endurecer a negociação, porque não deixaremos centenas de empresas ir à falência e milhares de...

(Interrupção do som.)

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Senador Flexa Ribeiro, V. Ex^a tinha cinco

minutos e já está com onze minutos. Há vários Senadores inscritos, inclusive reclamando à minha pessoa do excesso de concessão de tempo, mais do que o dobro. Peço a V. Ex^a que encerre.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Agradeço a V. Ex^a pela generosidade. Só para registro, estou falando pela Liderança, após a Ordem do Dia. Então, acho que tenho mais de cinco minutos.

Concluo, agradecendo e dizendo: aceito a intermediação de V. Ex^a, Senador Sibá Machado...

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Senador Flexa Ribeiro, gostaria de fazer um esclarecimento: ainda não tivemos a Ordem do Dia, portanto, V. Ex^a tem cinco minutos. Aliás, teria.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Desculpe-me, Sr^a Presidente.

Senador Sibá Machado, aceito a sua intermediação para resolvermos os dois conflitos iminentes no Estado do Pará.

Agradeço a generosidade da Presidente.

AGENDA DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL

14-12-2005

quarta-feira

10:00 – Sessão Conjunta do Congresso Nacional destinada à apreciação de Vetos presidenciais e de projetos de lei do Congresso Nacional, com parecer da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Plenário da Câmara dos Deputados

16:00 – Ordem do Dia – Sessão Deliberativa

Plenário do Senado Federal

21:00 – Jantar de Confraternização oferecido aos Senadores

Residência Oficial da Presidência do Senado Federal

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
(52ª LEGISLATURA)

BAHIA		PFL	Heráclito Fortes
PFL	Rodolpho Tourinho	PMDB	Mão Santa
PFL	Antonio Carlos Magalhães	RIO GRANDE DO NORTE	
PFL	César Borges	BLOCO - PTB	Fernando Bezerra
RIO DE JANEIRO		PMDB	Garibaldi Alves Filho
BLOCO - PT	Roberto Saturnino	PFL	José Agripino
PL	Marcelo Crivella	SANTA CATARINA	
PMDB	Sérgio Cabral	PFL	Jorge Bornhausen
MARANHÃO		BLOCO - PT	Ideli Salvatti
PMDB	Ribamar Fiquene	PSDB	Leonel Pavan
PFL	Edison Lobão	ALAGOAS	
PMDB	Mauro Fecury	P - SOL	Heloísa Helena
PARÁ		PMDB	Renan Calheiros
PMDB	Luiz Otávio	PSDB	Teotônio Vilela Filho
BLOCO - PT	Ana Júlia Carepa	SERGIPE	
PSDB	Flexa Ribeiro	PFL	Maria do Carmo Alves
PERNAMBUCO		PSDB	Almeida Lima
PFL	José Jorge	BLOCO - PSB	Antonio Carlos Valadares
PFL	Marco Maciel	AMAZONAS	
PSDB	Sérgio Guerra	PMDB	Gilberto Mestrinho
SÃO PAULO		PSDB	Arthur Virgílio
BLOCO - PT	Eduardo Suplicy	PDT	Jefferson Péres
BLOCO - PT	Aloizio Mercadante	PARANÁ	
PFL	Romeu Tuma	PSDB	Alvaro Dias
MINAS GERAIS		BLOCO - PT	Flávio Arns
PL	Aelton Freitas	PDT	Osmar Dias
PSDB	Eduardo Azeredo	ACRE	
PMDB	Wellington Salgado Oliveira	BLOCO - PT	Tião Viana
GOIÁS		P - SOL	Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	Maguito Vilela	BLOCO - PT	Sibá Machado
PFL	Demóstenes Torres	MATO GROSSO DO SUL	
PSDB	Lúcia Vânia	PDT	Juvêncio da Fonseca
MATO GROSSO		BLOCO - PT	Delcídio Amaral
Sem Partido	Luiz Soarez	PMDB	Ramez Tebet
PFL	Gilberto Goellner	DISTRITO FEDERAL	
BLOCO - PT	Serys Slhessarenko	PP	Valmir Amaral
RIO GRANDE DO SUL		Sem Partido	Cristovam Buarque
PMDB	Pedro Simon	PFL	Paulo Octávio
BLOCO - PT	Paulo Paim	TOCANTINS	
BLOCO - PTB	Sérgio Zambiasi	PSDB	Eduardo Siqueira Campos
CEARÁ		PSB	Nezinho Alencar
PSDB	Reginaldo Duarte	PMDB	Leomar Quintanilha
Sem Partido	Patrícia Saboya Gomes	AMAPÁ	
PSDB	Tasso Jereissati	PMDB	José Sarney
PARAÍBA		BLOCO - PSB	João Capiberibe
PMDB	Ney Suassuna	PMDB	Papaléo Paes
PFL	Efraim Moraes	RONDÔNIA	
PMDB	José Maranhão	PMDB	Amir Lando
ESPÍRITO SANTO		BLOCO - PT	Fátima Cleide
PMDB	João Batista Motta	PMDB	Valdir Raupp
PMDB	Gerson Camata	RORAIMA	
PL	Magno Malta	PTB	Mozarildo Cavalcanti
PIAUÍ		PDT	Augusto Botelho
PMDB	Alberto Silva	PMDB	Romero Jucá

12-9-2005

SECRETARIA DE COMISSÕES		
Diretora	Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz	Ramais: 3488/89/91 Fax: 1095

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO		
Diretor	Wanderley Rabelo da Silva	(Ramal: 3623 – Fax: 3606)
Secretários	Francisco Naurides Barros	(Ramal: 3508)
	Hermes Pinto Gomes	(Ramal: 3510)
	Irani Ribeiro dos Santos	(Ramal: 4854)
	Verônica de Carvalho Maia	(Ramal: 3511)
	José Augusto Panisset Santana	(Ramal: 4854)
	Izaías Faria de Abreu	(Ramal: 3514)
	Angélica Passarinho Mesquita	(Ramal: 3501)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS		
Diretor	Sérgio da Fonseca Braga	(Ramal: 3507 – Fax: 3512)
Secretários	Maria de Fátima Maia de Oliveira	(Ramal: 3520)
	Ivanilde Pereira Dias de Oliveira	(Ramal: 3503)
	Maria Consuelo de Castro Souza	(Ramal: 3504)
	Rilvana Cristina de Souza Melo	(Ramal: 3509)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES			
Diretor	José Roberto Assumpção Cruz		(Ramal: 3517)
Secretários	CAE	Luiz Gonzaga Silva Filho	(Ramal: 4605)
	CAS	Gisele Ribeiro de Toledo Camargo	(Ramal: 4608)
	CCJ	Gildete Leite de Melo	(Ramal: 3972)
	CE	Júlio Ricardo Borges Linhares	(Ramal: 4604)
	CMA	José Francisco B. de Carvalho	(Ramal: 3935)
	CDH	Altair Gonçalves Soares	(Ramal: 1856)
	CRE	Maria Lúcia Ferreira de Mello	(Ramal: 4777)
	CI	Celso Antony Parente	(Ramal: 4354)
	CDR	Ednaldo Magalhães Siqueira	(Ramal: 3517)
	CRA	Marcello Varella	(Ramal: 3506)

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.

(Ato do Presidente nº 8, de 2005)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA

Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA

Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO

Ana Júlia Carepa – PT/ PA
Eduardo Suplicy – PT/SP
Fátima Cleide – PT/RO
Flexa Ribeiro – PSDB/PA
Luiz Otávio – PMDB/PA
Demóstenes Torres – PFL/GO
Serys Shessarenko – PT/MT
Sibá Machado – PT/AC

Prazo Final: 18.3.2005

Designação: 16.2.2005

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB
Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. João Ribeiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
Almeida Lima – PSDB	7. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotônio Vilela Filho – PSDB
PMDB	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Hélio Costa
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Romero Jucá	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
Maguito Vilela	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Papaléo Paes
José Maranhão	8. João Batista Motta
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	3. Antonio Carlos Valadares
Eduardo Suplicy	4. Roberto Saturnino
Fernando Bezerra	5. Flávio Arns
João Capiberibe	6. Siba Machado
Patrícia Saboya Gomes	7. Serys Slhessarenko
PDT	
Osmar Dias	Jefferson Peres

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE TURISMO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 18:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente:
Vice-Presidente:
Relator:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
(21 titulares e 21 suplentes)*

Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB
Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PPS

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. César Borges – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Marco Maciel – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Romeu Tuma – PFL
Roseana Sarney – PFL	6. (vago) – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Almeida Lima – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Arthur Virgílio – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	11. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
João Batista Motta	1. Hélio Costa
Mário Calixto	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Romero Jucá
Papaléo Paes	6. Gerson Camata
(vago)	7. (vago)
(vago)	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Cristovam Buarque
Antonio Carlos Valadares	2. Ana Júlia Carepa
Flávio Arns	3. Francisco Pereira
Ideli Salvatti	4. Fernando Bezerra
Marcelo Crivella	5. Eduardo Suplicy
Paulo Paim	6. Fátima Cleide
Patrícia Saboya Gomes	7. Mozarildo Cavalcanti
Siba Machado	8. João Capiberibe
PDT	
Augusto Botelho	1. Juvêncio da Fonseca
(vago)	2. (vago)

* De acordo com a Resolução nº 1, de 22.02.2005, a composição da Comissão de Assuntos Sociais foi reduzida de 29 para 21 membros.

Secretário: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: Quintas – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO MEIO AMBIENTE
(8 titulares e 8 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE SAÚDE

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL

Vice-Presidente: Senador Maguito Vilela - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
Almeida Lima – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Osmar Dias – PDT (cedida pelo PSDB)	9. Geraldo Mesquita Júnior – s/ partido (cedida pelo PSDB)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Hélio Costa
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Maguito Vilela	4. Gérson Camata
Romero Jucá	5. Leomar Quintanilha
Pedro Simon	6. Garibaldi Alves Filho
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aloizio Mercadante	1. Delcídio Amaral
Eduardo Suplicy	2. Paulo Paim
Fernando Bezerra	3. Sérgio Zambiasi
Francisco Pereira	4. João Capiberibe
Ideli Salvatti	5. Siba Machado
Antonio Carlos Valadares	6. Mozarildo Cavalcanti
Serys Slhessarenko	7. Marcelo Crivella
PDT	
Jefferson Peres	1. Juvêncio da Fonseca

Secretária: Gildete Leite de Melo

Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa

Telefone: 3113972 Fax: 3114315

E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

**3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM
CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA
PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR
(5 membros)**

**3.2) SUBCOMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator: Geral:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE

PRESIDENTE: SENADOR GERSON CAMATA
VICE-PRESIDENTE: SENADOR AUGUSTO BOTELHO

(27 TITULARES E 27 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES	
BLOCO DA MINORIA (PFL e PSDB)			
DEMÓSTENES TORRES - PFL	GO-2091/99	1-ROSEANA SARNEY - PFL	MA-3070/4171
JORGE BORNHAUSEN - PFL	SC-4206/07	2-GILBERTO GOELLNER – PFL	MT-2272/2275
JOSÉ JORGE - PFL	PE-3245/47	3-CÉSAR BORGES - PFL	BA-2213/2217
MARIA DO CARMO ALVES - PFL	SE-1306/4055	4-JOSÉ AGRIPINO - PFL	RN-2361/62
EDISON LOBÃO - PFL	MA-2311/13	5-MARCO MACIEL - PFL	PE-5710/24
MARCELO CRIVELLA – PMR (2)	RJ-5225/90	6-ROMEU TUMA - PFL	SP-2051/57
TEOTÔNIO VILELA FILHO - PSDB	AL-4685/1102	7-EDUARDO AZEREDO – PSDB	MG-2321/23
GERALDO MESQUITA – P-SOL (1)	AC-1078/1278	8-SÉRGIO GUERRA - PSDB	PE-2382/2385
LEONEL PAVAN - PSDB	SC-4041/14	9-LÚCIA VÂNIA - PSDB	GO-2038/2844
REGINALDO DUARTE – PSDB	CE-1149/3249	10-TASSO JEREISSATI - PSDB	CE-4846
PMDB			
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	MG-2244/2245	1-AMIR LANDO	RO-3130/3132
ÍRIS DE ARAÚJO	GO-1132/1440	2-GARIBALDI ALVES FILHO	RN-2371/77
VALDIR RAUPP	RO-2252/53	3-(VAGO)	
GERSON CAMATA	ES-1403/3204	4-PAPALÉO PAES (5)	AP-3252/2984
SÉRGIO CABRAL	RJ-2432/34	5-MÃO SANTA	PI-2334/36
JOSÉ MARANHÃO	PB-1892/2231	6-LUIZ OTÁVIO	PA-3050/4393
NEY SUASSUNA	PB-1892/2231	7-ROMERO JUCÁ	RR-2111/17
GILBERTO MESTRINHO	AM-3104/3106	8-(VAGO)	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB e PL) (4)			
AELTON FREITAS - PL	MG-4740/5067	1-(VAGO)	
PAULO PAIM - PT	RS-5227/5232	2-ALOÍZIO MERCADANTE - PT	SP-1313/5198
FÁTIMA CLEIDE - PT	RO-2391/97	3-FERNANDO BEZERRA – PTB (3)	RN-2461/2464
FLÁVIO ARNS - PT	PR-2402/05	4-DELCÍDIO AMARAL – PT	MS-2451/2455
IDELI SALVATTI - PT	SC-2171/72	5-ANTÔNIO CARLOS VALADARES-PSB	SE-2201/2206
ROBERTO SATURNINO - PT	RJ-4229/4231	6-MAGNO MALTA - PL	ES-4161/1654
MOZARILDO CAVALCANTI – PTB(3)	RR-4078/1160	7-PATRÍCIA SABOYA GOMES – PSB	CE-2301/2302
SÉRGIO ZAMBIASI – PTB (3)	RS-1207/1607	8-JOÃO RIBEIRO - PL	TO-2161/63
PDT			
AUGUSTO BOTELHO	RR-2041/48	1-JUVÊNCIO DA FONSECA (6)	MS-1128/1228

OBSERVAÇÕES:

(1) VAGA CEDIDA PELO PSDB

(2) VAGA CEDIDA PELO PFL

(3) O PTB DEIXOU DE INTEGRAR O BLOCO DE APOIO AO GOVERNO EM 08/06/05

(4) O PPS DEIXOU DE INTEGRAR O BLOCO DE APOIO AO GOVERNO EM 24/06/05

(5) O SENADOR PAPALÉO PAES PASSOU A INTEGRAR A BANCADA DO PSDB

(6) O SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA PASSOU A INTEGRAR A BANCADA DO PSDB

REUNIÃO: 3ª FEIRA ÀS 11:00 HORAS
SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES
TELEFONES DA SECRETARIA: 3311-4604/3498
FAX: 3311-3121
E-MAIL: julioric@senado.gov.br

SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 3311-3276

ATUALIZADA EM: 27/10/2005

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
(12 titulares e 12 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
(9 titulares e 9 suplentes)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	
TITULARES	SUPLENTES

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 311-3276 Fax: 311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(7 titulares e 7 suplentes)

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE
(7 titulares e 7 suplentes)

**5) - COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE**
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Leomar Quintanilha - PMDB
Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro - PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
João Ribeiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Almeida Lima – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	4. Leonel Pavan – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	5. (vago)
Flexa Ribeiro – PSDB	6. (vago)
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valmir Amaral
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. (vago)
Valdir Raupp	4. (vago)
Leomar Quintanilha	5. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Mozarildo Cavalcanti
Ana Júlia Carepa	2. Cristovam Buarque
Delcídio Amaral	3. (vago)
Ideli Salvatti	4. (vago)
Serys Slhessarenko	5. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE OBRAS INACABADAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSSEGUIMENTO DAS
INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À
DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) - COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Juvêncio da Fonseca - PDT
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral - PMDB

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. Demóstenes Torres – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
José Agripino – PFL	4. Marco Maciel – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	6. Almeida Lima – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Luiz Otávio
Valmir Amaral	2. Maguito Vilela
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Cristovam Buarque	1. Serys Shhessarenko
Fátima Cleide	2. Siba Machado
João Capiberibe	3. Antonio Carlos Valadares
Marcelo Crivella	4. Mozarildo Cavalcanti
Paulo Paim	5. Francisco Pereira
PDT	
Juvêncio da Fonseca	1. Osmar Dias

Secretária: Maria Dulce V. de Queirós Campos
Telefone 3111856 Fax: 3114646
E – Mail: mariadul@senado.br .

7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PT
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
João Ribeiro – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho*	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. Ramez Tebet
Mão Santa	3. Valdir Raupp
Hélio Costa	4. Valmir Amaral
Gerson Camata	5. Mário Calixto
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Cristovam Buarque	1. Marcelo Crivella
Eduardo Suplicy	2. Flávio Arns
Mozarildo Cavalcanti	3. Aelton Freitas
Roberto Saturnino	4. Ana Julia Carepa
Sérgio Zambiasi	5. Fernando Bezerra
PDT	
Jefferson Peres	1. Osmar Dias

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.

E – Mail: luciamel@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
João Ribeiro – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	8. Almeida Lima – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Ney Suassuna
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valdir Amaral	4. João Batista Motta
Gilberto Mestrinho*	5. Mário Calixto
Mão Santa	6. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Francisco Pereira	2. Paulo Paim
João Capiberibe	3. Fernando Bezerra
Mozarildo Cavalcanti	4. Fátima Cleide
Serys Selhessarenko	5. Sérgio Zambiasi
Siba Machado	6. (vago)
Aelton Freitas	7. (vago)
PDT	
Juvêncio da Fonseca	1. Augusto Botelho

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretário: Celso Parente
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3114607 Fax: 3113286
E – Mail: cantony@senado.gov.br.

9) - COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. João Ribeiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Reginaldo Duarte – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho*	1. Ney Suassuna
Papaléo Paes	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Leomar Quintanilha
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Ana Júlia Carepa	1. João Capiberibe
Fátima Cleide	2. Delcídio Amaral
Fernando Bezerra	3. Siba Machado
Mozarildo Cavalcanti	4. Sérgio Zambiasi
Patrícia Saboya Gomes	5. Aelton Freitas
PDT	
Jefferson Peres	1. Augusto Botelho

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

10) - COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Alvaro Dias – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Lúcia Vânia – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Marco Maciel – PFL	5. Heráclito Fortes – PFL
Roseana Sarney – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
PMDB	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Pedro Simon	2. Mário Calixto
Leomar Quintanilha	3. João Batista Motta
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Flávio Arns	1. Serys Slhessarenko
Aelton Freitas	2. Delcídio Amaral
Sibá Machado	3. Francisco Pereira
Ana Júlia Carepa	4. Sérgio Zambiasi
Antônio Carlos Valadares	5. (vago)
PDT	
Osmar Dias	1. Juvêncio da Fonseca

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 23/11/2005)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

5ª Eleição Geral: 23.11.2005

Presidente: Senador João Alberto Souza¹

Vice-Presidente: Senador Demóstenes Torres²

BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Demóstenes Torres (PFL)	GO	2091	1. (Vago) ³		
Sérgio Guerra (PSDB)	PE	2382	2. César Borges (PFL)	BA	2212
Heráclito Fortes (PFL)	PI	2131	3. Mª do Carmo Alves(PFL)	SE	1306
Leonel Pavan (PSDB)	SC	4041	4. (Vago) ⁴		
Paulo Octávio (PFL)	DF	2011	5. Teotônio Vilela Filho (PSDB)	AL	4093
Antero Paes de Barros(PSDB)	MT	4061	6. Arthur Virgílio (PSDB)	AM	1413
PMDB					
Ney Suassuna	PB	4345	1. Gerson Camara	ES	3204
João Alberto Souza	MA	1415	2. Alberto Silva	PI	3055
Ramez Tebet	MS	2222	3. Valdir Raupp	RO	2252
Luiz Otávio	PA	3050	4. (Vago) ⁵		
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)					
Sibá Machado (PT)	AC	2184	1. (Vago)		
Ana Júlia Carepa (PT)	PA	2104	2. (Vago)		
Fátima Cleide (PT)	RO	2391	3. (Vago)		
PDT					
Jefferson Péres	AM	2063	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB					
Mozarildo Cavalcanti	RR	4078	1. Valmir Amaral	DF	1961
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)				2051	

(Atualizada em 14.12.2005)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 311-4561 e 311-5258
sscop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

¹ Eleito em 13.12.2005, na 1ª Reunião, de 2005, do Conselho de Ética.

² Eleito em 13.12.2005, na 1ª Reunião, de 2005, do Conselho de Ética.

³ Vaga ocupada pelo Senador Gilberto Goellner que deixou o exercício do cargo em 8.12.2005, em virtude de reassunção do titular.

⁴ O Senador Álvaro Dias renunciou ao cargo de acordo com Ofício nº 1370/2005-SEM, publicado no DSF de 14.12.2005.

⁵ O Senador Pedro Simon renunciou ao cargo de acordo com OF nº 101/05 – GSPSIM, publicado no DSF de 13.12.2005.

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO ¹

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG) ²	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

(Atualizada em 04.10.2005)

Notas:

¹ Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

² Afastado em decorrência da posse como Ministro de Estado das Comunicações em 8.7.2005.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senado Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

COMPOSIÇÃO

Ramez Tebet (PMDB-MS)	PMDB e Bloco de Apoio ao Governo
Demóstenes Torres (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo
Amir Lando (PMDB-RO)	PMDB

(Atualizado em 04.10.2005)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 311-4561 e 311-5257
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998, aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko

Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes (AP) - PSDB
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) – s/ partido
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE) – PSB

(Atualizada em 27.10.2005)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6

Telefones: 311-4561 e 311-5259

sscop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Aldo Rebelo (PC do B/SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Tião Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PL-PE)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Efraim Morais (PFL-PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Paulo Octávio (PFL-DF)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado João Caldas (PL-AL)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Henrique Fontana (PT-RS)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Senador José Jorge (PFL-PE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Aroldo Cedraz (PFL-BA)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)

(Atualizada em 06.10.2005)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6

Telefones: 311-4561 e 311-5258

sscop@senado.gov.br

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: Arnaldo Niskier
Vice-Presidente: Luiz Flávio Borges D'Urso

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTE
Representante das empresas de rádio (inciso I)	Paulo Machado de Carvalho Neto	Emanuel Soares Carneiro
Representante das empresas de televisão (inciso II)	Gilberto Carlos Leifert	Antônio de Pádua Teles de Carvalho
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	Paulo Tonet Camargo	Sidnei Basile
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	Fernando Bittencourt	Roberto Dias Lima Franco
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	Daniel Koslowsky Herz	Celso Augusto Schöder
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	Eurípedes Corrêa Conceição	Márcio Leal
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	Berenice Isabel Mendes Bezerra	Stepan Nercessian
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	Geraldo Pereira dos Santos	Antônio Ferreira de Sousa Filho
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Dom Orani João Tempesta	Segisnando Ferreira Alencar
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Arnaldo Niskier	Gabriel Priolli Neto
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Luiz Flávio Borges D'Urso	Phelippe Daou
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Roberto Wagner Monteiro	Flávio de Castro Martinez
Representante da sociedade civil (inciso IX)	João Monteiro de Barros Filho	Paulo Marinho

(Atualizada em 04.10.2005)

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002
2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 311-4561 e 311-5258
sscop@senado.gov.br

CONGRESSO NACIONAL CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

(Conselheiros designados na Reunião do Conselho de Comunicação Social realizada em 4.4.2005)

01 - Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação

- ▪ Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita) - **Coordenador**
- ▪ Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- ▪ Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- ▪ Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- ▪ Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- ▪ Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- ▪ João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

02 - Comissão de Tecnologia Digital

- ▪ Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhecimentos na área de comunicação social) - **Coordenador**
- ▪ Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- ▪ Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- ▪ Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- ▪ Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- ▪ Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- ▪ Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- ▪ Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- ▪ Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária

- ▪ Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais cinema e vídeo) - **Coordenador**
- ▪ Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- ▪ Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- ▪ Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- ▪ Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- ▪ Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- ▪ Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- ▪ João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

04 - Comissão de TV por Assinatura

- ▪ Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- ▪ Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- ▪ Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- ▪ Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- ▪ Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- ▪ Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- ▪ João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

05 - Comissão de Concentração na Mídia

- ▪ Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) - **Coordenador**
- ▪ Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- ▪ Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- ▪ Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- ▪ Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- ▪ Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- ▪ Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- ▪ Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)

Presidente: Senador SÉRGIO ZAMBIASI	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Deputado DR. ROSINHA	Secretário-Geral Adjunto: Deputado LEODEGAR TISCOSKI

MEMBROS NATOS

Senador ROBERTO SATURNINO (PT) Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputado AROLDO CEDRAZ (PFL) Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados
----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
PAULO OCTÁVIO (PFL/DF)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
SÉRGIO GUERRA (PSDB/PE)	3. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PMDB	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
RAMEZ TEBET (PMDB/MS)	2. LEOMAR QUINTANILHA (PC do B/TO)
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PSB/PL)	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1.
EDUARDO SUPLICY (PT/SP)	2.
PDT	
	1.
PSOL (Resolução nº 2/2000-CN)	
	1. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (S/PARTIDO/AC)

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PT	
DR. ROSINHA (PT/PR)	1. MANINHA (PSOL/DF)
MAURO PASSOS (PT/SC)	2. TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT/RS)
PMDB	
EDISON ANDRINO (PMDB/SC)	1. OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)
Bloco PFL/Prona	
GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. JOÃO HERRMANN NETO (PDT/SP)
PSDB	
JÚLIO REDECKER (PSDB/RS)	1. EDUARDO PAES (PSDB/RJ)
PP	
LEODEGAR TISCOSKI (PP/SC)	1. CELSO RUSSOMANNO (PP/SP)
PTB	
FERNANDO GONÇALVES (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
PL	
WELLINGTON FAGUNDES (PL/MT)	1. OLIVEIRA FILHO (PL/PR)
PPS	
JÚLIO DELGADO (PSB/MG)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil

Telefone: (55) (61) 318-8232 Fax: (55) (61) 318-2154

cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

-

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador ROBERTO SATURNINO

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE FONTANA PT-RS	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> NEY SUASSUNA PMDB-PB
<u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ CARLOS ALELUIA PFL-BA	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> JOSÉ JORGE PFL-PE
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> AROLDO CEDRAZ PFL-BA	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> ROBERTO SATURNINO PT-RJ

(Atualizada em 05.10.2005)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 311-4561 e 311- 5258
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DO “DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY
RIBEIRO”

Constituído pela Resolução nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos
Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001

Composição

(AGUARDANDO DESIGNAÇÃO)

Presidente: RENAN CALHEIROS⁽¹⁾

Deputados	Senadores
	Renan Calheiros ⁽²⁾

Atualizada em 24.2.2005

Notas:

⁽¹⁾ Presidência exercida pelo Presidente do Congresso Nacional, até que o Conselho realize eleição para esse fim, nos termos do art. 3º e parágrafo único da Resolução nº 2, de 1999-CN.

⁽²⁾ Membro nato, nos termos do art. 3º da Resolução nº 2, de 1999-CN.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5255
sscop@senado.gov.br

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

CNPJ 00.530.279/0005-49

Avenida N/2 S/Nº Praça dos Três Poderes – Brasília DF – CEP 70165-900

Fones: 311-3803 ou 311 3772 – Fax: (061) 224-5450

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 31,00
Porte do Correio	R\$ 96,60
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 127,60

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 62,00
Porte do Correio	R\$ 193,20
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 255,20

OBS: Caso sejam feitas as assinaturas dos Diários do Senado e da Câmara dos Deputados, receberá **GRACIOSAMENTE** o Diário do Congresso Nacional

NÚMERO AVULSO

Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020055	GESTÃO 00001
--------------------	-------------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU, que poderá ser retirada no site: http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru_simples.asp, código de recolhimento apropriado e o número de referência 28815-2 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020055/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS.: NÃO SERÁ ACEITO PEDIDO ATRAVÉS DE CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCNs.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 311-3803 e 311-3772, fax: 224-5450
Serviço de Administração Econômico - Financeira/Controle de Assinaturas, falar com Mourão ou Solange.



SENADO FEDERAL

Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Subsecretaria de Edições Técnicas

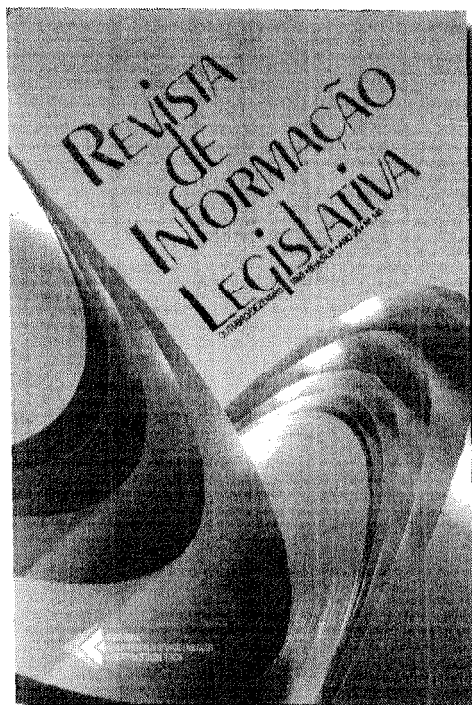
Revista de Informação Legislativa

Publicação periódica, com circulação trimestral, atualmente em sua 141ª edição. Divulga trabalhos elaborados pela Subsecretaria de Edições Técnicas, além de artigos de colaboração. Os trabalhos reportam-se a assuntos da área do direito e ciências afins, de interesse dos temas em debate no Congresso Nacional ou que se relacionem ao Poder Legislativo. Cada edição compreende, em média, trinta artigos inéditos.

Exemplar avulso: R\$ 10,00

Edições anteriores: R\$ 10,00

Assinatura anual (4 edições): R\$ 40,00



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:

Endereço:

Cidade:

CEP:

UF:

Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



EDIÇÃO DE HOJE: 414 PÁGINAS